



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## ÍNDICE

<b>DEFINIÇÕES.....</b>	<b>1</b>
<b>INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA .....</b>	<b>4</b>
<b>CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO .....</b>	<b>5</b>
<b>SUMÁRIO DA COMPANHIA .....</b>	<b>7</b>
<b>SUMÁRIO DA OFERTA .....</b>	<b>21</b>
<b>INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA .....</b>	<b>35</b>
Composição do Capital Social da Companhia.....	35
Principais Acionistas e Administradores da Companhia.....	36
Acionistas Vendedores .....	37
Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos.....	37
Descrição da Oferta .....	38
Aprovações Societárias .....	39
Instituições Participantes da Oferta .....	39
Preço por Ação.....	40
Ações em Circulação ( <i>Free Float</i> ) após a Oferta .....	41
Custos de Distribuição .....	41
Estabilização do Preço das Ações.....	45
Características das Ações .....	46
Público Alvo da Oferta .....	47
Procedimento da Oferta .....	47
Oferta de Varejo .....	48
Oferta Institucional .....	51
Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta.....	52
Suspensão ou Cancelamento da Oferta .....	54
Prazo de Distribuição .....	54
Liquidação .....	54
Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação.....	55
Contrato de Distribuição e Contrato de Distribuição Internacional .....	56
Violações de Normas de Conduta .....	57
Listagem e Negociação das Ações no Novo Mercado da B3.....	57
Restrições à Negociação das Ações ( <i>Lock-up</i> ) .....	58
Instituição Financeira Escrituradora das Ações .....	58
Cronograma Tentativo da Oferta .....	59
Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta.....	60
Informações Adicionais .....	61
<b>FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES.....</b>	<b>64</b>
<b>APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA .....</b>	<b>71</b>
Coordenador Líder .....	71
Bank of America .....	72
BTG Pactual .....	73
UBS BB .....	74
<b>RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA .....</b>	<b>76</b>
Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder .....	76
Relacionamento entre a Companhia e o Bank of America .....	78
Relacionamento entre a Companhia e o BTG Pactual .....	78
Relacionamento entre a Companhia e o UBS BB .....	79
<b>RELACIONAMENTO ENTRE OS AÇÃOISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA .....</b>	<b>81</b>
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder.....	81
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Bank of America.....	81

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o BTG Pactual.....	82
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o UBS BB .....	83
<b>INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, OS COORDENADORES DA OFERTA, OS CONSULTORES E OS AUDITORES .....</b>	<b>85</b>
<b>DESTINAÇÃO DOS RECURSOS .....</b>	<b>87</b>
<b>CAPITALIZAÇÃO .....</b>	<b>89</b>
<b>DILUIÇÃO .....</b>	<b>90</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>95</b>
<b>ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA.....</b>	<b>99</b>
<b>ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA REALIZADA EM 15 DE FEVEREIRO DE 2021 QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA .....</b>	<b>125</b>
<b>MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO E O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL .....</b>	<b>133</b>
<b>DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 ....</b>	<b>139</b>
<b>DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 .....</b>	<b>143</b>
<b>DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 .....</b>	<b>149</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS DA COMPANHIA AUDITADAS PARA OS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018 ELABORADAS ESPECIALMENTE PARA FINS DE REGISTRO.....</b>	<b>153</b>
<b>FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480 .....</b>	<b>263</b>

## DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, “Companhia” ou “Bionexo” referem-se, a menos que o contexto determine de forma diversa, à Bionexo S.A. e suas subsidiárias na data deste Prospecto.

Os termos relacionados especificamente com a Oferta e respectivos significados constam da seção “Sumário da Oferta” na página 21 deste Prospecto. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos neste Prospecto, conforme aplicável.

<b>Acionistas Controladores</b>	Prisma Bazar Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia; e Apus Participações S.A., considerados em conjunto.
<b>Acionistas Vendedores</b>	Prisma Bazar Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e o Acionista Vendedor Pessoa Física, considerados em conjunto.
<b>Acionista Vendedor Pessoa Física</b>	Maurício de Lázzeri Barbosa.
<b>Administração</b>	Conselho de Administração e Diretoria da Companhia, considerados em conjunto.
<b>Administradores</b>	Membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, considerados em conjunto.
<b>ANBIMA</b>	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
<b>Assembleia Geral</b>	Assembleia geral de acionistas da Companhia.
<b>Auditores Independentes</b>	KPMG Auditores Independentes.
<b>Aumento de Capital – SOP</b>	Significa o aumento de capital mediante emissão de 50.397 novas ações da Companhia, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de janeiro de 2021, em razão do exercício das opções objeto do Plano de Opções, conforme descrito na seção de “Diluição” na página 90 deste Prospecto.
<b>B3</b>	B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.
<b>Banco Central ou BACEN</b>	Banco Central do Brasil.
<b>Brasil ou País</b>	República Federativa do Brasil.
<b>CMN</b>	Conselho Monetário Nacional.
<b>CNPJ/ME</b>	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia.
<b>Código ANBIMA</b>	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente em vigor.
<b>Companhia ou Bionexo</b>	Bionexo S.A.

<b>Conselho de Administração</b>	O conselho de administração da Companhia.
<b>Conselho Fiscal</b>	O conselho fiscal da Companhia, que até a data deste Prospecto não foi instalado.
<b>Contrato de Participação no Novo Mercado</b>	Contrato de Participação no Novo Mercado a ser celebrado entre, de um lado, a B3 e, de outro, a Companhia, até a data de divulgação do Anúncio de Início (data na qual o referido contrato entrará em vigor), por meio do qual a Companhia aderirá ao Novo Mercado.
<b>CVM</b>	Comissão de Valores Mobiliários.
<b>Deliberação CVM 476</b>	Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.
<b>Deliberação CVM 860</b>	Deliberação da CVM nº 860, de 22 de julho de 2020.
<b>Diretoria</b>	A diretoria da Companhia.
<b>DOESP</b>	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
<b>Dólar, dólar, dólares ou US\$</b>	Moeda oficial dos Estados Unidos.
<b>Estados Unidos</b>	Estados Unidos da América.
<b>Estatuto Social</b>	Estatuto social da Companhia.
<b>Formulário de Referência</b>	Formulário de Referência da Companhia, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, anexo a este Prospecto.
<b>Instituição Escrituradora</b>	Itaú Corretora de Valores S.A.
<b>Instrução CVM 400</b>	Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 480</b>	Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 505</b>	Instrução CVM nº 505, de 27 de setembro de 2011, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 539</b>	Instrução CVM nº 539 de 13 de novembro de 2013, conforme alterada.
<b>IOF</b>	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou relativos a Títulos e Valores Mobiliários – IOF.
<b>JUCESP</b>	Junta Comercial do Estado de São Paulo.
<b>Lei 4.131</b>	Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada.
<b>Lei das Sociedades por Ações</b>	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
<b>Lei do Mercado de Capitais</b>	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

<b>Novo Mercado</b>	Segmento especial de listagem da B3 que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado a serem observadas pela Companhia, mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações.
<b>Offering Memoranda</b>	<i>Preliminary Offering Memorandum</i> e o <i>Final Offering Memorandum</i> , conforme definidos no Contrato de Distribuição Internacional, considerados em conjunto.
<b>Prisma Bazar FIP</b>	Significa Prisma Bazar Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.
<b>Prospecto ou Prospecto Preliminar</b>	Este Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Bionexo S.A., incluindo o Formulário de Referência anexo a ele e eventuais aditamentos e/ou suplementos.
<b>Prospecto Definitivo</b>	O Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Bionexo S.A., incluindo o Formulário de Referência anexo a ele e eventuais aditamentos e/ou suplementos.
<b>Prospectos</b>	O Prospecto Definitivo e o Prospecto Preliminar, considerados em conjunto.
<b>Real, real, reais ou R\$</b>	Moeda oficial corrente no Brasil.
<b>Regra 144A</b>	<i>Rule 144A</i> editada ao amparo do <i>Securities Act</i> .
<b>Regulamento do Novo Mercado</b>	Regulamento do Novo Mercado da B3, que disciplina os requisitos para a negociação de valores mobiliários de companhias abertas no Novo Mercado, estabelecendo regras diferenciadas para essas companhias, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado.
<b>Regulamento S</b>	Regulamento S editado ao amparo do <i>Securities Act</i> .
<b>Resolução CMN 4.373</b>	Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de novembro de 2014, conforme alterada.
<b>Resolução CVM 13</b>	Resolução da CVM nº 13, de 18 de novembro de 2020.
<b>SEC</b>	<i>Securities and Exchange Commission</i> , a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos.
<b>Securities Act</b>	<i>Securities Act</i> de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterado.

## INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

<b>Identificação</b>	Bionexo S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 04.069.709/0001-02, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIPE 35.300.442.113.
<b>Registro na CVM</b>	Em fase de obtenção de registro como emissora de valores mobiliários categoria “A” perante a CVM.
<b>Sede</b>	Localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, 2º e 7º andares, conjuntos 22, 71 e 72, CEP 04543-000, São Paulo.
<b>Diretoria de Relações com Investidores</b>	Localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, 2º e 7º andares, conjuntos 22, 71 e 72, CEP 04543-000, São Paulo, SP. O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Lucas Carvalho Zacharias. O telefone da Diretoria de Relações com Investidores da Companhia é +55 (11) 3133-8100 e o seu endereço eletrônico é ri@bionexo.com.
<b>Instituição Escrituradora</b>	Itaú Corretora de Valores S.A.
<b>Auditores Independentes</b>	KPMG Auditores Independentes.
<b>Títulos e Valores Mobiliários Emitidos</b>	As Ações serão listadas no Novo Mercado sob o código “[•]”, a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior à divulgação do Anúncio de Início.
<b>Jornais nos quais divulga informações</b>	As publicações realizadas pela Companhia em decorrência da Lei das Sociedades por Ações são divulgadas no DOESP e no jornal “Valor Econômico”.
<b>Formulário de Referência</b>	Informações detalhadas sobre a Companhia, seus negócios e operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência.
<b>Website</b>	<a href="http://www.bionexo.com/ri">www.bionexo.com/ri</a>
	As informações constantes no website da Companhia não são parte integrante deste Prospecto e não estão a ele incorporadas por referência.

## **CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO**

Este Prospecto inclui estimativas e declarações acerca do futuro, ou estimativas e declarações prospectivas, principalmente, nas seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta”, descritos nas páginas 17 e 64, respectivamente, deste Prospecto, e nos itens “4. Fatores de Risco”, “7. Atividades do Emissor” e “10. Comentários dos Diretores” do Formulário de Referência nas páginas 288, 346 e 401, respectivamente, deste Prospecto.

Essas considerações sobre estimativas e declarações prospectivas se basearam, principalmente, nas expectativas atuais da Companhia sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou possam afetar seu setor de atuação, sua participação de mercado, sua reputação, seus negócios, sua situação financeira, o resultado das suas operações, suas margens e/ou seu fluxo de caixa. Elas estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e foram efetuadas somente com base nas informações de que dispomos atualmente.

Além de outros itens discutidos em outras seções deste Prospecto, há uma série de fatores que podem impactar adversamente os resultados da Companhia e/ou podem fazer com que as estimativas e declarações não ocorram. Tais riscos e incertezas incluem, entre outras situações, as seguintes:

- modificações em leis e regulamentos, incluindo os que são aplicáveis ao setor de atuação da Companhia e/ou que envolvem questões fiscais e trabalhistas, bem como alterações no entendimento dos tribunais ou autoridades brasileiras em relação a essas leis e regulamentos;
- alterações nas condições gerais da economia, incluindo, exemplificativamente, inflação, taxas de juros, câmbio, nível de emprego, crescimento populacional, confiança do consumidor e liquidez dos mercados financeiro e de capitais;
- rebaixamento na classificação de crédito do Brasil;
- capacidade da Companhia de implementar suas estratégias de crescimento;
- impossibilidade ou dificuldade de viabilização e implantação de novos projetos de desenvolvimento e prestação de nossos serviços;
- capacidade da Companhia de atender seus clientes de forma satisfatória;
- condições que afetam nosso setor de atuação e a condição financeira de nossos clientes;
- a mudança no cenário competitivo do nosso setor de atuação;
- as relações da Companhia com seus atuais e futuros fornecedores, clientes e prestadores de serviços;
- capacidade da Companhia de se financiar adequadamente para seus projetos e planos de expansão;
- aumento de custos, incluindo, mas não se limitando: (i) custos de operação e manutenção; e (ii) contribuições, taxas e impostos;
- eventos de força maior;
- impacto da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) na economia e condições de negócio no Brasil e no mundo e quaisquer medidas restritivas impostas por autoridades governamentais no combate ao surto;

- capacidade da Companhia de implementar, de forma tempestiva e eficiente, qualquer medida necessária em resposta ao, ou para amenizar os impactos do surto de (COVID-19) em seus negócios, operações, fluxo de caixa, perspectivas, liquidez e condição financeira; e outros fatores de riscos apresentados na seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta e às Ações” e “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia”, nas páginas 64 e 17, respectivamente, deste Prospecto, e na seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência na página 288 deste Prospecto.

Essa lista de fatores de risco não é exaustiva e outros riscos e incertezas podem causar resultados que podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro.

**O INVESTIDOR DEVE ESTAR CIENTE DE QUE OS FATORES MENCIONADOS ACIMA, ALÉM DE OUTROS DISCUTIDOS NESTE PROSPECTO E NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, PODERÃO AFETAR OS RESULTADOS FUTUROS DA COMPANHIA E PODERÃO LEVAR A RESULTADOS DIFERENTES DAQUELES CONTIDOS, EXPRESSA OU IMPLICITAMENTE, NAS DECLARAÇÕES E ESTIMATIVAS DESTE PROSPECTO. TAIS ESTIMATIVAS REFEREM-SE APENAS À DATA EM QUE FORAM EXPRESSAS, SENDO QUE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA NÃO ASSUMEM A OBRIGAÇÃO DE ATUALIZAR PUBLICAMENTE OU REVISAR QUAISQUER DESSAS ESTIMATIVAS E PROSPECTIVAS FUTURAS EM RAZÃO DA OCORRÊNCIA DE NOVA INFORMAÇÃO, EVENTOS FUTUROS OU DE QUALQUER OUTRA FORMA. MUITOS DOS FATORES QUE DETERMINARÃO ESSES RESULTADOS E VALORES ESTÃO ALÉM DA CAPACIDADE DE CONTROLE OU PREVISÃO DA COMPANHIA.**

As palavras “acreditamos”, “podemos”, “poderemos”, “estimamos”, “continuamos”, “antecipamos”, “pretendemos”, “esperamos” e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro. Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que não podemos assegurar que atualizaremos ou revisaremos quaisquer dessas estimativas em razão da disponibilização de novas informações, de eventos futuros ou de quaisquer outros fatores. Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não consistem em qualquer garantia de desempenho futuro. Os reais resultados podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras, constantes neste Prospecto. Tendo em vista os riscos e incertezas envolvidos, as estimativas e declarações acerca do futuro constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência podem não vir a ocorrer e, ainda, nossos resultados futuros e nosso desempenho podem diferir substancialmente daqueles previstos em nossas estimativas em razão, inclusive, mas não se limitando, aos fatores mencionados acima. Por conta dessas incertezas, o investidor não deve se basear nestas estimativas e declarações futuras para tomar uma decisão de investimento.

Declarações prospectivas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. As condições da situação financeira futura da Companhia e de seus resultados operacionais futuros, sua participação e posição competitiva no mercado poderão apresentar diferenças significativas se comparados àquelas expressas ou sugeridas nas referidas declarações prospectivas. Muitos dos fatores que determinarão esses resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia. Em vista dos riscos e incertezas envolvidos, nenhuma decisão de investimento deve ser tomada somente baseada nas estimativas e declarações prospectivas contidas neste Prospecto e no Formulário de Referência.

Adicionalmente, os números incluídos neste Prospecto e no Formulário de Referência da Companhia podem ter sido, em alguns casos, arredondados para números inteiros.

## SUMÁRIO DA COMPANHIA

ESTE SUMÁRIO É APENAS UM RESUMO DAS INFORMAÇÕES DA EMISSORA. AS INFORMAÇÕES COMPLETAS SOBRE A COMPANHIA ESTÃO NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA. LEIA-O ANTES DE ACEITAR A OFERTA. AS INFORMAÇÕES APRESENTADAS NESTE SUMÁRIO SÃO CONSISTENTES COM AS INFORMAÇÕES DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA. Este Sumário não contém todas as informações que o investidor deve considerar antes de investir nas Ações. Portanto, antes de tomar sua decisão em investir em nossas Ações, o investidor deve ler cuidadosamente todo este Prospecto e o Formulário de Referência, incluindo as informações contidas nas seções “Considerações Sobre Estimativas e Perspectivas Sobre o Futuro”, e “Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia”, nas páginas 5 e 17 deste Prospecto, bem como nas seções “Informações Financeiras Selecionadas”, “Fatores de Risco” e “Comentários dos Diretores”, respectivamente, do Formulário de Referência, além das nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto. Declaramos que as informações constantes neste Sumário são consistentes com as informações de nosso Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, nos termos do inciso II, § 3º, do artigo 40 da Instrução CVM 400.

### Visão Geral

A Companhia é uma empresa de tecnologia que oferece, através de um modelo de negócios Software as a Service (“SaaS”), soluções digitais baseadas em nuvem para a cadeia de valor hospitalar. Desde sua fundação em 2000, ela vem avançando na sua visão de usar tecnologia para transformar o setor, trazendo mais eficiência, transparência e inteligência aos mais de 34 mil clientes conectados em sua plataforma, sendo eles: hospitais, operadoras de saúde, fornecedores e fabricantes de insumos médico-hospitalares. Suas soluções têm o objetivo de digitalizar e automatizar a cadeia de valor do mercado hospitalar, desde o planejamento de compras, passando pela transação de insumos e abrangendo, ao fim do ciclo, o processamento de contas médicas e a relação entre hospitais e suas fontes pagadoras.

A Companhia apresenta indicadores operacionais e financeiros que mostram escala e crescimento com rentabilidade e recorrência. Seguem abaixo alguns dos indicadores de 31 de dezembro de 2020:

#### I. Escala:

- Clientes Ativos<sup>1</sup>: 34 mil
- Valor Transacionado<sup>2</sup> (2020): R\$11,7 bilhões
- Receita Recorrente Anualizada (“ARR”)<sup>3</sup>: R\$114,3 milhões

#### II. Crescimento:

- Crescimento do Valor Transacionado (2019-2020): 20,7%
- Crescimento da ARR (2019-2020): 20,8%

#### III. Rentabilidade:

- Margem Bruta (2020): 64,9%
- Margem EBITDA Ajustado (2020): 9,9%
- LTV / CAC<sup>4</sup>: 6,3x

#### IV. Recorrência:

- Porcentagem de receita recorrente (2020): 99,1%

<sup>1</sup> Clientes ativos são clientes cadastrados na plataforma e com acesso liberado às soluções da Companhia.

<sup>2</sup> Valor Transacionado corresponde a todo o valor transacionado na plataforma por parceiros e clientes da Companhia.

<sup>3</sup> O ARR consiste no valor mensal da receita operacional recorrente do último mês de cada exercício multiplicado por doze.

<sup>4</sup> LTV/CAC consiste na divisão do LTV (*Customer Lifetime Value*) pelo Custo de Aquisição de Cliente (CAC ou *Customer Acquisition Cost*).

O LTV por sua vez é calculado a partir do produto do ticket médio pelo *lifetime* médio (prazo médio de permanência do cliente como contratante da Companhia), líquido de impostos sobre receita e multiplicado pela margem bruta Companhia. Já o CAC é calculado a partir da divisão dos gastos totais com vendas e marketing no ano pelo número de novos contratos realizados no ano.

A Companhia é detentora de um ecossistema com mais de 34 mil clientes, composto por instituições de saúde, fabricantes e distribuidores de insumos médico-hospitalares do Brasil, Argentina, Colômbia e México. Do lado das instituições de saúde, seus serviços estão presentes em 41% dos hospitais privados e em 48% dos leitos privados do Brasil, em 31 de dezembro de 2020. Do lado dos fornecedores das instituições de saúde, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia contou com 32 mil fornecedores ativos<sup>5</sup>. Durante o ano de 2020, os dois lados da cadeia transacionaram mais de R\$11,7 bilhões nas plataformas da Companhia.

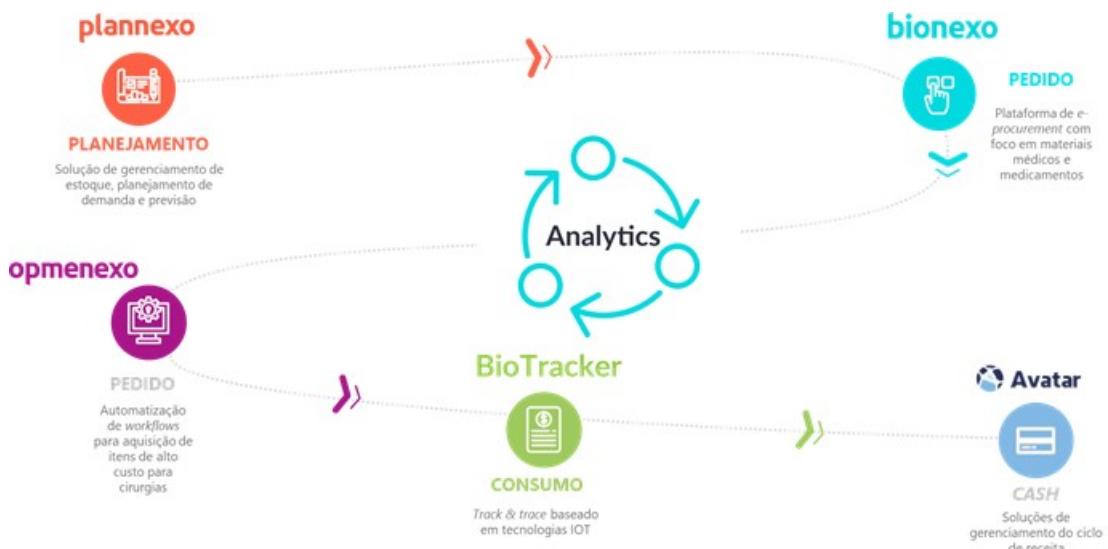
O setor de saúde no Brasil e na América Latina em geral carece de uma integração eficiente e a relação entre os agentes ainda é feita majoritariamente de forma *offline*. A Companhia nasceu com o propósito de endereçar esses desafios e gerar ganhos de eficiência para todos os seus agentes. Suas soluções digitais aumentam a transparência e a visibilidade dos processos operacionais nas diferentes etapas da cadeia e apoiam a tomada de decisão de seus clientes. Do lado das instituições de saúde, isso resulta em ganhos de produtividade e economias por meio da ampliação do acesso à comunidade de fornecedores. Do lado dos fornecedores, o resultado é o aumento de eficiência no processo de vendas e o acesso a uma nova demanda pelos seus serviços, tudo em apenas um ambiente.

### **EXPERIÊNCIA COMPROVADA**

A Companhia tem um modelo de negócios vertical, ou seja, especializado na cadeia de valor hospitalar. Seu crescimento inicial foi em grande parte devido ao sucesso da solução de compras, Bionexo, que leva o nome da Companhia e que conecta compradores e fornecedores. Com o passar do tempo, criou-se um *marketplace* transacional dominante, presente, em 31 de dezembro de 2020, em 662 municípios distribuídos em todos os estados da federação, seguido da expansão para outros países da América Latina. À medida em que essa comunidade de clientes se fortaleceu, outras soluções passaram a compor a oferta de serviços digitais da Companhia, para além dos processos de compras, sempre com o objetivo de atender às necessidades de seus clientes. Assim, a partir de 2015, a Companhia passou a investir mais agressivamente no desenvolvimento de novas soluções e hoje atua em diversas partes da cadeia desde o planejamento de compras até a gestão do ciclo de receita, com o apoio à tomada de decisão por meio da inteligência de dados. A Companhia foi assim capaz de criar uma marca com reconhecida neutralidade, capaz de prover ganhos para os diferentes elos da cadeia, sejam instituições de saúde, fornecedores ou fontes pagadoras.

A aceleração do crescimento atraiu a atenção de dois importantes investidores, que se juntaram em momentos distintos ao capital social da Bionexo: Prisma Capital em fevereiro de 2017 e Orjen Investments Pte. Ltd., uma subsidiária integral indireta da Temasek Holdings (Private) Limited (“Orjen”), em dezembro de 2018.

### **Soluções que resolvem as principais necessidades do cliente ao longo de toda a cadeia**



<sup>5</sup> Fornecedores ativos são clientes fornecedores cadastrados na plataforma e com acesso liberado às soluções da Companhia.

## A Plataforma Bionexo

A Companhia possui uma plataforma de computação em nuvem que vai além de um serviço específico. Ela abrange uma infraestrutura comum, baseada em micro serviços, preparada para disponibilizar às soluções atuais, novas ou adquiridas, a possibilidade de se beneficiarem de uma arquitetura flexível e escalável. Nos últimos anos, mas principalmente a partir de 2019 (a partir do capital aportado pela Orjen), a Companhia investiu de forma significativa em tecnologias de integração e inteligência de dados, segurança, gestão de servidores e disponibilidade, autenticação de usuários, dentre outras, para facilitar o desenvolvimento e garantir a escalabilidade de seus serviços.

A plataforma de tecnologia foi construída visando permitir o desenvolvimento de um ecossistema de desenvolvedores e aplicativos de terceiros conectados a ela. Isso permite flexibilidade e facilidade de crescimento do sistema, com segurança, disponibilidade de serviços e rápida integração com aplicações interligadas por meio de interfaces de programação (*Application Programming Interfaces*, “APIs”).

No centro de toda esta estrutura em nuvem está um grande e complexo acervo de dados (“*Data Lake*”), que foi, em 2020, alimentado por mais R\$11,7 bilhões de transações vindas das soluções. Com a aplicação de aprendizagem de máquina e soluções de inteligência artificial, novos insights são gerados, em tempo real, para suportar a tomada de decisão aos usuários da plataforma.

## As Soluções Bionexo

As soluções da Companhia buscam endereçar as principais necessidades da cadeia de valor do setor de saúde, resolvendo, em última instância, a falta de transparência, o aumento de custos, a alta dependência de processos *offline* e a falta de integração. A Companhia contribui com importantes reduções de custos ao sistema de saúde, liberando recursos que podem então ser alocados na extensão do cuidado aos pacientes e na qualidade dos atendimentos.

O modelo adotado pela sua principal solução - a solução Bionexo - funciona de forma simples e transparente. Do lado das instituições de saúde, o comprador tem acesso a uma ampla gama de fornecedores, por meio de cotações ou contratos comerciais de longo-prazo. Do lado dos fornecedores, os vendedores encontram uma demanda crescente de seus produtos na medida em que o ecossistema de clientes da Companhia se expande.

As soluções presentes dentro da Plataforma Bionexo englobam todo o fluxo de aquisição de insumos (*from planning to cash*), além de inteligência de dados, conforme abaixo:

- (i) **Bionexo:** solução de compra e venda de insumos hospitalares dos mais diversos tipos, incluindo medicamentos, materiais médicos e alimentos, além de outras categorias como materiais de escritório, itens de laboratório, entre outros. Ela é usada por instituições de saúde e fornecedores e abrange não só o processo de cotação, mas também gestão de contratos, reposição, programações e gestão de entrega. A solução pode ser acessada tanto por meio de uma ferramenta *web* quanto por meio de integrações com os diversos sistemas de *Enterprise Resource Planning* (“ERPs”) que atendem o setor. Hoje, mais de 2.200 instituições de saúde estão conectadas a mais de 30 mil distribuidores e fabricantes e por meio da solução transacionam estes insumos, ao passo em que se beneficiam de reduções de custos, ganhos de eficiência operacional e mais transparência nas suas relações. Para instituições de saúde, a solução traz economia na aquisição de itens e transparência no processo de compras. Para fornecedores, ela permite acesso imediato e em um único canal a milhares de compradores, que juntos somaram R\$10,5 bilhões em compras em 2020.
- (ii) **Plannexo:** solução de gestão de estoques e planejamento de compras para instituições de saúde que otimiza os níveis de suprimentos, reduzindo custos operacionais e investimentos em capital de giro. Por meio de uma matriz estatística conectada à base de dados da Plataforma Bionexo, a solução utiliza-se de informações de consumo e compras históricas do hospital para gerar previsões estatísticas baseadas em modelos de análise preditiva. Entre os benefícios trazidos pela solução estão a redução de compras “emerenciais” (ou seja, com prazos curtos para entrega e, portanto, mais caras) e a diminuição no nível de estoque total, sem prejudicar o nível de serviço da instituição de saúde.
- (iii) **OPMEnexo:** solução para aquisição de órteses, próteses e materiais especiais e gestão do fluxo cirúrgico que reúne todas as etapas do processo de compra, desde o agendamento da cirurgia até a aprovação do pagamento pela fonte pagadora. Por meio da solução, as instituições de saúde ganham eficiência nos processos de compras, reduzem prazos para agendamento e preparação de cirurgias e encurtam os prazos para recebimento dos pagamentos por parte dos planos de saúde. A solução traz aos compradores economia na compra de produtos de alto valor, além de ganho de eficiência nos processos de agendamento e preparação para as cirurgias, tendo movimentado cerca de R\$1,2 bilhão em transações em 2020.

- (iv) **BioTracker**: solução de rastreabilidade de itens de alto custo. Por meio de uma tecnologia de identificação de radiofrequência ("RFID"), o BioTracker permite que os diferentes elos da cadeia acompanhem em tempo real as posições de estoque, condições de armazenagem e movimentações, o que traz eficiência para os processos de consignação de itens de alto valor agregado. Assim, fabricantes e distribuidores podem (i) monitorar os seus produtos para verificar se estes estão armazenados de forma correta (medicamentos de cadeia fria que precisam ser guardados em temperaturas específicas); (ii) acompanhar o giro dos itens e evitar perdas por vencimento; e (iii) acelerar o processo de faturamento dos produtos. A solução traz aos compradores redução no tempo de contagem de estoque e, aos vendedores, diminuição de perdas por vencimento de produtos consignados.
- (v) **Analytics**: painéis de informação e relatórios completos, desenvolvidos por meio da base de dados proprietária da Companhia. A solução permite: (i) fabricantes acompanharem informações de preço, participação de mercado, volume de compras entre outras relativas aos seus produtos de interesse; (ii) distribuidores identificarem a demanda de seus produtos existentes de forma mais precisa em diferentes regiões geográficas, além de acompanharem a performance das suas vendas de forma digital; e (iii) hospitais e clínicas identificarem novas oportunidades de compra para redução de custos dos insumos.

A Companhia oferece também soluções de gestão para o ciclo de receitas hospitalares, conectando hospitais às operadoras de saúde:

- (i) **Avatar**: por meio da Avatar, empresa adquirida em dezembro de 2020, a Companhia oferece diversas soluções para a gestão do ciclo de receitas dos hospitais. Os serviços oferecidos englobam auditoria prévia das contas médicas, envio de faturamento para as operadoras e reconciliação de contas a receber e glosas, dentre outros. Por meio da solução, os clientes conseguem obter ganhos como aumento de receita, redução do índice de glosas e aumento da eficiência operacional e financeira.

#### **Principais Indicadores Financeiros e Operacionais**

As soluções da Bionexo são parte integrante das operações do dia a dia dos seus clientes. A arquitetura em nuvem por meio da qual suas soluções são disponibilizadas permite a contratação de módulos e serviços específicos pelo cliente, por meio de um pagamento mensal recorrente (modelo "SaaS", ou *software as a service*, em português, software como serviço). Não há cobrança de valores para implementações ou customizações, o que agiliza o processo de vendas. O serviço é parametrizável e desenhado para atender todos os perfis de clientes. Como resultado, no último exercício social, 99,1% da receita da Companhia foi recorrente.

A Companhia acredita que seus serviços colaboram com o bom funcionamento dos hospitais e fornecedores, pois digitaliza processos e rotinas que antes eram feitos de forma manual e *offline*. Isso se reflete em um elevado grau de retenção e renovação de contratos, ilustrado pelo índice de retenção líquida de clientes<sup>6</sup> ("Net Retention Rate") de 146% entre 2019 e 2020. A Companhia se beneficia de ganhos de escala no processo de aquisição de novos clientes. Uma vez presente nos clientes, a Companhia consegue gerar oportunidades de *cross-sell* e *up-sell*, com baixa necessidade de gastos incrementais em esforços de venda, resultando em uma relação de LTV/ CAC de 6,3x em 2020. Esses benefícios também resultam nos bons patamares de margem bruta da Companhia.

---

<sup>6</sup> *Net Retention Rate* consiste na variação percentual do faturamento total de um determinado grupo de clientes ("Cohort") durante um período específico.

A tabela a seguir apresenta um breve resumo das principais informações financeiras e operacionais para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respectivamente. Para informações mais detalhadas sobre as demonstrações financeiras consolidadas, vide seção 10 do Formulário de Referência.

(Em R\$ milhões, exceto quando indicado diversamente)

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
ARR <sup>(1)</sup>	114,3	94,0	77,6
Crescimento da ARR (%)	20,8%	20,7%	-
Receita Operacional Líquida	90,2	76,9	67,3
Receita recorrente sobre receita operacional líquida (%) <sup>(2)</sup>	99,1%	97,0%	94,2%
Lucro Bruto	58,5	51,8	43,3
Margem Bruta (%) <sup>(3)</sup>	64,9%	67,4%	64,4%
EBITDA Ajustado <sup>(4)</sup>	8,9	1,5	7,3
Margem EBITDA Ajustado <sup>(4)</sup>	9,9%	1,9%	10,9%
Valor Transacionado <sup>(5)</sup>	11.670	9.671	8.732
Crescimento do Valor Transacionado (%)	20,7%	10,8%	-

(1) O ARR consiste no valor mensal da receita operacional recorrente do último mês de cada exercício multiplicado por doze.

(2) Receita recorrente sobre receita operacional líquida corresponde à divisão entre a receita recorrente (receitas originadas através de pagamentos de subscrições pelos seus clientes para uso das suas soluções) líquida de impostos e a receita operacional líquida.

(3) A Margem Bruta corresponde à divisão entre o lucro bruto e a receita operacional líquida.

(4) O EBITDA Ajustado consiste no EBITDA de um exercício ajustado para excluir ou adicionar efeitos do mesmo período ou exercício, conforme aplicável. A margem EBITDA Ajustado é calculada pelo EBITDA Ajustado de um período ou exercício dividido pela receita operacional líquida do mesmo período. O EBITDA Ajustado não é medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pela IFRS, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o resultado líquido, como indicador do desempenho operacional, como substituto para o fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para distribuição de dividendos. Para maiores detalhes vide seção 3.2 do Formulário de Referência.

(5) Valor Transacionado corresponde a todo o valor transacionado na plataforma por parceiros e clientes da Companhia.

#### ***Environmental, social and corporate governance (“ESG”) no DNA da Companhia***

A Bionexo foi criada com o objetivo de gerar eficiência para o sistema de saúde hospitalar. Acreditamos que a Companhia viabiliza milhões de reais em economias aos seus clientes, os quais podem ser direcionados para investimentos na melhoria dos cuidados de saúde para a população, por meio de atendimentos públicos ou privados. Em relação a atendimentos públicos, a Companhia encerrou o exercício do ano de 2020 atendendo mais de 55 mil leitos do Sistema Único de Saúde (“SUS”) por meio de hospitais filantrópicos clientes.

Em 2008, foi criado o Instituto Bionexo (“Instituto”) para promover ações ligadas à saúde e ao bem-estar. Abrangendo desde a compra de materiais para mutirões de cirurgias até o apoio a atletas carentes, as ações sempre envolvem colaboradores e clientes. Em 2010, o Instituto conseguiu zerar a fila de crianças que esperavam por cirurgia de glaucoma com implante de prótese no Instituto da Visão (ligado ao Hospital São Paulo e Unifesp), tendo sido responsável por obter e operacionalizar a doação dos itens usados. Foram 17 cirurgias, além do armazenamento do restante dos itens (25 válvulas doadas) para cirurgias posteriores.

Desde 2019, a Companhia possui um programa de saúde mental que acompanha colaboradores e familiares, com estrutura de atendimento exclusiva. Este programa incorporou atenção e suporte aos colaboradores infectados ou com suspeita de infecção pelo COVID-19 e, em 2020, proporcionou atendimento para 98 pessoas.

Em 2020, com o início da pandemia do COVID-19, a Companhia participou do projeto Salvando Vidas (“Projeto”), idealizado pelo BNDES. Em uma ação *pro bono*, a Companhia operacionalizou a compra e o monitoramento de entrega de álcool gel, luvas, máscaras, aventais e toucas a mais de 605 hospitais filantrópicos. Até 31 de dezembro de 2020, foram realizados mais de R\$79 milhões em compras para o Projeto por meio da solução Bionexo. O Projeto continua para atender prioritariamente instituições do norte do país não só na compra de equipamentos de proteção individual (“EPIs”), mas também para a aquisição de equipamentos necessários ao fornecimento de oxigênio aos hospitais, como cilindros e usinas de geração de oxigênio.

A governança na Companhia é regida por um Conselho de Administração, que além de Presidente, Vice-Presidente e membros indicados pelos acionistas, conta também com dois membros independentes. Grupos de trabalho mantêm rotinas de acompanhamento das verticais de (i) Crescimento, Produtos e Tecnologia; (ii) Gente, Gestão e Performance; e (iii) Finanças, com agendas fixas de discussão e relatórios e atualizações ao Conselho de Administração.

## Vantagens Competitivas

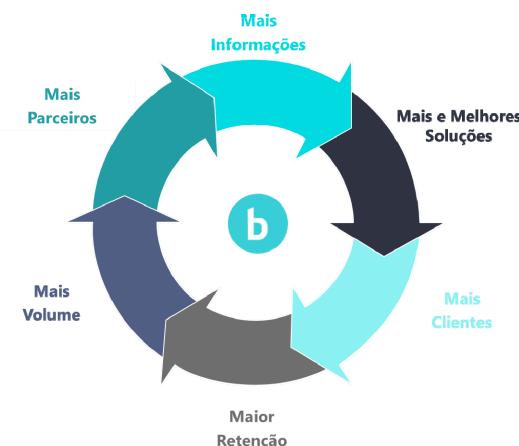
Como plataforma de referência no oferecimento de soluções integradas para o setor de saúde, a Companhia apresenta as vantagens competitivas listadas abaixo.

### Efeito de rede do ecossistema de clientes e difícil replicabilidade

Partindo do conceito comumente conhecido como “Efeito de Rede”, a Companhia consegue se apropriar das vantagens trazidas com o aumento do número de clientes de forma virtuosa.

Como parte da natureza das operações, a adição frequente de novas tecnologias à plataforma permite a venda e a fidelização de novos clientes, assim como a contratação de soluções adicionais por clientes existentes. Na medida em que novos clientes são adicionados, incrementando o valor transacionado, a plataforma torna-se ainda mais atrativa para a entrada de futuros clientes. Em relação à contratação de soluções adicionais por clientes existentes, no ano de 2020, cerca de 23% do total do ARR foi resultado de vendas para clientes existentes da Companhia no início do ano, contra 14% em 2018.

Dessa maneira, a Companhia consegue acelerar as suas taxas de crescimento e, ao mesmo tempo, reduzir o custo de aquisição de novos clientes (*Customer Acquisition Cost, “CAC”*).



Essa dinâmica também corrobora para o conceito de “*Winner Takes Most*” observado em alguns mercados de tecnologia. Com o ganho de escala oferecido pela plataforma, reduz-se o risco de perda de clientes. Em adição, a Companhia se fortalece como a plataforma dominante em seu mercado, inibindo o surgimento de concorrentes.

Além disso, a adição de novos clientes, sejam eles instituições de saúde ou fornecedores, só se faz possível pela neutralidade proporcionada pela Companhia, que promove uma proposta de valor “*win-win*”. As soluções da Companhia são neutras quanto à direção do fluxo de suprimentos e possibilitam ganhos para ambos os elos da cadeia.

### Profundo conhecimento sobre as dinâmicas e necessidades dos clientes

A Companhia é verticalizada na área da saúde e, em 31 de dezembro de 2020, conectou através das suas soluções, 49 mil usuários. Suas equipes de venda e relacionamento com clientes, compostas por mais de 110 profissionais, permitem a proximidade e contato com os clientes, auxiliando na identificação das principais oportunidades de negócio, de modo a endereçar as suas necessidades com o desenvolvimento de novas tecnologias.

Além da dinâmica de relacionamento direto com a gestão dos hospitais e fornecedores, os dados coletados por meio das próprias soluções permitem entender dinâmicas de funcionamento e tendências do setor. Por exemplo, é possível analisar o crescimento de grupos econômicos, a necessidade de centralização da decisão de compras e de planejamento, as concentrações e distribuições de volumes e preços por região, dentre outros.

Esta leitura de mercado por meio de dados é fortalecida pela diversidade de perfis de clientes, que atuam em diferentes regiões geográficas e possuem diferentes portes e especialidades. Dessa forma, as análises contam com significância estatística para a geração de inteligência aos seus clientes.

O mesmo princípio pode ser observado em sua presença internacional, em importantes mercados da América Latina (Argentina, Colômbia e México), diversificando ainda mais a coleta de dados dos clientes.

A partir dos mecanismos acima, os times de Tecnologia e Novos Negócios da Companhia podem:

- Alimentar e priorizar o desenvolvimento e lançamento de soluções que apresentam maior potencial de crescimento e rentabilidade; e
- Orientar a estratégia de Fusões e Aquisições (“M&A”) com o objetivo de complementar o portfólio de serviços, por meio da aquisição de soluções digitais de alta qualidade.

Este grau de conhecimento do setor, construído ao longo de 20 anos de experiência da Companhia, foi essencial para a expansão das soluções Bionexo, de forma orgânica e inorgânica. Durante todo o histórico da Companhia, 4 aquisições foram realizadas, as quais contribuíram para o aumento da oferta de serviços da Companhia.

#### ***Modelo de negócios baseado em receitas recorrentes e com alto índice de retenção de clientes***

Conforme já mencionado anteriormente, as ofertas da Companhia possuem um modelo de receita recorrente (receitas originadas através de pagamentos de subscrições pelos seus clientes para uso das soluções), com pagamentos prioritariamente mensais. As suas soluções podem ser contratadas por meio de serviços e módulos com diferentes propostas de valor, o que permite o atendimento a diferentes perfis de clientes. Como resultado dessa estratégia, 99,1% da receita da Companhia obtida no exercício de 2020 foi recorrente.

Além do mais, cria-se o potencial de aumento do ticket médio por meio da introdução de novas funções aos serviços existentes, conforme indicado pelo *Net Retention Rate* de 146% entre 2019 e 2020.

#### ***Escalabilidade da plataforma tecnológica, suportada por uma cultura de desenvolvimento de novas tecnologias***

Com estrutura tecnológica concentrada em nuvem e baseada em *Application Programming Interface* (“APIs”, em português “Interface de Programação de Aplicativos”), a Companhia tem 20 anos de experiência em construção de produtos digitais. Ela sempre teve como princípio disponibilizar suas ferramentas para operarem 100% *online*, permitindo o uso por clientes com baixa sofisticação tecnológica. Da mesma forma, a Companhia sempre possibilitou a integração de suas soluções com ofertas de terceiros e realiza integrações em sua plataforma através do uso de APIs. As APIs são uma forma ágil de integrar sistemas, possibilitando benefícios como a segurança dos dados, facilidade no intercâmbio de informações com diferentes linguagens de programação e a monetização de acessos, tornando-se capaz de atender as particularidades de seus clientes. A Companhia possui também inteligência capaz de realizar o recolhimento de dados das transações com base em um cadastro de itens centralizado com cerca de 5 milhões de *Stock Keeping Units* (“SKUs”) estruturados, o que permite identificar e relacionar os itens transacionados.

Este potencial vem sendo construído por meio de um investimento constante na melhoria das suas soluções e na sua infraestrutura tecnológica. Somente nos últimos 3 anos, R\$50,5 milhões foram investidos nas soluções e plataforma da Companhia. Isso tudo por meio de uma estrutura interna que privilegia a rápida tomada de decisão, com uma orientação de produto descentralizada (gerida e formada através da estruturação de *squads* de produtos).

O NPS da Companhia, que reúne as competências e dados necessários para avançar na qualidade dos produtos, resultou, em 2020, em uma pontuação combinada entre produtos de 51, representando um aumento de 13% em relação ao mesmo período em 2019.

#### ***Base relevante de clientes ativos com alto potencial de cross-sell e up-sell***

Com uma base de cerca de 34 mil clientes ativos distribuída em 4 países da América Latina, a Companhia se beneficia da complementariedade do seu portfólio na atração e retenção de diversos tipos de clientes. Dentre os dois principais grupos endereçados pelas soluções, estão: (i) instituições de saúde, entre os quais hospitais, laboratórios, clínicas e organizações de saúde diversas e que buscam ganhos de eficiência na gestão de processos de suprimentos por meio da automatização, redução de custos de compra e melhorias de estoque; e (ii) fornecedores, entre os quais fabricantes e distribuidores em geral (de material médico, OPME<sup>7</sup>, medicamentos, alimentação, limpeza, dentre outros) que buscam potencializar as vendas e digitalizar o processo de relacionamento com seus clientes com a centralização da demanda em uma só plataforma.

<sup>7</sup> OPME é a sigla utilizada para referenciar as Órteses, Próteses e Materiais Especiais

À medida em que proporciona ganhos de eficiência ao cliente na primeira solução ofertada, a Companhia impulsiona as suas vendas por meio de iniciativas de *up-sell* e *cross-sell*. Sua inteligência comercial agrega relacionamento e dados para desenhar as réguas de engajamento e geração de *leads* (oportunidade de negócio gerada através do interesse do potencial cliente em algum produto, serviço ou solução) na base. O uso de mais de um produto digital por parte do cliente traz vantagens relacionadas à inteligência de dados cruzada entre produtos e beneficia a Companhia na medida em que maximiza os níveis de fidelização.

Do lado das instituições de saúde, em 31 de dezembro de 2020, 22% dos clientes utilizavam mais de um serviço ofertado pela Companhia. Estes contam com uma oferta de serviços ampliada há mais tempo do que os fornecedores, dentre os quais, em 31 de dezembro de 2020, somente 1% contratavam mais de um serviço. As oportunidades de crescimento para as vendas horizontais são relevantes à medida que dispomos de pelo menos quatro diferentes serviços digitais para cada lado da cadeia. Este potencial está lastreado não somente na estratégia comercial da Companhia, mas também nas características dos produtos, que contam com a facilidade de integração em uma só plataforma.

Cabe ressaltar que o aumento da receita sobre a base de clientes não se manifesta somente por meio da venda de novos serviços. Dentro do mesmo serviço, há também os chamados “*in app sales*”, ou seja, funções novas do mesmo produto que são disponibilizadas e justificam a adoção de um plano superior. Os contratos são em sua maioria reajustados à medida que as funcionalidades evoluem, além da correção de preços pela inflação anual. No caso dos fornecedores, por exemplo, os clientes que utilizam a funcionalidade de integração a outros ERPs pagam preços variados na medida que cresce o volume das suas vendas na plataforma.

Esse potencial é corroborado pela penetração em diferentes geografias e perfis distintos de clientes. Isso resulta em previsibilidade de crescimento e protege a Companhia de oscilações em mercados específicos. Como exemplo, no ano de 2020, apesar das dificuldades que os hospitais tiveram como resultado do combate à pandemia do COVID-19, fornecedores de alguns itens estratégicos tiveram crescimento significativo, o que acelerou em 80% o crescimento do ano em valor de novos contratos vendidos a fornecedores.

#### **Capacidade de crescimento via aquisições selecionadas**

Como parte do processo de expansão, a Companhia possui histórico de aquisições bem-sucedido, o qual evidencia a capacidade de condução de processos de aquisições, mapeamento de potenciais ativos e a integração de companhias adquiridas, como pode ser evidenciado nas aquisições descritas abaixo:

- **Hospitalcenter**: plataforma de compras hospitalares pertencente ao Grupo M2 Tecnologia, adquirida em setembro de 2013;
- **Manager Saúde**: companhia de desenvolvimento de sistemas de integração, workflow de vendas e soluções de *Business Intelligence* (“BI”). Através da aquisição, a Companhia passou a oferecer soluções de integração e automação entre a sua plataforma e os diferentes sistemas de gestão de distribuidores e fabricantes de insumos hospitalares;
- **GTT Healthcare (GTMED)**: empresa de soluções de rastreabilidade (*Internet of Things*, “IoT”) para itens de alto custo no setor de saúde. Através da aquisição, a Companhia deu origem às soluções BioTracker, que atuam na rastreabilidade de itens de alto valor; e
- **Avatar**: companhia especializada no desenvolvimento de soluções inovadoras e automáticas para gestão do ciclo de receita em hospitais, adquirida pela Companhia em dezembro de 2020. Através da aquisição, a Companhia aumentou o escopo de atuação das suas soluções, passando a atuar no ciclo de receitas hospitalares.

A estratégia de aquisição da Companhia é baseada na identificação de empresas que ofereçam serviços em nuvem no mercado SaaS, de alta qualidade e com potencial de crescimento significativo, que possam ser alavancadas pelo canal comercial da Companhia e sua infraestrutura tecnológica. Dessa forma, a Companhia consegue acelerar as suas taxas de crescimento por meio de novas iniciativas de *cross-sell*.

As aquisições geralmente têm como alvo empresas que atendem a segmentos de clientes existentes, de modo que a força de vendas da Companhia consiga rapidamente incorporar os novos produtos aos processos existentes, impulsionado pela força da marca Bionexo perante os clientes. Adicionalmente, à medida que a solução adquirida é incorporada à nossa plataforma tecnológica, ela se beneficia de serviços computacionais comuns, como integrações nativas com ERPs do setor, captura de dados dos clientes, gestão de servidores, infraestrutura de dados e analytics, o que reforça a atratividade da própria solução e os retornos auferidos nas transações.

Como parte da estratégia de aquisição, atualmente, a Companhia possui mais de 260 empresas mapeadas em suas bases de dados que oferecem soluções ao setor de saúde. Essas empresas atuam nos mais diversos segmentos das cadeias de valor dos nossos clientes, como hotelaria hospitalar, *supply chain*, gestão de processos clínicos e de ciclo de receitas, dentre outros.

#### ***Administração experiente e com comprovado histórico de sucesso***

A Companhia vem ao longo do tempo desenhando sua estrutura visando ao bom andamento do negócio, tanto no Brasil como nos demais países em que atua. Atualmente conta com executivos experientes, com vivências complementares e que possuem em média 22 anos de carreira, sendo em média 7 anos na Companhia.

A Companhia adota como parte da remuneração dos principais executivos um programa de incentivos de longo prazo, baseado em remuneração atrelada à valorização das suas ações (*phantom shares*) e sujeito a um período de *vesting* de 4 anos.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 445 colaboradores, sendo: 164 focados em tecnologia e desenvolvimento de produtos, 129 em crescimento (seja vendas novas, retenção ou rentabilização), 95 em atenção aos clientes e 57 nas frentes Corporativas e de Finanças.

#### **Estratégia de Crescimento**

Com o objetivo de sustentar o crescimento futuro, ampliar o escopo de atuação das soluções e oferecer aos clientes as melhores soluções em nuvem para a gestão de processos na área da saúde, a Companhia acredita na implementação das medidas estratégicas listadas a seguir.

##### ***Promover o crescimento de novos serviços (novos e atuais) na rede de clientes atual***

Uma das principais estratégias da Companhia consiste no planejamento de medidas para capturar o aumento da penetração de seus produtos na base de clientes. Do lado das instituições de saúde, em 31 de dezembro de 2020, apenas 22% dos clientes possuíam mais de 1 serviço. Já do lado dos fornecedores, apenas 10% dos clientes ativos possuíam algum plano pago, ao passo que os demais ainda utilizavam o serviço de forma gratuita e com acesso limitado. Os principais aspectos para a implementação dessa estratégia são (i) capacidade de desenvolvimento de novos produtos e funcionalidades; (ii) relacionamento e proximidade com os clientes; (iii) o crescimento da rede de clientes e número de transações entre eles; e (iv) capacidade de monetizar os diferentes segmentos das cadeias, presentes nas soluções. Através desses aspectos, a Companhia acredita que será possível continuar a aumentar a sua capacidade de *cross-sell* e *up-sell*. Adicionalmente, a Companhia obteve expressivo crescimento no segmento de fornecedores ao longo dos últimos 5 anos, passando de 797 clientes pagantes em 31 de dezembro de 2015 para 3.282 clientes pagantes em 31 de dezembro de 2020, o que mostra a capacidade de criar ofertas e monetizar os diferentes elos da cadeia de saúde.

Como resultado dos processos de *cross-sell* e *up-sell*, a Companhia acredita ser capaz de capturar uma fatia cada vez maior dos gastos com tecnologia de seus clientes (*share of wallet*).

##### ***Expandir a base de clientes por meio da captura de novos clientes nos diferentes mercados de atuação***

Além da captação de clientes no Brasil, parte da estratégia de crescimento da Companhia também passa pela captura de novos clientes nos 4 países em que atua. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava presente em 2.223 instituições de saúde e possuía 3.282 clientes fornecedores pagantes, representando uma participação de mercado agregada nesses países de 20% para instituições de saúde e uma penetração agregada de 10% para fornecedores clientes. Como dois principais vetores para a captura de novos clientes, a Companhia possui: (i) os benefícios trazidos pelo “Efeito Rede” das soluções atuais, incluindo os ganhos de escala à medida que aumenta o seu ecossistema de clientes; e (ii) estrutura de vendas e marketing com processos segmentados e especialização de funções, composta atualmente por 110 profissionais que atuam de forma online e presencial.

##### ***Fortalecer e expandir a oferta de novos serviços financeiros no ecossistema digital***

O volume de transações realizadas através das soluções da Companhia somou R\$11,7 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essas transações geram dados estruturados em uma base que permite a análise contínua de novas ofertas. Uma das mais promissoras é a possibilidade de entregar aos clientes soluções financeiras que possam (i) reduzir o prazo de recebimento dos fornecedores; (ii) ampliar prazo de pagamento dos hospitais; (iii) reduzir o prazo de recebimento dos hospitais na relação com planos de saúde; e (iv) dar visibilidade de notas de crédito para ambos os lados da cadeia.

Para se ter como referência, os hospitais atualmente na plataforma possuem um prazo médio de pagamento aos seus fornecedores de 45 dias, chegando a mais de 90 em alguns casos. Na relação com as fontes pagadoras, dados da Associação Nacional de Hospitais Privados ("ANAHP") indicam que os hospitais privados possuem uma média de prazo de recebimento de suas contas médicas de 73 dias. Esses prazos geram oportunidades para ofertas de soluções de crédito.

Na solução Bionexo também se relacionam empresas com características e perfis de risco muito distintos, o que abre a possibilidade para oportunidade de crédito com perfis de risco/retorno diferentes. A Companhia já possui um produto de antecipação de recebíveis para fornecedores em teste. Por meio de um sistema de integração de dados, as contas a receber do hospital ficam disponíveis em uma interface compartilhada, para que diferentes bancos e fundos possam oferecer taxas competitivas de desconto, concorrendo entre si pela antecipação dos títulos. A Companhia não assume risco de crédito nas operações, mas viabiliza as operações por meio da tecnologia e captura uma taxa de serviço. Isso abre uma importante avenida de crescimento, baseada diretamente na monetização de sua base de valor transacionado.

#### ***Avaliar oportunidades de aquisições e parcerias estratégicas complementares no setor de atuação***

A Companhia busca a expansão do seu escopo de atuação por meio de aquisições e parcerias estratégicas. Pela presença e conhecimento do setor, é possível identificar as oportunidades que adicionam valor para os seus clientes, seja pela ampliação do escopo de atuação, adição de capacidade técnica no desenvolvimento de novas tecnologias e funcionalidades ou potenciais verticalizações com os serviços já oferecidos. Os alvos almejados possuem, essencialmente, as seguintes características: (i) alta qualidade das soluções e serviços; (ii) modelo de receita recorrente ou com potencial para ser transformada em recorrente; (iii) tecnologia baseada em nuvem; e (iv) alto potencial de crescimento através da venda para a base de clientes Bionexo. Entre os segmentos mapeados nas atuais oportunidades, podemos citar os de gestão do ciclo de receitas hospitalares, suporte à gestão clínica, hotelaria hospitalar e *supply chain*. Acreditamos que os serviços das companhias adquiridas passam a se beneficiar da escalabilidade dos processos de venda da Companhia e da sua base de tecnologia, suportados pela força de sua marca perante hospitais e fornecedores.

As aquisições já realizadas endossam a estratégia de ampliação de portfólio, ainda voltado às instituições de saúde e fornecedores. Seja através de soluções financeiras ou monitoramento e entrega de estoques, a Companhia tem se engajado e continuará engajada fortemente na expansão da oferta de serviços aos seus atuais e futuros clientes, mantendo seu objetivo de fortalecer as conexões entre os agentes da cadeia de saúde, para aumento da transparência e eficiência, visando contribuir para um setor de saúde melhor.

#### **Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças**

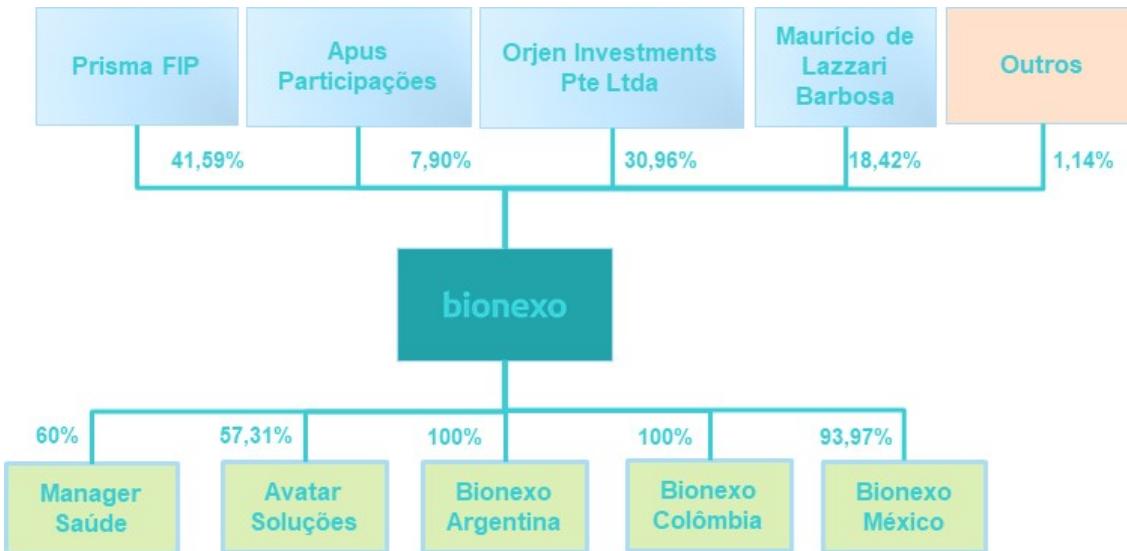
Os pontos fracos, obstáculos e ameaças à Companhia, seus negócios e condição financeira estão relacionados à concretização de um ou mais cenários adversos contemplados em nossos fatores de risco, ocorrendo de maneira combinada. Vide itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência.

#### **Eventos Recentes**

Até a presente data, não há eventos recentes envolvendo a Companhia.

#### **Estrutura Societária**

Apresentamos abaixo a estrutura societária da Companhia nesta data:



#### Cinco Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia

**As perspectivas de negócios da Companhia e seu crescimento dependem da capacidade da Companhia de antecipar e adaptar-se à evolução das novas tecnologias, tendências do mercado, demandas dos clientes e padrões da indústria.**

A fim de manter os negócios existentes e perspectivas de crescimento, a Companhia precisa, continuamente, desenvolver novos produtos e serviços para atender às necessidades de seus clientes, o que exige tempo e recursos significativos. O negócio da Companhia é altamente dependente da sua capacidade contínua de desenvolver soluções e tecnologias adequadas.

O negócio da Companhia depende da capacidade de (i) adaptação a rápidas mudanças nas tecnologias, (ii) adaptação a mudanças nas necessidades e exigências de seus clientes e nas tendências do mercado em que atua, (iii) introdução frequente de novos serviços, bem como de sua reação quanto a incertezas sobre o ciclo de vida dos seus serviços existentes, e (iv) adaptação a evolução das normas aplicáveis e desenvolvimentos tecnológicos imprevisíveis.

Novos serviços baseados em tecnologias novas ou melhoradas ou novos padrões da indústria podem tornar os serviços existentes da Companhia obsoletos. Citamos, como exemplo, a nossa solução digital BioNFe, para controle e gestão de notas fiscais, que poderá se tornar obsoleta caso as autoridades fiscais desenvolvam e disponibilizem aos contribuintes soluções digitais gratuitas que funcionem como ferramentas integradas de controle de notas fiscais, de tal forma que nossos clientes venham a dispensar a contratação da BioNFe.

O mercado em que a Companhia atua caracteriza-se por constantes avanços tecnológicos, evolução dos padrões de equipamentos de computação, desenvolvimento de softwares e da infraestrutura de comunicações, necessidades dos clientes cada vez mais complexas e frequentes introduções de novos produtos e aperfeiçoamentos nos produtos já existentes. Caso a Companhia não consiga prever e desenvolver novas tecnologias, aperfeiçoar e incrementar seus serviços em tempo hábil, posicionar ou precisar seus serviços de modo a atender a demanda do mercado, ou ter a capacidade de integrar os novos serviços adquiridos aos seus atuais serviços, os clientes da Companhia poderão deixar de adquirir novas licenças de software e serviços, ou a Companhia poderá perder sua competitividade no que diz respeito a manter seus clientes ou atrair novos clientes.

Quaisquer atrasos no desenvolvimento e lançamento de serviços novos ou melhorados ou atrasos para manter o ritmo das contínuas evoluções tecnológicas podem afetar adversamente a capacidade da Companhia de preservar a base de clientes existente e de atrair novos clientes, o que pode afetar material e adversamente os negócios, resultados financeiros e funcionamento da Companhia.

Ademais, os padrões de protocolos de rede e internet, bem como os demais padrões adotados pelo setor de atuação da Companhia, estão em constante evolução, não podendo a Companhia garantir que os padrões utilizados no desenvolvimento de seus produtos permanecerão aptos a assegurar eficiência na exploração de oportunidades comerciais nos mercados em que atua. Qualquer destes eventos pode afetar negativa e substancialmente a receita e a geração de caixa da Companhia.

A Companhia e seus fornecedores estão sujeitos a incidentes de segurança cibernética, que podem resultar na exposição de informações confidenciais de seus clientes e de sua respectiva rede, o que poderá impactar adversamente a Companhia, resultando em perda substancial de seus negócios, custos de investigação e mitigação, na aplicação de sanções regulatórias, em responsabilização legal e/ou em danos à sua reputação.

O setor de atividade da Companhia exige uma estrutura tecnológica altamente complexa e depende da operação ininterrupta e eficiente dos seus sistemas, incluindo os sistemas de software, nuvem pública, internet, telecomunicações e sistemas de terceiros. Adicionalmente, no curso normal de seus negócios, as atividades da Companhia estão vinculadas à gestão e análise de uma vasta gama de dados \confidenciais de seus clientes (incluindo dados cadastrais, financeiros e comerciais de seus clientes nos países onde opera). A Companhia está sujeita a falhas e interrupções totais ou parciais em seus serviços e softwares, bem como aqueles de fornecedores terceiros, que podem ensejar perdas de receitas, de clientes, possíveis ações indenizatórias impostas por seus clientes, aumento de custos operacionais e desvio de receitas, além de afetar negativamente sua reputação entre seus clientes e nos mercados em que atua.

A segurança de suas redes e sistemas de tecnologia, a não interrupção de tais redes e sistemas, a transmissão segura de informações confidenciais, o armazenamento seguro de tais dados, bem como o tratamento e a manutenção desses dados constituem elementos essenciais para as operações e estratégias de negócios da Companhia.

Nossas aplicações são desenvolvidas nos sistemas operacionais em nuvem da Amazon AWS, que opera em diversos países do mundo, como Estados Unidos, Canadá, Brasil, África do Sul, França, Reino Unido, Japão, Coreia do Sul, entre outros, interligados por meio de uma rede global, podendo ser vulneráveis a ações externas e sujeitas a danos advindos de diferentes fontes, incluindo desastres naturais, falhas nas telecomunicações ou na rede, vírus, ataques cibernéticos e outras falhas de segurança, de modo que as medidas preventivas adotadas pela Companhia podem não ser suficientes.

Qualquer acesso não autorizado, perda ou divulgação não autorizada de dados, indisponibilidade de acesso aos sistemas da Companhia, *malware*, *phishing* e outros eventos que possam ter um impacto adverso na segurança de dados da Companhia poderão impactar negativamente sua reputação e suas marcas, expondo a Companhia a litígios significativos (que podem sujeitar a Companhia ao pagamento de indenização), multas regulatórias, outras penalidades, perdas de clientes e/ou danos à sua reputação, o que poderá causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros da Companhia. Tal violação pode se caracterizar também como uma violação ao direito de privacidade, proteção de dados e outras normas aplicáveis, e resultar em exposição a contingências judiciais e financeiras significativas. Indisponibilidades ou interrupções dos sistemas de informação também podem comprometer o sistema de cobrança da Companhia.

As medidas que a Companhia deverá tomar para investigar e sanar incidentes de segurança cibernética podem exigir investimentos financeiros significativos e/ou serem insuficientes para repelir ou mitigar os efeitos do incidente, o que poderá causar danos de imagem à Companhia, bem como um efeito adverso relevante em seus negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros.

Adicionalmente, a conclusão de investigação de incidentes de segurança cibernética poderá levar tempo considerável não condizente com a velocidade necessária para o atendimento tempestivo, pela Companhia, a seus clientes e, durante as investigações, pode não ser identificada toda a extensão do dano ou a melhor forma de remediar-lo. A verificação de qualquer um dos referidos riscos poderá causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros da Companhia.

A Companhia também está sujeita ao risco de interrupção temporária nos sistemas automatizados que utiliza, inclusive em decorrência de eventos que estão fora de seu controle, tais como: (a) falhas elétricas ou de telecomunicações; (b) colapsos nos sistemas abastecedores; (c) falhas nos sistemas automatizados ou outros eventos que afetem terceiros com os quais são realizados negócios; bem como (d) eventos atípicos relacionados a problemas sociais, políticos e desastres naturais, tais como greves, enchentes, abalos sísmicos, crises de abastecimento, bloqueio de vias de acesso, instabilidades geopolíticas, entre outros. A ocorrência de qualquer um dos referidos eventos poderá resultar em custos adicionais, paralisação das operações, imposição de multas contratuais e perdas de receita, o que poderá causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros da Companhia.

Adicionalmente, os contratos com os prestadores de serviços que fornecem à Companhia determinados sistemas de informação por ela utilizados preveem que a falha no adimplemento da contraprestação pecuniária poderá provocar a interrupção imediata destes serviços e/ou a sujeitar a Companhia a multas pecuniárias e outras penalidades. Assim, se a Companhia não adimplir com suas obrigações financeiras sob os referidos contratos, tais serviços poderão ser interrompidos por seus prestadores, sem prejuízo de multas pecuniárias e outras penalidades que, individual ou conjuntamente, poderão afetar adversamente, e de forma relevante, as operações e os resultados financeiros da Companhia.

Eventuais erros cometidos pela Companhia na parametrização de indicadores, na programação de sistemas, na elaboração de códigos, na utilização de algoritmos, poderão levar os clientes a tomar decisões que afetem adversamente seus resultados, podendo resultar em responsabilização da Companhia perante os clientes e demandas indenizatórias por eles movidas contra a Companhia, além de rompimentos contratuais, com consequências financeiras adversas e impactos negativos para sua imagem perante o mercado, podendo os clientes buscar reparações por eventuais perdas decorrentes de tais falhas na esfera judicial.

**A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e poderá ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.**

Em 18 de setembro de 2020, entrou em vigor a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 – “LGPD”), que regula, de forma geral, as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais e o direito à privacidade e proteção de dados, prevendo os direitos dos titulares de dados pessoais, as hipóteses autorizadoras do tratamento de dados pessoais (bases legais), as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança envolvendo dados pessoais e compartilhamento de dados pessoais.

Além disso, a LGPD prevê sanções para o descumprimento de suas disposições, que variam de uma simples advertência e determinação da exclusão dos dados pessoais tratados de forma irregular à imposição de multa ou proibição do tratamento de dados pessoais. Especificamente para dados pessoais sensíveis, a LGPD ainda traz um regramento prevendo obrigações adicionais a serem observadas.

A LGPD também autoriza a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”), autoridade garantidora da observância das normas sobre proteção de dados, a qual foi formalmente constituída no dia 5 de novembro de 2020.

A aplicabilidade das sanções administrativas da LGPD (art. 52, 53 e 54) passará a ser possível a partir do dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020, sujeitando, a Companhia a sanções administrativas, como advertências, multas, e suspensão ou proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados. Independentemente da aplicabilidade das sanções administrativas da LGPD, falhas na proteção dos dados pessoais e dados pessoais sensíveis tratados pela Companhia e o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos, a partir da sua entrada em vigor: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas também na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido.

Além disso, diversos artigos da LGPD possuem previsão de regulamentação por parte da ANPD. Eventuais novas regulamentações podem invalidar ou restringir contratos atualmente vigentes que permitem o acesso da Companhia a dados pessoais.

Ainda, a Companhia poderá ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por ela e ser considerada solidariamente responsável por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por suas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Por possuir clientes em outros países da América Latina, a Companhia também está sujeita a regras similares de proteção de dados em tais países, incluindo Argentina, México e Colômbia. A Companhia poderá ser alvo de efeitos adversos similares aos descritos acima caso haja violação à legislação de proteção de dados existente nessas jurisdições.

Desta forma, a ausência de medidas suficientes para proteção dos dados pessoais, bem como a inadequação à legislação aplicável e incertezas quanto a interpretação da LGPD pelo Poder Judiciário e outras autoridades regulatórias (e.g., Senacon, Procons, Ministérios Públicos dos estados, dentre outros), podem acarretar multas elevadas, divulgação de incidentes para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base da Companhia e até a suspensão de suas atividades, o que poderá afetar negativamente sua reputação e seus resultados e, consequentemente, o valor de suas ações.

**A Companhia está sujeita a riscos relacionados a erros e mal funcionamento de suas soluções digitais que podem ser difíceis de serem corrigidos.**

A Companhia oferece soluções digitais tecnicamente complexas que, quando introduzidas no mercado pela primeira vez ou lançadas como novas versões, podem conter falhas cuja identificação não tenha sido apurada ou cuja correção seja de complexa execução. A existência de falhas, erros e eventuais atrasos ou impossibilidade de corrigi-los podem resultar em consequências negativas, incluindo: (i) cancelamento de contratos; (ii) atrasos na coleta de recebíveis; (iii) não aceitação das soluções digitais oferecidas pela Companhia no mercado; (iv) desvio de recursos de pesquisa e desenvolvimento que poderiam ser utilizados na criação de novos serviços; (v) possíveis ações indenizatórias; e (vi) problemas de reputação no mercado. A ocorrência de tais defeitos ou atrasos e a impossibilidade de corrigi-los podem afetar adversamente a reputação, os resultados e a condição financeira da Companhia.

**A falha ou incapacidade em proteger os seus direitos de propriedade intelectual poderá ter impactos negativos nos negócios da Companhia.**

O sucesso dos negócios da Companhia depende significativamente de sua capacidade de proteger e defender os seus direitos de propriedade intelectual, inclusive os seus segredos comerciais. A Companhia não consegue garantir que as medidas adotadas para proteger os seus direitos de propriedade intelectual serão suficientes, ou que terceiros não infringirão ou não se apropriarão indevidamente dos seus direitos de propriedade intelectual.

A Companhia está sujeita a processos baseados em alegações de quebra dos direitos autorais de propriedade intelectual de terceiros, devido, em parte, ao recente aumento do número de patentes e direitos autorais de empresas de tecnologia. Nesse sentido, determinadas melhorias tecnológicas, aperfeiçoamento, incremento e desenvolvimento de novas soluções digitais pela Companhia, com padrões semelhantes a soluções já desenvolvidas e registradas por outras empresas do setor de tecnologia da informação podem submeter a Companhia a processos judiciais e arbitrais por violação de direitos de propriedade intelectual que poderão impactar negativamente a reputação e os resultados da Companhia.

A Companhia utiliza e comercializa softwares próprios em suas atividades, os quais são desenvolvidos internamente por seus empregados e/ou por terceiros desenvolvedores. Não obstante a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, conforme alterada ("Lei do Software") disponha que direitos sobre softwares desenvolvidos como resultado de contrato de trabalho pertencem ao empregador, a Companhia pode estar sujeita a ações ajuizadas por ex-empregados reivindicando a titularidade sobre esses programas de computador. O mesmo pode ocorrer em relação a prestadores de serviços contratados para desenvolver os referidos softwares, caso os contratos com eles celebrados não prevejam expressamente a cessão de seus direitos patrimoniais de autor à Companhia ou caso eles decidam questionar tais disposições. Em ambas as hipóteses a Companhia poderá ser condenada à abstenção de uso dos softwares e ao pagamento de indenização.

A Companhia pode ser forçada a revisar, total ou parcialmente, produtos que eventualmente tenham infringido direito de propriedade intelectual de terceiros e/ou pagar quantias significativas de indenização, royalties ou licenciamento pelo uso de patentes ou direitos autorais de terceiros. A propositura de uma ação ou a revisão de um produto que se encontra em violação dos direitos de propriedade intelectual e/ou industrial de terceiros poderá afetar adversamente os resultados operacionais, imagem e a demanda pelos produtos da Companhia.

Ainda, eventos como o indeferimento definitivo dos pedidos de registro de marca da Companhia perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI") ou, ainda, o uso indevido ou não autorizado de suas marcas registradas por terceiros podem diminuir o valor das marcas ou afetar a reputação da Companhia. Há também o risco, ainda que por omissão, da Companhia não conseguir renovar o registro de alguma de suas marcas em tempo hábil, ou de que os seus concorrentes contestem ou invalidem quaisquer marcas, existentes ou futuras, registradas ou licenciadas.

Ainda, o monitoramento do uso não autorizado de propriedade intelectual, quando realizado, demanda esforços e recursos significativos. Além disso, ocasionalmente, terceiros já podem ter registrado ou adquirido direitos de marcas idênticas ou similares que atendam ao mesmo mercado da Companhia. Litígios dispendiosos e demorados podem ser necessários para impor e determinar o escopo de direitos de propriedade intelectual da Companhia, e se não obtiver êxito em defesa, os negócios da Companhia podem ser impactados adversamente.

Ademais, é possível que terceiros consigam copiar ou subtrair, por engenharia reversa, parcela dos produtos da Companhia ou de outra forma obter e utilizar sua propriedade intelectual, o que poderia prejudicar a posição competitiva da Companhia e reduzir o valor de suas marcas e produtos. Nesse caso, os negócios e resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados negativamente.

## SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, principalmente as informações contidas nas seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” nas páginas 17 e 64, respectivamente, deste Prospecto, e na seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência na página 288 deste Prospecto, e nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, anexas a este Prospecto, a partir da página 153, para melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

<b>Acionistas Vendedores</b>	Prisma Bazar FIP e Acionista Vendedor Pessoa Física, considerados em conjunto.
<b>Ações</b>	[•] ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.
<b>Ações Adicionais</b>	Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data de divulgação do Anúncio de Início, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), poderá, a critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), ou seja, em até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, das quais até [•] ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia e até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada na seção “Informações Sobre a Oferta – Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos” na página 37 deste Prospecto, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas.
<b>Ações do Lote Suplementar</b>	Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, das quais até [•] ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia e até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada na seção “Informações Sobre a Oferta – Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos” na página 37 deste Prospecto, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme Opção de Ações do Lote Suplementar.

**Ações em Circulação  
(*Free Float*) após a Oferta**

Na data deste Prospecto, não existem ações da Companhia em circulação no mercado. Após a realização da Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), um montante de até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Considerando a colocação das Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, um montante de até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Para maiores informações, ver seção “Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social da Companhia” na página 35 deste Prospecto.

**Agentes de Colocação  
Internacional**

pelo Itau BBA USA Securities, Inc., BofA Securities, Inc., BTG Pactual US Capital, LLC e UBS Securities LLC, considerados em conjunto.

**Anúncio de Encerramento**

Anúncio de Encerramento da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da da Bionexo S.A., a ser divulgado pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta, imediatamente após a distribuição da totalidade das Ações, limitado a 6 (seis) meses, contados a partir da data de divulgação do Anúncio de Início, na forma dos artigos 18 e 29 da Instrução CVM 400, informando acerca do resultado final da Oferta, nos endereços indicados na seção “Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 60 deste Prospecto.

**Anúncio de Início**

Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Bionexo S.A., a ser divulgado pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta na forma do artigo 52 da Instrução CVM 400, informando acerca do início do Prazo de Distribuição das Ações, nos endereços indicados na seção “Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 60 deste Prospecto.

**Anúncio de Retificação**

Anúncio comunicando a eventual suspensão, cancelamento, revogação ou modificação da Oferta, a ser divulgado pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta na rede mundial de computadores, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção “Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 60 deste Prospecto.

**Aprovações Societárias**

A aprovação do protocolo do pedido de registro e a realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 15 de fevereiro de 2021, cuja ata foi arquivada na JUCESP em [•] de [fevereiro] de 2021, sob o nº [•] e publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina DOESP e no jornal “Valor Econômico” em 18 de fevereiro de 2021.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu estatuto social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no jornal “Valor Econômico” na data de divulgação do Anúncio de Início e no DOESP até o dia útil seguinte.

Não será necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores para a participação na Oferta Secundária, incluindo a fixação do Preço por Ação e sua justificação.

**Aviso ao Mercado**

Aviso ao Mercado da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Bionexo S.A., divulgado nesta data e a ser novamente divulgado em [•] de [•] de 2021 pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta, com a identificação das Instituições Consorciadas, na forma do artigo 53 da Instrução CVM 400, informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, incluindo os relacionados ao recebimento de Pedidos de Reserva, nos endereços indicados na seção “Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 60 deste Prospecto.

**Bank of America**

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.

**BTG Pactual**

Banco BTG Pactual S.A.

**Características das Ações**

Para informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja item “Informações Sobre a Oferta – Características das Ações”, na página 46 deste Prospecto.

**Contrato de Distribuição**

Contrato de Coordenação, Distribuição e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Bionexo S.A., a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e, na qualidade de interveniente-anuente, a B3.

<b>Contrato de Distribuição Internacional</b>	<i>Placement Facilitation Agreement</i> , a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional.
<b>Contrato de Empréstimo</b>	Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias de Emissão da Bionexo S.A., a ser celebrado entre o [•], na qualidade de doador, o Agente Estabilizador, na qualidade de tomador, e a Corretora.
<b>Contrato de Estabilização</b>	Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Bionexo S.A., a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, o Agente Estabilizador, a Corretora e, na qualidade de intervenientes-anuentes, os demais Coordenadores da Oferta, que rege os procedimentos para a realização de operações de estabilização de preços das ações de emissão da Companhia no mercado brasileiro pelo Agente Estabilizador, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.
<b>Coordenador Líder ou Agente Estabilizador</b>	Banco Itaú BBA S.A.
<b>Coordenadores da Oferta</b>	Coordenador Líder, Bank of America, BTG Pactual e UBS BB, considerados em conjunto.
<b>Corretora</b>	Itaú Corretora de Valores S.A.
<b>Cronograma da Oferta</b>	Para informações acerca dos principais eventos a partir da divulgação do Aviso ao Mercado, veja a seção “Informações sobre a Oferta – Cronograma da Oferta”, na página 59 deste Prospecto.
<b>Data de Liquidação</b>	Data da liquidação física e financeira das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar), que deverá ser realizada dentro do prazo de até 2 dias úteis, contados a partir da data de divulgação do Anúncio de Início.
<b>Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar</b>	Data da liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar, caso haja o exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar, que ocorrerá dentro do prazo de até 2 dias úteis, contados da data do exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar.
<b>Deliberação CVM 476</b>	Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.
<b>Destinação dos Recursos</b>	Os recursos líquidos provenientes da Oferta, após a dedução das comissões e das despesas estimadas pela Companhia no âmbito da Oferta, serão destinados para: (i) pesquisa e desenvolvimento, e (ii) aquisições oportunísticas para crescimento inorgânico.  A Companhia não receberá qualquer recurso decorrente da Oferta Secundária, já que os recursos líquidos provenientes da Oferta Secundária serão integralmente repassados, nas respectivas proporções, aos Acionistas Vendedores.

Para informações adicionais, veja a seção “Destinação dos Recursos” na página 87 deste Prospecto.

**Disponibilização de anúncios e avisos da Oferta**

O Aviso ao Mercado, o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta, serão disponibilizados, até o encerramento da Oferta, nas páginas na rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3. Para informações adicionais, veja a seção “Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 60 deste Prospecto.

**Estabilização do Preço das Ações**

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, conduzir atividades de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, por um período de até 30 dias contados da data de início de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, por meio de operações bursáteis de compra e venda de ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.

Não existe obrigação, por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora, de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

**Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa**

Fixação do Preço por Ação em valor inferior ao resultado da subtração entre o valor mínimo previsto na Faixa Indicativa e o valor correspondente a 20% do valor máximo previsto na Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º, do Anexo II, do Código ANBIMA e do Ofício Circular SRE nº 01/2020 da CVM, hipótese em que os Investidores Não Institucionais poderão desistir dos respectivos Pedidos de Reserva.

**Faixa Indicativa**

Faixa indicativa do Preço por Ação apresentada na capa deste Prospecto, a ser fixada após a apuração do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. Estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$[•] e R\$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

**Fatores de Risco**

Os investidores devem ler as seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta”, descritos nas páginas 17 e 64, respectivamente, deste Prospecto, e na seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, na página 288 deste Prospecto, para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de decidir investir nas Ações.

**Garantia Firme de Liquidação**

Consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta de integralizar/liquidar, na Data de Liquidação, a totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) que tenham sido subscritas/adquiridas, mas não forem integralizadas/liquidadas pelos investidores que as subscreverem/adquirirem na Oferta, na proporção e até os limites individuais de garantia firme de cada um dos Coordenadores da Oferta, conforme indicado no Contrato de Distribuição.

Caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não tenham sido totalmente integralizadas/liquidadas na Data de Liquidação, cada um dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Distribuição, realizará, de forma individual e não solidária, a integralização/liquidação, na Data de Liquidação, na proporção e até os limites individuais previstos no Contrato de Distribuição, da totalidade do eventual saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, multiplicado pelo Preço por Ação, nos termos do Contrato de Distribuição; e (ii) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente integralizadas/liquidadas por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação, nos termos do Contrato de Distribuição. A Garantia Firme de Liquidação passará a ser vinculante a partir do momento em que, cumulativamente, for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, assinado e cumpridas as condições suspensivas previstas no Contrato de Distribuição e no Contrato de Distribuição Internacional, deferido o registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria “A” pela CVM, deferido o registro da Oferta pela CVM, divulgado o Anúncio de Início e disponibilizado o Prospecto Definitivo.

Para fins do disposto no item 5 do Anexo VI, da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação e posterior revenda das Ações junto ao público pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição, durante o Prazo de Distribuição, o preço de revenda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação estabelecido conforme o Procedimento de *Bookbuilding*, sendo certo que disposto nesse parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades previstas no Contrato de Estabilização, conforme disposto na seção “Informações Sobre a Oferta – Estabilização do Preço das Ações” na página 45 deste Prospecto.

**Informações Adicionais**

Maiores informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto às Instituições Participantes da Oferta, nos endereços e telefones indicados na seção “Informações sobre a Oferta – Informações Adicionais” na página 61 deste Prospecto.

A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que os registros da Oferta foram requeridos junto à CVM em [•] de [•] de 2021.

Os investidores que desejarem obter acesso a este Prospecto, ao Formulário de Referência ou informações adicionais sobre a Oferta deverão acessar as páginas da rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e/ou da B3 indicadas na seção “Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais” na página 61 deste Prospecto.

**Instituição Financeira  
Escrituradora das Ações**

Itaú Corretora de Valores S.A.

**Instituições Consorciadas**

Determinadas instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta para efetuar esforços de colocação das Ações exclusivamente junto aos Investidores Não Institucionais.

**Instituições Participantes da  
Oferta**

Coordenadores da Oferta e Instituições Consorciadas, considerados em conjunto.

**Instrumentos de *Lock-up***

Acordos de restrição à venda de ações ordinárias de emissão da Companhia assinados pelos Administradores e pelos Acionistas Vendedores.

**Investidores Estrangeiros**

Os Investidores Estrangeiros contemplam: (i) nos Estados Unidos investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na *Rule 144A* do *Securities Act*, editada pela SEC, em operações isentas de registro, previstas no *Securities Act* e regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, exceto os Estados Unidos e o Brasil, os investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis dos Estados Unidos da América (*non-U.S. persons*), nos termos do Regulamento S, editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor e, em ambos os casos, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pela Resolução CMN 4.373, e pela Resolução CVM 13, ou pela Lei 4.131.

**Investidor Institucional**

Investidores Institucionais Locais e Investidores Estrangeiros, considerados em conjunto.

**Investidores Institucionais Locais**

Pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3 (que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM), que sejam considerados investidores profissionais nos termos da regulamentação em vigor, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, e que não sejam considerados Investidores Não Institucionais, além de investidores profissionais e investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM 539, como fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, carteiras administradas discricionárias, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, inexistindo valores mínimos e máximos de investimento, nos termos da Instrução CVM 539.

**Investidor Não Institucional**

Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, e que não sejam considerados Investidores Institucionais, que formalizem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, junto a uma única Instituição Consorciada, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva, nos termos da regulamentação aplicável.

**Negociação na B3**

As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à divulgação do Anúncio de Início, sob o código “NGRD3”.

<b>Oferta</b>	Oferta Primária e Oferta Secundária, consideradas em conjunto.
<b>Oferta de Varejo</b>	Distribuição de, no mínimo, 10% e, no máximo, 20% da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a critério dos Coordenadores da Oferta e da Companhia, destinada prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que realizarem Pedido de Reserva, nos termos do artigo 12 do Regulamento do Novo Mercado.
<b>Oferta Institucional</b>	Após o atendimento aos Pedidos de Reserva, as Ações remanescentes que não forem colocadas na Oferta de Varejo, serão destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas e não sendo estipulados valores mínimo ou máximo de investimento, uma vez que cada Investidor Institucional deverá assumir a obrigação de verificar se está cumprindo com os requisitos para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de <i>Bookbuilding</i> .
<b>Oferta Primária</b>	A distribuição primária de[, inicialmente,] [*] ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução CVM 400, sob coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação das Instituições Consorciadas, junto a Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais, com esforços de colocação das Ações no exterior realizados pelos Agentes de Colocação Internacional, exclusivamente junto a Investidores Estrangeiros.
<b>Oferta Secundária</b>	A distribuição secundária de, inicialmente, [*] ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução CVM 400, sob coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação das Instituições Consorciadas, junto a Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais, com esforços de colocação das Ações no exterior realizados pelos Agentes de Colocação Internacional, exclusivamente junto a Investidores Estrangeiros.

**Opção de Ações do Lote Suplementar**

Opção de distribuição das Ações do Lote Suplementar, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a ser outorgada pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, desde que a decisão de sobrelocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

**Pedido de Reserva**

Formulário específico, celebrado em caráter irrevogável e irretratável, exceto nas circunstâncias ali previstas, para a subscrição/aquisição de Ações no âmbito da Oferta de Varejo, firmado por Investidores Não Institucionais e por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas com uma única Instituição Consorciada durante o Período de Reserva e durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso.

**Período de Reserva**

Período compreendido entre [•] de [•] de 2021, inclusive, e [•] de [•] de 2021, inclusive, destinado à efetivação dos Pedidos de Reserva pelos Investidores Não Institucionais.

**Período de Reserva para Pessoas Vinculadas**

Período compreendido entre [•] de [•] de 2021, inclusive, e [•] de [•] de 2021, inclusive, data esta que antecederá em pelo menos 7 dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, destinado à formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas.

**Pessoas Vinculadas**

Para os fins da presente Oferta, e nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 1º, inciso VI, da Instrução CVM 505, serão consideradas pessoas vinculadas à Oferta os investidores que sejam (i) controladores pessoa física ou jurídica e/ou administradores da Companhia e dos Acionistas Vendedores e/ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau; (ii) controladores pessoa física ou jurídica e/ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação e distribuição da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta e/ou com os Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou pelos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidas na Oferta; (vii) sociedades controladas, direta ou indiretamente por pessoas físicas ou jurídicas vinculadas às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidas na Oferta; (viii) cônjuge ou companheiro e filhos menores das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e (ix) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados.

**Prazo de Distribuição**

O prazo para a distribuição das Ações será (i) de até 6 meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) até a data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.

**Preço por Ação**

No contexto da Oferta, estima-se que o preço de subscrição, conforme o caso, por Ação estará situado entre R\$[•] e R\$[•], ressalvado, no entanto, que o preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa. Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo dessa Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de o Preço por Ação ser inferior ao resultado da subtração entre o valor mínimo previsto na Faixa Indicativa e o valor correspondente a 20% do valor máximo previsto na Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do Ofício Circular SRE nº 01/2020 da CVM, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, conforme descrito neste Prospecto.

O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário”, na página 67 deste Prospecto.

**Procedimento de *Bookbuilding***

Procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, conforme previsto no Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no Contrato de Distribuição Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º e no artigo 44 da Instrução CVM 400.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding* em até 20% da quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), não será permitida a colocação de Ações a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas.

#### **Público Alvo da Oferta**

Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais, considerados em conjunto.

#### **Restrições à Negociação das Ações (*Lock-up*)**

[A Companhia, os Acionistas Vendedores e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia obrigar-se-ão perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, pelo período de [180] dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, a não efetuar, direta ou indiretamente, quaisquer das seguintes operações com relação a quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, exercíveis ou permutáveis por ações ordinárias de emissão da Companhia (“**Valores Mobiliários Sujeitos ao Lock-up**”), sujeito a determinadas exceções: (i) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, empenhar ou de outro modo dispor dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (ii) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, contratar a compra ou outorgar quaisquer opções, direitos ou garantias para adquirir os Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (iii) celebrar qualquer contrato de *swap*, *hedge* ou qualquer acordo que transfira a outros, no todo ou em parte, quaisquer dos resultados econômicos decorrentes da titularidade dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; ou (iv) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens (i) a (iii).]

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações ordinárias de emissão da Companhia poderá prejudicar o valor de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A emissão, a venda ou a percepção de uma potencial emissão ou venda, de quantidades significativas das ações ordinárias de emissão da Companhia, inclusive pelo acionista controlador, após a conclusão da Oferta e/ou após o período de *Lock-up*, poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia”, na página 65 deste Prospecto.

<b>UBS BB</b>	UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
<b>Valor Total da Oferta</b>	R\$[•], considerando o Preço por Ação, que é o ponto médio da faixa de preço indicada na capa deste Prospecto e sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.
<b>Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva</b>	O valor mínimo de pedido de investimento é de R\$3.000,00 e o valor máximo de pedido de investimento é de R\$1.000.000,00 por Investidor Não Institucional.
<b>Valores Mobiliários Sujeitos ao Lock-up</b>	Ações ordinárias de emissão da Companhia ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, exercíveis em ou permutáveis por ações ordinárias de emissão da Companhia sujeitas ao <i>Lock-up</i> .
<b>Veracidade das Informações</b>	A Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade a respeito das informações constantes deste Prospecto, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, as quais se encontram anexas a este Prospecto a partir da página 139.

## INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

### Composição do Capital Social da Companhia

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R\$132.456.853,96, totalmente subscrito e integralizado, representado por 132.447.193 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, já considerando o aumento de capital mediante emissão de 50.397 novas ações, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de janeiro de 2021, em razão do exercício das opções objeto do Plano de Opções, conforme descrito na seção de “Diluição” na página 90 deste Prospecto (“**Aumento de Capital - SOP**”).

O capital social poderá ser aumentado independentemente de reforma estatutária, até o limite de 250.000.000 novas ações, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão, a quantidade de ações ordinárias a serem emitidas e as demais condições de subscrição/integralização de tais ações dentro do capital autorizado, assim como a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia.

Os quadros abaixo indicam a composição do capital social da Companhia, integralmente subscrito e integralizado, na data deste Prospecto e a previsão após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, já considerando o Aumento de Capital - SOP:

Espécie e Classe das Ações	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
	Quantidade	Valor (em R\$)	Quantidade	Valor <sup>(1)(2)</sup> (em R\$)
Ordinárias.....	[132.447.193]	[132.456.853,96]	[•]	[•]
<b>Total.....</b>	<b>[132.447.193]</b>	<b>[132.456.853,96]</b>	<b>[•]</b>	<b>[•]</b>

<sup>(1)</sup> Com base no Preço por Ação de R\$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.

<sup>(2)</sup> Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação das Ações, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar, já considerando o Aumento de Capital - SOP:

Espécie e Classe das Ações	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
	Quantidade	Valor (em R\$)	Quantidade	Valor <sup>(1)(2)</sup> (em R\$)
Ordinárias.....	[132.447.193]	[132.456.853,96]	[•]	[•]
<b>Total.....</b>	<b>[132.447.193]</b>	<b>[132.456.853,96]</b>	<b>[•]</b>	<b>[•]</b>

<sup>(1)</sup> Com base no Preço por Ação de R\$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.

<sup>(2)</sup> Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação das Ações, sem considerar as Ações Adicionais, mas considerando as Ações do Lote Suplementar, já considerando o Aumento de Capital - SOP:

Espécie e Classe das Ações	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
	Quantidade	Valor (em R\$)	Quantidade	Valor <sup>(1)(2)</sup> (em R\$)
Ordinárias.....	[132.447.193]	[132.456.853,96]	[•]	[•]
<b>Total.....</b>	<b>[132.447.193]</b>	<b>[132.456.853,96]</b>	<b>[•]</b>	<b>[•]</b>

<sup>(1)</sup> Com base no Preço por Ação de R\$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.

<sup>(2)</sup> Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, já considerando o Aumento de Capital - SOP:

Espécie e Classe das Ações	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
	Quantidade	Valor (em R\$)	Quantidade	Valor <sup>(1)(2)</sup> (em R\$)
Ordinárias.....	[132.447.193]	[132.456.853,96]	[•]	[•]
<b>Total.....</b>	<b>[132.447.193]</b>	<b>[132.456.853,96]</b>	<b>[•]</b>	<b>[•]</b>

(1) Com base no Preço por Ação de R\$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

### Principais Acionistas e Administradores da Companhia

Os quadros abaixo indicam a quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia detidas por acionistas titulares de 5% ou mais de ações ordinárias de emissão da Companhia e pelos membros da administração da Companhia, na data deste Prospecto e a previsão para após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

Acionista	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Prisma Bazar FIP .....	[55.065.984]	[41,58]	[•]	[•]
Apus Participações S.A.....	[10.460.416]	[7,90]	[•]	[•]
Maurício de Lázzeri Barbosa.....	[24.407.636]	[18,42]		
Orjen Investments Pte. Ltd.....	[41.007.292]	[30,96]	[•]	[•]
Ações em tesouraria .....	[0]	[0]	[•]	[•]
Outros .....	[1.505.865]	[1,14]	[•]	[•]
Ações em circulação .....	0	0	[•]	[•]
<b>Total.....</b>	<b>[132.447.193]</b>	<b>100,00</b>	<b>[•]</b>	<b>100,00</b>

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

Acionista	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Prisma Bazar FIP .....	[55.065.984]	[41,58]	[•]	[•]
Apus Participações S.A.....	[10.460.416]	[7,90]	[•]	[•]
Maurício de Lázzeri Barbosa.....	[24.407.636]	[18,42]		
Orjen Investments Pte. Ltd.....	[41.007.292]	[30,96]	[•]	[•]
Ações em tesouraria .....	[0]	[0]	[•]	[•]
Outros .....	[1.505.865]	[1,14]	[•]	[•]
Ações em circulação .....	0	0	[•]	[•]
<b>Total.....</b>	<b>[132.447.193]</b>	<b>100,00</b>	<b>[•]</b>	<b>100,00</b>

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Adicionais, mas considerando as Ações do Lote Suplementar:

Acionista	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Prisma Bazar FIP .....	[55.065.984]	[41,58]	[•]	[•]
Apus Participações S.A.....	[10.460.416]	[7,90]	[•]	[•]
Maurício de Lázzeri Barbosa.....	[24.407.636]	[18,42]		
Orjen Investments Pte. Ltd.....	[41.007.292]	[30,96]	[•]	[•]
Ações em tesouraria .....	[0]	[0]	[•]	[•]
Outros .....	[1.505.865]	[1,14]	[•]	[•]
Ações em circulação .....	0	0	[•]	[•]
<b>Total.....</b>	<b>[132.447.193]</b>	<b>100,00</b>	<b>[•]</b>	<b>100,00</b>

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

Acionista	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Prisma Bazar FIP .....	[55.065.984]	[41,58]	[•]	[•]
Apus Participações S.A. ....	[10.460.416]	[7,90]	[•]	[•]
Maurício de Lázzeri Barbosa.....	[24.407.636]	[18,42]		
Orjen Investments Pte. Ltd.....	[41.007.292]	[30,96]	[•]	[•]
Ações em tesouraria .....	[0]	[0]	[•]	[•]
Outros .....	[1.505.865]	[1,14]	[•]	[•]
Ações em circulação .....	0	0	[•]	[•]
<b>Total.....</b>	<b>[132.447.193]</b>	<b>100,00</b>	<b>[•]</b>	<b>100,00</b>

Para informações adicionais, os investidores devem ler a seção “15. Controle e Grupo Econômico” do Formulário de Referência na página 507 deste Prospecto.

### **Acionistas Vendedores**

Segue abaixo descrição sobre os Acionistas Vendedores:

**Prisma Bazar Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, fundo de investimento em participações, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 27.123.654/0001-69, representado por sua gestora Prisma Capital Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 27.451.028/0001-00, com sede na cidade e Estado de São Paulo, na Rua Pedroso Alvarenga, nº 691, conjunto 1.601, Itaim Bibi, CEP 04531-011.

**Maurício de Lazzari Barbosa**, brasileiro, divorciado, engenheiro, titular da cédula de identidade RG n 7.481.000, inscrito no CPF/ME sob o nº 074.797.828, residente e domiciliado na Av. Dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, nº 225, CD 5, CA 09, Jardim Madalena, CEP 13091-611, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

### **Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos**

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada por cada Acionista Vendedor, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

	Quantidade	Montante <sup>(1)</sup>	Recursos Líquidos <sup>(1)(2)</sup>
		(R\$)	(R\$)
Companhia .....	[•]	[•]	[•]
Prisma Bazar FIP .....	[•]	[•]	[•]
Maurício de Lázzeri Barbosa .....	[•]	[•]	[•]
[•] .....	[•]	[•]	[•]
<b>Total.....</b>	<b>[•]</b>	<b>[•]</b>	<b>[•]</b>

<sup>(1)</sup> Com base no Preço por Ação de R\$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.

<sup>(2)</sup> Deduzidas as comissões, despesas, tributos e outras retenções da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada por cada Acionista Vendedor, considerando as Ações Adicionais, sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

	Quantidade	Montante <sup>(1)</sup>	Recursos Líquidos <sup>(1)(2)</sup>
		(R\$)	(R\$)
Companhia .....	[•]	[•]	[•]
Prisma Bazar FIP .....	[•]	[•]	[•]
Maurício de Lázzeri Barbosa .....	[•]	[•]	[•]
[•] .....	[•]	[•]	[•]
<b>Total.....</b>	<b>[•]</b>	<b>[•]</b>	<b>[•]</b>

<sup>(1)</sup> Com base no Preço por Ação de R\$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.

<sup>(2)</sup> Deduzidas as comissões, despesas, tributos e outras retenções da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada por cada Acionista Vendedor, sem considerar as Ações Adicionais, mas considerando as Ações do Lote Suplementar:

	<b>Quantidade</b>	<b>Montante<sup>(1)</sup></b> (R\$)	<b>Recursos Líquidos<sup>(1)(2)</sup></b> (R\$)
Companhia .....	[•]	[•]	[•]
Prisma Bazar FIP .....	[•]	[•]	[•]
Maurício de Lázzeri Barbosa .....	[•]	[•]	[•]
[•] .....	[•]	[•]	[•]
<b>Total.....</b>	<b>[•]</b>	<b>[•]</b>	<b>[•]</b>

<sup>(1)</sup> Com base no Preço por Ação de R\$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.

<sup>(2)</sup> Deduzidas as comissões, despesas, tributos e outras retenções da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada por cada Acionista Vendedor, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

	<b>Quantidade</b>	<b>Montante<sup>(1)</sup></b> (R\$)	<b>Recursos Líquidos<sup>(1)(2)</sup></b> (R\$)
Companhia .....	[•]	[•]	[•]
Prisma Bazar FIP .....	[•]	[•]	[•]
Maurício de Lázzeri Barbosa .....	[•]	[•]	[•]
[•] .....	[•]	[•]	[•]
<b>Total.....</b>	<b>[•]</b>	<b>[•]</b>	<b>[•]</b>

<sup>(1)</sup> Com base no Preço por Ação de R\$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.

<sup>(2)</sup> Deduzidas as comissões, despesas, tributos e outras retenções da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

## Descrição da Oferta

A Oferta consistirá na distribuição pública primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, com o Código ANBIMA, bem como com esforços de dispersão acionária nos termos do Regulamento do Novo Mercado e demais normativos aplicáveis, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação de determinadas Instituições Consorciadas.

Simultaneamente, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados nos termos do Contrato de Distribuição Internacional.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do Anúncio de Início, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar, conforme abaixo definido) poderá, a critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até [20]% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), ou seja, em até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, das quais até [•] ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia e até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada na seção “Informações Sobre a Oferta – Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos” na página 37 deste Prospecto, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas (“Ações Adicionais”).

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, das quais até [•] ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia e até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada na seção “Informações Sobre a Oferta – Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos” na página 37 deste Prospecto, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas (“**Ações do Lote Suplementar**”), conforme opção a ser outorgada pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito da Oferta (“**Opção de Ações do Lote Suplementar**”). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Lei do Mercado de Capitais.

### **Aprovações Societárias**

A aprovação do protocolo do pedido de registro e a realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 15 de fevereiro de 2021, cuja ata foi arquivada na JUCESP em [•] de [fevereiro] de 2021, sob o nº [•] e publicada no DOESC e no jornal “Valor Econômico” em 18 de fevereiro de 2021.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu estatuto social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de Bookbuilding e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no jornal “Valor Econômico” na data de divulgação do Anúncio de Início e no DOESP até o dia útil seguinte.

Não será necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores para a participação na Oferta Secundária, incluindo a fixação do Preço por Ação e sua justificação.

### **Instituições Participantes da Oferta**

Os Coordenadores da Oferta, em nome da Companhia e dos Acionistas Vendedores, convidarão as Instituições Consorciadas para efetuar esforços de colocação das Ações exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais.

## **Preço por Ação**

No contexto da Oferta, estima-se que o preço por Ação estará situado entre R\$[•] e R\$[•] (“Faixa Indicativa”), ressalvado, no entanto, que o preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa (“Preço por Ação”). Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo dessa Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de o Preço por Ação ser inferior ao resultado da subtração entre o valor mínimo previsto na Faixa Indicativa e o valor correspondente a 20% do valor máximo previsto na Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do Ofício-Circular SRE nº 01/2020 da CVM, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva.

Para mais informações, veja seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Como resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, o Preço por Ação poderá ser fixado abaixo da Faixa Indicativa e, nesta hipótese, os Investidores Não Institucionais poderão exercer a opção de desistir de seus Pedidos de Reserva.”, na página 67 deste Prospecto.

O Preço por Ação será fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, conforme previsto no Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no Contrato de Distribuição Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 (“Procedimento de *Bookbuilding*”).

O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding* em até 20% da quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), não será permitida a colocação de Ações a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas.

As Pessoas Vinculadas às Instituições Participantes da Oferta e/ou a quaisquer dos Agentes de Colocação Internacional, poderão realizar seus respectivos Pedidos de Reserva ou intenções de investimento, conforme o caso, somente por meio da entidade a que estiverem vinculadas.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros (i) não sejam Pessoas Vinculadas, e (ii) se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400. **Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, na página 69 deste Prospecto.**

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário”, na página 67 deste Prospecto.

#### **Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta**

Na data deste Prospecto, não existem ações da Companhia em negociação no mercado. Após a realização da Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), um montante de até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Considerando a colocação das Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, um montante de até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Para maiores informações, ver seção “Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social da Companhia” na página 35 deste Prospecto.

#### **Custos de Distribuição**

As despesas com auditores, advogados, traduções, taxas de registro e outras despesas descritas abaixo serão suportadas exclusivamente pela Companhia. As comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta serão suportadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores na proporção das Ações ofertadas por cada um deles. **Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Com exceção das comissões dos Coordenadores da Oferta sobre as Ações objeto da Oferta Secundária, a Companhia arcará com todas demais comissões, custos e despesas relacionadas à Oferta, o que impactará os valores líquidos a serem recebidos pela Companhia na Oferta e poderá afetar adversamente os resultados da Companhia no período subsequente à conclusão da Oferta.”, na página 70 deste Prospecto.**

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

Comissões e Despesas	Valor total <sup>(1)(10)</sup> (R\$)	% em relação ao Valor Total da Oferta <sup>(10)</sup>	Custo unitário por Ação <sup>(10)</sup> (R\$)
<b>Comissões da Oferta<sup>(2)</sup></b>			
Comissão de Coordenação <sup>(3)</sup> .....	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Colocação <sup>(4)</sup> .....	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Garantia Firme <sup>(5)</sup> .....	[•]	[•]%	[•]
Remuneração de Incentivo <sup>(6)</sup> .....	[•]	[•]%	[•]
<b>Total de Comissões</b> .....	[•]	[•]%	[•]
<b>Despesas da Oferta<sup>(7)</sup></b>			
Impostos, Taxa e Outras Retenções.....	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na CVM.....	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na B3 .....	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA .....	[•]	[•]%	[•]
<b>Total de Despesas com Taxas da Oferta</b> .....	[•]	[•]%	[•]
Despesas com Advogados <sup>(8)</sup> .....	[•]	[•]%	[•]
Despesas com Auditores Independentes .....	[•]	[•]%	[•]
Outras Despesas <sup>(9)</sup> .....	[•]	[•]%	[•]
<b>Total de Outras Despesas da Oferta</b> .....	[•]	[•]%	[•]
<b>Total de Despesas da Oferta</b> .....	[•]	[•]%	[•]
<b>Total de Comissões e Despesas da Oferta</b> .....	[•]	[•]%	[•]

(1) Com base no Preço por Ação de R\$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.

(2) Comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores.

(3) Corresponde a 20% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações ofertadas, sem considerar as as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Corresponde a 60% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações ofertadas, sem considerar as as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(5) Corresponde a 20% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações ofertadas, sem considerar as as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(6) Corresponde a até [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações ofertadas, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. A Remuneração de Incentivo, conforme descrito no Contrato de Distribuição, constitui parte **estritamente** discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta.

(7) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente pela Companhia.

(8) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(9) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*).

(10) Sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

Comissões e Despesas	Valor total <sup>(1)(10)</sup> (R\$)	% em relação ao Valor Total da Oferta <sup>(10)</sup>	Custo unitário por Ação <sup>(10)</sup> (R\$)
<b>Comissões da Oferta<sup>(2)</sup></b>			
Comissão de Coordenação <sup>(3)</sup> .....	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Colocação <sup>(4)</sup> .....	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Garantia Firme <sup>(5)</sup> .....	[•]	[•]%	[•]
Remuneração de Incentivo <sup>(6)</sup> .....	[•]	[•]%	[•]
<b>Total de Comissões</b> .....	<b>[•]</b>	<b>[•]%</b>	<b>[•]</b>
<b>Despesas da Oferta<sup>(7)</sup></b>			
Impostos, Taxa e Outras Retenções.....	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na CVM.....	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na B3 .....	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA .....	[•]	[•]%	[•]
<b>Total de Despesas com Taxas da Oferta</b> .....	<b>[•]</b>	<b>[•]%</b>	<b>[•]</b>
Despesas com Advogados <sup>(8)</sup> .....	[•]	[•]%	[•]
Despesas com Auditores Independentes .....	[•]	[•]%	[•]
Outras Despesas <sup>(9)</sup> .....	[•]	[•]%	[•]
<b>Total de Outras Despesas da Oferta</b> .....	<b>[•]</b>	<b>[•]%</b>	<b>[•]</b>
<b>Total de Despesas da Oferta</b> .....	<b>[•]</b>	<b>[•]%</b>	<b>[•]</b>
<b>Total de Comissões e Despesas da Oferta</b> .....	<b>[•]</b>	<b>[•]%</b>	<b>[•]</b>

(1) Com base no Preço por Ação de R\$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.

(2) Comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores.

(3) Corresponde a 20% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações ofertadas, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Corresponde a 60% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações ofertadas, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(5) Corresponde a 20% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações ofertadas, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(6) Corresponde a até [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações ofertadas, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. A Remuneração de Incentivo, conforme descrito no Contrato de Distribuição, constitui parte **estritamente** discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta.

(7) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente pela Companhia.

(8) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(9) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*).

(10) Considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar Ações do Lote Suplementar.

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais, mas considerando as Ações do Lote Suplementar:

Comissões e Despesas	Valor total <sup>(1)(10)</sup> (R\$)	% em relação ao Valor Total da Oferta <sup>(10)</sup>	Custo unitário por Ação <sup>(10)</sup> (R\$)
<b>Comissões da Oferta<sup>(2)</sup></b>			
Comissão de Coordenação <sup>(3)</sup> .....	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Colocação <sup>(4)</sup> .....	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Garantia Firme <sup>(5)</sup> .....	[•]	[•]%	[•]
Remuneração de Incentivo <sup>(6)</sup> .....	[•]	[•]%	[•]
<b>Total de Comissões</b> .....	<b>[•]</b>	<b>[•]%</b>	<b>[•]</b>
<b>Despesas da Oferta<sup>(7)</sup></b>			
Impostos, Taxa e Outras Retenções.....	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na CVM.....	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na B3 .....	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA .....	[•]	[•]%	[•]
<b>Total de Despesas com Taxas da Oferta</b> .....	<b>[•]</b>	<b>[•]%</b>	<b>[•]</b>
Despesas com Advogados <sup>(8)</sup> .....	[•]	[•]%	[•]
Despesas com Auditores Independentes .....	[•]	[•]%	[•]
Outras Despesas <sup>(9)</sup> .....	[•]	[•]%	[•]
<b>Total de Outras Despesas da Oferta</b> .....	<b>[•]</b>	<b>[•]%</b>	<b>[•]</b>
<b>Total de Despesas da Oferta</b> .....	<b>[•]</b>	<b>[•]%</b>	<b>[•]</b>
<b>Total de Comissões e Despesas da Oferta</b> .....	<b>[•]</b>	<b>[•]%</b>	<b>[•]</b>

(1) Com base no Preço por Ação de R\$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.

(2) Comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores.

(3) Corresponde a 20% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações ofertadas, sem considerar as Ações Adicionais, mas considerando as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Corresponde a 60% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações ofertadas, sem considerar as Ações Adicionais, mas considerando as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(5) Corresponde a 20% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações ofertadas, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, uma vez que as Ações do Lote Suplementar não são objeto da Garantia Firme de Liquidação; e (ii) o Preço por Ação.

(6) Corresponde a até [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações ofertadas, sem considerar as Ações Adicionais, mas considerando as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. A Remuneração de Incentivo, conforme descrito no Contrato de Distribuição, constitui parte **estritamente** discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta.

(7) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente pela Companhia.

(8) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(9) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*).

(10) Considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais.

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

Comissões e Despesas	Valor total <sup>(1)(10)</sup> (R\$)	% em relação ao Valor Total da Oferta <sup>(10)</sup>	Custo unitário por Ação <sup>(10)</sup> (R\$)
<b>Comissões da Oferta<sup>(2)</sup></b>			
Comissão de Coordenação <sup>(3)</sup> .....	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Colocação <sup>(4)</sup> .....	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Garantia Firme <sup>(5)</sup> .....	[•]	[•]%	[•]
Remuneração de Incentivo <sup>(6)</sup> .....	[•]	[•]%	[•]
<b>Total de Comissões</b> .....	[•]	[•]%	[•]
<b>Despesas da Oferta<sup>(7)</sup></b>			
Impostos, Taxa e Outras Retenções.....	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na CVM.....	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na B3 .....	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA .....	[•]	[•]%	[•]
<b>Total de Despesas com Taxas da Oferta</b> .....	[•]	[•]%	[•]
Despesas com Advogados <sup>(8)</sup> .....	[•]	[•]%	[•]
Despesas com Auditores Independentes .....	[•]	[•]%	[•]
Outras Despesas <sup>(9)</sup> .....	[•]	[•]%	[•]
<b>Total de Outras Despesas da Oferta</b> .....	[•]	[•]%	[•]
<b>Total de Despesas da Oferta</b> .....	[•]	[•]%	[•]
<b>Total de Comissões e Despesas da Oferta</b> .....	[•]	[•]%	[•]

(1) Com base no Preço por Ação de R\$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.

(2) Comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores.

(3) Corresponde a 20% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações ofertadas, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Corresponde a 60% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações ofertadas, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(5) Corresponde a 20% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações ofertadas, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar, uma vez que as Ações do Lote Suplementar não são objeto da Garantia Firme de Liquidação; e (ii) o Preço por Ação.

(6) Corresponde a até [•] sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações ofertadas, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. A Remuneração de Incentivo, conforme descrito no Contrato de Distribuição, constitui parte **estritamente** discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta.

(7) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente pela Companhia.

(8) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(9) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*).

(10) Considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

Para fins da Instrução CVM 400 e do artigo 3º do Anexo II do Código ANBIMA, não há outra remuneração devida pela Companhia às Instituições Participantes da Oferta ou aos Agentes de Colocação Internacional, exceto pela remuneração descrita acima e pelos ganhos decorrentes da atividade de estabilização, bem como não existe nenhum outro tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

### Estabilização do Preço das Ações

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, conduzir atividades de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, por um período de até 30 dias contados da data de início de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, por meio de operações bursáteis de compra e venda de ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.

Não existe obrigação, por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora, de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

A partir da divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM, nos endereços indicados na seção “Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais” na página 61 deste Prospecto.

### **Características das Ações**

As Ações conferirão a seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos atuais titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data, dentre os quais se incluem os seguintes:

- direito de voto nas assembleias gerais da Companhia, sendo que cada ação ordinária de emissão da Companhia corresponde a um voto;
- observadas as disposições aplicáveis na Lei das Sociedades por Ações e no estatuto social da Companhia, direito ao recebimento de dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e dividendos adicionais e demais proventos de qualquer natureza eventualmente distribuídos por deliberação de assembleia geral ou pelo conselho de administração, conforme aplicável;
- direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições asseguradas aos acionistas controladores da Companhia alienantes, no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado (*tag along*);
- direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pela Companhia ou pelos acionistas controladores da Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem das ações ordinárias de emissão da Companhia no Novo Mercado (salvo hipóteses de dispensa previstas no Regulamento do Novo Mercado), pelo seu valor justo, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada;
- no caso de liquidação da Companhia, direito ao recebimento dos pagamentos relativos ao remanescente do seu capital social, na proporção da sua participação no capital social, nos termos do artigo 109, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações;
- direito de preferência na subscrição de novas ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição emitidos pela Companhia, na proporção da sua participação no capital social da Companhia, conforme conferido pelo artigo 109, inciso IV, e artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações;
- direito ao recebimento de dividendos integrais e demais distribuições pertinentes às ações ordinárias de emissão da Companhia que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da divulgação do Anúncio de Início, na proporção da sua participação no capital social da Companhia; e

- todos os demais direitos assegurados às ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no Regulamento do Novo Mercado, no estatuto social da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações.

Para mais informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja o item “18.1 Direitos das Ações” do Formulário de Referência, na página 532 deste Prospecto.

### **Público Alvo da Oferta**

As Instituições Participantes da Oferta efetuarão a colocação das Ações para (i) Investidores Não Institucionais, em conformidade com os procedimentos previstos para a Oferta de Varejo, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva; e (ii) Investidores Institucionais, no âmbito da Oferta Institucional.

### **Procedimento da Oferta**

Após a divulgação do Aviso ao Mercado, bem como sua nova divulgação (com os logotipos das Instituições Consorciadas), a disponibilização deste Prospecto, incluindo o Formulário de Referência, o encerramento do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a concessão do registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria “A” pela CVM, a celebração do Contrato de Distribuição e do Contrato de Distribuição Internacional, a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a divulgação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição pública das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) em regime de Garantia Firme de Liquidação a ser prestada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, na proporção e até os limites individuais previstos nas páginas 37 deste Prospecto, em conformidade com o disposto na Instrução CVM 400, e observado o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado, por meio de duas ofertas distintas, quais sejam: (i) uma Oferta de Varejo, destinada aos Investidores Não Institucionais; e (ii) uma Oferta Institucional, destinada aos Investidores Institucionais.

Os Coordenadores da Oferta, a Companhia e os Acionistas Vendedores elaborarão um plano de distribuição das Ações, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levará em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas, as relações da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta com seus clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, que em nenhuma hipótese poderão ser consideradas na alocação dos Investidores Não Institucionais, observado que os Coordenadores da Oferta deverão assegurar: (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, (ii) o tratamento justo e equitativo aos investidores, em conformidade com o artigo 21 da Instrução CVM 400, e (iii) o recebimento prévio, pelas Instituições Participantes da Oferta, de exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, assegurando o esclarecimento de eventuais dúvidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder. Nos termos do Ofício-Circular SRE nº 01/2020 da CVM, relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores não poderão, em nenhuma hipótese, ser consideradas no plano de distribuição para fins da alocação dos Investidores Não Institucionais.

**Conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, sendo possível o cancelamento do pedido de registro da Oferta caso não haja investidores suficientes para subscrever/adquirir a totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) até a conclusão do Procedimento de Bookbuilding.**

Caso não existam Pedidos de Reserva e/ou intenções de investimento para a subscrição/aquisição da totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) até a conclusão do Procedimento de Bookbuilding, nos termos do Contrato de Distribuição, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento, conforme o caso, automaticamente cancelados, e os valores eventualmente depositados serão devolvidos, no prazo máximo de 3 dias úteis contados da comunicação do cancelamento, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF e/ou do câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada). Para mais informações, veja a seção “**Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta**”, na página 67 deste Prospecto.

Após a divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Distribuição estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta e à CVM, nos endereços indicados na seção “Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais” na página 61 deste Prospecto.

Em conformidade com o disposto no Código ANBIMA, os Coordenadores da Oferta recomendaram à Companhia e aos Acionistas Vendedores a contratação de instituição para desenvolver atividades de formador de mercado, nos termos da Instrução da CVM nº 384, de 17 de março de 2003, para a realização de operações destinadas a fomentar a liquidez das ações ordinárias emitidas pela Companhia no mercado secundário. No entanto, não houve e não haverá contratação de formador de mercado no âmbito da Oferta.

### **Oferta de Varejo**

A Oferta de Varejo será realizada exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais que realizarem solicitações de reserva antecipada mediante o preenchimento de Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, durante o Período de Reserva, ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, em ambos os casos, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva.

Os Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderão realizar Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo que aqueles Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que não realizarem seus Pedidos de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas terão seus Pedidos de Reserva cancelados em caso de excesso de demanda superior a 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que realizarem seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas não terão seus Pedidos de Reserva cancelados mesmo no caso de excesso de demanda superior a 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar).

No contexto da Oferta de Varejo e considerando que a Companhia deve envidar melhores esforços para atingir a dispersão acionária, o montante de, no mínimo, 10% e, no máximo, 20% da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, será destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que realizarem Pedido de Reserva, nos termos do artigo 12 do Regulamento do Novo Mercado, de acordo com as condições ali previstas e o procedimento abaixo indicado.

Na eventualidade da totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais ser superior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, haverá rateio, conforme disposto na alínea (h) abaixo.

Os Pedidos de Reserva deverão ser efetuados pelos Investidores Não Institucionais de maneira irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nas alíneas (a), (c) e (e) abaixo e nas seções “Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta”, “Suspensão ou Cancelamento da Oferta” e “Violações de Normas de Conduta” nas páginas 52, 54 e 57, respectivamente, deste Prospecto, observadas as condições do próprio instrumento de Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

- (a) durante o Período de Reserva e o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme aplicável, cada um dos Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta deverá realizar a reserva de Ações, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, nos termos da Deliberação CVM 476, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva, sendo que tais Investidores Não Institucionais poderão estipular, no Pedido de Reserva, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação, conforme previsto no artigo 45, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, sem necessidade de posterior confirmação. Caso o Investidor Não Institucional estipule um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva abaixo do Preço por Ação, o seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada, sendo os valores eventualmente depositados devolvidos, no prazo máximo de 3 dias úteis contados da divulgação do Anúncio de Início, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF e/ou do câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada);
- (b) **recomenda-se aos Investidores Não Institucionais interessados na realização de Pedido de Reserva que** (i) leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente no que se refere aos procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes neste Prospecto e no Formulário de Referência, em especial as seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” nas páginas 17 e 64, respectivamente deste Prospecto, bem como a seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, na página 288 deste Prospecto; (ii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, se essa, a seu exclusivo critério, exigirá (a) a abertura ou atualização de conta e/ou cadastro, e/ou (b) a manutenção de recursos em conta corrente nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva; (iii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, a possibilidade de débito antecipado da reserva por parte da Instituição Consorciada; e (iv) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada;

- (c) os Investidores Não Institucionais deverão indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, a sua qualidade ou não de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela respectiva Instituição Consorciada. Caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será vedada a colocação de Ações junto a Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas com exceção daqueles realizados durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados e os valores depositados devolvidos, no prazo máximo de 3 dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF e/ou do câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada);
- (d) após a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações subscritas/adquiridas e o respectivo valor do investimento dos Investidores Não Institucionais resultante do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações subscritas/adquiridas pelos Investidores Não Institucionais, serão informados a cada Investidor Não Institucional até as 12:00 horas do dia útil imediatamente seguinte à data de divulgação do Anúncio de Início pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone, fac-símile ou correspondência, sendo o pagamento a ser feito de acordo com a alínea (e) abaixo limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de rateio prevista na alínea (h) abaixo;
- (e) cada Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento do valor indicado na alínea (d) acima junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva, à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, até as 10:30 horas da Data de Liquidação. Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado irá garantir a liquidação por parte do Investidor Não Institucional e o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado por tal Instituição Consorciada;
- (f) até as 16:00 horas da Data de Liquidação, a B3, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará a cada Investidor Não Institucional o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, desde que efetuado o pagamento previsto acima, ressalvadas as possibilidades de desistência e cancelamento previstas nas alíneas (a), (c) e (e) acima e nas seções “Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta”, “Suspensão ou Cancelamento da Oferta” e “Violações de Normas de Conduta” nas páginas 52, 54 e 57, respectivamente, deste Prospecto e a possibilidade de rateio prevista na alínea (h) abaixo. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de Ações, desprezando-se a referida fração;
- (g) caso o total das Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais seja igual ou inferior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, não haverá rateio, sendo todos os Investidores Não Institucionais integralmente atendidos em todas as suas reservas e eventuais sobras no lote ofertado aos Investidores Não Institucionais serão destinadas a Investidores Institucionais, nos termos da Oferta Institucional; e

(h) caso o total das Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais seja superior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, será realizado rateio das Ações, da seguinte forma: (i) a divisão igualitária e sucessiva das Ações destinadas a Investidores Não Institucionais entre todos os Investidores Não Institucionais, observando-se o valor individual de cada Pedido de Reserva, até o limite de R\$3.000,00 por Investidor Não Institucional, desconsiderando-se as frações de Ações; e (ii) uma vez atendido o critério de rateio descrito no subitem (i) acima, será efetuado o rateio proporcional das Ações destinadas a Investidores Não Institucionais remanescentes entre todos os Investidores Não Institucionais, observando-se o valor individual de cada Pedido de Reserva e desconsiderando-se as frações de Ações. Opcionalmente, a critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, a quantidade de Ações destinadas a Investidores Não Institucionais poderá ser aumentada para que os pedidos excedentes dos Investidores Não Institucionais possam ser total ou parcialmente atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o critério de rateio descrito neste item. Em qualquer hipótese, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo de 3 dias úteis contados da Data de Liquidação..

**Para as hipóteses de suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta, vide seções “Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta”, “Suspensão ou Cancelamento da Oferta” e “Violações de Normas de Conduta” nas páginas 52, 54 e 57, respectivamente, deste Prospecto.**

**Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.**

Os Investidores Não Institucionais deverão realizar a integralização/liquidação das Ações mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, de acordo com o procedimento descrito acima. As Instituições Consorciadas somente atenderão aos Pedidos de Reserva feitos por Investidores Não Institucionais titulares de conta nela aberta ou mantida pelo respectivo Investidor Não Institucional.

Nos termos do artigo 85, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações e da Deliberação CVM 860, o Pedido de Reserva será o documento de aceitação por meio do qual o Investidor Não Institucional aceitará participar da Oferta, subscrever/adquirir e integralizar/liquidar as Ações que vierem a ser a ele alocadas. Dessa forma, a subscrição/aquisição das Ações será formalizada por meio do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensada a apresentação de boletim de subscrição e de contrato de compra e venda.

### **Oferta Institucional**

A Oferta Institucional será realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Institucionais.

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos da Oferta de Varejo, as Ações remanescentes que não forem colocadas na Oferta de Varejo, serão destinadas à colocação junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas e não sendo estipulados valores mínimo ou máximo de investimento, uma vez que cada Investidor Institucional deverá assumir a obrigação de verificar se está cumprindo com os requisitos para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso o número de Ações objeto de intenções de investimento recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*, na forma do artigo 44 da Instrução CVM 400, exceda o total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos e condições descritos acima, terão prioridade no atendimento de suas respectivas intenções de investimento os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, levando em consideração o disposto no plano de distribuição, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, melhor atendam ao objetivo da Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.

Até as 16:00 horas do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação do Anúncio de Início, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional informarão aos Investidores Institucionais, por meio de seu endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por telefone, fac-símile ou correspondência, sobre a quantidade de Ações que cada um deverá subscrever/adquirir e o Preço por Ação. A entrega das Ações deverá ser efetivada na Data de Liquidação, mediante a integralização/liquidação à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, do valor resultante do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações alocada ao respectivo Investidor Institucional, em conformidade com os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição.

A subscrição/aquisição das Ações será formalizada mediante preenchimento do termo de aceitação (conforme solicitação de dispensa do boletim de subscrição/contrato de compra e venda de ações), que informa ao Investidor Institucional sobre o procedimento para a entrega das Ações, devendo o termo de aceitação ser utilizado por todos os Coordenadores da Oferta de acordo com os procedimentos internos de cada Coordenador da Oferta para formalização do referido documento, nos termos da Deliberação CVM 860, com respaldo no artigo 85, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, cujo modelo foi previamente apresentado à CVM. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional por meio dos mecanismos previstos na Resolução CMN 4.373 e na Resolução CVM 13, ou na Lei 4.131.

#### **Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta**

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta poderão requerer que a CVM autorize a modificação ou a revogação da Oferta caso ocorram alterações posteriores, relevantes e inesperadas nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta ou que o fundamente, que resultem em um aumento relevante nos riscos assumidos pela Companhia e inerentes à própria Oferta.

Além disso, caso (i) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos investidores, ou as suas decisões de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; (ii) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (iii) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400; e/ou (iv) o Preço por Ação seja inferior ao resultado da subtração entre o valor mínimo previsto na Faixa Indicativa, e o valor correspondente a 20% do valor máximo previsto na Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º, do Anexo II, do Código ANBIMA e do Ofício Circular SRE nº 01/2020 da CVM (“**Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa**”), os Investidores Não Institucionais poderão desistir dos respectivos Pedidos de Reserva, sem quaisquer ônus, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Consorciada que tenha recebido seus respectivos Pedidos de Reserva (por meio de mensagem eletrônica, fac-símile ou correspondência enviada ao endereço da Instituição Consorciada) (a) até as 12:00 horas do 5º dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso do item (i) acima; (b) até as 14:00 horas do 5º dia útil subsequente à data em que o investidor for comunicado diretamente pela Instituição Consorciada sobre a suspensão ou a modificação da Oferta, nos casos dos itens (ii) e (iii) acima; e (c) até as 14:00 horas do 5º dia útil subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Retificação ou à data de recebimento, pelo investidor, da comunicação direta pela Instituição Consorciada acerca do Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, no caso do item (iv) acima.

Adicionalmente, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta poderão modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no artigo 25, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400.

Caso o requerimento de modificação nas condições da Oferta seja aceito pela CVM, o encerramento do Prazo de Distribuição poderá ser adiado em até 90 dias. Se a Oferta for cancelada, os atos de aceitação anteriores e posteriores ao cancelamento serão considerados ineficazes.

A revogação, suspensão, cancelamento ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio de Anúncio de Retificação.

Na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta ou em caso de Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, nos termos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, as Instituições Participantes da Oferta deverão acautelar-se e certificar-se, no momento das aceitações da Oferta, de que o Investidor Não Institucional está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. Caso o Investidor Não Institucional já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Participante da Oferta deverá comunicar diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação ao Investidor Não Institucional que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Participante da Oferta a respeito da modificação efetuada.

**Para mais informações, ver seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Como resultado do Procedimento de Bookbuilding, o Preço por Ação poderá ser fixado abaixo da Faixa Indicativa e, nesta hipótese, os Investidores Não Institucionais poderão exercer a opção de desistir de seus Pedidos de Reserva”, na página 67 deste Prospecto.**

Após a divulgação do Anúncio de Retificação, os Coordenadores da Oferta só aceitarão intenções no Procedimento de Bookbuilding e as Instituições Consorciadas só aceitarão Pedidos de Reserva daqueles investidores que estejam cientes dos termos do Anúncio de Retificação. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta serão considerados cientes dos termos do Anúncio de Retificação quando, passados 5 dias úteis do recebimento da comunicação, não revogarem expressamente suas intenções no Procedimento de Bookbuilding ou seus Pedidos de Reserva. Nesta hipótese, os Coordenadores da Oferta e/ou as Instituições Consorciadas presumirão que os investidores pretendem manter a declaração de aceitação.

## **Suspensão ou Cancelamento da Oferta**

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (a) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro; e (b) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis.

O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro. Ademais, a rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do registro da Oferta, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400, sujeito, no entanto, ao acolhimento, pela CVM, do pleito de revogação da Oferta.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até as 16:00 horas do 5º dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação. Todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, e os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Ações, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Instrução CVM 400, no prazo de 3 dias úteis, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF e/ou do câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada).

## **Prazo de Distribuição**

A data de início da Oferta será divulgada mediante divulgação do Anúncio de Início, com data estimada para ocorrer em [•] de [•] de 2021, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400. O prazo para a distribuição das Ações será (i) de até 6 meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) até a data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro (“**Prazo de Distribuição**”).

O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante divulgação do Anúncio de Encerramento, com data limite para ocorrer em [•] de [•] de 2021, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

## **Liquidação**

A liquidação física e financeira das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) deverá ser realizada dentro do prazo de até 2 dias úteis contado da data de divulgação do Anúncio de Início (“**Data de Liquidação**”), de acordo com o disposto no Contrato de Distribuição. A liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar, caso haja o exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar, ocorrerá dentro do prazo de até 2 dias úteis, contado da data de exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar (“**Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar**”).

As Ações, as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, conforme o caso, serão entregues aos respectivos investidores até as 16:00 horas da Data de Liquidação ou da Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar, conforme o caso. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, por meio dos mecanismos previstos na Resolução CMN 4.373 e na Resolução CVM 13, ou na Lei 4.131.

## **Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação**

A garantia firme de liquidação a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta de integralizar/liquidar na Data de Liquidação, a totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) que tenham sido subscritas/adquiridas, mas não forem integralizadas/liquidadas pelos investidores que as subscreverem/adquirirem na Oferta, na proporção e até os limites individuais de garantia firme de cada um dos Coordenadores da Oferta, conforme indicado no Contrato de Distribuição (“**Garantia Firme de Liquidação**”).

Caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não tenham sido totalmente integralizadas/liquidadas na Data de Liquidação, cada um dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Distribuição, realizará, de forma individual e não solidária, a integralização/liquidação, na Data de Liquidação, na proporção e até os limites individuais previstos no Contrato de Distribuição, da totalidade do eventual saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, multiplicado pelo Preço por Ação, nos termos do Contrato de Distribuição e (ii) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente integralizadas/liquidadas por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação, nos termos do Contrato de Distribuição. A Garantia Firme de Liquidação passará a ser vinculante a partir do momento em que, cumulativamente, for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, assinado e cumpridas as condições suspensivas previstas no Contrato de Distribuição e no Contrato de Distribuição Internacional, deferido o registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria “A” pela CVM, deferidos os registros da Oferta pela CVM, divulgado o Anúncio de Início e disponibilizado o Prospecto Definitivo.

Para fins do disposto no item 5 do Anexo VI, da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação e posterior revenda das Ações junto ao público pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição, durante o Prazo de Distribuição, o preço de revenda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação estabelecido conforme o Procedimento de *Bookbuilding*, sendo certo que o disposto nesse parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades previstas no Contrato de Estabilização, conforme disposto na seção “Informações Sobre a Oferta – Estabilização do Preço das Ações” na página 45 deste Prospecto.

Segue abaixo relação das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) objeto de Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta:

Coordenadores da Oferta	Quantidade de Ações	Percentual (%)
Coordenador Líder .....	[•]	[•]
Bank of America.....	[•]	[•]
BTG Pactual.....	[•]	[•]
UBS BB .....	[•]	[•]
<b>Total.....</b>	<b>[•]</b>	<b>100,00</b>

A proporção prevista acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

## **Contrato de Distribuição e Contrato de Distribuição Internacional**

O Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional estabelecem que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuarem a colocação das Ações, bem como de suas respectivas garantias firme estarão sujeitas a determinadas condições, não limitada (i) a entrega de opiniões legais e cartas negativas de conforto (*negative comfort letter*) pelos assessores jurídicos da Companhia, dos Acionistas Vendedores, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional; e (ii) a assinatura de compromissos de restrição à negociação de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up* pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelos Administradores. De acordo com o Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional, a Companhia obriga-se a indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

Adicionalmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores são obrigados, nos termos do Contrato de Distribuição Internacional, a indenizar os Agentes de Colocação Internacional na ocasião de perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*. O Contrato de Distribuição Internacional determina ainda que a inobservância às leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, pode resultar em eventuais potenciais procedimentos judiciais. A condenação em um procedimento judicial no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda* poderá ocasionar um impacto significativo e adverso na Companhia e em seus negócios. Para informações sobre os riscos relacionados ao Contrato de Distribuição Internacional, veja a seção “*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de venda no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil, com esforços de venda no exterior*”, na página 67 deste Prospecto.

Após a divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Distribuição estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta e à CVM, nos endereços indicados na seção “Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais” na página 61 deste Prospecto.

## **Violações de Normas de Conduta**

Na hipótese de haver descumprimento e/ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas nos respectivos termos de adesão ao Contrato de Distribuição, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400 e no Código ANBIMA, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as ações ordinárias de emissão da Companhia, emissão de relatórios de pesquisa e de *marketing* da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas por eles julgadas cabíveis, (i) deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, sendo cancelados todos os Pedidos de Reserva que tenha recebido e a Instituição Consorciada deverá informar imediatamente aos respectivos investidores sobre referido cancelamento, devendo ser restituídos pela Instituição Consorciada integralmente aos respectivos investidores os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações, no prazo máximo de 3 dias úteis contados da data de divulgação do descredenciamento da Instituição Consorciada, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária e, ainda, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF e/ou do câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada); (ii) arcará integralmente com quaisquer custos e prejuízos relativos à sua exclusão como Instituição Consorciada, incluindo custos com publicações, indenizações decorrentes de eventuais condenações judiciais em ações propostas por investidores por conta do cancelamento dos Pedidos de Reserva, honorários advocatícios e demais custos perante terceiros, inclusive custos decorrentes de demandas de potenciais investidores; (iii) indenizará, manterá indene e isentará os Coordenadores da Oferta, suas afiliadas e respectivos administradores, acionistas, sócios, funcionários e empregados, bem como os sucessores e cessionários dessas pessoas por toda e qualquer perda que estes possam incorrer; e (iv) poderá ter suspenso, por um período de 6 meses contados da data da comunicação da violação, o direito de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de quaisquer dos Coordenadores da Oferta. A Instituição Consorciada a que se refere esta seção deverá informar imediatamente o referido cancelamento aos investidores de quem tenha recebido Pedidos de Reserva. Os Coordenadores da Oferta não serão, em hipótese alguma, responsáveis por quaisquer prejuízos causados aos investidores que tiverem suas intenções de investimento e/ou Pedidos de Reserva cancelados por força do descredenciamento da Instituição Consorciada.

## **Listagem e Negociação das Ações no Novo Mercado da B3**

A Companhia, voluntariamente, solicitou à B3 adesão ao segmento de listagem do Novo Mercado, segmento especial de negociação de valores mobiliários da B3 que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e de divulgação de informações ao mercado mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, condicionada à realização da Oferta.

As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à divulgação do Anúncio de Início, sob o código "[•]". A adesão ao Novo Mercado está sujeita à conclusão da Oferta.

A Companhia celebrará, até a data de divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Participação no Novo Mercado com a B3, por meio do qual a Companhia deverá aderir às práticas diferenciadas de governança corporativa do Novo Mercado, observado que o referido contrato entrará em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início. As principais regras relativas ao Regulamento do Novo Mercado estão descritas de forma resumida no item "17.5 – Outras informações relevantes" do Formulário de Referência na página 531 deste Prospecto.

Para mais informações sobre a negociação das Ações na B3, consulte uma das Instituições Participantes da Oferta.

**Recomenda-se a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência para informações adicionais sobre a Companhia, incluindo seu setor de atuação, suas atividades e situação econômica e financeira, e os fatores de risco que devem ser considerados antes da decisão de investimento nas Ações, em especial a seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência na página 288 deste Prospecto, e o item “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações”, a partir da página 64 deste Prospecto Preliminar.**

#### **Restrições à Negociação das Ações (Lock-up)**

[A Companhia, os Acionistas Vendedores e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia obrigar-se-ão perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, pelo período de [180] dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, a não efetuar, direta ou indiretamente, quaisquer das seguintes operações com relação a quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, exercíveis ou permutáveis por ações ordinárias de emissão da Companhia (**“Valores Mobiliários Sujeitos ao Lock-up”**), sujeito a determinadas exceções: (i) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, empenhar ou de outro modo dispor dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (ii) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, contratar a compra ou outorgar quaisquer opções, direitos ou garantias para adquirir os Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (iii) celebrar qualquer contrato de *swap*, *hedge* ou qualquer acordo que transfira a outros, no todo ou em parte, quaisquer dos resultados econômicos decorrentes da titularidade dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; ou (iv) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens (i) a (iii).]

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações ordinárias de emissão da Companhia poderá prejudicar o valor de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia. **Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A emissão, a venda ou a percepção de uma potencial emissão ou venda de quantidades significativas das ações ordinárias de emissão da Companhia, inclusive pelo acionista controlador, após a conclusão da Oferta e/ou após o período de Lock-up, poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia”, na página 65 deste Prospecto.**

#### **Instituição Financeira Escrituradora das Ações**

A instituição financeira contratada para a prestação de serviços de escrituração das ações ordinárias de emissão da Companhia é a Itaú Corretora de Valores S.A.

## Cronograma Tentativo da Oferta

Segue, abaixo, um cronograma tentativo indicativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir da data de protocolo dos pedidos de registros da Oferta junto à CVM:

#	Eventos	Data <sup>(1)</sup>
1.	Protocolo de pedido de registro da Oferta junto à CVM	[•] de [•] de 2021
2.	Divulgação do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Instituições Consorciadas) Disponibilização deste Prospecto Início das apresentações para potenciais investidores ( <i>roadshow</i> ) Início do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	[•] de [•] de 2021
3.	Nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com logotipos das Instituições Consorciadas) Início do Período de Reserva Início do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	[•] de [•] de 2021
4.	Encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	[•] de [•] de 2021
5.	Encerramento do Período de Reserva	[•] de [•] de 2021
6.	Encerramento das apresentações para potenciais investidores ( <i>roadshow</i> ) Encerramento do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> Fixação do Preço por Ação Aprovação do Preço por Ação pela Companhia Assinatura do Contrato de Distribuição, do Contrato de Distribuição Internacional e dos demais contratos relacionados à Oferta Início do prazo de exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar	[•] de [•] de 2021
7.	Concessão dos registros da Oferta pela CVM Divulgação do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo	[•] de [•] de 2021
8.	Início de negociação das Ações no segmento do Novo Mercado da B3	[•] de [•] de 2021
9.	Data de Liquidação	[•] de [•] de 2021
10.	Data limite do prazo de exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar	[•] de [•] de 2021
11.	Data limite para a liquidação das Ações do Lote Suplementar	[•] de [•] de 2021
12.	Data limite para a divulgação do Anúncio de Encerramento	[•] de [•] de 2021

<sup>(1)</sup> Todas as datas futuras previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado.

Será admitido o recebimento de reservas a partir da nova divulgação do Aviso ao Mercado (com o logotipo das Instituições Consorciadas), para subscrição/aquisição das Ações, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor/adquirente após o início do Prazo de Distribuição.

Na hipótese de suspensão, cancelamento, ocorrência de um Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, modificação ou revogação da Oferta, este cronograma será alterado, nos termos da Instrução CVM 400. Quaisquer comunicados ao mercado relativos a tais eventos relacionados à Oferta serão informados por meio de anúncio divulgado nas páginas da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3 na rede mundial de computadores, constantes da seção “Informações sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 60 deste Prospecto, mesmos meios utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início.

Para informações sobre os prazos, termos, condições e forma para devolução e reembolso dos valores dados em contrapartida às Ações, nos casos de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, consulte este Prospecto. Para informações sobre os prazos, condições e preço de revenda no caso de alienação das Ações integralizadas/liquidadas pelos Coordenadores da Oferta, em decorrência do exercício da Garantia Firme de Liquidação, nos termos descritos no Contrato de Distribuição, veja a seção “Informações Sobre a Oferta – Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação” na página 55 deste Prospecto.

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta realizarão apresentações aos investidores (*roadshow*), no Brasil e no exterior, no período compreendido entre a data em que este Prospecto for disponibilizado e a data em que for determinado o Preço por Ação, inclusive.

### **Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta**

O AVISO AO MERCADO, BEM COMO SUA NOVA DISPONIBILIZAÇÃO (COM O LOGOTIPO DAS INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS), O ANÚNCIO DE INÍCIO, O ANÚNCIO DE ENCERRAMENTO, EVENTUAIS ANÚNCIOS DE RETIFICAÇÃO, BEM COMO TODO E QUALQUER AVISO OU COMUNICADO RELATIVO À OFERTA SERÃO DISPONIBILIZADOS, ATÉ O ENCERRAMENTO DA OFERTA, EXCLUSIVAMENTE NAS PÁGINAS NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES DA COMPANHIA, DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA, DA CVM E DA B3, NOS ENDEREÇOS ELETRÔNICOS INDICADOS ABAIXO.

Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, os Acionistas Vendedores foram dispensados pela CVM de divulgar o Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com logotipos das Instituições Consorciadas), o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta, uma vez que os Acionistas Vendedores não possuem página própria registrada na rede mundial de computadores para este fim.

#### **Companhia**

[www.bionexo.com/ri](http://www.bionexo.com/ri) (neste *website*, acessar [•]).

#### **Coordenadores da Oferta**

##### **Banco Itaú BBA S.A.**

<http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/> (neste *website*, clicar em “Bionexo S.A.” e, posteriormente, em “2021” e, em seguida, em “Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)” e, por fim, em “Aviso ao Mercado”).

##### **Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.**

[www.merrilllynch-brasil.com.br](http://www.merrilllynch-brasil.com.br) (neste *website*, no item “Prospectos” clicar no item “Bionexo S.A.” e, então, clicar no título do documento correspondente).

##### **Banco BTG Pactual S.A.**

<https://www.btgpactual.com/investment-bank> (neste *website*, acessar “Mercado de Capitais – Download”, depois clicar em “2021” e, a seguir, logo abaixo de “Distribuição Pública Primária de Ações da Bionexo S.A.”, clicar em “Aviso ao Mercado”).

##### **UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

<https://www.ubs.com/br/pt/ubsbb-investment-bank/public-offers.html> (neste *website*, clicar no título do documento correspondente no subitem “Bionexo S.A.”).

#### **INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS**

##### **Comissão de Valores Mobiliários**

[www.gov.br/cvm](http://www.gov.br/cvm) (neste *website* acessar “Central de Sistemas”, na página inicial, acessar “Ofertas Públicas”, em seguida, na tabela de “Primárias”, clicar no item “Ações”, depois, na página referente a “Ofertas Primárias em Análise”, na tabela “Oferta Inicial (IPO) – Volume em R\$”, acessar o link referente à “Bionexo S.A.”, no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da Oferta).

## **B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão**

[http://www.b3.com.br/pt\\_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/](http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/) (neste website acessar “Ofertas em andamento”, clicar em “Empresas”, depois clicar em “Bionexo S.A.”, link no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da Oferta).

### **Informações Adicionais**

Maiores informações sobre a Oferta e sobre o procedimento de reserva das Ações poderão ser obtidas junto aos Coordenadores da Oferta, nos endereços e telefones abaixo mencionados e, no caso de Investidores Não Institucionais, também junto às Instituições Consorciadas.

**É recomendada aos investidores a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência em especial as seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações”, nas páginas 17 e 64, respectivamente, deste Prospecto, bem como a seção “4. Fatores de Risco” constante do Formulário de Referência, na página 288 deste Prospecto, antes da tomada de qualquer decisão de investimento.**

Os investidores que desejarem obter acesso a este Prospecto, ao Formulário de Referência ou informações adicionais sobre a Oferta deverão acessar os seguintes endereços e páginas da rede mundial de computadores da Companhia, dos Coordenadores da Oferta, da CVM e/ou da B3.

Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, os Acionistas Vendedores foram dispensados pela CVM de divulgar este Prospecto, uma vez que não possuem página própria registrada na rede mundial de computadores para este fim.

### **COMPANHIA**

#### **Bionexo S.A.**

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, 2º e 7º andares, conjuntos 22, 71 e 72  
04543-900, São Paulo, SP  
At.: Sr. Lucas Carvalho Zacharias  
Tel.: +55 (11) 3133-8100  
[www.bionexo.com/ri](http://www.bionexo.com/ri) (neste website, acessar [•]).

### **COORDENADORES DA OFERTA**

#### **Banco Itaú BBA S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 1º, 2º 3º (parte), 4º e 5º andares  
04538-132, São Paulo, SP  
At.: Sra. Renata Dominguez  
Tel.: +55 (11) 3708-8000  
Fax: +55 (11) 3708-8107  
<http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/> (neste website, clicar em “Bionexo S.A.” e, posteriormente, em “2021” e, em seguida, em “Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)” e, por fim, em “Prospecto Preliminar”).

#### **Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 12º andar  
CEP 04538-132, São Paulo, SP  
At.: Sr. Bruno Saraiva  
Tel.: +55 (11) 2188-4000  
Fax: +55 (11) 2188-4009  
[www.merrilllynch-brasil.com.br](http://www.merrilllynch-brasil.com.br) (neste website, no item “Prospectos” clicar no item “Bionexo S.A.” e, então, clicar em “Prospecto Preliminar”).

**Banco BTG Pactual S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477, 14º andar

04538-133, São Paulo, SP

At.: Sr. Fabio Nazari

Tel.: +55 (11) 3383-2000

Fax: +55 (11) 3383-2001

<https://www.btgpactual.com/investment-bank> (neste website, clicar em “Mercado de Capitais - Download”, depois clicar em “2020” e, a seguir, logo abaixo de “Distribuição Pública Primária de Ações Ordinárias da Bionexo S.A.”).

**UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4.400, 7º andar

04538-132, São Paulo, SP

At.: Sr. Anderson Brito

Telefone: +55 (11) 2767-6503

[https://www.ubs.com/br/pt/ubs\\_corretora/ofertas-publicas.html](https://www.ubs.com/br/pt/ubs_corretora/ofertas-publicas.html) (neste website, clicar no link do Prospecto Preliminar no subitem “Bionexo S.A.”).

**INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS**

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas poderão ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 (<http://www.b3.com.br/>).

O Aviso ao Mercado foi intencionalmente divulgado sem a indicação das Instituições Consorciadas e será novamente divulgado em [•] de [•] de 2021, dia de início do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, com a indicação das Instituições Consorciadas que aderiram à Oferta. A partir de tal data, informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas poderão ser obtidas na página da rede mundial de computadores da B3.

Este Prospecto também estará disponível nos seguintes endereços e websites: (i) **CVM**, situada na Rua Sete de Setembro, 111, 5º andar, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo ([www.gov.br/cvm](http://www.gov.br/cvm) - neste website acessar “Central de Sistemas” na página inicial, acessar “Ofertas Públicas”, em seguida, na tabela de “Primárias”, clicar no item “Ações”, depois, na página referente a “Ofertas Primárias em Análise”, na tabela “Oferta Inicial (IPO) – Volume em R\$”, acessar o link referente ao “Bionexo S.A.” e, posteriormente, clicar no link referente ao Prospecto Preliminar disponível); e (ii) **B3** ([http://www.b3.com.br/pt\\_br/produtos-e-servicos/solucoes-par-emissores/ofertas-publicas/sobre-ofertas-publicas/](http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-par-emissores/ofertas-publicas/sobre-ofertas-publicas/) – neste website acessar “Ofertas em andamento”, clicar em “Empresas”, depois clicar em “Bionexo S.A.”, posteriormente acessar “Prospecto Preliminar”).

**Este Prospecto não constitui uma oferta de venda das Ações nos Estados Unidos da América ou em qualquer outra jurisdição em que a venda seja proibida. As Ações não poderão ser ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos da América ou a pessoas consideradas U.S. persons, conforme definido no Regulamento S, sem que haja registro ou isenção de registro nos termos da Regra 144A do Securities Act. Exceto pelos registros da Oferta pela CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos da América e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.**

**Tendo em vista a possibilidade de veiculação de matérias na mídia sobre a Companhia e a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta alertam os investidores que estes deverão basear suas decisões de investimento nas informações constantes do Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência. Para mais informações, veja seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Eventuais matérias veiculadas na mídia com informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e/ou os Coordenadores da Oferta poderão gerar questionamentos por parte da CVM, B3 e/ou de potenciais investidores da Oferta, o que poderá impactar negativamente a Oferta”, na página 70 deste Prospecto.**

Os Coordenadores da Oferta recomendam fortemente que os Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta leiam, atenta e cuidadosamente, os termos e condições estipulados nos Pedidos de Reserva, especialmente os procedimentos relativos ao pagamento do Preço por Ação e à liquidação da Oferta, bem como as informações constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência, especialmente as seções que tratam sobre os riscos aos quais a Companhia está exposta.

**LEIA ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES “SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA” E “FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES”, NAS PÁGINAS 17 E 64, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO, BEM COMO A SEÇÃO “4. FATORES DE RISCO” DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA NA PÁGINA 288 DESTE PROSPECTO, PARA CIÊNCIA E AVALIAÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS COM RELAÇÃO À COMPANHIA, À OFERTA E AO INVESTIMENTO NAS AÇÕES.**

Não há inadequação específica da Oferta a certo grupo ou categoria de investidor. Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimentos. Portanto, uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e dos riscos inerentes ao investimento em ações, bem como aos riscos associados aos negócios da Companhia, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao seu perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.

O investimento em ações representa um investimento de risco, uma vez que é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive aqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor da economia em que esta atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações é um investimento em renda variável, não sendo, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de subscrever/adquirir Ações ou, com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

**“Os registros da Oferta não implicam, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da Companhia, bem como sobre as Ações a serem distribuídas.”**

## FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

*O investimento nas Ações envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Ações, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto, incluindo os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes da seção “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia” na página 17 deste Prospecto e na seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, na página 288 deste Prospecto, e as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto, a partir da página 153.*

*As atividades da Companhia, sua situação financeira, seus resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez e/ou negócios futuros podem ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia pode diminuir devido à ocorrência de quaisquer desses riscos e/ou outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou a totalidade de seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, a Companhia acredita que poderão lhe afetar e afetar os titulares de ações ordinárias de sua emissão de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidas pela Companhia ou pelos Acionistas Vendedores, ou que atualmente a Companhia considere irrelevantes, também podem prejudicar suas atividades de maneira significativa.*

*Para os fins desta seção, exceto se indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode causar ou ter ou causará ou terá “um efeito adverso para a Companhia” ou lhe “afetará adversamente” ou o uso de expressões similares significa que o risco, incerteza ou problema pode ou poderá resultar em um efeito material adverso em seus negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado de ações ordinárias de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.*

***O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como a atual coronavírus (COVID-19), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia.***

Surtos de doenças que afetem o comportamento das pessoas, como do atual coronavírus (“**COVID-19**”), o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ou MERS e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ou SARS, podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira, nos resultados da Companhia e nas ações de sua emissão.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou a pandemia decorrente do COVID-19, cabendo aos países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto do COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e *lockdown* ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que pode resultar na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente exercem um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundiais pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis.

***Um mercado ativo e líquido para as Ações poderá não se desenvolver. A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.***

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, podendo, inclusive, ser mais volátil do que alguns mercados internacionais, como os dos Estados Unidos. Em 31 de dezembro de 2020, a capitalização de todas as companhias listadas na B3 representava, aproximadamente, R\$[•] trilhões e a média de negociações diárias de, aproximadamente, R\$[•] bilhões, segundo dados da própria B3. O mercado de capitais brasileiro é significativamente concentrado, de forma que as dez principais ações negociadas na B3 foram responsáveis por, aproximadamente, [•]% do volume total de ações negociadas na B3 durante o ano de 2020, enquanto que a New York Stock Exchange teve uma capitalização de mercado de aproximadamente US\$[•] trilhões em 31 de dezembro de 2020 e um volume diário médio de negociação de, aproximadamente, US\$[•] bilhões durante o ano de 2020.

Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia, de que sejam titulares, pelo preço e na ocasião desejados, o que pode ter efeito substancialmente adverso na liquidez e, consequentemente, no preço das ações ordinárias de emissão da Companhia. Se um mercado ativo e líquido de negociação não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia pode ser negativamente impactado.

***A emissão, a venda ou a percepção de uma potencial emissão ou venda de quantidades significativas das ações ordinárias de emissão da Companhia, inclusive pelo acionista controlador, após a conclusão da Oferta e/ou após o período de Lock-up pode afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia.***

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Administradores se comprometerão, observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação Internacional e nos respectivos Instrumentos de Lock-up, durante o período de 180 dias contados da data do Contrato de Colocação Internacional, a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permitar, de forma direta ou indireta, até a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

Após tais restrições terem se extinguido, as ações ordinárias de emissão da Companhia estarão disponíveis para venda no mercado. A ocorrência de vendas ou percepção de uma possível venda de um número substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia pode afetar adversamente o valor de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Para informações adicionais, ver a seção “Informações Sobre a Oferta – Restrições à Negociação de Ações (*Lock-up*)” na página 58 deste Prospecto.

***Eventual descumprimento por quaisquer das Instituições Consorciadas de obrigações relacionadas à Oferta poderá acarretar seu desligamento do grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações, com o consequente cancelamento de todos Pedidos de Reserva feitos perante tais Instituições Consorciadas.***

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no respectivo instrumento de adesão ao Contrato de Distribuição, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400 e no Código ANBIMA, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as Ações, emissão de relatórios de pesquisa e de marketing da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta, deixará imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações. Caso tal desligamento ocorra, a(s) Instituição(ões) Consorciada(s) em questão deverá(ão) cancelar todos os Pedidos de Reserva que tenha(m) recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento, os quais não mais participarão da Oferta, sendo que os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF e/ou do câmbio e quaisquer outros tributos que venham ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada). Para maiores informações, ver a seção “Informações Sobre a Oferta – Violações de Norma de Conduta” na página 57 deste Prospecto.

***A Companhia poderá precisar de capital adicional no futuro, a ser obtido por meio da emissão de valores mobiliários, o que pode resultar na diluição da participação dos detentores das ações ordinárias de sua emissão e afetar o preço das Ações.***

A Companhia poderá precisar de recursos adicionais no futuro e optar por obtê-los no mercado de capitais, por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações. Qualquer captação de recursos adicionais, desde que devidamente aprovada, por meio de distribuição de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, inclusive em oferta públicas com esforços restritos, poderá ser realizada com exclusão do direito de preferência de seus acionistas, de acordo com as disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis, e acarretar na diluição da participação acionária de seus acionistas no capital social da Companhia, bem como diminuir o preço de mercado de suas ações, sendo que o grau de diluição econômica dependerá do preço e da quantidade dos valores mobiliários emitidos.

**A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.**

O Preço por Ação será fixado com base no resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos da regulamentação em vigor, poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding* em até 20% da quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar).

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

***Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações no âmbito da Oferta.***

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, caso as Ações (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) não sejam integralmente subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Distribuição, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimentos automaticamente cancelados. Para informações adicionais sobre o cancelamento da Oferta, veja a seção “Informações Sobre a Oferta – Suspensão ou Cancelamento da Oferta” na página 54 deste Prospecto.

***Como resultado do Procedimento de Bookbuilding, o Preço por Ação poderá ser fixado abaixo da Faixa Indicativa e, nesta hipótese, os Investidores Não Institucionais poderão exercer a opção de desistir de seus Pedidos de Reserva.***

A faixa de preço apresentada na capa deste Prospecto Preliminar é meramente indicativa e, conforme expressamente previsto neste Prospecto Preliminar, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa. Caso o Preço por Ação seja fixado abaixo do valor resultante da subtração entre o valor mínimo da Faixa Indicativa e o valor equivalente a 20% do valor máximo da Faixa Indicativa, ocorrerá um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, caso em que os Investidores Não Institucionais poderão desistir de seu Pedido de Reserva, o que poderá resultar em uma menor dispersão acionária do capital social da Companhia do que aquela inicialmente esperada.

Ademais, a fixação do Preço por Ação em valor abaixo da Faixa Indicativa poderá resultar em captação de recursos líquidos em montante consideravelmente menor do que o inicialmente projetado para as finalidades descritas na seção “Destinação dos Recursos”, na página 87 deste Prospecto, e afetar a capacidade da Companhia de executar o plano de negócios da Companhia, o que poderá ter impactos no crescimento e nos resultados das operações da Companhia.

***Investidores que subscreverem/adquirirem Ações sofrerão diluição imediata e substancial no valor contábil de seus investimentos.***

O Preço por Ação poderá ser fixado em valor superior ao patrimônio líquido por ação das ações emitidas e em circulação imediatamente após a Oferta. Como resultado desta diluição, em caso de liquidação da Companhia, os investidores que subscreverem/adquirirem Ações por meio da Oferta poderão receber um valor significativamente menor do que o preço que pagaram ao subscrever/adquirir as Ações na Oferta.

A Companhia poderá, ainda, no futuro, ser obrigada a buscar recursos adicionais nos mercados financeiro e de capitais brasileiro, os quais podem não estar disponíveis ou podem estar disponíveis em condições que sejam desfavoráveis ou desvantajosas à Companhia. A Companhia poderá, ainda, recorrer a ofertas públicas ou privadas de ações ordinárias de emissão da Companhia ou valores mobiliários lastreados, conversíveis, permutáveis ou que, por qualquer forma, confirmam um direito de subscrever ou receber ações ordinárias de emissão da Companhia.

Qualquer captação de recursos por meio de ofertas públicas ou privadas de ações ordinárias de emissão da Companhia ou valores mobiliários lastreados, conversíveis, permutáveis ou que, por qualquer forma, confirmam um direito de subscrever ou receber ações ordinárias de emissão da Companhia, de acordo com as disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis, pode ser realizada com exclusão do direito de preferência dos então acionistas da Companhia e/ou alterar o valor das Ações da Companhia, o que pode resultar na diluição da participação dos investidores, sendo que o grau de diluição econômica dependerá do preço e da quantidade dos valores mobiliários emitidos.

Para mais informações sobre a diluição da realização da Oferta, consulte a seção “Diluição”, na página 90 deste Prospecto.

***A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.***

A Oferta compreenderá a distribuição primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das Ações no exterior, exclusivamente junto a Investidores Estrangeiros. Os esforços de colocação das Ações no exterior expõem a Companhia a normas relacionadas à proteção dos Investidores Estrangeiros por incorreções ou omissões relevantes nos Offering Memoranda.

Adicionalmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores são parte do Contrato de Distribuição Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. O Contrato de Distribuição Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para que a Companhia e os Acionistas Vendedores os indenizem, caso estes venham a sofrer perdas no exterior por conta de eventuais incorreções ou omissões relevantes nos Offering Memoranda.

A Companhia e os Acionistas Vendedores também prestam diversas declarações e garantias relacionadas aos negócios da Companhia e os Acionistas Vendedores e em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia no exterior. Esses procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos. Uma eventual condenação da Companhia em um processo no exterior com relação a eventuais incorreções ou omissões relevantes nos Offering Memoranda, poderá envolver valores elevados e afetar negativamente a Companhia.

**Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente e nos Estados Unidos, podem afetar adversamente a economia e o mercado de capitais brasileiro, inclusive os negócios da Companhia e o preço de mercado de seus valores mobiliários.**

O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado pelas condições econômicas e de mercado do Brasil e, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo países da América Latina, Ásia, Estados Unidos, Europa e outros. Ainda que as condições econômicas sejam diferentes em cada país, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras. Crises no Brasil e nesses países podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários emitidos pelas companhias brasileiras, inclusive com relação aos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Adicionalmente, a economia brasileira é afetada pelas condições de mercado e pelas condições econômicas internacionais, especialmente, pelas condições econômicas dos Estados Unidos. Os preços das ações na B3, por exemplo, são altamente afetados pelas flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e pelo comportamento das principais bolsas norte-americanas. Eventual aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor em realizar investimentos no mercado de capitais brasileiro.

Qualquer um de tais acontecimentos poderá afetar a liquidez e o preço de mercado das Ações, bem como poderá afetar o futuro acesso da Companhia ao mercado de capitais brasileiros e a financiamentos em termos aceitáveis, o que poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

**Após a Oferta, a Companhia continuará sendo controlada pelos seus atuais Acionistas Controladores, cujos interesses podem diferir dos interesses dos demais acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia.**

Imediatamente após a conclusão da Oferta (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar), os atuais Acionistas Controladores da Companhia serão titulares de [ ]% das ações ordinárias de emissão da Companhia. Dessa forma, os atuais Acionistas Controladores da Companhia, por meio de seu poder de voto nas assembleias gerais, continuarão capazes de nos influenciar fortemente ou efetivamente exercer o poder de controle sobre as decisões da Companhia, o que pode se dar de maneira divergente em relação aos interesses dos demais acionistas da Companhia.

**A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.**

Os Coordenadores da Oferta e sociedades de seus conglomerados econômicos poderão realizar operações com derivativos (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; e (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, II da Instrução CVM 400. A realização de tais operações pode constituir uma porção significativa da Oferta e poderá influenciar a demanda e, consequentemente, o preço das Ações.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros (i) não sejam Pessoas Vinculadas, e (ii) se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400.

***Eventuais matérias veiculadas na mídia com informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e/ou os Coordenadores da Oferta poderão gerar questionamentos por parte da CVM, B3 e/ou de potenciais investidores da Oferta, o que poderá impactar negativamente a Oferta.***

A Oferta e suas condições, incluindo o presente Prospecto, passaram a ser de conhecimento público após a realização do protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM. Até a divulgação do Anúncio de Encerramento, poderão ser veiculadas na mídia matérias contendo informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e/ou os Coordenadores da Oferta, ou, ainda, contendo informações que não constam dos Prospectos e/ou do Formulário de Referência.

Tendo em vista que o artigo 48 da Instrução CVM 400 veda qualquer manifestação na mídia por parte da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta sobre a Oferta até a divulgação do Anúncio de Encerramento, eventuais notícias sobre a Oferta poderão conter informações que não foram fornecidas ou que não contaram com a revisão da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta.

Assim, caso sejam divulgadas informações sobre a Oferta ou a Companhia em outros meios que não sejam os Prospectos ou o Formulário de Referência, ou, ainda, caso haja informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta divulgadas na mídia, a CVM, a B3 ou potenciais investidores poderão questionar o conteúdo de tais matérias midiáticas, o que poderá afetar negativamente a tomada de decisão de investimento pelos potenciais investidores, assim como a CVM poderá a seu exclusivo critério, caso haja comprovação ou suspeita de participação de pessoas relacionadas com a Oferta ou a Companhia em tal divulgação, suspender a Oferta, com a consequente alteração de seu cronograma.

***A Companhia arcará com as despesas relacionadas à Oferta, bem como arcará juntamente com os Acionistas Vendedores com as comissões da Oferta, o que impactará os valores líquidos a serem recebidos no âmbito da Oferta e poderá afetar adversamente os resultados da Companhia no período subsequente à realização da mesma.***

Por meio do Contrato de Distribuição, a Companhia arcará juntamente com os Acionistas Vendedores com as comissões da Oferta, além de assumir a obrigação de pagamento de certas despesas relacionadas à Oferta. O desembolso desses valores pela Companhia impactará os valores líquidos a serem recebidos pelos investidores no âmbito da Oferta e, por consequência, os valores creditados ao seu patrimônio líquido e poderá impactar negativamente seus resultados no período de apuração subsequente à realização da Oferta. Para mais informações sobre os custos e despesas incorridos pela Companhia com a Oferta, veja a seção “Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição” na página 41 deste Prospecto.

## APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA

### Coordenador Líder

O Itaú BBA é o banco de atacado do conglomerado Itaú Unibanco. O Itaú BBA é resultado da fusão dos bancos BBA e das áreas corporate do Banco Itaú S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. Em 31 de março de 2019, o Itaú Unibanco apresentou os seguintes resultados: ativos na ordem de R\$1,7 trilhão e uma carteira de crédito de R\$647 bilhões. A história do Itaú BBA começa com o BBA Creditanstalt, fundado em 1988 em São Paulo por Fernão Bracher e Antonio Beltran, em parceria com o Bank Austria Creditanstalt. A atuação do banco estava voltada para operações financeiras bancárias, com características de atacado, e destaque para *underwriting, hedge, crédito e câmbio*.

Em 1991, foi a única instituição brasileira a coordenar o consórcio de bancos estrangeiros para investimentos no programa de privatização de empresas estatais no país. Ainda no mesmo ano, recebeu autorização do BACEN para operar subsidiária em Bahamas e atender a demanda de clientes na área internacional.

Em 1994, assinou acordo de cooperação com a administradora de recursos Paribas Capital. No ano seguinte, juntou-se ao Capital Group, de Los Angeles, para formar a administradora de fundos BBA Capital. Em 1996, adquiriu a Finaciadora Mappin e criou a Fináustria, especializada em financiamento de veículos. Nessa época, já contava com sucursais em Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Em 2001, o BBA tem novo parceiro de negócios, em razão da compra do Creditanstalt pelo grupo alemão HVB. No ano seguinte, a associação com o Grupo Icatu fez surgir duas empresas: a BBA Icatu Corretora e a BBA Icatu Investimentos.

No final de 2002, ocorreu a associação com o Banco Itaú S.A., surgindo assim uma nova instituição: o Itaú BBA. Com gestão autônoma para conduzir todos os negócios de clientes corporativos e banco de investimento do grupo, passa a contar com a base de capital e liquidez do Itaú e a especialização do BBA no segmento de atacado.

Em 2005, o Itaú BBA ampliou as atividades de banco de investimentos e, com isso, consolidou-se como um player de mercado em fusões e aquisições, equities e renda fixa local, conforme descrito abaixo. A partir de 2008, iniciou expansão de suas atividades em renda fixa internacional e produtos estruturados.

Em 2009, o BACEN aprovou a associação entre o Itaú e o Unibanco. O Itaú BBA uniu-se com a área corporate do Unibanco, e ainda concentrou as atividades de tesouraria institucional do grupo.

### *Atividade de Investment Banking do Itaú BBA*

A área de *investment banking* do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda variável, renda fixa e fusões e aquisições.

O Itaú BBA tem sido reconhecido como um dos melhores bancos de investimento nas regiões em que atua: foi eleito cinco anos consecutivos, de 2011 a 2015, banco de investimento mais inovador da América Latina pela The Banker, para a mesma região, foi considerado o melhor banco de investimento em 2011, 2012, 2013, 2015, 2016 e 2017 pela Global Finance, mesma instituição que o apontou como o melhor *investment bank* do Brasil em 2009, 2012, 2013, 2014 e 2015 e como o banco mais criativo do mundo em 2016. Também em 2016, o Itaú BBA foi eleito pela Bloomberg como o melhor assessor em transações de M&A da América Latina e Caribe.

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de Deposit Receipts (DRs), ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais, além de contar com o apoio da melhor casa de research do Brasil e da América Latina, segundo a Institucional Investor. Em 2018 o Itaú BBA foi líder em emissões no mercado brasileiro em número de transações que totalizaram US\$6,1 bilhões.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. De acordo com o ranking de fusões e aquisições da Dealogic, o Itaú BBA prestou assessoria financeira a 49 transações em 2018 na América do Sul, obtendo a primeira colocação no ranking por quantidade de operações acumulando um total de US\$25,7 bilhões.

No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, commercial papers, fixed e floating rate notes, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e certificados de recebíveis do agronegócio (CRA). Em 2014, segundo o ranking da ANBIMA, o Itaú BBA foi líder em distribuição de renda fixa local, coordenando 20% do volume total distribuído, que ultrapassou os R\$7 bilhões. Pelo mesmo ranking, o Itaú BBA ficou em segundo lugar em 2015 e 2016, tendo coordenado operações cujo volume total somou mais de US\$4 bilhões em 2015, US\$8 bilhões em 2016 e US\$6 bilhões em 2017, equivalente a 14%, 21% e 27% do total, respectivamente. Em 2018 o Itaú BBA foi líder obtendo 37% de participação sobre o volume total emitido, tendo coordenado operações cujo volume total somou aproximadamente US\$8 bilhões.

### **Bank of America**

O Bank of America está presente no Brasil desde 1953, contando com uma estrutura de aproximadamente 660 funcionários, com foco na intermediação e negociação de títulos de renda fixa e variável, em operações de câmbio e na prestação de serviços de banco de investimentos, incluindo a assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, reestruturações e no mercado de capitais.

A fusão global entre os grupos Merrill Lynch e Bank of America resultou no que o Bank of America acredita ser um dos maiores conglomerados financeiros do mundo e um dos líderes mundiais na negociação e intermediação de títulos e valores mobiliários, na prestação de serviços de banco de investimentos e de finanças corporativas, na gestão de ativos e grandes riquezas e na prestação de serviços de gestão de tesouraria.

O conglomerado Bank of America Merrill Lynch atende clientes nos segmentos de pessoa física, pequenos e médios negócios e também grandes empresas, oferecendo uma vasta gama de produtos e serviços de banco comercial, banco de investimentos, gestão de ativos e de risco. Sua ampla plataforma nos Estados Unidos serve mais de 67 milhões de clientes a partir de suas mais de 4.400 agências, mais de 16.100 caixas eletrônicos e um sistema online que atende mais de 36 milhões de usuários ativos.

O grupo atua em mais de 150 países, possuindo relacionamento com 99% das 500 maiores companhias de acordo com a U.S. Fortune e 83% das 500 maiores companhias de acordo com a Fortune Global. As ações da Bank of America Corporation (NYSE: BAC), controladora do Bank of America, fazem parte do Índice Dow Jones Industrial Average e são listadas na New York Stock Exchange.

Nas Américas, está entre os principais bancos em emissões de dívida e *equity* e na assessoria em operações de fusões e aquisições, tendo recentemente atingido uma das principais posições em levantamento de capital para empresas considerando o valor agregado de operações de *equity*, *bonds* e financiamentos, de acordo com a Dealogic.

### **BTG Pactual**

Banco Pactual S.A. foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em 2006, o UBS A.G., instituição global de serviços financeiros, e o Banco Pactual S.A. associaram-se para criar o Banco UBS Pactual S.A. Em 2009, o Banco UBS Pactual S.A. foi adquirido pelo grupo BTG Investments, formando o BTG Pactual. O BTG Pactual tem como foco principal as áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, fusões e aquisições, *wealth management*, *asset management* e *sales and trading* (vendas e negociações).

No Brasil, possui escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre e Recife. Possui, ainda, escritórios em Londres, Nova Iorque, Santiago, Cidade do México, Lima, Medellín, Bogotá e Buenos Aires.

Na área de *asset management*, as estratégias de investimento são desenhadas para clientes institucionais, clientes *private*, empresas e parceiros de distribuição. Na área de *wealth management*, o BTG Pactual oferece uma ampla seleção de serviços personalizados, que variam desde *asset management* a planejamento sucessório e patrimonial. O BTG Pactual também oferece serviços de *sales and trading* (vendas e negociações) em renda fixa, ações e câmbio na América Latina, tanto em mercados locais quanto internacionais. Na área de *investment banking*, o BTG Pactual presta serviços para diversos clientes em todo o mundo, incluindo serviços de subscrição nos mercados de dívida e ações públicos e privados, assessoria em operações de fusões e aquisições e produtos estruturados personalizados.

O BTG Pactual é o líder no ranking de ofertas de ações do Brasil de 2004 a 2015 pelo número de operações, participando de um total de mais de 170 operações no período, segundo o ranking da base de dados internacional Dealogic. Além disso, ficou em 1º lugar em volume e em número de ofertas em 2012 (Dealogic) e sempre em posição de liderança com base em outros rankings desde 2004 (ANBIMA e Bloomberg). Ademais, vale destacar a forte presença do banco na América Latina, tendo conquistado o 1º lugar em volume e em número de ofertas nos anos de 2013 e 2012 (Dealogic, Bloomberg e Thomson Reuters).

Demonstrando a sua força no Brasil, o BTG Pactual foi eleito em 2010, 2011 e em 2013 como o “Brazil’s Equity House of the Year”, segundo a Euromoney. O BTG Pactual foi também eleito por três vezes “World’s Best Equity House” (Euromoney, em 2003, 2004 e 2007), além de “Equity House of the Year” (IFR, 2007). Sua atuação e grande conhecimento sobre a América Latina renderam sete vezes o título de “Best Equity House Latin America” (Euromoney de 2002 a 2005, 2007, 2008 e 2013; IFR em 2013) e o título de “Best Investment Bank” (Global Finance em 2011 e World Finance em 2012). Como principal suporte a seus investidores, o BTG Pactual sempre investiu fortemente na sua equipe de *equity research*, buscando os melhores profissionais do mercado para a atuação junto ao grupo de investidores. Seus investimentos na área renderam o título de “#1 Equity Research Team Latin America” em 2012, 2014 e 2015, bem como no período de 2003 a 2007 (Institutional Investor, Weighted Rankings).

Adicionalmente, sua expertise é demonstrada pela forte atuação no Brasil, onde o BTG Pactual foi reconhecido pela sua atuação nos últimos anos, como primeiro colocado no ranking da Institutional Investor de 2003 a 2009, e 2012 a 2015 e como segundo colocado em 2010 e 2011, segundo o ranking publicado pela revista Institutional Investor.

O BTG Pactual apresentou forte atuação em 2010 no mercado de ofertas públicas de renda variável, participando das ofertas de *follow-on* do Banco do Brasil, JBS, Even, PDG Realty, Petrobras, Lopes, Estácio Participações e Anhanguera Educacional, bem como da abertura de capital da Aliansce, Multiplus, OSX, Ecorodovias, Mills, Júlio Simões e Brasil Insurance. Esta posição foi alcançada em função do forte relacionamento do BTG Pactual com seus clientes, com sua atuação constante e de acordo com a percepção de valor agregado para suas operações, fato comprovado pela sua atuação em todas as operações de *follow-on* das empresas nas quais participou em sua abertura de capital. Em 2011, realizou as seguintes ofertas: *follow-on* de Tecnisa, Ternium, Direcional, Gerdau, BR Malls, e Kroton; e as ofertas públicas iniciais de QGEP, IMC, T4F, Magazine Luiza e Brazil Pharma. Deve-se destacar também que o BTG Pactual atuou como coordenador líder e lead settlement agent na oferta de gerdau, a qual foi registrada no brasil e SEC e coordenada apenas por bancos brasileiros. Em 2012, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Locamérica, Unicasa e de sua própria oferta pública inicial e do *follow-on* de Fibria, Brazil Pharma, Suzano, Taesa, Minerva, Equatorial e Aliansce. Em 2013, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Linx, Biosev, Alupar, BB Seguridade, CPFL Renováveis, Ser Educacional e CVC e do *follow-on* de Multiplan, BHG, Abril Educação, Iguatemi e Tupy. Em 2014, o BTG Pactual atuou como coordenador líder e agente estabilizador no *follow-on* da Oi S.A. Em 2015, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Par Corretora e do *follow-on* de telefônica Brasil e Metalúrgica Gerdau. Em 2016, o BTG Pactual participou das ofertas públicas de distribuição de ações da energisa, da Linx e da Sanepar. Em 2017, o BTG Pactual participou das ofertas públicas iniciais de distribuição de ações da Movida, IRB-Brasil Resseguros, Ômega Geração e Biotoscana Investments, bem como dos *follow-ons* da CCR, das Lojas Americanas, e da Alupar e, da BR Malls e do Magazine Luiza e da Rumo, e do re-IPO da Eneva. Em 2018, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de distribuição de ações da Hapvida.

Em 2019, o BTG Pactual participou do IPO da Centauro, da C&A e *follow-on* das seguintes companhias: Restoque, JHSF, BR Properties, Magazine Luiza, Unidas, LPS Brasil, CCP – Cyrela Commercial Properties, LOG Commercial Properties, Helbor, Omega Geração, EZ TEC, Banco Pan, Sinquia, Trisul, Localiza Rent A Car, Movida, Banco Inter, Hapvida, Light, Tecnisa, BTG Pactual, CPFL Energia, Totvs, Eneva e Burger King. Em 2020, o BTG Pactual participou dos *follow-ons* da Minerva, Cogna Educação, Positivo Tecnologia, Centauro, Via Varejo, Lojas Americanas, BTG Pactual, JHSF Participações, Irani, IMC, Dimed, Banco PAN, JSL Logística, Rumo, Banco Inter, Santos Brasil assim como do IPO da Mitre Realty, Estapar, Ambipar, Lojas Quero, Lavvi, Plano & Plano, Cury Construtora, Hidrovias do Brasil, Petz, Melnick Even, Track & Field, Sequoia Logística, Meliuz, Enjoei, Aeris, Alphaville, Rede D'or e 3R Petroleum. Em 2021, o BTG Pactual participou do *follow-on* do próprio BTG Pactual, Light, BrasilAgro, PetroRio e Locaweb, assim como do IPO da HBR Realty, Vamos, Intelbras, Bemobi, Jalles Machado, Cruzeiro do Sul e Westwing.

## **UBS BB**

O UBS BB foi constituído em 2020 através da combinação das operações de banco de investimentos do UBS e do Banco do Brasil, incluindo, entre outras, atividades de mercado de capitais de renda fixa e variáveis, fusões e aquisições, além de corretagem de títulos e valores mobiliários no segmento institucional. Essa parceria abrange o Brasil, assim como em outros países da América Latina, incluindo Argentina, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai.

Essa combinação de forças cria uma plataforma única de banco de investimentos, oferecendo para nossos cliente o melhor da plataforma do UBS, como presença e conhecimento global, research de primeira linha, plataforma de análise de dados exclusiva, rede de distribuição com alcance em todos os principais mercados mundiais e uma das maiores corretoras do Brasil, e o melhor da plataforma do Banco do Brasil, com seu forte relacionamento com clientes e conhecimento local sem paralelo dos clientes locais, principalmente em *Corporate Banking*. O Banco do Brasil também traz uma posição de liderança em mercados de capital de dívida e histórico comprovado de operações de ECM, *project finance* e M&A no país, além de uma incrível capacidade de distribuição de varejo.

O UBS, acionista com 50,01% das ações, é um banco sediado em Zurique, na Suíça, e conta com escritórios espalhados nos maiores centros financeiros globais onde emprega mais de 68.000 funcionários. O sucesso do UBS baseia-se em seu modelo de negócio diversificado, composto pelas áreas de: *Wealth Management*, *Investment Bank*, *Personal & Corporate Banking* e *Asset Management*, e detém mais de US\$2,6 trilhões em ativos sob gestão e uma cadeia de relacionamento em mais de 50 países.

Esse modelo que vem sendo consistentemente reconhecido em todos seus segmentos, o UBS tendo recebido inúmeros prêmios de prestígio ao longo dos anos, tendo sido reconhecido em 2017, pelo terceiro ano consecutivo, "Best Global Investment Bank" e em 2019, pelo quarto ano consecutivo, "Best M&A Bank" pela Global Finance. O UBS também foi nomeado "Most innovative Investment Bank for IPOs and equity raisings" nos anos de 2019 e 2018 e, em 2016, "Most Innovative Bank for M&A" pela The Banker. Ainda, em 2019, o UBS foi nomeado como "Best Bank for Swiss Francs", "Best Equity Bank for Western Europe" e "Best Investment Bank in China, Hong Kong and Singapore". Além disso, recebeu o primeiro lugar na categoria "Bank of the Year" como parte dos Prêmios IFR em 2015, considerado um dos prêmios mais prestigiados da indústria global de mercados de capitais. Outras plataformas do UBS também têm se destacado, como a de Private Banking que foi reconhecida como "Best Global Private Bank" pela Euromoney em 2019.

O Banco do Brasil, acionista com 49,99% das ações, em seus mais de 210 anos de existência, acumulou experiências e pioneirismos, promovendo o desenvolvimento econômico do Brasil e tornando-se parte integrante da cultura e história brasileira. Sua marca é uma das mais conhecidas no país, ocupando pela 28ª vez consecutiva a primeira colocação na categoria "Bancos" do Prêmio Top of Mind 2018, do Instituto Data Folha, sendo reconhecido como Melhor Banco no Brasil em 2020 pela Euromoney, Banco do Ano na América Latina em 2019 pela The Banker e Banco mais Inovador da América Latina em 2019 e 2020 pela Global Finance.

Ao final do 2º trimestre de 2020, o Banco do Brasil apresentou aproximadamente R\$1,7 trilhão de ativos totais e presença em 99% dos municípios brasileiros, resultado do envolvimento de 92 mil funcionários, distribuídos entre 4.367 agências, 15 países e mais de 60.200 pontos de atendimento.

No Brasil e América Latina, a parceria estratégica, por meio de seus acionistas, teve forte atuação em fusões e aquisições, tendo participado em importantes transações como: a aquisição do Éxito pelo Grupo Pão de Açúcar, a aquisição da Avon pela Natura &Co, a aquisição da The Body Shop pela Natura, a incorporação do Grupo Reserva pela Arezzo &Co, aquisição da Vale Fertilizantes pela Mosaic, fusão entre a BM&Fbovespa e Cetip, aquisição de participação pela Salic na Minerva Foods e fechamento de capital da Souza Cruz.

Também desempenhou também um papel importante em emissões de ações, tendo atuado em diversas ofertas públicas de ações na região, incluindo as ofertas da Telefônica, Terrafina, Senior Solution, Bioserv, Smiles, Tupy, CPFL Renováveis, BB Seguridade, Fibra Uno, Avianca Holdings, Volaris, Grupo Financiero Inbursa, Oi, Ourofino Saúde Animal, OHL México, Santander México, Volaris, Via Varejo, Unifin Financiera, Grupo Financiero Galicia, Gerdau, Rumo Logística, Azul Linhas Aéreas, CCR, Lojas Americanas, Magazine Luiza, BR Distribuidora, Grupo NotreDame Intermedica, Arco Platform, Banco BTG Pactual, Petrobras, IRB Brasil Resseguros, Centauro, Neoenergia, Banco Inter, Movida, Afya, XP Inc., Vasta Platform, Quero Quero, D1000, Estapar, Moura Dubeux, Minerva Foods, Marfrig, Marisa, JSL, Pague Menos, Grupo Mateus, Enjoei, entre outras.

Além disso, no mercado doméstico de renda fixa coordenou, em 2019, 81 emissões que totalizaram o valor de R\$25,1 bilhões e 10,9% de market share, encerrando o período em 4º lugar no *Ranking ANBIMA de Originação por Valor de Renda Fixa Consolidado Acumulado de 2019*. No mesmo período, foram estruturadas 16 operações de securitização, sendo 3 CRIs, 12 CRAs e 1 FIDC, com volume total de R\$6,4 bilhões. No mercado externo, participou da emissão de US\$7,9 bilhões, lhe conferindo o 6º lugar no *Ranking ANBIMA de Emissões Externas – Totais Público & Privado*, em 2019.

A parceria estratégica também conta com a maior corretora do país em volume de transações na B3 em 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018, e a segunda maior em 2019.

## **RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA**

Para fins do disposto no Item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritos abaixo o relacionamento da Companhia com os Coordenadores da Oferta.

Nenhuma das operações descritas abaixo é vinculada à Oferta e/ou ao Preço por Ação e não há, na data deste Prospecto, quaisquer operações celebradas entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta e/ou outras sociedades pertencentes aos seus respectivos conglomerados financeiros que estejam vinculadas à Oferta e/ou ao Preço por Ação.

### **Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder**

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, a Companhia e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico mantém relacionamento comercial relevante com o Coordenador Líder e demais sociedades de seu conglomerado financeiro, conforme detalhado a seguir:

- contrato de empréstimo para capital de giro com garantia do fundo garantidor para investimentos (FGI), no valor total de R\$2.999.999,00, celebrado em 26 de agosto de 2020 e com vencimento em 28 de agosto de 2024, com taxa de juros de 0,53% ao mês, sendo o saldo devedor, na data deste Prospecto, R\$3.085.778,00. Tal operação conta, ainda, com garantia por um terceiro por meio de aval;
- contrato de empréstimo para capital de giro com garantia do fundo garantidor para investimentos (FGI), no valor total de R\$1.992.061,00, celebrado em 11 de setembro de 2020 com vencimento em 16 de setembro de 2024, com taxa de juros de 0,53% ao mês, sendo o saldo devedor, na data deste Prospecto, R\$2.043.251,00. Tal operação conta, ainda, com garantia por um terceiro por meio de aval;
- contrato de empréstimo de capital de giro, no valor total de R\$20.000.000,00, celebrado em 26 de março de 2019 e com vencimento em 26 fevereiro de 2024, com taxa de juros de 1,21% ao ano + 100% do CDI, sendo o saldo devedor, na data deste Prospecto, R\$17.006.714,00. Tal operação conta com garantia de duplicatas e aplicações financeiras;
- contrato de empréstimo de capital de giro, no valor total de R\$10.000.000,00, celebrado em 18 de dezembro de 2020 com vencimento em 18 de dezembro de 2024, com taxa de juro de 0,69% ao mês, sendo o saldo devedor, na data deste Prospecto, R\$10.108.782,00. Tal operação não conta com garantia;
- contrato de prestação de serviços para pagamento de folha salarial, celebrado com a Companhia em 26 de julho de 2013, sem prazo de vencimento determinado, no valor mensal de R\$2.500.000,00. Tal operação não conta com garantia; e
- prestação de serviços de SISPAG/Boletos junto a empresas do grupo econômico da Companhia, contratados em 26 de julho de 2013, sem prazo de vencimento determinado, isento de tarifas e volume médio mensal de R\$18.000.000,00. Tal operação não conta com garantia.

Na data deste Prospecto, exceto pelo disposto acima e, pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Coordenador Líder e/ou sociedades do seu conglomerado financeiro.

O Coordenador Líder e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado financeiro podem deter títulos e valores mobiliários de emissão da ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares de mercado a preços e condições de mercado.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Coordenador Líder no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com *total return swap*). O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia” na página 69 deste Prospecto.

Nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 41 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Para mais informações ver seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 41 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Coordenador Líder poderá fazer jus a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há conflito de interesse em relação à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Coordenador Líder ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

### **Relacionamento entre a Companhia e o Bank of America**

Na data deste Prospecto, exceto pelo disposto acima e, pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Bank of America e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Bank of America e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contrata e poderá, no futuro, contratar o Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão dos Bank of America, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Bank of America no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 41 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Bank of America como instituição intermediária da Oferta.

Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Bank of America ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

### **Relacionamento entre a Companhia e o BTG Pactual**

Na data deste Prospecto, exceto pelo disposto acima e, pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o BTG Pactual e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contrata e poderá, no futuro, contratar o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão dos BTG Pactual, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do BTG Pactual no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 41 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do BTG Pactual como instituição intermediária da Oferta.

Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o BTG Pactual ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

#### **Relacionamento entre a Companhia e o UBS BB**

Na data deste Prospecto, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o UBS BB e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o UBS BB e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

A Companhia pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Adicionalmente, o UBS BB e/ou sociedades de seu grupo econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares de mercado a preços e condições de mercado.

O UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do UBS BB no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com *total return swap*). O UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia” na página 69 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 41 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 41 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o UBS BB poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do UBS BB como instituição intermediária da Oferta. A Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o UBS BB ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

## **RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA**

Para fins do disposto no Item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritos abaixo o relacionamento dos Acionistas Vendedores com os Coordenadores da Oferta.

Nenhuma das operações descritas abaixo é vinculada à Oferta e/ou ao Preço por Ação e não há, na data deste Prospecto, quaisquer operações celebradas entre os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta e/ou outras sociedades pertencentes aos seus respectivos conglomerados financeiros que estejam vinculadas à Oferta e/ou ao Preço por Ação.

### **Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder**

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, o Coordenador Líder e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico prestam serviços bancários para os Acionistas Vendedores, incluindo, entre outros, prestação de serviço de conta corrente, investimentos, operações de crédito, consultoria ou gestão financeira.

Na data deste Prospecto, exceto pelo disposto acima e, pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, os Acionistas Vendedores e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Coordenador Líder e/ou sociedades do seu conglomerado financeiro.

Os Acionistas Vendedores contrataram e poderão, no futuro, contratar o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

Nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de titularidade dos Acionistas Vendedores.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 41 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Coordenador Líder poderá fazer jus a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

### **Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Bank of America**

Na data deste Prospecto, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, os Acionistas Vendedores e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Bank of America e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Bank of America e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão os Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores contrataram e poderão, no futuro, contratar o Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão dos Acionistas Vendedores. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas *Units*; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Bank of America no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 41 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por *Unit*. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, a Caixa poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das *Units*.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Bank of America como instituição intermediária da Oferta. Os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Bank of America ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

#### **Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o BTG Pactual**

Na data deste Prospecto, os Acionistas Vendedores e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico possuem relacionamento com o BTG Pactual e demais sociedades do seu grupo econômico, conforme detalhado a seguir:

- Sociedade pertencente ao conglomerado econômico do BTG Pactual presta serviços de administração ao Prisma Bazar FIP. Nos últimos meses, a sociedade pertencente ao conglomerado econômico do BTG Pactual recebeu a remuneração de R\$121,2 mil a título de taxa de administração;
- A Prisma Bazar FIP possui aplicações financeiras, sem prazo determinado e sem garantias, realizadas em fundo de investimento administrado por sociedade integrante do conglomerado econômico do BTG Pactual, com saldo bruto atual de aproximadamente R\$533,7 mil. O Prisma Bazar FIP realizou, nos últimos 12 meses, o pagamento de um montante correspondente a aproximadamente R\$1,5 mil à respectiva sociedade integrante do conglomerado econômico do BTG Pactual a título de taxa de administração; e
- Os Srs. Maurício de Lazzari Barbosa possui aplicações financeiras pessoais, sem prazo determinado e sem garantias, realizadas em fundo de investimento administrado por sociedade integrante do conglomerado econômico do BTG Pactual, tendo realizado, nos últimos 12 meses, o pagamento de um montante correspondente de taxa de administração à respectiva sociedade integrante do conglomerado econômico do BTG Pactual.

Na data deste Prospecto, exceto pelo [disposto acima e, pelo] relacionamento decorrente da presente Oferta, os Acionistas Vendedores e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o BTG Pactual e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão os Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores contrataram e poderão, no futuro, contratar o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão dos Acionistas Vendedores. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas *Units*; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do BTG Pactual no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 41 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por *Unit*. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, a Caixa poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das *Units*.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do BTG Pactual como instituição intermediária da Oferta. Os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o BTG Pactual ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

### **Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o UBS BB**

Na data deste Prospecto, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, os Acionistas Vendedores e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o UBS BB e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o UBS BB e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão os Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores contrataram e poderão, no futuro, contratar o UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão dos Acionistas Vendedores. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas *Units*; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do UBS BB no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 41 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por *Unit*. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, a Caixa poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das *Units*.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do UBS BB como instituição intermediária da Oferta. Os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o UBS BB ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

## **INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, OS COORDENADORES DA OFERTA, OS CONSULTORES E OS AUDITORES**

Para fins do disposto no item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Companhia e a Oferta, bem como este Prospecto, poderão ser obtidos nos seguintes endereços:

### **Companhia**

#### **Bionexo S.A.**

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, 2º e 7º andares, conjuntos 22, 71 e 72  
04543-900, São Paulo, SP  
At.: Sr. Lucas Carvalho Zacharias  
Tel.: +55 (11) 3133-8100  
[www.bionexo.com/ri](http://www.bionexo.com/ri)

### **Coordenadores da Oferta**

#### **Coordenador Líder**

##### **Banco Itaú BBA S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares  
04538-132, São Paulo, SP  
At.: Sra. Renata Dominguez  
Tel.: +55 (11) 3708-8000  
Fax: +55 (11) 3708-8107  
<http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/>

##### **Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400,  
12º andar  
CEP 04538-132, São Paulo, SP  
At.: Sr. Bruno Saraiva  
Tel.: +55 (11) 2188-4000  
Fax: +55 (11) 2188-4009  
[www.merrilllynch-brasil.com.br](http://www.merrilllynch-brasil.com.br)

##### **Banco BTG Pactual S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477, 14º andar  
04538-133, São Paulo, SP  
At.: Sr. Fabio Nazari  
Tel.: +55 (11) 3383-2000  
Fax: +55 (11) 3383-2001  
<https://www.btgpactual.com>

##### **UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.440,  
7º andar  
04538-132, São Paulo, SP  
At.: Sr. Anderson Brito  
Tel.: +55 (11) 2767-6506  
[www.ubs.com.br/](http://www.ubs.com.br/)

#### **Consultores Legais Locais dos Coordenadores da Oferta**

##### **Lefosse Advogados**

Rua Tabapuã, 1.277, nº 14º andar  
04533-014, São Paulo, SP  
At.: Sr. Rodrigo Junqueira / Sra. Jana Araujo  
Tel.: +55 (11) 3024-6100  
[www.lefosse.com](http://www.lefosse.com)

#### **Consultores Legais Locais da Companhia**

##### **Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados**

Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 447  
01403-001, São Paulo, SP  
At.: Sra. Vanessa Fiusa  
Tel.: +55 (11) 3147-7600  
[www.mattosfilho.com.br](http://www.mattosfilho.com.br)

<b>Consultores Legais Externos dos Coordenadores da Oferta</b>	<b>Consultores Legais Externos da Companhia</b>
<p><b>Skadden, Arps, Slate, Meagher &amp; Flom LLP</b>            Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3311, 7º andar            04538-133, São Paulo, SP            At.: Sr. [•]            Tel.: +55 ([•]) [•]  <a href="http://www.skadden.com">www.skadden.com</a></p>	<p><b>Milbank LLP</b>            Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4100, 5º andar,            Itaim Bibi            CEP 04538-132, São Paulo, SP            At.: Sr. Tobias Stirnberg / Fabiana Sakai            Tel.: +55 (11) 3927-7781  <a href="http://www.milbank.com">www.milbank.com</a></p>

---

#### **Auditores Independentes**

---

**KPMG Auditores Independentes**  
 EZ Tower – Rua Arquiteto Olavo Redig de  
 Campos, nº 105, 7º andar  
 04711-904, São Paulo, SP  
 At.: Sra. Danielle Rezende Suzano  
 Tel.: +55 (11) 3940-3704  
<http://www.kpmg.com.br/>

#### **Declarações de Veracidade das Informações**

A Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade das informações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400. Estas declarações de veracidade estão anexas a este Prospecto, a partir da página 139.

## DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Com base no Preço por Ação de R\$[•], a Companhia estima que os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária serão de R\$[•], após a dedução de comissões, tributos e despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta.

Para informações detalhadas acerca das comissões e despesas da Oferta, veja a seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 41 deste Prospecto.

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos obtidos por meio da Oferta Primária para: (i) pesquisa e desenvolvimento, e (ii) aquisições oportunísticas para crescimento inorgânico. As tabelas abaixo resumem os percentuais e valores estimados das destinações que a Companhia pretende dar aos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, após a dedução das comissões e despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

Destinação	Percentual Estimado dos Recursos Líquidos <sup>(1)</sup>	Valor Estimado Líquido <sup>(2)(3)</sup> (em R\$)
Pesquisa e Desenvolvimento.....	[•]	[•]
Aquisições oportunísticas para crescimento inorgânico .....	[•]	[•]
<b>Total.....</b>	<b>100,0%</b>	<b>[•]</b>

<sup>(1)</sup> No caso de colocação das Ações Adicionais e/ou Ações do Lote Suplementar, a destinação dos recursos permanecerá a mesma e os percentuais serão mantidos.

<sup>(2)</sup> Com base no Preço por Ação de R\$[•].

A efetiva aplicação dos recursos obtidos por meio da Oferta depende de diversos fatores que a Companhia não pode garantir que virão a se concretizar, dentre os quais as condições de mercado então vigentes, nas quais baseia suas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Os valores efetivamente utilizados e a escolha do momento da utilização do capital arrecadado, dependerão de uma série de fatores, incluindo os fatores de risco, descritos na seção “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia” na página 17 deste Prospecto e da seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência. Alterações nesses e em outros fatores podem obrigar a Companhia a rever a destinação dos recursos líquidos quando de sua efetiva utilização. Enquanto não for decidido como os recursos serão alocados, eles poderão ser investidos em aplicações financeiras de baixo risco visando a preservação do capital.

Caso os recursos líquidos captados pela Companhia sejam inferiores à sua estimativa, sua aplicação será reduzida de forma proporcional aos objetivos e na hipótese de serem necessários recursos adicionais, a Companhia poderá efetuar emissão de outros valores mobiliários e/ou efetuar a contratação de linha de financiamento junto a instituições financeiras os quais deverão ser contratados tendo como principal critério o menor custo de capital para a Companhia. A forma de obtenção desses recursos será definida pela Companhia à época da respectiva captação, dependendo inclusive das condições de mercado.

A Companhia não utilizará os recursos provenientes da Oferta Primária para pagamento de dívidas com os Coordenadores da Oferta.

Um aumento (redução) de R\$1,00 (um real) no Preço por Ação, após a dedução das despesas e comissões estimadas da Oferta e das despesas estimadas devidas por nós no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, aumentaria ou reduziria, conforme o caso, o valor dos recursos líquidos a serem captados por nós na Oferta em R\$ [•].

A Companhia não receberá qualquer recurso decorrente da Oferta Secundária, que engloba a colocação da Oferta Secundária, por se tratar exclusivamente de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores. Portanto, os recursos provenientes Oferta Secundária serão integralmente destinados aos Acionistas Vendedores.

Para mais informações sobre o impacto dos recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Oferta na situação patrimonial da Companhia, veja a seção “Capitalização” na página 89 deste Prospecto.

## CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta a capitalização total da Companhia, correspondente a empréstimos (circulante e não circulante) e patrimônio líquido consolidado da Companhia, em 31 de dezembro de 2020, indicando: (i) a posição histórica em 31 de dezembro de 2020, (ii) conforme ajustada pelo Aumento de Capital – SOP que consistiu em uma emissão de 50.397 novas ações da Companhia, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de janeiro de 2021, e (iii) a posição ajustada pela Oferta para considerar os recursos líquidos a serem obtidos pela Companhia provenientes da Oferta Primária (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), estimados em R\$[•], após a dedução das comissões e das despesas, com base no ponto médio da Faixa Indicativa.

As informações descritas abaixo na coluna denominada “Histórico” foram extraídas das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Os investidores devem ler a tabela abaixo em conjunto com as seções “3. Informações Financeiras Selecionadas” e “10. Comentários dos Diretores” do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto, bem como as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, as quais se encontram anexas a este Prospecto.

	Em 31 de dezembro de 2020		
	Histórico	Ajustado <sup>(1)</sup> (em milhares de R\$)	Ajustado Pós-oferta <sup>(2)</sup>
Empréstimos (circulante) .....	8.577	[•]	[•]
Empréstimos (não circulante) .....	33.751	[•]	[•]
Patrimônio líquido .....	102.153	[•]	[•]
<b>Capitalização Total<sup>(3)</sup> .....</b>	<b>144.481</b>	<b>[•]</b>	<b>[•]</b>

<sup>(1)</sup> Considera o Aumento de Capital – SOP que consistiu em uma emissão de 50.397 novas ações da Companhia, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de janeiro de 2021.

<sup>(2)</sup> Ajustado para refletir: (i) o Aumento de Capital - SOP; (ii) o recebimento de recursos líquidos da Oferta Primária (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), estimados em R\$[•], após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, no montante estimado de R\$[•], calculado com base no Preço por Ação de R\$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.

Um aumento ou uma redução de R\$1,00 no Preço por Ação de R\$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, acarretaria em um aumento ou redução do valor do patrimônio líquido e da capitalização total da Companhia em R\$[•] milhões, após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta.

O valor do patrimônio líquido da Companhia após a conclusão da oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

A Companhia não receberá qualquer recurso decorrente da Oferta Secundária por se tratar exclusivamente de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores. Dessa forma, nossa capitalização não será afetada pela Oferta Secundária.

Não houve alteração relevante na capitalização da Companhia desde 31 de dezembro de 2020, exceto com relação ao Aumento de Capital – SOP mencionado acima.

## DILUIÇÃO

*Os investidores que participarem da Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento, calculada pela diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a conclusão da Oferta.*

Em 31 de dezembro de 2020, o valor do patrimônio líquido da Companhia era de R\$[•] mil e o valor patrimonial por ação ordinária correspondia, na mesma data, a R\$[0,74]. Os referidos valores patrimoniais por ação ordinária representam o valor do patrimônio líquido da Companhia, dividido pelo número total de ações ordinárias e preferenciais de sua emissão em 31 de dezembro de 2020.

Considerando a emissão das Ações (sem considerar as Ações Adicionais e Ações do Lote Suplementar) no âmbito da Oferta Primária, com base no Preço por Ação de R\$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, e após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta; o patrimônio líquido da Companhia seria de R\$[•] milhões, representando um valor patrimonial de R\$[•] por ação ordinária de emissão da Companhia. Isso significaria um aumento imediato no valor do patrimônio líquido por ação ordinária de R\$[•] para os acionistas existentes e uma diluição imediata no valor do patrimônio líquido por ação ordinária de R\$[•], que é equivalente a [•]% do Preço por Ação de R\$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, para os novos investidores que subscreverem/adquirirem Ações no âmbito da Oferta.

Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores na Oferta e o valor patrimonial contábil por ação ordinária imediatamente após a Oferta. Para informações detalhadas acerca das comissões de distribuição e das despesas da Oferta, veja a Seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, página 41 deste Prospecto.

O quadro a seguir ilustra a diluição por ação ordinária de emissão da Companhia, com base em seu patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020, sem considerar os impactos da realização da Oferta Primária:

	<b>Após a Oferta Primária</b>	
	(em R\$, exceto percentagens)	(percentual em relação ao Preço por Ação <sup>(1)</sup> )
Preço por Ação <sup>(1)</sup> .....	[•]	[•]%
Valor patrimonial contábil por ação ordinária em 31 de dezembro de 2020.....	[•]	[•]%
Aumento do valor contábil patrimonial líquido por ação ordinária atribuído aos atuais acionistas .....	[•]	[•]%
Diluição do valor patrimonial contábil por ação ordinária para os novos investidores <sup>(2)</sup> .....	[•]	[•]%
<b>Percentual de diluição dos novos investidores<sup>(3)</sup>.....</b>	<b>[•]%</b>	<b>[•]%</b>

<sup>(1)</sup> Calculado com base no Preço por Ação de R\$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.

<sup>(2)</sup> Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação a ser pago pelos investidores e o valor patrimonial líquido por ação de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta.

<sup>(3)</sup> O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não guarda relação com o valor patrimonial das ações ordinárias de emissão da Companhia e será fixado tendo como parâmetro as intenções de investimento manifestadas por Investidores Institucionais, considerando a qualidade da demanda (por volume e preço), no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*. Para informações detalhadas sobre o procedimento de fixação do Preço por Ação e das condições da Oferta, veja seção “Informações Sobre a Oferta”, na página 35 deste Prospecto.

Um acréscimo ou redução de R\$1,00 no Preço por Ação de R\$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, acarretaria em um aumento ou redução, após a conclusão da Oferta: (i) de R\$[•] milhões no valor do patrimônio líquido contábil da Companhia; (ii) de R\$[•] no valor do patrimônio líquido contábil por ação ordinária de emissão da Companhia; e (iii) na diluição do valor patrimonial contábil por ação ordinária aos investidores desta Oferta em R\$[•] por Ação; assumindo que o número de Ações estabelecido na capa deste Prospecto não sofrerá alterações e, após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta. O valor do patrimônio líquido contábil da Companhia após a conclusão da Oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

A realização da Oferta Secundária não resultará em nenhuma mudança no número de ações de emissão da Companhia, nem em alteração em seu patrimônio líquido, uma vez que os recursos recebidos, nesse caso, serão integralmente entregues aos Acionistas Vendedores.

## Outros Cenários de Diluição

### Plano de Opção de Compra de Ações

Em 30 de junho de 2018, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia o Plano de Opção de Compra de Ações (“**Plano**”), posteriormente aditado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 20 de fevereiro de 2019, sendo elegíveis para a aquisição de opções de compra de ações (“**Opções**”) da Companhia os diretores e empregados da Companhia (“**Pessoas Elegíveis**”).

No âmbito do Plano possui dois programas vigentes, aprovados em sede de reunião do Conselho de Administração da Companhia em 30 de junho de 2018 (“**1º Programa**”) e 20 de fevereiro de 2019 (“**2º Programa**”), cuja única diferença diz respeito as condições de exercício das Opções, especialmente, o preço e o período de exercício.

#### 1º Programa

Em relação às Pessoas Elegíveis do 1º Programa, o exercício da totalidade das Opções poderá ser realizado em até 40 meses a contar da data da assinatura do contrato de adesão ao 1º Programa. Porém, a possibilidade exercício das Opções ocorrerá em lotes de 25% conforme os seguintes períodos: (a) 1º lote: 25% das Opções poderão ser exercidas da data de assinatura do contrato de adesão até o final do 40º mês contado da assinatura do respectivo contrato de adesão; (b) 2º lote: 50% das Opções poderão ser exercidas a partir do início do 13º mês da assinatura do Contrato de Adesão até o final do 40º mês contado da assinatura do respectivo contrato de adesão; (c) 3º lote: 75% das Opções poderão ser exercidas a partir do início do 25º mês da assinatura do contrato de adesão até o final do 40º mês contado da assinatura do respectivo contrato de adesão; e (d) 4º lote: 100% das Opções poderão ser exercidas a partir do início do 37º mês da assinatura do contrato de adesão até o final do 40º mês contado da assinatura do respectivo contrato de adesão.

O preço de aquisição das Opções alienadas sob o 1º Programa é de, no mínimo, R\$0,763 por opção e deverá ser pago pelos beneficiários no momento da assinatura do contrato de adesão.

O preço de exercício das Opções no âmbito do 1º Programa é de, no mínimo, (A) R\$39,48 por ação, menos (B) os dividendos pagos por ação desde 1º de abril de 2018; e (C) corrigido por 100% do CDI até a data do pagamento.

## 2º Programa

Em relação às Pessoas Elegíveis do 2º Programa, o exercício da totalidade das Opções poderá ser realizado em até 51 meses a contar da data da assinatura do contrato de adesão ao 2º Programa. Porém, a possibilidade exercício das Opções ocorrerá em lotes de 25% conforme os seguintes períodos: (a) 1º lote: 25% das Opções poderão ser exercidas a partir do início do 13º mês de assinatura do contrato de adesão até o final do 51º mês contado da assinatura do respectivo contrato de adesão; (b) 2º lote: a partir do início do 25º mês da assinatura do contrato de adesão até o final do 51º mês contados da assinatura do respectivo contrato de adesão; (c) 3º lote: a partir do início do 37º mês da assinatura do contrato de adesão até o final do 51º mês contados da assinatura do respectivo Contrato de Adesão; e (d) 4º lote: a partir do início do 49º mês da assinatura do contrato de adesão até o final do 51º mês contados da assinatura do respectivo contrato de adesão.

O preço de aquisição das opções alienadas sob o 2º Programa está definido nos respectivos contratos de adesão.

O preço de exercício das opções outorgadas dentro do âmbito do 2º Programa é de (A) R\$70,42 por ação, menos (B) os dividendos pagos por ação desde 1º de janeiro de 2019; e (C) corrigido por 100% do CDI até a data do pagamento.

No âmbito do Plano, a Companhia não pretende outorgar opções adicionais até o encerramento da Oferta.

Para mais informações sobre o Plano, vide item 13.4 do Formulário de Referência na página 482 deste Prospecto.

## **Bônus de Subscrição**

Em 19 de dezembro de 2018, foram emitidos 3 bônus de subscrição, sendo (i) um Bônus de Subscrição A subscrito e integralizado da Orjen Investments Pte. Ltd., uma subsidiária integral indireta da Temasek Holdings (Private) Limited, e (ii) dois Bônus de Subscrição B, um subscrito e integralizado pela Prisma FIP Bazar e outro pela Apus Participações EIRELI (atual, Apus Participações S.A.).

O Bônus de Subscrição A confere à Orjen Investments Pte. Ltd. o direito de subscrever e integralizar novas ações ordinárias ao preço de exercício de R\$1,00 no total, observado que a Oferta resulte em uma determinada taxa de retorno por ação à Orjen Investments inferior a uma taxa mínima de retorno. O Bônus de Subscrição A não poderá representar um aumento na participação societária do Beneficiário de mais do que 8,563% do capital social (em bases totalmente diluídas).

O Bônus de Subscrição B – nº1 confere ao Prisma FIP Bazar o direito de subscrever e integralizar novas ações ordinárias ao preço de exercício de R\$1,00 no total, observado que a Oferta resulte em uma determinada taxa de retorno por ação à Orjen Investments Pte. Ltd. superior a certa taxa de retorno. O Bônus de Subscrição B – nº 1 não poderá representar um aumento na participação societária do Beneficiário de mais do que 5,978% do capital social (em bases totalmente diluídas).

O Bônus de Subscrição B – nº 2 confere à Apus o direito de subscrever e integralizar novas ações ordinárias ao preço de exercício de R\$1,00 no total, observado que a Oferta resulte em uma determinada taxa de retorno por ação à Orjen Investments Pte. Ltd. superior a certa taxa de retorno. O Bônus de Subscrição B – nº 2 não poderá representar um aumento na participação societária do Beneficiário de mais do que 5,424% do capital social (em bases totalmente diluídas).

Em nenhuma hipótese, (i) o Bônus de Subscrição A poderá ser exercido caso o Bônus de Subscrição B seja exercido, e vice-versa, considerando que cada um está atrelado a uma taxa de retorno específica; e (ii) o exercício dos Bônus de Subscrição B por ambos, Prisma FIP Bazar e Apus, poderá resultar em uma redução da participação societária da Orjen Investments Pte. Ltd. na Companhia de mais de 10% do capital social da Companhia (em bases totalmente diluídas).

Para mais informações sobre os bônus de subscrição, veja o item “18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos no Brasil” do Formulário de Referência, na página 537 deste Prospecto.

#### ***Incorporação da Manager pela Companhia***

Foi celebrado, em 4 de junho de 2018, Acordo de Sócios (“**Acordo**”) entre a Bionexo Internacional, incorporada pela Companhia, Alessandro Ferreira Campo Dall’Orto, Alexandre Martins Guimarães e Flávio Gonçalves Valentim (estes três últimos, “**Sócios**”).

Referido Acordo prevê que a Companhia terá o direito de adquirir a totalidade da participação remanescente dos Sócios detidas na Manager nas seguintes condições: (i) no 3º aniversário do Acordo, por um período de 60 dias com possibilidade de postergação por um período de 12 meses, ou (ii) no 5º aniversário do Acordo, por um período de 60 dias com possibilidade de postergação por um período de 12 meses (em conjunto, “**Opções**”). Os termos e condições das Opções estão descritos nos respectivos Contratos e Opção de Compra de Quota.

Caso as opções não sejam exercidas e durante a vigência do Acordo e seja realizada a Oferta, os Sócios terão o direito de exigir que a Manager seja incorporada pela Companhia em até 30 dias contados da realização de tal evento. O Acordo já estabelece a relação de troca que deverá ser utilizada para fins de avaliação, sendo ela:

- Preço por Ação da Companhia: preço da emissão das ações da Companhia no âmbito da Oferta;
- Preço por Quota da Manager: Múltiplo da receita líquida recorrente dos últimos 12 meses implícito no preço da Oferta, vezes 75% vezes a receita líquida recorrente da Manager nos 12 meses anteriores à Oferta, somado a 75% vezes a receita não recorrente líquida da Manager dos últimos 12 meses, deduzido o Endividamento Líquido da Manager no último dia do mês anterior à Oferta e as contingências, dividido pelo número de Quotas da Manager na data da Oferta.

Ou seja, caso após 4 de agosto de 2024 nenhuma das Opções tenha sido exercida, os Sócios terão até 4 de setembro de 2024 para requerer a incorporação da Manager pela Companhia. Nessa hipótese, a incorporação estará sujeita à aprovação em Assembleia Geral Extraordinária e ao previsto na Lei das S.A.

Para mais informações, veja o item “15.8” do Formulário de Referência, na página 521 deste Prospecto.

O quadro a seguir ilustra a hipótese de diluição máxima, com base no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2020, considerando (i) o Aumento de Capital – SOP, (ii) a emissão de [•] Ações no âmbito da Oferta (sem considerar a colocação das Ações do Lote Suplementar), pelo Preço por Ação de R\$[•], que corresponde ao ponto médio da Faixa Indicativa, e após a dedução das comissões e despesas devidas; (iii) o exercício integral do Bônus de Subscrição A, com emissão de até [•] ações ao preço de R\$[•] por ação; (iv) o exercício integral do Bônus de Subscrição B, com emissão de até [•] ações ao preço de R\$[•] por ação ou o exercício integral do Bônus de Subscrição B, com emissão de até [•] ações ao preço de R\$[•] por ação; (v) a emissão de ações pela Companhia caso a incorporação da Manager fosse realizada pela Companhia na data deste Prospecto. Em 31 de dezembro de 2020 (i) o preço médio de exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano era de R\$[•]; e (ii) o preço de exercício do Bônus de Subscrição A e do Bônus de Subscrição B é de R\$1,00, sendo tais preços considerados para fins do cálculo da diluição abaixo. Adicionalmente, com relação ao preço de exercício de eventuais opções que venham a ser outorgadas no âmbito do Plano, foi considerado o valor de R\$[•], o qual corresponde ao ponto médio da Faixa Indicativa.

Preço por Ação <sup>(1)</sup>	R\$[•]
Quantidade de ações de emissão da Companhia em 31 de dezembro de 2020, considerando o Aumento de Capital - SOP	132.447.193
Quantidade de ações a serem emitidas no âmbito da Oferta	[•]
Quantidade de ações passíveis de serem emitidas no âmbito do Plano	[•]
Quantidade de ações passíveis de serem emitidas em razão do Bônus de Subscrição A <sup>(2)</sup>	[503.543]
Quantidade de ações passíveis de serem emitidas em razão do Bônus de Subscrição B <sup>(3)</sup>	[1.806.371]
Quantidade de ações passíveis de serem emitidas em razão da incorporação da Manager <sup>(4)</sup>	[•]
<b>Quantidade total de ações após a emissão das ações da Oferta, do Plano, do Bônus de Subscrição A e da incorporação da Manager</b>	[•]
<b>Quantidade total de ações após a emissão das ações da Oferta, do Plano, do Bônus de Subscrição B e da incorporação da Manager</b>	[•]
Valor patrimonial contábil por ação em 31 de dezembro de 2020, considerando o Aumento de Capital – SOP	R\$[1,34]
Valor patrimonial contábil por ação em 31 de dezembro de 2020, ajustado considerando todos os eventos descritos acima <sup>(5)</sup>	R\$[•]
Aumento (diminuição) no valor patrimonial contábil por ação atribuído aos acionistas existentes considerando os eventos descritos acima	R\$[•]
Diluição do valor patrimonial contábil por ação dos novos investidores	R\$[•]
Percentual de diluição imediata resultante da emissão das ações da Oferta, do Plano, do Bônus de Subscrição A e da incorporação da Manager <sup>(6)</sup>	[•]%
Percentual de diluição imediata resultante da emissão das ações da Oferta, do Plano, do Bônus de Subscrição A e da incorporação da Manager <sup>(6)</sup>	[•]%

<sup>(1)</sup> Considerando a subscrição das Ações (sem considerar a colocação das Ações do Lote Suplementar), com base no Preço por Ação de R\$[•], o qual corresponde ao ponto médio da Faixa Indicativa.

<sup>(2)</sup> Considera o aumento de capital no valor estimado de R\$[•] mil por exercício do Bônus de Subscrição A gerando a emissão de até [•] ações quando observada a integralidade do potencial máximo de diluição pelo exercício de tais direitos.

<sup>(3)</sup> Considera o aumento de capital no valor estimado de R\$[•] mil por exercício do Bônus de Subscrição B gerando a emissão de até [•] ações quando observada a integralidade do potencial máximo de diluição pelo exercício de tais direitos.

<sup>(4)</sup> Considerando que o valor por ação da Companhia para fins da relação de troca foi calculado com base no Preço por Ação de R\$[•], o qual corresponde ao ponto médio da Faixa Indicativa.

<sup>(5)</sup> Para os fins aqui previstos, essa diluição representa entre o Preço por Ação a ser pago pelos investidores e o valor patrimonial líquido por ação de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta.

<sup>(6)</sup> O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

## Histórico do Preço de Emissão de Ações

Nos 5 últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, a Companhia realizou os seguintes aumentos de capital.

Data	Operação	Valor	Preço por Ação
29/01/2021	Aumento de capital por subscrição particular	R\$60.059,27	N/A <sup>(1)</sup>
30/12/2020	Aumento de capital por subscrição particular	R\$4.560.555,58	R\$1,00
19/11/2019	Aumento de capital por subscrição particular	R\$55.000.000,00	N/A <sup>(2)</sup>
29/08/2019	Aumento de capital por subscrição particular	R\$8.601.692,13	N/A <sup>(2)</sup>
28/02/2019	Aumento de capital por subscrição particular	R\$20.000.000,00	N/A <sup>(2)</sup>
31/03/2018	Aumento de capital por subscrição particular	R\$24.137.078,38	R\$3.312,80
30/09/2017	Aumento de capital por subscrição particular	R\$16.334.233,60	R\$7,71

<sup>(1)</sup> Preço por ação com base em valores pré-definidos com cada beneficiário do Plano.

<sup>(2)</sup> Na data do aumento de capital a Companhia era organizada sob a forma de EIRELI, não sendo possível a definição do preço por ação.

## **ANEXOS**

---

**ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA**

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA REALIZADA EM 15 DE FEVEREIRO DE 2021 QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA**

**MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO E O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL**

**DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**

**DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**

**DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS DA COMPANHIA AUDITADAS PARA OS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018 ELABORADAS ESPECIALMENTE PARA FINS DE REGISTRO**

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

**ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **ESTATUTO SOCIAL**

### **BIONEXO S.A.**

CNPJ/ME nº 04.069.709/0001-02  
NIRE (em fase de obtenção)

#### **Capítulo I -** **NOME, SEDE, FORO, DURAÇÃO E OBJETO**

**Artigo 1º.** Bionexo S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, regida por este Estatuto Social, pela Lei nº 6.404, datada de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), bem como pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado" e "B3", respectivamente) e demais disposições legais aplicáveis às sociedades anônimas.

**Parágrafo Primeiro** - Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado ("Novo Mercado"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado.

**Artigo 2º.** A Companhia tem sua sede social na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1830, 7º andar, conjunto 71, Condomínio São Luiz, CEP: 04543-000, e pode, na forma deste Estatuto Social, criar, transferir ou extinguir filiais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

**Parágrafo Primeiro** - A Companhia tem seu foro jurídico na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

**Artigo 3º.** O objeto social da Companhia é: (a) a participação no capital de outras sociedades que atuem no setor de licenciamento de uso e cessão de direitos sobre programas de computador e soluções digitais relacionados à área de saúde humana, bem como sociedades que desenvolvam atividades complementares, como sócia quotista ou acionista, no país ou no exterior; (b) o licenciamento de uso e cessão de direitos sobre programas de computador e soluções digitais relacionados à área de saúde humana; (c) elaboração de programas de computador e soluções digitais relacionados à área de saúde humana; (d) suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; (e) a assessoria e consultoria em informática; (f) gestão de banco de dados, seu armazenamento, tratamento e processamento; (g) atividades de assessoria e consultoria em apoio às empresas da área de saúde humana; (h) instrução, treinamento e avaliação de conhecimento; (i) a representação de qualquer natureza, inclusive comercial; (j) agenciamento, a corretagem ou intermediação de bens móveis; (k) agenciamento de publicidade e propaganda; (l) serviços de transporte e logística dos produtos objeto da intermediação comercial descrita nos itens anteriores; (m) serviços de pesquisa e informações para inteligência

de mercado e demanda local, regional e/ou global sobre produtos inerentes à área da saúde humana; (n) importação e exportação de bens para consecução dos itens acima; (o) atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral; (p) participar como sócia quotista ou acionista em outras sociedades, sejam elas nacionais ou estrangeiras; (q) comercialização de produtos e serviços relacionados ao setor de tecnologia, consultoria e treinamento, importação e exportação de equipamentos; (r) aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador; (s) aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador; (t) manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle; e (u) manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente.

**Parágrafo Primeiro** - A duração da Companhia é por tempo indeterminado.

## **Capítulo II -** **CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

**Artigo 4º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$132.456.853,96 (cento e trinta e dois milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e três reais e noventa e seis centavos), e dividido em 132.447.193 (cento e trinta e dois milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil, cento e noventa e três) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

**Parágrafo Primeiro** - As ações representativas do capital social são indivisíveis em relação à Companhia.

**Parágrafo Segundo** - Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. O custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, sendo respeitados os limites impostos pela legislação vigente.

**Parágrafo Terceiro** - Cada ação dará direito a um voto nas deliberações sociais.

**Parágrafo Quarto** - É vedado à Companhia a emissão de ações preferenciais e partes beneficiárias.

**Artigo 5º.** Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, sem necessidade de reforma estatutária, mediante a emissão de até 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) novas ações ordinárias emitidas dentro de tal limite.

**Parágrafo Primeiro** - O aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, será realizado por meio da emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma

de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.

**Parágrafo Segundo** - A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado, com exclusão do direito de preferência dos antigos acionistas, ou com redução do prazo para seu exercício de que trata o Artigo 171, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, quando a colocação for feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou através de permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, ou ainda para fazer frente a planos de outorga de opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

**Parágrafo Terceiro** - O limite do capital autorizado deverá ser automaticamente ajustado em caso de grupamentos ou desdobramentos de ações.

**Artigo 6º.** A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, observadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

### **Capítulo III -** **ASSEMBLEIA GERAL**

**Artigo 7º.** A Assembleia Geral será realizada ordinariamente, dentro do prazo estabelecido por lei para deliberar sobre as matérias constantes do Artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações e, extraordinariamente, sempre que o interesse da Companhia o exija, sendo permitida a ocorrência simultânea de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, bem como a lavratura em ata única.

**Artigo 8º.** As Assembleias Gerais de acionistas serão convocadas em conformidade com as disposições da lei.

**Parágrafo Primeiro** - A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, na sua ausência ou impedimento, por quem o Presidente do Conselho de Administração indicar, por escrito. Caso o Presidente do Conselho de Administração não realize tal indicação, a Assembleia Geral indicará o presidente da assembleia, por maioria de votos. O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para servir como secretário.

**Parágrafo Segundo** - Salvo conforme previsto diferentemente em lei e observado o Parágrafo Terceiro abaixo, as Assembleias Gerais instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) das ações emitidas com direito a voto, e, em segunda convocação, com a

presença de qualquer número de acionistas presentes, nos termos do Artigo 125 da Lei das Sociedades por Ações.

**Parágrafo Terceiro** - A Assembleia Geral que tiver por objeto a reforma deste Estatuto Social se instalará, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 do capital social com direito a voto, mas poderá instalar-se em segunda convocação com qualquer número de presentes.

**Parágrafo Quarto** - As deliberações das Assembleias Gerais de acionistas, ressalvados os casos previstos em disposição cogente de lei, serão todas tomadas pela maioria absoluta dos acionistas titulares de ações presentes nas Assembleias, não se computando os votos em branco e abstenções.

**Parágrafo Quinto** - A Assembleia Geral somente poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, sendo vedada a aprovação de matérias sob rubrica genérica.

**Artigo 9º.** Compete privativamente à Assembleia Geral as seguintes matérias, sem prejuízo das demais matérias previstas em lei:

- I. alteração do Estatuto Social;
- II. a eleição e destituição, a qualquer tempo, dos membros do Conselho de Administração da Companhia e do Conselho Fiscal, se e quando instalado, bem como definir o número de cargos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia;
- III. fixação do limite da remuneração anual global dos administradores da Companhia, observado que caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição individual da remuneração do próprio Conselho de Administração e da Diretoria;
- IV. aprovação anual das contas dos administradores e das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de encerramento de exercício por eles apresentadas;
- V. aprovação do plano de negócios e/ou do orçamento anual e/ou da política de investimentos e reinvestimentos, da proposta da administração de destinação do lucro, da declaração e fixação das condições de pagamento de quaisquer proventos aos acionistas, da constituição de reservas de capital ou lucros;
- VI. alteração da política de distribuição de dividendos que acarrete a redução do dividendo mínimo obrigatório em nível inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado no respectivo exercício;
- VII. o aumento ou redução do capital social, emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, exceto se dentro do limite do capital autorizado, alteração nos direitos, preferências, vantagens e condições de

- resgate ou amortização das ações;
- VIII. a fixação do preço de emissão de ações e demais valores mobiliários, exceto se a emissão for realizada dentro do limite do capital autorizado;
- IX. aprovação da avaliação de bens com que qualquer acionista concorrer para formação do capital social da Companhia, observado o disposto na Lei das Sociedades por Ações;
- X. transformação da Companhia em outro tipo societário;
- XI. qualquer operação de fusão, cisão ou incorporação, inclusive de ações, ou outra operação com efeitos similares, incluindo, sem limitação, qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia ou Subsidiárias ou seus respectivos ativos ou a absorção do acervo resultante de qualquer sociedade pela Companhia e/ou Controlada;
- XII. dissolução, liquidação e extinção da Companhia, eleição e destituição dos liquidantes e julgamento de suas contas, bem como sobre o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação, e o julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação;
- XIII. autorização aos administradores para confessar falência ou requerer recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia;
- XIV. deliberação acerca de qualquer matéria que, em virtude de lei, dê ao sócio ou acionista ou o direito de se retirar;
- XV. suspensão do exercício dos direitos de acionista, nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
- XVI. a adoção, alteração ou modificação de qualquer plano, programa, contrato ou acordo de benefício para funcionários ou membros do Conselho de Administração ou da Diretoria da Companhia e/ou das Subsidiárias, que envolvam de qualquer forma direitos relacionados ao recebimento de lucros e/ou ações de emissão da Companhia por tais funcionários, membros do Conselho de Administração ou Diretores, incluindo, mas não se limitando a opções de compra de ações de emissão da Companhia;
- XVII. deliberação sobre grupamento ou desdobramento de ações em que se divide o capital social da Companhia, subscrito e integralizado;
- XVIII. dispensar a realização de oferta pública de aquisição de ações ("OPA") para saída do Novo Mercado.

**Capítulo IV -**  
**ADMINISTRAÇÃO**

**Artigo 10.** A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria, conforme definido pela legislação societária e pelos termos deste Estatuto Social.

**Parágrafo Primeiro** - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, exceto na hipótese de vacância, observados os termos do Regulamento do Novo Mercado.

**Parágrafo Segundo** - A posse dos administradores e dos membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 34 abaixo.

**Parágrafo Terceiro** - Os membros do Conselho de Administração serão eleitos para um mandato unificado de 2 (dois) anos e os Diretores para um mandato unificado de 3 (três) anos, sendo, em ambos os casos, permitidas reeleições. Os membros do Conselho de Administração e os Diretores permanecerão nos respectivos cargos até a posse de seus respectivos sucessores.

**Parágrafo Quarto** - As atas de Reuniões da Diretoria e do Conselho de Administração serão registradas nos Livros de Atas de Reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, conforme o caso, e deverão ser assinadas pelos membros do Conselho de Administração presentes na reunião ou por seus representantes legais, ou pelos Diretores, conforme aplicável.

**Artigo 11.** A Assembleia Geral deverá fixar o limite da remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, sendo o Conselho de Administração, responsável pela distribuição desse montante entre os administradores da Companhia.

**Artigo 12.** Qualquer ato praticado por um administrador, procurador ou funcionário que envolva a Companhia em obrigações relativas a negócios e transações que não estejam incluídas no objeto da Companhia será considerado nulo, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que possam ser aplicáveis no caso de inadimplemento.

## Seção I - Conselho de Administração

**Artigo 13.** O Conselho de Administração, é composto, por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo Primeiro** - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também

considerados como independentes os conselheiros eleitos mediante faculdade prevista pelo Artigo 141, parágrafos 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações, na hipótese de haver acionista controlador.

**Parágrafo Segundo** - Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

**Parágrafo Terceiro** - O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleito dentre os seus membros, a serem indicados pela Assembleia Geral. O Presidente do Conselho de Administração da Companhia, dentre outras atribuições previstas neste Estatuto Social, terá a responsabilidade formal e operacional pelo funcionamento do Conselho de Administração e não terá o voto de qualidade, prevalecendo a sua condição de membro do Conselho de Administração similar aos demais membros.

**Parágrafo Quarto** - O Presidente do Conselho de Administração, em suas ausências e ou impedimentos temporários nas reuniões do Conselho de Administração, será substituído, nas funções atribuídas a tal posição de Presidente por este Estatuto social ou pelo regimento interno daquele órgão, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração. Na ausência ou impedimento temporário simultâneo do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração, tais funções serão exercidas por outro Conselheiro indicado pelo Presidente do Conselho de Administração.

**Parágrafo Quinto** - No caso de destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado, invalidez ou ausência injustificada por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou qualquer outro evento que leve à vacância definitiva do cargo do Conselho de Administração, a Assembleia Geral será convocada para proceder a nova eleição para preencher o cargo vago.

**Parágrafo Sexto** - Ressalvado o disposto no Parágrafo Quarto acima, a eleição dos membros do Conselho de Administração deverá ser feita pela Assembleia Geral.

**Parágrafo Sétimo** - Além do disposto neste Estatuto Social, o funcionamento do Conselho de Administração também deverá observar o disposto em seu Regimento Interno.

**Artigo 14.** O Conselho de Administração deverá reunir-se ordinariamente, pelo menos, uma vez a cada 3 (três) meses, e, extraordinariamente, a qualquer momento, sempre que convocado, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, por qualquer membro do Conselho de Administração, mediante convocação, por escrito, feita por meio de carta registrada ou correio eletrônico (com a devida confirmação de recebimento), com a apresentação da ordem do dia dos assuntos a serem tratados e dos documentos pertinentes, ressalvados os casos de urgência, nos quais as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas sem a observância do prazo acima, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho. Não poderão ser aprovados nas reuniões do Conselho de Administração assuntos que não tenham sido incluídos na ordem do dia apresentada na convocação da respectiva

reunião, salvo se aprovado pela totalidade dos membros do Conselho de Administração.

**Parágrafo Primeiro** - A convocação mencionada no caput deste Artigo 14 poderá ser dispensada caso todos os membros do Conselho de Administração estejam presentes na reunião. Será considerado presente o membro do Conselho de Administração que participar da reunião por meio de videoconferência, teleconferência ou qualquer outro meio de comunicação que permita conversa entre pessoas em tempo real. Nesta hipótese, os votos do membro do Conselho de Administração que não estiver fisicamente presente serão proferidos na reunião, e formalizados por escrito e enviados por meio de correio eletrônico ao presidente da reunião, sendo certo que uma cópia do referido voto ficará arquivada na sede social da Companhia.

**Parágrafo Segundo** - As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas na sede social da Companhia, (a menos que outra localização seja informada na convocação) ou por meio de teleconferência. No caso de reuniões realizadas por teleconferência, tal reunião será considerada realizada na sede da Companhia. Os custos decorrentes das reuniões do Conselho de Administração, incluindo passagens, estadia e outros incorridos pelos membros do Conselho de Administração não serão arcados pela Companhia.

**Parágrafo Terceiro** - Nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia um membro do Conselho de Administração poderá ser representado por outro membro, bastando, para tanto, que o membro presente mostre autorização por escrito do membro ausente, autorização essa que poderá ser feita via carta, e-mail ou outro meio escrito anteriormente à realização da reunião e serão válidos os votos proferidos pelo membro do Conselho de Administração que estiver ausente à reunião, e que forem feitos por fax ou qualquer meio eletrônico reconhecido e factível de comprovação, observado o disposto no Parágrafo Primeiro deste Artigo 14.

**Parágrafo Quarto** - As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas, em primeira convocação, com a presença da maioria dos membros do Conselho de Administração e, em segunda convocação, com a presença da maioria dos membros, e serão aprovadas, incluindo propostas a serem submetidas à Assembleia Geral, pelo voto da maioria dos membros do Conselho de Administração presentes na respectiva reunião.

**Parágrafo Quinto** - A reunião do Conselho de Administração será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou por qualquer outro membro por ele indicado. Na ausência ou recusa, ou na falta de indicação por parte do Presidente, a reunião do Conselho de Administração será instalada e presidida pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração. Na ausência ou recusa simultânea do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração, a reunião do Conselho de Administração será instalada e presidida por membro do Conselho de Administração eleito pela maioria dos membros presentes. O secretário da mesa será sempre escolhido pelo presidente da reunião.

**Parágrafo Sexto** - Cada membro do Conselho de Administração terá um voto nas deliberações do Conselho de Administração, incluindo o Presidente.

**Parágrafo Sétimo** - Das reuniões será lavrada ata em livro próprio, a qual será publicada nas hipóteses previstas em lei e na regulamentação aplicável.

**Parágrafo Oitavo** - Nas hipóteses de empate nas deliberações do Conselho de Administração, a matéria objeto de empate será retirada de pauta e submetida à apreciação em nova reunião do Conselho de Administração.

**Artigo 15.** O Conselho de Administração, além dos poderes previstos em lei, terá as seguintes atribuições:

- (a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (b) fiscalizar a gestão dos Diretores e examinar, a qualquer tempo, os livros e documentos da Companhia;
- (c) manifestar-se sobre o relatório da administração, sobre as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras, assim como sobre os resultados trimestrais das operações da Companhia, bem como deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral, conforme aplicável;
- (d) autorizar qualquer operação que envolva a aquisição, oneração e alienação de qualquer participação em qualquer outra sociedade na qual a Companhia detenha participação, direta ou indireta, que atue no Brasil ou em qualquer outro território, bem como a aquisição, alienação, locação, cessão, transferência ou constituição de quaisquer ônus sobre qualquer bem, ativo ou direito da Companhia;
- (e) autorizar qualquer operação que envolva atividades fora do objeto social;
- (f) autorizar operações com Partes Relacionadas da Companhia ou dos acionistas da Companhia, e com acionistas da Companhia, com observância da Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia;
- (g) sem prejuízo do disposto no Artigo 9, qualquer operação de trespassse, estabelecimento empresarial, aquisição ou alienação de parcela substancial de ativos de sociedade empresária, consórcio, *joint-venture* ou qualquer contrato associativo, aquisição ou alienação de carteira de clientes ou qualquer outra forma que resulte em uma reorganização empresarial ou associativa;
- (h) a constituição de subsidiárias integrais, a participação, direta ou indireta, em outras sociedades, a constituição ou participação em fundos de investimento, de qualquer natureza, ou qualquer outra entidade jurídica, personalizada ou não, de qualquer natureza;
- (i) autorizar a emissão ou cancelamento de programas de opção de compra de ações devidamente aprovados pela assembleia geral, ou instrumentos similares;

- (j) aprovar o plano de negócios, plano de investimentos, orçamentos anuais e plurianuais da Companhia em qualquer valor, e suas revisões, alterações ou atualizações;
- (k) aprovar qualquer mudança sobre o orçamento anual que envolva um aumento ou redução de mais de 10% (dez por cento) em relação ao orçamento anual contido no plano de negócios da Companhia previamente aprovado;
- (l) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixação de sua remuneração individual, bem como suas atribuições específicas, com observância das disposições deste Estatuto Social;
- (m) estabelecer a distribuição interna de responsabilidades dos membros da Diretoria, desde que não conflitem nem alterem as atribuições dispostas neste Estatuto Social;
- (n) definir a política de dividendos intercalares ou intermediários, declaração ou distribuição de dividendos (exceto o obrigatório) ou juros sobre o capital próprio à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, bem como declaração, *ad referendum* da Assembleia Geral, de dividendos intermediários e/ou intercalares à conta de lucros ou de reservas de lucros existentes em balanços levantados em períodos menores;
- (o) propor a retenção de lucros com base em orçamento de capital, na forma do Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações;
- (p) opinar sobre investimentos em novos negócios ou o estabelecimento de qualquer parceria, *joint venture* ou aliança similar com terceiros;
- (q) aprovar qualquer investimento de capital (*capex*) não previsto no plano de negócios e no orçamento anual lá contido, que individualmente ou no conjunto excedam em 2% (dois por cento) a receita líquida consolidada da Companhia conforme o balanço social auditado do exercício social imediatamente anterior;
- (r) aprovar quaisquer empréstimos e contratos financeiros que representem em uma única operação, ou em um conjunto de operações, valor de até 1,5 (um vírgula cinco) vezes o EBITDA da Companhia, incluindo contratos de abertura de crédito, mútuos, empréstimos, extensão de crédito, financiamentos, arrendamentos mercantis ou leasing, e desconto de recebíveis ou créditos, emissão de notas promissórias comerciais ou outros títulos de dívida da Companhia, bem como a outorga ou criação das respectivas garantias;
- (s) caso a Companhia tenha endividamento igual ou superior a 1,5 (um vírgula cinco) vezes o EBITDA, qualquer nova forma de endividamento, direta ou indireta, independentemente de valor, incluindo qualquer modalidade prevista no item (r) acima;

- (t) celebrar transações para prevenir ou pôr fim a litígios cujo valor exceda R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), exceto quando contemplado no orçamento anual contido no plano de negócios ou quando haja ameaça à continuidade das operações da Companhia;
- (u) aprovar e alterar a política de planos de participação ou distribuição de lucros a administradores ou empregados da Companhia, incluindo bônus, distribuição de lucros e programas de incentivo, e planos de oferta ou opção de compra de ações ou instrumentos similares, não contemplados no plano de negócios da Companhia;
- (v) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia dentre as seguintes empresas especializadas: Deloitte Touche Tohmatsu, PriceWaterhouseCoopers, KPMG ou Ernst & Young;
- (w) venda ou alienação de qualquer ativo fixo em valor individual acima de valor equivalente a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado no último balanço trimestral, semestral ou anual (sempre o mais recente) revisado pelos auditores externos;
- (x) decidir o voto da Companhia em qualquer assembleia geral ou reunião/assembleia de sócios das Subsidiárias (em que a Companhia participe diretamente), ou o voto de Subsidiárias em qualquer assembleia geral ou reunião/assembleia de sócios das sociedades Controladas indiretamente pela Companhia, incluindo qualquer das matérias constantes deste Artigo 17 ou Artigo 10 deste Estatuto Social, *mutatis mutandis*;
- (y) criar comitês específicos de apoio à administração da Companhia e eleger seus respectivos membros;
- (z) exceto se previsto no plano de negócios da Companhia previamente aprovado, autorizar a celebração ou rescisão de qualquer contrato ou assunção de qualquer obrigação cujo valor exceda, em determinado exercício social, individualmente, o equivalente a 2% (dois por cento) da receita líquida da Companhia no exercício social imediatamente anterior e, no agregado, o equivalente a 4% (quatro por cento) da receita líquida da Companhia no mesmo período;
- (aa) autorizar a concessão, pela Companhia, de qualquer garantia, real ou fidejussória, de qualquer valor, para garantir obrigações de terceiros, incluindo fianças e avais, inclusive para clientes ou fornecedores da Companhia;
- (bb) exonerar terceiros, em um mesmo exercício fiscal, do cumprimento de obrigações para com a Companhia que envolva, individualmente, valor superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), e, no agregado, valor superior a 1% (um por cento) do faturamento líquido da Companhia no exercício social imediatamente anterior;

- (cc) propor qualquer medida judicial ou administrativa que envolva valores iguais ou superiores a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), ou que possam ter impacto negativo nas atividades da Companhia ou seu relacionamento com qualquer autarquia, órgão ou Autoridade Governamental;
- (dd) aprovar políticas, códigos, normas de procedimento e/ou regimentos internos da Companhia, inclusive aqueles obrigatórios nos termos das normas editadas pela CVM, do Regulamento do Novo Mercado e da legislação aplicável à Companhia;
- (ee) abrir ou encerrar filiais, agências, escritórios e sucursais em qualquer parte do país ou no exterior, e fixar ou alterar os endereços dessas e da sede da Companhia;
- (ff) avaliar o desempenho do Diretor Presidente e apreciar as avaliações de desempenho dos demais membros da Diretoria, bem como estruturar um plano de sucessão com relação ao Diretor Presidente e avaliar e supervisionar os planos de sucessão de membros da Diretoria;
- (gg) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, *commercial papers*, notas promissórias, *bonds, notes* e de quaisquer outros títulos de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada;
- (hh) convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente ou nas hipóteses exigidas pela Lei das Sociedades por Ações;
- (ii) manifestar-se, favorável ou contrariamente, a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias contados da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis;
- (jj) aprovação de oferta pública a ser lançada pela própria Companhia para saída do Novo Mercado ou de qualquer outro mercado no qual as ações da Companhia forem negociadas;
- (kk) aprovar o orçamento do comitê de auditoria da Companhia, da área de auditoria interna e de eventuais outros comitês que sejam constituídos, nos termos do Parágrafo Segundo abaixo; e
- (ll) aprovar as atribuições da área de auditoria interna.

**Parágrafo Primeiro** - O Conselho de Administração poderá alterar os limites e abrangência estabelecidos para práticas de atos dos Diretores em casos específicos ou por tempo que julgar conveniente.

**Parágrafo Segundo** - O Conselho de Administração poderá estabelecer a formação de comitês técnicos e consultivos, com objetivos e funções definidos. Caberá ao Conselho de Administração estabelecer normas aplicáveis aos comitês, incluindo regras sobre composição, prazo, remuneração e funcionamento.

**Artigo 16.** É defeso a qualquer membro do Conselho de Administração da Companhia intervir em qualquer operação societária na qual o referido membro esteja em conflito de interesse com a Companhia. Os demais membros avisados de tal impedimento deverão providenciar o registro, na ata do Conselho de Administração, da natureza e extensão do interesse conflitante.

## **Seção II -** **DIRETORIA**

**Artigo 17.** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por, no mínimo, 2 (dois) membros, e, no máximo 6 (seis) membros, todos residentes no Brasil, acionistas ou não, sendo um Diretor Presidente (CEO), um Diretor Financeiro, um Diretor de Relações com Investidores, e os demais designados Diretores sem designação específica, eleitos e destituídos a qualquer tempo pelo Conselho de Administração. Todos os Diretores serão residentes no país e terão mandato unificado de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos.

**Parágrafo Primeiro** - Os Diretores, salvo caso de destituição, ou deliberação em contrário do Conselho de Administração, permanecerão em seu cargo até a nomeação dos substitutos.

**Parágrafo Segundo** - Qualquer Diretor poderá ser destituído a qualquer tempo pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo Terceiro** - Um Diretor poderá acumular mais de uma função, desde que observado o número mínimo de diretores previsto na Lei de Sociedades por Ações.

**Parágrafo Quarto** - Os Diretores não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias corridos consecutivos sob pena de perda de mandato, salvo caso de licença concedida pela própria Diretoria.

**Parágrafo Quinto** - Em caso de ausência ou impedimento temporário do Diretor Presidente, e caso este não tenha indicado um substituto, o Diretor Presidente será substituído pelo Diretor de Relação com Investidores ou pelo Diretor Financeiro, conforme apontado pelo Diretor Presidente. Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância do cargo, será imediatamente convocada reunião do Conselho de Administração para que seja preenchido o cargo.

**Parágrafo Sexto** - No caso de vacância no cargo dos demais Diretores, será convocada reunião do Conselho de Administração para preenchimento do cargo em caráter definitivo até o término do mandato do respectivo cargo antes vacante, sendo admitida a reeleição. Até a realização da referida reunião do Conselho de Administração, o substituto provisório será escolhido pelo Diretor Presidente, dentre um dos Diretores, o qual acumulará mais de uma função.

**Artigo 18.** A Diretoria reunir-se-á, na sede social da Companhia, sempre que assim exigirem os negócios sociais, sendo convocada pelo Diretor Presidente, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas para cada convocação, conforme o caso, ou por quaisquer dos Diretores, neste caso, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias para primeira convocação e 1 (um) dia para segunda convocação. As reuniões serão instaladas, em primeira convocação, com a presença da maioria de seus membros e, em segunda convocação, com qualquer número de Diretores.

**Parágrafo Primeiro** - Independentemente das formalidades previstas neste Artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Diretores.

**Parágrafo Segundo** - As reuniões da Diretoria serão presididas pelo Diretor Presidente ou por qualquer outro Diretor por ele indicado. Na ausência ou recusa, ou na falta de indicação por parte do presidente, a reunião da Diretoria será presidida pelo Diretor de Relação com Investidores ou pelo Diretor Financeiro, nos termos do Parágrafo Quinto do Artigo 17 acima, ou por Diretor eleito pela maioria dos Diretores presentes. O secretário da mesa será sempre escolhido pelo presidente da reunião.

**Parágrafo Terceiro** - Os Diretores poderão participar e votar (inclusive antecipadamente) à distância, por meio de telefone, videoconferência, e-mail ou qualquer outro meio escrito, aplicando-se, mutatis mutandis, as disposições aplicáveis às reuniões do Conselho de Administração. O Diretor que assim participar será considerado presente em referida reunião. Qualquer Diretor poderá indicar outro Diretor para representá-lo em uma reunião, via procuração.

**Parágrafo Quarto** - As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria dos seus membros presentes na respectiva reunião.

**Parágrafo Quinto** - Nas hipóteses de empate nas deliberações da Diretoria, será atribuído ao Diretor Presidente, o voto de qualidade.

**Artigo 19.** A Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à consecução do objeto social, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes, bem como os planos de negócios, orçamentos operacionais e orçamento de capital aprovados pelos acionistas ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso, competindo-lhe administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente:

- (a) representar a Companhia em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, podendo receber citações, observado o Parágrafo Primeiro abaixo;

- (b) observar e supervisionar a observância da legislação aplicável e deste Estatuto Social;
- (c) administrar e supervisionar os negócios societários;
- (d) assinar contratos e documentos que constituam obrigações, ativas e passivas para a Companhia, observados os requisitos deste Estatuto Social; e
- (e) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração o relatório da Administração, as demonstrações financeiras e as contas da Diretoria.

**Parágrafo Primeiro** - A Companhia será sempre representada: (a) de forma isolada pelo Diretor Presidente, em obrigações que não ultrapassem o montante individual de R\$100.000,00 (cem mil reais); ou (b) pelo Diretor Presidente e Diretor Financeiro, em conjunto, em obrigações que ultrapassem o montante individual de R\$100.000,00 (cem mil reais); ou (c) pelo Diretor Presidente ou Diretor Financeiro em conjunto com 1 (um) procurador nomeado de acordo com o Parágrafo Segundo abaixo.

**Parágrafo Segundo** - As procurações para representação da Companhia serão outorgadas pelo Diretor Presidente e o Diretor Financeiro, em conjunto, especificando os poderes outorgados. As procurações terão validade máxima de 1 (um) ano, excetuando-se as outorgadas para fins de processos judiciais ou administrativos.

**Parágrafo Terceiro** - Os Diretores não poderão praticar atos fora dos limites estabelecidos neste Estatuto Social e em lei. Os Diretores devem abster-se de tomar medidas que contrariem as deliberações, instruções e normas fixadas pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo Quarto** - A atribuição prevista no item (e) acima deverá ser deliberada no âmbito das Reuniões da Diretoria, observadas as formalidades descritas no Artigo 18 acima.

**Parágrafo Quinto** - Os atos destinados à implementação de pagamento de obrigações firmadas nos termos deste Artigo 19, a exemplo de assinaturas de cheques, emissão de ordens de pagamentos ou análogos, poderão ser feitos por procuradores munidos de poderes de atuação na área financeira, sempre em conjunto de dois, independentemente dos valores envolvidos.

**Parágrafo Sexto** - Observado o Parágrafo Primeiro acima, a Companhia poderá ser representada por um único Diretor ou procurador na prática dos seguintes atos: (a) assinatura de correspondências e demais expedientes que não crie obrigações para a Companhia; (b) representação da Companhia em processos judiciais, administrativos e arbitrais, ou para a prestação de depoimento pessoal, preposto ou testemunha; (c) representação da Companhia perante os Sindicatos, Associações de Classe e Justiça do Trabalho, para a admissão ou demissão de empregados e para acordos trabalhistas; (d) representação da Companhia em assembleias gerais e reuniões de sócios de sociedades da qual participe como sócia ou acionista (observado o disposto no Artigo 17, "u", acima); (e) representação da Companhia em atividades relacionadas com o

despacho aduaneiro; (f) prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive perante órgãos, repartições e entidades públicas, federais, estaduais ou municipais, Receita Federal do Brasil em todas as regiões fiscais, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, Juntas Comerciais Estaduais, Serviço Notarial de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas, e outras da mesma natureza.

**Artigo 20.** Compete ao Diretor Presidente, além das demais atribuições previstas neste Estatuto Social:

- (a) indicar os diretores e demais membros da administração das sociedades Controladas da Companhia;
- (b) coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia;
- (c) zelar pelo cumprimento de todos os membros da Diretoria das diretrizes estabelecidas pela Assembleia Geral e Conselho de Administração;
- (d) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- (e) coordenar as atividades dos demais Diretores, observadas as atribuições específicas previstas neste Estatuto Social; e
- (f) definir a repartição das competências aos demais Diretores em relação às áreas não especificamente mencionadas neste Estatuto Social “ad referendum” do Conselho de Administração.

**Artigo 21.** Compete ao Diretor Financeiro:

- (g) planejar, coordenar, organizar, dirigir e supervisionar as atividades relativas às áreas financeira, contábil, fiscal e de planejamento e controle da Companhia;
- (h) coordenar o controle e movimentação financeira da Companhia, zelando por sua saúde econômica e financeira; e
- (i) gerenciar o orçamento, controlar despesas, implantar controles e reportar o desempenho financeiro da Companhia.

**Artigo 22.** Compete ao Diretor de Relações com Investidores:

- (a) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações com investidores, bem como representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a CVM, a B3, o Banco Central do Brasil e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionadas às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior;
- (b) prestar informações ao público investidor, à CVM e B3, às demais Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, a

- agências de rating quando aplicável e aos demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; e
- (c) manter atualizados os registros da Companhia perante a CVM e a B3.

## **Capítulo V -** **CONSELHO FISCAL**

**Artigo 23.** A Companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, que será instalado somente se e quando solicitado pelos acionistas, conforme disposto em lei.

**Parágrafo Primeiro** - O Conselho Fiscal, quando instalado, deverá ser composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral de acionistas, observadas a qualificação e outros requisitos previstos em lei, e permanecerão eleitos até a Assembleia Geral Ordinária de acionistas subsequente à instalação do Conselho Fiscal.

**Parágrafo Segundo** - Os membros do Conselho Fiscal tomarão posse de seus cargos mediante a assinatura do respectivo termo de posse, registrado no livro competente.

**Parágrafo Terceiro** - O funcionamento, competência, atribuições e responsabilidades dos membros deverão obedecer às disposições da legislação em vigor e do respectivo regimento interno.

**Parágrafo Quarto** - Quando instalado, os membros efetivos do Conselho Fiscal deverão receber uma remuneração a ser determinada pela Assembleia Geral de acionistas, observado o limite legal.

## **Capítulo VI -** **ALIENAÇÃO DE CONTROLE, PARTICIPAÇÃO RELEVANTE E SAÍDA DO NOVO MERCADO**

**Artigo 24.** A alienação direta ou indireta de Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente de Controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar o tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

**Parágrafo único** - Caso a aquisição do Controle também sujeite o adquirente à obrigação de realizar a OPA exigida nos termos do Artigo 25 deste Estatuto, o preço de aquisição será o maior entre os preços determinados no Regulamento do Novo Mercado e o previsto nos Parágrafos 2º e 6º do Artigo 25 deste Estatuto.

**Artigo 25.** Qualquer acionista, que adquira ou torne-se titular de ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 30% (trinta por cento) do total de

ações de emissão da Companhia, excluídas para os fins deste cômputo as ações em tesouraria, deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações nessa quantidade, realizar ou solicitar o registro de uma OPA para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, os regulamentos da B3 e os termos deste Artigo 25.

**Parágrafo Primeiro** - A OPA deverá ser: (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; (ii) efetivada em leilão a ser realizado na B3; (iii) lançado pelo preço determinado de acordo com o previsto no parágrafo 2º abaixo; e (iv) paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na OPA de ações de emissão da Companhia.

**Parágrafo Segundo** - O preço de aquisição na OPA de cada ação de emissão da Companhia deverá ser o maior valor entre: (i) o maior preço da cotação das ações de emissão da Companhia nos últimos 18 meses; e (ii) 120% da cotação média ponderada das ações de emissão da Companhia transacionadas nos 30 (trinta) dias corridos anteriores ao anúncio acerca da realização da OPA.

**Parágrafo Terceiro** - A realização da OPA mencionada no caput deste artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

**Parágrafo Quarto** - A realização da OPA mencionada no caput deste artigo poderá ser dispensada mediante voto favorável de acionistas reunidos em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim, observadas as seguintes regras:

- i. a referida Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando mais da metade do capital, e em segunda convocação, com qualquer número de acionistas;
- ii. a dispensa da realização da OPA será considerada aprovada com o voto da maioria dos acionistas presentes, seja em primeira ou segunda convocação; e
- iii. não serão computadas as ações detidas pelo acionista referido no caput deste artigo para fins do quórum de deliberação, conforme item (ii) acima.

**Parágrafo Quinto** - Na hipótese do acionista referido no caput deste artigo não cumprir com as obrigações impostas por este artigo ou pela regulamentação aplicável, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos para a realização da OPA, o Conselho de Administração convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o acionista em questão não poderá votar, para deliberar a suspensão do exercício dos seus respectivos direitos, conforme disposto no artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações.

**Parágrafo Sexto** - Qualquer acionista que adquira ou se torne titular de outros direitos, inclusive (i) outros direitos de natureza societária sobre quantidade igual ou superior a 30% (trinta por cento) do total de ações de emissão da Companhia, ou que

possam resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 30% (trinta por cento) do total de ações de emissão da Companhia, ou (ii) derivativos que deem direito a ações da Companhia representando 30% (trinta por cento) ou mais das ações da Companhia, estará obrigado igualmente a, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de tal aquisição ou do evento, realizar uma OPA nos termos descrito neste Artigo 25.

**Parágrafo Sétimo** - O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa tornar-se titular de ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 30% (trinta por cento) do total de ações de sua emissão em decorrência (i) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia; (ii) da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia; (iii) do cancelamento de ações em tesouraria; (iv) do resgate de ações; (v) da transferência de ações de emissão da Companhia detidas por empresa controladora da Companhia para as pessoas físicas que são seus respectivos acionistas/quotistas/sócios; (vi) das operações societárias entre os integrantes do bloco de controle da Companhia; ou (vii) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em valor econômico obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-financeiro da Companhia realizado por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas.

**Parágrafo Oitavo** - Para fins do cálculo do percentual de 30% (trinta por cento) do total de ações de emissão da Companhia descrito neste artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

**Parágrafo Nono** - O disposto neste Artigo não se aplica aos atuais acionistas ou grupo de acionistas vinculados por acordo de acionistas arquivado na Companhia que já sejam titulares, em conjunto ou individualmente, de quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento), do total de ações de emissão da Companhia e seus sucessores na data de disponibilização do anúncio de início da oferta pública inicial de ações da Companhia.

**Artigo 26.** Sem prejuízo do disposto no Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado deverá ser precedida de oferta pública de aquisição de ações que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos: (i) o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, o pedido de nova avaliação da Companhia na forma estabelecida na Lei das Sociedades por Ações; (ii) acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a oferta pública de aquisição de ações ou concordar expressamente com a saída do referido segmento sem a efetivação de alienação das ações.

**Parágrafo Único** - A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização de oferta pública mencionada neste Artigo 26, na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

**Capítulo VII -**  
**EXERCÍCIO FISCAL E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS**

**Artigo 27.** O exercício fiscal se iniciará em 1º de janeiro e se encerrará em 31 de dezembro de cada ano.

**Artigo 28.** Ao final de cada exercício social, a Diretoria preparará o balanço patrimonial e outras demonstrações financeiras requeridas por lei, que deverão ser apresentadas em conjunto para demonstrar claramente o status financeiro-econômico da Companhia e as mudanças ocorridas no ano.

**Parágrafo Primeiro** - As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas por auditores independentes registrados na CVM, de acordo com as disposições legais aplicáveis.

**Parágrafo Segundo** - Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da Companhia apresentarão à Assembleia Geral proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações.

**Artigo 29.** O resultado verificado em cada ano deverá incluir a dedução, antes de qualquer outro interesse, dos prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e contribuição social. O prejuízo no ano deverá ser absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros, e pela reserva legal, nessa ordem.

**Parágrafo Primeiro** - O saldo do resultado, após deduzidas as participações no resultado, configurará o lucro líquido do exercício que será objeto de proposta de destinação à Assembleia Geral, observadas a seguinte ordem:

- (a) importância equivalente a 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até o limite previsto em lei;
- (b) importância eventualmente proposta pelos órgãos da administração para formação de reserva para contingências, caso haja necessidade;
- (c) pagamento de dividendos obrigatórios, conforme Artigo 30, abaixo;
- (d) importância correspondente a até 100% do saldo remanescente após as destinações indicadas nos itens (a) a (c) acima poderá, mediante proposta dos órgãos da administração, ser distribuída como dividendos ou juros sobre capital próprio complementares; e
- (e) 100% do saldo remanescente após as destinações indicadas nos itens (a) a (d) acima será destinado à reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de

Investimentos e Expansão”, cuja finalidade é a de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas, sendo que o saldo de tal reserva, considerado em conjunto com o saldo da reserva legal, não poderá exceder o valor equivalente ao capital social da Companhia.

**Artigo 30.** Os acionistas terão direito ao recebimento de um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido de cada exercício social, ajustado nos termos do Artigo 202, I, da Lei das Sociedades por Ações.

**Parágrafo Primeiro** - Qualquer distribuição de dividendos acima do valor do dividendo obrigatório descrito no caput deste Artigo 30 deverá ser aprovada pela Assembleia Geral de acionistas da Companhia, observadas as condições deste Estatuto Social, e sem prejuízo de o Conselho de Administração deliberar a distribuição ad referendum da Assembleia Geral.

**Parágrafo Segundo** - Dividendos não reclamados em 3 (três) anos da data em que ficaram disponíveis aos acionistas deverão prescrever em favor Companhia.

**Parágrafo Terceiro** - O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei.

**Artigo 31.** Nos termos do Artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações e mediante deliberação do Conselho de Administração, a Diretoria poderá (a) levantar o balancete semestral ou em períodos menores e declarar dividendos verificados neste balancete a conta de lucros; e (b) declarar dividendos intermediários às contas de lucros acumulados existentes ou de reserva de lucros, com base no último balanço patrimonial ou balancete semestral.

**Artigo 32.** Mediante deliberação do Conselho de Administração, juros sobre o capital próprio poderão ser pagos ou creditados aos acionistas, até o limite permitido por lei, baseado no balanço patrimonial ou balancete intermediário, cujo montante líquido poderá ser imputado ao montante de dividendos obrigatórios, nos termos da legislação aplicável.

**Parágrafo Único** - Em caso de creditamento de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e atribuição dos mesmos ao valor do dividendo obrigatório, será assegurado aos acionistas o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese de o valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente.

## Capítulo VIII - DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

**Artigo 33.** A Companhia deverá ser dissolvida ou liquidada mediante deliberação da Assembleia Geral de acionistas. A Assembleia Geral de acionistas deverá estabelecer a forma de liquidação, indicando o liquidante e os membros do Conselho Fiscal, os quais deverão agir no período da liquidação, estabelecendo seus poderes e respectivas remunerações, conforme previsto em lei.

**Capítulo IX -**  
**ACORDO DE ACIONISTAS**

**Artigo 34.** A Companhia deverá observar as disposições dos Acordos de Acionistas arquivados na sede social da Companhia.

**Parágrafo Primeiro** - O Presidente das Assembleias Gerais de acionistas, bem como das reuniões dos órgãos da administração da Companhia não deverá computar voto ou em desacordo a qualquer disposição dos Acordos de Acionistas registrados na sede social da Companhia, nem a Companhia permitirá o registro de transferência de ações que não esteja em conformidade com esses instrumentos. Adicionalmente, a Diretoria deve-se abster de lançar transferências de ações contrárias às disposições dos Acordos de Acionistas, nos termos do Artigo 118 da Lei de Sociedade por Ações.

**Capítulo X -**  
**ARBITRAGEM**

**Artigo 35.** A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

**Capítulo XI -**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 36.** Os casos omissos relativos à interpretação deste Estatuto Social serão regulados pela Lei das Sociedades por Ações e pelo Regulamento do Novo Mercado.

**Artigo 37.** A Companhia poderá indenizar e/ou manter indenes seus administradores, conselheiros fiscais e demais funcionários que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia e suas controladas (em conjunto ou isoladamente “Beneficiários”), custeando ou reembolsando diretamente os Beneficiários por quaisquer despesas, danos ou prejuízos eventualmente incorridos a qualquer tempo e que estejam diretamente ou indiretamente relacionados ao exercício de suas funções na Companhia, incluindo mas não limitados a honorários advocatícios, pareceres jurídicos, custas processuais e multas e indenizações nas esferas administrativa, civil ou penal, nos termos e condições de contratos de indenização a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Beneficiários, mediante aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia.

**Artigo 38.** O reembolso das ações da Companhia, nos casos previstos em lei, dar-se-á pelo respectivo valor patrimonial contábil.

**Artigo 39.** As disposições contidas nos artigos parágrafos 1º e 2º do Artigo 1º, parágrafo 1º do Artigo 11, parágrafos 1º e 2º do Artigo 14, item (ff) do Artigo 16, Capítulo VI e o Artigo 35 somente terão eficácia a partir da data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser celebrado entre a Companhia e a B3.

## **Capítulo XII -** **TERMOS DEFINIDOS**

**Artigo 40.** Além dos demais termos definidos neste Estatuto Social, os termos abaixo indicados, quando aqui utilizados com iniciais em letra maiúscula, tanto no singular como no plural, terão o seguinte significado:

"Autoridade Governamental" significa todo e qualquer governo, agência, departamento, secretaria, tribunal ou outro órgão de atuação do governo brasileiro ou de governos estrangeiros, quer seja federal, estadual ou municipal, vinculados, direta ou indiretamente, aos poderes judiciário, legislativo e executivo, à câmara ou tribunal arbitral, às agências auto reguladoras, ao ministério público ou a outras autoridades governamentais;

"Controle" significa, cumulativamente, (a) o poder de eleger a maioria dos administradores e (b) a titularidade de valores mobiliários que assegure, de modo permanente, a maioria de votos nas deliberações da assembleia geral da Companhia. Termos derivados de Controle, como "Controlada" e "Controladora", terão significado análogo ao de Controle;

"EBITDA" significa Lucro Antes dos Juros, Imposto de Renda, Depreciação e Amortização, conforme o Ofício Circular CVM SNC/SEP nº 1/2007;

"Lei" significa toda e qualquer lei, norma, regulamento, decisão judicial transitada em julgado ou decisão arbitral final, instrução ou portaria de qualquer Autoridade Governamental a que uma determinada Pessoa esteja sujeita;

"Lei de Sociedade por Ações" significa a Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada;

"Negócio" significa qualquer atividade relacionada à tecnologia da informação na área de saúde.

"Ônus" significa, conforme o caso, qualquer hipoteca, penhor, direito de terceiro, demanda, direito de garantia, gravame, ônus, encargo, alienação fiduciária com ou sem reserva de domínio, arresto, penhora, locação, sublocação, licenciamento, arrolamento, usufruto, servidão, avença, condição, esbulho possessório, acordo de exercício de voto, direito de participação, opção, direito de preferência, de negociação ou de aquisição, ou outras constrições ou restrições de qualquer natureza, o que inclui,

sem limitação, ônus constituídos em decorrência de disposição contratual ou de decisão de autoridade governamental.

"Pessoa" significa, conforme o caso, uma pessoa física ou uma pessoa jurídica de qualquer natureza, incluindo, sem limitação, uma fundação, uma sociedade de direito, independentemente de sua forma societária, uma associação, um consórcio, um condomínio, uma sociedade de fato ou outra entidade, com ou sem personalidade jurídica;

"Subsidiárias" significa qualquer Pessoa Controlada pela Companhia;

"Valores Mobiliários" significa, em relação a qualquer Pessoa, as ações ordinárias, ações preferenciais e quaisquer outros títulos e valores mobiliários de sua emissão, independentemente da nomenclatura adotada ou da existência ou não de direito de voto, incluindo-se os títulos conversíveis ou permutáveis por ações, opções, bônus de subscrição, direito de preferência, participação ou de outra natureza para a aquisição, subscrição ou recebimento de participações societárias de emissão de tal Pessoa, ou, ainda, quaisquer outros títulos e valores mobiliários cujo rendimento seja determinado, no todo ou em parte, com base na receita, faturamento ou outro indicador de desempenho financeiro da referida Pessoa. Salvo se o contexto de outra forma o exigir, as menções a Valores Mobiliários, sem indicação da emissora, referem-se àqueles emitidos pela Companhia.

\* \* \*

---

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA REALIZADA EM 15 DE FEVEREIRO DE 2021 QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**BIONEXO S.A.**

CNPJ/ME nº 04.069.709/0001-02

NIRE (em fase de obtenção)

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ESPECIAL  
REALIZADA EM 15 DE FEVEREIRO 2021**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Realizada aos 15 dias do mês de fevereiro de 2021, às 10:00 horas, excepcionalmente no escritório da **BIONEXO S.A.**, localizada na Cidade de São Paulo, Estado do São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek, 1830, 2º e 7º andares, conjunto 22,71 e 72, Itaim Bibi, CEP 04543-000 ("Companhia").

**2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Presentes acionistas titulares de **(a)** 89.934.036 (oitenta e nove milhões, novecentas e trinta e quatro mil, trinta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia; **(b)** 41.007.292 (quarenta e uma milhões, sete mil, duzentos e noventa e duas) ações preferenciais classe "B", nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, sendo os acionistas titulares das ações ordinárias e das ações preferenciais classe B representantes de 100% (cem por cento) do capital social com direito a voto da Companhia; e **(c)** 1.505.865 (um milhão, quinhentas e cinco mil, oitocentas e sessenta e cinco) ações preferenciais classe "A", nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia. Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no artigo 124, §4º, da Lei 6.404, de 15.12.1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), por estarem presentes à Assembleia acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia.

**3. MESA:** Presidida pelo Rafael Kellermann Barbosa, e secretariada pelo Josimar Gomes.

**4. ORDEM DO DIA:**

**4.1. Em Assembleia Geral Extraordinária,** deliberar sobre: **(i)** a submissão de pedido de registro de emissora de valores mobiliários, categoria "A", perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"); **(ii)** a submissão do pedido de adesão da Companhia ao segmento especial de governança corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") denominado Novo Mercado ("Novo Mercado"), e pedido de admissão à negociação das ações da Companhia na B3; **(iii)** a conversão de **(iii.a)** todas as ações preferenciais classe A da Companhia em ações ordinárias, na proporção de uma ação ordinária para cada ação preferencial classe A, e **(iii.b)** todas as ações preferenciais classe B da Companhia em ações ordinárias, na proporção de uma ação ordinária para cada ação preferencial classe B; **(iv)** a reforma integral e consolidação do Estatuto Social da Companhia, inclusive para adaptá-lo às exigências legais e regulamentares de companhia aberta e ao regulamento do Novo Mercado; **(v)** o conhecimento da renúncia de membros do Conselho de Administração da Companhia; **(vi)** a eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia; **(vii)** a realização de oferta pública de distribuição primária e

DS  
J

DS  
RKB

secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações" e "Oferta", respectivamente); **(viii)** autorização para que o Conselho de Administração da Companhia aprove todos os termos e condições da Oferta, incluindo, mas não se limitando, poderes para deliberar sobre o aumento de capital social, dentro do capital autorizado, a ser realizado no contexto da Oferta, fixar o preço de emissão das Ações, aprovar o Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações da Companhia ("Prospecto") e o *Offering Memorandum* para os esforços de colocação no exterior, e celebrar todos os contratos e atos relacionados à Oferta; e **(ix)** a autorização para que o Conselho de Administração e a Diretoria, conforme o caso, pratiquem todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima.

**4.2.** Em Assembleia Geral Especial, deliberar sobre **(i)** caso aprovada a conversão das ações preferenciais classes A e B conforme item (iii) acima, a ratificação da referida deliberação pelos titulares de ações preferenciais classe A e preferenciais classe B de emissão da Companhia nos termos do artigo 136, §1º da Lei das S.A.

**5. DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE E SEM QUAISQUER RESTRIÇÕES:** Colocadas as matérias em discussão e posterior votação, restaram aprovadas as seguintes matérias, de forma unânime e sem quaisquer ressalvas ou restrições:

**Em Assembleia Geral Extraordinária:**

- (i)** a submissão pela Companhia do pedido de registro de companhia aberta na categoria "A" perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480.
- (ii)** a submissão à B3 do pedido de adesão da Companhia ao Novo Mercado; e do pedido de admissão à negociação das ações da Companhia na B3, bem como a celebração com a B3 do Contrato de Participação do Novo Mercado, ficando a Diretoria da Companhia autorizada a tomar todas as medidas necessárias junto à B3 com vistas à formalização da adesão ao Novo Mercado.
- (iii)** a conversão em ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, com os mesmos direitos e condições das ações ordinárias já emitidas pela Companhia, de **(iii.a)** 1.505.865 (um milhão, quinhentos e cinco mil, oitocentos e sessenta e cinco) ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, representando a totalidade das ações preferenciais classe A de emissão da Companhia; e **(iii.b)** 41.007.292 (quarenta e uma milhões, sete mil, duzentos e noventa e duas) ações preferenciais classe B, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, representando a totalidade das ações preferenciais classe B de emissão da Companhia, conforme solicitado por seu titular nos termos do artigo 5º, parágrafo quinto, inciso "iii" do Estatuto Social da Companhia.

A razão de conversão das ações preferenciais classe A e classe B será de 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia para cada ação preferencial.

A conversão das ações preferenciais classe A fica condicionada à ratificação pela maioria dos detentores de tal classe de ações em assembleia especial, nos termos do artigo 136, §1º da Lei das S.A.

Ainda, caso não haja liquidação da Oferta, os acionistas se comprometem a reverter a conversão das ações preferenciais ora convertidas em ações ordinárias na mesma proporção mencionada acima, de forma que este documento volte a ter a redação vigente antes das alterações aprovadas.

- (iv) a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, em decorrência das deliberações constantes da presente ata e para adaptá-lo às cláusulas mínimas exigidas pelo Regulamento do Novo Mercado, o qual encontra-se anexo à presente ata sob a forma de **Anexo I** e disponível na sede da Companhia. Caso não haja liquidação da Oferta, os acionistas se comprometem a reformar o Estatuto Social, de forma que este documento volte a ter a redação vigente antes das alterações aprovadas.
- (v) tomar conhecimento da renúncia apresentada pelos Srs. **MATHEUS MORGAN VILLARES**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade de nº 10.420.458-8, inscrito no CPF/ME sob o nº 257.655.128-95, e **RAFAEL KELLERMANN BARBOSA**, brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade de nº 43.502.857-1, expedido pelo SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 331.524.408-12, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 1830, Vila Nova Conceição, CEP 04543-000, aos cargos de membro do Conselho de Administração da Companhia nos termos das cartas de renúncia apresentadas à Companhia e arquivadas na sede social da Companhia.
- (vi) a eleição dos seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia para mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição: (a) Sr. **JOÃO AYRES RABELLO FILHO**, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF/ME sob o nº 973.051.978-15, portador da cédula de identidade de nº 6715497-9, expedida pelo SSP/SP, como membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia; (b) Sr. **JOAQUIM PEDRO ANDRÉS RIBEIRO**, brasileiro, solteiro, economista, inscrito no CPF/ME sob o nº 002.272.786-82, e portador da cédula de identidade de nº 7.297.466, expedida pelo SSP/MG, como membro independente do Conselho de Administração; e (c) Sr. **LÍCIO TAVARES ANGELO CINTRA**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/ME sob o nº 214.487.188-48, e portador da cédula de identidade de nº 29.153.221-4, expedida pelo SSP/SP, como membro independente do Conselho de Administração, todos com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 1830, Vila Nova Conceição, CEP 04543-000.

Em razão das deliberações tomadas neste item (vi), o Conselho de Administração da Companhia fica composto pelos seguintes membros: (a) Sr. **MAURICIO DE LÁZZARI BARBOSA**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade de nº 7.481.000, expedido pelo

DS  
J

DS  
RKB

SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 074.797.828-02, como Presidente do Conselho de Administração; **(b)** Sr. **MARCELO PECHINHO HALLACK**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade de nº 11.598.729-9, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 085.753.937-07, como Vice-Presidente do Conselho de Administração; **(c)** Sr. **RODRIGO CURY SAMPAIO DE MIRANDA PAVAN**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade de nº 44.290.374-1, expedido pelo SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 354.277.468-54, como membro efetivo do Conselho de Administração; **(d)** Sr. **JOÃO AYRES RABELLO FILHO**, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF/ME sob o nº 973.051.978-15, portador da cédula de identidade de nº 6715497-9, expedida pelo SSP/SP, como membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia; **(e)** Sra. **MARIANA MOURA WYATT**, brasileira, casada, administradora, portadora da cédula de identidade de nº 34.960.566-X, inscrita no CPF/ME sob o nº 315.989.168-23, como membro efetivo do Conselho de Administração; **(f)** **JOAQUIM PEDRO ANDRÉS RIBEIRO**, brasileiro, solteiro, economista, inscrito no CPF/ME sob o nº 002.272.786-82, e portador da cédula de identidade de nº 7.297.466, expedida pelo SSP/MG, como membro independente do Conselho de Administração; e **(g)** **LÍCIO TAVARES ANGELO CINTRA**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/ME sob o nº 214.487.188-48, e portador da cédula de identidade de nº 29.153.221-4, expedida pelo SSP/SP, como membro independente do Conselho de Administração, todos com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 1830, Vila Nova Conceição, CEP 04543-000.

Assim, todos os membros do Conselho de Administração da Companhia possuirão mandato unificado de 2 (dois) anos, estendendo-se até a assembleia geral ordinária da Companhia que deliberar sobre as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 2022.

A caracterização dos membros do Conselho de Administração ora eleitos como conselheiros independentes, nos termos do Regulamento do Novo Mercado da B3, foi atestada por cada um deles mediante declarações previamente encaminhadas.

Adicionalmente, os Conselheiros ora eleitos foram investidos nos seus respectivos cargos mediante assinatura dos termos de posse constantes do **Anexo II** à presente ata.

- (vii)** a aprovação da realização da Oferta, no Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob a coordenação do Itaú BBA, Bank of America, BTG Pactual e UBS BB (os “Coordenadores da Oferta”), com a participação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, sendo observado o disposto na Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), e as demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação das Ações no exterior, conforme definidos na Regra 144A, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América (SEC), em operações isentas de registro, previstas no *U.S. Securities Act* de 1933 e outros

DS  
J

DS  
RKB

regulamentos aplicáveis, e nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis desse país (*non-US persons*), de acordo com o Regulamento S.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do "Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia", a quantidade inicial de ações poderá, a critério dos Acionistas Vendedores e da Companhia, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20%, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das ações originais.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade inicial de ações poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15%, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações da Oferta Base ("Ações Suplementares"), conforme opção a ser outorgada pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, as quais serão destinadas à estabilização de preço das Ações.

Com exceção das Ações Suplementares, as Ações serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta. Nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, não será observado o direito de preferência dos acionistas da Companhia no aumento de capital decorrente da Oferta.

- (viii)** a autorização para que o Conselho de Administração e a Diretoria, conforme o caso, pratiquem todos os atos necessários para a implementação e formalização das deliberações constantes desta ata.

#### **Em Assembleia Geral Especial:**

- (i)** em razão da deliberação aprovada em assembleia geral extraordinária da Companhia no item (iii) acima, os acionistas titulares de 1.505.865 (um milhão, quinhentos e cinco mil, oitocentos e sessenta e cinco) ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, representando a totalidade das ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, bem como os acionistas titulares de 41.007.292 (quarenta e uma milhões, sete mil, duzentos e noventa e duas) ações preferenciais classe B, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, representando a totalidade das ações preferenciais classe B de emissão da Companhia, todos reunidos em assembleia geral especial, aprovam e ratificam, de forma unânime e sem quaisquer ressalvas ou restrições, a conversão da totalidade das ações preferenciais de classe A e classe B, conforme o caso, de emissão da Companhia em ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, com os mesmos direitos e condições das ações ordinárias já emitidas pela Companhia, nos termos do artigo 136, §1º da Lei das S.A.




Os acionistas titulares da totalidade das ações preferenciais de classe A e preferenciais classe B de emissão da Companhia neste ato consignam e reconhecem, de forma unânime e sem quaisquer ressalvas ou restrições, não ser aplicável o direito de recesso previsto no artigo 137, inciso I da Lei das S.A., diante da aprovação unânime da conversão ora deliberada.

**ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Após tomadas e aprovadas as deliberações, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram dados por encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma sumária, nos termos do §1º do Artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Mesa: Rafael Kellermann Barbosa – Presidente; Josimar Gomes – Secretário. Acionistas: (i) Prisma Bazar Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia; (ii) Apus Participações S.A.; (iii) Orjen Investments Pte Ltd.; (iv) Maurício de Lazzari Barbosa; (v) Rafael Kellermann Barbosa; (vi) Rodrigo Cury Sampaio de Miranda Pavan; (vii) Bruno Morelli Junior; (viii) Luiz Antonio Reis; (ix) Anamaria Martins; (x) Guido Ademar Garcia Delagnello.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2021.

Mesa:

DocuSigned by:

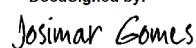
RAFAEL KELLERMANN BARBOSA

E6A293CF8F7F4EA...

**Rafael Kellermann Barbosa**

Presidente

DocuSigned by:

Josimar Gomes

B484B0BD904F4A9...

**Josimar Gomes**

Secretário

---

**MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO QUE APROVARÁ O  
PREÇO POR AÇÃO E O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## BIONEXO S.A.

CNPJ/ME nº 04.069.709/0001-02

NIRE [•]

### ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

REALIZADA EM [•] DE [•] DE 2021

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Realizada aos [•] dias do mês de [•] de 2021, às [•] horas, excepcionalmente no escritório da **BIONEXO S.A.**, localizada na de São Paulo, Estado do São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek, 1830, 2º e 7º andares, conjunto 22,71 e 72, Itaim Bibi, CEP 04543-000 ("Companhia").

**2. PRESENÇA:** Presentes todos os membros do Conselho de Administração da Companhia: (i) Mauricio de Lázzeri Barbosa, (ii) Marcelo Pechinho Hallack; (iii) Rodrigo Cury Sampaio de Miranda Pavan; (iv) Matheus Morgan Villares; (v) Rafael Kellerman Barbosa; (vi) Mariana Moura Wyatt; (vii) Joaquim Pedro Andrés Ribeiro; e (viii) Lício Tavares Angelo Cintra.

**3. MESA:** Presidida pelo Mauricio de Lázzeri Barbosa, e secretariada pelo Marcelo Pechinho Hallack.

**ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: **(i)** a fixação e justificativa do preço de emissão por unidade de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de Ações de emissão da Companhia ("Oferta"), a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação de Ações no exterior; **(ii)** a aprovação do aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, mediante a emissão de ações ordinárias a serem emitidas com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, na subscrição das Ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e no artigo 5, parágrafo segundo do Estatuto Social da Companhia; **(iii)** a aprovação dos direitos conferidos às novas ações ordinárias emitidas pela Companhia; **(iv)** a aprovação do prospecto definitivo e do *final offering memorandum* a serem utilizados na Oferta; **(v)** a homologação do aumento de capital social da Companhia; **(vi)** a aprovação, *ad referendum* da próxima Assembleia Geral da Companhia, da reforma do *caput* do artigo 5 do Estatuto Social da Companhia; **(vii)** a autorização para a Diretoria da Companhia celebrar todos os documentos relacionados à Oferta; e **(viii)** a autorização para a Diretoria da Companhia tomar as providências e praticar todos os atos necessários à realização da Oferta e implementação das deliberações aqui consubstanciadas.

**4. DELIBERAÇÕES:** Colocadas as matérias em discussão e posterior votação, restaram aprovadas as seguintes matérias, de forma unânime e sem quaisquer ressalvas ou restrições:

**(i)** aprovar, no âmbito da Oferta, a fixação do preço de emissão de R\$[•] por Ação objeto da Oferta ("Preço por Ação"). O Preço por Ação foi fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de Bookbuilding") conduzido por instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários junto a investidores institucionais, em conformidade com o disposto no artigo 44 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, justificando-se a escolha do critério de determinação do Preço por Ação, de acordo com o inciso III, §1º do

artigo 170 da Lei da Sociedade por Ações, tendo em vista que tal preço não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia e que o valor de mercado das Ações a serem subscritas e/ou adquiridas foi aferido com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os investidores institucionais apresentaram suas ordens de subscrição de Ações no contexto da Oferta;

(ii) aprovar, em decorrência da deliberação tomada no item (i) acima, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R\$[•], o qual passará de R\$132.456.853,96 (cento e trinta e dois milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e três reais e noventa e seis centavos), para R\$[•], mediante a emissão de [•] novas ações ordinárias, cada uma no valor do Preço por Ação, que serão objeto da Oferta, passando o capital social da Companhia de 132.447.193 (cento e trinta e dois milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil, cento e noventa e três) ações ordinárias para [•] ([•]) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e nos termos do artigo 5, parágrafo 6º do Estatuto Social da Companhia;

(iii) aprovar, ainda, que as novas ações emitidas, nos termos da deliberação tomada no item (ii) acima, terão os mesmos direitos conferidos às demais ações da Companhia, nos termos do Estatuto Social da Companhia e da legislação aplicável, fazendo jus ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da divulgação do anúncio de início da Oferta;

(iv) aprovar o prospecto definitivo e o *final offering memorandum* a serem utilizados na Oferta;

(v) homologar, em razão da deliberação tomada no item (ii) acima, o aumento do capital da Companhia no montante de R\$ [•], mediante a emissão de [•] novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal;

(vi) face à homologação do aumento de capital objeto da deliberação dos itens (ii) e (v) acima, aprovar, ad referendum da próxima Assembleia Geral da Companhia, a reforma do *caput* do artigo 5 do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento de capital social da Companhia que passará a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 5. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ [•] ([•] de reais), dividido por [•] ([•]) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal."*

(vii) autorizar a Diretoria da Companhia a celebrar todos os documentos relacionados à Oferta, incluindo, mas não se limitando a: (i) o "Contrato de Coordenação, Distribuição e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Bionexo S.A."; (ii) o "Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Ações Ordinárias de Emissão da Bionexo S.A.;"

(iii) o *Placement Facilitation Agreement*; e (iv) o Contrato de Prestação de Serviços da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, que serão devidamente arquivados na sede social da Companhia, bem como a assumir todas as obrigações estabelecidas nos referidos documentos, ratificando todos os atos já praticados para a realização da Oferta; e

**(viii)** autorizar a Diretoria da Companhia a tomar as medidas necessárias à realização da Oferta e ao cumprimento das deliberações tomadas nesta reunião do conselho de administração.

**5. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. Mesa: Presidente – Mauricio de Lázzi Barbosa; Secretário – Marcelo Pechinho Hallack. Membros do Conselho de Administração: (i) Mauricio de Lázzi Barbosa, (ii) Marcelo Pechinho Hallack; (iii) Rodrigo Cury Sampaio de Miranda Pavan; (iv) Matheus Morgan Villares; (v) Rafael Kellerman Barbosa; (vi) Mariana Moura Wyatt; (vii) Joaquim Pedro Andrés Ribeiro; e (viii) Lício Tavares Angelo Cintra.

Confere com a original lavrada em livro próprio.

São Paulo, [•] de [•] de 2021

Mesa:

---

Mauricio de Lázzi Barbosa

Presidente

---

Marcelo Pechinho Hallack

Secretário

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

**DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**DECLARAÇÃO**  
**PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

**BIONEXO S.A.**, sociedade por ações, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (“**CNPJ/ME**”) sob o nº 04.069.709/0001-02, com sede na Cidade de São Paulo, Estado do São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek, 1830, 2º e 7º andares, conjunto 22,71 e 72, Itaim Bibi, CEP 04543-000, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“**Companhia**”), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“**Ações**”) de emissão da Companhia a ser realizada na República Federativa do Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior (“**Oferta**”), sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A. (“**Coordenador Líder**”), do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. (“**Bank of America**”), do Banco BTG Pactual S.A. (“**BTG Pactual**”) e o UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“**UBS BB**” e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bank of America e o BTG Pactual, “**Coordenadores da Oferta**”), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“**Instrução CVM 400**”), cujo pedido de registro está sob análise dessa D. Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”), vem, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, declarar que:

- (i) disponibilizou para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais todos os documentos e informações relevantes sobre a Companhia e relacionados à Oferta;
- (ii) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ele prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- (iii) as informações prestadas pela Companhia no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Bionexo S.A. (“**Prospecto Preliminar**”) e no Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Bionexo S.A. (“**Prospecto Definitivo**”), incluindo seus respectivos anexos e documentos a eles incorporados por referência, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iv) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (v) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
- (vi) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as novas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA

de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais e atualmente em vigor.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2021.

**BIONEXO S.A.**

---

Nome:

Cargo:

---

Nome:

Cargo:

---

**DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA  
INSTRUÇÃO CVM 400**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**DECLARAÇÃO**  
**PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

**PRISMA BAZAR FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA**, fundo de investimento em participações, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 27.123.654/0001-69, neste ato representado nos termos de seu regulamento por sua gestora, Prisma Capital Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.601, conjunto 112, Jardim Paulista, CEP 01452-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 27.451.028/0001.00, neste ato devidamente representada na forma de seu contrato social (“**Acionista Vendedor**” ou “**Prisma FIP**”), na qualidade de acionista vendedor no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“**Ações**”) de emissão da **BIONEXO S.A.**, sociedade por ações, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia sob o nº 04.069.709/0001-02, com sede na Cidade de São Paulo, Estado do São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek, 1830, 2º e 7º andares, conjunto 22,71 e 72, Itaim Bibi, CEP 04543-000 (“**Companhia**”) a ser realizada na República Federativa do Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior (“**Oferta**”), sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A. (“**Coordenador Líder**”), do Bank of America Merril Lynch Banco Múltiplo S.A. (“**Bank of America**”), do Banco BTG Pactual S.A. (“**BTG Pactual**”) e o UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“**UBS BB**” e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bank of America e o BTG Pactual, “**Coordenadores da Oferta**”), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“**Instrução CVM 400**”), cujo pedido de registro está sob análise dessa D. Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”), vem, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, declarar que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ele prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- (ii) as informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Bionexo S.A. (“**Prospecto Preliminar**”) e no Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Bionexo S.A. (“**Prospecto Definitivo**”), incluindo seus respectivos anexos e documentos a eles incorporados por referência, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da

- Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
- (v) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as novas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais e atualmente em vigor.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2021.

**PRISMA BAZAR FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA**

*Neste ato representada por sua gestora*

**PRISMA CAPITAL LTDA.**

---

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

**DECLARAÇÃO**  
**PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

**MAURICIO DE LÁZZARI BARBOSA**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 7.481.000, expedida pelo SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 074.797.828-02, com endereço profissional na cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek, 1830, 2º e 7º andares, conjunto 22,71 e 72, Itaim Bibi, CEP 04543-000 ("**Acionista Vendedor**"), na qualidade de acionista vendedor no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**") de emissão da **BIONEXO S.A.**, sociedade por ações, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia sob o nº 04.069.709/0001-02, com sede na Cidade de São Paulo, Estado do São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek, 1830, 2º e 7º andares, conjunto 22,71 e 72, Itaim Bibi, CEP 04543-000 ("**Companhia**") a ser realizada na República Federativa do Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Bank of America Merril Lynch Banco Múltiplo S.A. ("**Bank of America**"), do Banco BTG Pactual S.A. ("**BTG Pactual**") e o UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bank of America e o BTG Pactual, "**Coordenadores da Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), cujo pedido de registro está sob análise dessa D. Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), vem, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, declarar que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ele prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- (ii) as informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Bionexo S.A. ("**Prospecto Preliminar**") e no Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Bionexo S.A. ("**Prospecto Definitivo**"), incluindo seus respectivos anexos e documentos a eles incorporados por referência, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
- (v) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as novas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA

de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais e atualmente em vigor.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2021.

**MAURICIO DE LÁZZARI BARBOSA**

---

---

**DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO  
CVM 400**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**DECLARAÇÃO  
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N° 400**

**BANCO ITAÚ BBA S.A.**, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares, CEP 04538-132, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 17.298.092/0001-30, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“**Coordenador Líder**”), vem, na qualidade de instituição intermediária Líder da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Bionexo S.A. (“**Companhia**”), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“**Ações**”), compreendendo a distribuição (i) primária de ações ordinárias de emissão da Companhia (“**Oferta Primária**”) e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Prisma Bazar Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e do Sr. Maurício de Lázzeri Barbosa (em conjunto, “**Acionistas Vendedores**” e “**Oferta Secundária**”, respectivamente), em ambos os casos, a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Coordenador Líder, do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A (“**Bank of America**”), do Banco BTG Pactual S.A. (“**BTG Pactual**”) e do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“**UBS BB**” e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bank of America e o BTG Pactual, “**Coordenadores da Oferta**”), com esforços de colocação das Ações no exterior (“**Oferta**”), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“**Instrução CVM 400**”), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

**CONSIDERANDO QUE:**

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em janeiro de 2021, a qual prosseguirá até a divulgação do “Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Bionexo S.A.” (“**Prospecto Definitivo**”);
- (C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao “Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Bionexo S.A.” (“**Prospecto Preliminar**”) e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, dentre eles a emissão de carta conforto para os Coordenadores da Oferta de modo a verificar a consistência de determinadas informações contábeis e financeiras, incluídas ou incorporadas por referência aos Prospectos, com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018;
- (D) foram disponibilizados, pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;
- (E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados à Companhia e aos Acionistas Vendedores documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos

Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;

- (F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e
- (G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Coordenador Líder, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários; e
- (iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, incluindo aquelas relacionadas às suas atividades e à sua situação econômico-financeira, dos riscos que possam afetar a Companhia e a Oferta e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, [•] de [•] de 2021.

**BANCO ITAÚ BBA S.A.**

---

Nome:  
Cargo:

---

Nome:  
Cargo:

---

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS DA COMPANHIA  
AUDITADAS PARA OS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019  
E 2018 ELABORADAS ESPECIALMENTE PARA FINS DE REGISTRO**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

# Bionexo S.A.

**Demonstrações financeiras Individuais e consolidadas em  
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018**



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO  
2020, 2019 e 2018**



## Contexto Operacional

A Companhia é uma empresa de tecnologia focada no oferecimento de soluções digitais baseadas em nuvem para a cadeia de valor hospitalar. Desde sua fundação em 2000, ela vem avançando na sua visão de usar tecnologia para transformar o setor, trazendo mais eficiência, transparência e inteligência às mais de 34 mil empresas conectadas em sua plataforma: hospitais, operadoras de saúde, fornecedores e fabricantes de insumos médico-hospitalares. Suas soluções têm o objetivo de digitalizar e automatizar a cadeia de valor do mercado hospitalar, desde o planejamento de compras, passando pela transação de insumos e abrangendo, ao fim do ciclo, o processamento das contas médicas e a relação entre hospitais e suas fontes pagadoras.

Por contar com um modelo de negócios SaaS (*Software as a Service*) e 100% baseado em nuvem (*cloud based*), a Companhia é capaz de apresentar indicadores operacionais e financeiros que mostram escala e crescimento com rentabilidade, recorrência e aumento de engajamento dos clientes

A Companhia é detentora de um ecossistema de mais de 34 mil clientes, composto por instituições do mercado hospitalar do Brasil e da América Latina. Do lado das instituições de saúde, seus serviços estão presentes em 41% dos hospitais privados e em 48% dos leitos privados do país, ao final de 2020. Para além do país de origem, a Companhia está presente na Argentina, Colômbia e México. Ao todo, os países em que está presente possuem uma população de 430 milhões de pessoas, segundo dados de 2020 do Banco Mundial. No lado dos fornecedores das instituições de saúde, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia também contava com 32 mil fornecedores conectados. Durante o ano de 2020, os dois lados da cadeia transacionaram mais de R\$11,7 bilhões nas plataformas da Companhia.

O setor de saúde no Brasil carece de uma integração eficiente e a relação entre os agentes ainda é feita majoritariamente de forma offline. A Companhia nasceu com o propósito de endereçar esses desafios e gerar ganhos de eficiência para todos os seus agentes. Suas soluções digitais aumentam a transparência e a visibilidade dos processos operacionais nas diferentes etapas da cadeia e apoiam a tomada de decisão de seus clientes. Do lado das instituições de saúde, isso resultou em ganhos de produtividade e economias por meio da ampliação do acesso à comunidade de fornecedores. Do lado dos fornecedores, o resultado foi o aumento de eficiência no processo de vendas e o acesso a uma demanda crescente aos seus serviços, tudo em apenas um ambiente.

### Histórico comprovado

A Companhia tem um modelo de negócios vertical, ou seja, especializado na cadeia de valor hospitalar. Seu crescimento inicial foi em grande parte devido ao sucesso da solução de compras que leva o nome da Companhia, e que conecta compradores e fornecedores. Com o passar do tempo, criou-se um marketplace transacional dominante, presente, atualmente em 662 municípios distribuídos em todos os estados da federação, seguido da expansão para outros países da América Latina. À medida em que essa comunidade de clientes se fortalecia, outras soluções passaram a compor o leque de produtos digitais da Companhia, para além dos processos de compras, sempre com o objetivo de atender às dores de seus clientes. Assim, a partir de 2006, a Companhia passou a desenvolver novas soluções e hoje atua desde o planejamento de compras até a gestão do ciclo de receita, com o apoio à tomada de decisão por meio da inteligência de dados. A Bionexo foi assim capaz de criar uma marca com reconhecida neutralidade, ou seja, capaz de prover ganhos para os diferentes elos da cadeia, sejam instituições de saúde, fornecedores ou fontes pagadoras.

### **Capacidade de crescimento via aquisições**

Como parte do processo de expansão, a Companhia possui histórico de aquisições bem-sucedido, o qual evidencia a capacidade de condução de processos de aquisições, mapeamento de potenciais ativos e a integração de companhias adquiridas, como pode ser evidenciado nas aquisições abaixo descritas:

- Manager Saúde: companhia de desenvolvimento de sistemas de integração, workflow de vendas e soluções de BI, adquirida em junho de 2018;
- GTT Healthcare (GTMED): empresa líder em soluções de rastreabilidade (IoT) para itens de alto custo no setor de saúde, adquirida em julho de 2019. Através da aquisição, a Companhia deu origem às soluções BioTracker, que atuam na rastreabilidade de itens de alto valor;
- Avatar: companhia especializada no desenvolvimento de soluções inovadoras e automáticas para gestão do ciclo de receita em hospitais, adquirida pela Companhia em dezembro de 2020.

### **Cenário Econômico**

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), como uma pandemia. Tal declaração desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto da doença, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio.

Em resposta a este cenário, a empresa tomou medidas protetivas com o intuito de evitar a disseminação do vírus, garantir a preservação da saúde dos colaboradores e demais partes relacionadas, assegurar a manutenção de empregos, bem como medidas para amenizar os efeitos da pandemia nos resultados da Companhia. Entre as principais medidas estabelecidas, tivemos:

- Deslocamento de toda equipe para o trabalho remoto;
- Medidas relacionadas aos protocolos de biossegurança, visando a saúde e o bem-estar dos colaboradores;
- Contenção e revisão de gastos como forma de minimizar os possíveis impactos relacionados as incertezas do cenário futuro;

Como medida de apoio a comunidade como um todo, durante a pandemia de COVID-19, a Companhia trabalhou em algumas ações para ajudar profissionais da saúde, dentre as quais vale destacar a participação como parceiro do BNDES no projeto "Salvando Vidas", o maior projeto de matchfunding do Brasil, onde atuou como ferramenta de compra de mais de R\$ 79 milhões em insumos para hospitais filantrópicos e Santas Casas de todo o país.

Do ponto de vista do negócio, a pandemia provocada pelo COVID-19 resultou em uma maior demanda no setor de saúde, seja por atendimento, diagnóstico ou materiais médicos e medicamentos. Neste contexto, a Bionexo exerce um papel fundamental ao atuar como provedora de soluções digitais para processos em saúde,

com foco na cadeia de valor hospitalar. Através da solução de compra e venda de insumos hospitalares dos mais diversos tipos, incluindo medicamentos, materiais médicos, e alimentos, conecta instituições de saúde a fabricantes e distribuidores de insumos, contribuindo para atender o pico de demanda gerado pela pandemia, além de também oferecer soluções para otimização de estoque e analytics, que ajudam na gestão de caixa, reposição de insumos e tomada de decisões.

Do ponto de vista comercial, em um primeiro momento, a operação foi impactada pela falta de disponibilidade dos decisores para avaliação de propostas comerciais, assim como a suspensão do atendimento de clínicas e cirurgias eletivas. No entanto, essa se mostrou uma situação transitória que foi normalizada ao longo do ano.

Com um modelo de receita recorrente bastante consolidado, a companhia teve a segurança necessária para superar as dificuldades e incertezas impostas ao longo de 2020. Adicionalmente, o fato de atuar no setor de saúde a colocou ainda mais em evidência, à medida que conseguiu contribuir com o setor, de modo a minimizar os impactos causados por esse cenário.

## Desempenho Econômico / Financeiro

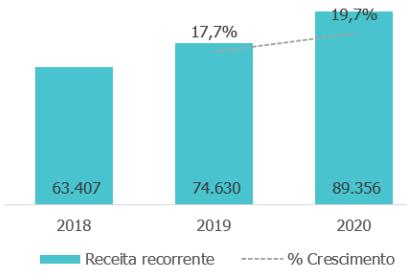
### *Receita operacional líquida*

A receita operacional líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 90,2 milhões, R\$ 76,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 67,3 milhões no mesmo período de 2018. Na comparação entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, houve um aumento de R\$ 13,2 milhões ou 17,2% na receita operacional líquida, enquanto na comparação entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o incremento foi de R\$ 9,6 milhões ou 14,3%.

Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento de 36% da base de clientes pagantes no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e 15% no mesmo período de 2019, somado a monetização da base de clientes ativos, através da oferta de soluções complementares. Registraramos um crescimento da receita recorrente de 19,7% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e 17,7% no mesmo período de 2019. A diferença entre o crescimento da receita recorrente e a receita total se deve a estratégia da companhia em eliminar as cobranças para implementação das soluções (receita não recorrente), em prol do aumento da base de recorrência, dado que em muitos casos, a necessidade de um investimento inicial para implementação das soluções ofertadas pela Bionexo, resultava em uma maior dificuldade de venda e aquisição de clientes.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 a receita recorrente representou 99,1% da receita total, versus 97,0% e 94,3% nos mesmos períodos de 2019 e 2018, respectivamente.

	2018	2019	2020
<b>Receita recorrente</b>	<b>63.407</b>	<b>74.630</b>	<b>89.356</b>
% Crescimento		17,7%	19,7%
(+) Receita não recorrente	3.895	2.319	813
<b>Receita total</b>	<b>67.302</b>	<b>76.949</b>	<b>90.169</b>



Como parte de sua estratégia de crescimento, em 04 de junho de 2018 a Bionexo adquiriu 60% da participação do capital social da Manager Saúde Ltda, que passou a ser consolidada nas demonstrações financeiras do grupo. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 a receita gerada por essa operação foi de R\$ 1,9 milhões ante R\$ 582 mil no mesmo período de 2018.

Em 31 de julho de 2019, a Bionexo adquiriu 100% do capital social da GTMED Indústria, Comércio e Serviços de Tecnologia S.A.. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 a receita gerada por essa aquisição foi de R\$ 4,2 milhões, comparado a R\$ 1,4 milhões no mesmo período de 2019.

Em 30 de abril de 2020, a Bionexo vendeu a totalidade de sua participação na Bionexo Iberica S.A., como parte de uma revisão do seu portfólio de investimento. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 a receita gerada pela Bionexo Iberica foi de R\$ 186 mil comparado a R\$ 557 mil no mesmo período de 2019.

Em 30 de dezembro de 2020, a Bionexo passou a ser a controladora da Avatar Soluções em Saúde S.A., mediante aquisição de 57,31% do seu capital. Como a aquisição ocorreu no final de dezembro de 2020, essa aquisição não gerou receita adicional para o grupo, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

### ***Custos dos serviços prestados***

O custo dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 31,7 milhões, comparativamente a R\$ 25,1 milhões registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 24,0 milhões no mesmo período de 2019, representando um aumento de R\$ 6,6 milhões ou 26,2% na comparação entre os exercícios findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, enquanto na comparação entre o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, houve um aumento de R\$ 1,1 milhão ou 4,7%. O custo dos serviços prestados nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 representaram 35,1%, 32,6% e 35,6% da receita operacional líquida, respectivamente.

O incremento apresentado no exercício de 2020, comparado ao mesmo período de 2019, está substancialmente concentrado na Bionexo Brasil, devido ao crescimento da linha de pessoas e serviços de tecnologia, que aumentaram 30,6% e 53%, respectivamente. O crescimento na linha de pessoas está alinhado com a estratégia de ampliação dos times necessários para suportar o crescimento da companhia, enquanto o incremento da linha de serviços de tecnologia foi puxado pelo crescimento dos serviços de hospedagem, dado desvalorização cambial do BRL frente ao USD, cuja relação foi de 3,86 USD/BRL em 02 de janeiro de 2019 para 5,20 em 31 de dezembro de 2020. Na comparação entre os exercícios de 2019 e 2019, o aumento deve-se principalmente a ampliação de infraestrutura tecnológica, necessária para sustentar o crescimento da companhia.

### ***Lucro Bruto***

Desta forma, o lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 58,5 milhões comparativamente a R\$ 51,8 milhões e R\$ 43,3 milhões no mesmo período de 2019 e 2018, respectivamente. O lucro bruto representou 64,9% da receita operacional líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, 67,4% e 64,4% da receita operacional líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

## ***Despesas (Receitas) Operacionais***

As despesas operacionais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 66,7 milhões comparativamente a R\$ 59 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 43,5 milhões no mesmo período de 2018. As despesas operacionais cresceram 13% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, comparativamente ao mesmo período de 2019 e 36% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado ao mesmo período de 2018. Com isso, as despesas operacionais tiveram uma participação relativa na receita operacional líquida de 74,0% no exercício de 2020, 76,7% no exercício de 2019 e 64,6% no mesmo período de 2018. Os principais fatores relacionados as variações são apresentadas a seguir:

- ***Despesas gerais e administrativas***

As despesas gerais e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 25,6 milhões comparativamente a R\$ 25,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 17,7 milhões no mesmo período de 2018. As despesas operacionais cresceram 1,8% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 comparativamente ao mesmo período de 2019, enquanto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 o crescimento apresentado foi de 42,1%, em relação ao mesmo período de 2018. As despesas gerais e administrativas representaram 28,4%, 32,7% e 26,3% da receita operacional líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respectivamente. No exercício de 2020, apesar do crescimento de 1,8% em relação ao mesmo período de 2019, houve uma redução relativa à receita de líquida de 4,3pp (pontos percentuais), atribuída substancialmente aos esforços de contenção e revisão de gastos, incluindo congelamento de novas contratações, redução dos custos de ocupação (condomínio, água, luz, materiais de escritório), deslocamento e aos esforços de renegociação de contratos com fornecedores. O crescimento de 42,1% no exercício de 2019 em relação ao mesmo período de 2018 é atribuído substancialmente a contratações de novos executivos e serviços de consultoria, além de gastos gerais com consumo e despesas de viagens.

- ***Despesas com vendas***

As despesas com vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 25,8 milhões comparativamente a R\$ 24,8 no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 17,3 milhões no mesmo período de 2018. As despesas com vendas representaram 28,6%, 32,2% e 25,7% da receita operacional líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018. No exercício social de 2020, comparado ao mesmo período de 2019, houve um crescimento de 4,1% e uma redução em relação a receita operacional líquida de 3,6pp (pontos percentuais), relacionado a mudanças na organização do time comercial e redução dos gastos com viagens. No exercício social de 2019 houve um incremento de 43,2% nas despesas com vendas, comparativamente ao mesmo período de 2018, devido a reestruturação e crescimento do time de vendas, incluindo a contratação de um novo executivo.

- ***Despesas com pesquisas e desenvolvimento***

As despesas com pesquisas e desenvolvimento, relacionadas principalmente a amortização dos investimentos realizados no desenvolvimento das soluções da Companhia, totalizaram R\$ 10,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, R\$ 5,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 2,4 milhões no mesmo período de 2018. No exercício social de 2020, as despesas com pesquisa e desenvolvimento cresceram 76,6% em relação ao mesmo período de 2019, enquanto no exercício social de 2019, comparativamente ao mesmo período de 2018, o incremento foi de 150%. O aumento, em ambos os períodos, é atribuído substancialmente aos investimentos feitos no desenvolvimento de melhorias e novas funcionalidades para ao portfólio de soluções da companhia, incluindo as soluções Bionexo, Opme, Plannexo, Analytics e Biotracker. Os gastos com desenvolvimento compreendem: folha de pagamento, encargos e benefícios, dos empregados dedicados integralmente ao desenvolvimento de novas plataformas, além de serviços de terceiros relativos à consultoria para desenvolvimento de softwares. Os gastos capitalizados são amortizados de acordo com a realização dos benefícios econômicos esperados, e alocados como despesas de pesquisas e desenvolvimento.

- ***Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber***

A despesa relacionada a perda por redução ao valor recuperável de contas a receber no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 1,1 milhões, comparativamente a R\$ 2,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 1,7 milhões no mesmo período de 2018. No exercício social de 2020, esta despesa foi reduzida em 52,5%, comparado ao mesmo período de 2019, dado incrementos nos esforços de cobrança da Companhia. No exercício social de 2019, comparativamente ao mesmo período de 2018, houve um incremento de 41,4% nas despesas com perda por redução ao valor recuperável de contas a receber, devido ao aumento da inadimplência observada no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, concentrada em um número restrito de clientes.

- ***Outras despesas***

As outras despesas totalizaram R\$ 3,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, R\$ 0,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 4,5 milhões no mesmo período de 2018. No exercício social de 2020, a despesa de R\$ 3,8 milhões refere-se, principalmente, a perdas decorrentes da alienação de investimentos no montante de R\$ 1,8 milhão em relação à empresa Intuitive Care Inteligencia Hospitalar S.A. e R\$ 0,9 milhão em relação à empresa Bionexo Iberica S.A. As participações da Companhia nessas sociedades foram alienadas para os antigos parceiros em razão do encerramento das parcerias, gerando a baixa dos investimentos. Além disso, a Companhia entregou um de seus escritórios que estavam locados, resultando na baixa de R\$1,1 milhão referente a benfeitorias realizadas no escritório. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as outras despesas extraordinárias estão substancialmente relacionadas com assessoria jurídica contratada para o processo de aporte de capital realizado em dezembro de 2018. No exercício de 2018, as outras despesas referem-se a gastos extraordinários relacionados ao processo de aporte de capital realizado em dezembro daquele ano, que resultou na entrada da Orjen como acionista da Companhia.

### ***Resultado antes das Despesas Financeiras e Impostos***

Em razão do acima exposto, o resultado operacional totalizou prejuízo de R\$ 8,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a um prejuízo de R\$ 7,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 0,1 milhões no mesmo período de 2018.

### ***Resultado financeiro líquido***

O resultado financeiro líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 1,4 milhões de receitas financeiras comparativamente a R\$ 0,3 milhão de receitas financeiras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 0,6 milhões no mesmo período de 2018. O incremento no resultado financeiro líquido apresentado no exercício social de 2020, comparativamente ao mesmo período de 2019, é atribuído substancialmente a queda de 62,8% nas despesas financeiras do período amenizados com a redução de 43,9% dos ganhos obtidos nas receitas financeiras. A redução nas de 62,8% nas despesas financeiras no exercício social de 2020 está relacionada a diminuição nas despesas de juros sobre empréstimos, dado a novas captações realizadas com taxa mais atrativas, além da queda na taxa de juros no exercício e pagamento de dívidas anteriores contratadas a taxas mais onerosas. A redução das receitas financeiras no exercício social de 2020 se deve à queda na taxa de juros no período e redução das disponibilidades em caixa.

### ***Resultado antes dos impostos***

O prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 6,9 milhões comparativamente a R\$ 7,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e ganho de R\$ 0,5 milhões no mesmo período de 2018. Os incrementos apresentados nos exercícios em questão foram puxados pelo aumento das despesas operacionais, conforme descrito nos tópicos anteriores.

### ***Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido***

O imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de um crédito de R\$ 4,1 milhões comparativamente a um crédito de R\$ 1,8 milhão no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e débito de R\$ 0,5 milhões no mesmo período de 2018. Os créditos apurados nos exercícios sociais de 2020 e 2019 são atribuídos substancialmente ao crédito do imposto de renda e contribuição social diferidos que totalizou R\$ 5,5 milhões em 31 de dezembro de 2020 ante R\$ 3 milhões em 31 de dezembro de 2019.

### ***Prejuízo Líquido do exercício***

O prejuízo líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 2,8 milhões comparativamente a um prejuízo de R\$ 5,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 49 mil no mesmo período de 2018. A redução de 46% no prejuízo apresentado no exercício de 2020, em relação ao mesmo período de 2019, se deve substancialmente ao crédito de imposto de renda diferido apurado neste no exercício. O incremento de R\$ 5,2 milhões de reais prejuízo apurado no exercício de 2019,

comparativamente ao mesmo período de 2018, se deve substancialmente ao aumento das despesas operacionais apresentadas nos tópicos anteriores.

### ***Situação Patrimonial***

O patrimônio líquido totalizou R\$ 99,9 milhões em 31 de dezembro de 2020 ante R\$ 108,3 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 115,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de 7,7% e 5,8%, em 2020 e 2019, respectivamente, devido aos prejuízos acumulados no período.

O endividamento bruto totalizou R\$ 42,3 milhões em 31 de dezembro de 2020, R\$ 19,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 18,3 milhões em 31 de dezembro de 2018.

As disponibilidades representadas por Caixa e Aplicações totalizou R\$ 65,0 milhões, R\$ 58,8 milhões e R\$ 94,9 milhões, respectivamente em 2020, 2019 e 2018.

Desta forma, a posição financeira líquida totalizou disponibilidades de R\$ 22,7 milhões em 2020, R\$ 39,0 milhões em 2019 e R\$ 76,6 milhões em 2018.

### ***Relacionamento com os Auditores Independentes***

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03 informamos que os auditores independentes da KPMG auditores não prestaram, durante o triênio de 2020, 2019 e 2018, outros serviços que não os relacionados com auditoria externa. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>12</b>
<b>Balanços patrimoniais</b>	<b>17</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>18</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>19</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Controladora e Consolidado</b>	<b>20</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Consolidado</b>	<b>21</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>22</b>
<b>Demonstrações do valor adicionado</b>	<b>23</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações individuais e consolidadas</b>	<b>24</b>



KPMG Auditores Independentes  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500  
[kpmg.com.br](http://kpmg.com.br)

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

### Aos acionistas da Bionexo S.A.

São Paulo - SP

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Bionexo S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Bionexo S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Avaliação dos valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa que contêm ágio por expectativa de rentabilidade futura e ativos intangíveis com vida útil indefinida**

Veja a Nota 14 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem valores de ativos intangíveis com vida útil indefinida cuja realização está fundamentada na expectativa de fluxo de caixa futuros. Para a avaliação anual da recuperabilidade desses ativos são utilizadas premissas e julgamentos significativos na determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, incluindo, o volume de prestação de serviços, custos operacionais e taxas de desconto.</p> <p>Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos, que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, assim como o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Entendimento sobre a preparação e revisão dos estudos técnicos e análises ao valor recuperável disponibilizados pela Companhia;</li> <li>– Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas e julgamentos significativos na determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, incluindo, o volume de prestação de serviços, custos operacionais e taxas de desconto; e</li> <li>– Análise das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</li> </ul> <p>Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o saldo de intangíveis, assim como as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>

**Realização dos tributos ativos diferidos**

Veja a Nota 20 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2020, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem valores de ativos fiscais diferidos relativos a diferenças temporárias e prejuízos fiscais, considerados recuperáveis com base na geração de lucros tributáveis futuros.</p> <p>As estimativas de geração de lucros tributáveis futuros incluem a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre o lucro tributável, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, e capital de giro futuros, que envolvem elevado grau de complexidade e julgamentos que impactam a utilização do ativo fiscal diferido depende de lucros futuros tributáveis superiores aos lucros advindos da reversão de diferenças temporárias tributáveis existentes. Portanto, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria das demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em impostos, das premissas, julgamentos e estimativas sobre os lucros tributários, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, e capital de giro futuros utilizados pela Companhia na preparação do estudo de lucros tributáveis futuros considerando as projeções de lucro tributável futuros.</li> <li>– Avaliação da precisão dos saldos registrados com o auxílio dos nossos especialistas em tributos;</li> <li>– Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas</li> </ul>

	<p>consideram todas as informações relevantes referentes aos ativos fiscais diferidos.</p> <p>Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que o valor dos impostos diferidos ativos registrados e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>
<b>Combinação de negócios - Controladora e Consolidado</b>	
Veja a Nota 2.1.2 c das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia adquiriu 57,31% de participação societária da Avatar Soluções em Saúde S.A., obtendo seu controle, o que resultou na aplicação do método de aquisição para a contabilização inicial de tal participação societária. A aplicação do método de aquisição requer, entre outros procedimentos, que a Companhia determine o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura. Esses procedimentos normalmente envolvem um elevado grau de julgamento para a determinação da metodologia de cálculo de valor justo para diferentes tipos de ativos, e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas de valores justos baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro do negócio adquirido e que estão sujeitos a um elevado grau de incerteza.</p> <p>Devido às incertezas relacionadas as premissas e estimativas utilizadas para mensuração dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos que podem resultar em um ajuste material nos saldos contábeis, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– revisão dos contratos de compra e venda;</li> <li>– análise, com auxílio de especialistas de finanças corporativas, da metodologia utilizada para mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, incluindo a avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas pela Companhia;</li> <li>– comparação dos valores apurados nos relatórios de alocação do preço pago na combinação de negócio com os respectivos saldos contábeis; e</li> <li>– avaliação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas considerando os requerimentos dos pronunciamentos contábeis correspondentes.</li> </ul> <p>Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis o reconhecimento, mensuração e divulgação das combinações de negócios no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>

#### Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios

definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção

relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

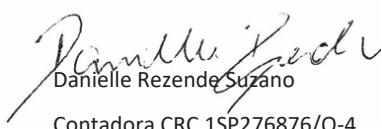
Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP023228/O-4

  
Danièle Rezende Suzano

Contadora CRC 1SP276876/O-4

## Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais).

	Consolidado					Nota	Consolidado					Nota	Consolidado						
	2020	2019	2018	2020	2019		Passivos	2020	2019	2018	Passivos		2020	2019	2018	Passivos	2020	2019	2018
<b>Ativos</b>																			
Caixa e equivalentes de caixa	8	60.023	53.911	10.046	65.049	58.787	94.890	3.909	2.744	7.974	4.341	5.532	7.974	4.341	5.532	7.974	4.341	5.532	
Caixa e equivalentes de caixa	9	3.154	8.801	11.043	6.204	8.355	11.505	8.577	4.311	5.073	4.311	4.311	5.073	4.311	4.311	5.073	4.311	4.311	
Contas a receber de clientes	10	833	186	185	1.586	1.007	1.007	1.007	1.007	1.007	1.007	1.007	1.007	1.007	1.007	1.007	1.007	1.007	1.007
Impostos, recuperação																			
Impostos de renda e contribuição social	11	2.253	1.273	1.077	2.259	1.245	1.039	1.039	1.039	1.039	1.039	1.039	1.039	1.039	1.039	1.039	1.039	1.039	
Outras contas a receber																			
Outras contas a receber	11	2.687	2.215	3.207	3.720	3.116	3.207	3.207	3.207	3.207	3.207	3.207	3.207	3.207	3.207	3.207	3.207	3.207	
Outros ativos																			
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>69.922</b>	<b>66.386</b>	<b>25.558</b>	<b>78.890</b>	<b>72.991</b>	<b>111.183</b>												
Ativo fiscal diferido	20	13.233	9.347	7.410	13.233	9.347	7.410												
Aplicações financeiras resulta	8	3.392	4.000	-	3.392	4.000	-												
Ativo intangível	18	2.506	-	-	2.506	-	-												
Depósitos judiciais																			
Opção de compra de bônus de não controladores	21	61	-	6	61	-	6	-	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mutuos com partes relacionadas	27	4.541	2.126	500	4.541	2.126	500	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>113.969</b>	<b>81.669</b>	<b>35.561</b>	<b>110.906</b>	<b>82.284</b>	<b>40.918</b>												
Investimentos	12	18.313	13.017	-	-	-	1.827	1.935											
Imobilizado	13	10.491	13.784	3.438	10.874	14.235	3.565	3.565											
Holdingveis	14	61.383	39.305	-	24.207	76.253	50.749	27.121											
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>113.969</b>	<b>81.669</b>	<b>35.561</b>	<b>110.906</b>	<b>82.284</b>	<b>40.918</b>												
<b>Patrimônio líquido</b>																			
Participação de não controladores																			
Total do patrimônio líquido																			
Total do passivo																			
<b>Total do ativo</b>		<b>182.988</b>	<b>148.065</b>	<b>61.119</b>	<b>189.796</b>	<b>155.275</b>	<b>151.218</b>												

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Bionexo S.A.**

**Demonstrações de resultados**

(Em milhares de Reais).

(*Em milhares de Reais*)

Operações continuadas	Nota	Controladora			Consolidado		
		2020	2019	2018	2020	2019	2018
Receita operacional líquida	23	70.858	62.978	54.838	90.169	76.949	67.302
Custo dos serviços prestados	24	(28.456)	(21.822)	(19.627)	(31.682)	(25.114)	(23.984)
<b>Lucro bruto</b>		<b>42.402</b>	<b>41.156</b>	<b>35.211</b>	<b>58.487</b>	<b>51.835</b>	<b>43.318</b>
Despesas de vendas	24	(18.301)	(20.930)	(15.320)	(25.782)	(24.771)	(17.296)
Despesas gerais e administrativas	24	(20.610)	(17.027)	(12.938)	(25.581)	(25.125)	(17.676)
Amortização dos gastos de desenvolvimento capitalizado	24	(10.122)	(5.928)	(2.371)	(10.471)	(5.928)	(2.371)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	24	(586)	(2.176)	(1.654)	(1.112)	(2.339)	(1.654)
Outras despesas	25	(2.895)	(874)	(4.464)	(3.785)	(874)	(4.464)
		-	-	-	-	-	-
<b>Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos</b>		<b>(10.112)</b>	<b>(5.779)</b>	<b>(1.536)</b>	<b>(8.245)</b>	<b>(7.202)</b>	<b>(143)</b>
Receitas financeiras	26	3.456	1.855	1.812	3.672	6.540	2.835
Despesas financeiras	26	(2.503)	(5.164)	(1.516)	(2.311)	(6.207)	(2.191)
<b>(Despesas) receitas financeiras líquidas</b>		<b>953</b>	<b>(3.309)</b>	<b>296</b>	<b>1.361</b>	<b>333</b>	<b>644</b>
patrimonial, líquida de impostos	11	610	(84)	1.212	(14)	(108)	(19)
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>(8.549)</b>	<b>(9.172)</b>	<b>(28)</b>	<b>(6.898)</b>	<b>(6.977)</b>	<b>482</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	20	-	-	621	(1.386)	(1.225)	(531)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	20	5.483	2.979	-	5.483	2.979	-
<b>Resultado líquido das operações continuadas</b>		<b>(3.066)</b>	<b>(6.193)</b>	<b>593</b>	<b>(2.801)</b>	<b>(5.223)</b>	<b>(49)</b>
<b>Prejuízo (lucro) líquido do exercício</b>		<b>(3.066)</b>	<b>(6.193)</b>	<b>593</b>	<b>(2.801)</b>	<b>(5.223)</b>	<b>(49)</b>
<b>Resultado atribuído aos:</b>							
Acionistas controladores		-	-	-	-	-	-
Acionistas não controladores		-	-	-	(71)	(126)	-
<b>Prejuízo (lucro) líquido do exercício</b>		<b>(3.066)</b>	<b>(6.193)</b>	<b>593</b>	<b>(2.730)</b>	<b>(5.097)</b>	<b>(49)</b>
<b>Resultado por ação:</b>							
Resultado por ação - básico (em R\$)					(0,74)	(1,53)	(0,01)
Resultado por ação - diluído (em R\$)					(0,74)	(1,53)	(0,01)
<b>Resultado por ação - Operações continuadas</b>							
Resultado por ação - básico (em R\$)					(0,74)	(1,53)	(0,01)
Resultado por ação - diluído (em R\$)					(0,74)	(1,53)	(0,01)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Bionexo S.A.****Demonstrações de resultados abrangentes****Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018***(Em milhares de Reais)*

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2019	2019	2018
<b>Resultado do exercício</b>	<b>(3.066)</b>	<b>(6.193)</b>	<b>593</b>	<b>(2.801)</b>	<b>(5.223)</b>	<b>(49)</b>
Opção de venda concedida a não controladores	(5.164)	-	-	(5.164)	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.597)	-	-	(1.597)	(1.042)	(16.683)
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	(38)	(320)	(496)
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>(9.827)</b>	<b>(6.193)</b>	<b>593</b>	<b>(9.600)</b>	<b>(6.585)</b>	<b>(17.228)</b>
Resultado abrangente atribuível aos:						
Participação dos acionistas controladores				(9.529)	(6.459)	(17.228)
Participação dos acionistas não controladores				(71)	(126)	-
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>(9.600)</b>	<b>(6.585)</b>	<b>(17.228)</b>			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Bionexo S.A.**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Controladora**

**Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018**

*(Em milhares de Reais)*

Atribuível aos acionistas controladores						
Nota	Capital social	Reservas de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	
Saldos em 1º de janeiro de 2018	<u><b>20.097</b></u>	<u><b>6.776</b></u>	<u><b>-</b></u>	<u><b>3.970</b></u>	<u><b>30.843</b></u>	
Troca de ações	2.1	24.137	-	-	24.137	
Ajuste de avaliação patrimonial	2.1	-	(16.683)	-	(16.683)	
Reserva de lucros à realizar	2.1	-	(4.189)	(5.838)	(10.027)	
Prejuízo (lucro) líquido do exercício		-	-	593	593	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u><b>44.234</b></u>	<u><b>2.587</b></u>	<u><b>(16.683)</b></u>	<u><b>(1.275)</b></u>	<u><b>28.863</b></u>	
Aumento de capital subscrito	2.1	83.602	-	-	83.602	
Ajuste de avaliação patrimonial		-	(1.042)	-	(1.042)	
Prejuízo (lucro) líquido do exercício		-	-	(6.193)	(6.193)	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u><b>127.836</b></u>	<u><b>2.587</b></u>	<u><b>(17.725)</b></u>	<u><b>(7.468)</b></u>	<u><b>105.230</b></u>	
Troca de ações	2.1	4.560	-	-	4.560	
Opção de venda concedida a não controladores		-	(5.164)	-	(5.164)	
Ajuste de avaliação patrimonial		-	(1.597)	-	(1.597)	
Prejuízo (lucro) líquido do exercício		-	-	(3.066)	(3.066)	
Ajuste de incorporação		-	(241)	-	(241)	
Stock Option - plano de pagamento em ações		189	-	-	189	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u><b>132.396</b></u>	<u><b>2.535</b></u>	<u><b>(24.486)</b></u>	<u><b>(10.534)</b></u>	<u><b>99.911</b></u>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Bionexo S.A.**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Consolidado**

**Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018**

(Em milhares de Reais)

Capital							Atribuível aos acionistas controladores			Total do patrimônio líquido
Nota	Capital social	Capital integrado	Capital a reserva	Reservas legais	Reserva de lucros a realizar	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/ prejuízos acumulados	Total	Participação de acionista não controlador	(293)
	<b>20.097</b>	<b>6.465</b>		<b>313</b>			<b>(1.868)</b>	<b>25.007</b>		<b>24.714</b>
Troca de ações										29.139
Stock Option - convertidos em capital	21	29.139	-	-	-	-	-	-	-	388
Ajuste acumulado de conversão	21	388	-	-	-	-	(496)	(496)	-	(496)
Ajuste de avaliação patrimonial		-					(16.683)	(16.683)	-	(16.683)
Aumento de capital		82.073	-	-	-	-	-	82.073	-	82.073
Ajuste de incorporação	21	(6.465)	-	(313)	2.172	-	146	(4.460)	-	(4.460)
Aquisição de controlada com participação de não controladores		-	-	-	-	-	-	-	1.832	1.832
Prejuízo (lucro) líquido do exercício		-	-	-	-	-	(49)	(49)	-	(49)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>49.624</b>	<b>82.073</b>			<b>2.172</b>	<b>(17.19)</b>	<b>(1.771)</b>	<b>114.919</b>	<b>1.539</b>	<b>116.458</b>
Aumento de capital subscrito	21	40.000	-	-	-	-	-	40.000	-	40.000
Stock Option - convertidos em capital	21	1.837	(41.894)	-	-	-	-	(1.837)	-	1.837
Subscrição de capital	21	-	-	-	-	-	(320)	(320)	-	(41.894)
Ajuste acumulado de conversão		-	-	-	-	-	(1.042)	(1.042)	-	(320)
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-	(1.042)
Aquisição de controlada com participação de não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	(1.042)
Prejuízo (lucro) líquido do exercício		-	-	-	-	-	(5.223)	(5.223)	-	(5.223)
Reserva de lucros a realizar		-	-	-	(2.172)	-	2.172	-	-	(2.172)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>91.461</b>	<b>40.179</b>			<b>(18.541)</b>	<b>(4.822)</b>	<b>(4.822)</b>	<b>108.277</b>	<b>1.261</b>	<b>109.538</b>
Aumento de capital subscrito	2.1	36.375	(40.179)	-	-	-	-	(3.804)	-	(3.804)
Stock Option - convertidos em capital	2.1	4.560	-	-	-	-	-	4.560	-	4.560
Ajuste acumulado de conversão		-	-	-	-	-	(38)	(38)	-	(38)
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	(1.597)	(1.597)	-	(1.597)
Opcão de venda concedida a não controladores		-	-	-	-	-	(5.164)	(5.164)	-	(5.164)
Aquisição de controlada com participação de não controladores		-	-	-	-	-	-	-	2.320	2.320
Stock Option - plano de pagamento em ações		-	-	-	-	-	-	-	189	189
Prejuízo (lucro) líquido do exercício		-	-	-	-	-	(2.801)	(2.801)	-	(2.801)
Ajuste de incorporação		-	-	-	-	-	-	-	289	289
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>132.396</b>				<b>478</b>			<b>(25.340)</b>	<b>(7.623)</b>	<b>99.911</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

## Bionexo S.A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

		Controladora			Consolidado		
	Note	2020	2019	2018	2020	2019	2018
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>							
Resultado antes dos impostos		(3.066)	(6.193)	593	(2.730)	(5.097)	(49)
Ajustes para:							
Depreciação imobilizado	13	1.148	747	419	1.231	841	621
Amortização do direito de uso	13	1.657	1.129	-	1.656	1.129	-
Amortização de ativos intangíveis	14	10.122	5.928	2.371	10.471	5.928	2.371
Baixa de imobilizado	13	1.073	-	-	1.154	14	15
Baixa do investimento	12 and 25	1.813	-	-	2.703	-	-
Baixa do direito de uso	13	1.619	-	-	1.619	-	-
Baixas de ativos intangíveis	14	639	-	1.411	639	-	1.411
Resultado de equivalência patrimonial	12	(610)	84	(1.212)	14	108	19
Juros sobre empréstimos	17	1.127	1075	324	1.127	1075	324
Juros de aluguel a pagar	16	161	59	-	161	59	-
Juros sobre empréstimos concedidos a partes relacionadas	27	(247)	-	-	(247)	-	-
Provisão para contencioso judicial e administrativo	18	542	-	(1.102)	542	-	(1.144)
Provisão para perdas esperadas com contas a receber de clientes	9	586	2.176	762	1.176	2.847	762
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	(5.483)	(2.979)	-	(5.483)	(2.979)	-
Incentivo de imposto de renda	20	-	-	621	-	-	621
Valor justo na opção de compra de aquisição de subsidiária		-	-	-	(46)	-	-
Baixa de passivos de arrendamento	16	(1.620)	-	-	(1.620)	-	-
Planos de opções de ações	22	492	-	-	492	-	-
<b>Variações nos ativos e passivos</b>							
Contas a receber de clientes	9	2.418	68	107	1.899	(211)	(583)
Outras contas a receber	11	(400)	990	(902)	(599)	(1.642)	(570)
Impostos recuperáveis	10	(972)	(197)	(1.128)	(1.593)	469	80
Depósitos judiciais		(61)	6	-	(61)	6	(6)
Outros ativos		374	-	-	229	222	-
Fornecedores		1.281	(5.226)	3.787	1.089	(3.184)	3.672
Obrigações trabalhistas	19	703	5.746	1.207	428	6.864	1.338
Obrigações fiscais		159	(199)	(120)	1.301	(677)	(284)
Outras contas a pagar	15	(1.358)	58	(113)	(402)	(1.569)	1.071
Aplicação financeira restrita	8	608	(4.000)	-	608	(4.000)	-
Juros sobre empréstimos pagos	17	(272)	(3.823)	(459)	(272)	(3.823)	(459)
Imposto de renda pago		-	-	-	(1.386)	(1.225)	(1.152)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente (utilizado) das atividades operacionais</b>		<b>12.433</b>	<b>(4.551)</b>	<b>6.566</b>	<b>14.100</b>	<b>(4.845)</b>	<b>8.058</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>							
Aquisição de imobilizado	13	(661)	(3.417)	(3.255)	(701)	(3.561)	(3.546)
Aquisição de ativos intangíveis	14	(24.531)	(21.116)	(7.691)	(24.767)	(21.338)	(6.437)
Aporte de capital em subsidiárias	2.1.2a	-	(650)	-	-	-	(2.500)
Aquisição de participação em investidas	12	-	-	-	-	-	(1.954)
Aquisição de subsidiária, líquido do caixa adquirido	2.1.2a	-	(7.050)	-	312	(7.049)	-
Aumento de capital com exercício de opções de ações		-	-	-	-	-	388
Incorporação reversa da controladora, líquido do caixa adquirido	2.1.1a	1.451	-	-	-	-	-
Incorporação de subsidiária, líquido do caixa adquirido	2.1..1a	367	-	-	-	-	-
Empréstimo concedido a partes relacionadas	27	(2.168)	(1.626)	(500)	(2.168)	(2.126)	-
<b>Fluxo de caixa utilizados nas atividades de investimento</b>		<b>(25.542)</b>	<b>(33.859)</b>	<b>(11.446)</b>	<b>(27.324)</b>	<b>(34.074)</b>	<b>(14.049)</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>							
Captação de empréstimos	17	24.991	20.000	10.000	24.991	20.000	10.000
Pagamento de empréstimos	17	(3.288)	(15.741)	(1.430)	(3.288)	(15.741)	(1.430)
Pagamento de passivos de arrendamento		(2.066)	(1.435)	-	(2.066)	-	-
Dividendos pagos		-	-	(302)	-	-	(302)
Aumento da reserva de capital com aporte da controladora	2.1.	-	-	-	-	-	82.073
Aumento do capital	16	-	79.451	-	-	(1.435)	-
Pagamento a prazo de aquisição de empresas em exercícios anteriores	2.1.2	(416)	-	-	(416)	-	-
<b>Fluxo de caixa proveniente nas atividades de financiamento</b>		<b>19.221</b>	<b>82.275</b>	<b>8.268</b>	<b>19.221</b>	<b>2.824</b>	<b>90.341</b>
Efeito dos movimentos nas taxas de câmbio sobre o caixa		-	-	-	265	(8)	185
<b>Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>6.112</b>	<b>43.865</b>	<b>3.388</b>	<b>6.262</b>	<b>(36.103)</b>	<b>84.535</b>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		53.911	10.046	6.658	58.787	94.890	10.355
Caixa e equivalentes de caixa em 31º de dezembro		60.023	53.911	10.046	65.049	58.787	94.890
<b>Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>6.112</b>	<b>43.865</b>	<b>3.388</b>	<b>6.262</b>	<b>(36.103)</b>	<b>84.535</b>

**Bionexo S.A.**  
**Demonstrações do valor adicionado**  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de Reais)

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2019	2019	2018
<b>Receitas</b>						
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	79.144	71.875	65.559	98.623	87.085	78.264
Outras receitas	79.672	74.046	65.862	99.677	89.419	78.567
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	58	5	1.351	58	5	1.351
(586)	(2.176)	(1.654)	(1.112)	(2.339)	(1.654)	
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<u>(33.619)</u>	<u>(28.243)</u>	<u>(26.599)</u>	<u>(42.066)</u>	<u>(35.850)</u>	<u>(32.000)</u>
Custos dos serviços	(12.196)	(9.424)	(7.568)	(14.048)	(10.511)	(10.147)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(21.423)	(18.819)	(19.031)	(28.018)	(25.339)	(21.853)
Perda/recuperação de valores ativos						
<b>Valor adicionado bruto</b>	<u>45.525</u>	<u>43.632</u>	<u>38.960</u>	<u>56.557</u>	<u>51.235</u>	<u>46.264</u>
Depreciação	(2.805)	(1.866)	(419)	(2.970)	(1.971)	(621)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela companhia</b>	<u>42.720</u>	<u>41.766</u>	<u>38.541</u>	<u>53.587</u>	<u>49.264</u>	<u>45.643</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>						
Resultado da equivalência patrimonial	4.066	1.770	3.024	3.658	6.432	2.817
Receitas financeiras	610	(85)	1.212	(14)	(108)	(18)
Outras	3.456	1.855	1.812	3.672	6.540	2.835
<b>Valor adicionado a distribuir</b>	<u>46.786</u>	<u>43.536</u>	<u>41.565</u>	<u>57.245</u>	<u>55.696</u>	<u>48.460</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<u>46.786</u>	<u>43.536</u>	<u>41.565</u>	<u>57.245</u>	<u>55.696</u>	<u>48.460</u>
<b>Pessoal</b>						
Remuneração direta	42.196	36.477	29.052	50.572	44.996	35.674
Benefícios	33.142	29.367	23.180	41.519	37.887	29.803
F.G.T.S.	6.633	4.785	4.266	6.632	4.784	4.265
	2.421	2.325	1.606	2.421	2.325	1.606
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>						
Federais	5.153	8.088	10.404	7.234	9.842	10.644
Estaduais	2.840	5.935	8.290	4.922	7.689	8.530
Municipais	-	-	-	-	-	-
	2.313	2.153	2.114	2.312	2.153	2.114
<b>Remuneração de capital de terceiros</b>						
Despesas financeiras	2.503	5.164	1.516	2.311	6.207	2.191
	2.503	5.164	1.516	2.311	6.207	2.191
<b>Remuneração de capitais próprios</b>						
Dividendo e juros sobre o capital próprio	(3.066)	(6.193)	593	(2.872)	(5.349)	(49)
Participação de não controladores nos lucros retidos	-	-	-	-	-	-
Prejuízo (lucro) líquido do exercício	-	-	-	(71)	(126)	-
	(3.066)	(6.193)	593	(2.801)	(5.223)	(49)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

## **Notas explicativas às demonstrações individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018**

### **1 Contexto operacional**

A Bionexo S.A. (“Companhia” ou “Bionexo”), é uma empresa, constituída sob a forma de sociedade anônima domiciliada no Brasil com sede na Avenida Juscelino Kubitschek, 1.830 7º andar - Condomínio São Luiz, Conjunto 71, São Paulo - SP.

A Companhia é uma empresa de tecnologia, com um modelo de negócios SaaS (*Software as a Service*), 100% baseado em nuvem (*cloud based*) e focada no oferecimento de soluções digitais para a cadeia de valor hospitalar. Desde sua fundação em 2000, ela vem avançando na sua visão de usar tecnologia para transformar o setor, trazendo mais eficiência, transparência e inteligência às mais de 34 mil empresas conectadas em sua plataforma: hospitais, operadoras de saúde, fornecedores e fabricantes de insumos médico-hospitalares. Suas soluções têm o objetivo de digitalizar e automatizar a cadeia de valor do mercado hospitalar, desde o planejamento de compras, passando pela transação de insumos e abrangendo, ao fim do ciclo, o processamento das contas médicas e a relação entre hospitais e suas fontes pagadoras.

Trata-se de um grupo que oferece soluções digitais para gestão de processos na saúde, com operações no Brasil, Argentina, Colômbia e México. O Grupo é composto pela Bionexo S.A. (controladora), Bionexo Com S.A. (“Bionexo Argentina”), Bionexo Colômbia S.A.S (“Bionexo Colômbia”), Bionexo México S.A. de C.V. (“Bionexo Mexico”), Manager Saúde Ltda. (“Manager”) e Avatar Soluções em Saúde S.A. (“Avatar”), doravante denominadas em conjunto como “Grupo” ou “Grupo Bionexo”, com exceção da Pinacell, todas as demais empresas são operacionais.

Conforme descrito na Nota 2.1.1(a) a Bionexo S.A. incorporou, em 30 de dezembro de 2020, sua controladora Bionexo Internacional S.A. nessa mesma data a Administração aprovou a alteração da natureza jurídica da Bionexo S.A, que anteriormente estava como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI) e passou a ser uma Sociedade Anônima (S.A.).

#### **1.1 Impactos do COVID-19**

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), como uma pandemia. Tal declaração desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto da doença, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e lockdown, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio.

Em resposta a este cenário, a empresa tomou medidas protetivas com o intuito de evitar a disseminação do vírus, garantir a preservação da saúde dos colaboradores e demais partes relacionadas, assegurar a manutenção de empregos, bem como medidas para amenizar os efeitos da pandemia nos resultados da Companhia. Entre as principais medidas estabelecidas, tivemos:

- Deslocamento de toda equipe para o trabalho remoto;

- Medidas relacionadas aos protocolos de biossegurança, visando a saúde e o bem-estar dos colaboradores;
- Contenção e revisão de gastos como forma de minimizar os possíveis impactos relacionados as incertezas do cenário futuro;

Do ponto de vista do negócio, a pandemia provocada pelo COVID-19 resultou em uma maior demanda no setor de saúde, seja por atendimento, diagnóstico ou materiais médicos e medicamentos. Neste contexto, a Bionexo exerce um papel fundamental ao atuar como provedora de soluções digitais para processos em saúde, com foco na cadeia de valor hospitalar. Através da solução de compra e venda de insumos hospitalares dos mais diversos tipos, incluindo medicamentos, materiais médicos, e alimentos, conecta instituições de saúde a fabricantes e distribuidores de insumos, contribuindo para atender o pico de demanda gerado pela pandemia, além de também oferecer soluções para otimização de estoque e analytics, que ajudam na gestão de caixa, reposição de insumos e tomada de decisões.

Do ponto de vista comercial, em um primeiro momento, a operação foi impactada pela falta de disponibilidade dos decisores para avaliação de propostas comerciais, assim como a suspensão do atendimento de clínicas e cirurgias eletivas. No entanto, essa se mostrou uma situação transitória que foi normalizada ao longo do ano.

Com um modelo de receita recorrente bastante consolidado, a companhia teve a segurança necessária para superar as dificuldades e incertezas impostas ao longo de 2020. Adicionalmente, o fato de atuar no setor de saúde a colocou ainda mais em evidência, à medida que conseguiu contribuir com o setor, de modo a minimizar os impactos causados por esse cenário.

## 2 Relação de entidades que compõem o Grupo

As atividades desenvolvidas pelas empresas que compõem o Grupo são substancialmente idênticas às da controladora, conforme descrito na Nota 1.

A tabela abaixo apresenta as participações da Companhia.

	País	2020		2019		2018	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta	Direta	Indireta
<b>Controladas</b>							
Bionexo Internacional S.A. (2.1.1(a))	Brasil	-	-	100%	-	100%	-
Pinacell Sociedad Anonima	Uruguai	-	-	100%	-	100%	-
Bionexo Colombia S.A.S.	Colômbia	100%	-	100%	-	100%	-
Bionexo Iberica S.A.	Espanha	-	-	100%	-	100%	-
Bionexo Com S.A.	Argentina	100%	-	100%	-	100%	-
Bionexo de Mexico S.A. de C.V. (2.1.1(b))	México	93,97%	-	93,97%	-	93,97%	-
Manager Saúde Ltda (2.1.2(b))	Brasil	60%	-	60%	-	60%	-
GTMED Ind., Com. e Serv. de Tec. S.A. (2.1.2(a))	Brasil	-	-	100%	-	-	-
Avatar Soluções em Saúde S.A.	Brasil	57,31%	-	-	-	-	-
<b>Coligada</b>							
Intuitive Care Inteligência Hospitalar S.A. (2.1.1(c))	Brasil	-	-	-	-	25%	-
							25%

## 2.1 Eventos societários

### 2.1.1 Transações com empresas com controle comum

#### (a) Bionexo S.A.

A Bionexo S.A., é uma empresa operacional que iniciou suas atividades no ano 2000. Em julho de 2018, a Bionexo S.A., passou por uma reestruturação societária, descrita conforme segue:

- i. Em 07 de junho de 2018, a Administração promoveu a incorporação reversa da controladora Blue Stone Participações S.A (“Blue Stone”) pela Bionexo S.A., que resultou na transferência dos ativos líquidos da incorporada para a incorporadora e, consequentemente, na extinção da incorporada.

Blue Stone foi a empresa utilizada que adquiriu o controle da Bionexo S.A. no ano de 2017.

Em 07 de junho de 2018, os ativos e passivos incorporados estavam assim compostos:

Ativo	42.183
Impostos a recuperar	44
Investimento	42.139
<b>Passivo</b>	-
<b>Total líquido dos ativos identificáveis.</b>	<b>42.183</b>

Eliminação do investimento entre Blue Stone e Bionexo S.A

Acervo líquido	42.183
(-) Investimento	18.046
(-) Ágio	24.137
	-

Como o único ativo significante da BlueStone é o investimento na Bionexo S.A. essa transação não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas exceto pelo imposto de renda e contribuição social diferidos ativos no valor de R\$ 8.191 referente a despesa dedutível com ágio que a Bionexo S.A. espera realizar..

#### ii. Reestruturação societária do Grupo:

31 de julho de 2018, a Bionexo Internacional tinha como única quotista da Bionexo S.A., quando a Administração aprovou a reestruturação organizacional onde a Bionexo Internacional passou a ser a controladora da Bionexo S.A., através da troca de ações - os acionistas da Bionexo S.A. trocaram suas ações por ações emitidas pela Bionexo Internacional, tornando-a subsidiária integral da Bionexo Internacional.

As alterações foram parte de uma reorganização societária, que tinha como objetivo simplificar a estrutura operacional do Grupo, atendendo aos interesses dos seus acionistas.

**Ativos e passivos identificados**

A tabela a seguir resume os ativos e passivos em 31 de julho de 2018 na Bionexo Internacional.

	<b>Valor contábil</b>
<b>Ativos</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	7.720
Impostos a recuperar	1.614
Investimentos	351
	5.755
<b>Passivos</b>	
Contas a pagar	(3.531)
Perdas em investimentos	(1.302)
	(2.229)
<b>Total os ativos líquidos</b>	4.189

Esta transação não teve impacto nas demonstrações financeiras consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais, o valor do investimento na Bionexo Internacional foi baixado contra o patrimônio líquido, conforme Nota 12.

**Aumento de Capital Social – Bionexo S.A.**

Em sequência a reestruturação mencionada anteriormente, durante o exercício de 2019, o acionista (Bionexo Internacional) aprovou a realização das seguintes alterações do capital social da Bionexo S.A.:

- (i) Aumento de capital social pelo montante de R\$ 20.000, em 6 de maio de 2019, com perspectiva de expansão dos negócios da Bionexo S.A.;
- (ii) Aumento do capital social pelo montante de R\$ 8.602 em 02 de outubro de 2019:
  - subscrição e integralização do investimento na Intuitive Care Inteligência Hospitalar S.A, pelo montante R\$ 1.931;
  - subscrição e integralização do investimento na Manager Saúde Ltda, pelo montante de R\$ 2.120; e
  - capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital pelo montante de R\$ 4.550.
- (iii) Aumento de capital social pelo montante de R\$ 55.000, em 2 de dezembro de 2019, com perspectiva de expansão dos negócios da Bionexo S.A.;

**(b) Incorporação GTMED:**

Em 31 de agosto de 2020, a Administração, aprovou a incorporação da empresa GTMED, pela Bionexo S.A. Antes disso a GTMED era uma subsidiária da Bionexo S.A. Isso foi parte de uma reorganização societária, que tinham por objetivo simplificar a estrutura operacional do Grupo, atendendo aos interesses dos seus acionistas. Essa transação não teve impacto nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, o investimento na GTMED foi desreconhecido (conforme nota 12) e os ativos e passivos incorporados estavam assim compostos:

***Ativos e passivos incorporados***

<b>Ativo</b>	<b>1.803</b>
Caixa e equivalentes de caixa	367
Conta a receber	56
Outras contas a receber	34
Impostos a recuperar	122
Outros ativos	30
Imobilizado	1.194
<b>Passivo</b>	<b>(377)</b>
Fornecedores	(126)
Obrigações trabalhistas	(193)
Obrigações tributárias	(57)
<b>Total líquido dos ativos incorporados na controladora</b>	<b>1.426</b>

**(c) Incorporação da Bionexo Internacional pela Bionexo S.A.:**

Em 31 de dezembro de 2020, a Administração aprovou nova reestruturação organizacional onde a empresa Bionexo S.A. incorporou sua controladora Bionexo Internacional.

A incorporação faz parte de um projeto de reorganização societária do Grupo, o qual atende aos interesses de seus acionistas visando a otimização da estrutura societária do Grupo. Consequentemente ao processo de incorporação houve a extinção da Bionexo Internacional, com a versão da totalidade de seus ativos e passivos à Bionexo S.A.

A Bionexo S.A. sucederá a Bionexo Internacional em todos os direitos e obrigações atualmente existentes, de qualquer natureza. Essa transação não terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, tendo em vista que a Bionexo Internacional detinha 100% das ações da Bionexo S.A., foi necessária a eliminação do referido investimento, e o montante de acervo líquido incorporado foi de R\$ 4.560, conforme demonstrado a seguir:

***Ativos e passivos incorporados***

**Valor contábil**

<b>Ativo</b>		<b>114.366</b>
Caixa e equivalente caixa		1.451
Outras contas a receber		38
Impostos a recuperar		18
IRPJ / CSLL a recuperar		581
Partes relacionadas		974
Investimento		111.304
<b>Passivo</b>		<b>(4.594)</b>
Fornecedores		(23)
Obrigações fiscais		(6)
Contas a pagar		(1.107)
Perdas em investimentos		(3.458)
<b>Total líquido dos ativos</b>		<b>109.772</b>
(-) Investimentos Bionexo S.A.		(105.212)
<b>Total líquido dos ativos incorporados na controladora</b>		<b>4.560</b>
Equivalência patrimonial de investimentos incorporados de 1º a 31 de dezembro de 2020		(426)
Outras movimentações ocorridas de 1º a 31 de dezembro de 2020		185
<b>Impacto da reestruturação</b>		<b>(241)</b>
<b>Total do impacto da reestruturação</b>		<b>4.319</b>

**iii. Transformação da natureza jurídica da Bionexo S.A.:**

Ainda em 31 de dezembro de 2020, a Administração aprovou, juntamente com o processo de incorporação citado anteriormente, a transformação da natureza jurídica da Bionexo S.A. que antes era constituída sobre o formato EIRELI (Empresa Individual de Responsabilidade Limitada) e passou a ser constituída sob o formato S.A. (Sociedade Anônima). Em ato continuo a razão social da empresa foi alterada de Bionexo do Brasil EIRELI Ltda para Bionexo S.A.

**(d) Bionexo de Mexico S.A. de C.V.**

Em 31 de março de 2018, a Bionexo Internacional aumentou sua participação na Bionexo México com a aquisição de 15,84% da participação pertencente a empresa Blue Stone Participação S.A e 1,97% da participação pertencente ao Sr. Mauricio De Lazzari Barbosa, o valor total das aquisições foi de R\$ 1,00 (um real).

Dessa forma a Bionexo Internacional passou a deter uma participação total de 93,97% no capital social da investida (antes 76,16%). Trata-se de transação entre empresas que possuem acionistas controladores em comum, de modo que a política contábil adotada pela Bionexo Internacional foi o registro da transação pelos valores contábeis (*book value accounting*).

Em 31 de dezembro de 2020 a Bionexo Internacional foi incorporada pela Bionexo S.A, (Nota 2.1.1 (a)) consequentemente a participação detida pela Bionexo Internacional foi transferida para Bionexo S.A.

**(e) Intuitive Care Inteligência Hospitalar S.A.**

Em 31 de outubro de 2018, a Bionexo Internacional adquiriu 25% da participação do capital da Intuitive Care pelo montante de R\$ 1.954. O investimento nesta Companhia foi registrado pelo método de equivalência patrimonial até a data de sua venda.

A Intuitive Care foi adquirida com a intenção de criar sinergia com os negócios pré-existentes da Bionexo. Não obstante, o contrato de compra incluiu uma cláusula de não concorrência, proibindo a Bionexo S.A. de investir em outros negócios semelhantes. Para não impactar as estratégias de crescimento da Bionexo, a Administração decidiu pela interrupção do Acordo de Acionistas, com a venda de sua participação por um valor simbólico de R\$ 1,00 (um real) em 25 de setembro de 2020. O valor apurado como perda de capital foi de R\$1.813 e está registrado em outras despesas, conforme Nota 25.

### **2.1.2 Transações com terceiros**

**(a) GTMED Indústria, Comércio e Serviços de Tecnologia S.A.**

Conforme operação concretizada em 31 de julho de 2019, a Bionexo S.A adquiriu 100% do capital social da GTMED Indústria, Comércio e Serviços de Tecnologia S.A., sociedade sediada na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, representado por 4.200.000 (quatro milhões e duzentas mil) ações ordinárias e sem valor nominal. A aquisição possibilita à Bionexo S.A. maior participação no mercado, através do acesso à base de clientes e tecnologia.

A GTMED oferece uma solução que, mediante utilização de tecnologia *RFID* (método de identificação automática por sinais de rádio), integra software e hardware para gestão e rastreabilidade de medicamentos e materiais especiais. Com essa aquisição, a Bionexo S.A. busca ampliar sua oferta para gestão da cadeia de suprimentos do setor de saúde, dado que esta é uma solução que atua principalmente na gestão de estoque consignado.

Nos cinco meses findos em 31 de dezembro de 2019, a GTMED contribuiu com uma receita de R\$ 1.616 e prejuízo de R\$ 59 às demonstrações financeiras consolidadas.

Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2019, a Administração estima que a receita consolidada do Grupo seria de R\$ 79.611 e o prejuízo consolidado do exercício teria sido de R\$ 6.029. Na determinação desses valores, a Administração assumiu que os ajustes de valor justo, apurados provisoriamente, que surgiram na data de aquisição, teriam sido os mesmos se a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2019.

A Bionexo S.A. incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R\$ 90 referentes aos honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os referidos custos foram registrados como “Despesas administrativas” na demonstração de resultado.

### **Contraprestação transferida**

A aquisição foi efetivada pelo montante de R\$ 8.300, compostos pelos valores demonstrados a seguir:

- O valor de R\$ 4.550 pago via transferência bancária na data da assinatura do termo de compra e venda, ou seja, 31 de julho de 2019;
- O valor de R\$ 2.500, pago via transferência bancária em 23 de dezembro de 2019; e
- O valor de R\$ 1.250 dividido em 3 parcelas anuais de R\$ 416, atualizadas pelo INPC, em 31 de julho de 2020 (já liquidada), 31 de julho de 2021 e 31 de julho de 2022.

### **Ativos identificados e passivos assumidos**

A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição. A Bionexo S.A. apresentou a alocação do valor justo em 2019 aqui descritas:

	<b>Valor Justo</b>
<b>Ativo</b>	<b>6.077</b>
Caixa e equivalentes de caixa	1
Conta a receber	131
Outras contas a receber	44
Impostos a recuperar	259
Outros ativos	173
Ativo imobilizado	238
Ativo intangível (Nota 14)	5.231
<b>Passivo</b>	<b>(764)</b>
Fornecedores	(258)
Obrigações	(387)
Adiantamentos	(119)
<b>Total líquido dos ativos identificáveis</b>	<b>5.313</b>

### **Ativos adquiridos: técnicas de avaliação**

**Imobilizado** - Técnica de comparação de mercado e técnica de custo: o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica.

**Intangível (Plataformas)** - Método *relief-from-royalty*: o método *relief-from-royalty* considera os pagamentos descontados de royalties estimados que deverão ser evitados como resultado das patentes adquiridas.

**Intangível (Carteira de clientes)** - Método *Multi Period Excess Earnings*: o método *Multi Period Excess Earnings* (MPEEM) parte do pressuposto que o valor justo de um ativo intangível, é igual ao valor presente dos fluxos de caixa atribuível para esse bem. A realização do fluxo de caixa deve ser líquida da contribuição de outros ativos, tangíveis ou intangíveis.

### **Ágio**

O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado como segue:

Contraprestação transferida	8.300
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	<u>(5.313)</u>
<b>Total do ágio</b>	<b>2.987</b>

Após a incorporação da GTMED, o ágio gerado tornou-se dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social. O ágio é atribuído principalmente às habilidades e ao talento técnico da força de trabalho da GTMED e às sinergias esperadas na integração da entidade ao negócio existente do Grupo.

### **Aumento de Capital Social – GTMED.**

Aumento de capital social pelo montante de R\$ 650, integralizado em moeda corrente nacional em 18 de outubro de 2019, com perspectiva de expansão dos negócios da Bionexo S.A.:

#### **Incorporação GTMED:**

Em 31 de agosto de 2020 esta empresa foi incorporada pela Bionexo S.A., conforme descrito na nota explicativa 2.1.1 (a) (ii). Após a incorporação da GTMED o ágio passou a ser dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

#### **(b) Manager Saúde Ltda. (“Manager”)**

Em 04 de junho de 2018, a Bionexo Internacional adquiriu 60% da participação do capital da Manager pelo montante de R\$ 2.500. Manager opera integrando as soluções da Bionexo com o Sistema ERP dos clientes. Os ativos líquidos adquiridos na aquisição estão demonstrados a seguir:

	<b>Valor justo</b>
<b>Ativos</b>	<b>4.241</b>
Outras contas a receber (*)	1.000
Contas a receber	78
Intangível (Plataforma)	3.163
<b>Passivos</b>	<b>(75)</b>
Contas a pagar	(7)
Outros passivos	(5)
Empréstimos e financiamentos	(21)
Obrigações trabalhistas	(36)
Impostos a pagar	(7)
<b>Total os ativos líquidos</b>	<b>4.166</b>
<b>Participação de não controladores (40%)</b>	<b>(1.666)</b>

(\*) Inclui o aumento de capital de R\$ 1.000 da Bionexo S.A.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, a operação foi reconhecida como aquisição de ativo, uma vez que, a Manager era uma entidade recém constituída cujo único ativo consistia na plataforma objeto da aquisição. Já para as demonstrações financeiras individuais essa aquisição está apresentada como investimento.

Após reorganização societária promovida pelo Grupo, em 2 de outubro de 2019, a Bionexo S.A. passou a ser a controladora da Manager, conforme descrito na Nota 2.1.2 (a).

**(c) Avatar Soluções em Saúde S.A. (“Avatar”)**

Em 30 de dezembro de 2020, a Bionexo S.A se tornou controladora da Avatar, adquirindo 57,31% do capital social da Avatar Soluções em Saúde S.A., sociedade sediada na Cidade de Itú, Estado de São Paulo, com o capital social representado por 3.021 (três mil e vinte e uma) ações ordinárias e sem valor nominal.

A Avatar é uma plataforma digital baseada em nuvem, que automatiza o processo de conferência e gestão das contas médicas, apoiando a relação dos Hospitais com as operadoras, garantindo a fidelidade e integridade das contas de modo que toda a receita devida seja efetivamente recebida pelos prestadores de serviços. Com isso a Bionexo S.A. amplia sua oferta de soluções digitais para gestão de processos na saúde.

A Bionexo S.A. possui ainda, conforme contrato de aquisição, obrigações futuras frente aos antigos proprietários da Avatar. Essas obrigações estão condicionadas a uma diferença positiva entre o valor das ações adquiridas pela Bionexo e o resultado do cálculo do *Earnout*. A Bionexo S.A. avaliou as projeções de caixa e resultados esperados com a aquisição da Avatar e entende que há uma alta probabilidade no atingimento dos resultados estipulados para o pagamento do valor adicional.

***Contraprestação transferida***

A transação foi efetuada pelo montante de R\$ 10.350, compostos pelos valores demonstrados a seguir:

- O valor de R\$ 3.577 pago via transferência bancária na data de 4 de janeiro de 2021;
- O valor de R\$ 3.101 dividido em 3 parcelas anuais de R\$ 1.034, não atualizadas, em 30 de dezembro de 2021, 30 de dezembro de 2022 e 30 de dezembro de 2023. O valor está apresentado a valor presente.
- Parcela referente ao *Earnout* foi estimada em R\$ 2.972, com base em projeções de receita e variações patrimoniais para o exercício de 2021, com previsão de pagamento para 30 de dezembro de 2022.
- Compromisso de aumento de capital de R\$ 700 por meio da subscrição de 271 (duzentos e setenta e uma) ações ordinárias de emissão da Avatar realizada na própria data de aquisição, fazendo parte do preço de aquisição.

Adicionalmente, a Bionexo S.A. está reconhecendo a opção de compra (call) a valor presente, descrita adiante, emitida pelos vendedores em favor da Bionexo S.A. no valor de R\$ 46 com possibilidade de efetivação única no 4º ano da assinatura deste contrato.

Os custos relacionados à aquisição no valor de R\$ 90 foram registrados como “Despesas administrativas”.

***Ativos identificados e passivos assumidos***

A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição. A Bionexo S.A. apresentou a alocação do valor justo em 2020:

	<b>Valor Justo</b>
<b>Ativo</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	312
Conta a receber (*)	44
Outras contas a receber (**)	705
Ativo indenizatório (Nota 18 (d))	2.506
Ativo imobilizado	56
Ativo intangível	4.831
<b>Passivo</b>	<b>(2.718)</b>
Fornecedores	(73)
Tributos a pagar	(89)
Obrigações trabalhistas	(40)
Adiantamentos	(4)
Outras contas a pagar	(6)
Provisões (Nota 18 (a))	(2.506)
<b>Total líquido dos ativos identificáveis</b>	<b>5.736</b>
<b>Bionexo S.A. – 57.31% participação (Nota 12)</b>	<b>3.287</b>

(\*) O valor contratual devido era de R\$ 92.

(\*\*) Inclui o aumento de capital de R\$ 700 da Bionexo S.A.

***Ativos adquiridos: técnicas de avaliação***

**Ativo indenizatório e provisões** – Avaliado com base em informação obtida junto aos assessores jurídicos da Bionexo e a Administração, e se refere à possibilidade de perda devido à possível entendimento das autoridades fiscais em procedimento adotado pela Avatar.

**Imobilizado** - Técnica de comparação de mercado e técnica de custo: o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica.

**Intangível (Plataformas)** - Método *relief-from-royalty*: o método *relief-from-royalty* considera os pagamentos descontados de royalties estimados que deverão ser evitados como resultado das patentes adquiridas.

**Intangível (Carteira de clientes)** - Método *Multi Period Excess Earnings*: o método *Multi Period Excess Earnings* (MPEEM) parte do pressuposto que o valor justo de um ativo intangível, é igual ao valor presente dos fluxos de caixa atribuível para esse bem. A realização do fluxo de caixa deve ser líquida da contribuição de outros ativos, tangíveis ou intangíveis.

**Ágio** - O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado como segue:

Contraprestação transferida (*)	10.304
Participação dos acionistas não controladores, baseado na participação proporcional dos ativos e passivos reconhecidos na Avatar	2.449
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis proporcionais a participação da Bionexo S.A.	(5.736)
<b>Ágio (nota 14 (i))</b>	<b>7.017</b>

(\*) É composto por valor bruto de R\$ 10.350 reduzido por opção de compra de R\$ (46)

O ágio é atribuído principalmente às habilidades e ao talento técnico da força de trabalho da Avatar e às sinergias esperadas na integração da entidade ao negócio existente do Grupo. O ágio reconhecido não tem expectativa de dedução para fins de imposto de renda e contribuição social.

#### ***Opções de compra e venda***

Como parte do acordo de aquisição de participação na Avatar, uma opção de venda (“put”) foi emitida pela Companhia em favor dos não controladores e uma opção de compra (“call”) foi emitida pelos Vendedores em favor da Companhia, as quais podem resultar em uma aquisição pela Companhia das ações remanescentes da Avatar.

A opção de compra (call) é calculada pelo valor equivalente ao múltiplo da receita líquida recorrente, adicionada a receitas não recorrentes líquidas, descontada a dívida líquida. O resultado desse cálculo será devido pelo total de ações da Avatar e, multiplicado pelo total de ações pertencentes aos Vendedores. O valor justo da opção de compra, em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 46.

Já para o exercício da opção de venda será calculado pelo o valor fixo das ações, na data da primeira aquisição, acrescidas da taxa DI até a data do exercício da opção. Ambas, put ou call, são exercíveis a partir do 4º ano subsequente a assinatura do contrato de compra e venda.

A opção de venda concedida aos acionistas não controladores prevê a liquidação em dinheiro, com isso, a Companhia reconheceu um passivo pelo valor presente do preço de exercício da opção no montante de R\$ 5.164.

A Companhia determinou que os acionistas não controladores têm acesso presente aos retornos associados às participações societárias na Avatar. A Companhia optou por contabilizar a opção de venda sob o método de acesso presente aos retornos associados à participação societária, sob o qual a participação dos não controladores continua a ser reconhecida e o valor foi debitado em "outras reservas". A política da Companhia é reconhecer as mudanças subsequentes no valor deste instrumento no patrimônio líquido.

### ***Não concorrência***

Como parte do acordo de aquisição de participação na Avatar, foi celebrado entre as partes uma obrigação de não concorrência (contrato SPA), onde os vendedores se obrigam a não exercer atividades que concorram com as atividades da Avatar pelo prazo de 5 anos contados a partir da assinatura do contrato de compra e venda. Adicionalmente, de acordo com avaliação de empresa especializada, o valor ao presente acordo foi próximo a zero, uma vez que, os vendedores continuam com participação relevante na empresa adquirida e a abertura de um novo negócio para eventual concorrência demandaria relevantes investimentos.

A Bionexo S.A. incorreu em custos relacionados à aquisição de R\$ 90 em honorários advocatícios e custos *Due Diligence*. Esses custos foram registrados como “Despesas administrativas” na demonstração do resultado.

## **3 Base de preparação**

### **a. Declaração de Conformidade**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 26 de fevereiro de 2021.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **b. Base de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas**

Conforme apresentado na nota 2.1, a Bionexo S.A. passou por diversos processos de reestruturação societária a partir de julho de 2018.

Tais reestruturações societárias não tiveram impacto sobre o grupo de controle, o que significa que os acionistas controladores mantiveram sua participação na Bionexo S.A.

Como consequência direta desses processos de reestruturação, a Administração com o objetivo de fornecer informações comparáveis aos usuários das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, está apresentando suas demonstrações financeiras consolidadas, assumindo que a última etapa da reestruturação, (Nota 2.1.1 (a)) ocorreu em 1º de janeiro de 2018 para as demonstrações financeiras individuais. Da mesma forma, o resultado consolidado do exercício

de 2020 está apresentado considerando a consolidação integral dos negócios desde o início do exercício.

#### **4 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **5 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação de políticas contábeis do Grupo e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

##### **a. Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 14** – concluir quanto à correta alocação de custos como sendo relativos ao desenvolvimento das plataformas.

##### **b. Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 9** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; e
- **Nota explicativa 13** – determinação de vida útil do ativo imobilizado;
- **Nota explicativa 14** – determinação de vida útil do ativo intangível;
- **Nota explicativa 14** - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;
- **Nota explicativa 18** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- **Nota explicativa 20** – recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos.
- **Nota explicativa 21** – determinação do valor justo para bônus de subscrição

**c. Mensuração de valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento. O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza de técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial diferem do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 2** – Valor justo em combinação de negócios.
- **Nota explicativa 28** – Instrumentos financeiros.

## **6 Principais políticas contábeis**

A seguir, apresentaremos um resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Bionexo S.A e suas controladas, deixando em evidência somente as informações consideradas relevantes pela Administração.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, salvo indicações ao contrário (Veja também nota explicativa 3).

### **a) Base de consolidação**

#### ***Combinação de Negócios***

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

#### ***Participação de acionistas não-controladores***

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

#### ***Controladas***

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

#### ***Perda de controle***

Quando o Grupo perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

#### ***Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial***

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controladas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

#### ***Transações eliminadas na consolidação***

Saldos e transações entre as Companhias do Grupo, adicionalmente quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre estas Companhias, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

#### ***b) Moeda estrangeira***

##### ***Transações em moeda estrangeira***

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da entidade pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi

determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado

***Operação no exterior***

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

Quando uma entidade no exterior é baixada na totalidade ou parcialmente, de forma a perder o controle, influência significativa ou controle conjunto, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a essa entidade no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na baixa. Se o Grupo baixar parte de sua participação em uma controlada, mas manter o controle, a proporção relevante do valor acumulado será atribuída à participação de acionistas não controladores. Quando o Grupo baixar apenas parte de uma associada ou *joint venture*, mantendo uma influência significativa ou controle conjunto, a proporção relevante do valor acumulado é reclassificada para o resultado.

As moedas funcionais das controladas da Companhia no exterior são as seguintes:

<b>Controlada</b>	<b>País</b>	<b>Moeda</b>
Bionexo Colombia S.A.S.	Colômbia	Peso Colombiano
Bionexo Ibérica S.A.	Espanha	Euro
Bionexo de México S.A. de C.V.	México	Peso Mexicano
Bionexo Com S.A.	Argentina	Peso Argentino

**c) Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras compreendem:

- rendimento sobre aplicação financeira
- juros com empréstimos;
- despesas bancárias;
- multas e juros;
- descontos concedidos; e
- ganhos e perdas de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

**d) Imposto de renda e contribuição social**

Para a Bionexo S.A, Bionexo Internacional S.A, Manager Saúde Ltda., Intuitive Care Inteligencia Hospitalar S.A, GTMED Ind., Comercio e Serviço de Tecnologia S.A e Avatar Soluções em Saúde S.A. o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30 % do lucro real do exercício.

Para as demais sociedades do Grupo localizadas no exterior, os impostos incidentes sobre a renda são calculados com base em alíquota que variam entre 25% e 33%, conforme demonstrado abaixo:

<b>País</b>	<b>Alíquota</b>
Colômbia	De 32 a 33%
México	De 30%
Argentina	De 25 a 30%

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O grupo determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*

**Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

***Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido***

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**e) Arrendamentos**

O Grupo aplicou o CPC 06(R2) /IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1) /IFRS 16 e ICPC 03. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1) /IFRS 16 e ICPC 03 são divulgados separadamente.

***Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2019***

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2) /IFRS 16.

### ***Como arrendatário***

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem pagamentos fixos.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "arrendamentos a pagar" no balanço patrimonial.

### ***Arrendamentos de ativos de baixo valor***

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Empresa reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

***Políticas contábeis aplicáveis antes de 1º de janeiro de 2019***

Para contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019, o Grupo determinou se o acordo era ou continha um arrendamento com base na avaliação de se:

- o cumprimento do acordo dependia do uso de um ativo ou ativos específicos; e
- o acordo havia concedido o direito de usar o ativo. Um acordo transmitia o direito de usar o ativo se um dos seguintes itens fosse cumprido:
  - o comprador tinha a capacidade ou o direito de operar o ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não era insignificante da produção ou de outra utilidade do ativo;
  - o comprador tinha a capacidade ou o direito de controlar o acesso físico ao ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não seja insignificante da produção ou outra utilidade do ativo; ou
  - fatos e circunstâncias indicam que é raro que uma ou mais partes, exceto o comprador, venham a obter um valor que não seja insignificante da produção ou de outra utilidade que será produzida ou gerada pelo ativo durante o prazo do acordo, e o preço que o comprador paga pela produção não é contratualmente fixo por unidade de produção, nem equivalente ao preço de mercado atual por unidade de produção na época de entrega da produção.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

**f) Imobilizado**

***Reconhecimento e mensuração***

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo

***Depreciação***

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Computadores periféricos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Benfeitoria	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

***g) Ativos intangíveis e ágio***

***i. Reconhecimento e mensuração***

***Ágio***

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

***Pesquisa e desenvolvimento de plataformas***

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados.

Os gastos com desenvolvimento compreendem folha de pagamento, encargos e benefícios, dos empregados dedicados integralmente ao desenvolvimento de novas plataformas, além de serviços de terceiros relativos à consultoria para desenvolvimento de softwares, os gastos capitalizados são amortizados de acordo com a realização dos benefícios econômicos esperados e alocados como despesas operacionais.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se;

- os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável;
- se o produto ou processo forem tecnicamente e comercialmente viáveis;
- se os benefícios econômicos futuros forem prováveis;
- se o Grupo tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

A administração valia anualmente se os critérios acima estão sendo atendidos para a capitalização dos ativos intangíveis, a partir das seguintes ações:

- Contratação de assessores independentes, para efetuar teste de redução ao valor recuperável (*impairment*) para cada plataforma;
- Aprovação de orçamento anual, visando alocação de recursos financeiros para a conclusão das plataformas em andamento;
- Projeção de fluxo de caixa futuro para cada plataforma a fim de determinar o benefício econômico futuro.

Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Durante os exercícios findos em 2020, 2019 e 2018 não houveram despesas de pesquisa e também não houveram despesas com desenvolvimento que não tivessem sido capitalizadas.

#### ***Carteira de clientes***

A carteira de clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, é reconhecida pelo valor justo na data da aquisição. A carteira de clientes têm vida útil finita e é contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada.

#### ***Marcas***

As marcas registradas e as patentes adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as patentes adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as Marcas, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada.

#### ***Softwares***

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos gastos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados.

#### ***Outros ativos intangíveis***

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

#### ***ii. Gastos subsequentes***

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A Companhia avalia a alocação dos gastos ao início dos projetos, inclusive na alocação de times de trabalhos específicos para manutenção (despesa) e times específicos voltados para a melhorias que geram aumento de vida útil em ativos específicos (capitalizado).

#### ***iii. Amortização***

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Licença de software	5 anos
Plataformas de software	Entre 5 e 12 anos
Marcas	20 anos
Carteira de clientes	10 anos

Para as plataformas de software o Grupo solicita laudo técnico de especialista externo, que é baseado na elaboração de fluxo de caixa descontado, que avalia a recuperabilidade do investimento e a determinação da avaliação da vida útil desses ativos, os laudos são elaborados em bases anuais.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

## ***h) Instrumentos financeiros***

### ***i. Reconhecimento e mensuração inicial***

O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado – VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

### ***ii. Classificação e mensuração subsequente***

#### ***Ativos Financeiros***

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de resultado – VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

***Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas***

**Ativos financeiros a VJR** Eses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

**Ativos financeiros a custo amortizado** Eses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

***Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas***

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

***Desreconhecimento***

***Ativos financeiros***

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

***Passivos financeiros***

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

**i) Redução ao valor recuperável (impairment)**

**i. Ativos financeiros não-derivativos**

***Instrumentos financeiros***

- O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. O Grupo mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

***Provisão para perda esperada de contas a receber de clientes***

O Grupo utiliza uma “matriz de provisão” simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais. A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados. Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente pelo departamento de crédito e cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais.

A tabela a seguir fornece informações sobre o percentual aplicado a cada título, a depender da faixa de vencimento:

	<b>Consolidado</b>		
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
A Vencer	0,6%	0,6%	0,3%
Vencidos de 1 a 30 Dias	2%	2%	1%
Vencidos de 31 a 60 Dias	8%	De 3% a 8%	De 3% a 5%
Vencidos de 61 a 90 Dias	10%	De 5% a 10%	De 5% a 8%
Vencidas de 91 até 120 dias	15%	De 10% a 15%	De 10% a 15%
Vencidas de 121 até 150 dias	20%	De 15% a 20%	De 15% a 20%
Vencidas de 151 até 180 dias	De 30% a 50%	De 20% a 50%	De 20% a 30%
Vencidas de 181 até 360 dias	De 50% a 70%	De 35% a 75%	De 35% a 50%
Vencidas há mais de 360 dias	De 65% a 100%	De 45% a 100%	De 45% a 100%

***Ativos financeiros com problemas de recuperação***

Em cada data de balanço, a Companhia e o grupo avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Restruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;

- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

***Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial***

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

***Baixa***

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. O Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

***j) Ativos não financeiros***

Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não excede o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

***k) Provisões***

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos da reversão do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

***Provisão para processos administrativos e judiciais***

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Uma provisão é constituída para todas as contingências referentes a processos para os quais seja mais provável que sim do que não, que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a contingência/obrigação e para os quais uma estimativa razoável dessa saída possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

***I) Capital social***

***Ações ordinárias***

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

***Ações preferenciais***

Ações preferenciais não resgatáveis do Grupo são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro do Grupo e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas do Grupo.

***(i) Características das ações ordinárias e preferenciais***

Cada ação ordinária e ação preferencial classe B fornece aos seus proprietários direitos de voto nas Assembleias Gerais da Companhia.

As ações preferenciais classe A fornecem aos seus proprietários as seguintes preferências:

- a) Prioridade em relação às ações ordinárias no reembolso do capital em caso de liquidação da Empresa, no valor equivalente à divisão do patrimônio líquido da Companhia pelo número de ações, sem prêmio; e
- b) Não fornece aos seus proprietários direitos de voto na Assembleia Geral da Companhia

As ações preferenciais classe B fornecem aos seus proprietários as seguintes preferências:

- a) Prioridade em relação às ações ordinárias e ações preferenciais classe A no reembolso de capital em caso de liquidação da Empresa no valor equivalente à divisão do patrimônio líquido da Companhia pelo número de ações, sem prêmio;

- b) Direito de receber dividendos por ação, quando anunciados em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, no valor equivalente ao recebido pelas ações ordinárias, acrescidos de 10% do dividendo acima do dividendo mínimo obrigatório;
- c) Cada ação preferencial classe B pode ser convertida em uma ação ordinária da Companhia, a qualquer momento e exclusivamente a critério de seu titular, desde que formalmente notificado o Conselho de Administração;
- d) Cada ação preferencial classe B pode ser convertida em uma ação ordinária da Companhia, no caso de oferta pública inicial Brasil ou Estados Unidos;
- e) Cada ação preferencial classe B tem direito de 1 (um) voto nas Assembleias Gerais da Empresa.

**m) Receita de contratos com clientes**

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente.

As receitas do Grupo são provenientes, principalmente, da subscrição pelos clientes de suas plataformas.

As soluções da Companhia buscam endereçar as principais necessidades da cadeia de valor do setor de saúde, resolvendo, em última instância falta de transparência, aumento de custos, alta dependência de processos *offline* e falta de integração. A Companhia contribui com importantes reduções de custos ao sistema de saúde, liberando recursos que podem então ser alocados na extensão do cuidado aos pacientes e na qualidade dos atendimentos.

O modelo adotado pela sua principal solução – a Plataforma Bionexo - funciona de forma simples e transparente. Do lado das instituições de saúde, o comprador tem acesso a uma ampla gama de fornecedores, por meio de cotações ou contratos comerciais de longo-prazo. Do lado dos fornecedores, os vendedores encontram uma demanda crescente de seus serviços na medida em que o ecossistema de clientes da Companhia se expande.

As soluções presentes dentro da Plataforma Bionexo englobam todo o fluxo de aquisição de insumos (“*from planning to cash*”), além de inteligência de dados, conforme abaixo:

- (a) Plannexo: solução de gestão de estoques e planejamento de compras para instituições de saúde que otimiza os níveis de suprimentos, reduzindo custos operacionais e investimentos em capital de giro. Por meio de uma matriz estatística conectada à base de dados da Plataforma Bionexo, a solução utiliza-se de informações de consumo e compras históricas do hospital para gerar previsões estatística baseadas em modelos de análise preditiva. Entre os benefícios trazidos pela solução estão a redução de compras “emergenciais” (ou seja, com prazos curtos para entrega e, portanto, mais caras) e a diminuição no nível de estoque total, sem prejudicar o nível de serviço.
- (b) Bionexo: solução de compra e venda de insumos hospitalares dos mais diversos tipos, incluindo medicamentos, materiais médicos, e alimentos, além de outras categorias de menor relevância (materiais de escritório, itens de laboratório, etc.). Ela é usada por

instituições de saúde e fornecedores e abrange não só o processo de cotação, mas também gestão de contratos, reposição, programações e gestão de entrega. A solução pode ser acessada tanto por meio de uma ferramenta web como de maneira integrada aos diversos ERPs que atendem o setor.

- (c) Opnexo: solução para aquisição de órteses, próteses e materiais especiais e gestão do fluxo cirúrgico que reúne todas as etapas do processo de compra (desde o agendamento da cirurgia até a aprovação do pagamento pela fonte pagadora). Por meio da solução, as instituições de saúde ganham eficiência nos processos de compras, reduzem prazos para agendamento e preparação de cirurgias e encurtam os prazos para recebimento dos pagamentos por parte dos planos de saúde.
- (d) BioTracker: solução de rastreabilidade de itens de alto custo. Por meio de uma tecnologia de identificação de rádio-frequência (RFID), o BioTracker permite que os diferentes elos da cadeia acompanhem em tempo real as posições de estoque, condições de armazenagem e movimentações, o que traz eficiência para os processos de consignação de itens de alto valor agregado. Assim, fabricantes e distribuidores podem (i) garantir que seus produtos estejam armazenados de forma correta (medicamentos de cadeia fria que precisam ser guardados em temperaturas específicas); (ii) acompanhar o giro dos itens e evitar perdas por vencimento; e (iii) acelerar o processo de faturamento dos produtos. A solução traz aos compradores redução no tempo de contagem de estoque e aos vendedores diminuição de perdas por vencimento de produtos consignados.
- (e) Analytics: painéis de informação e relatórios completos, desenvolvidos por meio da base de dados proprietária da Companhia. As soluções permitem: (i) fabricantes acompanharem informações de preço, participação de mercado, volume de compras entre outras relativas aos seus produtos de interesse; (ii) distribuidores identificarem a demanda de seus produtos existentes, assim como de lançamentos, de forma mais precisa (em diferentes regiões geográficas), além de acompanharem a performance das suas vendas de forma digital; e (iii) hospitais e clínicas identificarem novas oportunidades compra para redução de custos dos insumos.

A Companhia oferece também soluções de gestão para o ciclo de receitas hospitalares, conectando hospitais às operadoras de saúde:

- (a) Avatar: empresa adquirida em dezembro de 2020, a Companhia oferece diversas soluções para a gestão do ciclo de receitas dos hospitais. Os serviços oferecidos englobam auditoria prévia das contas médicas, envio de faturamento para as operadoras e reconciliação de contas a receber e glosas, dentre outros. Por meio da solução, os clientes conseguem obter ganhos como aumento de receita, redução do índice de glosas redução e aumento da eficiência operacional e financeira.

A Companhia celebra contrato de prestação de serviços com a totalidade de sua base de clientes. Este contrato determina os termos e condições relativos à prestação dos serviços e passa a vigorar no momento de sua assinatura e consequente disponibilização da plataforma ao cliente (obrigação de desempenho). O contrato estabelece, entre outras condições:

- O preço acordado entre as partes, o qual é cobrado em parcelas fixas mensais; e

- A vigência é por prazo indeterminado, com reajuste anual pelo IPC-A, podendo ser rescindido por qualquer das partes, imotivadamente mediante a notificação prévia de 90 dias.

Para formalizar a cobrança, no início de cada mês, são emitidas faturas com o valor mensal acordado contratualmente, que correspondem à utilização da plataforma durante o mês da prestação do serviço.

O Grupo interrompe o acesso dos clientes às plataformas após 30 dias em caso de não pagamento das faturas. Uma vez confirmado o recebimento, o Grupo libera o acesso às plataformas.

**n) Benefícios a empregados**

**i. Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**ii. Acordo de pagamento baseado em ações**

**Liquidação em caixa**

O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal. Os detalhes da operação estão apresentados na Nota 22.

**Liquidação em ações**

O valor justo na data de concessão dos acordos de pagamento com base em ações concedidas aos empregados é reconhecido como despesa com pessoal, com um aumento correspondente no patrimônio líquido da controladora, durante o período de aquisição das ações. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para os quais o serviço relacionado e as condições de desempenho devem ser atendidos, de modo que o valor final reconhecido é baseado no número de ações que atendem ao serviço relacionado e às condições de desempenho a data de aquisição. Os detalhes da operação estão apresentados na Nota 22.

**o) Segmentos operacionais**

O negócio da Companhia consiste no fornecimento de soluções digitais baseadas em nuvem para instituições de saúde, fabricantes e distribuidores de insumos médico-hospitalares, através de licenciamento de software como serviço. Portanto, a Companhia opera em um único segmento para fins de tomada de decisão.

## **7 Novas norma e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo:

- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).

## **8 Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras restritas**

### **a) Caixa e equivalente de caixa:**

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Caixa e bancos	850	418	9	4.659	2.366	2.863
Aplicações financeiras	59.173	53.493	10.037	60.390	56.421	92.027
	<b>60.023</b>	<b>53.911</b>	<b>10.046</b>	<b>65.049</b>	<b>58.787</b>	<b>94.890</b>

As aplicações financeiras, com investimentos disponíveis para resgate, estão representados por recursos aplicados: (i) no Brasil, aplicação Itaú Empresa Trust RF Referenciado DI FICFI, com taxa de juros nos últimos 12 meses de 2,35% (5,89% e 6,23% em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente); (ii) Aplicação financeira no Fundo de Investimento Santander Institucional RF, com taxa de juros nos últimos 12 meses de 1,90% (5,95% e 6,40% em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente); (iii) aplicação Itaú Premium Referenciado, com taxa de juros nos últimos 12 meses de 1,95% (5,89% e 5,97% em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente); (iv) aplicação Bradesco CDB fácil , com taxa de juros nos últimos 12 meses de 1,91%.

### **b) Aplicações financeiras restritas:**

O Grupo possui aplicações financeiras vinculadas as linhas de financiamentos, essas aplicações financeiras atuam como garantidoras em financiamento tomado junto ao Banco Itaú, portanto possuem restrições quanto ao resgate. O valor dessas aplicações é de R\$ 3.392 em 2020 (R\$ 4.000 em 31 de dezembro de 2019), conforme Nota 17.

## **9 Contas a receber de clientes**

Os saldos do contas a receber podem ser assim resumidos:

### **Controladora**

	2020	2019	2018
Clientes a receber – nacionais	8.238	10.360	10.486
(-) Provisão para perda esperada de contas a receber (*)	(5.084)	(4.497)	(2.322)
<b>Contas a receber líquido – nacionais</b>	<b>3.154</b>	<b>5.863</b>	<b>8.164</b>
Contas a receber exterior – partes relacionadas (nota 26)	-	2.938	2.879
	<b>3.154</b>	<b>8.801</b>	<b>11.043</b>
<b>Consolidado</b>			
	2020	2019	2018
Clientes a receber	12.549	13.704	13.827
(-) Provisão para perda esperada de contas a receber (*)	(6.345)	(5.169)	(2.322)
<b>6.204</b>	<b>8.535</b>	<b>11.505</b>	

(\*) O saldo de contas a receber apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é composto principalmente por títulos relacionados ao segmento de clientes públicos, que foi descontinuado em dezembro de 2019. Adicionalmente, ao longo dos últimos 03 exercícios findos em 31 dezembro de 2020, 2019 e 2018, O Grupo vem passando por uma mudança no modelo de precificação, eliminando as cobranças pontuais relacionadas a implementação de suas soluções, que na maioria dos casos eram parceladas, e focando em um modelo de receita recorrente, cujos valores tendem a ser pagos dentro de 30 dias da emissão da cobrança.

A seguir apresentamos os montantes a receber, por idade de vencimento em cada uma das datas bases:

### Controladora

Descrição	2020		2019		2018	
	Clientes nacionais	Contas a receber exterior – Partes relacionada s	Clientes nacionais	Contas a receber exterior – Partes relacionadas	Clientes nacionais	Contas a receber exterior – Partes relacionadas
Vencidas há mais de 360 dias	4.490	-	2.884	2.938	1.458	2.879
Vencidas de 181 até 360 dias	623	-	1.613	-	1.212	-
Vencidas de 151 até 180 dias	83	-	306	-	265	-
Vencidas de 121 até 150 dias	128	-	336	-	317	-
Vencidas de 91 até 120 dias	214	-	445	-	381	-
Vencidas de 61 até 90 dias	332	-	427	-	491	-
Vencidas de 31 até 60 dias	401	-	504	-	617	-
Vencidas até 30 dias	767	-	909	-	1.046	-
A Vencer	1.200	-	2.936	-	4.699	-
	<b>8.238</b>	<b>-</b>	<b>10.360</b>	<b>2.938</b>	<b>10.486</b>	<b>2.879</b>

### Consolidado

Descrição	2020			2019			2018		
	Clientes								
Vencidas há mais de 360 dias	5.843	3.971	2.430	1.059	1.934	1.609	176	374	371
Vencidas de 181 até 360 dias	1.059	1.934	1.609	176	374	371	224	421	475
Vencidas de 151 até 180 dias	176	374	371	224	421	475	379	586	580
Vencidas de 121 até 150 dias	224	421	475	379	586	580	379	586	580
Vencidas de 91 até 120 dias	379	586	580	379	586	580	379	586	580

Vencidas de 61 até 90 dias	557	605	685
Vencidas de 31 até 60 dias	837	834	893
Vencidas até 30 dias	1.653	1.591	1.628
A Vencer	1.821	3.388	5.156
	<b>12.549</b>	<b>13.704</b>	<b>13.827</b>

A exposição ao risco de crédito do Grupo está limitada ao valor das contas a receber mencionadas acima.

A provisão para perda esperada do contas a receber tem a seguinte movimentação nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

***Movimentação da provisão para perda esperada do contas a receber***

	<b>Controladora</b>		
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Saldo inicial	(4.497)	(2.322)	(668)
Adições	(766)	(2.227)	(2.061)
Reversão	179	52	407
Saldo final	<b>(5.084)</b>	<b>(4.497)</b>	<b>(2.322)</b>

	<b>Consolidado</b>		
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Saldo inicial	(5.169)	(2.322)	(668)
Adições	(1.355)	(2.899)	(2.069)
Reversão	179	52	407
Saldo final	<b>(6.345)</b>	<b>(5.169)</b>	<b>(2.322)</b>

Abertura da provisão para perda esperada do contas a receber por idade de vencimento da carteira:

**Controladora**

<b>Descrição</b>	<b>2020</b>		<b>2019</b>		<b>2018</b>	
	<b>Clientes</b>	<b>Provisão</b>	<b>Clientes</b>	<b>Provisão</b>	<b>Clientes</b>	<b>Provisão</b>
Vencidas há mais de 360 dias	4.490	4.461	2.884	2.884	1.458	1.458
Vencidas de 181 até 360 dias	623	437	1.613	1.208	1.212	604
Vencidas de 151 até 180 dias	83	41	306	153	265	80
Vencidas de 121 até 150 dias	128	26	336	67	317	48
Vencidas de 91 até 120 dias	214	32	445	67	381	38
Vencidas de 61 até 90 dias	332	33	427	43	491	39
Vencidas de 31 até 60 dias	401	32	504	40	617	31
Vencidas até 30 dias	767	15	909	18	1.046	10
A Vencer	1.200	7	2.936	18	4.699	14
	<b>8.238</b>	<b>5.084</b>	<b>10.360</b>	<b>4.497</b>	<b>10.486</b>	<b>2.322</b>

**Consolidado**

<b>Descrição</b>	<b>2020</b>		<b>2019</b>		<b>2018</b>	
	<b>Clientes</b>	<b>Provisão</b>	<b>Clientes</b>	<b>Provisão</b>	<b>Clientes</b>	<b>Provisão</b>
Vencidas há mais de 360 dias	5.843	5.354	3.971	3.368	2.430	1.458
Vencidas de 181 até 360 dias	1.059	654	1.934	1.320	1.609	604
Vencidas de 151 até 180 dias	176	69	374	167	371	80
Vencidas de 121 até 150 dias	224	45	421	80	475	48

Vencidas de 91 até 120 dias	379	57	586	81	580	38
Vencidas de 61 até 90 dias	557	56	605	52	685	39
Vencidas de 31 até 60 dias	837	67	834	50	893	31
Vencidas até 30 dias	1.653	33	1.591	32	1.628	10
A Vencer	1.821	10	3.388	20	5.156	14
	<b>12.549</b>	<b>6.345</b>	<b>13.704</b>	<b>5.169</b>	<b>13.827</b>	<b>2.322</b>

## 10 Impostos a recuperar

Os saldos de impostos a recuperar são assim compostos:

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2018	2018
INSS a recuperar	584	-	-	584	-	-
PIS a recuperar	77	64	63	77	64	63
COFINS a recuperar	172	122	122	172	122	122
Impostos retidos Argentina	-	-	-	239	360	9
Impostos retidos Colômbia	-	-	-	513	456	-
Impostos retidos Mexico	-	-	-	1	5	-
	<b>833</b>	<b>186</b>	<b>185</b>	<b>1.586</b>	<b>1.007</b>	<b>194</b>

## 11 Outros créditos

Os saldos de outros créditos são assim compostos:

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Despesas antecipadas (a)	2.687	2.215	3.112	3.720	2.883	3.109
Cauções	-	-	13	-	233	13
Adiantamento de férias	-	-	82	-	-	85
<b>Total</b>	<b>2.687</b>	<b>2.215</b>	<b>3.207</b>	<b>3.720</b>	<b>3.116</b>	<b>3.207</b>

(a) Inclui valores de contratos com fornecedores referentes a despesas que serão incorridas durante o ano, principalmente com relação a gastos referente a customizações de software utilizado em apoio a área de venda, além de feiras e eventos que serão realizados.

## 12 Investimentos

Conforme descrito nas notas explicativas 2.1 e 3(b), as demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas para os anos de 2020, 2019 e 2018 considerando a Bionexo S.A. como

controladora do Grupo, sendo assim, as informações abaixo demonstram a movimentação dos investimentos para esses períodos:

### **Composição dos investimentos**

Nenhuma das investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

#### *Informações financeiras resumidas das controladas*

<b>Controlada</b>	<b>País</b>	<b>2020</b>						
		% de Participação	Ativo Circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido
Manager Saúde Ltda.	Brasil	60%	419	3.368	513	43	3.231	(201)
Avatar	Brasil	57,31%	1.060	7.394	212	2.506	5.736	866
Bionexo Com. S.A	Argentina	100%	3.170	208	1.032	-	2.346	1.494
Bionexo de Mexico S.A. de C.V	México	93,97%	646	15	379	270	12	(456)
Bionexo Colombia S.A.S.	Colômbia	100%	4.505	30	1.113	-	3.422	820
<b>2019</b>								
<b>Controlada</b>	<b>País</b>	% de Participação	Ativo Circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido
Manager Saúde Ltda	Brasil	60%	411	3.524	503	-	3.432	(601)
GTMED	Brasil	100%	1.128	162	509	-	781	317
<b>2018</b>								
<b>Controlada</b>	<b>País</b>	% de Participação	Ativo Circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido
Bionexo Internacional	Brasil	100%	82.497	50.868	1.763	-	131.602	(1.771)

**Movimentação da composição do investimento e perdas em investimentos - Controladora**

Controladas	31/12/2019	Aportes de capital	Adição por aquisição (i)	Restruturação societária (i)	Equivalência patrimonial	Transferências	Baixa Investimento	31/12/2020
Manager Saúde Ltda	2.059	-	-	-	(120)	-	-	1.939
GTMED	9.131	-	-	(9.875)	744	-	-	-
Avatar	-	-	3.287	-	-	-	-	3.287
Avatar – ágio	-	-	7.017	-	-	-	-	7.017
Bionexo Com S.A.	-	-	-	2.346	-	-	-	2.346
Bionexo de Mexico S.A. de C.V. (a)	-	-	-	(2.463)	-	2.765	-	302
Bionexo Colombia S.A.S	-	-	-	3.422	-	-	-	3.422
<b>Total controlada</b>	<b>11.190</b>	<b>-</b>	<b>10.304</b>	<b>(6.570)</b>	<b>624</b>	<b>2.765</b>	<b>-</b>	<b>18.313</b>
Coligadas								
Intuitive Care Int S.A.	1.827	-	-	-	(14)	-	(1.813)	-
<b>Investimento</b>	<b>13.017</b>	<b>-</b>	<b>10.304</b>	<b>(6.570)</b>	<b>610</b>	<b>2.765</b>	<b>(1.813)</b>	<b>18.313</b>

(a) Esse saldo é composto pelo patrimônio líquido negativo da controlada ajustado pela participação da Companhia de 93,95% no valor de R\$ (3.560), compensado pelo contas a receber e mútuo a receber de, respectivamente, R\$ 2.705 e R\$ 1.097 em 31 de dezembro de 2020, que será capitalizado durante 2021.

**Bionexo S.A.**  
*Demonstrações financeiras*  
*individuais e consolidadas em*  
*31 de dezembro de 2020*

	31/12/2018	Aportes de capital	Adição por aquisição (i)	Reestruturação societária (i)	Equivalência patrimonial	Baixa Investimento	31/12/2019
<b>Controladas</b>							
Manager Saúde Ltda	-	-	-	2.220	(161)	-	2.059
GTMED	-	650	82	-	181	-	913
GTMED – Intangíveis	-	-	5.231	-	-	-	5.231
GTMED - ágio	-	-	2.987	-	-	-	2.987
<b>Total controlada</b>	<b>-</b>	<b>650</b>	<b>8.300</b>	<b>2.220</b>	<b>20</b>	<b>-</b>	<b>11.190</b>
<b>Coligadas</b>							
Intuitive Care Int. S.A.	-	-	-	1.931	(104)	-	1.827
<b>Total investimento</b>	<b>-</b>	<b>650</b>	<b>8.300</b>	<b>4.151</b>	<b>(84)</b>	<b>-</b>	<b>13.017</b>
<b>Controladas</b>							
Bionexo Internacional	31/12/2017	Aporte de capital	Adição por incorporação	Reestruturação Societária	Equivalência Patrimonial	Baixa Investimento (ii)	31/12/2018
	2.977	-	-	-	1.212	(4.189)	-
<b>Total controlada</b>	<b>2.977</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.212</b>	<b>(4.189)</b>	<b>-</b>
<b>Total investimento</b>	<b>2.977</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.212</b>	<b>(4.189)</b>	<b>-</b>

**(i) Movimentações societárias**

O Grupo passou por diversos processos de movimentação societária, todos os processos estão descritos na Nota 2.1.

**(ii) Baixa de investimentos**

Refere-se à troca de ações entre empresas do Grupo, conforme descrito na Nota 2.1.1(a)

*Mudanças na composição de investimentos e perdas de investimento - Consolidado*

	31/12/2019	Aportes de capital	Adição por aquisição (i)	Reestruturação societária (j)	Equivalência patrimonial	Baixa	Investimento	31/12/2020
Coligadas					(14)			
Intuitive Care Int S.A.	1.827	-	-	-			(1.813)	-
<b>Investimento</b>	<b>1.827</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(14)</b>	<b></b>	<b>(1.813)</b>	<b>-</b>
Controladas	12/31/2018	Aportes de capital	Adição por aquisição (i)	Reestruturação societária (j)	Equivalência patrimonial	Baixa	Investimento	12/31/2019
Intuitive Care Int.	1.935	-	-	-		(108)		-
S.A.								1.827
<b>Total investimento</b>	<b>1.935</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b></b>	<b>(108)</b>	<b></b>	<b>1.827</b>
Controladas	12/31/2017	Aportes de capital	Adição por aquisição (i)	Reestruturação societária (j)	Equivalência patrimonial	Baixa	Investimento	12/31/2018
Intuitive Care Int.	-	1.954	-	-		(19)		-
S.A.								1.935
<b>Total investimento</b>	<b>-</b>	<b>1.954</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b></b>	<b>(19)</b>	<b></b>	<b>1.935</b>

## 13 Imobilizado

### i. Conciliação do valor contábil

#### *Controladora*

	2020			2019
	Custo	Depreciação	Saldo líquido	Saldo líquido
Computadores periféricos	2.823	(1.272)	1.551	1.699
Móveis utensílios	395	(102)	293	332
Veículos	237	(237)	-	-
Comodato (*)	1.352	(74)	1.278	-
Benfeitoria	3.356	(735)	2.621	4.077
Direito de uso imóvel	6.764	(2.016)	4.748	7.676
	<b>14.927</b>	<b>(4.436)</b>	<b>10.491</b>	<b>13.784</b>

	2019			2018
	Adoção inicial do CPC 06(R2)/ IFRS 16	Custo	Depreciação	Saldo líquido
Computadores e periféricos	-	2.609	(910)	1.699
Móveis e utensílios	-	395	(63)	332
Veículos	-	237	(237)	-
Direito de uso imóvel	6.416	2.389	(1.129)	7.676
Benfeitoria	-	4.716	(639)	4.077
	<b>6.416</b>	<b>10.346</b>	<b>(2.978)</b>	<b>13.784</b>
				<b>3.438</b>

	2018			2017
	Custo	Depreciação	Saldo líquido	Saldo líquido
Computadores e periféricos	1.414	(646)	768	328
Móveis e utensílios	253	(32)	221	92
Veículos	237	(229)	8	55
Benfeitoria	2.636	(195)	2.441	101
	<b>4.540</b>	<b>(1.102)</b>	<b>3.438</b>	<b>576</b>

**Consolidado**

	<b>2020</b>		<b>2019</b>	
	<b>Custo</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Saldo líquido</b>	<b>Saldo líquido</b>
Computadores e periféricos	3.374	(1.526)	1.848	2.064
Móveis e utensílios	487	(157)	330	377
Veículos	237	(237)	-	-
Comodato (*)	1.352	(74)	1.278	-
Benfeitoria	3.440	(770)	2.670	7.676
Direito de uso	6.764	(2.016)	4.748	4.118
	<b>15.654</b>	<b>(4.780)</b>	<b>10.874</b>	<b>14.235</b>

	<b>2019</b>			<b>2018</b>	
	<b>Adoção inicial do CPC 06(R2)/ IFRS 16</b>	<b>Custo</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Saldo líquido</b>	<b>Saldo líquido</b>
Computadores e periféricos	-	3.153	(1.089)	2.064	865
Móveis e utensílios	-	487	(110)	377	247
Veículos	-	237	(237)	-	8
Direito de uso	6.416	2.389	(1.129)	7.676	-
Benfeitoria	-	4.791	(673)	4.118	2.443
	<b>6.416</b>	<b>11.057</b>	<b>(3.238)</b>	<b>14.235</b>	<b>3.563</b>

	<b>2018</b>		<b>2017</b>	
	<b>Custo</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Saldo líquido</b>	<b>Saldo líquido</b>
Computadores e periféricos	1.634	(769)	865	383
Móveis e utensílios	306	(59)	247	114
Veículos	237	(229)	8	55
Benfeitoria	2.803	(360)	2.443	101
	<b>4.980</b>	<b>(1.417)</b>	<b>3.563</b>	<b>653</b>

(\*) Comodatos referem-se a armários que são utilizados para armazenamento de materiais médicos e medicamentos de alto valor agregado. Os equipamentos são alocados fisicamente nos almoxarifados dos clientes para armazenamento e contagem de estoque em tempo real, utilizando a tecnologia RFID.

**ii. Movimentação do custo e da depreciação.**

**Controladora**

<b>Custo</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>Adição</b>	<b>Adições por incorporação ou aquisição</b>	<b>Baixas</b>	<b>31/12/2020</b>
Computadores periféricos	2.609	283	-	(69)	2.823
Móveis utensílios	395	-	-	-	395
Veículos	237	-	-	-	237

Comodato	-	158	1.194	-	1.352
Benfeitoria (i)	4.716	220	-	(1.580)	3.356
Direito de uso (i)	8.805	348	-	(2.389)	6.764
<b>Total do custo</b>	<b>16.762</b>	<b>1.009</b>	<b>1.194</b>	<b>(4.038)</b>	<b>14.927</b>

Depreciação	31/12/2019	Adição	Adições por	Baixas	31/12/2020
			incorporação ou aquisição		
Computadores periféricos	(910)	(433)	-	71	(1.272)
Móveis utensílios	(63)	(39)	-	-	(102)
Veículos	(237)	-	-	-	(237)
Comodato	-	(74)	-	-	(74)
Benfeitoria (i)	(638)	(602)	-	505	(735)
Direito de uso (i)	(1.129)	(1.657)	-	770	(2.016)
<b>Total da depreciação</b>	<b>(2.977)</b>	<b>(2.805)</b>	<b>-</b>	<b>1.346</b>	<b>(4.717)</b>
<b>Imobilizado líquido</b>	<b>13.785</b>	<b>(1.796)</b>	<b>1.194</b>	<b>(2.692)</b>	<b>10.491</b>

(i) Baixas realizadas por devolução de parte do escritório administrativo e as benfeitorias realizadas neste imóvel.

Custo	31/12/2018	Adoção inicial do CPC 06(R2)/ IFRS 16	Adição	Adições por incorporação ou aquisição	Baixas	31/12/2019
Computadores periféricos	1.414	-	1.195	-	-	2.609
Móveis utensílios	253	-	142	-	-	395
Veículos	237	-	-	-	-	237
Benfeitoria	2.636	-	2.080	-	-	4.716
Direito de uso	-	6.416	2.389	-	-	8.805
<b>Total do custo</b>	<b>4.540</b>	<b>6.416</b>	<b>5.806</b>	<b>238</b>	<b>-</b>	<b>16.762</b>
Depreciação	31/12/2018	Adoção inicial do CPC 06(R2)/ IFRS 16	Adição	Adições por incorporação ou aquisição	Baixas	31/12/2019
Computadores e periféricos	(646)	-	(264)	-	-	(910)
Móveis e utensílios	(32)	-	(31)	-	-	(63)
Veículos	(229)	-	(8)	-	-	(237)
Benfeitoria	(195)	-	(444)	-	-	(639)
Direito de uso	-	(1.129)	-	-	-	(1.129)
<b>Total da depreciação</b>	<b>(1.102)</b>	<b>-</b>	<b>(1.876)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.978)</b>
<b>Imobilizado líquido</b>	<b>3.438</b>	<b>6.416</b>	<b>3.930</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13.784</b>

Custo	31/12/2017	Adição	Adições por incorporação ou aquisição	Baixas	31/12/2018
Computadores periféricos	1.257	596	-	(439)	1.414
Móveis utensílios	232	150	-	(129)	253
Veículos	237	-	-	-	237
Benfeitoria	127	2.509	-	-	2.636
<b>Total do custo</b>	<b>1.853</b>	<b>3.255</b>	<b>-</b>	<b>(568)</b>	<b>4.540</b>
Depreciação	31/12/2017	Adição	Adições por incorporação ou aquisição	Baixas	31/12/2018
Computadores e periféricos	(929)	(156)	-	439	(646)
Móveis e utensílios	(140)	(21)	-	129	(32)
Veículos	(182)	(47)	-	-	(229)
Benfeitoria	-	(195)	-	-	(195)
<b>Total da depreciação</b>	<b>(1.251)</b>	<b>(419)</b>	<b>-</b>	<b>568</b>	<b>(1.102)</b>
<b>Imobilizado líquido</b>	<b>602</b>	<b>2.836</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.438</b>

### *Consolidado*

Custo	31/12/2019	Adição	Adições por incorporação ou aquisição	Baixas	31/12/2020
Computadores periféricos	3.153	314	56	(149)	3.374
Móveis utensílios	487	-	-	-	487
Veículos	237	-	-	-	237
Comodato	-	158	1.194	-	1.352
Benfeitoria (i)	4.791	229	-	(1.580)	3.440
Direito de uso (i)	8.805	348	-	(2.389)	6.764
<b>Total do custo</b>	<b>17.473</b>	<b>1.049</b>	<b>1.250</b>	<b>(4.118)</b>	<b>15.654</b>
Depreciação	31/12/2019	Adição	Adições por incorporação ou aquisição	Baixas	31/12/2020
Computadores periféricos	(1.089)	(507)	-	70	(1.526)
Móveis utensílios	(110)	(47)	-	-	(157)
Veículos	(237)	-	-	-	(237)
Comodato	-	(74)	-	-	(74)
Benfeitoria (i)	(673)	(603)	-	505	(770)
Direito de uso (i)	(1.129)	(1.656)	-	770	(2.016)
<b>Total da depreciação</b>	<b>(3.238)</b>	<b>(2.887)</b>	<b>-</b>	<b>1.345</b>	<b>(4.780)</b>
<b>Imobilizado líquido</b>	<b>14.235</b>	<b>(1.838)</b>	<b>1.250</b>	<b>(2.773)</b>	<b>10.874</b>

- (i) Baixas realizadas por devolução de parte do escritório administrativo e as benfeitorias realizadas neste imóvel.

Custo	31/12/2018	Adoção inicial do CPC 06(R2)/ IFRS 16	Adição	Adições por incorporaçã o ou aquisição	Baixas	31/12/20 19
Computadores periféricos	1.634	-	1.229	290	-	3.153
Móveis utensílios	306	-	181	-	-	487
Veículos	237	-	-	-	-	237
Benfeitoria	2.803	-	2.151	-	(163)	4.791
Direito de uso	-	6.416	2.389	-	-	8805
<b>Total do custo</b>	<b>4.980</b>	<b>6.416</b>	<b>5.950</b>	<b>290</b>	<b>(163)</b>	<b>17.473</b>

Depreciação	31/12/2018	Adoção inicial do CPC 06(R2)/ IFRS 16	Adição	Adições por incorporaçã o ou aquisição	Baixas	31/12/20 19
Computadores e periféricos	(769)	-	(320)	-	-	(1.089)
Móveis e utensílios	(59)	-	(51)	-	-	(110)
Veículos	(229)	-	(8)	-	-	(237)
Benfeitoria	(360)	-	(462)	-	149	(673)
Direito de uso	-	-	(1.129)	-	-	(1.129)
<b>Total da depreciação</b>	<b>(1.417)</b>	<b>-</b>	<b>(1.970)</b>	<b>-</b>	<b>149</b>	<b>(3.238)</b>
<b>Imobilizado líquido</b>	<b>3.563</b>	<b>6.416</b>	<b>3.980</b>	<b>290</b>	<b>(14)</b>	<b>14.235</b>

Custo	31/12/2017	Adição	Adições por incorporação ou aquisição	Baixas	31/12/2018
Computadores periféricos	1.416	673	-	(455)	1.634
Móveis utensílios	283	171	-	(148)	306
Veículos	290	-	-	(53)	237
Benfeitoria	101	2.702	-	-	2.803
<b>Total do custo</b>	<b>2.090</b>	<b>3.546</b>	<b>-</b>	<b>(656)</b>	<b>4.980</b>

Depreciação	31/12/2017	Adição	Adições por incorporação ou aquisição	Baixas	31/12/2018
Computadores e periféricos	(1.033)	(185)	-	449	(769)
Móveis e utensílios	(169)	(29)	-	139	(59)
Veículos	(235)	(47)	-	53	(229)
Benfeitoria	-	(360)	-	-	(360)

Total da depreciação	<b>(1.437)</b>	(621)	-	641	(1.417)
Imobilizado líquido	<b>653</b>	2.925	-	(15)	3.563

## 14 Intangíveis

### i. Conciliação do valor contábil

#### *Controladora*

	Custo	Amortização	Saldo líquido	2020	2019
Plataformas	77.707	(23.363)	54.344	36.688	
Licença de software	3.446	(1.597)	1.849	2.707	
Carteira de clientes	2.279	(76)	2.203	-	
Ágio	2.987	-	2.987	-	
<b>Total líquido intangível</b>	<b>86.419</b>	<b>(25.036)</b>	<b>61.383</b>	<b>39.395</b>	

	Custo	Amortização	Saldo líquido	2019	2018
Plataformas	50.224	(13.536)	36.688	22.186	
Licença de Software	4.439	(1.732)	2.707	2.021	
<b>Total líquido intangível</b>	<b>54.663</b>	<b>(15.268)</b>	<b>39.395</b>	<b>24.207</b>	

	Custo	Amortização	Saldo líquido	2018	2017
Plataformas	30.065	(7.879)	22.186	19.205	
Licença de software	3.482	(1.461)	2.021	43	
Carteira de clientes	-	-	-	1.050	
<b>Total líquido intangível</b>	<b>33.547</b>	<b>(9.340)</b>	<b>24.207</b>	<b>20.298</b>	

#### *Consolidado*

	Custo	Amortização	Saldo líquido	2020	2019
Plataformas	84.399	(23.540)	60.859	42.776	
Licença de software	3.446	(1.769)	1.677	2.707	
Carteira de clientes	3.789	(76)	3.713	2.279	
Ágio	10.004	-	10.004	2.987	
<b>Total líquido intangível</b>	<b>101.578</b>	<b>(25.385)</b>	<b>76.253</b>	<b>50.749</b>	

	Custo	Amortização	Saldo líquido	2019	2018
Plataformas	56.312	(13.536)	42.776	25.100	
Licença de Software	4.439	(1.732)	2.707	2.021	

Carteira de clientes	2.279	-	2.279	-
Ágio	2.987	-	2.987	-
<b>Total líquido intangível</b>	<b>66.017</b>	<b>(15.268)</b>	<b>50.749</b>	<b>27.121</b>

	<b>2018</b>		<b>2017</b>	
	<b>Custo</b>	<b>Amortização</b>	<b>Saldo líquido</b>	<b>Saldo líquido</b>
Plataformas	32.979	(7.879)	25.100	19.206
Licença de software	3.482	(1.461)	2.021	43
Carteira de clientes	-	-	-	1.050
<b>Total líquido intangível</b>	<b>36.461</b>	<b>(9.340)</b>	<b>27.121</b>	<b>20.299</b>

## *ii. Movimentações do custo e da amortização*

### *Controladora*

<b>Custo</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>Adição</b>	<b>Adição por incorporação ou aquisição</b>	<b>Baixa</b>	<b>31/12/2020</b>
Plataformas	50.224	24.531	2.952	-	77.707
Licença de software	4.439	-	-	(993)	3.446
Carteira de clientes	-	-	2.279	-	2.279
Goodwill	-	-	2.987	-	2.987
<b>Total do custo</b>	<b>54.663</b>	<b>24.531</b>	<b>8.218</b>	<b>(993)</b>	<b>86.419</b>

<b>Amortização acumulada</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>Adição</b>	<b>Adição por incorporação ou aquisição</b>	<b>Baixa</b>	<b>31/12/2020</b>
Plataformas	(13.536)	(9.827)	-	-	(23.363)
Licença de software	(1.732)	(219)	-	354	(1.597)
Carteira de clientes	-	(76)	-	-	(76)
<b>Total da amortização</b>	<b>(15.268)</b>	<b>(10.122)</b>	<b>-</b>	<b>354</b>	<b>(25.036)</b>
<b>Intangível líquido</b>	<b>39.395</b>	<b>14.409</b>	<b>8.218</b>	<b>(639)</b>	<b>61.383</b>

<b>Custo</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>Adição</b>	<b>Adição por incorporação ou aquisição</b>	<b>Baixa</b>	<b>31/12/2019</b>
Plataformas	30.065	20.159	-	-	50.224
Licença de software	3.482	957	-	-	4.439
<b>Total do custo</b>	<b>33.547</b>	<b>21.116</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>54.663</b>

<b>Amortização Acumulada</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>Adição</b>	<b>Adição por incorporação ou aquisição</b>	<b>Baixa</b>	<b>31/12/2019</b>
Plataformas	(7.879)	(5.657)	-	-	(13.536)
Licença de software	(1.461)	(271)	-	-	(1.732)
<b>Total da amortização</b>	<b>(9.340)</b>	<b>(5.928)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(15.268)</b>
<b>Intangível líquido</b>	<b>24.207</b>	<b>15.188</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>39.395</b>

Custo	31/12/2017	Adição	Adição por incorporação ou aquisição	Baixa	31/12/2018
Plataformas	24.729	5.697	-	(361)	30.065
Licença de software	1.488	1.994	-	-	3.482
Carteira de clientes	1.050	-	-	(1.050)	-
<b>Total do custo</b>	<b>27.267</b>	<b>7.691</b>	<b>-</b>	<b>(1.411)</b>	<b>33.547</b>

Amortização acumulada	31/12/2017	Adição	Adição por incorporação ou aquisição	Baixa	31/12/2018
Plataformas	(5.524)	(2.355)	-	-	(7.879)
Licença de software	(1.445)	(16)	-	-	(1.461)
<b>Total da amortização</b>	<b>(6.969)</b>	<b>(2.371)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(9.340)</b>
<b>Intangível líquido</b>	<b>20.298</b>	<b>5.320</b>	<b>-</b>	<b>(1.411)</b>	<b>24.207</b>

### *Consolidado*

Custo	31/12/2019	Adição	Adição por incorporação ou aquisição	Baixa	31/12/2020
Plataformas	56.312	24.767	3.320	-	84.399
Licença de software	4.439	-	-	(993)	3.446
Carteira de clientes	2.279	-	1.510	-	3.789
Ágio	2.987	-	7.017	-	10.004
<b>Total do custo</b>	<b>66.017</b>	<b>24.767</b>	<b>11.847</b>	<b>(993)</b>	<b>101.638</b>

Amortização acumulada	31/12/2019	Adição	Adição por incorporação ou aquisição	Baixa	31/12/2020
Plataformas	(13.536)	(10.004)	-	-	(23.540)
Licença de software	(1.732)	(391)	-	354	(1.769)
Carteira de clientes	-	(76)	-	-	(76)
<b>Total da amortização</b>	<b>(15.268)</b>	<b>(10.471)</b>	<b>-</b>	<b>354</b>	<b>(25.385)</b>
<b>Intangível líquido</b>	<b>50.749</b>	<b>14.296</b>	<b>11.847</b>	<b>(639)</b>	<b>76.253</b>

Custo	31/12/2018	Adição	Adição por incorporação ou aquisição	Baixa	31/12/2019
Plataformas	32.979	20.381	2.952	-	56.312
Licença de software	3.482	957	-	-	4.439
Carteira de clientes	-	-	2.279	-	2.279
Ágio	-	-	2.987	-	2.987
<b>Total do custo</b>	<b>36.461</b>	<b>21.338</b>	<b>8.218</b>	<b>-</b>	<b>66.017</b>

Amortização acumulada	31/12/2018	Adição	Adição por incorporação ou aquisição	Baixa	31/12/2019
-----------------------	------------	--------	--------------------------------------	-------	------------

Plataformas	(7.879)	(5.657)	-	-	(13.536)
Licença de software	(1.461)	(271)	-	-	(1.732)
<b>Total da amortização</b>	<b>(9.340)</b>	<b>(5.928)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(15.268)</b>
 <b>Intangível líquido</b>	 <b>27.121</b>	 <b>15.410</b>	 <b>8.218</b>	 <b>-</b>	 <b>50.749</b>
 <b>Custo</b>	 <b>31/12/2017</b>	 <b>Adição</b>	 <b>Adição por incorporação ou aquisição</b>	 <b>Baixa</b>	 <b>31/12/2018</b>
Plataformas	24.730	5.431	3.179	(361)	32.979
Licença de software	1.488	1.994	-	-	3.482
Carteira de clientes	1.050	-	-	(1.050)	-
<b>Total do custo</b>	<b>27.268</b>	<b>7.425</b>	<b>3.179</b>	<b>(1.411)</b>	<b>36.461</b>
 <b>Amortização acumulada</b>	 <b>31/12/2017</b>	 <b>Adição</b>	 <b>Adição por incorporação ou aquisição</b>	 <b>Baixa</b>	 <b>31/12/2018</b>
Plataformas	(5.524)	(2.355)	-	-	(7.879)
Licença de software	(1.445)	(16)	-	-	(1.461)
<b>Total da amortização</b>	<b>(6.969)</b>	<b>(2.371)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(9.340)</b>
 <b>Intangível líquido</b>	 <b>20.299</b>	 <b>5.054</b>	 <b>3.179</b>	 <b>(1.411)</b>	 <b>27.121</b>

### **iii. Teste de redução ao valor recuperável para UGCs que contém ágio**

#### **(b) Ágio GTMED**

O ágio existente por ocasião da aquisição da GTMED e foi alocado à plataforma Biotracker (UGC).

O valor recuperável desta UGC foi baseado no valor justo menos os custos de venda, estimados com base em fluxos de caixa descontados. A mensuração do valor justo foi classificada como Nível 3 com base nos inputs utilizados na técnica de avaliação. Esta representa uma plataforma de middleware, que é o núcleo da empresa GTMED, incorporada no segundo semestre de 2020 pelo Grupo. A plataforma é utilizada nas soluções de gestão estoque fornecida aos clientes do negócio. As duas principais soluções são aplicadas ao:

- **Coldchain:** solução para monitoramento e armazenagem de cadeia fria para produtos oncológicos. O software é conectado com as geladeiras utilizando tecnologia RFID para acompanhar os produtos armazenados em tempo real; e
- **GTCabinet:** solução semelhante à anterior, mas aplicada a *Cabinet* tradicionais, sem sistema de resfriamento. Seu uso é direcionado ao segmento de *Órteses, Próteses e Materiais Especiais* (“OPME”).

A base sobre a qual o valor recuperável da referida UGC foi determinado é o valor justo menos os custos de venda estimados com base em fluxos de caixa descontados. As principais premissas utilizadas para estimá-lo estão definidas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

<i>Em percentual</i>	<b>2020</b>
Taxa nominal de desconto, antes dos impostos	15,37%
Taxa de crescimento estimado para o LAJIDA (média para os próximos cinco anos)	15,98%
Taxa de crescimento no longo prazo de 2026 a 2030	5,75%

As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para cinco anos.

O LAJIDA projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:

- Crescimento da receita foi projetado levando em consideração os níveis de crescimento orgânicos do próprio negócio, não foram consideradas possíveis sinergias com os negócios da Bionexo S.A para a projeção das receitas.
- Os custos foram projetados considerando o somatório das despesas com os gerentes de produtos, os valores são proporcionalizados pelo número de licenças projetado para as receitas. Adicionalmente foram considerados também as aquisições de equipamentos proporcionais ao número de licenças que demandam esse tipo de material.

O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil em R\$ 60.833 (2019: R\$ 108.992).

## 15 Outras contas a pagar

	<b>Controladora</b>			<b>Consolidado</b>		
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Outras contas a pagar - aquisição de empresas (a)	10.483	1.248	-	10.483	1.248	-
Outras contas a pagar - aporte de capital (b)	700	-	-	700	-	-
Outras contas a pagar diversos	262	123	59	262	123	1.242
	<b>11.445</b>	<b>1.371</b>	<b>59</b>	<b>11.445</b>	<b>1.371</b>	<b>1.242</b>
 Circulante						
Não circulante	5.989	539	59	5.989	539	1.242
	<b>5.456</b>	<b>832</b>	<b>-</b>	<b>5.456</b>	<b>832</b>	<b>-</b>
	<b>11.445</b>	<b>1.371</b>	<b>59</b>	<b>11.445</b>	<b>1.371</b>	<b>1.242</b>

(a) Saldo R\$ 9.650 refere-se ao preço a ser pago pela aquisição do Avatar, conforme demonstrado na nota 2.1.2(c). O valor remanescente de R\$ 833 refere-se às parcelas a serem pagas em 2021 e 2022 referentes à aquisição da GTMED, conforme explicado na nota 2.1.2(a).

(b) Refere-se à obrigação de aumento de capital assumida na assinatura do contrato de compra e venda da empresa Avatar, conforme explicado na nota 2.1.2(c).

## 16 Arrendamentos a pagar

Os saldos com arrendamentos podem ser assim resumidos:

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Arrendamentos	4.253	7.429	-	4.253	7.429	-
	<b>4.253</b>	<b>7.429</b>	<b>-</b>	<b>4.253</b>	<b>7.429</b>	<b>-</b>
Circulante	1.201	1.751	-	1.201	1.751	-
Não circulante	3.052	5.678	-	3.052	5.678	-

A seguir apresentamos os impactos iniciais no balanço consolidado em 01 de janeiro de 2019 e suas movimentações para o ano de 2020:

### Controladora e Consolidado

	2019
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
Saldo em 1º de janeiro de 2019	6.416
Apropriação de juros	59
Adições	2.389
Amortização de principal	<u>(1.435)</u>
	<b>7.429</b>
Circulante	1.751
Não circulante	<u>5.678</u>
	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<b>7.429</b>
Apropriação de juros	161
Adições	349
Exclusões (i)	<u>(1.620)</u>
Amortização de principal	<u>(2.066)</u>
	<b>4.253</b>
Circulante	1.201
Não circulante	<u>3.052</u>

(i) Refere-se ao encerramento antecipado do contrato de aluguel do escritório utilizado para a diretoria da Companhia.

a. *Direito de uso*

Em outubro de 2019 devido a expansão do escritório administrativo da Bionexo S.A foi reconhecido o contrato do conjunto do Direito de uso, a mensuração do ativo de direito de uso

corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos de direitos iniciais incorridos. A Administração do Grupo optou por utilizar o expediente prático para transição e não considerar os custos iniciais na mensuração inicial do ativo de direito de uso, mantendo o valor do passivo inicial de arrendamento.

A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

*b. Arrendamentos a pagar*

Dos contratos que foram escopo da norma, a Administração do Grupo considerou como componente de arrendamento somente os aluguéis vigentes de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total de pagamento futuros de aluguéis fixos.

Os fluxos de pagamentos dos contratos de arrendamento foram estimados de acordo com os termos e condições dos contratos e ajustados a valor presente, considerando a taxa média de desconto de 10% a.a.

A taxa de desconto, considera premissas que levam em consideração o ambiente econômico, arrendatário, termo e segurança, metodologia da taxa elaborada pelo Grupo Bionexo para utilização nos arrendamentos

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento.

<b>Fluxos de caixa</b>	<b>Ajustado a valor</b>	
	<b>Nominal</b>	<b>presente</b>
Contra prestação do arrendamento	5.072	4.253
PIS/COFINS	469	393

A Administração do Grupo na mensuração e na remensuração de seus arrendamentos mercantis e seus correspondentes ativos, utilizou-se da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação projetada nos fluxos a serem descontados. Caso o Grupo tivesse considerado a inflação (substancialmente IGP-M) em seu fluxo de caixa o efeito sobre os ativos de direito de uso e os arrendamentos mercantis seria um aumento aproximado de R\$ 441.

## 17 Empréstimos

As operações de empréstimos são assim resumidas:

### Controladora e Consolidado

Tipo	Instituição Financeira	Moeda	Encargos	Vencimento	Garantia	Covenants	Consolidado		
							2020	2019	2018
Capital de giro	Banco Santander	R\$	1,85% a.m	25/04/2023	Não	Não	-	-	4.815

Capital de giro	Banco Itaú S.A.	R\$	1.21% a.a. +CDI	26/02/2024	(a) Sim	(b) Sim	17.004	19.771	-
Capital de giro	Banco Itaú S.A.	R\$	3,19% a.a. +CDI	05/05/2022	(c) Sim	(d) Sim	-	-	13.445
Capital de giro	Banco Itaú S.A.	R\$	6,54% a.a.	28/04/2024	Não	Não (*)	3.068	-	-
Capital de giro	Banco Itaú S.A.	R\$	6,54% a.a.	16/09/2024	Não	Não (*)	2.031	-	-
Capital de giro	Banco Itaú S.A.	R\$	8,64% a.a.	12/12/2024	Não	(e) Sim	10.030	-	-
Capital de giro	Banco Bradesco S.A.	R\$	8,45% a.a.	09/09/2025	Não	Não	10.195	-	-
<b>Total</b>							<b>42.328</b>	<b>19.771</b>	<b>18.260</b>
Circulante							8.577	4.311	5.073
Não circulante							33.751	15.460	13.187

- (a) O empréstimo bancário tem como garantia o montante equivalente a 40% de seu saldo devedor, assim distribuído: 20% em aplicação financeira sendo R\$ 3.392 em 2020 (R\$ 4.000 em 2019); e 20% em cessão fiduciária de títulos a receber sendo R\$ 3.392 em 2020 (R\$ 4.000 em 2019).
- (b) O contrato junto ao Banco Itaú contém uma cláusula contratual restritiva (*covenant*), estabelecendo que em cada exercício fiscal avaliado, com base nas demonstrações consolidadas, a dívida líquida do Grupo em relação ao EBITDA não pode ser maior que 1,5 vezes em 2020, 1,5 vezes em 2021, 1 vez em 2022 e 1 vez em 2023. Caso isso venha a ocorrer, o Banco Itaú poderá antecipar o vencimento do empréstimo em questão. Para apuração da dívida líquida deve-se considerar a dívida bancária menos as disponibilidades em caixa, aplicações financeiras e ativos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos). O EBITDA é definido como o resultado antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial, e da participação de acionistas minoritários.
- (c) O empréstimo bancário tem como garantia o montante equivalente a 6% de seu saldo devedor em cessão fiduciária de títulos a receber sendo R\$ 806 em 2018.
- (d) O contrato junto ao Banco Itaú contém uma cláusula contratual restritiva (*covenant*), estabelecendo que em cada exercício fiscal avaliado, com base nas demonstrações consolidadas, a dívida líquida do Grupo em relação ao EBITDA não pode ser maior que 1,5 vezes em 2017, 1,5 vezes em 2018 e 1 vez em 2019. Caso isso venha a ocorrer, o Banco Itaú poderá antecipar o vencimento do empréstimo em questão. Para apuração da dívida líquida deve-se considerar a dívida bancária menos as disponibilidades em caixa, aplicações financeiras e ativos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos). O EBITDA é definido como o resultado antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial, e da participação de acionistas minoritários.
- (e) O contrato junto ao Banco Itaú contém uma cláusula contratual restritiva (*covenant*), estabelecendo que em cada exercício fiscal avaliado, com base nas demonstrações consolidadas, a dívida líquida do Grupo em relação ao EBITDA não pode ser maior que 1,5 vezes em 2020, 1,5 vezes em 2021, 1 vez em 2022 e 1 vez em 2023. Caso isso venha a ocorrer, o Banco Itaú poderá antecipar o vencimento do empréstimo em questão. Para apuração da dívida líquida deve-se considerar a dívida bancária menos as disponibilidades em caixa, aplicações financeiras e ativos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos). O EBITDA é definido como o resultado antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial, e da participação de acionistas minoritários

(\*) Adicionalmente, esses contratos contêm cláusulas que condicionaram a tomada dos empréstimos à receita anual bruta da Companhia, considerando o grupo econômico, que deve ser superior a R\$360 e igual ou inferior a R\$ 300.000, calculada com base no exercício de 2019.

O cronograma de amortização dos empréstimos pode ser encontrado na nota explicativa 28 (v).

***Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento:***

	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>19.770</b>	<b>18.260</b>	<b>9.825</b>
Captação de empréstimos	24.991	20.000	10.000
Pagamentos de empréstimos	(3.288)	(15.741)	(1.430)
Pagamentos de juros de empréstimos	(272)	(3.823)	(459)
Juros sobre empréstimos	1.127	1.075	324
<b>Saldo final</b>	<b>42.328</b>	<b>19.771</b>	<b>18.260</b>

## **18 Provisão para processos judiciais**

**(a) Processos judiciais**

A Bionexo S.A. e suas controladas são parte em processos administrativos e judiciais, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza trabalhista, tributária, ambiental e cível. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada.

Em 2020, as provisões para contingências prováveis estavam reconhecidas no montante de R\$ 542. A Bionexo e suas controladas não apresentam depósitos judiciais relacionados aos referidos processos judiciais.

Adicionalmente, fruto da aquisição da Avatar (nota 2.1) a Bionexo S.A. reconheceu uma provisão com processos judiciais no valor de R\$ 2.506 oriundas do negócio adquirido. Tal montante foi registrado tendo como contrapartida um Ativo de Indenização, uma vez que o contrato também inclui cláusula para os antigos controladores, onde estes estão contratualmente obrigados a indenizar a Companhia pelo desfecho das contingências ou incertezas relativas àqueles processos trabalhistas.

A composição da provisão para contingências encontra-se detalhada abaixo:

**(b) Movimentação das contingências prováveis do Grupo:**

<b>Controladora</b>	<b>2019</b>	<b>Adições</b>	<b>Adições por</b>	<b>Reversões</b>	<b>2020</b>
			<b>incorporação ou aquisição</b>		
Processos Trabalhistas	-	542	2.506	-	3.048
<b>Processos Trabalhistas</b>	<b>2018</b>	<b>Adições</b>	<b>Adições por</b>	<b>Reversões</b>	<b>2019</b>
	-	-	-	-	-
<b>Processos Trabalhistas</b>	<b>2017</b>	<b>Adições</b>	<b>Adições por</b>	<b>Reversões</b>	<b>2018</b>
	1.102	-	-	(1.102)	-
<b>Consolidado</b>	<b>2019</b>	<b>Adições</b>	<b>Adições por</b>	<b>Reversões</b>	<b>2020</b>
Processos Trabalhistas	-	542	2.506	-	3.048
<b>Processos Trabalhistas</b>	<b>2018</b>	<b>Adições</b>	<b>Adições por</b>	<b>Reversões</b>	<b>2019</b>
	-	-	-	-	-
<b>Processos Trabalhistas</b>	<b>01/01/2018</b>	<b>Adições</b>	<b>Adições por</b>	<b>Reversões</b>	<b>2018</b>
	1.114	-	-	(1.114)	-

Os processos trabalhistas representam reclamatórias trabalhistas de diversas naturezas (pagamento de horas extras, insalubridade e periculosidade, e verbas rescisórias) e que se encontram em fases processuais distintas.

*(c) Contingências possíveis*

O Grupo é parte em processos cíveis e trabalhistas em andamento (judiciais e administrativos) com perdas consideradas possíveis pela Administração e seus assessores jurídicos e para as quais nenhuma provisão foi constituída. O valor envolvido nas discussões é de R\$ 1.224. As obrigações decorrentes desses processos são consideradas como passivos contingentes, uma vez que não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação.

**(d) Ativo indenizatório:**

Refere-se à obrigação legal assumida contratualmente pelo antigos controladores em resarcir a Bionexo S.A. pelo valor integral de eventual contingência trabalhista identificada durante o processo de *due diligence*.

## 19 Obrigações trabalhistas

Os saldos de obrigações trabalhistas são assim compostos:

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2018	2018
Remunerações a pagar	-	-	-	588	306	207
Bônus	4.197	5.444	950	4.197	5.444	950
INSS a recolher	619	360	221	619	360	221
FGTS a recolher	479	421	630	479	760	630
IRRF sobre salários	1.163	759	665	1.916	1.883	2.883
Provisão de férias e encargos	5.181	3.759	2.531	5.181	3.759	594
	<b>11.639</b>	<b>10.743</b>	<b>4.997</b>	<b>12.980</b>	<b>12.512</b>	<b>5.485</b>

## 20 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e 2018 os saldos de imposto de renda e contribuição social são assim compostos:

**i. Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Os créditos e débitos de imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL diferidos foram apurados com base nos saldos de prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis no futuro. As bases estão apresentadas a seguir:

	Controladora			Consolidado	
	2020	2019	2018	2020	2019
<b>Créditos fiscais</b>					
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	24.536	8.761	-	24.536	8.761
Ajustes de avaliação patrimonial (incorporação reversa – Nota 2.1.1)	14.385	18.731	21.795	14.385	18.731
<b>Total créditos fiscais brutos</b>	<b>38.921</b>	<b>27.492</b>	<b>21.795</b>	<b>38.921</b>	<b>27.492</b>
<b>Total dos impostos diferidos (34%)</b>	<b>13.233</b>	<b>9.347</b>	<b>7.410</b>	<b>13.233</b>	<b>9.347</b>

**ii. Prazo estimado para realização**

Os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão consumidos à medida que as respectivas diferenças sejam liquidadas ou realizadas.

De acordo com as leis brasileiras, os prejuízos fiscais não prescrevem. Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 foram contabilizados o IRPJ e CSLL diferidos para a totalidade dos prejuízos fiscais acumulados.

Na estimativa de realização dos créditos fiscais diferidos ativos, a Administração considera seu plano orçamentário e estratégico com base na previsão das realizações dos ativos e passivos que deram origem a eles, bem como nas projeções de resultado para os exercícios seguintes.

O Grupo elaborou estudos de projeção de resultados tributários futuros, baseados em dados de mercados e concluiu que os ativos fiscais serão consumidos no prazo de no máximo 9 anos.

Foi elaborado o seguinte cronograma para realização dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados em 31 de dezembro de 2020:

	<b>Consolidado</b>					<b>TOTAL</b>
	<b>2020</b>					
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	Acima de 4 anos	
Valores total líquidos	544	1.023	1.577	1.944	8.145	13.233

### ***iii. Valores reconhecidos no resultado do exercício***

Valores reconhecidos no resultado do exercício	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente</b>						
IR e CS correntes	-	-	621	(1.386)	(1.225)	(531)
	-	-	621	(1.386)	(1.225)	(531)
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido</b>						
Reconhecimento de prejuízo fiscal do exercício	5.483	2.790	-	5.483	2.790	-
Reconhecimento de prejuízo fiscal de períodos anteriores	-	189	-	-	189	-
	5.483	2.979	-	5.483	2.979	-
Total de receita de imposto das atividades continuadas	5.483	2.979	621	4.097	1.754	(531)

### ***iv. Conciliação da alíquota de imposto efetiva***

<b>Conciliação da alíquota de imposto efetiva</b>	<b>Controladora</b>			<b>Consolidado</b>		
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Prejuízo antes dos impostos	(8.549)	(9.172)	(28)	(6.942)	(6.987)	482
Imposto utilizando a alíquota de imposto de renda e contribuição social 34%	2.906	3.118	10	2.363	2.375	(164)
Resultado de equivalência patrimonial	(207)	29	(412)	-	37	6
Despesas não dedutíveis	2.784	(168)	402	3.120	567	(522)
Efeito de alíquotas de imposto de subsidiárias	-	-	-	(1.386)	(1.225)	(472)
Incentivos fiscais (a)	-	-	621	-	-	621
<b>Total de receita / despesa de imposto das atividades continuadas</b>	<b>5.483</b>	<b>2.979</b>	<b>621</b>	<b>4.097</b>	<b>1.754</b>	<b>(531)</b>
<b>Alíquota Efetiva (b)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

- (a) Para o ano de 2018 a alíquota efetiva está impactada pelo reconhecimento do incentivo fiscal “Lei do Bem”, excluindo-se o efeito desse incentivo a alíquota efetiva seria de 53,5% na controladora.
- (b) O Grupo apurou, nos últimos 3 anos, base negativa para cálculo do imposto de renda e contribuição social, sendo assim, não foram calculadas alíquotas efetivas para o período.

<b>Movimentação dos saldos de ativos fiscais diferidos</b>	Saldo líquido	Reconhecido no patrimônio líquido	Reconhecido no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido
	em 31 de dezembro de 2019			em 31 de dezembro de 2020	
Prejuízo Fiscal a compensar	2.979	-	5.483	8.462	8.462
Ajustes de avaliação patrimonial	6.368	-	-	6.368	4.771
Compensação de imposto (*)	-	(1.597)	-	(1.597)	-
<b>Imposto líquido ativo (passivo)</b>	<b>9.347</b>	<b>(1.597)</b>	<b>5.483</b>	<b>13.233</b>	<b>13.233</b>

<b>Movimentação dos saldos de ativos fiscais diferidos</b>	Saldo líquido	Reconhecido no patrimônio líquido	Reconhecido no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido
	em 01 de janeiro de 2019			em 31 de dezembro de 2019	
Prejuízo Fiscal a compensar	-	-	2.979	2.979	2.979
Ajustes de avaliação patrimonial	7.410	-	-	7.410	6.368
Compensação de imposto (*)	-	(1.042)	-	(1.042)	-
<b>Imposto líquido ativo (passivo)</b>	<b>7.410</b>	<b>(1.042)</b>	<b>2.979</b>	<b>9.347</b>	<b>9.347</b>

<b>Movimentação dos saldos de ativos fiscais diferidos</b>	Saldo líquido	Reconhecido no patrimônio líquido	Reconhecido no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido
	em 01 de janeiro de 2018			em 31 de dezembro de 2019	
Ajustes de avaliação patrimonial	-	8.191	-	8.191	7.410
Compensação de imposto (*)	-	(781)	-	(781)	-
<b>Imposto líquido ativo (passivo)</b>	<b>-</b>	<b>7.410</b>	<b>-</b>	<b>7.410</b>	<b>7.410</b>

(\*) Compensações referentes ao aproveitamento do ágio advindo da aquisição da empresa Blue Stone, a partir da incorporação realizada em 07 de julho de 2018

## 21 Patrimônio Líquido

### a. Capital social

#### (i) Controladora

O capital social da Bionexo S.A., em 31 de dezembro de 2020 totaliza R\$ 132.396 (R\$ 127.836 em 31 de dezembro de 2019. R\$ 44.235 em 31 de dezembro de 2018). Está representado por ações ordinárias e preferenciais conforme demonstrado abaixo.

Conforme descrito na nota 1, a Bionexo Brasil EIRELI., se tornou uma S.A. em 31 de dezembro de 2020, tendo convertido suas quotas em ações.

<b>31 de dezembro de 2020</b>		<b>31 de dezembro de 2019</b>		<b>31 de dezembro de 2018</b>	
Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Quotas	Ações Preferenciais	Quotas	Ações Preferenciais
89.934.036	42.462.759	3.337.387	-	3.337.387	-

O quadro abaixo resume as movimentações no número de ações da controladora em 2018, 2019 e 2020

	<b>Ações Ordinárias / Quotas</b>	<b>Ações Preferenciais</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b><u>3.337.387</u></b>	-
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b><u>3.337.387</u></b>	-
Mudança no tipo de organização societária – transformação das cotas em ações	(3.337.387)	-
Mudança no tipo de organização societária – criação das ações	127.836.240	-
Criação de novas ações	4.560.555	-
Conversão de ações ordinárias em preferenciais	(42.462.759)	42.462.759
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b><u>89.934.036</u></b>	<b><u>42.462.759</u></b>

**(ii) Consolidado**

O capital do Grupo, em 31 de dezembro de 2020 totaliza R\$ 132.396 (R\$ 91.461 em 31 de dezembro de 2019. R\$ 49.624 em 31 de dezembro de 2018). Está representado por ações ordinárias e preferenciais conforme demonstrado abaixo:

<b>31 de dezembro de 2020</b>		<b>31 de dezembro de 2019</b>		<b>31 de dezembro de 2018</b>	
Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais
89.934.036	42.462.759	2.376.955	1.105.704	2.376.955	1.093.363

O quadro abaixo resume as movimentações no número de ações do consolidado em 2018, 2019 e 2020:

	<b>Ações Ordinárias</b>	<b>Ações Preferenciais</b>
<b>December 31, 2018</b>	<b><u>2.376.955</u></b>	<b><u>1.093.363</u></b>
Criação de novas ações	-	12.341
<b>December 31, 2019</b>	<b><u>2.376.955</u></b>	<b><u>1.105.704</u></b>
Criação de novas ações	-	16.586
Mudança no tipo de organização societária - transformação das cotas em ações	(2.376.955)	(1.122.290)
Mudança no tipo de organização societária – criação das ações	127.836.240	-
Criação de novas ações	4.560.555	-
Conversão de ações ordinárias em preferenciais	(42.462.759)	42.462.759
<b>December 31, 2020</b>	<b><u>89.934.036</u></b>	<b><u>42.462.759</u></b>

***Movimentações de patrimônio líquido***

Durante os exercícios de 2020, 2019 e 2018 o Grupo realizou diversas movimentações societárias, incluindo incorporações e aportes que resultaram movimentos de capital social, todas essas movimentações estão descritas na Nota Explicativa 2.1.

**b. Reservas**

***Reserva legal***

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20 % do capital social. Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo apresentou prejuízo, de modo que nenhum valor foi destinado à reserva legal.

***Reserva de retenção de lucros***

Conforme determina o Estatuto social, o resultado verificado em cada ano deverá incluir a dedução, antes de qualquer outro interesse, dos prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. O prejuízo no ano deverá ser absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros, e pela reserva legal, nesta ordem.

Neste contexto, o saldo do resultado, após deduzidas as participações no resultado, configurará o lucro líquido do exercício que será objeto de proposta de destinação á Assembleia, observadas as seguintes disposições (a) importância equivalente a 5% para a formação da reserva legal, até o limite de 20% do capital social; (b) formação de reservas para contingências, caso haja necessidade; (c) parcela para pagamento de dividendos obrigatórios e quaisquer dividendos ou juros sobre capital próprio que venham a ser deliberados pela Companhia; (d) retenção de lucro, quando devidamente justificado pelos administradores, para financiar plano de investimento previsto em orçamento de capital; (e) constituição de reserva de lucros a realizar, na forma prevista pela legislação; (f) constituição de uma reserva de lucros, para a aplicação no resgate de ações preferenciais nos termos do Estatuto social, até o montante que somado a reserva de capital, corresponda ao produto da multiplicação do número de ações preferenciais em circulação pelo Valor de Preferência; (g) conforme deliberação da Assembleia Geral, destinação de eventual saldo ao pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio e/ou constituição de uma reserva para expansão das atividades sociais e reforço do capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital.

**c. Dividendos**

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 o Grupo apresentou prejuízo, de modo que não foram destinados dividendos aos seus acionistas. No ano de 2018 foi pago o montante de R\$ 302 relacionado aos dividendos destinados do resultado de 2017.

**d. Ajuste de avaliação patrimonial**

**i. Ajuste acumulado de conversão**

O saldo registrado em ajuste acumulado de conversão no montante de R\$ 38 em dezembro de 2020 (R\$ 320 em dezembro de 2019 e R\$ 496 em dezembro de 2018), são decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de operações no exterior.

**ii. Opção de venda**

Opção de venda derivada da aquisição da Avatar, conforme descrito na Nota 2.1, no valor R\$ 5.164

**iii. Incorporação Blue Stone**

Conforme Nota 2.1, saldo do acervo líquido no valor de R\$ 24.093 que foi integralmente baixado contra patrimônio líquido em 07 de junho de 2018 e foram registrados imposto de renda e contribuição social diferidos ativo no valor de R\$ 8.191 referente aos benefícios tributários a serem auferidos.

**e. Resultado por ação**

**Resultado básico por ação**

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas do Grupo, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

**Resultado diluído por ação**

O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais com efeitos diluidores.

O cálculo do resultado diluído por ação não leva em consideração as opções de venda dos não controladores, assumindo que a Companhia não emitirá novas ações para levantar financiamento para comprar as ações sujeitas à opção de venda.

O resultado das projeções relacionadas aos bônus de subscrição descritos no item “g” desta nota resultou em uma taxa de retorno dentro do intervalo de referência que não leva a emissão de ações. Portanto, esses instrumentos não impactaram a quantidade de ações no cálculo de resultado por ação diluído

Resultado por ação	Básico			Diluído		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Número de ações ao final do exercício	132.396.795	3.337.387	3.337.387	132.396.795	3.337.387	3.337.387
Média ponderada ações	3.690.974	3.337.387	3.337.387	3.690.974	3.337.387	3.337.387
Resultado do exercício	(2.730)	(5.097)	(49)	(2.730)	(5.097)	(49)
Resultado por ação / Quota (em reais)	(0,74)	(1,53)	(0,01)	(0,74)	(1,53)	(0,01)

**f. Participação de não controladores**

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido.

Conforme descrito na Nota 2.1 o Grupo passou por diversos processos de aquisições e incorporações durante os exercícios de 2020, 2019 e 2018, abaixo demonstramos a participação dos não controladores em cada uma das empresas:

**2020**

	<b>Avatar Soluções em Saúde S.A.</b>	<b>Manager Saúde Ltda</b>	<b>Bionexo de Mexico S.A. de C.V.</b>	<b>Total</b>
<b>Percentual dos não controladores</b>	<b>42,69%</b>	<b>40%</b>	<b>6,03%</b>	
Ativo circulante	1.060	419	646	2.125
Ativo não circulante	7.394	3.368	15	10.777
Passivo circulante	(212)	(513)	(1.476)	(2.201)
Passivo não circulante	(2.506)	(43)	(2.975)	(5.524)
<b>Ativos (passivos) líquidos</b>	<b>5.736</b>	<b>3.231</b>	<b>(3.790)</b>	<b>5.177</b>
<b>Ativos líquidos atribuíveis aos não controladores</b>	<b>2.447</b>	<b>1.292</b>	<b>(229)</b>	<b>3.510</b>
Receitas	-	3.485	1.250	4.735
Lucro (Prejuízo) do exercício	-	(202)	166	(36)
<b>Total resultados abrangentes</b>	<b>-</b>	<b>(202)</b>	<b>166</b>	<b>(36)</b>
<b>Resultado alocado aos não controladores</b>	<b>-</b>	<b>(81)</b>	<b>10</b>	<b>(71)</b>
<b>ORA alocados aos não controladores</b>	<b>-</b>	<b>(81)</b>	<b>10</b>	<b>(71)</b>

	<b>2019</b>		
	<b>Manager Saúde Ltda</b>	<b>Bionexo de Mexico S.A. de C.V.</b>	<b>Total</b>
<b>Percentual dos não controladores</b>	<b>40%</b>	<b>6,03%</b>	
Ativo circulante	410	523	933
Ativo não circulante	3.524	25	3.549
Passivo circulante	(421)	(1.087)	(1.508)
Passivo não circulante	-	(2.043)	(2.043)
<b>Ativos (passivos) líquidos</b>	<b>3.513</b>	<b>(2.582)</b>	<b>931</b>
<b>Ativos líquidos atribuíveis aos não controladores</b>	<b>1.405</b>	<b>(144)</b>	<b>1.261</b>
Receitas	1.155	999	2.154
Prejuízo do exercício	(269)	(313)	(582)
<b>Total resultados abrangentes</b>	<b>(269)</b>	<b>(313)</b>	<b>(582)</b>
<b>Resultado alocado aos não controladores</b>	<b>(107)</b>	<b>(19)</b>	<b>(126)</b>
<b>ORA alocados aos não controladores</b>	<b>(107)</b>	<b>(19)</b>	<b>(126)</b>

2018

	<b>Manager Saúde Ltda</b>	<b>Bionexo de Mexico S.A. de C.V.</b>	<b>Total</b>
<b>Percentual dos não controladores</b>	<b>40%</b>	<b>6,03%</b>	
Ativo circulante	196	237	433
Ativo não circulante	4.099	18	4.117
Passivo circulante	(134)	(518)	(652)
Passivo não circulante	(3)	(1.811)	(1.814)
<b>Ativos (passivos) líquidos</b>	<b>4.158</b>	<b>(2.074)</b>	<b>(2.084)</b>
<b>Ativos líquidos atribuíveis aos não controladores</b>	<b>1.633</b>	<b>(125)</b>	<b>(1.508)</b>
Receitas	656	799	1.455
Lucro (Prejuízo) do exercício	(144)	(43)	(187)
<b>Total resultados abrangentes</b>	<b>(144)</b>	<b>(43)</b>	<b>(187)</b>
<b>Resultado alocado aos não controladores</b>	<b>(58)</b>	<b>(3)</b>	<b>(61)</b>
<b>ORA alocados aos não controladores</b>	<b>(58)</b>	<b>(3)</b>	<b>(61)</b>

*i. Aquisição de acionistas não controladores*

Conforme descrito na nota 2.1, a Bionexo S.A. aumentou sua participação na Bionexo México com a aquisição de 15,84% da participação detida pela Blue Stone Participação S.A. e 1,97% da participação detida pelo Sr. Mauricio De Lazzari Barbosa; o valor total das aquisições foi de R\$ 1,00 (um real).

*g. Bônus de subscrição*

Ao longo de 2018 a Bionexo iniciou um processo para levantamento de capital (*fundraising*), com objetivo de captar recursos para execução do seu plano de negócios. Este processo foi concluído em dezembro de 2018.

A partir da conclusão deste processo, a Orjen Investments Pte. Ltd, uma subsidiária integral indireta da Temasek Holdings (Private) Limited (“Orjen”), nova investidora, passou a compor o quadro de acionistas da Companhia, juntamente com a Prisma Bazar Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Prisma”) e Apus Participações EIRELI (“Apus”) que eram os acionistas controladores da Companhia. Como consequência, em 2018, a Companhia recebeu um aporte de caixa no valor de R\$ 82.073 e emitiu 928.084 ações e três bônus de subscrição, conforme segue:

- Bônus A Nº 1 - Bônus de Subscrição à favor da Orjen. Se exercido a Companhia deverá emitir uma quantidade de novas ações que representem até 8,563% do capital social da Companhia (em bases totalmente diluídas). Essa subscrição é exercível somente se a taxa de retorno presumida da Orjen fique abaixo do intervalo de referência definida no contrato. As novas ações a serem emitidas serão do mesmo tipo de ações e terão os mesmos privilégios, preferências e condições que as ações detidas pela Orjen

imediatamente antes da emissão das novas ações. O bônus de subscrição A confere ao titular o direito de subscrever uma quantidade de ações de emissão da Companhia pelo preço de exercício (R\$1,00), limitada a 503.543 ações.

- Bônus B Nº 2 e B Nº 3 - Bônus de Subscrição à favor de Prisma e Apus respectivamente, pelo preço de exercício de R\$ 1,00. Esse bônus de subscrição pode ser exercível somente se a taxa de retorno presumida da Orjen fique acima do intervalo de referência definida no contrato. Se exercida a Companhia deverá emitir uma quantidade de novas ações necessárias (limitada a uma quantidade máxima) para reduzir o montante do valor econômico do Orjen presumido por ação que faça com que a taxa de retorno presumida do Orjen por ação exceda a taxa de retorno de referência conforme definido no contrato. O Bônus de Subscrição B confere ao titular o direito de subscrever até 1.051.665 ações e o Bônus de Subscrição B 1, até 754.706 ações. Os Bônus de Subscrição devem ser alocados de forma que as novas ações a serem exercidas sejam distribuídas entre Prisma e Apus nas seguintes proporções: 47,569% para Apus e 52,431% para Prisma. As referidas novas ações a serem emitidas serão da mesma espécie e terão os mesmos privilégios, preferências e condições que as ações detidas pelo beneficiário imediatamente antes da emissão das novas ações.

Se o preço obtido pela Orjen em um evento de liquidez, incluindo uma possível oferta pública inicial (IPO), estiver dentro da faixa de referência, os contratos de bônus de subscrição não resultarão na emissão de novas ações aos titulares.

Todos os Bônus de Subscrição podem ser exercidos uma vez, e apenas uma vez, se, e somente se, houver um evento de liquidez que resulte em uma taxa de retorno presumida para o investidor por ação que esteja fora da faixa de referência, e o número de ações a serem emitido depende do retorno obtido pela Orjen no evento de liquidez

O prazo para o exercício, para todas as classes, será o que ocorrer primeiro dentre os seguintes:

- (i) no caso de uma venda de todos ou substancialmente todos os ativos da Companhia de forma consolidada, o prazo para o exercício será de 20 (vinte) dias úteis após o que ocorrer antes dentre as seguintes situações: (a) recebimento pelo Beneficiário de uma notificação escrita da Companhia a este respeito; ou (b) aprovação da referida venda em reunião do conselho de administração da Companhia;
- (ii) no caso de alteração de controle, o prazo para o exercício será de 20 (vinte) dias úteis após o recebimento pelo Beneficiário da Notificação de Transferência de Ações (*Notice of Transfer of Shares*);
- (iii) no caso de um oferta pública (*IPO*), o prazo para o exercício será de 20 (vinte) dias úteis após o recebimento, pelo Beneficiário, de notificação escrita da Companhia informando a respeito do Anúncio de Encerramento do *IPO*; e
- (iv) no caso de extinção, dissolução ou liquidação da Companhia que não se enquadre nas hipóteses mencionadas, o prazo para o exercício será de 20 (vinte) dias úteis após o que ocorrer antes dentre as seguintes situações: (a) recebimento pelo Beneficiário de uma notificação escrita da Companhia a esse respeito; ou (b) publicação dos respectivos atos societários, de acordo com a Lei aplicável.

### **Valor justo do bônus de subscrição**

A Companhia realizou o cálculo do valor justo dos instrumentos outorgados através de um modelo de precificação (Monte Carlo) para determinar o valor justo das opções levando em consideração, como principais premissas, valor da ação na data base, de acordo com *valuation* apurado pela Companhia, preço de exercício, taxa de juros livre de riscos, volatilidade e estimativa de prazo até o exercício. O resultado deste estudo gerou o valor unitário a ser atribuído à opção.

Adicionalmente a Companhia realizou a avaliação das projeções do fluxo de caixa com o objetivo de determinar o *valuation* da Companhia nas datas base, para se determinar se o retorno à Orjen estaria dentro dos intervalos acordados pelo instrumento.

Uma vez valores justos dos bônus não foram materiais nas datas de emissão desses instrumentos e nas datas findas em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, não foram reconhecidas pela Companhia qualquer obrigação para a emissão de novas ações.

## **22 Programa de pagamento baseado em ações**

### *i. Liquidação em caixa*

Em 01 de maio de 2020, o Grupo deliberou, em Reunião do Conselho de Administração, a criação do Programa de Pagamento Baseado em Ações com Liquidação em Caixa - “*Phantom Shares*”.

O programa tem por objetivo outorgar a determinados Beneficiários da Companhia direitos sobre a valorização das ações de emissão da Companhia, com liquidação em caixa, como parte do pacote de remuneração destes, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos Beneficiários contemplados pelo Programa; e (c) possibilitar a Companhia ou outras sociedades sob o seu controle atrair e reter administradores contemplados pelo Programa.

As “*Phantom Shares*” não conferem ao seu titular a condição de acionista da Companhia, nem qualquer direito ou privilégio inerente a tal condição, em especial o direito de voto, direito a dividendos e outros direitos políticos. Nenhuma ação de emissão da Companhia será entregue ao Beneficiário em razão das “*Phantom Shares*” outorgadas.

#### *Principais características do plano em 31 de dezembro de 2020*

■ Total de instrumentos outorgados:	80.337
■ Período de aquisição de direito ( <i>vesting period</i> ):	25% ao ano por 4 anos
■ Método de consolidação de direito:	Consolidação escalonada ( <i>graded vesting</i> )
■ Valor originário na outorga ( <i>strike price</i> ):	R\$ 70,42 (*)
■ Valor justo do instrumento outorgado (a):	R\$ 14,50
■ Vencimento médio remanescente em anos:	3,15

(\*) corrigido por 100% (cem por cento) da variação acumulada da taxa DI-Over (CDI), conforme divulgada pela CETIP, calculado de forma *pro rata temporis*, desde a data da outorga até a data do exercício do Incentivo.

**(a) Mensuração do valor justo**

Tendo em vista que Administração não tem a expectativa de que o plano seja liquidado a partir da ocorrência dos eventos de liquidez (hipóteses (i) e (ii) descritas abaixo), o cálculo do valor justo do instrumento outorgado (contratualmente denominado "*equity value*") foi realizado com base em fórmula específica determinada no contrato (hipótese (iii), descrita abaixo), que prevê exercício parcial do plano de incentivo ao final do período de aquisição de direito (*vesting period*). A referida hipótese também prevê a entrega de somente 50% dos instrumentos outorgados, premissa também considerada para a apropriação e reconhecimento dos impactos.

O *equity value* do instrumento é calculado a partir do valor da Companhia, subtraindo-se deste seu endividamento líquido, as participações de não controladores e a provisão para processos judiciais e administrativos, cujo produto é dividido pelo número de ações totais de emissão da Companhia, excluindo-se as ações em tesouraria, onde:

- Valor da Companhia =  $(RRMB \times M1 \times 75\%) + ((EBITDA - \text{Investimento nos 12 meses anteriores à data da outorga} \times M2 \times 25\%))$ ;

Onde:

- RRMB = Receita Recorrente Mensal Bruta no mês anterior à data da outorga  $\times 12$ ;
- $M1 = 2,0 + 10,0 \times \text{TCAC}$  (taxa de crescimento anual composta) de RRMB dos últimos 48 meses anteriores à data da outorga;
- EBITDA equivale ao lucro líquido antes de (i) imposto de renda e contribuição social, (ii) despesas financeiras líquidas e (iii) depreciação e amortização.
- $M2 = 15$

**(b) Condições para o exercício do plano de incentivo**

Conforme previsto no referido plano, o beneficiário terá o direito de receber uma determinada quantidade de *Phantom Shares* condicionado ao cumprimento de manter-se vinculado como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle ("condição de serviço" ou *service condition*).

Além da referida condição de serviço, o plano de incentivo de longo prazo prevê que o beneficiário poderá exercer seu direito nas seguintes hipóteses:

- (i) de forma integral, em caso de um evento de liquidez, como uma venda do controle da Companhia, no período entre 2 anos contados da assinatura do contrato e 5 anos após finalizado o período de *vesting*, independentemente de ter cumprido todo o período de *vesting*; ou
- (ii) parcialmente, caso o referido evento de liquidez não implique na transferência de controle, proporcionalmente ao percentual de ações de titularidade dos Controladores que forem alienadas naquele Evento de Liquidez; ou
- (iii) parcialmente, se até o fim do período de *vesting* não tiver ocorrido evento de liquidez, hipótese em que o cálculo do incentivo considerará apenas 50% das *phantom shares* que tiverem sido atribuídas ao beneficiário, sendo aplicado ainda um desconto de 30% sobre o

valor do incentivo eventualmente devido. Nesta hipótese, o beneficiário manterá a possibilidade de exercer os remanescentes 50% das suas *phantom shares*, caso ocorra evento liquidez no prazo de 5 anos contados do fim do período de *vesting*.

Em qualquer caso, o beneficiário, para fazer jus ao recebimento do incentivo, deverá ter permanecido, ininterruptamente, como um colaborador ou administrador da Companhia, até o recebimento do incentivo.

O incentivo é calculado a partir da multiplicação da quantidade de *phantom shares* atribuída aos beneficiários do plano pela diferença entre o valor justo do instrumento outorgado, na data das demonstrações financeiras, e o valor originário (*strike price*). Em 31 de dezembro de 2020 não há passivos reconhecidos, uma vez que o valor justo do instrumento outorgado não foi significativo.

#### ***Movimentação anual dos instrumentos outorgados***

A tabela a seguir apresenta a quantidade e a média ponderada do preço de exercício e o movimento das *phantom shares* durante o período:

	<b>Quantidade de <i>phantom shares</i></b>				<b>Preço médio do exercício (R\$)</b>
	<b>Outorgadas</b>	<b>Canceladas</b>	<b>Exercidas</b>	<b>Phantom shares vigentes</b>	
<b>Posição em 31 de dezembro de 2018</b>					
Outorgas concedidas em 2019	42.401	-	-	42.401	-
Transferências aos beneficiários	(18.337)	-	-	(18.337)	-
<b>Posição em 31 de dezembro de 2019</b>					
Outorgas concedidas em 2020	24.064	-	-	24.064	-
Transferências aos beneficiários	37.936	-	-	37.936	-
<b>Posição em 31 de dezembro de 2020</b>					
	38.576	-	-	38.576	-

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo na conta de benefícios a empregados e administradores – *phantom share*, referente à “pagamento baseado em ações com liquidação em caixa” no passivo é de R\$ 303 em 2020 e no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi reconhecido R\$ 303 na rubrica de “Despesas administrativa”.

<b>Data da outorga</b>	<b>Fim do período de <i>vesting</i></b>	<b>Tranches</b>	<b>Instrumentos outorgados</b>	<b>% médio de direito consolidado</b>	<b>Instrumentos transferidos</b>	<b>Instrumentos não transferidos</b>	<b>Instrumentos exercidas</b>	<b>Instrumentos cancelados</b>	<b>Instrumentos não exercidos</b>
01/05/2020	21/04/2020	Tranche 1 (T1)	20.085	77%	15.460	4.625	-	-	20.085
01/05/2020	21/04/2021	Tranche 2 (T2)	20.084	60%	12.137	7.947	-	-	20.084
01/05/2020	21/04/2022	Tranche 3 (T3)	20.084	40%	8.092	11.992	-	-	20.084
01/05/2020	21/04/2023	Tranche 4 (T4)	20.084	30%	6.072	14.012	-	-	20.084

#### ***ii. Liquidação de ações***

Em 30 de junho de 2018, a Companhia deliberou e aprovou, em Reunião do Conselho de Administração, a criação do Plano de Opção de Compra de Ações, com liquidação em opções para instrumentos patrimoniais, oferecendo a alguns de seus administradores e empregados a oportunidade de tornarem-se seus acionistas.

As opções, cujos direitos tenham sido adquiridos pelos beneficiários (“opções maduras”) poderão ser exercidas total ou parcialmente pelo seu Beneficiário, observado o período de exercício, desde que mantida a continuidade do vínculo empregatício com a Companhia na data do efetivo exercício da respectiva opção. Ou seja, a condição para exercício é baseada na permanência dos beneficiários elegíveis ao plano durante o período de aquisição de direito (*vesting period*).

O Beneficiário não tem qualquer direito na qualidade de acionista da Companhia (inclusive o direito de receber dividendos), com relação a quaisquer ações abrangidas pela opção, até que essas ações tenham sido totalmente subscritas/adquiridas e integralizadas/pagas pelo Beneficiário.

O valor das opções é estimado na data de concessão, com base no modelo “Black & Scholes” de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos.

As opções outorgadas nos planos vigentes poderão ser exercidas, desde que observadas os períodos de aquisição e exercício definidos nos contratos de outorga, e suas características estão indicadas nas tabelas a seguir:

- Total de instrumentos outorgados: 64.584
- Método de consolidação de direito: Consolidação escalonada (*graded vesting*)
- Preço de exercício das opções na outorga: R\$ 39,48 (\*)
- Valor justo do instrumento outorgado: R\$ 4,09
- Preço médio de exercício de cada tranche: R\$ 45,00
- Volatilidade esperada do preço da ação: 38,82%
- Taxa de retorno livre de risco: 8,00%
- Vencimento médio remanescente: 10 meses

(\*) O preço das ações a serem subscritas ou adquiridas em decorrência do exercício da opção será de R\$ 39,48 por ação, menos os dividendos pagos por ação desde 12 de abril de 2018, corrigido por 100% da variação acumulada da taxa D1-Over (COI), calculado de forma pro rata temporis, desde 12 de abril de 2018 até a data de integralização ou pagamento integral.

A tabela a seguir apresenta as quantidades outorgadas e o movimento das opções de ações desde a data de sua outorga:

Data da outorga	de vesting	Tranches	Fim do período		% de direito consolidado	Opções transferidas	Opções não transferidas	Opções exercidas	Opções canceladas	Opções não exercidas
			Opções outorgadas							
30/06/18	30/06/19	Tranche 1 (T1)	16.146	100%	16.146	-	15.711	-	435	
30/06/18	30/06/20	Tranche 2 (T2)	16.146	100%	16.146	-	8.232	6.332	1.582	
30/06/18	30/06/21	Tranche 3 (T3)	16.146	83%	13.480	2.666	-	6.332	9.814	
30/06/18	30/10/21	Tranche 4 (T4)	16.146	75%	12.129	4.017	-	6.332	9.814	

Em 31 de dezembro de 2020, o valor reconhecido como programa de pagamento baseado em ações no patrimônio líquido foi de R\$ 189 e na demonstração do resultado do exercício findo

em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 189, o qual foi reconhecido na rubrica “Despesas administrativas”.

## 23 Receita operacional líquida

As receitas do Grupo são provenientes da prestação de soluções digitais baseadas em nuvem para instituições de saúde, fabricantes e distribuidores de insumos médico-hospitalares, incluindo, principalmente, receitas recorrentes na forma de mensalidades pagas pelo acesso às soluções providas pela Bionexo, além de receitas não recorrentes referentes a prestações de serviços de implementação das soluções ofertadas pelo Grupo ou ainda consultorias pontuais.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente. A receita é apresentada líquida dos impostos.

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Receita de contratos com clientes	70.858	62.978	54.838	90.169	76.949	67.302

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Consolidado			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Receita de serviços	79.671	74.045	65.862	99.677	89.420	78.567
(-) Impostos sobre vendas	(8.813)	(11.067)	(11.024)	(9.508)	(12.471)	(11.265)
	<b>70.858</b>	<b>62.978</b>	<b>54.838</b>	<b>90.169</b>	<b>76.949</b>	<b>67.302</b>

Em 2020 a Bionexo S.A. utilizou-se do benefício cedido pelo governo que buscou a desoneração da folha de pagamento, com isso passou a realizar o recolhimento do INSS com base na receita bruta, antes era com base na folha de pagamento.

### i. Desagregação da receita por mercado geográfico

	País	Controladora			Consolidado		
		2020	2019	2018	2020	2019	2018
Bionexo S.A.	Brasil	70.858	62.978	54.838	76.585	66.135	55.254
Bionexo Colombia S.A.S.	Colômbia	-	-	-	6.920	5.667	5.612
Bionexo Ibérica S.A.	Espanha	-	-	-	186	557	743
Bionexo de México S.A. de C.V.	México	-	-	-	1.250	999	799
Bionexo.Com S.A.	Argentina	-	-	-	5.228	3.591	4.894
		<b>70.858</b>	<b>62.978</b>	<b>54.838</b>	<b>90.169</b>	<b>76.949</b>	<b>67.302</b>

## 24 Custos e despesas por natureza

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Despesas com pessoal	(44.295)	(38.728)	(30.291)	(53.115)	(47.475)	(36.935)
Serviços prestados por terceiros	(13.772)	(10.772)	(9.516)	(19.117)	(15.518)	(12.956)
Despesas água, luz, telefone, administrativa	(2.223)	(4.037)	(4.108)	(3.103)	(4.596)	(4.793)
Despesas com viagens	(582)	(1.546)	(1.141)	(689)	(1.684)	(1.198)
Impostos e taxas	(2.145)	(1.078)	(856)	(2.587)	(1.508)	(883)
Depreciação e amortização	(2.804)	(1.866)	(419)	(2.887)	(1.970)	(636)
Feiras e eventos	(1.546)	(1.752)	(1.554)	(1.547)	(1.751)	(1.555)
Amortização dos intangíveis	(10.122)	(5.928)	(2.371)	(10.471)	(5.928)	(2.371)
Perdas esperadas de contas a receber	(586)	(2.176)	(1.654)	(1.112)	(2.847)	(1.654)
	<b>(78.075)</b>	<b>(67.883)</b>	<b>(51.910)</b>	<b>(94.628)</b>	<b>(83.277)</b>	<b>(62.981)</b>
Custos dos serviços prestados	(28.456)	(21.822)	(19.627)	(31.682)	(25.114)	(23.984)
Despesas gerais e administrativas	(20.610)	(17.027)	(12.938)	(25.581)	(25.125)	(17.676)
Despesas de vendas e distribuição	(18.301)	(20.930)	(15.320)	(25.782)	(24.771)	(17.296)
Amortização dos gastos de desenvolvimento capitalizados	(10.122)	(5.928)	(2.371)	(10.471)	(5.928)	(2.371)
Perdas esperadas de contas a receber	(586)	(2.176)	(1.654)	(1.112)	(2.339)	(1.654)
	<b>(78.075)</b>	<b>(67.883)</b>	<b>(51.910)</b>	<b>(94.628)</b>	<b>(83.277)</b>	<b>(62.981)</b>

## 25 Outras despesas

	Controladora			Consolidado		
	2020 (i)	2019 (ii)	2018 (iii)	2020 (i)	2019 (ii)	2018 (iii)
Despesas <i>Fundraising</i>	-	(492)	(4.189)	-	(492)	(4.189)
Perdas em investimentos	(1.813)	-	(1.050)	(2.703)	-	(1.050)
Outros	(1.082)	(382)	775	(1.082)	(382)	775
	<b>(2.895)</b>	<b>(874)</b>	<b>(4.464)</b>	<b>(3.785)</b>	<b>(874)</b>	<b>(4.464)</b>

- (i) Baixa do investimento na Bionexo Iberica S.A. em razão de alienação da participação societária na empresa, no valor de R\$ 890; baixa do investimento na Intuitive Care, Inteligencia Hospitalar S.A. em razão de alienação de participação societária na empresa, no valor de R\$ 1.813; e (c) baixa de benfeitorias em escritório administrativo na Companhia, cujo contrato de locação foi encerrado, no valor R\$ 1.082.
- (ii) Custos com assessoria jurídica relativa a aporte de capital, no valor de R\$ 492; e baixa de outros ativos, no valor de R\$ 382.
- (iii) Baixa de ativos intangíveis de R\$ 361; baixa da carteira de clientes referente ao Hospital Center, no valor de R\$ 1.050; estorno da provisão de contingência trabalhistas, no valor de R\$ 1.114; custos com assessoria relativo ao processo de levantamento de capital (*fundraising*), no valor de R\$ 4.189; e estorno de baixa de ativos de pequeno valor de R\$ 22.

## 26 Receitas e (despesas) financeiras líquidas

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
<b>Receitas financeiras</b>						
Rendimento sobre aplicação financeira	1.336	1.018	755	1.338	4.518	699
Variação monetária ativa atualização	1.457	321	183	1.513	494	659
Outros	663	516	874	821	1.528	1.477
<b>Total</b>	<b>3.456</b>	<b>1.855</b>	<b>1.812</b>	<b>3.672</b>	<b>6.540</b>	<b>2.835</b>
<b>Despesas financeiras</b>						
Despesas bancárias	(182)	(156)	(115)	(194)	(222)	(121)
Juros	(1.127)	(3.689)	(473)	(1.127)	(3.689)	(542)
Multas	(212)	(52)	(27)	(234)	(57)	(29)
Variação cambial	(527)	(521)	(593)	(375)	(951)	(1.116)
Descontos financeiros concedidos	(141)	(326)	(150)	(154)	(572)	(195)
Outros	(314)	(420)	(158)	(227)	(717)	(188)
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>	<b>(2.503)</b>	<b>(5.164)</b>	<b>(1.516)</b>	<b>(2.311)</b>	<b>(6.207)</b>	<b>(2.191)</b>
	<b>953</b>	<b>(3.309)</b>	<b>296</b>	<b>1.361</b>	<b>333</b>	<b>644</b>

## **27 Transações com partes relacionadas**

### *i. Transações com partes relacionadas reconhecidas no ativo e passivo*

**Bionexo S.A.**  
*Demonstrações financeiras*  
*Individuais e consolidadas em*  
*31 de dezembro de 2020*

Ativos	Controladora			Consolidado		
	Mútuo	2020	2019	Mútuo	2020	2019
Bionexo Internacional S.A. (a)	-	-	500	-	-	-
Maurício De Lazzari Barbosa (b)	4.541	2.126	-	-	-	-
Bionexo de Mexico S.A. de C.V. (c)			-	2.938	2.879	-
<b>Total</b>	<b>4.541</b>	<b>2.126</b>	<b>500</b>	<b>2.938</b>	<b>2.879</b>	<b>4.541</b>

- (a) Operação de mútuo entre Bionexo Internacional e Bionexo SA, realizada respectivamente em 30 de outubro de 2018 e 6 de dezembro de 2018, no valor nominal de R\$ 300 e R\$ 200 respectivamente, com prazo de 365 dias para liquidação sem taxa de remuneração.
- (b) Operação de mútuo entre Bionexo S.A. e Mauricio De Lazzari Barbosa, ajustado anualmente, pelo prazo de 60 meses contados a partir de 15 de abril de 2018. Essa obrigação originou-se a partir de Acordo de Acionistas celebrado entre Mauricio de Lazzari Barbosa e Prisma Bazar Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. O mutuo é feito mensalmente com remuneração atrelada à taxa média ponderada de captação com terceiros da Companhia. Adicionalmente esse contrato de mutuo poderá ser liquidado com dividendos futuros ou em caso de um evento de liquidez da Companhia.
- (c) A Bionexo Brasil possui títulos a receber com a Bionexo México referentes aos serviços prestados de TI. Em 2021, este valor será capitalizado na controlada, razão pela qual este valor é apresentado compensando o saldo do investimento da Bionexo S.A. Em 31 de dezembro de 2020, o contas a receber da Bionexo S.A. com a Bionexo México totaliza R\$ 2.705.

*ii. Transações com partes relacionadas com efeitos no resultado*

Controladora	Receita financeira			Despesas financeiras			Despesas administrativas		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Bionexo de Mexico S.A. de C.V. (e)	-	99	151	(252)	-	-	-	-	-
Apus Participações Eirelli (d)	-	-	-	-	-	-	-	(2.099)	-
Maurício De Lazzari Barbosa (b)	247	-	-	-	-	-	-	-	-

**Bionexo S.A.**  
*Demonstrações financeiras*  
*Individuais e consolidadas em*  
*31 de dezembro de 2020*

<b>Total</b>	<b>247</b>	<b>99</b>	<b>151</b>	<b>(252)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.099)</b>	<b>-</b>
<b>Consolidado</b>								
<b>Receita financeira</b>								
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	
Apus Participações Eirelli (d)	-	-	-	-	-	(2.099)	-	
Maurício De Lazzari Barbosa (b)	247	-	-	-	-	-	-	
<b>Total</b>	<b>247</b>	<b>99</b>	<b>151</b>	<b>(252)</b>	<b>-</b>	<b>(2.099)</b>	<b>-</b>	

(d) Consultoria na área administrativa prestada por empresa da qual é proprietário Mauricio De Lazzari Barbosa (acionista da Bionexo S.A.).  
 Esse serviços foram prestados apenas em 2019 e estão relacionados com as atividades de transição para o novo CEO.

(e) Juros de empréstimo entre a Bionexo S.A. e a Bionexo México. O empréstimo foi, originalmente, realizado pela antiga controladora do Grupo, Bionexo Internacional, e assumido pela Bionexo S.A. em decorrência do processo de reestruturação ocorrido em 31 de dezembro de 2020. Este valor será capitalizado na Bionexo México em 2021, motivo pelo qual é apresentado compensando o saldo do investimento da Bionexo S.A. na Bionexo México. Em 31 de dezembro de 2020, o empréstimo a receber da Bionexo S.A. com a Bionexo México totaliza a R\$ 1.097.

*iii. Movimentos nos mútuos com partes relacionadas*

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Em 1º de janeiro de 2018</b>	-	-
Aumento de mútuos	500	-
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>500</b>	-
Aumento de mútuos	2.126	2.126
Recebimento de mútuos	(500)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>2.126</b>	<b>2.126</b>
Aumento de mútuos	2.168	2.168
Atualização financeira de mútuos	247	247
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>4.541</b>	<b>4.541</b>

*iv. Operações com pessoal-chave da administração*

A remuneração do pessoal-chave da Administração do Grupo inclui salários, benefícios não monetários (assistência médica e odontológica, vale refeição) e contribuições. Os diretores também participam no programa de opção de compra de ações do Grupo. Não há no Grupo nenhum benefício pós emprego.

	<b>Consolidado</b>		
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Remuneração de curto prazo	1.703	1.520	1.638
Benefícios	204	170	153
Despesas com pagamentos baseados em ações	157	-	-

*v. Aquisições de participação com partes relacionadas*

A Bionexo Internacional aumentou, em 2018, sua participação na Bionexo México com a aquisição de 15,84% da participação pertencente a empresa Blue Stone Participação S.A e 1,97% da participação pertencente ao Sr. Mauricio De Lazzari Barbosa, conforme descrito na Nota Explicativa 2.1

Adicionalmente, o Grupo realizou outras movimentações societárias entre as empresas sob controle comum, essas estão descritas na Nota Explicativa 2.1

## 28 Instrumentos financeiros

### Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

<b>Ativos e passivos consolidados</b>		<b>Valor contábil</b>			<b>Valor justo</b>			
<b>31 de dezembro de 2020</b>		<b>Nota</b>	<b>VRJ e outros</b>	<b>Ativos financeiros a custo amortizado</b>	<b>Outros passivos financeiros</b>	<b>Total</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>
<i>Em milhares de Reais</i>								
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>								
Aplicações financeiras	8	60.390	-	-	-	60.390	60.390	-
Aplicações financeiras restritas	8	3.392	-	-	-	3.392	3.392	-
		<b>63.782</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>63.782</b>	<b>63.782</b>	<b>-</b>
<b>Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>								
Caixa e bancos	8	-	4.659	-	-	4.659	-	-
Contas a receber de clientes	9	-	6.204	-	-	6.204	-	-
Mútuo com partes relacionadas	27	-	4.541	-	-	4.541	-	-
Opção de compra obtida de não controladores	2.1	46	-	-	-	46	46	-
		<b>46</b>	<b>15.404</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>15.450</b>	<b>46</b>	<b>-</b>
<b>Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>								
Empréstimos	17	-	-	42.328	42.328	42.421	-	-
Fornecedores		-	-	4.341	4.341	-	-	-
Arrendamento		-	-	4.249	4.249	-	-	-
		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>50.918</b>	<b>50.918</b>	<b>42.421</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Passivos financeiros mensurados ao valor justo</b>								
Opção de venda concedida a não controladores	2.1	5.164	-	-	-	5.164	-	5.164
Pagamento baseado em ações - liquidação em caixa	22.i	303	-	-	-	303	303	-
Contas a pagar	15	2.972	-	8.473	11.445	-	2.972	
		<b>8.439</b>	<b>-</b>	<b>8.473</b>	<b>16.612</b>	<b>303</b>	<b>8.136</b>	

<b>Ativos e passivos consolidados</b>		<b>Valor contábil</b>			<b>Valor justo</b>		
<b>31 de dezembro de 2019</b>		<b>Nota</b>	<b>VRJ e outros</b>	<b>Ativos financeiros a custo amortizado</b>	<b>Outros passivos financeiros</b>	<b>Total</b>	<b>Nível 2</b>
<i>Em milhares de Reais</i>							
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>							
Aplicações financeiras	8	56.421	-	-	-	56.421	56.421
Aplicações financeiras restritas	8	4.000	-	-	-	4.000	4.000
		<b>60.421</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>60.421</b>	<b>60.421</b>
<b>Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>							
Caixa e bancos	8	-	2.366	-	-	2.366	-
Contas a receber de clientes	9	-	8.535	-	-	8.535	-

Mútuos com partes relacionadas	27	-	2.126	-	2.126	-
		-	<b>13.027</b>	-	<b>13.027</b>	-

**Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo**

Empréstimos	17	-	-	19.771	19.771	19.823
Fornecedores		-	-	3.532	3.532	-
Outras contas a pagar	15	-	-	1.371	1.371	-
Arrendamento	12	-	-	7.429	7.429	-

**Ativos e passivos consolidados**  
**31 de dezembro de 2018**

Em milhares de Reais	Nota	VRJ e outros	Valor contábil		Total	Valor Justo Nível 2
			Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros		
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>						
Aplicações financeiras	8	92.027	-	-	92.027	92.027
		<b>92.027</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>92.027</b>	<b>92.027</b>
<b>Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>						
Caixa e bancos	8	-	2.863	-	2.863	-
Contas a receber de clientes	9	-	11.505	-	11.505	-
		<b>-</b>	<b>14.368</b>	<b>-</b>	<b>14.368</b>	<b>-</b>
<b>Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>						
Empréstimos	17	-	-	18.260	18.260	18.314
Fornecedores		-	-	7.974	7.974	-
Contas a pagar	15	-	-	1.242	1.242	-
		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>27.476</b>	<b>27.476</b>	<b>18.314</b>

*i. Mensuração do valor justo*

*a. Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis*

As tabelas abaixo apresentam as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 e 3 para instrumentos financeiros mensurados ao valor justo no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados. Os processos de avaliação estão descritos na nota explicativa 6.

**Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo**

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Depósitos bancários remuneradas	Depósitos bancários atualizados com base em CDBs remunerados pela variação da taxa do CDI, com remuneração efetiva variando de 5,89% a 6,13%. Não são alienados e são liquidados diretamente com a	Não aplicável.	Não aplicável.

contraparte, de forma que o valor contábil apresentado consiste em uma aproximação razoável do valor justo			
<i>Opção de venda concedida a acionistas não controladores e ganho esperado em relação à aquisição da Avatar (incluído em "Outras contas a pagar")</i>	Fluxos de caixa descontados: o modelo de avaliação considera o valor presente dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa de desconto ajustada ao risco.	Desconto ajustado pela taxa de risco (31 de dezembro de 2020: 7,5% a.a.)	Os valores justos estimados aumentariam (diminuiriam) se a taxa de desconto ajustada ao risco fosse menor (maior)

#### **Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo**

<b>Tipo</b>	<b>Técnica de avaliação</b>	<b>Inputs significativos não observáveis</b>
Outros passivos financeiros	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado, descontado utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco.	Taxa de desconto.

O valor justo dos saldos de caixa e bancos, contas a receber de clientes, fornecedores e outras contas a pagar são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos”.”.

#### **ii. Gerenciamento dos riscos financeiros**

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

#### **iii. Estrutura de gerenciamento de risco**

A Diretoria Executiva do Grupo tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo. A Diretoria Financeira é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco do Grupo. A Diretoria reporta regularmente ao CEO sobre suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

#### **iv. Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco do Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes.

### ***Caixa e equivalentes de caixa***

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria de acordo com as diretrizes discutidas pela Diretoria. Os recursos excedentes são investidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual ao grupo está exposto ao risco de crédito. Não foi identificada necessidade de constituição de provisão para perdas em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito é determinada somente em escala nacional (“Br”) para caixa equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas, conforme segue:

	<b>Consolidado</b> <b>31.12.2020</b>	<b>Consolidado</b> <b>31.12.2019</b>	<b>Consolidado</b> <b>31.12.2018</b>
Rating Nacional de AAA até A	68.441	62.787	94.890

### ***Contas a receber de clientes***

A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento.

A Diretoria Financeira estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes de a Companhia apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamento. A revisão efetuada pelo Grupo inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, informações do mercado, e, em alguns casos, referências bancárias. O Grupo possui sobre os clientes inadimplentes, monitorando individualmente a situação de cada um, podendo chegar a uma possível sustação da prestação de serviços.

O Grupo registra provisão para perda esperada de seu contas a receber, a partir da utilização de uma matriz de provisões para a sua mensuração. As taxas de perda são calculadas por meio do uso do método de ‘rolagem’ com base na probabilidade de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplência até a baixa completa. As taxas de rolagem são calculadas separadamente para exposições em diferentes segmentos com base em certas características de risco de crédito comuns, como o tempo de relacionamento com o cliente e o tipo de serviço prestado. Para maiores detalhes, consulte a política contábil na nota explicativa 6 (i).

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber por região geográfica era:

	<b>Consolidado</b>		
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Brasil	3.533	6.398	8.372
Colômbia	1.334	1.266	1.800
Espanha	-	156	314

México	307	179	352
Argentina	1.030	536	667
	<b>6.204</b>	<b>8.535</b>	<b>11.505</b>

A carteira de clientes do Grupo é formada por, aproximadamente 3.330 clientes, sendo que nenhum representa mais do que 5% do faturamento. Consequentemente o alto volume de clientes minimiza o risco de impactos significativos por inadimplência. Adicionalmente o Grupo limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de um a três meses para os clientes.

v. **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

O Grupo busca manter o nível de seu ‘Caixa e equivalentes de caixa’ e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (exceto ‘Fornecedores’) para os próximos 60 dias. O Grupo monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do ‘Contas a receber de clientes e outros recebíveis’ em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à ‘Fornecedores e outras contas a pagar’. Isso exclui o potencial impacto de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, tais como desastres naturais.

**Exposição ao risco de liquidez**

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Total</b>	<b>1 ano</b>	<b>1 a 2 anos</b>	<b>2 a 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>
Empréstimos	42.328	56.644	8.577	14.626	33.441	-
Fornecedores	4.341	4.341	4.341	-	-	-
Outras contas a pagar	11.445	11.882	5.989	5.893	-	-
Opção de vendas concedida a NCI	5.164	7.040	-	-	-	7.040
	<b>65.371</b>	<b>82.039</b>	<b>21.000</b>	<b>20.558</b>	<b>33.441</b>	<b>7.040</b>

Conforme divulgado na nota explicativa 17, o Grupo possui empréstimos sem garantia que contêm cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro destas cláusulas contratuais restritivas pode exigir que o Grupo pague tais operações antes da data indicada na tabela acima. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Os pagamentos de juros sobre empréstimos incluídos na tabela acima refletem as taxas de juros de mercado a termo na data do balanço e estes montantes podem mudar à

medida em que as taxas de juros pós-fixadas mudem. Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise acima possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores significativamente diferentes.

vi. **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 o Grupo não se utilizou de instrumentos financeiros derivativos para gerenciar riscos de mercado.

**Risco cambial**

O Grupo está exposto ao risco cambial de suas operações no exterior, originados a partir das diferenças entre as moedas funcionais de suas subsidiárias estrangeiras e o Real. As moedas funcionais das subsidiárias no exterior são, principalmente: Peso Argentino (ARP), Peso Colombiano (COP) e Peso Mexicano (MXM). Não obstante, a Administração entende que os efeitos decorrentes destas diferenças cambiais não são materiais no conjunto dessas demonstrações financeiras, dado o tamanho dessas operações em relação ao grupo, conforme demonstrado na Nota 12.

Adicionalmente, o Grupo está exposto ao risco cambial em relação aos serviços de hosting, uma vez que os fornecedores utilizam os serviços sediados no exterior e repassam imediatamente no preço a variação cambial do real frente ao dólar.

**Risco de taxa de juros**

O risco de taxa de juros é aquele pelo qual o Grupo poderá vir a sofrer perdas econômicas decorrentes de alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas como também alterações na política monetária no mercado interno e externo. Esta exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem ativos e passivos do Grupo indexados pelo Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”).

A Administração do Grupo não restringe a exposição às diferentes taxas de juros e também não estabelece limites entre taxas pré ou pós-fixadas.

A Administração do Grupo monitora continuamente as taxas de juros de mercado visando avaliar a eventual necessidade de contratação de operações com o objetivo de proteção contra a volatilidade dessas taxas.

Em 31 de dezembro de 2020, conforme requerido pela IN CVM nº 475/08, o Grupo efetuou testes de sensibilidade para cenários dos juros (CDI em 25% ou 50% superiores e inferiores ao cenário provável), considerando as seguintes premissas: cenário esperado para taxa de juros do CDI de 2,85% a.a. A estimativa de CDI tem como base projeções do mercado futuro B3 S.A.

Consolidado	31.12.2020	Taxa Provável	Provável	25%	50%
-------------	------------	---------------	----------	-----	-----

	(i)	(i)	(i)	(i)	(i)
Aplicações financeiras + restritas vinculadas ao CDI	68.441	2.85%	1.951	2.438	2.925
Empréstimos	(42.328)	6.00%	(2.540)	(3.175)	(3.809)
<b>Exposição líquida</b>	<b>26.113</b>	-	-	-	-
<b>Impacto líquido (i)</b>	<b>-</b>		<b>(589)</b>	<b>(737)</b>	<b>(884)</b>

(i) Corresponde ao impacto anual (isto é, próximos 12 meses de juros), que afetaria o resultado e o patrimônio líquido, se a mudança tivesse ocorrido já em 31 de dezembro de 2020 e não houvesse impacto nos demais fatores.

## 29 Demonstrações dos fluxos de caixa

### a. Transações que não envolvem caixa

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
<b>Reconciliações entre as adições do imobilizado e adições do fluxo de caixa:</b>						
Adoção inicial CPC06 (R2) /IFRS16	-	6.416	-	-	6.416	-
Adições de direito de uso	-	2.389	-	-	2.389	-
		8.805			8.805	

## 30 Cobertura de seguros

A cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 10.000 para responsabilidade civil em dezembro de 2020 (R\$ 2.500 para danos materiais e R\$ 2.850 para responsabilidade civil em 2019 e R\$ 2.500 para danos materiais e R\$ 2.500 para responsabilidade civil em 2018).

\* \* \*

Rafael Kellermann Barbosa  
 Presidente

Josimar Gomes  
 Head de Finanças

Moacir Andrade Machado  
 Contador  
 CRC: 1SP242981/O-0

## DECLARAÇÃO

### PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

**JOSIMAR GOMES**, brasileiro, solteiro, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 16.536.890, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 098.629.406-38, na qualidade de Diretor de Financeiro da **BIONEXO S.A.**, sociedade por ações, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia – CNPJ/ME sob o nº 04.069.709/0001-02, com sede e foro na Avenida Juscelino Kubitschek, 1830, 7º andar, Bairro Vila Nova Conceição, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.543-000 (“Companhia”), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que, juntamente com os demais diretores da Companhia: **(i)** reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e **(ii)** reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2021.

DocuSigned by:  
  
Josimar Gomes  
B484B0BD904F4A9...  
\_\_\_\_\_  
**JOSIMAR GOMES**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## Índice

---

### 1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores	3

### 2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	4
2.3 - Outras Informações Relevantes	5

### 3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	6
3.2 - Mediçãoes Não Contábeis	7
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	12
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	13
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	15
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	16
3.7 - Nível de Endividamento	17
3.8 - Obrigações	18
3.9 - Outras Informações Relevantes	19

### 4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	20
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	42
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	43
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	46
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	48
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	50
4.7 - Outras Contingências Relevantes	52
4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	53

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	54
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	61
5.3 - Descrição Dos Controles Internos	63
5.4 - Programa de Integridade	66
5.5 - Alterações significativas	71
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	72

### 6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	73
6.3 - Breve Histórico	74
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	76
6.6 - Outras Informações Relevantes	77

### 7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	78
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	89
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	90
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	91
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total	106
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	107
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	111
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	112
7.8 - Políticas Socioambientais	113
7.9 - Outras Informações Relevantes	114

### 8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários	115
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	116
8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	117

## Índice

---

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.	118
---	-----

### 9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros	119
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados	120
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis	121
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades	130
9.2 - Outras Informações Relevantes	132

### 10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	133
10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	162
10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	164
10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	166
10.5 - Políticas Contábeis Críticas	167
10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	168
10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	169
10.8 - Plano de Negócios	170
10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	171

### 11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	172
11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	173

### 12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	174
12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	182
12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração	186
12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem	188
12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	189
12.7/8 - Composição Dos Comitês	193

## Índice

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	195
12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	196
12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores	199
12.12 - Outras informações relevantes	200

## 13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	202
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	208
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	212
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	214
13.5 - Remuneração Baseada em Ações	220
13.6 - Opções em Aberto	222
13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	223
13.8 - Precificação Das Ações/opções	225
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	226
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	227
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	228
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	229
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	230
13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	231
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	232
13.16 - Outras Informações Relevantes	233

## 14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	234
14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	235
14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	236

## Índice

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	237
14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	238
<b>15. Controle E Grupo Econômico</b>	
15.1 / 15.2 - Posição Acionária	239
15.3 - Distribuição de Capital	242
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	243
15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte	244
15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor	247
15.7 - Principais Operações Societárias	248
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	253
<b>16. Transações Partes Relacionadas</b>	
16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas	254
16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	256
16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	257
16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	258
<b>17. Capital Social</b>	
17.1 - Informações Sobre O Capital Social	259
17.2 - Aumentos do Capital Social	260
17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	261
17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	262
17.5 - Outras Informações Relevantes	263
<b>18. Valores Mobiliários</b>	
18.1 - Direitos Das Ações	264
18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública	265
18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto	267

## Índice

---

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados	268
18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	269
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	272
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	273
18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros	274
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	275
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	276
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	277
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	278
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários	279

## 19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	281
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	282
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria	283

## 20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	284
20.2 - Outras Informações Relevantes	285

## 21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	286
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	288
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	290
21.4 - Outras Informações Relevantes	291

## 1.0 - Identificação dos responsáveis

<b>Nome do responsável pelo conteúdo do formulário</b>	<b>Rafael Kellermann Barbosa</b>
<b>Cargo do responsável</b>	Diretor Presidente
<b>Nome do responsável pelo conteúdo do formulário</b>	<b>Lucas Carvalho Zacharias</b>
<b>Cargo do responsável</b>	Diretor de Relações com Investidores

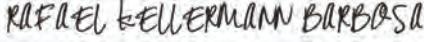
## 1.1 – Declaração do Diretor Presidente

DocuSign Envelope ID: 6E7F8BFA-B7FE-4500-BF64-9066B5ECD8A8

### DECLARAÇÃO

#### PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

**RAFAEL KELLERMANN BARBOSA**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 43.502.857, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 331.524.408-12, na qualidade de Diretor Presidente da **BIONEXO S.A.**, sociedade por ações, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia – CNPJ/ME sob o nº 04.069.709/0001-02, com sede e foro na Avenida Juscelino Kubitschek, 1830, 7º andar, Bairro Vila Nova Conceição, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.543-000 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

DocuSigned by:  
  
E6A293CF8F7F4EA...

**RAFAEL KELLERMANN BARBOSA**

Diretor Presidente

## 1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

DocuSign Envelope ID: 0D58FC5A-038B-44B6-B612-0E6898F35837

### DECLARAÇÃO

#### PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

**LUCAS CARVALHO ZACHARIAS**, brasileiro, solteiro, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 38.278.813-8, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 388.710.448-00, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da **BIONEXO S.A.**, sociedade por ações, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia – CNPJ/ME sob o nº 04.069.709/0001-02, com sede e foro na Avenida Juscelino Kubitschek, 1830, 7º andar, Bairro Vila Nova Conceição, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.543-000 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

DocuSigned by:  
  
202BE8B3F082464

**LUCAS CARVALHO ZACHARIAS**

Diretor de Relações com Investidores

## 2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

<b>Possui auditor?</b>	SIM
<b>Código CVM</b>	418-9
<b>Tipo auditor</b>	Nacional
<b>Nome/Razão social</b>	KPMG Auditores Independentes
<b>CPF/CNPJ</b>	57.755.217/0012-81
<b>Data Início</b>	12/11/2020
<b>Descrição do serviço contratado</b>	<p>Serviços relacionados: (i) à auditoria independente das demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020 preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB"); e (ii) à execução de procedimentos pré-acordados em relação à oferta.</p> <p>O montante total da remuneração dos auditores independentes paga em 2020 para os serviços relacionados à auditoria independente das demonstrações financeiras da Companhia encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$175.000,00.</p> <p>Não aplicável.</p>
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	Não aplicável.
<b>Justificativa da substituição</b>	Não aplicável.
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	Não aplicável.

<b>Nome responsável técnico</b>	<b>DATA_INICIO_ATUACAO</b>	<b>CPF</b>	<b>Endereço</b>
Danielle Rezende Suzano	12/11/2020	328.014.728-08	Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º Andar – Torre A, Vila São Francisco, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-904, Telefone (11) 39401500, e-mail: DRrezende@kpmg.com.br

## **2.3 - Outras Informações Relevantes**

### **2.3 - Outras informações relevantes**

Para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes, a Companhia prevê que é competência do Conselho de Administração deliberar sobre sua escolha e destituição, bem como conta com o apoio da área de auditoria interna que irá fiscalizar sua atuação e a ocorrência de quaisquer dos eventos mencionados acima. Ainda, a Companhia informa que não há nenhuma outra remuneração a ser paga aos auditores independentes contratados além da remuneração pelos serviços descritos no item 2.1/2 deste Formulário de Referência.

### 3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

	(Reais)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)
Patrimônio Líquido		103.421.000,00	109.528.000,00	116.458.000,00
Ativo Total		189.796.000,00	155.275.000,00	151.218.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos		90.169.000,00	76.949.000,00	67.302.000,00
Resultado Bruto		58.487.000,00	51.835.000,00	43.318.000,00
Resultado Líquido		-2.801.000,00	-5.223.000,00	-49.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)		132.396.795	3.337.387	3.337.387
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)		0,780000	32,820000	34,890000
Resultado Básico por Ação		-0,740000	-1,530000	-0,010000
Resultado Diluído por Ação		-0,74	-1,53	-0,01

### 3.2 - Medições Não Contábeis

#### 3.2 - Medições não contábeis

##### (a) Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou nos três últimos exercícios sociais as seguintes medições não contábeis:

(Em milhares de Reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
<b>Receita Recorrente</b>	<b>89.356</b>	<b>74.630</b>	<b>63.047</b>
% de crescimento	19,7%	17,7%	
<b>EBITDA</b>	<b>5.099</b>	<b>588</b>	<b>2.830</b>
Margem EBITDA %	5,7%	0,8%	4,2%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>8.884</b>	<b>1.462</b>	<b>7.294</b>
Margem EBITDA Ajustado	9,85%	1,9%	10,8%
<b>Dívida Bruta</b>	<b>(42.328)</b>	<b>(19.771)</b>	<b>(18.260)</b>
<b>Caixa Líquido</b>	<b>22.721</b>	<b>39.016</b>	<b>76.630</b>

#### Receita recorrente

A receita recorrente consiste em uma métrica financeira utilizada para medir o desempenho de contratos que possuem uma relação de prestação de serviços contínua, pagos com uma frequência pré-determinada, em geral mensalmente, e com prazo indeterminado.

A receita recorrente de contratos de clientes é mensurada com base na contraprestação especificada em cada contrato. A receita é reconhecida quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente. As receitas da Companhia são provenientes, principalmente, da subscrição pelos clientes de suas plataformas.

A Companhia celebra contrato de prestação de serviços com a totalidade de sua base de clientes. Este contrato determina os termos e condições relativos à prestação dos serviços e passa a vigorar no momento de sua assinatura e consequente disponibilização da plataforma ao cliente (obrigação de desempenho). O contrato estabelece, entre outras condições: (i) o preço acordado entre as partes, o qual é cobrado em parcelas fixas mensais; e (ii) a vigência é por prazo indeterminado, com reajuste anual pelo IPC-A, podendo ser rescindido por qualquer das partes, imotivadamente mediante a notificação prévia de 90 dias.

As receitas recorrentes e não recorrentes da Companhia compõem a receita operacional líquida conforme demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

#### EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA consiste no resultado líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

### 3.2 - Medições Não Contábeis

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 527/12.

O EBITDA e a Margem EBITDA são utilizados como medidas de desempenho pela administração da Companhia por serem medidas práticas para aferir o desempenho operacional da Companhia, facilitando a comparabilidade ao longo dos anos e com outras companhias, uma vez que correspondem a indicadores financeiros utilizados para avaliar seus resultados, sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros e outros impactos.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”) e não representam os fluxos de caixa dos períodos apresentados, portanto, não são medidas alternativas aos resultados ou fluxos de caixa. A Companhia utiliza o EBITDA e a Margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM nº 527/12, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM nº 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM nº 527/12 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM nº 527/12.

#### EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA Ajustado não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) nem pelas normas internacionais de Relatório Financeiro – *International Finance Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o resultado líquido, como indicador do desempenho operacional, como substituto para o fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para distribuição de dividendos. Não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Para detalhes da conciliação do resultado líquido com o EBITDA Ajustado, vide item 3.2. b desse Formulário de Referência.

A Margem EBITDA Ajustado é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita operacional líquida, conforme especificado no item 3.2.b.

O EBITDA Ajustado consiste no EBITDA ajustado por despesas não recorrentes. As despesas não recorrentes consideradas pela Companhia englobam: (i) Perdas em investimentos: refere-se a despesas decorrentes da baixa de ativo permanente, como alienação de investimento, venda ou baixa de imobilizado; (ii) Despesas *fundraising*: despesas relacionadas a levantamento de capital e custos com assessoria jurídica relativa aporte de capital; (iii) Outros – baixa de benfeitorias em escritório administrativo, e estorno de provisão de contingência.

#### Caixa Líquido e Dívida Bruta

A Dívida Bruta é calculada somando os Empréstimos (circulante e não circulante). O Caixa Líquido é o Caixa e Equivalentes de Caixa subtraídos da Dívida Bruta.

A Dívida Bruta e o Caixa Líquido não são medidas de endividamento em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a IFRS, não possuem um significado padrão e não podem ser comparadas com a Dívida Bruta e o Caixa Líquido elaborados por outras empresas.

#### (b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

### 3.2 - Medições Não Contábeis

#### Receita Recorrente

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
(Em milhares de Reais, exceto %)			
<b>RECEITA RECORRENTE</b>	<b>89.356</b>	<b>74.630</b>	<b>63.407</b>
% de crescimento	19,7%	17,7%	
(+) Receita Não Recorrente	813	2.319	3.895
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>90.169</b>	<b>76.949</b>	<b>67.302</b>

#### EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
(Em milhares de Reais, exceto %)			
Resultado Líquido	(2.801)	(5.223)	(49)
(+)(-)Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.097)	(1.754)	531
(+)(-)Resultado Financeiro	(1.361)	(333)	(644)
(+)(-)Depreciação e Amortização	13.358	7.898	2.992
<b>EBITDA</b>	<b>5.099</b>	<b>588</b>	<b>2.830</b>
Receita Operacional Líquida	90.169	76.949	67.302
Margem EBITDA %	5,7%	0,8%	4,2%
Perdas em investimentos <sup>1</sup>	2.703	-	1.050
Despesas <i>fundraising</i> <sup>2</sup>	-	492	4.189
Outros <sup>3</sup>	1.082	382	(775)
<b>EBITDA AJUSTADO</b>	<b>8.884</b>	<b>1.462</b>	<b>7.294</b>
Margem EBITDA Ajustado %	9,85%	1,9%	10,8%

<sup>1</sup>Baixa do investimento na Bionexo Ibérica S.A. em razão de alienação da participação societária na empresa, no valor de R\$ 890; baixa do investimento na Intuitive Care, Inteligência Hospitalar S.A. em razão de alienação de participação societária na empresa, no valor de R\$ 1.813; e baixa da carteira de clientes referente ao Hospital Center, no valor de R\$ 1.050;

<sup>2</sup>Custos com assessoria relativo ao processo de levantamento de capital (*fundraising*), no valor de R\$ 4.189; custos com assessoria jurídica relativa a aporte de capital, no valor de R\$ 492;

<sup>3</sup>Baixa de benfeitorias em escritório administrativo na Companhia, cujo contrato de locação foi encerrado, no valor R\$ 1.082; baixa de outros ativos, no valor de R\$ 382; estorno de baixa de ativos de pequeno valor de R\$ 22; baixa de ativos intangíveis de R\$ 361; e estorno da provisão de contingência trabalhistas, no valor de R\$ 1.114.

### 3.2 - Medições Não Contábeis

#### Caixa Líquido e Dívida Bruta

(Em milhares de Reais)	Em 31/12/2020	Em 31/12/2019	Em 31/12/2018
(-) Empréstimo (Circulante)	(8.577)	(4.311)	(5.073)
(-) Empréstimo (Não circulante)	(33.751)	(15.460)	(13.187)
Caixa e Equivalentes de Caixa	65.049	58.787	94.890
<b>Dívida Bruta</b>	<b>(42.328)</b>	<b>(19.771)</b>	<b>(18.260)</b>
<b>Caixa Líquido</b>	<b>22.721</b>	<b>39.016</b>	<b>76.630</b>

A empresa possui adicionalmente aplicações financeiras vinculadas a linhas de financiamentos. Essas aplicações financeiras atuam como garantidoras em financiamento tomado junto ao Banco Itaú, portanto possuem restrições quanto ao resgate. O valor dessas aplicações é de R\$ 3,4 milhões em 2020 e R\$ 4 milhões em 31 de dezembro de 2019. Não havia aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2018.

**(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**

#### Receita recorrente

A Companhia entende que a medição da receita recorrente seja útil para medir o desempenho dos contratos com clientes cuja relação de prestação de serviço é contínua, além de acompanhar indicadores como taxa de renovação dos clientes.

Além disso, considerando a previsibilidade das receitas recorrentes, a Companhia consegue prever igualmente investimentos em inovação e novas tecnologias ampliando o portfólio de soluções para atender as necessidades dos clientes. As receitas não recorrentes por sua vez são pontuais, relacionadas a venda direta de licença (modelo tradicional de vendas de software).

#### EBITDA e Margem EBITDA

A Companhia entende que o EBITDA e a Margem EBITDA são medidas alternativas que contribuem para a compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações, porque mostram o lucro contábil a partir das atividades genuinamente ligadas ao seu objeto social. Tais indicadores são utilizados pela Companhia para avaliar seu resultado sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis que não têm efeito no seu fluxo de caixa, sendo usados internamente como medida para avaliar produtividade e eficiência e demonstrando-se útil para avaliar o desempenho econômico-financeiro da Companhia.

A Companhia acredita que o EBITDA e a Margem EBITDA são uma ferramenta de comparação importante, que ajuda a Administração a tomar decisões. Além disso, a Administração usa o EBITDA para estabelecer as metas de desempenho, enquanto muitos investidores, agências de classificação e analistas financeiros consideram o EBITDA um indicador de desempenho.

#### EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

A Companhia entende que o EBITDA Ajustado é uma medida prática para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações, sem a interferência de certos eventos

### **3.2 - Medições Não Contábeis**

de exercícios anteriores e itens não recorrentes, porque demonstra o desempenho da operação pelas atividades genuinamente ligadas ao seu objeto social, sendo usado internamente como medida para avaliar produtividade e eficiência e demonstrando-se útil para avaliar o desempenho econômico-financeiro da Companhia.

A Companhia considerou as seguintes despesas para a apuração do EBITDA Ajustado: Perdas em investimentos; Despesas *fundraising* e Outros, conforme especificado no "item b" acima.

#### **Caixa Líquido e Dívida Bruta**

A Companhia utiliza-se deste índice para auferir quanto tempo sua geração operacional de caixa levaria para realizar os pagamentos de sua dívida líquida. Apesar de ser uma medida não contábil, este índice é comumente utilizado pelo mercado financeiro e de capitais, permitindo a comparação com negócios semelhantes ao da Companhia.

### **3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras**

#### **3.3 - Eventos Subsequentes às últimas demonstrações financeiras**

Não ocorreram eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, cuja emissão foi autorizada em 19 de fevereiro de 2021.

### 3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

#### 3.4 - Política de destinação dos resultados

	2020	2019	2018
<b>(a) Regras sobre retenção de lucros</b>	<p>Até 31 de dezembro de 2020, a Companhia era uma Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI e o documento constitutivo da Companhia prevê que o resultado verificado em cada ano deverá incluir a dedução, antes de qualquer outro interesse, dos prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. O prejuízo no ano deverá ser absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros, e pela reserva legal, nessa ordem. Em 31 de dezembro de 2020, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou sua transformação para sociedade por ações e as regras sobre retenção de lucros passaram a ser as seguintes: além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76.</p>	<p>A Companhia era uma Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI e o documento constitutivo da Companhia prevê que o resultado verificado em cada ano deverá incluir a dedução, antes de qualquer outro interesse, dos prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. O prejuízo no ano deverá ser absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros, e pela reserva legal, nessa ordem.</p>	<p>A Companhia era uma Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI e o documento constitutivo da Companhia prevê que o resultado verificado em cada ano deverá incluir a dedução, antes de qualquer outro interesse, dos prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. O prejuízo no ano deverá ser absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros, e pela reserva legal, nessa ordem.</p>
<b>(a.i) Valores das retenções de lucros</b>	Não foram realizadas retenções de lucros nesse exercício social.	Não foram realizadas retenções de lucros nesse exercício social.	Não foram realizadas retenções de lucros nesse exercício social.
<b>(a.ii) Percentuais em relação aos lucros totais declarados</b>	N/A	N/A	N/A
<b>(b) Regras sobre distribuição de dividendos</b>	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O documento constitutivo da Companhia prevê que o titular terá direito ao recebimento de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício social, ajustado nos termos da lei, compensados nos dividendos anuais os juros sobre o capital próprio.	O documento constitutivo da Companhia prevê que o titular terá direito ao recebimento de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício social, ajustado nos termos da lei, compensados nos dividendos anuais os juros sobre o capital próprio.

### 3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	2020	2019	2018
<b>(c) Periodicidade das distribuições de dividendos</b>	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	Distribuição anual do lucro líquido de cada exercício social, ajustada nos termos da lei, compensados nos dividendos anuais os juros sobre o capital próprio, podendo também a administração levantar balanço semestral ou em períodos menores e declarar dividendos verificados neste balancete a conta de lucros e declarar dividendos intermediários às contas de lucros acumulados existentes ou de reserva de lucros, com base no último balanço patrimonial ou balancete semestral.	Distribuição anual do lucro líquido de cada exercício social, ajustada nos termos da lei, compensados nos dividendos anuais os juros sobre o capital próprio, podendo também a administração levantar balanço semestral ou em períodos menores e declarar dividendos verificados neste balancete a conta de lucros e declarar dividendos intermediários às contas de lucros acumulados existentes ou de reserva de lucros, com base no último balanço patrimonial ou balancete semestral.
<b>(d) Restrições à distribuição de dividendos</b>	Salvo pelo disposto na regulamentação vigente, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.	Salvo pelo disposto na regulamentação vigente, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.	Salvo pelo disposto na regulamentação vigente, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.
<b>(e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado</b>	Durante o exercício de 2020, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada.	Durante o exercício de 2019, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada.	Durante o exercício de 2018, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada.

### 3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018
Lucro líquido ajustado	-2.801.000,00	-5.223.000,00	-49.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	0,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	0,000000	0,000000	0,000000
Dividendo distribuído total	0,00	0,00	0,00
Lucro líquido retido	0,00	0,00	0,00
Data da aprovação da retenção			

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
	0,00		0,00		0,00	

### **3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas**

#### **3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas**

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 não foram declarados pela Companhia dividendos à conta de lucros retidos nem reservas constituídas em exercícios anteriores em função dos prejuízos verificados nos exercícios.

**3.7 - Nível de Endividamento**

<b>Exercício Social</b>	<b>Soma do Passivo Circulante e Não Circulante</b>	<b>Tipo de índice</b>	<b>Índice de endividamento</b>	<b>Descrição e motivo da utilização de outro índice</b>
<b>31/12/2020</b>	86.375.000,00	Índice de Endividamento	0,84000000	

### 3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2020)		Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia						
Empréstimo	Garantia Real	0,00	3.392.017,00	0,00	0,00	0,00	3.392.017,00
Empréstimo	Quirografárias	1.822.116,00	8.209.155,00	0,00	0,00	0,00	10.031.271,00
Empréstimo	Outras garantias ou privilégio	6.755.800,00	19.865.780,00	2.283.224,00	0,00	0,00	28.904.804,00
Total		8.577.916,00	31.466.952,00	2.283.224,00	0,00	0,00	42.328.092,00

#### Observação

A Companhia possui um empréstimo vinculado a garantia real e fidejussória, para fins desse quadro, foi considerado apenas na garantia real.

### **3.9 - Outras Informações Relevantes**

#### **3.9 - Outras informações relevantes**

As informações apresentadas nos itens 3.1, 3.2, 3.5, 3.7 e 3.8 são referentes às informações das Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia.

As informações relativas ao item 3.1, referente ao número de ações corresponde ao número de ações ao final de cada exercício da Bionexo S.A. O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas do Grupo, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais com efeitos diluidores.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

### 4.1 - Descrições dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar uma decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo, bem como as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e respectivas notas explicativas da Companhia. Os negócios, situação financeira, resultado operacional, fluxo de caixa, liquidez, negócios futuros e/ou a reputação da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir, inclusive, mas não limitado, pelos impactos da COVID-19 nos negócios, operações, fluxo de caixa, perspectivas, liquidez e condição financeira da Companhia, conforme apresentados no item 10.9 deste Formulário de Referência. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão da materialização de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder todo ou parte substancial de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar adversamente e de forma relevante os seus negócios, situação financeira, resultado operacional, fluxo de caixa, liquidez, negócios futuros e/ou sua reputação. Riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados irrelevantes na data deste Formulário de Referência também poderão afetar adversamente a Companhia.

Para os fins deste item “4.1. Fatores de Risco” e do item “4.2. Riscos de Mercado”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, negócios futuros e/ou reputação da Companhia, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas neste item “4.1. Fatores de Risco” e no item “4.2. Riscos de Mercado” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão deste item “4.1. Fatores de Risco” e do item “4.2. Riscos de Mercado”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens deste item “4.1. Fatores de Risco” e do item “4.2. Riscos de Mercado”.

#### (a) Riscos Relacionados à Companhia

**As perspectivas de negócios da Companhia e seu crescimento dependem da capacidade da Companhia de antecipar e adaptar-se à evolução de novas tecnologias, tendências do mercado, demandas dos clientes e padrões da indústria.**

A fim de manter os negócios existentes e perspectivas de crescimento, a Companhia precisa, continuamente, desenvolver novos produtos e serviços para atender às necessidades de seus clientes, o que exige tempo e recursos significativos. O negócio da Companhia é altamente dependente da sua capacidade contínua de desenvolver soluções e tecnologias adequadas.

O negócio da Companhia depende da capacidade de (i) adaptação a rápidas mudanças nas tecnologias; (ii) adaptação a mudanças nas necessidades e exigências de seus clientes e nas tendências do mercado em que atua; (iii) introdução frequente de novos serviços, bem como de sua reação quanto a incertezas sobre o ciclo de vida dos seus serviços existentes; e (iv) adaptação à evolução das normas aplicáveis e desenvolvimentos tecnológicos imprevisíveis.

Novos serviços baseados em tecnologias novas ou melhoradas ou novos padrões da indústria podem tornar os serviços existentes da Companhia obsoletos. Citamos, como exemplo, a nossa solução digital BioNFe, para controle e gestão de notas fiscais, que poderá se tornar obsoleta caso as autoridades fiscais desenvolvam e disponibilizem aos contribuintes soluções digitais gratuitas que funcionem como ferramentas integradas de controle de notas fiscais, de tal forma que nossos clientes venham a dispensar a contratação da BioNFe.

O mercado em que a Companhia atua caracteriza-se por constantes avanços tecnológicos, evolução dos padrões de equipamentos de computação, desenvolvimento de softwares e da infraestrutura de comunicações, necessidades dos clientes cada vez mais complexas e frequentes introduções de novos produtos e aperfeiçoamentos nos produtos já existentes. Caso a Companhia não consiga prever e

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

desenvolver novas tecnologias, aperfeiçoar e incrementar seus serviços em tempo hábil, posicionar ou especificar seus serviços de modo a atender a demanda do mercado, ou ter a capacidade de integrar os novos serviços adquiridos aos seus atuais serviços, os clientes da Companhia poderão deixar de adquirir novas licenças de software e serviços ou a Companhia poderá perder sua competitividade no que diz respeito a manter seus clientes ou atrair novos clientes.

Quaisquer atrasos no desenvolvimento e lançamento de serviços novos ou melhorados ou atrasos para manter o ritmo das contínuas evoluções tecnológicas podem afetar adversamente a capacidade da Companhia de preservar a base de clientes existente e de atrair novos clientes, o que pode afetar material e adversamente os negócios, resultados financeiros e funcionamento da Companhia.

Ademais, os padrões de protocolos de rede e internet, bem como os demais padrões adotados pelo setor de atuação da Companhia, estão em constante evolução, não podendo a Companhia garantir que os padrões utilizados no desenvolvimento de seus produtos permanecerão aptos a assegurar eficiência na exploração de oportunidades comerciais nos mercados em que atua. Qualquer destes eventos pode afetar negativa e substancialmente a receita e a geração de caixa da Companhia.

**A Companhia e seus fornecedores estão sujeitos a incidentes de segurança cibernética, que podem resultar na exposição de informações confidenciais de seus clientes e de sua respectiva rede, o que poderá impactar adversamente a Companhia, resultando em perda substancial de seus negócios, custos de investigação e mitigação, na aplicação de sanções regulatórias, em responsabilização legal e/ou em danos à sua reputação.**

O setor de atividade da Companhia exige uma estrutura tecnológica altamente complexa e depende da operação ininterrupta e eficiente dos seus sistemas, incluindo os sistemas de software, nuvem pública, internet, telecomunicações e sistemas de terceiros. Adicionalmente, no curso normal de seus negócios, as atividades da Companhia estão vinculadas à gestão e análise de uma vasta gama de dados confidenciais de seus clientes (incluindo dados cadastrais, financeiros e comerciais de seus clientes nos países onde opera). A Companhia está sujeita a falhas e interrupções totais ou parciais em seus serviços e softwares, bem como aqueles de fornecedores terceiros, que podem ensejar perdas de receitas, de clientes, possíveis ações indenizatórias impostas por seus clientes, aumento de custos operacionais e desvio de receitas, além de afetar negativamente sua reputação entre seus clientes e nos mercados em que atua.

A segurança de suas redes e sistemas de tecnologia, a não interrupção de tais redes e sistemas, a transmissão segura de informações confidenciais, o armazenamento seguro de tais dados, bem como o tratamento e a manutenção desses dados constituem elementos essenciais para as operações e estratégias de negócios da Companhia.

Nossas aplicações são desenvolvidas nos sistemas operacionais em nuvem da Amazon AWS, que opera em diversos países do mundo, como Estados Unidos, Canadá, Brasil, África do Sul, França, Reino Unido, Japão, Coréia do Sul, entre outros, interligados por meio de uma rede global, podendo ser vulneráveis a ações externas e sujeitas a danos advindos de diferentes fontes, incluindo desastres naturais, falhas nas telecomunicações ou na rede, vírus, ataques cibernéticos e outras falhas de segurança, de modo que as medidas preventivas adotadas pela Companhia podem não ser suficientes.

Qualquer acesso não autorizado, perda ou divulgação não autorizada de dados, indisponibilidade de acesso aos sistemas da Companhia, malware, phishing e outros eventos que possam ter um impacto adverso na segurança de dados da Companhia poderão impactar negativamente sua reputação e suas marcas, expondo a Companhia a litígios significativos (que podem sujeitar a Companhia ao pagamento de indenização), multas regulatórias, outras penalidades, perdas de clientes e/ou danos à sua reputação, o que poderá causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros da Companhia. Tal violação pode se caracterizar também como uma violação ao direito de privacidade, proteção de dados e outras normas aplicáveis e resultar em exposição a contingências judiciais e financeiras significativas. Indisponibilidades ou interrupções dos sistemas de informação também podem comprometer o sistema de cobrança da Companhia.

As medidas que a Companhia deverá tomar para investigar e sanar incidentes de segurança cibernética podem exigir investimentos financeiros significativos e/ou serem insuficientes para repelir ou mitigar os efeitos do incidente, o que poderá causar danos de imagem à Companhia, bem como um efeito adverso

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

relevante em seus negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros.

Adicionalmente, a conclusão de investigação de incidentes de segurança cibernética poderá levar tempo considerável não condizente com a velocidade necessária para o atendimento tempestivo pela Companhia a seus clientes e, durante as investigações, pode não ser identificada toda a extensão do dano ou a melhor forma de remediar-lo. A verificação de qualquer um dos referidos riscos poderá causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros da Companhia.

A Companhia também está sujeita ao risco de interrupção temporária nos sistemas automatizados que utiliza, inclusive em decorrência de eventos que estão fora de seu controle, tais como: (a) falhas elétricas ou de telecomunicações; (b) colapsos nos sistemas abastecedores; (c) falhas nos sistemas automatizados ou outros eventos que afetem terceiros com os quais são realizados negócios; bem como (d) eventos atípicos relacionados a problemas sociais, políticos e desastres naturais, tais como greves, enchentes, abalos sísmicos, crises de abastecimento, bloqueio de vias de acesso, instabilidades geopolíticas, entre outros. A ocorrência de qualquer um dos referidos eventos poderá resultar em custos adicionais, paralisação das operações, imposição de multas contratuais e perdas de receita, o que poderá causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros da Companhia.

Adicionalmente, os contratos com os prestadores de serviços que fornecem à Companhia determinados sistemas de informação por ela utilizados preveem que a falha no adimplemento da contraprestação pecuniária poderá provocar a interrupção imediata destes serviços e/ou a sujeitar a Companhia a multas pecuniárias e outras penalidades. Assim, se a Companhia não adimplir com suas obrigações financeiras sob os referidos contratos, tais serviços poderão ser interrompidos por seus prestadores, sem prejuízo de multas pecuniárias e outras penalidades que, individual ou conjuntamente, poderão afetar adversamente, e de forma relevante, as operações e os resultados financeiros da Companhia.

Eventuais erros cometidos pela Companhia na parametrização de indicadores, na programação de sistemas, na elaboração de códigos, na utilização de algoritmos, poderão levar os clientes a tomar decisões que afetem adversamente seus resultados, podendo resultar em responsabilização da Companhia perante os clientes e demandas indemnizatórias por eles movidas contra a Companhia, além de rompimentos contratuais, com consequências financeiras adversas e impactos negativos para sua imagem perante o mercado, podendo os clientes buscar reparações por eventuais perdas decorrentes de tais falhas na esfera judicial.

##### **A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e poderá ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.**

Em 18 de setembro de 2020, entrou em vigor a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 – “LGPD”) que regula, de forma geral, as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais e o direito à privacidade e proteção de dados, prevendo os direitos dos titulares de dados pessoais, as hipóteses autorizadoras do tratamento de dados pessoais (bases legais), as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança de informação envolvendo dados pessoais e compartilhamento de dados pessoais.

Além disso, a LGPD prevê sanções para o descumprimento de suas disposições, que variam de uma simples advertência e determinação da exclusão dos dados pessoais tratados de forma irregular à imposição de multa ou proibição do tratamento de dados pessoais. Especificamente para dados pessoais sensíveis, a LGPD ainda traz um regramento prevendo obrigações adicionais a serem observadas.

A LGPD também autoriza a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”), autoridade garantidora da observância das normas sobre proteção de dados, a qual foi formalmente constituída no dia 5 de novembro de 2020.

A aplicabilidade das sanções administrativas da LGPD (art. 52, 53 e 54) passará a ser possível a partir do dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020, sujeitando a Companhia a sanções administrativas, como advertências, multas e suspensão ou proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados. Independentemente da aplicabilidade das sanções

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

administrativas da LGPD, falhas na proteção dos dados pessoais e dados pessoais sensíveis tratados pela Companhia e o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos, a partir da sua entrada em vigor: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações baseadas não somente na LGPD, mas também na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido.

Além disso, diversos artigos da LGPD possuem previsão de regulamentação por parte da ANPD. Eventuais novas regulamentações podem invalidar ou restringir contratos atualmente vigentes que permitem o acesso da Companhia a dados pessoais.

Ainda, a Companhia poderá ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por ela e ser considerada solidariamente responsável por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por suas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Por possuir clientes em outros países da América Latina, a Companhia também está sujeita a regras similares de proteção de dados em tais países, incluindo Argentina, México e Colômbia. A Companhia poderá ser alvo de efeitos adversos similares aos descritos acima caso haja violação à legislação de proteção de dados existente nessas jurisdições.

Desta forma, a ausência de medidas suficientes para proteção dos dados pessoais, bem como a inadequação à legislação aplicável e incertezas quanto a interpretação da LGPD pelo Poder Judiciário e outras autoridades regulatórias (e.g., Senacon, Procons, Ministérios Públicos dos estados, dentre outros), podem acarretar multas elevadas, divulgação de incidentes para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base da Companhia e até a suspensão de suas atividades, o que poderá afetar negativamente sua reputação e seus resultados e, consequentemente, o valor de suas ações.

### **A Companhia está sujeita a riscos relacionados a erros e mal funcionamento de suas soluções digitais que podem ser difíceis de serem corrigidos.**

A Companhia oferece soluções digitais tecnicamente complexas que, quando introduzidas no mercado pela primeira vez ou lançadas como novas versões, podem conter falhas cuja identificação não tenha sido apurada ou cuja correção seja de complexa execução. A existência de falhas, erros e eventuais atrasos ou impossibilidade de corrigi-los podem resultar em consequências negativas, incluindo: (i) cancelamento de contratos; (ii) atrasos na coleta de recebíveis; (iii) não aceitação das soluções digitais oferecidas pela Companhia no mercado; (iv) desvio de recursos de pesquisa e desenvolvimento que poderiam ser utilizados na criação de novos serviços; (v) possíveis ações indenizatórias; e (vi) problemas de reputação no mercado. A ocorrência de tais defeitos ou atrasos e a impossibilidade de corrigi-los podem afetar adversamente a reputação, os resultados e a condição financeira da Companhia.

### **A falha ou incapacidade em proteger os seus direitos de propriedade intelectual poderá ter impactos negativos nos negócios da Companhia.**

O sucesso dos negócios da Companhia depende significativamente de sua capacidade de proteger e defender os seus direitos de propriedade intelectual, inclusive os seus segredos comerciais. A Companhia não consegue garantir que as medidas adotadas para proteger os seus direitos de propriedade intelectual serão suficientes ou que terceiros não infringirão ou não se apropriarão indevidamente dos seus direitos de propriedade intelectual.

A Companhia está sujeita a processos baseados em alegações de quebra dos direitos autorais de propriedade intelectual de terceiros devido, em parte, ao recente aumento do número de patentes e direitos autorais de empresas de tecnologia. Nesse sentido, determinadas melhorias tecnológicas, aperfeiçoamento, incremento e desenvolvimento de novas soluções digitais pela Companhia, com padrões semelhantes a soluções já desenvolvidas e registradas por outras empresas do setor de tecnologia da informação podem submeter a Companhia a processos judiciais e arbitrais por violação de direitos de propriedade intelectual que poderão impactar negativamente a reputação e os resultados da Companhia.

A Companhia utiliza e comercializa softwares próprios em suas atividades, os quais são desenvolvidos

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

internamente por seus empregados e/ou por terceiros desenvolvedores. Não obstante a Lei nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998, conforme alterada ("[Lei do Software](#)"), disponha que direitos sobre softwares desenvolvidos como resultado de contrato de trabalho pertencem ao empregador, a Companhia pode estar sujeita a ações ajuizadas por ex-empregados reivindicando a titularidade sobre esses programas de computador. O mesmo pode ocorrer em relação a prestadores de serviços contratados para desenvolver os referidos softwares, caso os contratos com eles celebrados não prevejam expressamente a cessão de seus direitos patrimoniais de autor à Companhia ou caso eles decidam questionar tais disposições. Em ambas as hipóteses, a Companhia poderá ser condenada à abstenção de uso dos softwares e ao pagamento de indenização.

A Companhia pode ser forçada a revisar, total ou parcialmente, produtos que eventualmente tenham infringido direito de propriedade intelectual de terceiros e/ou pagar quantias significativas de indenização, *royalties* ou licenciamento pelo uso de patentes ou direitos autorais de terceiros. A propositura de uma ação ou a revisão de um produto que se encontra em violação dos direitos de propriedade intelectual e/ou industrial de terceiros poderá afetar adversamente os resultados operacionais, imagem e a demanda pelos produtos da Companhia.

Ainda, eventos como o indeferimento definitivo dos pedidos de registro de marca da Companhia perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI") ou, ainda, o uso indevido ou não autorizado de suas marcas registradas por terceiros podem diminuir o valor das marcas ou afetar a reputação da Companhia. Há também o risco, ainda que por omissão, da Companhia não conseguir renovar o registro de alguma de suas marcas em tempo hábil ou de que os seus concorrentes contestem ou invalidem quaisquer marcas, existentes ou futuras, registradas ou licenciadas.

Adicionalmente, o monitoramento do uso não autorizado de propriedade intelectual, quando realizado, demanda esforços e recursos significativos. Além disso, ocasionalmente, terceiros já podem ter registrado ou adquirido direitos de marcas idênticas ou similares que atendam ao mesmo mercado da Companhia. Litígios dispendiosos e demorados podem ser necessários para impor e determinar o escopo de direitos de propriedade intelectual da Companhia e, se não obtiver êxito em defesa, os negócios da Companhia podem ser impactados adversamente.

Ademais, é possível que terceiros consigam copiar ou subtrair, por engenharia reversa, parcela dos produtos da Companhia ou de outra forma obter e utilizar sua propriedade intelectual, o que poderia prejudicar a posição competitiva da Companhia e reduzir o valor de suas marcas e produtos. Nesse caso, os negócios e resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados negativamente.

### **A Companhia pode não ser capaz de manter as licenças para uso de tecnologias necessárias ao desenvolvimento dos seus serviços.**

A Companhia depende do licenciamento de certas tecnologias necessárias ao desenvolvimento dos serviços por ela prestados, incluindo licenciamentos de plataformas tecnológicas. No entanto, a Companhia não pode garantir que o acesso a licenças de código aberto (*open source*) e gratuitas utilizadas pela Companhia não será restrinido no futuro ou, ainda, para as licenças obtidas de terceiros de forma onerosa, que conseguirá renovar tais licenças no futuro ou que tais licenças continuarão disponíveis para uso da Companhia em termos comercialmente razoáveis.

Em caso de interrupção ou impossibilidade de uso das licenças tecnológicas utilizadas pela Companhia, a Companhia pode não conseguir substituir tais tecnologias por outras com o mesmo padrão de qualidade e performance ou pode incorrer em custos adicionais para tal substituição, o que poderia causar um efeito adverso relevante nos negócios e resultados operacionais da Companhia. Além disso, caso a Companhia seja impossibilitada de manter as licenças de uso, mas, ainda assim, siga utilizando a tecnologia de terceiros, os titulares das referidas tecnologias podem ajuizar ações judiciais em face da Companhia, demandando-lhe a abstenção de uso e o pagamento de indenização.

### **O balanço patrimonial da Companhia inclui montantes significativos de ativos intangíveis. A redução do valor recuperável de uma parte significativa desses ativos pode afetar negativamente os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.**

Em 31 de dezembro de 2020, o balanço patrimonial da Companhia incluía ativos intangíveis que totalizavam R\$ 76,2 milhões, o que representava 40,2% do ativo total da Companhia naquela data. Tais ativos consistem principalmente em ativos intangíveis de plataformas, licenças de software, marcas e carteiras de clientes. Além disso, 13,1% do montante mensurado em ativos intangíveis correspondia a

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

ágios decorrentes de operações de fusões e aquisições. Os ativos de vida útil definida são amortizados ao longo de sua vida útil e testados para redução ao valor recuperável (*impairment*) quando há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. A Companhia efetua a avaliação de *impairment* com base em premissas, respaldadas em estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Estas premissas e estimativas apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos da Companhia, dependendo do cenário de cada projeção.

Por exemplo, a Companhia utiliza estimativas de previsibilidade de receita, custos e despesas ao longo da projeção dos fluxos de caixa, além de taxas de desconto, que levam em conta fatores como risco país, inflação, taxa de retorno livre de risco, prêmio pelo risco do investimento e custo do endividamento, entre outros. Estas estimativas podem, portanto, sofrer mudanças e ocasionar a redução substancial do valor recuperável de um ativo, sendo a Companhia, então, obrigada a ajustar seu balanço patrimonial e reconhecer uma perda por *impairment* no demonstrativo de resultados, afetando seu lucro contábil líquido.

Uma redução no valor recuperável (*impairment*) de uma parte significativa dos ativos intangíveis pode ter um efeito adverso relevante nos negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

**A perda de membros da alta administração e/ou a incapacidade de atrair e manter diretores qualificados pode causar um efeito adverso sobre as atividades, situação financeira e resultados operacionais.**

O crescimento e desempenho da Companhia dependem em grande parte dos esforços e da capacidade da alta administração, que é formada por executivos-chave. A perda dos membros da alta administração, por qualquer motivo, poderá afetar de modo adverso e relevante os negócios e, consequentemente, os resultados operacionais e financeiros da Companhia. Além disso, caso a Companhia venha a perder algum desses profissionais-chave, a Companhia pode não conseguir atrair novos profissionais com a mesma qualificação para substituí-los. O sucesso da Companhia também depende da sua habilidade em identificar, atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerir profissionais altamente qualificados nas áreas técnicas, de gestão, tecnologia da informação, *marketing* e serviços aos clientes. A competição por tais executivos altamente qualificados é intensa e a Companhia pode não ser capaz de atrair, contratar, reter, motivar e gerir com sucesso tais profissionais qualificados. Se a Companhia não for capaz de atrair ou manter profissionais qualificados para administrar e expandir suas operações, a Companhia pode não ter capacidade para conduzir seu negócio com sucesso e, consequentemente, seus resultados operacional e financeiro poderão ser adversamente afetados.

**A Companhia poderá não ser bem-sucedida na execução de aquisições de empresas e/ou poderá estar exposta a responsabilidades sucessórias, não identificadas e/ou não identificáveis, em razão da conclusão de transações de aquisição de empresas, o que poderá afetar negativamente e de forma relevante sua reputação e seus negócios.**

Fusões e aquisições são elementos importantes da estratégia de expansão da Companhia. A Companhia pode incorrer em custos significativos nas transações para aquisição ou incorporação de empresas ou ativos e, ainda assim, poderá não conseguir concluir tais operações ou, se conseguir concluir-las, estas podem não gerar os benefícios esperados. A capacidade da Companhia de continuar a ampliar os negócios por meio de aquisições depende de diversos fatores, dentre os quais (i) sua capacidade de identificar e avaliar as oportunidades e negociar condições favoráveis; (ii) sua capacidade de obter recursos para financiar tais transações em condições favoráveis; e (iii) sua capacidade de integrar com sucesso os negócios adquiridos. Além disso, outros participantes do setor podem também estar em busca de crescimento por meio de aquisições e parcerias estratégicas, o que poderá aumentar a competição por aquisições e reduzir a probabilidade de sucesso da Companhia na implementação de tal estratégia.

A Companhia não pode assegurar que será bem-sucedida em identificar, negociar ou concluir aquisições estratégicas de empresas. Adicionalmente, a integração dos negócios e atividades da Companhia aos das empresas adquiridas poderá se mostrar mais custosa do que originalmente previsto, demorar mais do que o esperado em razão da dificuldade da Companhia para criar e implementar padrões, controles, procedimentos e políticas uniformes e para integrar esforços de venda e desenvolvimento de softwares, falhando em maximizar as sinergias esperadas. Assim, a Companhia

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

não pode garantir que será capaz de integrar tais empresas ou bens adquiridos em seus negócios de forma bem-sucedida. Da mesma forma, a Companhia não pode garantir que diligenciará corretamente e que identificará as contingências e os passivos das empresas adquiridas anteriormente às aquisições. Além disso, determinadas aquisições que a Companhia vier a considerar poderão estar sujeitas à obtenção de autorizações das autoridades brasileiras de defesa da concorrência e demais autoridades aplicáveis. A Companhia pode não ter sucesso na obtenção de tais autorizações necessárias ou na sua obtenção em tempo hábil para integrar as empresas adquiridas de modo eficaz e estratégico. O insucesso da sua estratégia de aquisições pode afetar, material e adversamente, sua situação financeira e os resultados da Companhia.

O crescimento por meio de aquisições também sujeita a Companhia ao risco de exposição às responsabilidades sucessórias relacionadas aos estabelecimentos, às sociedades adquiridas, aos seus administradores, suas atividades e/ou demandas judiciais incorridas anteriormente à aquisição. Eventuais ônus, gravames, vícios, contingências e/ou pendências de qualquer natureza não identificados ou não identificáveis nos processos de auditoria legal com relação às empresas adquiridas poderão impactar a situação financeira e a reputação da Companhia de forma negativa e, por conseguinte, causar efeito adverso relevante em seus resultados operacionais.

Além disso, eventuais indenizações que a Companhia receba ou possa receber dos vendedores de empresas adquiridas podem não ser suficientes à proteção ou compensação de demandas judiciais e responsabilidades ou podem não ser cumpridas. Ademais, eventuais garantias outorgadas em favor da Companhia no âmbito de transações de aquisição de empresas podem perecer, desvalorizar-se ou serem afetadas em caso de insolvência ou de existência de credores que tenham preferência sobre o direito de indenização da Companhia e podem inexistir obrigações de reforço ou substituição de tais garantias. Quaisquer dos fatores acima podem afetar a Companhia de maneira adversa, inclusive em relação à sua reputação, o que reduziria os benefícios relacionados à aquisição ou causaria prejuízos relevantes à situação financeira e aos negócios futuros da Companhia.

**Perdas não cobertas pelos seguros contratados podem resultar em prejuízos para a Companhia, o que poderá gerar efeitos adversos sobre seus negócios.**

A Companhia está sujeita à ocorrência de eventos não segurados ou de danos maiores do que os limites de cobertura previstos em suas apólices. Por exemplo, a Companhia não possui seguro para proteção contra riscos de segurança cibernética. Além disso, a quantificação da exposição de risco nas apólices existentes pode ser inadequada ou insuficiente, podendo, inclusive, implicar em indenização menor que a esperada.

Ainda, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. A falha da Companhia em pagar esses prêmios cumulada com a ocorrência de um sinistro poderá colocá-la em uma situação de risco, em que o dano não será passível de indenização pela seguradora.

Ainda, há riscos para os quais a Companhia não possui cobertura de seguros adequada, incluindo riscos que não são administrados pelo *backup* dos sistemas e pelos planos de contingência. Além disso, a Companhia não pode assegurar que conseguirá manter as apólices de seguro ou que poderá renovar as apólices de seguro por preços razoáveis ou em termos aceitáveis ou contratá-las com as mesmas Companhias seguradoras ou com Companhias seguradoras similares. Desta forma, caso ocorram eventos para os quais a Companhia não está devidamente segurada ou cujas condições não estejam enquadradas em suas apólices vigentes, os mesmos eventos podem, individualmente ou em conjunto, afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia e comprometer parte significativa dos recursos da Companhia para cobrir eventuais perdas.

**A Companhia pode ficar sujeita a resultados desfavoráveis em processos administrativos, judiciais ou arbitrais que poderão afetar negativamente os seus resultados e situação financeira.**

A Companhia e seus administradores são e poderão se tornar réus em processos administrativos, judiciais e arbitrais ou fazer parte de investigações envolvendo questões na esfera cível, fiscal, societária, trabalhista, concorrencial, penal, regulatória, dentre outras, cujos resultados não se pode garantir que lhes serão favoráveis. As provisões constituídas pela Companhia, quando existentes, podem ser insuficientes para fazer frente ao custo total decorrente dos processos. Adicionalmente, a Companhia pode estar sujeita a contingências por outros motivos que a obriguem a despender valores significativos ou que afetem sua imagem perante o mercado, inclusive contingências decorrentes de

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

alegações de fraude em processos licitatórios. Decisões contrárias aos interesses da Companhia que eventualmente alcancem valores substanciais ou impeçam a realização de negócios conforme inicialmente planejados poderão causar um efeito adverso nos seus negócios, na condição financeira e nos resultados operacionais. Da mesma forma, a condenação de administradores e/ou acionistas da Companhia em processos ou seu envolvimento em investigações podem afetar negativamente a Companhia, seja em termos de imagem, seja pela impossibilidade de seus administradores continuarem a exercer suas atividades na Companhia. Nesse sentido, a Companhia é parte em ação que discute suposto ato de improbidade administrativa, na qual, em caso de condenação final desfavorável, a Companhia poderá estar sujeita às sanções estabelecidas na Lei de Improbidade Administrativa, quais sejam, resarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, pagamento de multa civil e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário. Para mais informações sobre este e outros processos relevantes da Companhia vide itens 4.3 ao 4.7 deste Formulário de Referência.

**A Companhia está sujeita às leis anticorrupção, antifraude, contra lavagem de dinheiro e antitruste nas jurisdições em que operamos.**

A Companhia está sujeita e é regida pelas leis e regulamentos anticorrupção como a Lei Anticorrupção brasileira (Lei nº 12.846/2013). De modo geral, essas leis anticorrupção proíbem as empresas e seus funcionários, acionistas ou administradores de fazer pagamentos indevidos a funcionários públicos, direta ou indiretamente, com o objetivo de obter ou manter negócios e/ou outros benefícios. A Companhia não pode garantir que seus acionistas diretos e indiretos, conselheiros, diretores, funcionários e outros terceiros (incluindo agentes, fornecedores e prestadores de serviços) e as empresas para as quais são terceirizadas algumas operações de negócios cumprirão essas leis e políticas anticorrupção, de modo que a Companhia pode ser responsabilizada por eventuais violações.

O Brasil e os demais países da América Latina em que as subsidiárias da Companhia atuam ainda possuem uma imagem de elevado risco de corrupção nas esferas pública e privada, o que pode, até certo ponto, deixar a Companhia exposta a possíveis violações de leis anticorrupção, incluindo a brasileira.

Se a Companhia, seus acionistas diretos ou indiretos, conselheiros, executivos, funcionários ou outros terceiros não cumprirem as leis anticorrupção, antifraude, contra lavagem de dinheiro, antitruste, dentre outras que regem a conduta de negócios com entidades governamentais, a Companhia pode estar sujeita a penalidades criminais, administrativas e cíveis. As sanções podem incluir multas, perdimento de bens, diretos e valores ilicitamente obtidos, suspensão ou interdição parcial de atividades, proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, publicação extraordinária da decisão condenatória, sanções estas que, se aplicadas, podem afetar adversamente os resultados da Companhia.

Além disso, a imposição de referidas sanções em caso de violação, pela Companhia ou por seus administradores, acionistas, funcionários e terceiros agindo em nome da Companhia, às leis antifraude, anticorrupção, contra lavagem de dinheiro, antitruste ou a quaisquer leis similares pode prejudicar a reputação da Companhia e ter um impacto material adverso nos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

**Falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos e relatórios internos poderão nos expor a riscos inesperados ou imprevistos, o que poderá afetar adversamente os negócios da Companhia.**

As políticas e procedimentos da Companhia para identificar, monitorar e gerenciar riscos, implementados recentemente para fins da presente oferta, podem não ser eficazes e seus controles internos podem ser insuficientes para a verificação de possíveis violações. Muitos dos métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia são baseados no histórico do comportamento de mercado ou em estatísticas derivadas de modelos históricos e podem não prever exposições futuras, as quais poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas.

Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

As informações em que a Companhia se baseia ou com que alimenta ou mantém modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre os negócios da Companhia.

**Os detentores das ações da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.**

De acordo com o estatuto social da Companhia, devem ser pagos aos seus acionistas no mínimo 25% de seu lucro líquido anual, calculado e ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, em forma de dividendos obrigatórios anuais, dividendos intermediários ou juros sobre o capital próprio. A Lei das Sociedades por Ações permite que seja suspenso o pagamento de dividendos obrigatórios aos acionistas em um determinado exercício social caso o conselho de administração da Companhia determine que esse pagamento não é aconselhável devido à situação financeira da Companhia. Ademais, conforme estabelecido na Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido da Companhia poderá ser (i) capitalizado; (ii) utilizado para compensar perdas; ou (iii) acumulado e alocado para uma reserva especial e poderá não estar disponível para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Caso esses eventos ocorram, os detentores das ações ordinárias da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Além disso, o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio pode ficar comprometido em razão de eventual alteração na legislação tributária.

**A Companhia pode ter que emitir novos valores mobiliários para captar recursos, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor no seu capital social.**

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro e pode optar por obtê-lo por meio de aumento de capital mediante subscrição privada ou distribuição pública de ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, sendo que distribuições públicas podem ocorrer sem concessão de direito de preferência para os acionistas. Qualquer recurso adicional obtido de forma a aumentar o capital social da Companhia poderá diluir a participação do investidor no nosso capital social. Além disso, uma diluição da participação dos acionistas em ações ordinárias da Companhia pode ocorrer no caso de uma fusão, consolidação ou qualquer outro evento societário de efeito similar em relação a empresas que a Companhia possa adquirir no futuro.

**A Companhia possui cláusulas restritivas à capacidade de endividamento (“Covenants”) em determinadas dívidas e o descumprimento de tais Covenants pode causar o vencimento antecipado das dívidas.**

A Companhia está sujeita a *Covenants* existentes nos contratos de empréstimos firmados com Instituições Financeiras, quais sejam, cláusulas condicionando os empréstimos à receita anual bruta da Companhia, considerando o grupo econômico, que deve ser superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 300.000.000,00, calculada com base no exercício de 2019 e cláusulas de vencimento antecipado caso, em cada exercício fiscal avaliado, com base nas demonstrações financeiras consolidadas, a Dívida Líquida da Companhia em relação ao EBITDA não seja menor que 1,5 vezes em 2020, 1,5 vezes em 2021, 1,0 vez em 2022 e 1,0 vez em 2023.

Caso a Companhia não seja capaz de atender referidos *Covenants*, as dívidas poderão vencer antecipadamente e a Companhia deverá realizar o pagamento do valor principal acrescido de juros, além de desencadear o vencimento antecipado cruzado ou inadimplemento cruzado (*cross-default* e *cross-acceleration*) de outras obrigações da Companhia, conforme cláusulas presentes em contratos de Empréstimos existentes. Para mais informações, ver seções 10.1.f e 18.5 deste Formulário de Referência.

O vencimento antecipado de qualquer de seus contratos financeiros pode afetar a capacidade da Companhia em honrar seus compromissos e acarretar um impacto adverso relevante em seus negócios e em sua situação financeira.

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

**A Companhia pode não conseguir renovar suas linhas de crédito atuais, acessar novos financiamentos ou emitir valores mobiliários no mercado de capitais, em todos os casos, em condições favoráveis, o que poderá afetar de maneira significativamente negativa sua condição financeira e resultados operacionais e financeiros.**

A capacidade da Companhia de captar recursos, inclusive por meio de financiamento de bancos de desenvolvimento, a emissão de títulos e valores mobiliários no mercado de capitais ou o refinanciamento de empréstimos existentes, é fundamental para suas operações e para a implementação da sua estratégia de crescimento, uma vez que os fluxos de caixa advindos de suas operações podem não ser suficientes para atender às suas necessidades de capital. A Companhia pode não conseguir renovar suas atuais linhas de crédito, contratar novos financiamentos ou emitir títulos e valores mobiliários no mercado de capitais, em todos os casos, em termos favoráveis para atender às suas necessidades ou obrigações financeiras. O índice de endividamento calculado pelo Passivo Circulante adicionado pelo Passivo Não Circulante dividido pelo Patrimônio Líquido totalizou 0,84x (vezes) em 31 de dezembro de 2020, 0,42x em 31 de dezembro de 2019 e 0,30 vezes em 31 de dezembro de 2018.

Os mercados de dívida local e de capitais foram recentemente impactados pelo custo do crédito, por fatores político-econômicos e pela pandemia da COVID-19. Esses eventos afetaram negativamente as condições econômicas no Brasil. Além disso, em decorrência das preocupações com a estabilidade geral dos mercados financeiros no Brasil e com a solvência das contrapartes, o custo de financiamentos aumentou, haja vista que muitos credores elevaram as taxas de juros, adotaram padrões mais rígidos para a concessão de crédito, reduziram seu volume de empréstimos e, em certos casos, interromperam a oferta de financiamentos em condições comerciais razoáveis.

Na hipótese de a Companhia não conseguir obter financiamentos, emitir títulos e valores mobiliários nos mercados de capitais ou refinanciar seu endividamento quando necessário e não conseguir obter ou renovar garantias bancárias ou de seguro, ou se tais atividades estiverem disponíveis apenas em termos desfavoráveis, a Companhia pode não conseguir atender às suas necessidades de capital e obrigações financeiras ou aproveitar as oportunidades de negócios, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre seus negócios, sua condição financeira e seus resultados operacionais. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide itens 3.7, 10.1(f), e 18.5 deste Formulário de Referência.

**A Companhia pode não ser capaz de manter todas as licenças, alvarás, outorgas, registros, cadastros e autorizações exigidas para suas operações.**

A Companhia depende de diversos cadastros perante órgãos da Administração Pública federal, estadual e municipal e de licenças, outorgas, registros, autos de vistoria do corpo de bombeiros ("AVCBs") e alvarás para o seu funcionamento.

Os alvarás de funcionamento, assim como as outorgas, registros e cadastros, em diversas localidades, possuem prazo de validade e devem ser renovados de tempos em tempos, em alguns casos, com o pagamento de taxas de renovação.

Em razão de diversos fatores, incluindo falha da Companhia em submeter tempestivamente os pedidos aplicáveis e as dificuldades e lentidão de alguns órgãos administrativos, principalmente no Brasil e, também, em suas controladas na Argentina, México e Colômbia, a Companhia pode não conseguir obter todas as licenças, outorgas, cadastros, registros, alvarás, permissões e autorizações necessárias ou ainda não obter as suas renovações de forma tempestiva.

Além disso, a Companhia pode estar sujeita à regulação e controle de outras autoridades públicas nacionais e internacionais, conforme aplicável, além daquelas que hoje entende como sendo as únicas competentes, não podendo garantir que tais autoridades não adotarão um entendimento diversos quanto à necessidade de obtenção de outras licenças, outorgas, cadastros, registros, alvarás e autorizações.

A não obtenção, não renovação tempestiva, atrasos, inclusive em decorrência dos impactos da pandemia da COVID-19, suspensão ou revogação dessas licenças, outorgas, cadastros, registros, autorizações e alvarás, por qualquer razão, podem levar à interrupção ou cancelamento definitivo das operações da Companhia, bem como na aplicação de multas, o que pode causar impacto negativo em

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

sua imagem, atividades, negócios e resultados financeiros e operacionais, além da obrigação de reparar eventuais danos causados.

**(b) Riscos Relacionados ao Controlador, direto ou indireto, ou Grupo de Controle**

**Os interesses dos acionistas controladores da Companhia podem divergir ou ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas da Companhia.**

A Companhia é controlada por um grupo de acionistas signatários de um acordo de acionistas. Os acionistas controladores da Companhia têm poderes para, entre outras matérias, eleger a maioria dos membros do conselho de administração da Companhia e, sujeito a determinadas exceções, determinar o resultado final das matérias cuja deliberação seja de competência da assembleia geral de acionistas, incluindo operações com partes relacionadas, especialmente aquelas descritas no item 16.2 deste Formulário de Referência, reorganizações societárias, aquisições e alienações de ativos e o montante e a ocasião para distribuição de dividendos ou remunerações de capital similares, ressalvadas as exigências de distribuição de dividendo mínimo obrigatório, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os acionistas controladores da Companhia poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações, buscar financiamentos ou operações similares que podem entrar em conflito com os interesses dos demais acionistas da Companhia.

Adicionalmente, quaisquer dos acionistas controladores da Companhia poderão optar por vender parcela significativa ou a totalidade de suas respectivas participações a terceiros. Caso não haja um acionista controlador, os acionistas da Companhia poderão não gozar da mesma proteção conferida pela Lei das Sociedades por Ações contra abusos praticados e, em consequência, poderão ter dificuldade em obter a reparação dos danos causados. Qualquer mudança repentina ou inesperada na administração da Companhia, em sua política empresarial ou direcionamento estratégico, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos podem afetar adversamente os negócios e os resultados operacionais da Companhia.

Caso surja um novo grupo de acionistas agindo em conjunto ou vinculado por acordo de voto e este grupo passe a deter o poder decisório da Companhia, esta pode sofrer mudanças repentinhas e inesperadas de suas políticas corporativas e estratégias, inclusive através de mecanismos como a substituição dos seus administradores. Além disso, é possível que a Companhia fique mais vulnerável a tentativas hostis de aquisição de controle e aos conflitos daí decorrentes.

**Podemos enfrentar potenciais conflitos de interesses envolvendo transações com partes relacionadas.**

Possuímos receitas, custos ou despesas decorrentes de transações com partes relacionadas, conforme indicado no item 16.2 deste Formulário de Referência. Não podemos garantir que nossa Política de Transações com Partes Relacionadas (descrita no item 16.1 deste Formulário de Referência) seja eficaz para evitar situações de potencial conflito de interesse entre as partes e que nossos acionistas controladores ou os administradores por eles eleitos prestaram ou prestarão estrita observância às boas práticas de governança e/ou normas existentes para dirimir situações de conflito de interesses, incluindo, mas sem se limitar, à observância do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado, em cada transação em que, de um lado, a parte contratante seja a Companhia ou sociedade por ela controlada, e, de outro lado, a parte contratada seja uma sociedade que não seja controlada pela Companhia e tenha como acionistas os acionistas controladores ou administradores da Companhia.

Caso as situações de conflito de interesses com partes relacionadas se configurem, elas poderão causar um impacto adverso nos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valores mobiliários da Companhia. Adicionalmente, caso transações com partes relacionadas em caráter não comutativo sejam celebradas, trazendo benefícios às partes relacionadas envolvidas, os acionistas minoritários da Companhia poderão ter seus interesses prejudicados.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

### (c) Riscos Relacionados a Seus Acionistas

Não aplicável.

### (d) Riscos Relacionados a Suas Controladas e Coligadas

**Resultados negativos de Sociedades Controladas podem afetar negativamente o resultado operacional da Companhia.**

A Companhia possui participação direta em diversas sociedades. Por conseguinte, uma parte de seu resultado deriva do resultado das sociedades em referência e, sendo assim, eventuais resultados insuficientes de investidas, controladas ou coligadas poderão afetar desfavoravelmente o resultado operacional da Companhia. Ainda, o resultado consolidado das operações da Companhia poderá ser afetado pela piora nas condições setoriais e mercadológicas nas operações desses negócios.

Além disso, durante a campanha presidencial, o atual governo propôs a revogação da isenção do imposto de renda sobre o pagamento de dividendos, a qual, se promulgada, poderia vir a aumentar as despesas tributárias associadas a qualquer dividendo ou distribuição, o que poderia impactar a capacidade da Companhia de pagar e receber, de suas subsidiárias, futuros dividendos ou distribuições em dinheiro.

### (e) Riscos Relacionados a Seus Fornecedores

**A Companhia poderá sofrer demandas judiciais de compradores e fornecedores que sofram prejuízos decorrentes da compra e venda de produtos por meio da plataforma digital da Companhia, podendo causar danos à sua imagem, marcas e resultados financeiros.**

Por meio da plataforma digital da Companhia, compradores e fornecedores se tornam usuários cadastrados e podem efetuar compra e venda de produtos do setor de saúde. Por meio deste modelo, fornecedores vendem os seus produtos e os compradores adquirem produtos de acordo com as suas necessidades e especificações, utilizando a plataforma digital da Companhia como uma ferramenta para identificação de oportunidades para compra e venda de produtos, não estando sob o controle da Companhia o cumprimento das obrigações e responsabilidades havidas por compradores (obrigação de pagar o preço negociado) e fornecedores (obrigação de entregar o produto com qualidade e dentro das especificações acordadas). Caso algum fornecedor não cumpra com suas obrigações perante os compradores ou caso algum comprador não pague pelos produtos negociados, a Companhia pode sofrer demandas judiciais de fornecedores ou compradores que tenham sofrido prejuízos em negociações fomentadas por intermédio da plataforma. A Companhia pode ainda correr o risco de responsabilização por compradores que tenham adquirido produtos defeituosos, irregulares, vencidos ou falsificados e que procurem imputar à Companhia a responsabilidade pela qualidade dos produtos oferecidos por fornecedores cadastrados na plataforma, bem como em relação a produtos que infrinjam direitos de propriedade intelectual ou de distribuição.

Eventuais alegações contra a Companhia referentes à qualidade dos produtos ofertados por fornecedores em sua plataforma poderá causar um efeito material adverso em sua reputação, imagem, atividades e situação econômica, além de poder gerar uma obrigação de indenizar e, consequentemente, impactar negativamente os resultados da Companhia.

A análise regulatória de documentos e certificações de parte dos fornecedores que se cadastram na plataforma é feita por amostragem. Dessa maneira, a Companhia não pode descartar o risco de que compradores que venham a sofrer prejuízos decorrentes da aquisição de produtos com vícios, falhas ou vencidos, busquem responsabilizar a Companhia por eventuais prejuízos sofridos em decorrência de aquisições realizadas nessa situação.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

**A Companhia depende de prestadores de serviços de *back office* e de tecnologia da informação para realizar suas atividades. Qualquer interrupção na prestação de serviço por tais prestadores ou a incapacidade da Companhia em manter a contratação de tais serviços em termos e condições favoráveis à Companhia poderá impactar adversamente seus negócios e sua situação financeira.**

Os sistemas de *back office* e de tecnologia da informação da Companhia, quais sejam *links* de internet para clientes, telefonia fixa e móvel, aplicativos e diversos softwares de operação da produção da Companhia, banco de dados e ambiente de nuvem para armazenamento (*cloud services*), sistema de manutenção dos servidores remotamente, entre outros, são complexos e fornecidos por terceiros.

As operações e, consequentemente, os resultados da Companhia podem ser adversamente impactados caso ocorra qualquer interrupção no fornecimento desses serviços, seja em razão de falhas, inclusive aquelas relacionadas à obtenção de consentimento de terceiros ou licenças para a propriedade intelectual utilizadas no equipamento ou *software* que fabricam ou utilizam, e/ou de descumprimento por parte desses prestadores de serviços de suas obrigações perante a Companhia.

Adicionalmente, se a Companhia não for capaz de manter ou renovar os contratos com os atuais prestadores de serviços, poderá ter dificuldades na integração dos sistemas a novos prestadores, o que pode gerar problemas operacionais e custos adicionais. Ainda, a Companhia pode não ser capaz de realizar a substituição desses prestadores de serviços em tempo hábil ou de evitar falhas no período de transição, o que também pode impactar adversamente as operações da Companhia.

**A Companhia depende majoritariamente de um único fornecedor para utilização da rede em que opera sua plataforma, podendo a rescisão ou modificação do contrato com esse fornecedor prejudicar os negócios da Companhia.**

A maior parte das aplicações da Companhia são desenvolvidas nos sistemas operacionais em nuvem do fornecedor Amazon AWS. Devido às especificações técnicas da plataforma utilizada em sua operação, a Companhia e suas controladas dependem desse único fornecedor de *cloud services*. Caso o fornecedor descontinue a prestação de serviços, interrompa a venda de tal produto ou aumente significativamente o valor de seus produtos, a Companhia poderá levar tempo até que possa desenvolver suas soluções aplicações em uma nova plataforma de *cloud services* ou contratar outro prestador de serviços. Neste caso, a operação da plataforma da Companhia poderá ser afetada de forma relevante e a Companhia poderá ser obrigada a realizar investimentos não previstos ou contratar fornecedores que apresentem custos maiores do que os praticados atualmente, o que poderá impactar negativamente a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

**Determinados serviços oferecidos pela Companhia dependem de tecnologia licenciada por terceiros e eventuais términos dessas licenças podem atrasar o lançamento de produtos ou serviços ou sujeitar a Companhia ao pagamento de taxas de licenciamento mais altas, o que poderá afetar sua reputação, sua condição financeira e seus resultados.**

A Companhia não pode garantir que as licenças necessárias para uso de softwares, linguagens de programação e/ou plataforma de terceiros serão mantidas ou renovadas. Alterações nos termos das licenças de terceiros podem acarretar aumento relevante dos custos de licenciamento ou fazer com que os serviços ou produtos se tornem inoperantes ou tenham seu desempenho reduzido de maneira relevante, o que poderá obrigar a Companhia a aumentar seus investimentos em pesquisa e desenvolvimento ou contratar outros terceiros para assegurar a continuidade do desempenho de seus serviços, o que levará tempo e importará em custos eventualmente superiores aos incorridos atualmente.

**A perda de acesso a dados de fontes externas pode prejudicar a capacidade da Companhia de fornecer seus serviços a seus clientes, o que poderá afetar sua rentabilidade, sua reputação e resultados.**

A Companhia depende de certos dados que são de fontes externas, tais como: relatórios de vendas diárias, relatórios de estoques diárias, pedidos de compras e notas fiscais eletrônicas. Tais dados são fornecidos por varejistas, distribuidores, indústrias, parceiros tecnológicos, fontes governamentais e de registro público para o desenvolvimento de seus programas de gerenciamento e sincronização da cadeia de suprimentos e para a prestação de seus serviços.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Caso: (a) um número substancial de fontes de dados (tais como parceiros tecnológicos, redes de varejo, distribuidores e registros públicos) não possam fornecer dados para a continuação e desenvolvimento de programas de gerenciamento e necessários à sincronização da cadeia de suprimentos oferecidos pela Companhia; (b) o acesso aos dados for perdido devido à regulamentação governamental, tal como inadequação dos contratos à LGPD; (c) o direito exclusivo ao uso de dados for perdido; ou (d) a coleta, a divulgação ou o uso de dados ficar acima do orçamento da Companhia; a capacidade da Companhia de fornecer serviços aos clientes pode sofrer um impacto negativo significativo, resultando na diminuição da receita e danos a sua reputação. Além disso, os atuais provedores de dados da Companhia podem optar por disponibilizar tais informações aos concorrentes da Companhia.

Por fim, não há garantia de que será possível obter dados de fontes alternativas se as fontes atuais e/ou futuras ficarem indisponíveis e/ou ficarem disponíveis a custos elevados, a ponto de inviabilizar a continuidade de seu uso nas atividades da Companhia, o que poderá impactar adversamente seus resultados.

Para informações sobre outros riscos relacionados ao não cumprimento das leis de proteção de dados no Brasil ou em outra jurisdição e sobre o enquadramento do tratamento desses dados com as disposições da LGPD, vide item 7.5 deste Formulário de Referência.

### (f) Riscos Relacionados a Seus Clientes

**Uma diminuição no ritmo de crescimento do uso de tecnologia nos negócios por clientes, atuais e potenciais, da Companhia poderá afetar adversamente e de forma relevante os negócios e resultados da Companhia.**

As operações da Companhia dependem do crescimento contínuo do uso da tecnologia nos negócios por seus clientes, atuais e potenciais. Em ambientes econômicos desafiadores, os clientes atuais e potenciais da Companhia podem reduzir ou adiar seus gastos em novas tecnologias a fim de concentrar recursos em outras prioridades ou podem decidir utilizar recursos próprios internos em vez de serviços ou produtos contratados junto a terceiros como a Companhia.

Além disso, muitas empresas já investiram recursos substanciais em seus negócios, podendo ser relutantes em adotar novas abordagens ou tecnologias que alterem seus processos e infraestruturas existentes ou que impliquem o armazenamento ou gerenciamento de seus dados ou dados de terceiros (especialmente pacientes). Na hipótese de redução da expansão do uso de tecnologia nos negócios dos clientes atuais e potenciais da Companhia ou de diminuição dos gastos dos clientes atuais e potenciais da Companhia em tecnologia ou ainda, se a Companhia não for capaz de convencer seus clientes a adotar novas soluções tecnológicas por ela oferecidas, seus negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de seus valores mobiliários poderão ser afetados adversamente.

**A incapacidade da Companhia de manter as relações comerciais com seus clientes de longo prazo ou parceiros de negócio nos mesmos volumes e/ou de renegociar tais relações em termos favoráveis à Companhia poderá afetar adversamente sua competitividade e seus resultados operacionais.**

A Companhia possui relacionamentos de longo prazo com seus clientes, que podem, a qualquer momento, rescindir unilateralmente os contratos que celebraram com a Companhia, reduzindo substancialmente o volume de negócios e a receita líquida da Companhia. A possibilidade de rescisão unilateral decorre da relação contratual existente entre a Companhia e todos os seus clientes, que permite a rescisão a qualquer momento, por meio de notificação enviada à Companhia pelo cliente com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência. Além disso, o encerramento das relações comerciais com tais clientes pode conceder oportunidades de negócios aos concorrentes da Companhia, prejudicando sua posição no mercado e enfraquecendo sua marca, o que poderá afetar negativamente seus negócios futuros e causar impactos relevantes e adversos em seus resultados financeiros e operacionais.

A Companhia não pode garantir que conseguirá manter ou renovar os contratos existentes com seus clientes de longo prazo ou parceiros de negócios nem recuperar valores devidos por clientes ou parceiros de negócios inadimplentes. A perda de um ou mais clientes ou parceiros de negócios de longo prazo ou renegociações com tais clientes e parceiros em termos comerciais desfavoráveis à Companhia poderá afetar negativamente seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

### (g) Riscos Relacionados aos Setores da Economia nos quais a Companhia Atue

**A Companhia pode não ser capaz de concorrer eficientemente no setor de software altamente competitivo.**

A Companhia atua em um mercado global, regional e local de softwares e serviços a eles relacionados, com forte presença de fornecedores de softwares de gestão empresarial integrada, desenvolvedoras de softwares que são disponibilizados gratuitamente e empresas prestadoras de serviços de consultoria e startups de tecnologia. Alguns desses competidores atuais ou potenciais da Companhia estão envolvidos em uma gama mais abrangente de negócios, sendo que alguns deles possuem maior base instalada de clientes para seus serviços ou possuem recursos financeiros, técnicos, de vendas e de outra natureza, significativamente maiores do que os da Companhia, incrementando, assim, sua capacidade de concorrência em relação à Companhia. Do mesmo modo, a Companhia pode perder participação de mercado se as empresas com as quais compete introduzirem ou adquirirem novos produtos que concorram com os seus ou adicionarem novas funcionalidades a esses, o que pode causar efeito prejudicial relevante sobre os negócios, os resultados operacionais, a situação financeira e os fluxos de caixa da Companhia.

Adicionalmente, atuais clientes da Companhia podem desenvolver soluções próprias que substituam as que atualmente adquirem da Companhia ou contratar profissionais especializados que supram a demanda pelos serviços oferecidos pela Companhia e, portanto, poderão deixar de consumir os serviços da Companhia, resultando em impacto adverso e relevante na receita da Companhia.

Ademais, alguns dos concorrentes da Companhia podem optar por vender produtos e/ou serviços que competem com os da Companhia a preços mais baixos, aceitando margens e lucratividade mais baixas, ou podem vender produtos e/ou serviços a preços mais baixos, individualmente ou como parte de pacotes, modelos mais avançados ou técnicas melhores ou com mais funcionalidades, com maior facilidade de implantação junto a clientes, ou economias de escala. Todos os fatores acima poderão impactar negativamente as margens e resultados operacionais da Companhia, bem como prejudicar sua capacidade de obter novos clientes em condições favoráveis.

### (h) Riscos Relacionados à Regulação dos Setores em que a Companhia Atue

**A perda ou redução de benefícios fiscais conferidos pela Lei do Bem poderão afetar adversamente os resultados da Companhia.**

A Companhia atualmente usufrui de benefícios fiscais decorrentes da Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005). Em relação a esses benefícios federais instituídos no âmbito da referida Lei e dirigidos ao incentivo da inovação tecnológica, a sua fruição é permitida contanto que os requisitos impostos pela legislação sejam observados pelo beneficiário. Nesse sentido, procedimentos contábeis e obrigações acessórias de natureza fiscal precisam ser devidamente confirmados e validados em conformidade com as delimitações contidas na legislação em vigor sobre o tema.

Não podemos assegurar que este benefício fiscal será mantido ou renovado. Para garantir a continuidade desse incentivo durante seu prazo de vigência, a Companhia deverá cumprir uma série de requisitos que podem ser contestados, inclusive em juízo. Se esse benefício fiscal não for renovado ou for modificado, limitado, suspenso ou revogado, os negócios, as atividades e a condição financeira da Companhia poderão ser adversamente afetados como resultado do aumento da carga tributária ou efeitos no seu fluxo de caixa.

A revogação ou perda de tais benefícios fiscais poderão afetar adversamente os resultados da Companhia.

**Alterações nas legislações tributárias podem afetar adversamente a estratégia e os resultados da Companhia.**

As autoridades tributárias têm frequentemente realizado alterações nos regimes fiscais, como mudanças nas alíquotas e criação de tributos, temporários ou permanentes, que podem afetar a estratégia da Companhia. Algumas dessas mudanças podem aumentar a carga tributária da Companhia, o que pode restringir sua capacidade de fazer negócios e, portanto, afetar de forma adversa e relevante sua lucratividade. Dentre as mudanças que podem afetar materialmente os negócios da Companhia, estão a reforma tributária, a revogação de isenções fiscais e alterações

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

significativas na legislação do ICMS e do PIS/COFINS, incluindo aumento de alíquotas, alterações de base de cálculo, entre outros.

Alterações dessa natureza, como por exemplo, a instituição de um imposto sobre valor agregado com alíquota elevada, podem resultar em uma maior tributação a ser aplicada na Companhia, com impacto adverso sobre estratégia e competitividade da Companhia.

Além disso, durante a campanha presidencial, o atual governo propôs a revogação da isenção do imposto de renda sobre o pagamento de dividendos, a qual, se promulgada, poderia vir a aumentar as despesas tributárias associadas a qualquer dividendo ou distribuição, o que poderia impactar a capacidade da Companhia de pagar e receber futuros dividendos ou distribuições em dinheiro.

### (i) Riscos Relacionados aos Países Estrangeiros onde a Companhia Atue

**A Companhia pode enfrentar dificuldades no que diz respeito à expansão de seus produtos em mercados estrangeiros.**

Atualmente, a Companhia possui clientes em outros mercados além do brasileiro, que representaram 15% da receita operacional líquida da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, e suas estratégias de longo prazo incluem expansão adicional nesses mercados. A Companhia pode enfrentar dificuldades relacionadas aos mercados estrangeiros ou aos mercados em que atualmente opera ou operará no futuro, dentre outras: (i) mudanças regulatórias imprevistas; (ii) incapacidade de atrair pessoal e gerir operações fora do Brasil; (iii) mudança da legislação tributária; (iv) mudanças das políticas e regulamentos comerciais e de investimento; (v) dificuldades no registro e proteção de marcas e softwares; (vi) adoção de medidas de proteção, subsídio e outras formas de favorecimento governamental a concorrentes originários de tais mercados estrangeiros; e (vii) barreiras culturais e linguísticas.

Caso um ou mais desses riscos se materializarem, e a Companhia não seja capaz de superar essas dificuldades, a Companhia poderá ficar incapacitada de implementar sua estratégia de expansão internacional.

### (j) Riscos Relacionados a Questões Socioambientais

Até a data deste Formulário de Referência, não identificamos a existência de riscos socioambientais para as atividades desenvolvidas pela Companhia.

### (k) Riscos Macroeconômicos

**O surto de doenças transmissíveis no Brasil e/ou no mundo, a exemplo da COVID-19, declarada como uma pandemia pela Organização Mundial de Saúde (“OMS”), provocou e pode continuar provocando um efeito adverso nas operações da Companhia. A extensão da pandemia da COVID-19, as respostas e ações do governo federal, a percepção de seus efeitos e a forma pela qual tal pandemia impactará os negócios da Companhia dependem de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em efeito adverso relevante nos negócios, na condição financeira, nos resultados operacionais e nos fluxos de caixa da Companhia.**

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (“OMS”) declarou a COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (“Sars-Cov-2”), como uma pandemia. Tal declaração desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto da doença, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de maneira geral pela população. No Brasil e em outros países da América Latina onde a Companhia possui uma importante base de clientes, alguns estados e municípios seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e distanciamento social, que resultaram no fechamento de shoppings, áreas de grande circulação, parques e demais espaços públicos. Além disso, essas medidas influenciaram o comportamento da população brasileira em geral, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de Companhias de diversos setores, bem como na redução drástica de consumo.

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia sofreu certas limitações (como acesso limitado às instalações da empresa pela administração, equipe de suporte e consultores profissionais) e ações adicionais tomadas pelo governo brasileiro ou por outros governos podem ter um efeito adverso em suas operações e resultados financeiros.

Adicionalmente, uma recessão e/ou desaceleração econômica global, incluindo um aumento do desemprego, pode resultar em (i) aumento do inadimplemento dos clientes da Companhia; (ii) redução do número de clientes da Companhia em razão de falências; (iii) aumento do ajuizamento de demandas individuais ou coletivas em face da Companhia objetivando a suspensão do registro de protestos e da inclusão dos nomes de devedores nos órgãos de proteção ao crédito; e (iv) mudanças significativas nos processos internos dos clientes da Companhia, que podem levar à redução ou à descontinuação do uso dos produtos da Companhia. Todos esses fatores podem acarretar a diminuição da demanda pelos serviços oferecidos pela Companhia, bem como levar à necessidade de renegociação de contratos com clientes em termos desfavoráveis à Companhia e, consequentemente, afetar seus resultados operacionais e financeiros. Não é possível prever se as autoridades governamentais colocarão em prática mais medidas restritivas que, se implementadas, podem levar a mudanças significativas e potencialmente ao encerramento das operações dos clientes da Companhia.

Em razão da pandemia da COVID-19, a Companhia poderá também enfrentar dificuldades para obtenção de novos financiamentos junto a instituições financeiras ou eventuais outras restrições de caixa, o que pode comprometer e/ou dificultar o cumprimento dos *covenants* financeiros aos quais a Companhia está sujeita no âmbito dos instrumentos que regem seu endividamento. Uma eventual restrição de caixa poderá também afetar as operações da Companhia e o cumprimento de suas obrigações com terceiros, inclusive comprometer seu plano de expansão.

A medida em que a COVID-19 afetar os negócios da Companhia, os resultados das operações e a situação financeira dependerão de desenvolvimentos futuros, que são incertos e não podem ser previstos, incluindo, entre outros, a duração e a propagação do surto, eventuais novas ondas nos países onde a Companhia atua, sua gravidade, as ações para conter o vírus ou tratar seu impacto, cronograma de aplicação de vacinas e eficácia delas, e com que rapidez e até que ponto as condições econômicas e operacionais normais podem ser retomadas. Mesmo depois que o surto de COVID-19 estiver sob controle, a Companhia pode continuar a sofrer impactos materialmente adversos em seus negócios como resultado do impacto econômico global, incluindo qualquer recessão que ocorra ou possa ocorrer no futuro.

Haja vista que a pandemia da COVID-19 pode afetar negativamente as atividades e resultados financeiros da Companhia, tal pandemia também pode ter o efeito de aumentar muitos dos outros riscos descritos nesta seção “4.1. Fatores de Risco”. Para mais informações sobre os impactos da pandemia da COVID-19 sobre os resultados financeiros da Companhia, vide item 10.1 deste Formulário de Referência.

**O governo federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem ter um efeito material adverso sobre a Companhia.**

A economia brasileira tem sofrido intervenções frequentes por parte do governo federal que, por vezes, realiza modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, creditícias, tarifárias, fiscais e outras, de modo a influenciar a economia brasileira. As medidas tomadas pelo governo federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicam aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, intervenções no mercado de câmbio, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. A Companhia não tem controle e não pode prever quais medidas ou políticas o governo federal poderá adotar no futuro.

A Companhia poderá vir a ser material e adversamente afetada por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- taxas de juros;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- política monetária;

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- flutuação cambial;
- alteração das normas trabalhistas, legais e regulatórias;
- inflação;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- racionamento de água e energia;
- políticas sanitárias;
- política fiscal e alterações na legislação tributária;
- controle sobre importação e exportação;
- instabilidade social e política;
- expansão e contração da economia brasileira, medida pelo produto interno bruto;
- saúde pública, incluindo em razão de epidemias e pandemias, como a atual pandemia de COVID-19; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza sobre a implementação de mudanças políticas ou regulatórias pelo governo brasileiro cria instabilidade na economia brasileira, aumentando a volatilidade do seu mercado de valores mobiliários. Essas incertezas, a recessão com um período de lenta recuperação no Brasil e outros desenvolvimentos futuros na economia brasileira podem afetar adversamente as atividades e, consequentemente, os resultados operacionais, podendo afetar adversamente o preço de negociação de ações da Companhia.

**A instabilidade política no Brasil pode afetar adversamente os negócios, operações e condição financeira da Companhia e suas controladas.**

Os mercados brasileiros têm registrado um aumento de volatilidade devido às incertezas decorrentes de investigações em andamento conduzidas pela Polícia Federal Brasileira e pelo Ministério Públíco Federal Brasileiro, dentre as quais, a "Operação Lava Jato". Tais investigações têm impactado a economia e o ambiente político do país. Membros do Governo Federal brasileiro e do Poder Legislativo, bem como executivos de grandes companhias públicas e privadas, foram condenados por corrupção por terem aceitado subornos por meio de propinas em contratos concedidos pelo governo à empresas de infraestrutura, petróleo e gás, construção, dentre outras. Os valores destas propinas supostamente financiaram campanhas de partidos políticos e não foram contabilizadas ou divulgadas publicamente, servindo para promover o enriquecimento pessoal dos beneficiários do esquema de corrupção. Como resultado, vários políticos, incluindo membros do Congresso Nacional e executivos de grandes empresas públicas e privadas brasileiras, renunciaram a seus cargos e/ou foram presos, sendo que outras pessoas ainda estão sendo investigadas por alegações de conduta antiética e ilegal, identificadas durante tais investigações.

O potencial resultado destas e outras investigações é incerto, mas elas já tiveram um impacto negativo sobre a imagem e reputação das empresas envolvidas, bem como sobre a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira. O desenvolvimento desses casos de condutas antiéticas tem afetado e pode continuar a afetar adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia, bem como o preço de negociação de suas ações. A Companhia não pode prever se as investigações em curso irão conduzir a uma maior instabilidade política e econômica, nem se novas alegações contra funcionários e executivos do governo e/ou empresas privadas surgirão no futuro.

Até a data deste Formulário de Referência, o presidente Jair Bolsonaro está sendo investigado pelo Supremo Tribunal Federal pela suposta prática de atos impróprios. Quaisquer consequências de tais investigações, incluindo uma potencial abertura de processo de *impeachment*, poderiam ter efeitos adversos relevantes no ambiente político e econômico no Brasil, bem como em negócios que operam

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

no Brasil, inclusive nos negócios da Companhia. Além disso, recentemente, pedidos para a abertura de processo de *impeachment* contra o presidente Jair Bolsonaro foram feitos em razão, inclusive, da forma pela qual o Presidente do Brasil conduz o enfrentamento à pandemia da COVID-19.

Além disso, qualquer dificuldade do governo federal em conseguir maioria no congresso nacional poderia resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações massivas e/ou greves que poderiam afetar adversamente as operações da Companhia. Incertezas em relação à implementação, pelo novo governo, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

A Companhia também não pode prever os resultados dessas investigações, nem o impacto sobre a economia brasileira ou o mercado acionário brasileiro.

**As condições políticas e econômicas dos países em que a Companhia opera podem afetar adversamente.**

Para o exercício social encerrado em 31 dezembro de 2020, 15,1% da receita operacional líquida da Companhia era representada por operações no exterior. A Companhia é vulnerável a crises econômicas internacionais e à redução de renda per capita e consumo nos países estrangeiros em que opera, especialmente na Argentina e Colômbia. A Companhia está sujeita a riscos relacionados aos mercados internacionais em que opera, incluindo, principalmente: (i) interferência dos governos locais em políticas econômicas; (ii) taxas de câmbio instáveis e desvalorização das moedas locais; (iii) deterioração das condições econômicas; (iv) inflação e taxas de juros; (v) controle cambial e restrições sobre remessa internacional, incluindo sobre a remessa de dividendos; (vi) regimes e políticas fiscais; (vii) política comercial externa, incluindo tributos e taxas; (viii) liquidez dos mercados de capital, financeiro e de crédito; e (ix) outros riscos políticos, sociais e econômicos que podem afetar os mercados nos quais a Companhia opera. A ocorrência de qualquer desses fatores, assim como de quaisquer outros fatores que afetem as condições econômicas, políticas e sociais nos mercados em que a Companhia opera, podem impedir que a Companhia atinja seus objetivos estratégicos nestes países ou em suas operações internacionais em geral e podem afetar a Companhia adversamente.

**A inflação e os esforços do Governo Federal de combate à inflação podem afetar adversamente os negócios, operações e condição financeira da Companhia.**

O Brasil já experimentou no passado índices de inflação extremamente elevados. Durante esse período, a economia brasileira foi negativamente impactada por medidas adotadas pelo Governo Federal e especulação sobre quais medidas governamentais seriam adotadas. As medidas do Governo Federal, no passado, para controle da inflação incluíram a manutenção de política monetária restritiva, com altas taxas de juros, restringindo a disponibilidade de crédito e o crescimento econômico.

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) foi de 1,35%, 1,15% e 0,15%, respectivamente, conforme medido pelo IBGE. Nesses mesmos períodos, a taxa média de juros do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) foi de 2,77%, 5,97% e 6,42%, respectivamente, conforme medida pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (“CETIP”).

Quaisquer medidas tomadas pelo governo brasileiro no futuro, incluindo maior redução nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do real, podem desencadear inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira. Se o Brasil enfrentar inflação alta no futuro e a Companhia não conseguir repassar tais efeitos aos seus clientes, seus custos poderão ser ampliados e reduzidas suas margens operacionais e líquidas.

Além disso, no caso de aumento da inflação, o governo brasileiro pode optar por aumentar significativamente as taxas de juros. O aumento nas taxas de juros pode afetar não apenas o custo dos novos empréstimos da Companhia, mas também o custo de seu endividamento atual, que em sua maior parte é atrelado ao CDI, bem como o caixa e equivalentes a caixa, títulos e valores mobiliários e contratos de arrendamento a pagar da Companhia, que estão sujeitos a taxas de juros.

**A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira e, consequentemente, a Companhia.**

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A moeda brasileira flutua em relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras. No passado, o Governo Federal adotou diferentes regimes cambiais, incluindo desvalorizações repentinhas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variava de diária para mensal), controles cambiais, mercados com taxa de câmbio dupla e um sistema de taxa de câmbio flutuante. Desde 1999, o Brasil adotou um sistema macroeconômico de metas de inflação, o qual pressupõe câmbio flutuante com intervenções do Banco Central na compra ou venda de moeda estrangeira com o objetivo de garantir o poder de compra da moeda local. Não podemos assegurar que essas medidas não serão adotadas pelo Governo Federal no futuro ou que não seremos adversamente afetados pela depreciação ou apreciação do Real em relação ao Dólar e outras moedas.

Por exemplo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, observou-se a desvalorização de 2,0% da moeda brasileira frente ao Dólar, com a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar de R\$ 3,31 por US\$ 1,00. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, observou-se a desvalorização de 17,0% da moeda brasileira frente ao Dólar, com a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar de R\$ 3,87 por US\$ 1,00. Por fim, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, observou-se a desvalorização de 4,0% da moeda brasileira frente ao Dólar, com a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar de R\$ 4,03 por US\$ 1,00. Em 31 de dezembro de 2020, a taxa de venda do dólar americano era de R\$ 5,1967 para US\$ 1,0000, conforme informado pelo Banco Central, representando uma desvalorização de 28,9% do real em relação ao dólar americano em 31 de dezembro de 2019, que era de R\$ 4,0307 para US\$ 1,0000. Não se pode garantir que o Real não sofrerá maior desvalorização em relação ao Dólar futuramente.

A desvalorização do real pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os resultados da Companhia, por conta da retração no consumo e do aumento de custos da Companhia. A Companhia não exerce quaisquer influências sobre a política cambial adotada no Brasil e nem dispõe da capacidade de prevê-la. O negócio, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas da Companhia poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais. Para mais informações sobre os impactos das taxas de câmbio nos resultados da Companhia, ver item 4.2 deste Formulário de Referência.

**Qualquer desvalorização adicional da classificação de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.**

A Companhia pode ser adversamente afetada pela percepção dos investidores quanto aos riscos relacionados à classificação de crédito da dívida soberana do Brasil. As agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e suas classificações soberanas, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de cálculos de dívida e a perspectiva de mudanças em qualquer desses fatores.

Em setembro de 2015, a Standard & Poor's iniciou a revisão da nota de risco de crédito soberano do Brasil, rebaixando-a para um grau abaixo do denominado grau de investimento e, desde então, o Brasil vem sofrendo sucessivos cortes em sua nota pelas três principais agências de classificação de risco no mundo. Apesar do rebaixamento feito em 30 de setembro de 2015, a Standard & Poor's reduziu novamente a nota de risco de crédito do Brasil de BB+ para BB e, mais recentemente, em 11 de janeiro de 2018, rebaixou a nota de risco de crédito soberano do Brasil de BB para BB- com perspectiva estável. A Standard & Poor's subsequentemente, em abril de 2020, manteve a nota de crédito soberano do Brasil para BB-, mas mudou sua perspectiva de estável para negativa em maio de 2020. Em fevereiro de 2016, a Moody's rebaixou a nota de risco de crédito do Brasil para um grau abaixo do grau de investimento, para Ba2, com uma perspectiva negativa, alterada em abril de 2018 para uma perspectiva estável. Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou a nota de risco de crédito soberano do Brasil para BB negativo, nota essa que foi reafirmada em agosto de 2018, com uma perspectiva estável. Em 5 de maio de 2020, a Fitch manteve a nota de risco de crédito soberano do Brasil em BB negativo, mas revisou a perspectiva para negativa em resposta aos efeitos da pandemia da COVID-19. Na data de apresentação deste Formulário, a nota de crédito soberano do Brasil era BB-estável, Ba2 estável e BB-negativo, pela Standard & Poor's, Moody's e Fitch, respectivamente.

Como resultado desses rebaixamentos, os preços dos títulos emitidos por empresas brasileiras foram afetados negativamente. A continuação ou o agravamento da atual recessão brasileira pode levar a novos rebaixamentos.

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia não pode garantir que as agências de crédito manterão essas classificações sobre o crédito brasileiro. Qualquer nova degradação das classificações de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar negativamente o preço das ações ordinárias da Companhia.

**Acontecimentos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente e nos Estados Unidos, China e União Europeia, podem afetar adversamente a economia brasileira e o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive das ações de emissão da Companhia.**

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, países da União Europeia e países latino-americanos e de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanas. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse de investidores nos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia. Esses eventos podem dificultar o acesso da Companhia ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos favoráveis ou independentemente dos termos.

Além disso, na medida em que disputas comerciais entre países, em especial a atual disputa entre os Estados Unidos e a China, as tensões globais decorrentes da pandemia do COVID-19, bem como crises na Europa e outros países, incluindo os conflitos envolvendo a ocorrência do Brexit, afetaram a economia global, produzindo diversos efeitos que, direta ou indiretamente, impactaram negativamente o mercado de capitais e a economia brasileira, como as flutuações no preço de títulos emitidos por empresas listadas, reduções na oferta de crédito, deterioração da economia global, flutuação das taxas de câmbio e inflação, entre outras, que podem, direta ou indiretamente, afetar adversamente a Companhia.

Além disso, campanhas, eleições e transições presidenciais nos Estados Unidos podem gerar um clima de incerteza política e econômica globalmente, bem como nos Estados Unidos e no Brasil. O Presidente dos Estados Unidos tem um poder considerável na determinação de políticas e ações governamentais que podem ter um efeito adverso relevante sobre a economia global e a estabilidade política mundial. O mandato do presidente Joe Biden se iniciou em 20 de janeiro de 2021. Não podemos assegurar que o novo governo irá manter políticas projetadas para promover a estabilidade macroeconômica, disciplina fiscal e investimento doméstico e estrangeiro, o que poderá ter um efeito adverso relevante nos mercados financeiros e de valores mobiliários no Brasil, em empresas brasileiras, incluindo a Companhia, e sobre valores mobiliários emitidos por emissores brasileiros, incluindo as ações de emissão da Companhia.

**Pandemias, epidemias ou surtos de doenças infecciosas, como o COVID-19, podem levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão adversa sobre a economia mundial, incluindo a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia.**

Pandemias, epidemias ou surtos de doenças infecciosas podem ter um efeito adverso no mercado e economia global. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como zika vírus, vírus ebola, vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (“MERS”) e a síndrome respiratória aguda grave (“SARS”) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram.

Em 11 de março de 2020, a OMS declarou a pandemia do COVID-19, doença causada por um novo coronavírus (“SARS-CoV-2”), que desencadeou severas medidas por autoridades governamentais ao redor do mundo com o objetivo de controlar sua disseminação, incluindo restrição ao fluxo de pessoas, com limitações a viagens, utilização de transportes públicos, quarentenas e *lockdowns*, fechamento prolongado de estabelecimentos comerciais, interrupções na cadeia de suprimentos e redução de consumo de uma maneira geral. No Brasil, alguns estados e cidades seguiram essas providências,

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social, que resultaram no fechamento de parques, shopping centers, restaurantes e outros estabelecimentos comerciais e espaços públicos.

Essas medidas aliadas às incertezas provocadas pela pandemia do COVID-19 tiveram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo o Brasil, inclusive causando oito paralisações (*circuit-breakers*) das negociações na B3 ao longo do mês de março de 2020. A cotação da maioria dos ativos negociados na B3 foi adversamente afetada em razão da pandemia do COVID-19. Impactos semelhantes a esses podem voltar a ocorrer, provocando oscilação dos ativos negociados na B3.

Adicionalmente, qualquer mudança material na economia e no mercado de capitais global, incluindo o Brasil, pode diminuir o interesse de investidores em ativos brasileiros, incluindo as ações ordinárias de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de seus valores mobiliários, além de dificultar seu acesso ao mercado de capitais e financiamento de suas operações, inclusive em termos aceitáveis. Para mais informações sobre os impactos da pandemia do COVID-19 nos negócios da Companhia, veja item 10.9 deste Formulário de Referência.

**Alterações na legislação tributária brasileira ou conflitos em sua interpretação podem impactar adversamente a Companhia, aumentando os impostos que a Companhia é obrigada a pagar, o que poderá ter um impacto adverso na Companhia.**

O governo brasileiro tem frequentemente implementado diversas alterações nos regimes fiscais que podem afetar a Companhia e seus clientes, inclusive como resultado da execução ou alteração de tratados fiscais. Essas alterações incluem mudanças nas alíquotas vigentes e/ou criação de tributos, temporários ou definitivos, cujos recursos são destinados a fins estabelecidos pelo governo. Algumas dessas mudanças podem resultar em aumentos da carga tributária da Companhia, o que poderia afetar adversamente sua lucratividade e os preços de seus serviços, bem como restringir sua capacidade de fazer negócios nos mercados em que atua, afetando negativamente a Companhia.

Outrossim, atualmente existem no congresso brasileiro propostas para a implementação de uma reforma tributária. Entre as propostas em discussão, existe a possibilidade de uma mudança completa no sistema de tributação ao consumo, que extinguiria três tributos federais - IPI, PIS e COFINS, o ICMS, que é estadual, e o ISS, municipal, para a criação de um único novo Imposto sobre Operações com Bens e Serviços ("IBS") que incidiria sobre o consumo. Ademais, recentemente, o Governo Federal apresentou nova proposta de reforma tributária para criação da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços ("CBS"), em substituição às contribuições do PIS e da COFINS, que determina um regime diferenciado para o setor de combustíveis. Ainda, há outros projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que buscam revogar isenções fiscais sobre lucros distribuídos e dividendos e alterar ou revogar leis relacionadas aos juros sobre capital próprio, conforme o caso. Caso haja uma reforma tributária ou quaisquer mudanças na legislação e regulamentação aplicáveis, que alterem os tributos aplicáveis ou incentivos fiscais/regimes especiais durante ou após seus prazos de vigência, poderá afetar diretamente ou indiretamente os negócios e resultados da Companhia.

Os efeitos dessas alterações ou de quaisquer outras reformas adicionais, se aprovadas, podem trazer impactos adversos sobre os negócios da Companhia. A Companhia não pode garantir que será capaz de manter o fluxo de caixa projetado e rentabilidade após quaisquer aumentos nos tributos brasileiros aplicáveis à Companhia e suas operações.

## 4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

### 4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são associados à taxa de juros e à taxa de câmbio observadas no cenário macroeconômico.

#### Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia e suas subsidiárias ("Grupo") ou o valor de seus instrumentos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, o Grupo não se utilizou de instrumentos financeiros derivativos para gerenciar riscos de mercado.

#### Risco cambial

No lado da receita, o Grupo está exposto ao risco cambial de suas operações no exterior, originados a partir das diferenças entre as moedas funcionais de suas subsidiárias estrangeiras e o Real. As moedas funcionais das subsidiárias no exterior são, principalmente: Peso Argentino ("ARP"), Peso Colombiano ("COP") e Peso Mexicano ("MXM").

No lado da despesa, a Amazon AWS se destaca como um fornecedor relevante da Companhia para os sistemas operacionais em nuvem, cujo serviços são cobrados em Dólares dos Estados Unidos ("USD").

#### Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é aquele pelo qual o Grupo poderá vir a sofrer perdas econômicas decorrentes de alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas como também alterações na política monetária no mercado interno e externo. Esta exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem ativos e passivos do Grupo indexados pelo Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

A Administração do Grupo não restringe a exposição às diferentes taxas de juros e também não estabelece limites entre taxas pré ou pós-fixadas.

Em 31 de dezembro de 2020, conforme requerido pela IN CVM nº 475/08, o Grupo efetuou testes de sensibilidade para cenários dos juros (CDI em 25% ou 50% superiores e inferiores ao cenário provável), considerando as seguintes premissas: cenário esperado para taxa de juros do CDI de 2,85% a.a. A estimativa de CDI tem como base projeções do mercado futuro B3 S.A.

<b>Consolidado (em milhares de Reais)</b>	<b>31.12.2020</b>	<b>Taxa Provável</b>	<b>Provável</b>	<b>25%</b>	<b>50%</b>
Caixa e equivalente de caixa + aplicação financeira restritivas vinculadas	68.441	(i) 2.85%	(i) 1.951	(i) 2.438	(i) 2.925
Empréstimos	(42.328)	6.00%	(2.540)	(3.175)	(3.809)
<b>Exposição líquida</b>	<b>26.113</b>	-	-	-	-
<b>Impacto líquido (i)</b>	<b>-</b>		<b>(589)</b>	<b>(737)</b>	<b>(884)</b>

(i) Corresponde ao impacto anual (isto é, próximos 12 meses de juros), que afetaria o resultado e o patrimônio líquido se a mudança tivesse ocorrido já em 31 de dezembro de 2020 e não houvesse impacto nos demais fatores.

## 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

### 4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, dentre processos com chance de perda provável, possível e remota. As provisões da Companhia são registradas conforme as normas contábeis, com base na análise individual de cada processo por seus advogados internos e externos e pela Administração, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos e pela Administração como processos com chance de perda provável. Para os fins deste item 4.3, foram considerados como individualmente relevantes processos em que a Companhia e suas controladas figuram como parte e que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia; ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

Descrevemos a seguir os principais processos judiciais e administrativos individualmente relevantes que a Companhia estava sujeita, na data deste Formulário de Referência, segregados conforme sua natureza.

#### Contingências Cíveis

Processo nº 0307225.28.2014.8.09.0051	
a. Juízo	1ª Vara da Fazenda Pública Estadual da Comarca de Goiânia/GO
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	22/08/2014
d. Partes no processo	Ativo: Ministério Público do Estado de Goiás Passivo: Antonio Faleiros Filho, Estado de Goiás e Bionexo do Brasil Ltda. (antiga denominação da Companhia)
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$1.104.100,00 (valor histórico da causa)
f. Principais fatos	Trata-se de ação civil pública pela qual o Ministério Público visa a declaração de inexistência do contrato celebrado pela Bionexo em razão de suposta ilegalidade decorrente da inobservância do procedimento licitatório, com a consequente anulação por vício de origem e condenação às penas da Lei de Improbidade Administrativa, haja vista o suposto dano ao erário provocado pela contratação da Bionexo, sem observação ao procedimento licitatório. O Ministério Público intentou liminarmente que fosse declarada a indisponibilidade de bens dos réus, mas tal pedido foi rejeitado em 1ª instância e mantido pelo Tribunal, tendo o acórdão transitado em julgado. Após a apresentação de defesas prévias, contestações e o encerramento da fase instrutória, atualmente se aguarda a prolação de sentença.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Anulação do procedimento licitatório e condenação da Bionexo nas penas da Lei de Improbidade Administrativa, quais sejam, resarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, pagamento de multa civil e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

#### 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 1033513-40.2017.8.26.0100	
a. Juízo	28ª Vara Cível do Foro Central Cível da Capital do estado de São Paulo/SP
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	12/04/2017
d. Partes no processo	Ativo: Bionexo do Brasil S.A. Passivo: GTPlan Prestação de Serviços de Informática Ltda. – EPP; Nimbi S.A.; Keila Andrade Dias; Thiago Fernandes Fialho; e Gláucio José Rezende
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 500.000,00 (valor histórico da causa)
f. Principais fatos	A Bionexo ajuizou demanda para que (i) fosse declarada a inexistência de relação jurídica que autorize qualquer das partes contratantes a rescindir o Memorando de Entendimentos com base em não cumprimento de metas fixadas de comum acordo com consequente declaração de ilegalidade da notificação de rescisão do contrato enviada pela GTPlan; (ii) fosse anulada a venda das 2.251 quotas de emissão da GTPlan de Thiago Fernandes Fialho e Gláucio José Rezende para Nimbi S.A. e Keila Andrade Dias, bem como fosse reconhecido o direito ao exercício de preferência pela Bionexo; e (iii) fossem os Réus condenados ao pagamento de indenização por prejuízos causados em decorrência de alegada violação das cláusulas de não competição e exclusividade no âmbito do Memorando de Entendimentos firmado entre as partes. O Tribunal de Justiça concedeu pedido liminar para manutenção e cumprimento dos termos do contrato, bem como concedeu autorização para que a Bionexo realizasse o depósito em Juízo de 30% dos repasses devidos mensalmente à GTPlan. Em razão do descumprimento da liminar, a GTPlan foi condenada ao pagamento de multa diária, cuja soma perfaz R\$2.500.000,00 e que está sendo executada provisoriamente pela Bionexo. Atualmente, o processo está em fase instrutória.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro (devolução de multa executada provisoriamente pela Bionexo em virtude de descumprimento da liminar pelos réus; possibilidade de a Bionexo arcar com potenciais perdas e danos sofridos pelos réus durante o período em que a liminar permaneceu vigente).

## **4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

### **4.3.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.3**

Não há provisionamento para os processos descritos no item 4.3 acima, em 31 de dezembro de 2020.

**4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores**

**4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores**

Na data deste Formulário de Referência, não há processos cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia.

**4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores**

**4.4.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4**

Na data deste Formulário de Referência, não há processos cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia.

## 4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

### 4.5 - Processos sigilosos relevantes

Processo 1111451-77.2018.8.26.0100	
<b>a. Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 10.000,00 (valor histórico da causa para fins fiscais), alterado para R\$ 1.800.000,00 em virtude de acolhimento de impugnação ao valor da causa (questão atualmente em discussão em sede recursal)
<b>b. Principais fatos</b>	Trata-se de ação com pedido tutela provisória para obtenção da declaração de rescisão de contrato celebrado entre o autor e a Bionexo do Brasil S.A. (antiga denominação da Companhia), bem como busca e apreensão de software na sede da Bionexo do Brasil S.A.; ao final, requer-se a declaração de rescisão do contrato e a condenação dos réus ao pagamento de indenização por concorrência desleal. A tutela de urgência pleiteada pelo autor foi rejeitada em primeira instância e esta decisão foi mantida pelo Tribunal. Os réus já apresentaram suas respectivas defesas e especificaram as provas que pretendem produzir. Atualmente, aguarda-se decisão acerca do pedido de suspensão do processo em razão da existência de outra ação, ajuizada por corréu contra a autora, que poderia influenciar em seu julgamento, bem como decisão saneadora indicando as provas que serão produzidas na demanda.
<b>c. Chance de perda</b>	Remota
<b>d. Impacto em caso de perda do processo</b>	(i) Impossibilidade de utilização do software em questão pela Bionexo do Brasil S.A.; (ii) Busca e apreensão de referido software; e (iii) Pagamento de indenização à autora pelo que deixou de auferir com a comercialização do seu próprio software, uma vez que a Bionexo do Brasil S.A. estaria comercializando outro software – valor estimado mínimo de R\$1.200.772,51. A Bionexo do Brasil S.A. teria direito de regresso contra terceiro em relação à maior parte dos pedidos formulados.

## **4.5 - Processos Sigilosos Relevantes**

### **4.5.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.5**

Não há provisionamento para os processos descritos no item 4.5 acima, em 31 de dezembro de 2020.

#### **4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto**

##### **4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto**

Na data deste Formulário, a Companhia e suas controladas não são parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, não sigilosos e relevantes em conjunto.

**4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto****4.6.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.6**

Na data deste Formulário, a Companhia e suas controladas não são parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, não sigilosos e relevantes em conjunto.

## 4.7 - Outras Contingências Relevantes

### 4.7 - Outras contingências relevantes

Bruno Morelli Junior, Mozart Moraes, Eduardo Paes de Barros, Mauricio de Lázzeri Barbosa e Rodrigo Spessoto Aranda, executivos e membros da Administração da Companhia, são parte na ação penal nº 1000353-43-2018.8.26.0050. Trata-se de ação penal privada proposta pela GTPlan e seus representantes, que está em trâmite na Quinta Vara Criminal do Foro Central Criminal da Barra Funda, em São Paulo-SP para fins de apurar eventual responsabilidade criminal dos querelados quanto ao possível crime de concorrência desleal, supostamente ocorrido durante tratativas comerciais envolvendo o uso do programa/software "Plannexo". Por parte da defesa, foi apresentado recurso em sentido estrito ("RESE") para contestar quais crimes seriam de fato apreciados no procedimento judicial. Houve, paralelamente, decisão do juiz limitando o processo ao suposto crime de concorrência desleal. Em 02 de maio de 2019, procedeu-se à tentativa de audiência de conciliação, na qual restou acordado que se aguardasse o julgamento do recurso apresentado. Sucessivamente, em 21 de janeiro de 2020, foi proferida decisão determinando a apreciação do recurso para prosseguimento do feito.

Em 15 de dezembro de 2020, a Companhia juntou petição na qual informou não se opor à eventual propositura de Acordo de Não Persecução Penal por parte dos querelantes. Sendo assim, em 17 de dezembro de 2020, foi Proferido Despacho, o qual determinou que o acordo deverá ser firmado diretamente entre as partes e, posteriormente, apresentado para homologação em audiência.

Futuramente, na hipótese da ocorrência de sentença penal desfavorável, os indivíduos poderão ser sujeitos a uma pena de detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa. Vale, entretanto, destacar que: (i) é facultado ao juiz a aplicação de apenas pena de multa nos crimes de menor potencial ofensivo que prevejam a possibilidade de aplicação isolada de multa; (ii) a depender da pena máxima combinada ao crime, pode ser oferecida proposta de transação penal; e (iii) a pena restritiva de liberdade eventualmente imposta pode ser substituída por penas restritivas de direitos.

Eventual condenação criminal dos indivíduos listados no polo passivo da demanda pode ocasionar danos à imagem da Companhia em decorrência da publicação da decisão. Em linhas gerais, ainda não é possível estimar o prognóstico de perda dessa ação.

#### **4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados**

##### **4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

### 5.1 - Política de gerenciamento de riscos

#### (a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Companhia adota, desde 17 de fevereiro de 2021, uma política de gerenciamentos de riscos (“Política de Gerenciamento de Riscos”), aprovada pelo Conselho de Administração. Sua aplicação é monitorada pela Área de *Compliance* e pelo Comitê de Auditoria da Companhia.

#### (b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

A Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia tem como objetivo estabelecer e divulgar princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de gestão de riscos, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação de riscos inerentes às atividades da Companhia e que possam afetar o alcance dos seus objetivos.

A Política de Gerenciamento de Riscos considera como referências:

- As diretrizes de governança corporativa do estatuto social da Companhia;
- As normas aplicáveis emanadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”);
- O Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão;
- As diretrizes e princípios descritos no Código de Ética da Companhia;
- *Benchmarking* do mercado, principalmente com relação ao setor de Negócios de varejo; e
- O modelo do COSO-ERM - *Committee of Sponsoring Organizations of Treadway Commission* (“COSO ERM”).

Na condução de seus negócios, a Companhia enfrenta eventos decorrente de incertezas às quais está exposta e que podem impactar negativamente o alcance dos objetivos e de geração de valor estabelecidos no seu plano estratégico de longo prazo (“Riscos”). Se não identificados e tratados de forma adequada, os Riscos podem comprometer a competitividade e perenidade dos negócios. Objetiva-se, por meio do gerenciamento de Riscos, entendê-los, avaliar e definir ações de resposta para que as perdas sejam reduzidas e previstas.

De acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos, o Mapa e a Matriz de Riscos deverão ser atualizados anualmente, conforme percepção de impacto e probabilidade apresentada pelo Comitê de Auditoria e posteriormente validada pelo Conselho de Administração, possibilitando assim a consolidação a fim de ter uma ordem de prioridade de desenvolvimento de cada Risco.

A assunção de Riscos que possam comprometer a continuidade do negócio e/ou a inobservância/extrapolação deliberada dos limites estabelecidos pela administração estará sujeita às sanções previstas no Código de Ética da Companhia.

Todos os Riscos desenvolvidos, com limites aprovados, são formalizados em relatórios detalhados, explicativos, com planos de ação, se for o caso, detalhados com responsáveis e prazos de conclusão. Os relatórios deverão ser assinados pelo Proprietário do Risco e pelo Comitê de Auditoria.

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

### (i) Riscos para os quais se busca proteção

Nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos, a Companhia busca proteção para riscos divididos nas seguintes principais macrocategorias, a serem consideradas e incluídas em seu Mapa de Riscos:

**Riscos Estratégicos:** Dentre outros, engloba o risco político. São aqueles Riscos associados à estratégia da Companhia na busca de criação, proteção e crescimento de valor. São causados por mudanças no ambiente externo, tais como político, econômico e social, mercado, competidores, fusões e aquisições, disponibilidade de recursos, inovações e portfólio de produtos e/ou serviços.

**Riscos Operacionais:** Dentre outros, engloba o risco tecnológico. São aqueles decorrentes da inadequação ou falha na gestão de processos internos e pessoas que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos da Companhia e estão associados tanto à operação do negócio como, por exemplo, *marketing*, vendas, comercial, quanto à gestão de áreas de suporte ao negócio, como contabilidade, controladoria, controles, suprimentos e saúde.

**Riscos Financeiros:** São aqueles decorrentes da possibilidade de perdas em razão do comportamento das taxas de juros e variação cambial, assim como aqueles decorrentes da possibilidade de perdas resultantes de incerteza quanto ao recebimento de valores estabelecidos em empréstimos e contratos.

**Riscos de Conformidade:** Dentre outros, engloba o risco regulatório. São os Riscos de imposição de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado do descumprimento de leis, acordos, regulamentos, Código de Ética e das políticas e procedimentos internos. Incluem os riscos de fraudes em demonstrações financeiras e de desvios de ativos, de corrupção e de crimes cibernéticos.

### (ii) Instrumentos utilizados para proteção

O processo de gerenciamento de Riscos da Companhia é composto por 4 (quatro) etapas:

- **Identificação dos Riscos:** Identificação dos fatores (causas) de Riscos e implicações nos objetivos (metas e resultados) projetados.
- **Avaliação:** Cálculo do impacto e probabilidade de ocorrência dos Riscos sobre os resultados projetados. A avaliação inclui o desenvolvimento de modelagens a partir de fatores de risco bem como sua correlação com outros riscos. Por meio da avaliação é definido o tipo de Risco, que pode ser:
  - **Qualitativo:** Quando a avaliação do Risco é realizada por meio do julgamento dos fatores de riscos por especialistas, com base na experiência do avaliador. Representa uma alternativa às análises quantitativas dispendiosas, ou quando o Risco não se presta à quantificação, por não haver dados disponíveis e confiáveis;
  - **Quantitativo:** Quando o Risco pode ser medido em valores monetários e/ou a avaliação se baseia em séries de dados, permitindo o estabelecimento do percentual de probabilidade de ocorrência e a valoração do impacto no resultado da Companhia. Possibilita maior precisão por empregar técnicas de análises mais sofisticadas, com forte componente estatístico; e
  - **Híbrido:** Quando a avaliação do Risco envolve a utilização de técnicas qualitativas e quantitativas, que se complementam.

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- **Proposta de Limites:** Estabelecimento do nível de risco que os acionistas estão dispostos a correr na busca pelo retorno e geração de valor. Os limites de riscos serão definidos tanto para impacto quanto para os indicadores. A proposta de limite deverá ser fundamentada pelas seguintes análises:
  - Avaliação do retorno tangível e intangível relacionado ao limite de Risco proposto;
  - Capacidade da Companhia de suportar o impacto do limite de Risco proposto;
  - Decisão se o Risco deve ou não ser aceito conforme sua tipologia;
  - Viabilidade da implantação das iniciativas de mitigação (custo e esforço) versus efeito na mitigação do Risco e respectivo retorno; e
  - Disponibilidade de recursos (investimento e esforço) para implantação.
- **Planos de Ação:** Conjunto de iniciativas definidas e implantadas pelo Proprietário do Risco a fim de adequar as exposições aos limites aprovados (objeto de acompanhamento periódico). O Proprietário do Risco deve ser um colaborador da Companhia que possua o maior domínio e conhecimento técnico acerca do Risco correspondente, sendo responsável pela tomada de decisão e capaz de estabelecer e gerir os planos de ação para adequar a exposição aos limites aprovados.

Nesta etapa, deverão ser ainda definidas as estratégias de resposta ao Risco, um conjunto de ações, cujas iniciativas visam dar resposta ao Risco. Estas opções compreendem:

- **Eliminar:** Eliminar totalmente o Risco, protegendo os objetivos da empresa dos impactos associados ao Risco;
- **Transferir:** Transferir o risco a terceiros por meio de contratos de seguros, terceirização de operações e atividades;
- **Reducir/Gerir:** Reduzir parcialmente a exposição ou adotar ações pontuais visando minimizar potenciais impactos; e
- **Aceitar:** Assumir os impactos potenciais do Risco e respectivas oportunidades.

### (iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Política de Gerenciamento de Riscos define e comunica os papéis e responsabilidade dos principais agentes envolvidos no processo de gestão de Riscos, desenhados buscando-se a construção e implantação de um modelo que capture as experiências, percepções e os melhores conjuntos de informações disponíveis para a tomada de decisão.

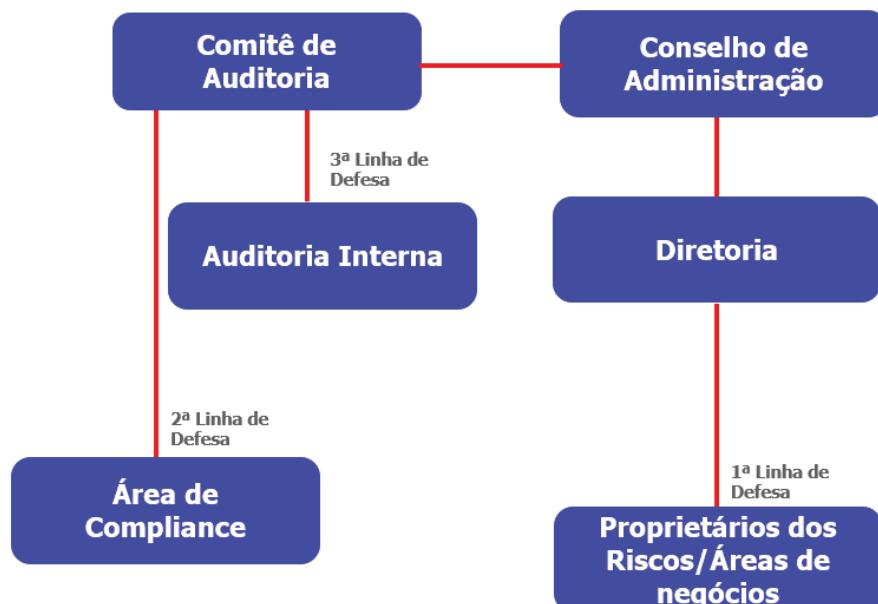
O Comitê de Auditoria, a Área de *Compliance* e o Conselho de Administração da Companhia devem compreender as práticas permitindo o cumprimento adequado de suas responsabilidades no processo, fortalecendo os níveis de governança corporativa.

A estrutura de gerenciamento de Riscos da Companhia segue o modelo de três linhas de defesa do COSO-ERM e é realizada conforme o organograma e a descrição abaixo:

- **1<sup>a</sup> Linha de Defesa:** a primeira linha de defesa está associada à linha de frente dos negócios da Companhia e inclui todos diretamente competentes para a execução dos controles e implementação das respostas aos Riscos. Trata-se das Áreas de Negócios, cujos colaboradores atuam como Proprietários dos Riscos, responsáveis diretos pelos processos;

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- **2<sup>a</sup> Linha de Defesa:** a segunda linha de defesa refere-se aos responsáveis pelos controles da Companhia, com atribuições para fixar as diretrizes de gestão de Riscos e supervisionar o cumprimento destas diretrizes. Nesta categoria está a Área de *Compliance*, responsável pelas funções de riscos corporativos e controles internos. Os membros da Área de *Compliance* não acumulam atividades operacionais. No desenvolvimento de suas funções, a Área de *Compliance* pode solicitar o auxílio de outras áreas da Companhia, como controladoria, recursos humanos e jurídico. A Área de *Compliance* reporta questões sensíveis e estratégicas relacionadas ao programa de integridade da Companhia diretamente ao Comitê de Auditoria; e
- **3<sup>a</sup> Linha de Defesa:** a terceira linha de defesa refere-se à área de Auditoria Interna, a quem compete avaliar, testar e supervisionar a aderência, conformidade e eficácia do processo de gestão de riscos da Companhia, bem como aferir a qualidade e a efetividade dos controles internos e governança. A área de Auditoria Interna se reporta ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Auditoria.



Cabe ao **Conselho de Administração**:

- a) Aprovar as políticas, diretrizes, Mapa/Matrizes de Risco, limites de exposição e impactos propostos;
- b) Fornecer, periodicamente, sua percepção do grau de exposição a Riscos que a Companhia está exposta (visão do acionista) e influenciar na priorização dos riscos a serem tratados, com base na recomendação do Comitê de Auditoria;
- c) Avaliar em pauta prévia, mudanças ou atualizações de cada Risco, cujos limites já tenham sido aprovados;
- d) Receber, por meio do Comitê de Auditoria, o reporte das atividades da Auditoria Interna, avaliando, ao menos anualmente, se a estrutura e orçamento desta são suficientes ao desempenho de suas funções; e

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- e) Acompanhar os resultados do processo e da performance do gerenciamento de Riscos.

Cabe ao **Comitê de Auditoria da Companhia**, órgão de assessoramento do Conselho de Administração, além do previsto em seu regimento específico:

- a) Recomendar a inclusão, avaliação e priorização de Riscos no Mapa/Matriz de Riscos da Companhia;
- b) Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- c) Apresentar recomendações ao Conselho de Administração da Companhia quanto à avaliação de políticas, exposição aos riscos, limites e planos de ação;
- d) Monitorar o cumprimento da Política de Gerenciamento de Riscos e avaliar a performance frente aos limites de Risco aprovados;
- e) Avaliar e tomar decisões em relação a exposição aos riscos (impacto e probabilidade), conforme análise realizada pelo Comitê de Auditoria, e aos limites apresentados pelos Proprietários dos Riscos, recomendando ações de resposta;
- f) Avaliar a efetividade do modelo de gestão de Riscos e sugerir aprimoramentos no processo, apontando as causas e responsabilidades; e
- g) Deliberar sobre as investigações internas de violações às normas de integridade encaminhadas pela Área de Compliance e autorizar a contratação de investigação independente (se for o caso).

Cabe à **Diretoria da Companhia**:

- a) Acompanhar periodicamente a evolução da exposição aos Riscos considerando os limites aprovados pelo Conselho de Administração e a análise do Comitê de Auditoria;
- b) Adotar Riscos avaliados como ferramenta de orientação da revisão ou construção do plano estratégico; e
- c) Disseminar a cultura da gestão de Risco em toda a Companhia, através de incentivos e políticas de remuneração variável.

Cabe aos **Proprietários dos Riscos da Companhia**, colaboradores que possuam o maior domínio e conhecimento técnico acerca do Risco correspondente, responsáveis pela tomada de decisão e capazes de estabelecer e gerir os planos de ação para adequar a exposição aos limites aprovados:

- a) Atuar como primeira linha de defesa no processo de gerenciamento de riscos da Companhia;
- b) Identificar os fatores de riscos e indicadores para a mensuração e monitoramento dos Riscos;
- c) Fornecer informações precisas, íntegras e suficientes para a Modelagem de Riscos;
- d) Apresentar percepção quanto à exposição ao Risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado;
- e) Propor limites para exposição aos Riscos sob a sua responsabilidade, observando as análises mencionadas na Política de Gerenciamento de Riscos;
- f) Sugerir, avaliar, implantar e monitorar as ações com o objetivo de reduzir a exposição ao Risco sob sua responsabilidade;

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- g) Cumprir os limites de Riscos aprovados pelo Conselho de Administração; e
- h) Comunicar, tempestivamente, os eventos de risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extração de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas.

Cabe à **Área de Compliance**, que se reporta diretamente ao Comitê de Auditoria no tocante ao gerenciamento de Riscos e controles internos da Companhia, de modo a resguardar a independência do exercício de suas atividades:

- a) Atuar como segunda linha de defesa no processo de gerenciamento de riscos da Companhia;
- b) Identificar, avaliar e monitorar os Riscos e os respectivos planos de ação;
- c) Atualizar o Mapa/Matriz de Riscos sempre que ocorrer a revisão do plano estratégico e tempestivamente com o surgimento de fatores de risco emergentes;
- d) Estabelecer priorização dos Riscos a partir do impacto e probabilidade, visando estabelecer uma comparação individual dos riscos para fins de priorização e gestão;
- e) Reportar periódica e formalmente ao Comitê de Auditoria todas as informações pertinentes ao gerenciamento de riscos, incluindo a percepção de exposição; e
- f) Auxiliar o Comitê de Auditoria no tratamento e apuração das comunicações recebidas através do Canal de Comunicação, bem como conduzir e documentar investigações internas de violações às normas de integridade ou recomendar a contratação de investigação independente sob orientação do Comitê de Auditoria, que poderá encaminhar casos considerados relevantes para deliberação do Conselho de Administração.

No tocante às atribuições da Área de *Compliance* no que diz respeito à integridade corporativa, no que também se reporta ao Comitê de Auditoria, destacam-se as seguintes:

- a) Adotar as medidas necessárias para garantir a aplicação e divulgação do Código de Ética e, inclusive, fiscalizar e avaliar o seu cumprimento e eficácia;
- b) Propor ao Comitê de Auditoria novas normas ou políticas relacionadas ao programa de integridade ou a revisão das já existentes;
- c) Conduzir treinamentos periódicos acerca das condutas, princípios, conceitos e procedimentos previstos no Código de Ética;
- d) Auxiliar o Comitê de Auditoria no tratamento e apuração das comunicações recebidas através do Canal de Comunicação, garantindo anonimato do denunciante, se desejado, e práticas de não retaliação, encaminhando suas conclusões ao Comitê de Auditoria para determinação das medidas disciplinares aplicáveis;
- e) Conduzir e documentar investigações internas de potenciais violações às normas de integridade ou recomendar a contratação de investigação independente, sob orientação do Comitê de Auditoria;
- f) Analisar os casos não previstos no Código de Ética e normas anticorrupção e definir como proceder;
- g) Avaliar as situações de descumprimento do Código de Ética e recomendar a(s) ação(ões) a ser(em) tomadas, inclusive quanto à aplicação de medidas disciplinares, mediante ciência e aprovação do Comitê de Auditoria;

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- h) Revisar o Código de Ética e sugerir atualizações ao Conselho de Administração sempre que necessário;
- i) Garantir adaptações nos regulamentos, procedimentos e processos existentes associados ao Código de Ética e às normas anticorrupção da Companhia, bem como propor novas diretrizes sempre que necessário;
- j) Viabilizar as atividades de reforço da cultura ética, quando necessário;
- k) Apurar os casos de violação ao Código de Ética e às normas anticorrupção, da legislação e regulamentos aplicáveis e outros normativos que estejam relacionados à ética e ao *Compliance*, reportando-se ao Comitê de Auditoria quanto a tais atividades;
- l) Gerir o Canal de Comunicação e direcionar as ocorrências relatadas para a devida investigação; e
- m) Identificar casos de descumprimento legal e, dar ciência ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração sobre a importância de encaminhar a situação às autoridades competentes.

Cabe à **Auditoria Interna**:

- a) Atuar como terceira linha de defesa no processo de gerenciamento de riscos da Companhia, através da contratação de empresa terceirizada de auditoria independente registrada na CVM, responsável por essa função;
- b) Aferir a qualidade e a efetividade do processo de gerenciamento de Riscos e dos processos de governança, da adequação dos controles e do cumprimento das normas e regulamentos associados às operações da Companhia de forma independente, imparcial e tempestiva; e
- c) Fornecer relatórios periódicos ao Comitê de Auditoria, a fim de garantir que a cultura de responsabilização e conscientização sobre os Riscos esteja sendo devidamente implementada.

**(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos**

A Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos, conforme descrita neste item 5.1, está adequada para assegurar a efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos.

## 5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

### 5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

#### (a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

Os riscos de mercado para os quais a Companhia busca proteção são gerenciados internamente pela Diretoria Financeira da Companhia.

Entretanto, não há uma política específica que trata do gerenciamento de riscos de mercado formalizada, uma vez que a Companhia adota práticas que entendem suficientes para gerenciamento de seus riscos de mercado.

Em relação aos riscos de mercado, a Companhia atua de maneira proativa através da área financeira, que monitora os instrumentos financeiros para prevenir, mitigar e tratar a exposição a qualquer risco de mercado a qual a companhia esteja exposta.

#### (b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia não possui política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, no entanto, visa estabelecer e divulgar princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de gestão de riscos na Companhia, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação de riscos inerentes às atividades da Companhia e que possam afetar o alcance dos seus objetivos. O processo é composto por três etapas:

- *Identificação dos riscos*: identificação dos fatores (causas) de riscos e implicações nos objetivos (metas e resultados) projetados;
- *Avaliação*: cálculo do impacto e probabilidade de ocorrência dos riscos sobre os resultados projetados. A avaliação inclui o desenvolvimento de modelagens a partir de fatores de risco bem como sua correlação com outros riscos; e
- *Planos de Ação*: conjunto de iniciativas definidas e implantadas pelo proprietário/responsável do risco a fim de adequar as exposições aos limites aprovados (objeto de acompanhamento periódico).

#### (i) riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia considera como risco de mercado os riscos que possam acarretar alterações nos preços de mercado, como taxas de câmbio e taxas de juros, que possam afetar os ganhos da Companhia ou o valor dos instrumentos financeiros. A Companhia busca proteção para os principais riscos decorrentes do mercado financeiro que está sujeita, os quais se encontram descritos no item 4.2 deste Formulário de Referência.

#### (ii) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Não possuímos instrumento derivativo com objetivo de proteção patrimonial. No entanto, caso a Companhia identifique exposições críticas a tais riscos, poderão ser efetuadas operações com instrumentos financeiros derivativos, as quais apenas serão realizadas com o intuito exclusivo de proteger ativos e passivos indexados da Companhia que apresentem algum descasamento, não podendo caracterizar alavancagem financeira ou operação de concessão de crédito a terceiros.

#### (iii) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Não utilizamos instrumentos derivativos ou de hedge para proteção patrimonial. Caso venham a ser utilizados, tais instrumentos deverão ser avaliados nos termos do item (ii) acima, considerando a necessidade de proteção patrimonial comparada aos custos de contratação de tais instrumentos.

## 5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

### (iv) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia adota uma postura conservadora na gestão de riscos, de forma a garantir a liquidez necessária para a gestão das operações, preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros. Para a contratação dos instrumentos financeiros, a área de tesouraria conta com a aprovação da Diretoria Financeira, quando necessário.

Buscamos mitigar os riscos de mercado adotando uma rígida política de captação de recursos, adequados à taxa retorno e à maturação dos projetos.

As escolhas de taxas variáveis, ou com componente variável, levam em consideração o padrão de correção dos preços dos nossos serviços. Historicamente, em captações com taxas variáveis, tem-se priorizado a indexação pelo CDI, dada sua forte correlação com a SELIC e, consequentemente, as flutuações de preço na economia doméstica.

### (v) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge)

Não utilizamos instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge).

### (vi) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional da Companhia para fins de gerenciamento de riscos considera as seguintes estruturas: Conselho de Administração; Comitê de Auditoria e as áreas de *Compliance* e de Auditoria Interna. Além disso, é importante destacar que todos os colaboradores são considerados responsáveis pelo gerenciamento de riscos e deverão reportar prontamente eventuais riscos identificados à área de Auditoria Interna.

### (c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A administração da Companhia, incluindo seu Comitê de Auditoria, monitora e avalia, por meios considerados por ela adequados, se as operações efetuadas pela Companhia estão de acordo com as políticas por ela adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o alcance dos objetivos da Companhia, reportando os resultados dessa avaliação ao Conselho de Administração, o qual supervisiona as atividades de gerenciamento de riscos de mercado, por meio de interação com a gestão, a auditoria interna e as áreas de controle interno de forma a assegurar o cumprimento das diretrizes de riscos estabelecidas pelo Conselho de Administração, em conjunto com o Comitê de Auditoria.

## 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

### 5.3 - Descrição dos controles internos

#### (a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia tem como prática monitorar constantemente os riscos do seu negócio, de modo a prevenir potencial impacto adverso em suas operações e resultados, incluindo mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades. O sistema de controles internos da Companhia consiste em um processo liderado pelo Diretor Financeiro, assessorado pelo Comitê de Auditoria e demais membros da Diretoria, o Departamento de Controladoria e de todos os colaboradores da Companhia, com o propósito de permitir uma condução mais segura, adequada e eficiente dos negócios e em linha com as regulamentações estabelecidas. Todo o processo é avaliado pela Auditoria Interna que, por sua vez, é a estrutura responsável pela promoção do controle da legalidade, legitimidade e avaliação dos resultados quanto à eficácia, eficiência e efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

O Departamento de *Facilities* é responsável pelas compras da Companhia e pela inclusão das ordens de compra no Sistema Integrado de Gestão Empresarial (ERP). Depois da ordem aprovada, o Departamento de Tesouraria deve efetivar o lançamento do documento fiscal, enviando, na data do vencimento, o arquivo do pagamento ao banco. O Departamento de Tesouraria é responsável também pela conciliação bancária.

Uma empresa terceirizada supervisionada pelo Departamento de Controladoria é responsável por validar todos os tributos, tanto aqueles incidentes sobre receitas e lucros, quanto aqueles apropriados sobre despesas, tais como, tributos retidos na fonte sobre serviços contratados e sobre remuneração de colaboradores, e se encarrega de entregar as obrigações acessórias mensais. O Departamento de Controladoria é também responsável pelos lançamentos de empréstimos, apuração e lançamento do *Capital Expenditure* ("Capex"), ativos imobilizados e suas respectivas depreciações e amortizações, dentre outras demandas relacionadas com o processo de fechamento mensal.

Adicionalmente, com relação às práticas de controles internos: (i) a Companhia segue as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"); (ii) as demonstrações financeiras são elaboradas pelo Departamento de Controladoria da Companhia, com apoio de pessoal terceirizado e supervisão da Diretoria Financeira; (iii) as informações contábeis são registradas em sistemas internos utilizados pela Companhia; (iv) os lançamentos manuais respeitam o *4-eye principle*; (v) as conciliações contábeis são controladas em sistemas internos utilizados pela Companhia; (vi) o fechamento contábil apenas é concluído após justificativa para as variações relevantes de todas as contas contábeis; e (vii) o balanço e a demonstração do resultado do exercício são revisados mensalmente pelo Departamento de Controladoria.

Dentre as suas atribuições, compete ao Comitê de Auditoria supervisionar e acompanhar as atividades de auditoria interna e do processo de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, assim como monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos, gerenciamento de riscos e Compliance. Nesse sentido, um dos objetivos de sua atuação, nos termos de seu Regimento Interno, é "supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores independentes".

A atividade de Auditoria Interna, desenvolvida por empresa terceirizada especializada, dispõe de equipe e recursos suficientes para o desempenho do trabalho, com canais de comunicação definidos para fins de *report* das avaliações decorrentes dos trabalhos executados na Companhia, sendo-lhe garantido o livre acesso às informações necessárias para o exercício de suas atribuições. As ações de auditoria planejadas pela Companhia objetivam o aprimoramento dos controles internos, com a avaliação do desempenho e da conformidade das atividades das unidades gestoras, comparando-as com os objetivos e metas da instituição e com os preceitos legais e regulamentares vigentes. O processo de auditoria abrange a coleta e análise de informações, bem como realização de testes que fundamentem adequadamente as conclusões e recomendações ao Comitê de Auditoria da Companhia.

### 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

A Diretoria acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é adequado para o desenvolvimento de suas atividades.

#### (b) estruturas organizacionais envolvidas

A estrutura organizacional de controles internos da Companhia compreende a atuação coordenada de diversos órgãos internos, notadamente: (a) a alta administração, composta pelo Conselho de Administração e a Diretoria; (b) área de Compliance; (c) a Auditoria Interna; (d) o Comitê de Auditoria; e (e) as áreas de negócios, no que couber.

Abaixo, um resumo das atribuições dos órgãos em referência no que diz respeito à elaboração de demonstrações financeiras e manutenção de controles internos adequados:

- **Comitê de Auditoria:** No tocante aos controles internos, compete ao Comitê de Auditoria:
  - a) Opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
  - b) Supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar: (i) a sua independência; (ii) a qualidade dos serviços prestados; e (iii) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia;
  - c) Avaliar e monitorar a qualidade e a integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
  - d) Acompanhar e supervisionar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia; e
  - e) Supervisionar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia.
- **Auditoria Interna:** responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controles internos e governança da Companhia, auditando os procedimentos de controles internos com o objetivo de verificar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações contábeis, financeiras e operacionais da empresa. As atividades de Auditoria Interna são exercidas por auditores independentes, que se reportam ao Comitê de Auditoria;
- **Conselho de Administração:** responsável por disseminar a importância da manutenção de processos e controles internos que possam contribuir para mitigar os riscos existentes, bem como pela revisão e aprovação das demonstrações financeiras e pela fiscalização da atuação da Diretoria; e
- **Diretoria Financeira:** responsável pela revisão das demonstrações financeiras e pela coordenação e supervisão das atividades de contabilidade e controladoria da Companhia.

As demonstrações financeiras, por sua vez, são elaboradas pelo Departamento de Controladoria e revisadas pela Diretoria Financeira. Adicionalmente, as demonstrações financeiras são submetidas ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração, que revisa os aspectos contábeis e financeiros mais significativos, assim como discute os pontos de atenção e ajustes mais relevantes.

Além disso, ao final de cada exercício social, os auditores externos emitem uma carta de recomendações sobre os controles internos da Companhia. Posteriormente, a Companhia monitora os pontos identificados pelo auditor independente e implementa melhorias nos controles internos a fim de sanar eventuais falhas ou incorreções.

### 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

**(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela Administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

O monitoramento da eficiência dos controles internos da Companhia é realizado pela Administração, por meio do Comitê de Auditoria, a quem compete assessorar o Conselho de Administração, dentre outras atribuições, na supervisão e acompanhamento das atividades de controles internos e de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, monitorando a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos.

A Companhia conta ainda com uma Auditoria Interna responsável por verificar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações contábeis. As atividades da Auditoria Interna são exercidas por auditores independentes, que se reportam ao Comitê de Auditoria.

**(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

Nos termos do Ofício Circular/CVM/SNC/GNA/nº01/2019, item 7, os auditores independentes têm um prazo de até 60 dias contados da data de emissão do relatório do auditor para emitir o relatório circunstanciado mencionado nesse item. Por essa razão, a Companhia informa que está em processo de obtenção da versão final e emitida da carta, observados os prazos legais. No prazo legal, a Companhia fará a devida divulgação por meio deste item.

**(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Nos termos do Ofício Circular/CVM/SNC/GNA/nº01/2019, item 7, os auditores independentes têm um prazo de até 60 dias contados da data de emissão do relatório do auditor para emitir o relatório circunstanciado mencionado nesse item. Por essa razão, a Companhia informa que está em processo de obtenção da versão final e emitida da carta, observados os prazos legais. No prazo legal, a Companhia fará a devida divulgação por meio deste item.

## 5.4 - Programa de Integridade

### 5.4 - Programa de integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

**(a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

**(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

A Companhia conduz seus negócios de forma honesta e respeitosa e demanda de seus colaboradores que atuem em conformidade com todas as leis, regulamentos e normativos internos aplicáveis aos seus negócios.

Em consonância com seus valores e sua missão, a Companhia formalizou suas práticas e procedimentos voltados à integridade corporativa em um Código de Ética, principal diretriz normativa interna que orienta todos os demais procedimentos e políticas. O Código de Ética estabelece os valores que devem guiar todas as condutas de seus colaboradores, as quais devem estar sempre de acordo com a legislação vigente e com as boas práticas de mercado. Entre os principais temas tratados pelo Código de Ética estão (i) cumprimento das leis e regulamentos, em especial aqueles ligados à prevenção da corrupção, vedação ao suborno e prevenção à lavagem de dinheiro; (ii) segurança no ambiente de trabalho; (iii) regras para a concessão e aceitação de presentes, brindes e entretenimento; (iv) proteção à informação confidencial e dados pessoais; (v) prevenção ao conflito de interesse; (vi) livre concorrência; (vii) adoção das melhores práticas contábeis; e (viii) regras para doações e patrocínios.

Além do Código de Ética, a Companhia conta ainda com uma Política Anticorrupção, cujo objetivo é reforçar as diretrizes corporativas de combate à corrupção, fornecendo padrões comportamentais aos colaboradores da Companhia e terceiros com quem se relaciona para que possam agir de acordo com seus princípios e valores. A Política Anticorrupção trata detalhadamente de temas como vedação à corrupção ativa e passiva, relacionamentos com agentes públicos, conduta em licitações, bem como relacionamento com clientes do setor público e melhores práticas de prestação de serviço.

Quanto à concessão de brindes, presentes e entretenimento a entes privados, a Companhia possui norma interna específica complementar ao Código de Ética, qual seja, uma Política de Brindes, Presentes e Hospitalidade. Segundo a norma em referência, é totalmente vedado aos colaboradores ofertar, solicitar ou receber qualquer tipo de brinde, presente ou entretenimento (incluindo refeições) que possa configurar, direta ou indiretamente, vantagem indevida. Ademais, a Política de Doações e Patrocínios estabelece uma série de requisitos para a realização deste tipo de contribuição, dentre os quais estão (i) a existência de propósito legítimo e alinhado aos interesses da Bionexo e em benefício da comunidade; (ii) a inexistência de vínculos do beneficiário com agentes públicos, candidatos ou partidos políticos, bem como parentes ou pessoas próximas que atuam na administração; e (iii) qualquer doação ou patrocínio será precedido de procedimento de *due diligence* de *Compliance* e análise reputacional.

A Companhia possui também Política de Conflito de Interesses, cujo objetivo é orientar a conduta dos colaboradores da Companhia e terceiros com os quais se relaciona em situações que envolvam potenciais conflitos entre interesses pessoais e corporativos. A Política de Conflito de Interesses abrange desde situações internas, como relacionamentos entre colaboradores, a casos envolvendo clientes e agentes públicos. Nesse sentido, a Companhia requer ainda que seus colaboradores preencham Formulário de Conflito de Interesses no momento de sua admissão, de modo a facilitar a identificação e monitoramento de relacionamentos com fornecedores, outros colaboradores e/ou órgãos e agentes públicos que possam originar conflitos de interesse.

## 5.4 - Programa de Integridade

As contratações de fornecedores, prestadores de serviço e terceiros da Companhia, bem como a realização de doações e patrocínios, são precedidas de procedimentos de *due diligence* realizados pela área de *Compliance* visando a identificação de potencial relacionamento com pessoas politicamente expostas, conflitos de interesse ou processos, inquéritos ou condenações potencialmente desabonadoras.

Ao adotar os mecanismos de integridade supracitados, a Companhia objetiva: (i) promover a cultura da transparência, ética e conformidade; (ii) consolidar todas as iniciativas de conformidade, em especial as de anticorrupção; e (iii) assegurar que as políticas e os procedimentos de cada área estejam devidamente formalizados e sejam observados pelos colaboradores.

As Políticas e normas internas da Companhia são reavaliadas bianualmente ou conforme necessário, o que ocorrer primeiro, de modo a mantê-las atuais, eficientes e adequadas à realidade da Companhia e aos riscos aos quais está submetida.

A Companhia entende que seus mecanismos e práticas voltados à integridade são adequados ao seu perfil e aos riscos aos quais está sujeita, conforme detalhamento no item 4.1 deste Formulário de Referência.

**(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

Os órgãos da Companhia responsáveis pelas funções de *Compliance* e integridade corporativa possuem as seguintes atribuições:

- **Conselho de Administração:** responsável por disseminar a importância de uma cultura de ética e integridade que possa contribuir para mitigar os riscos existentes, bem como pela revisão periódica e aprovação do Código de Ética.
- **Comitê de Auditoria:** o Comitê de Auditoria da Companhia é um órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração da Companhia regido por Regimento Interno próprio. A ele cabe, no tocante à integridade corporativa, (i) receber e tratar, de forma confidencial, informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos; (ii) acompanhar e supervisionar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia; e (iii) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, promovendo seu gerenciamento, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia.
- **Área de Compliance:** a Área de *Compliance* se reporta diretamente ao Comitê de Auditoria no tocante ao programa de integridade da Companhia, de modo a resguardar a independência do exercício de suas atividades.

Compete à Área de *Compliance*, dentre outras matérias, no tocante à integridade corporativa:

- a) Tomar as medidas necessárias para garantir a aplicação e divulgação do Código de Ética e, inclusive, fiscalizar e avaliar o seu cumprimento e eficácia;
- b) Propor ao Comitê de Auditoria novas normas ou políticas relacionadas ao programa de integridade ou a revisão das já existentes;
- c) Conduzir treinamentos periódicos acerca das condutas, princípios, conceitos e procedimentos previstos neste Código;
- d) Auxiliar o Comitê de Auditoria no tratamento e apuração das comunicações recebidas através do Canal de Comunicação, garantindo anonimato do denunciante, se desejado, e práticas de não retaliação, encaminhando suas conclusões ao Comitê de Auditoria para determinação das medidas disciplinares aplicáveis;

## 5.4 - Programa de Integridade

- e) Conduzir e documentar investigações internas de potenciais violações às normas de integridade ou recomendar a contratação de investigação independente, sob orientação do Comitê de Auditoria;
- f) Analisar os casos não previstos no Código de Ética e definir como proceder;
- g) Avaliar as situações de descumprimento do Código de Ética e recomendar ao Comitê de Auditoria a(s) ação(ões) a ser(em) tomadas, inclusive quanto à aplicação de medidas disciplinares, mediante ciência e aprovação do Comitê de Auditoria;
- h) Revisar o Código de Ética e sugerir atualizações ao Conselho de Administração sempre que necessário;
- i) Garantir adaptações nos regulamentos, procedimentos e processos existentes associados ao Código de Ética e normas anticorrupção da Companhia, bem como propor novas diretrizes sempre que necessário;
- j) Viabilizar as atividades de reforço da cultura ética, quando necessário;
- k) Apurar os casos de violação ao Código de Ética, às normas anticorrupção, da legislação e regulamentos aplicáveis e outros normativos que estejam relacionados à ética e ao *Compliance*, reportando-se ao Comitê de Auditoria quanto a tais atividades;
- l) Gerir o Canal de Comunicação e direcionar as ocorrências relatadas para a devida investigação; e
- m) Identificar casos de descumprimento legal, dar ciência ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração sobre a importância de encaminhar a situação às autoridades competentes.

A Área de *Compliance* foi instituída em agosto de 2019 e, embora sua criação não tenha sido formalmente aprovada, está plenamente operante desde então. Em fevereiro de 2021 para fins da presente oferta, suas atribuições foram expandidas para abranger também o desempenho de funções de gerenciamento de riscos e controles internos.

- **Auditoria Interna:** responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controles internos e governança da Companhia, auditando os procedimentos e controles internos com o objetivo de verificar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações contábeis, financeiras e operacionais da empresa. As atividades de Auditoria Interna são exercidas por auditores independentes, que se reportam ao Comitê de Auditoria da Companhia.

- (iii) **se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**
- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

A Companhia possui um Código de Ética que foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de fevereiro de 2021. O Código de Ética define os objetivos, visão e valores da Companhia, as diretrizes de comportamento esperadas por parte de seus colaboradores, bem como diretrizes de relacionamento com terceiros e clientes. O Código de Ética é aplicável indistintamente a todos os colaboradores da Companhia, independentemente do seu nível hierárquico, incluindo membros de conselhos e comitês, diretores, gerentes, empregados, estagiários e aprendizes (em conjunto, “Colaboradores”).

O Código de Ética se aplica também aos parceiros de negócios, clientes, investidores, representantes e quaisquer terceiros com quem a Companhia se relaciona.

## 5.4 - Programa de Integridade

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

A Companhia promove treinamentos, de periodicidade mínima anual, a todos os seus Colaboradores para qualificação e conscientização acerca das condutas, princípios, conceitos e procedimentos previstos no Código de Ética. O comparecimento aos treinamentos é obrigatório e a presença será controlada através dos meios adequados pela Área de *Compliance*.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

As sanções aplicáveis a casos de violação ao Código de Ética ou às demais normas internas da Companhia estão previstas no próprio Código. Sempre que uma irregularidade for identificada, a Área de *Compliance* da Companhia poderá recomendar ao Comitê de Auditoria a aplicação de sanção ao infrator, que pode consistir em:

- Advertência por escrito;
- Suspensão;
- Demissão sem e com justa causa; e/ou
- Ações judiciais cabíveis.

Caso a irregularidade tenha sido cometida por terceiro com quem a Companhia se relaciona, este se sujeitará a potencial responsabilização legal e rescisão imediata do contrato firmado com a Companhia. Quaisquer penalidades serão deliberadas pelo Comitê de Auditoria mediante recomendação da Área de *Compliance*, com o apoio do departamento jurídico, devendo ser aplicadas de acordo com os critérios de proporcionalidade, gradatividade e imediatidate.

As medidas disciplinares que envolverem os membros do Comitê de Auditoria serão avaliadas pelo Conselho de Administração. Por sua vez, as medidas disciplinares que envolverem os integrantes da área de *Compliance* e membros do Conselho de Administração serão analisadas diretamente pelo Comitê de Auditoria.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética da Companhia foi devidamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de fevereiro de 2021 estando disponível para consulta em seu website, [www.bionexo.com/ri](http://www.bionexo.com/ri).

**(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

A Companhia possui Canal de Comunicação administrado por empresa terceirizada e cuja finalidade é o recebimento de denúncias ou relatos de descumprimento às leis, regulamentos ou normativos internos aplicáveis à Companhia. O Canal de Comunicação pode ser acessado pelo telefone gratuito 0800 9420463, mediante acesso direto à plataforma da operadora do Canal (<https://www.canalconfidencial.com.br/bionexo/>) e, ainda, por e-mail ([compliance@bionexo.com](mailto:compliance@bionexo.com)) diretamente à Área de *Compliance*.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

## 5.4 - Programa de Integridade

O Canal de Comunicação da Companhia está aberto para o recebimento de denúncias de Colaboradores e de quaisquer terceiros, que poderão ou não se identificar, sendo-lhes em todo caso garantido o anonimato.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

A Companhia garante o anonimato do denunciante e repudia veementemente em seu Código de Ética e em sua Política de Reporte de Denúncias e Não Retaliação qualquer tipo de retaliação e/ou constrangimento contra aqueles que comunicam de boa-fé suas preocupações ou dúvidas sobre má conduta ou que forneçam assistência ou informações em um processo investigativo. Todas as comunicações com os denunciantes são realizadas unicamente através do Canal de Comunicação.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

A Área de *Compliance* da Companhia é responsável pela apuração dos relatos recebidos através do Canal de Comunicação, o que se dará de forma confidencial e sigilosa. A Área de *Compliance* realizará uma primeira análise e verificação dos relatos apresentados, submetendo-os, com suas recomendações, ao Comitê de Auditoria para deliberação. A Área de *Compliance* reportará suas atividades de apuração de denúncias de violações às leis, regulamentos e normativos internos ao Comitê de Auditoria, que deliberará sobre os casos considerados mais graves.

Nesse sentido, cumpre à Área de *Compliance* da Companhia gerenciar e garantir o adequado funcionamento do Canal de Comunicação, além de conduzir e documentar investigações internas de potenciais violações às normas de integridade ou recomendar a contratação de investigação independente ao Comitê de Auditoria.

Para assegurar a razoabilidade das ações e decisões do processo de apuração de denúncias, se uma alegação comunicada representar potencial violação perpetrada por um colaborador integrante do processo de gestão do Canal de Comunicação, em nenhuma circunstância, ele, sua equipe ou ainda o seu gestor, terão acesso aos registros da alegação. Nessa hipótese, as atividades de apuração e deliberações serão designadas a outras equipes, conforme estabelecido em normas internas. Em casos específicos, a Companhia poderá ainda designar a apuração a parceiros externos de modo a garantir a condução de uma investigação imparcial e independente.

A Área de *Compliance* se reportará ao Comitê de Auditoria no que diz respeito às suas atividades de apuração de violação às leis, regulamentos e normativos internos aplicáveis à Companhia.

- (c) **se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

Além dos mecanismos já descritos neste item 5.4, a Companhia realiza procedimentos específicos de *due diligence* quando da realização de fusões, aquisições e reestruturações societárias, visando a identificação de vulnerabilidade e de risco de práticas irregulares.

- (d) **caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota regras, políticas, procedimentos e práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

## **5.5 - Alterações significativas**

### **5.5 - Alterações significativas**

Não houve, no último exercício social, e não há para o exercício social corrente, qualquer alteração significativa nos principais riscos aos quais a Companhia está exposta.

## **5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos**

### **5.6 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações relevantes com relação a este item 5.

**6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm**

<b>Data de Constituição do Emissor</b>	13/09/2000
<b>Forma de Constituição do Emissor</b>	Sociedade Limitada
<b>País de Constituição</b>	Brasil
<b>Prazo de Duração</b>	Prazo de Duração Indeterminado
<b>Data de Registro CVM</b>	Registro Sendo Requerido

## 6.3 - Breve Histórico

### 6.3 - Breve histórico

A Bionexo foi fundada em 2000, já com operações no Brasil e na Argentina, com a missão de trazer mais eficiência, transparência e inteligência para a cadeia de valor hospitalar. A Companhia começou suas atividades ligada a uma aceleradora chamada BtoBen que, financiada pelo banco Santander, reunia diversas verticais e *marketplaces* que prometiam transformar diferentes mercados, incluindo a Bionexo para o setor de saúde. Com a explosão, nos Estados Unidos, da bolha do ponto.com nos anos 2000, o Santander encerrou a iniciativa.

O então CEO e recém contratado Maurício Barbosa, com uma visão de que estas tecnologias seriam essenciais na modernização do setor de saúde, decidiu, conjuntamente com Marcelo Salinas, então responsável pelas operações na Argentina, adquirir a empresa. Na época, ela não passava, porém, de um mero projeto. Assim começou a história da Bionexo que conhecemos hoje.

Por meio de sua primeira solução, o *marketplace*, que leva o nome da Companhia, a Bionexo começou a construir um ecossistema para que hospitais pudessem digitalizar seus processos de compras, conectados na internet com uma ampla gama de fornecedores. Assim, eles poderiam ampliar a competitividade dos seus processos de compra e, consequentemente, reduzir custos, ao passo que aumentavam também a transparência dos seus processos.

Os primeiros anos de operação foram dedicados à construção e consolidação do *marketplace*. Os hospitais foram aderindo à tecnologia, e, por sua vez, convidaram seus fornecedores para venderem os produtos por meio da plataforma. Após ser testado e aprovado pelo mercado, o *marketplace* teve sua presença geográfica expandida até que, em 2010, passou a estar presente em todos os estados do país. Em 2009 e 2010, Colômbia e México, respectivamente, também passaram a contar com a presença da Bionexo. Essa expansão foi acompanhada pelo rápido aumento no número de clientes pagantes, que passou de 193 em 2005 para 903 ao final de 2010. Hoje, 20 anos depois, são mais de 2,2 mil hospitais e 30 mil fornecedores conectados na Bionexo, formando assim um *marketplace* de insumos hospitalares que abrange medicamentos e materiais de todos os tipos. Em 2020, foram transacionados R\$ 11,7 bilhões na plataforma.

Ainda durante os primeiros anos de operação, em 2006, iniciou-se a criação da segunda solução da Companhia: o OPMEnexo. Com a Bionexo focada na gestão de compra de insumos mais básicos, como medicamentos e materiais médicos, restava a necessidade de se endereçar as solicitações dos clientes associadas às compras de itens de alto custo utilizados em cirurgias. Assim surgiu o OPMEnexo, com o propósito de regular o fluxo de aquisição de órteses, próteses e materiais especiais ("OPMEs"). Com este produto, que hoje abrange desde o agendamento da cirurgia à aprovação da compra dos insumos pela operadora de saúde, a Bionexo provou que era possível monetizar o seu ecossistema de clientes com a introdução de novos produtos digitais.

Ao final de 2010, a Companhia deu início a um movimento determinante em sua estratégia de crescimento, com a introdução de uma frente voltada aos fornecedores do seu *marketplace*. Até então, fabricantes e distribuidores operavam na plataforma de forma gratuita. À medida que a demanda dos hospitais aumentava, surgiu a oportunidade de criar funções computacionais (*features*) que gerassesem mais valor também ao outro lado da cadeia. Funções como filtros avançados, integração, inteligência de preço, entre outras, permitiram à Companhia alcançar hoje a marca de 3,2 mil fornecedores pagantes, dentre os mais de 30 mil que operam na solução.

A Companhia teve um ciclo importante de crescimento entre 2010 e 2015.

Em 2012, a Companhia realizou a primeira rodada de investimento que fortaleceu sua estratégia de crescimento. A Insight Venture Partners, um fundo americano de investimento, investiu na Bionexo e possibilitou o avanço da profissionalização da Companhia, o crescimento do quadro de colaboradores e a evolução de sua governança corporativa.

### 6.3 - Breve Histórico

Nesses 5 anos, a Companhia foi capaz de fortalecer seu posicionamento como agregadora de soluções em nuvem para o setor e expandir o número de clientes pagantes de 903 em 2010 para 1.964 em 2015.

O ciclo seguinte de expansão, entre 2015 e 2020, foi marcado pela ampliação do seu portfólio de ofertas e a consolidação da sua visão de se fortalecer como plataforma em nuvem capaz de agregar as melhores soluções *Software as a Service* ("SaaS") do mercado.

Antes concentrada no processo de compras de insumos hospitalares, a Bionexo ampliou sua oferta de soluções por meio do desenvolvimento de novos produtos e de aquisições focadas na digitalização da cadeia de valor hospitalar. A Bionexo passou então a endereçar outras solicitações dos clientes, sejam elas relacionadas ao planejamento das compras, integração de fornecedores, rastreabilidade via identificação por radiofrequência ("RFID"), gestão do ciclo da receita e produtos financeiros, dentre várias outras.

Em fevereiro de 2017, a Companhia passou por uma importante reestruturação societária. A Prisma Capital, firma de investimentos alternativos, comprou as participações da Insight Venture Partners e do co-fundador, Marcelo Salinas. A entrada da Prisma Capital permitiu um novo alinhamento de longo prazo com foco em crescimento para a Companhia. Ao final de 2018, foi a vez da Orjen Investments Pte. Ltd, uma subsidiária integral indireta da Temasek Holdings (Private) Limited ("Orjen"), empresa de investimentos com sede em Singapura, investir na Companhia. Por meio de uma rodada predominantemente primária, ela permitiu a Bionexo renovar o seu time de gestão e elevar significativamente o nível de investimento em tecnologia.

Como resultado desses movimentos, entre 2017 e 2020, a Companhia introduziu ao mercado a sua solução de planejamento e gestão de estoque - Plannexo -, fortaleceu a monetização de sua solução de Analytics e adquiriu participações majoritárias em 3 empresas - Manager Saúde, Avatar e GTMed - para entrar em novos segmentos de negócio. Além do mais, fortaleceu a sua infraestrutura de tecnologia para dar mais escalabilidade e segurança ao seu negócio.

Com tudo isso, o número de clientes pagantes da Companhia cresceu de forma acentuada: de 1.964 em 2015 para 5.505 em 2020. Esta base hoje corresponde a aproximadamente 20% do mercado de hospitais privados e 10% do total de fornecedores que utilizam as suas soluções em todos os países onde atua. Ao todo, os clientes da Bionexo foram responsáveis por R\$ 11,7 bilhões em transações em 2020. Apesar da relevância, os números mostram o enorme potencial dentro da própria base de clientes para adoção de novos produtos digitais da Bionexo: somente 22% dos clientes hospitalares utilizam mais de uma solução e menos de 10% dos fornecedores utilizam um plano pago.

## **6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial**

### **6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial**

Até a data deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

## **6.6 - Outras Informações Relevantes**

### **6.6 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações relevantes com relação a este item 6.

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

### 7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

A Companhia é uma empresa de tecnologia que oferece, através de um modelo de negócios *Software as a Service* ("SaaS"), soluções digitais baseadas em nuvem para a cadeia de valor hospitalar. Desde sua fundação em 2000, ela vem avançando na sua visão de usar tecnologia para transformar o setor, trazendo mais eficiência, transparência e inteligência aos mais de 34 mil clientes conectados em sua plataforma, sendo eles: hospitais, operadoras de saúde, fornecedores e fabricantes de insumos médico-hospitalares. Suas soluções têm o objetivo de digitalizar e automatizar a cadeia de valor do mercado hospitalar, desde o planejamento de compras, passando pela transação de insumos e abrangendo, ao fim do ciclo, o processamento de contas médicas e a relação entre hospitais e suas fontes pagadoras.

A Companhia apresenta indicadores operacionais e financeiros que mostram escala e crescimento com rentabilidade e recorrência. Seguem abaixo alguns dos indicadores de 31 de dezembro de 2020:

#### I. Escala:

- Clientes Ativos<sup>1</sup>: 34 mil
- Valor Transacionado<sup>2</sup> (2020): R\$ 11,7 bilhões
- Receita Recorrente Anualizada ("ARR")<sup>3</sup>: R\$ 114,3 milhões

#### II. Crescimento:

- Crescimento do Valor Transacionado (2019-2020): 20,7%
- Crescimento da ARR (2019-2020): 20,8%

#### III. Rentabilidade:

- Margem Bruta (2020): 64,9%
- Margem EBITDA Ajustado (2020): 9,9%
- LTV / CAC<sup>4</sup>: 6,3x

#### IV. Recorrência:

- Porcentagem de receita recorrente (2020): 99,1%

A Companhia é detentora de um ecossistema com mais de 34 mil clientes, composto por instituições de saúde, fabricantes e distribuidores de insumos médico-hospitalares do Brasil, Argentina, Colômbia e México. Do lado das instituições de saúde, seus serviços estão presentes em 41% dos hospitais privados e em 48% dos leitos privados do Brasil, em 31 de dezembro de 2020. Do lado dos fornecedores das instituições de saúde, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia contou com 32 mil fornecedores ativos<sup>5</sup>. Durante o ano de 2020, os dois lados da cadeia transacionaram mais de R\$ 11,7 bilhões nas plataformas da Companhia.

O setor de saúde no Brasil e na América Latina em geral carece de uma integração eficiente e a relação entre os agentes ainda é feita majoritariamente de forma *offline*. A Companhia nasceu com o propósito de endereçar esses desafios e gerar ganhos de eficiência para todos os seus agentes. Suas soluções digitais aumentam a transparência e a visibilidade dos processos operacionais nas diferentes etapas

<sup>1</sup> Clientes ativos são clientes cadastrados na plataforma e com acesso liberado às soluções da Companhia.

<sup>2</sup> Valor Transacionado corresponde a todo o valor transacionado na plataforma por parceiros e clientes da Companhia.

<sup>3</sup> O ARR consiste no valor mensal da receita operacional recorrente do último mês de cada exercício multiplicado por doze.

<sup>4</sup> LTV/CAC consiste na divisão do LTV (Customer Lifetime Value) pelo Custo de Aquisição de Cliente (CAC ou Customer Acquisition Cost). O LTV por sua vez é calculado a partir do produto do ticket médio pelo lifetime médio (prazo médio de permanência do cliente como contratante da Companhia), líquido de impostos sobre receita e multiplicado pela margem bruta da Companhia. Já o CAC é calculado a partir da divisão dos gastos totais com vendas e marketing no ano pelo número de novos contratos realizados no ano.

<sup>5</sup> Fornecedores ativos são clientes fornecedores cadastrados na plataforma e com acesso liberado às soluções da Companhia.

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

da cadeia e apoiam a tomada de decisão de seus clientes. Do lado das instituições de saúde, isso resulta em ganhos de produtividade e economias por meio da ampliação do acesso à comunidade de fornecedores. Do lado dos fornecedores, o resultado é o aumento de eficiência no processo de vendas e o acesso a uma nova demanda pelos seus serviços, tudo em apenas um ambiente.

### EXPERIÊNCIA COMPROVADA

A Companhia tem um modelo de negócios vertical, ou seja, especializado na cadeia de valor hospitalar. Seu crescimento inicial foi em grande parte devido ao sucesso da solução de compras, Bionexo, que leva o nome da Companhia e que conecta compradores e fornecedores. Com o passar do tempo, criou-se um *marketplace* transacional dominante, presente, em 31 de dezembro de 2020, em 662 municípios distribuídos em todos os estados da federação, seguido da expansão para outros países da América Latina. À medida em que essa comunidade de clientes se fortaleceu, outras soluções passaram a compor a oferta de serviços digitais da Companhia, para além dos processos de compras, sempre com o objetivo de atender às necessidades de seus clientes. Assim, a partir de 2015, a Companhia passou a investir mais agressivamente no desenvolvimento de novas soluções e hoje atua em diversas partes da cadeia desde o planejamento de compras até a gestão do ciclo de receita, com o apoio à tomada de decisão por meio da inteligência de dados. A Companhia foi assim capaz de criar uma marca com reconhecida neutralidade, capaz de prover ganhos para os diferentes elos da cadeia, sejam instituições de saúde, fornecedores ou fontes pagadoras.

A aceleração do crescimento atraiu a atenção de dois importantes investidores, que se juntaram em momentos distintos ao capital social da Bionexo: Prisma Capital em fevereiro de 2017 e Orjen Investments Pte. Ltd., uma subsidiária integral indireta da Temasek Holdings (Private) Limited (“Orjen”), em dezembro de 2018.

### SOLUÇÕES QUE RESOLVEM AS PRINCIPAIS NECESSIDADES DO CLIENTE AO LONGO DE TODA A CADEIA

#### A PLATAFORMA BIONEXO

A Companhia possui uma plataforma de computação em nuvem que vai além de um serviço específico. Ela abrange uma infraestrutura comum, baseada em micro serviços, preparada para disponibilizar às soluções atuais, novas ou adquiridas, a possibilidade de se beneficiarem de uma arquitetura flexível e escalável. Nos últimos anos, mas principalmente a partir de 2019 (a partir do capital aportado pela Orjen), a Companhia investiu de forma significativa em tecnologias de integração e inteligência de dados, segurança, gestão de servidores e disponibilidade, autenticação de usuários, dentre outras, para facilitar o desenvolvimento e garantir a escalabilidade de seus serviços.

A plataforma de tecnologia foi construída visando permitir o desenvolvimento de um ecossistema de desenvolvedores e aplicativos de terceiros conectados a ela. Isso permite flexibilidade e facilidade de crescimento do sistema, com segurança, disponibilidade de serviços e rápida integração com aplicações interligadas por meio de interfaces de programação (*Application Programming Interfaces*, “APIs”).

No centro de toda esta estrutura em nuvem está um grande e complexo acervo de dados (“*Data Lake*”), que foi, em 2020, alimentado por mais R\$ 11,7 bilhões de transações vindas das soluções. Com a aplicação de aprendizagem de máquina e soluções de inteligência artificial, novos *insights* são gerados, em tempo real, para suportar a tomada de decisão aos usuários da plataforma.

#### As SOLUÇÕES BIONEXO

As soluções da Companhia buscam endereçar as principais necessidades da cadeia de valor do setor de saúde, resolvendo, em última instância, a falta de transparência, o aumento de custos, a alta dependência de processos *offline* e a falta de integração. A Companhia contribui com importantes reduções de custos ao sistema de saúde, liberando recursos que podem então ser alocados na extensão do cuidado aos pacientes e na qualidade dos atendimentos.

O modelo adotado pela sua principal solução - a solução Bionexo - funciona de forma simples e transparente. Do lado das instituições de saúde, o comprador tem acesso a uma ampla gama de fornecedores, por meio de cotações ou contratos comerciais de longo prazo. Do lado dos fornecedores,

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

os vendedores encontram uma demanda crescente de seus produtos na medida em que o ecossistema de clientes da Companhia se expande.

As soluções presentes dentro da Plataforma Bionexo englobam todo o fluxo de aquisição de insumos (*from planning to cash*), além de inteligência de dados, conforme abaixo:

- (i) **Bionexo:** solução de compra e venda de insumos hospitalares dos mais diversos tipos, incluindo medicamentos, materiais médicos e alimentos, além de outras categorias como materiais de escritório, itens de laboratório, entre outros. Ela é usada por instituições de saúde e fornecedores e abrange não só o processo de cotação, mas também gestão de contratos, reposição, programações e gestão de entrega. A solução pode ser acessada tanto por meio de uma ferramenta *web* quanto por meio de integrações com os diversos sistemas de *Enterprise Resource Planning* ("ERPs") que atendem o setor. Hoje, mais de 2.200 instituições de saúde estão conectadas a mais de 30 mil distribuidores e fabricantes e por meio da solução e transacionam estes insumos, ao passo em que se beneficiam de reduções de custos, ganhos de eficiência operacional e mais transparência nas suas relações. Para instituições de saúde, a solução traz economia na aquisição de itens e transparência no processo de compras. Para fornecedores, ela permite acesso imediato e em um único canal a milhares de compradores, que juntos somaram R\$ 10,5 bilhões em compras em 2020.
- (ii) **Plannexo:** solução de gestão de estoques e planejamento de compras para instituições de saúde que otimiza os níveis de suprimentos, reduzindo custos operacionais e investimentos em capital de giro. Por meio de uma matriz estatística conectada à base de dados da Plataforma Bionexo, a solução utiliza-se de informações de consumo e compras históricas do hospital para gerar previsões estatísticas baseadas em modelos de análise preditiva. Entre os benefícios trazidos pela solução estão a redução de compras "emergenciais" (ou seja, com prazos curtos para entrega e, portanto, mais caras) e a diminuição no nível de estoque total, sem prejudicar o nível de serviço da instituição de saúde.
- (iii) **OPMEnexo:** solução para aquisição de órteses, próteses e materiais especiais e gestão do fluxo cirúrgico que reúne todas as etapas do processo de compra, desde o agendamento da cirurgia até a aprovação do pagamento pela fonte pagadora. Por meio da solução, as instituições de saúde ganham eficiência nos processos de compras, reduzem prazos para agendamento e preparação de cirurgias e encurtam os prazos para recebimento dos pagamentos por parte dos planos de saúde. A solução traz aos compradores economia na compra de produtos de alto valor, além de ganho de eficiência nos processos de agendamento e preparação para as cirurgias, tendo movimentado cerca de R\$ 1,2 bilhão em transações em 2020.
- (iv) **BioTracker:** solução de rastreabilidade de itens de alto custo. Por meio de uma tecnologia de identificação de radiofrequência ("RFID"), o BioTracker permite que os diferentes elos da cadeia acompanhem em tempo real as posições de estoque, condições de armazenagem e movimentações, o que traz eficiência para os processos de consignação de itens de alto valor agregado. Assim, fabricantes e distribuidores podem (i) monitorar os seus produtos para verificar se estes estão armazenados de forma correta (medicamentos de cadeia fria que precisam ser guardados em temperaturas específicas); (ii) acompanhar o giro dos itens e evitar perdas por vencimento; e (iii) acelerar o processo de faturamento dos produtos. A solução traz aos compradores redução no tempo de contagem de estoque e, aos vendedores, diminuição de perdas por vencimento de produtos consignados.
- (v) **Analytics:** painéis de informação e relatórios completos, desenvolvidos por meio da base de dados proprietária da Companhia. A solução permite: (i) fabricantes acompanharem informações de preço, participação de mercado, volume de compras entre outras relativas aos seus produtos de interesse; (ii) distribuidores identificarem a demanda de seus produtos existentes de forma mais precisa em diferentes regiões geográficas, além de acompanharem a performance das suas vendas de forma digital; e (iii) hospitais e clínicas identificarem novas oportunidades de compra para redução de custos dos insumos.

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A Companhia oferece também soluções de gestão para o ciclo de receitas hospitalares, conectando hospitais às operadoras de saúde:

- (i) **Avatar:** por meio da Avatar, empresa adquirida em dezembro de 2020, a Companhia oferece diversas soluções para a gestão do ciclo de receitas dos hospitais. Os serviços oferecidos englobam auditoria prévia das contas médicas, envio de faturamento para as operadoras e reconciliação de contas a receber e glosas, dentre outros. Por meio da solução, os clientes conseguem obter ganhos como aumento de receita, redução do índice de glosas e aumento da eficiência operacional e financeira.

### PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

As soluções da Bionexo são parte integrante das operações do dia a dia dos seus clientes. A arquitetura em nuvem por meio da qual suas soluções são disponibilizadas permite a contratação de módulos e serviços específicos pelo cliente, por meio de um pagamento mensal recorrente (modelo “*SaaS*”, ou *software as a service*, em português, *software como serviço*). Não há cobrança de valores para implementações ou customizações, o que agiliza o processo de vendas. O serviço é parametrizável e desenhado para atender todos os perfis de clientes. Como resultado, no último exercício social, 99,1% da receita da Companhia foi recorrente.

A Companhia acredita que seus serviços colaboram com o bom funcionamento dos hospitais e fornecedores, pois digitaliza processos e rotinas que antes eram feitos de forma manual e *offline*. Isso se reflete em um elevado grau de retenção e renovação de contratos, ilustrado pelo índice de retenção líquida de clientes <sup>6</sup> (“*Net Retention Rate*”) de 146% entre 2019 e 2020. A Companhia se beneficia de ganhos de escala no processo de aquisição de novos clientes. Uma vez presente nos clientes, a Companhia consegue gerar oportunidades de *cross-sell* e *up-sell*, com baixa necessidade de gastos incrementais em esforços de venda, resultando em uma relação de LTV/ CAC de 6,3x em 2020. Esses benefícios também resultam nos bons patamares de margem bruta da Companhia.

A tabela a seguir apresenta um breve resumo das principais informações financeiras e operacionais para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respectivamente. Para informações mais detalhadas sobre as demonstrações financeiras consolidadas, vide seção 10 do Formulário de Referência.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
ARR <sup>(1)</sup>	114,3	94,0	77,6
Crescimento da ARR (%)	20,8%	20,7%	-
Receita Operacional Líquida	90,2	76,9	67,3
Receita recorrente sobre receita operacional líquida (%) <sup>(2)</sup>	99,1%	97,0%	94,2%
Lucro Bruto	58,5	51,8	43,3
Margem Bruta (%) <sup>(3)</sup>	64,9%	67,4%	64,4%
EBITDA Ajustado <sup>(4)</sup>	8,9	1,5	7,3

<sup>6</sup> *Net Retention Rate* consiste na variação percentual do faturamento total de um determinado grupo de clientes (“*Cohort*”) durante um período específico.

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

(Em R\$ milhões, exceto quando indicado diversamente)

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
--	--	--	--

Margem EBITDA Ajustado <sup>(4)</sup>	9,9%	1,9%	10,9%
Valor Transacionado <sup>(5)</sup>	11.670	9.671	8.732
Crescimento do Valor Transacionado (%)	20,7%	10,8%	-

(1) O ARR consiste no valor mensal da receita operacional recorrente do último mês de cada exercício multiplicado por doze.

(2) Receita recorrente sobre receita operacional líquida corresponde à divisão entre a receita recorrente (receitas originadas através de pagamentos de subscrições pelos seus clientes para uso das suas soluções) líquida de impostos e a receita operacional líquida.

(3) A Margem Bruta corresponde à divisão entre o lucro bruto e a receita operacional líquida.

(4) O EBITDA Ajustado consiste no EBITDA de um exercício ajustado para excluir ou adicionar efeitos do mesmo período ou exercício, conforme aplicável. A margem EBITDA Ajustado é calculada pelo EBITDA Ajustado de um período ou exercício dividido pela receita operacional líquida do mesmo período. O EBITDA Ajustado não é medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pela IFRS, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o resultado líquido, como indicador do desempenho operacional, como substituto para o fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para distribuição de dividendos. Para maiores detalhes vide seção 3.2 do Formulário de Referência.

(5) Valor Transacionado corresponde a todo o valor transacionado na plataforma por parceiros e clientes da Companhia.

### **ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND CORPORATE GOVERNANCE (“ESG”) NO DNA DA COMPANHIA**

A Bionexo foi criada com o objetivo de gerar eficiência para o sistema de saúde hospitalar. Acreditamos que a Companhia viabiliza milhões de reais em economias aos seus clientes, os quais podem ser direcionados para investimentos na melhoria dos cuidados de saúde para a população, por meio de atendimentos públicos ou privados. Em relação a atendimentos públicos, a Companhia encerrou o exercício do ano de 2020 atendendo mais de 55 mil leitos do Sistema Único de Saúde (“SUS”) por meio de hospitais filantrópicos clientes.

Em 2008, foi criado o Instituto Bionexo (“Instituto”) para promover ações ligadas à saúde e ao bem-estar. Abrangendo desde a compra de materiais para mutirões de cirurgias até o apoio a atletas carentes, as ações sempre envolvem colaboradores e clientes. Em 2010, o Instituto conseguiu zerar a fila de crianças que esperavam por cirurgia de glaucoma com implante de prótese no Instituto da Visão (ligado ao Hospital São Paulo e Unifesp), tendo sido responsável por obter e operacionalizar a doação dos itens usados. Foram 17 cirurgias, além do armazenamento do restante dos itens (25 válvulas doadas) para cirurgias posteriores.

Desde 2019, a Companhia possui um programa de saúde mental que acompanha colaboradores e familiares, com estrutura de atendimento exclusiva. Este programa incorporou atenção e suporte aos colaboradores infectados ou com suspeita de infecção pelo COVID-19 e, em 2020, proporcionou atendimento para 98 pessoas.

Em 2020, com o início da pandemia do COVID-19, a Companhia participou do projeto Salvando Vidas (“Projeto”), idealizado pelo BNDES. Em uma ação *pro bono*, a Companhia operacionalizou a compra e o monitoramento de entrega de álcool gel, luvas, máscaras, aventais e toucas a mais de 605 hospitais filantrópicos. Até 31 de dezembro de 2020, foram realizados mais de R\$ 79 milhões em compras para o Projeto por meio da solução Bionexo. O Projeto continua para atender prioritariamente instituições do norte do país não só na compra de equipamentos de proteção individual (“EPIs”), mas também para a aquisição de equipamentos necessários ao fornecimento de oxigênio aos hospitais, como cilindros e usinas de geração de oxigênio.

A governança na Companhia é regida por um Conselho de Administração, que além de Presidente, Vice-Presidente e membros indicados pelos acionistas, conta também com dois membros independentes. Grupos de trabalho mantêm rotinas de acompanhamento das verticais de (i) Crescimento, Produtos e Tecnologia; (ii) Gente, Gestão e Performance; e (iii) Finanças, com agendas fixas de discussão e relatórios e atualizações ao Conselho de Administração.

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

### VANTAGENS COMPETITIVAS

Como plataforma de referência no oferecimento de soluções integradas para o setor de saúde, a Companhia apresenta as vantagens competitivas listadas abaixo.

#### ***Efeito de rede do ecossistema de clientes e difícil replicabilidade***

Partindo do conceito comumente conhecido como “Efeito de Rede”, a Companhia consegue se apropriar das vantagens trazidas com o aumento do número de clientes de forma virtuosa.

Como parte da natureza das operações, a adição frequente de novas tecnologias à plataforma permite a venda e a fidelização de novos clientes, assim como a contratação de soluções adicionais por clientes existentes. Na medida em que novos clientes são adicionados, incrementando o valor transacionado, a plataforma torna-se ainda mais atrativa para a entrada de futuros clientes. Em relação à contratação de soluções adicionais por clientes existentes, no ano de 2020, cerca de 23% do total do ARR foi resultado de vendas para clientes existentes da Companhia no início do ano, contra 14% em 2018.

Dessa maneira, a Companhia consegue acelerar as suas taxas de crescimento e, ao mesmo tempo, reduzir o custo de aquisição de novos clientes (*Customer Acquisition Cost*, “CAC”).

Essa dinâmica também corrobora o conceito de “*Winner Takes Most*” observado em alguns mercados de tecnologia. Com o ganho de escala oferecido pela plataforma, reduz-se o risco de perda de clientes. Em adição, a Companhia se fortalece como a plataforma dominante em seu mercado, inibindo o surgimento de concorrentes.

Além disso, a adição de novos clientes, sejam eles instituições de saúde ou fornecedores, só se faz possível pela neutralidade proporcionada pela Companhia, que promove uma proposta de valor “*win-win*”. As soluções da Companhia são neutras quanto à direção do fluxo de suprimentos e possibilitam ganhos para ambos os elos da cadeia.

#### ***Profundo conhecimento sobre as dinâmicas e necessidades dos clientes***

A Companhia é verticalizada na área da saúde e, em 31 de dezembro de 2020, conectou através das suas soluções, 49 mil usuários. Suas equipes de venda e relacionamento com clientes, compostas por mais de 110 profissionais, permitem a proximidade e contato com os clientes, auxiliando na identificação das principais oportunidades de negócio, de modo a endereçar as suas necessidades com o desenvolvimento de novas tecnologias.

Além da dinâmica de relacionamento direto com a gestão dos hospitais e fornecedores, os dados coletados por meio das próprias soluções permitem entender dinâmicas de funcionamento e tendências do setor. Por exemplo, é possível analisar o crescimento de grupos econômicos, a necessidade de centralização da decisão de compras e de planejamento, as concentrações e distribuições de volumes e preços por região, dentre outros.

Esta leitura de mercado por meio de dados é fortalecida pela diversidade de perfis de clientes, que atuam em diferentes regiões geográficas e possuem diferentes portes e especialidades. Dessa forma, as análises contam com significância estatística para a geração de inteligência aos seus clientes.

O mesmo princípio pode ser observado em sua presença internacional, em importantes mercados da América Latina (Argentina, Colômbia e México), diversificando ainda mais a coleta de dados dos clientes.

A partir dos mecanismos acima, os times de Tecnologia e Novos Negócios da Companhia podem:

- Alimentar e priorizar o desenvolvimento e lançamento de soluções que apresentam maior potencial de crescimento e rentabilidade; e
- Orientar a estratégia de Fusões e Aquisições (“M&A”) com o objetivo de complementar o portfólio de serviços, por meio da aquisição de soluções digitais de alta qualidade.

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Este grau de conhecimento do setor, construído ao longo de 20 anos de experiência da Companhia, foi essencial para a expansão das soluções Bionexo, de forma orgânica e inorgânica. Durante todo o histórico da Companhia, 4 aquisições foram realizadas, as quais contribuíram para o aumento da oferta de serviços da Companhia.

### ***Modelo de negócios baseado em receitas recorrentes e com alto índice de retenção de clientes***

Conforme já mencionado anteriormente, as ofertas da Companhia possuem um modelo de receita recorrente (receitas originadas através de pagamentos de subscrições pelos seus clientes para uso das soluções), com pagamentos prioritariamente mensais. As suas soluções podem ser contratadas por meio de serviços e módulos com diferentes propostas de valor, o que permite o atendimento a diferentes perfis de clientes. Como resultado dessa estratégia, 99,1% da receita da Companhia obtida no exercício de 2020 foi recorrente.

Além do mais, cria-se o potencial de aumento do *ticket* médio por meio da introdução de novas funções aos serviços existentes, conforme indicado pelo Net Retention Rate de 146% entre 2019 e 2020.

### ***Escalabilidade da plataforma tecnológica, suportada por uma cultura de desenvolvimento de novas tecnologias***

Com estrutura tecnológica concentrada em nuvem e baseada em *Application Programming Interface* ("APIs", em português "Interface de Programação de Aplicativos"), a Companhia tem 20 anos de experiência em construção de produtos digitais. Ela sempre teve como princípio disponibilizar suas ferramentas para operarem 100% *online*, permitindo o uso por clientes com baixa sofisticação tecnológica. Da mesma forma, a Companhia sempre possibilitou a integração de suas soluções com ofertas de terceiros e realiza integrações em sua plataforma através do uso de APIs. As APIs são uma forma ágil de integrar sistemas, possibilitando benefícios como a segurança dos dados, facilidade no intercâmbio de informações com diferentes linguagens de programação e a monetização de acessos, tornando-se capaz de atender as particularidades de seus clientes. A Companhia possui também inteligência capaz de realizar o recolhimento de dados das transações com base em um cadastro de itens centralizado com cerca de 5 milhões de Stock Keeping Units ("SKUs") estruturados, o que permite identificar e relacionar os itens transacionados.

Este potencial vem sendo construído por meio de um investimento constante na melhoria das suas soluções e na sua infraestrutura tecnológica. Somente nos últimos 3 anos, R\$ 50,5 milhões foram investidos nas soluções e plataforma da Companhia. Isso tudo por meio de uma estrutura interna que privilegia a rápida tomada de decisão, com uma orientação de produto descentralizada (gerida e formada através da estruturação de *squads* de produtos).

O NPS da Companhia, que reúne as competências e dados necessários para avançar na qualidade dos produtos, resultou, em 2020, em uma pontuação combinada entre produtos de 51, representando um aumento de 13% em relação ao mesmo período em 2019.

### ***Base relevante de clientes ativos com alto potencial de cross-sell e up-sell***

Com uma base de cerca de 34 mil clientes ativos distribuída em 4 países da América Latina, a Companhia se beneficia da complementariedade do seu portfólio na atração e retenção de diversos tipos de clientes. Dentre os dois principais grupos endereçados pelas soluções, estão: (i) instituições de saúde, entre os quais hospitais, laboratórios, clínicas e organizações de saúde diversas e que buscam ganhos de eficiência na gestão de processos de suprimentos por meio da automatização, redução de custos de compra e melhorias de estoque; e (ii) fornecedores, entre os quais fabricantes e distribuidores em geral (de material médico, OPME<sup>7</sup>, medicamentos, alimentação, limpeza, dentre outros) que buscam potencializar as vendas e digitalizar o processo de relacionamento com seus clientes com a centralização da demanda em uma só plataforma.

À medida em que proporciona ganhos de eficiência ao cliente na primeira solução oferecida, a Companhia impulsiona as suas vendas por meio de iniciativas de *up-sell* e *cross-sell*. Sua inteligência

<sup>7</sup> OPME é a sigla utilizada para referenciar as Órteses, Próteses e Materiais Especiais

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

comercial agrega relacionamento e dados para desenhar as réguas de engajamento e geração de *leads* (oportunidade de negócio gerada através do interesse do potencial cliente em algum produto, serviço ou solução) na base. O uso de mais de um produto digital por parte do cliente traz vantagens relacionadas à inteligência de dados cruzada entre produtos e beneficia a Companhia na medida em que maximiza os níveis de fidelização.

Do lado das instituições de saúde, em 31 de dezembro de 2020, 22% dos clientes utilizavam mais de um serviço oferecido pela Companhia. Estes contam com uma oferta de serviços ampliada há mais tempo do que os fornecedores, dentre os quais, em 31 de dezembro de 2020, somente 1% contratavam mais de um serviço. As oportunidades de crescimento para as vendas horizontais são relevantes à medida que dispomos de pelo menos quatro diferentes serviços digitais para cada lado da cadeia. Este potencial está lastreado não somente na estratégia comercial da Companhia, mas também nas características dos produtos, que contam com a facilidade de integração em uma só plataforma.

Cabe ressaltar que o aumento da receita sobre a base de clientes não se manifesta somente por meio da venda de novos serviços. Dentro do mesmo serviço, há também os chamados “*in app sales*”, ou seja, funções novas do mesmo produto que são disponibilizadas e justificam a adoção de um plano superior. Os contratos são em sua maioria reajustados à medida que as funcionalidades evoluem, além da correção de preços pela inflação anual. No caso dos fornecedores, por exemplo, os clientes que utilizam a funcionalidade de integração a outros ERPs pagam preços variados na medida que cresce o volume das suas vendas na plataforma.

Esse potencial é corroborado pela penetração em diferentes geografias e perfis distintos de clientes. Isso resulta em previsibilidade de crescimento e protege a Companhia de oscilações em mercados específicos. Como exemplo, no ano de 2020, apesar das dificuldades que os hospitais tiveram como resultado do combate à pandemia do COVID-19, fornecedores de alguns itens estratégicos tiveram crescimento significativo, o que acelerou em 80% o crescimento do ano em valor de novos contratos vendidos a fornecedores.

### ***Capacidade de crescimento via aquisições selecionadas***

Como parte do processo de expansão, a Companhia possui histórico de aquisições bem-sucedido, o qual evidencia a capacidade de condução de processos de aquisições, mapeamento de potenciais ativos e a integração de companhias adquiridas, como pode ser evidenciado nas aquisições descritas abaixo:

- **Hospitalcenter:** plataforma de compras hospitalares pertencente ao Grupo M2 Tecnologia, adquirida em setembro de 2013;
- **Manager Saúde:** companhia de desenvolvimento de sistemas de integração, *workflow* de vendas e soluções de *Business Intelligence* (“*BI*”). Através da aquisição, a Companhia passou a oferecer soluções de integração e automação entre a sua plataforma e os diferentes sistemas de gestão de distribuidores e fabricantes de insumos hospitalares;
- **GTT Healthcare (GTMED):** empresa de soluções de rastreabilidade (*Internet of Things*, “IoT”) para itens de alto custo no setor de saúde. Através da aquisição, a Companhia deu origem às soluções BioTracker, que atuam na rastreabilidade de itens de alto valor; e
- **Avatar:** companhia especializada no desenvolvimento de soluções inovadoras e automáticas para gestão do ciclo de receita em hospitais, adquirida pela Companhia em dezembro de 2020. Através da aquisição, a Companhia aumentou o escopo de atuação das suas soluções, passando a atuar no ciclo de receitas hospitalares.

A estratégia de aquisição da Companhia é baseada na identificação de empresas que ofereçam serviços em nuvem no mercado SaaS, de alta qualidade e com potencial de crescimento significativo, que possam ser alavancadas pelo canal comercial da Companhia e sua infraestrutura tecnológica. Dessa forma, a Companhia consegue acelerar as suas taxas de crescimento por meio de novas iniciativas de cross-sell.

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

As aquisições geralmente têm como alvo empresas que atendem a segmentos de clientes existentes, de modo que a força de vendas da Companhia consiga rapidamente incorporar os novos produtos aos processos existentes, impulsionado pela força da marca Bionexo perante os clientes. Adicionalmente, à medida que a solução adquirida é incorporada à nossa plataforma tecnológica, ela se beneficia de serviços computacionais comuns, como integrações nativas com ERPs do setor, captura de dados dos clientes, gestão de servidores, infraestrutura de dados e *analytics*, o que reforça a atratividade da própria solução e os retornos auferidos nas transações.

Como parte da estratégia de aquisição, atualmente, a Companhia possui mais de 260 empresas mapeadas em suas bases de dados que oferecem soluções ao setor de saúde. Essas empresas atuam nos mais diversos segmentos das cadeias de valor dos nossos clientes, como hotelaria hospitalar, *supply chain*, gestão de processos clínicos e de ciclo de receitas, dentre outros.

### ***Administração experiente e com comprovado histórico de sucesso***

A Companhia vem ao longo do tempo desenhandando sua estrutura visando ao bom andamento do negócio, tanto no Brasil como nos demais países em que atua. Atualmente conta com executivos experientes, com vivências complementares e que possuem em média 22 anos de carreira, sendo em média 7 anos na Companhia.

A Companhia adota como parte da remuneração dos principais executivos um programa de incentivos de longo prazo, baseado em remuneração atrelada à valorização das suas ações (*phantom shares*) e sujeito a um período de *vesting* de 4 anos.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 445 colaboradores, sendo: 164 focados em tecnologia e desenvolvimento de produtos, 129 em crescimento (seja vendas novas, retenção ou rentabilização), 95 em atenção aos clientes e 57 nas frentes Corporativas e de Finanças.

### **ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO**

Com o objetivo de sustentar o crescimento futuro, ampliar o escopo de atuação das soluções e oferecer aos clientes as melhores soluções em nuvem para a gestão de processos na área da saúde, a Companhia acredita na implementação das medidas estratégicas listadas a seguir.

#### ***Promover o crescimento de novos serviços (novos e atuais) na rede de clientes atual***

Uma das principais estratégias da Companhia consiste no planejamento de medidas para capturar o aumento da penetração de seus produtos na base de clientes. Do lado das instituições de saúde, em 31 de dezembro de 2020, apenas 22% dos clientes possuíam mais de 1 serviço. Já do lado dos fornecedores, apenas 10% dos clientes ativos possuíam algum plano pago, ao passo que os demais ainda utilizavam o serviço de forma gratuita e com acesso limitado. Os principais aspectos para a implementação dessa estratégia são (i) capacidade de desenvolvimento de novos produtos e funcionalidades; (ii) relacionamento e proximidade com os clientes; (iii) o crescimento da rede de clientes e número de transações entre eles; e (iv) capacidade de monetizar os diferentes segmentos das cadeias, presentes nas soluções. Através desses aspectos, a Companhia acredita que será possível continuar a aumentar a sua capacidade de *cross-sell* e *up-sell*. Adicionalmente, a Companhia obteve expressivo crescimento no segmento de fornecedores ao longo dos últimos 5 anos, passando de 797 clientes pagantes em 31 de dezembro de 2015 para 3.282 clientes pagantes em 31 de dezembro de 2020, o que mostra a capacidade de criar ofertas e monetizar os diferentes elos da cadeia de saúde.

Como resultado dos processos de *cross-sell* e *up-sell*, a Companhia acredita ser capaz de capturar uma fatia cada vez maior dos gastos com tecnologia de seus clientes (*share of wallet*).

#### ***Expandir a base de clientes por meio da captura de novos clientes nos diferentes mercados de atuação***

Além da captação de clientes no Brasil, parte da estratégia de crescimento da Companhia também passa pela captura de novos clientes nos 4 países em que atua. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava presente em 2.223 instituições de saúde e possuía 3.282 clientes fornecedores pagantes, representando uma participação de mercado agregada nesses países de 20% para

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

instituições de saúde e uma penetração agregada de 10% para fornecedores clientes. Como dois principais vetores para a captura de novos clientes, a Companhia possui: (i) os benefícios trazidos pelo “Efeito Rede” das soluções atuais, incluindo os ganhos de escala à medida que aumenta o seu ecossistema de clientes; e (ii) estrutura de vendas e *marketing* com processos segmentados e especialização de funções, composta atualmente por 110 profissionais que atuam de forma *online* e presencial.

### ***Fortalecer e expandir a oferta de novos serviços financeiros no ecossistema digital***

O volume de transações realizadas através das soluções da Companhia somou R\$ 11,7 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essas transações geram dados estruturados em uma base que permite a análise contínua de novas ofertas. Uma das mais promissoras é a possibilidade de entregar aos clientes soluções financeiras que possam (i) reduzir o prazo de recebimento dos fornecedores; (ii) ampliar prazo de pagamento dos hospitais; (iii) reduzir o prazo de recebimento dos hospitais na relação com planos de saúde; e (iv) dar visibilidade de notas de crédito para ambos os lados da cadeia.

Para se ter como referência, os hospitais atualmente na plataforma possuem um prazo médio de pagamento aos seus fornecedores de 45 dias, chegando a mais de 90 em alguns casos. Na relação com as fontes pagadoras, dados da Associação Nacional de Hospitais Privados (“[ANAHP](#)”) indicam que os hospitais privados possuem uma média de prazo de recebimento de suas contas médicas de 73 dias. Esses prazos geram oportunidades para ofertas de soluções de crédito.

Na solução Bionexo também se relacionam empresas com características e perfis de risco muito distintos, o que abre a possibilidade para oportunidade de crédito com perfis de risco/retorno diferentes. A Companhia já possui um produto de antecipação de recebíveis para fornecedores em teste. Por meio de um sistema de integração de dados, as contas a receber do hospital ficam disponíveis em uma interface compartilhada, para que diferentes bancos e fundos possam oferecer taxas competitivas de desconto, concorrendo entre si pela antecipação dos títulos. A Companhia não assume risco de crédito nas operações, mas viabiliza as operações por meio da tecnologia e captura uma taxa de serviço. Isso abre uma importante avenida de crescimento, baseada diretamente na monetização de sua base de valor transacionado.

### ***Avaliar oportunidades de aquisições e parcerias estratégicas complementares no setor de atuação***

A Companhia busca a expansão do seu escopo de atuação por meio de aquisições e parcerias estratégicas. Pela presença e conhecimento do setor, é possível identificar as oportunidades que adicionam valor para os seus clientes, seja pela ampliação do escopo de atuação, adição de capacidade técnica no desenvolvimento de novas tecnologias e funcionalidades ou potenciais verticalizações com os serviços já oferecidos. Os alvos almejados possuem, essencialmente, as seguintes características: (i) alta qualidade das soluções e serviços; (ii) modelo de receita recorrente ou com potencial para ser transformada em recorrente; (iii) tecnologia baseada em nuvem; e (iv) alto potencial de crescimento através da venda para a base de clientes Bionexo. Entre os segmentos mapeados nas atuais oportunidades, podemos citar os de gestão do ciclo de receitas hospitalares, suporte à gestão clínica, hotelaria hospitalar e *supply chain*. Acreditamos que os serviços das companhias adquiridas passam a se beneficiar da escalabilidade dos processos de venda da Companhia e da sua base de tecnologia, suportados pela força de sua marca perante hospitais e fornecedores.

As aquisições já realizadas endossam a estratégia de ampliação de portfólio, ainda voltado às instituições de saúde e fornecedores. Seja através de soluções financeiras ou monitoramento e entrega de estoques, a Companhia tem se engajado e continuará engajada fortemente na expansão da oferta de serviços aos seus atuais e futuros clientes, mantendo seu objetivo de fortalecer as conexões entre os agentes da cadeia de saúde, para aumento da transparência e eficiência, visando contribuir para um setor de saúde melhor.

## **7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas**

### **PONTOS FRACOS, OBSTÁCULOS E AMEAÇAS**

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças à Companhia, seus negócios e condição financeira estão relacionados à concretização de um ou mais cenários adversos contemplados em nossos fatores de risco, ocorrendo de maneira combinada. Vide itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência.

## **7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista**

### **7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista**

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

## 7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

### 7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

#### (a) Produtos e serviços comercializados

O negócio da Companhia consiste no fornecimento de soluções digitais para a gestão de processos no setor de saúde, através de serviços de licenciamento de software. Portanto, a Companhia opera em um único segmento para fins de tomada de decisão.

#### (b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita operacional líquida do emissor

(em milhares de Reais, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de					
	2020		2019		2018	
	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total
Receita operacional líquida	90.169	100%	76.949	100%	67.302	100%

#### (c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

(em milhares de Reais, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de					
	2020		2019		2018	
	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total
Resultado líquido	(2.801)	100%	(5.223)	100%	(49)	100%

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

#### (a) Características do Processo de Produção

##### Sobre o negócio

A Bionexo é uma empresa que desenvolve soluções digitais para gestão de processos na saúde. Sua estrutura Software as a Service ("SaaS") permite atender às necessidades específicas de seus clientes. Por ser uma solução na nuvem (*Cloud*), é possível evoluir, adaptar e se reformular às necessidades de mercado de maneira ágil e contínua. Do planejamento, à aquisição, negociação, controle de estoque (físico e virtual), procedimentos cirúrgicos e vendas, suas soluções permeiam tanto a cadeia de suprimentos da área da saúde quanto extrapolam as necessidades processuais que efetivam a integridade de um ecossistema de funcionamento de todo um mercado, transformando a maneira de operar e trazendo mais eficiência, transparência e inteligência. Desta forma, cria conexões melhores para transformar o mercado da saúde. Além disso, o fornecimento de dados estruturados permite *insights* e análise de inteligência para melhor tomada de decisões.

Seu portfólio de soluções modular se adapta às necessidades específicas, auxiliando as instituições a aprimorarem seus processos conforme sua necessidade e maturidade. A ampliação e criação de novas soluções, *features* e produtos permeiam uma estratégia que agrega valor a todo este ecossistema, permitindo uma evolução contínua da cadeia de valor da empresa.

##### Público

Seus clientes abrangem **instituições da saúde** (clínicas, home care, hospitalares, operadoras, entre outras) e **fornecedores** (fabricantes, distribuidores, fornecedores) que atendem as instituições nas diferentes demandas existentes para a execução efetiva de sua operação (serviços, materiais médicos, medicamentos, materiais de escritório, alimentos, etc).

##### Estrutura e Processos

A estrutura e os processos de criação, evolução, suporte e capitalização dos produtos da Companhia visam a geração de eficiência sistêmica, garantindo a melhor experiência para o cliente em todo o fluxo.

##### Engenharia:

A área de Performance e Agilidade é responsável por garantir a fluidez nos processos e o funcionamento da estrutura. Controla o orçamento, antecipa riscos e oportunidades e compartilha através de indicadores e rotinas de acompanhamento e problemas na execução.

A área de Experiência do Usuário ("UX") é responsável pela qualidade e aderência das soluções, baseando seus desenvolvimentos no modelo de *design* centrado no usuário ("User Centred Design"). A consistência de interações entre plataformas torna o modelo SaaS efetivo, tornando a adaptação e curva de aprendizado dinâmicas e constantes, para garantir a escalabilidade das soluções.

##### Delivery:

A área de Produto baseia-se nas necessidades de mercado para definir e atualizar a estratégia de longo prazo dos produtos e garante que no curto prazo as entregas estejam condizentes com essa visão.

A área de Desenvolvimento de Software é responsável por desenvolver, projetar, analisar, implementar e sustentar os sistemas, assim como garantir a qualidade em suas entregas.

##### Tecnologia:

A área de Arquitetura de dados é responsável por monitorar e aprimorar a tecnologia, os atuais produtos e soluções da Companhia. Além de tecnologia própria, a empresa conta com terceiros para fins de infraestrutura do software e garantia de disponibilidade das soluções, com o uso de aplicações dos sistemas operacionais em nuvem nos servidores da Amazon AWS, administrada pelo time de arquitetura de dados.

A área de Analytics é responsável pela centralização, organização, transformação e tradução dos

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

dados disponibilizados através do *Data Lake*, gerando leituras, estatísticas e *insights* estruturados, complementando informações com base em algoritmos e inteligência artificial, ao mesmo tempo que identifica incorreções dentro da base.

A área de *Cloud Services* é responsável por fornecer, monitorar e administrar a estrutura em nuvem nos sistemas operacionais da AWS, utilizados pelas aplicações e dados da Companhia. Também otimiza os recursos, adequando o investimento ao contexto de cada operação. Fornece a infraestrutura tecnológica para conectividade, armazenamento e segurança da informação, com uso.

#### Processos:

##### Macro Rotinas de Produto

Comitê de Produto - Reúne-se quinzenalmente para revisão do *roadmap* de curto prazo e avaliação de novas demandas que surgiram nesse intervalo. O comitê contempla colaboradores das áreas de negócio, tecnologia, engenharia e *delivery* e tem como objetivo alinhar e criar consenso sobre os próximos passos do produto.

Contextualização de *Roadmap* - Trimestralmente revisita-se a estratégia de longo prazo do produto observando-se o contexto atual para discussão e alinhamento de uma nova realidade e assim necessidade de revisão no *roadmap* ou para reafirmar o caminho anteriormente proposto.

##### Fluxo de Desenvolvimento (“SCRUM”)

Visão - O desenvolvimento em Scrum inicia com uma visão do projeto e descrição inicial do produto pretendido. Inicialmente, a visão pode ser vaga, talvez expressa em termos de mercado e não em termos de sistema, mas será esclarecida à medida que o projeto avança.

*Roadmap* - A área de produtos é responsável por apresentar a visão de modo a maximizar os resultados da Solução. Para isso, o *Product Manager* conta com o *roadmap*, lista de requisitos funcionais e não-funcionais que, quando implementados, traduzirão esta visão em produto. O *Roadmap* é priorizado de forma que os itens com maior potencial de geração de valor tenham mais prioridade. Mudanças no *Product Backlog* refletem mudanças em requisitos de negócio e quanto rápido ou devagar o Time consegue transformar requisitos em funcionalidades.

*Discovery e Design* da Solução - A partir do momento que o escopo de uma entrega é definido, o time de Experiência do Usuário (“UX”) toma iniciativas para garantir que a execução e o *design* atendam aos requisitos dos usuários. Através de metodologias de *Design Thinking*, levantamento de hipóteses, testes de usabilidade, é possível compreender, testar e validar o produto antes de seu lançamento. Deste modo, os casos de uso reais são compreendidos, garantindo qualidade de desenvolvimento e assertividade das entregas em um processo contínuo de evolução.

*Sprints* - Todo o trabalho de transformação de itens do *Backlog* em funcionalidade ocorre dentro de *Sprints*. *Sprints* são intervalos de tempo, geralmente entre três e seis semanas, no qual o time estabelece o compromisso de desenvolver uma determinada quantidade de requisitos gerando incrementos de funcionalidades. O *Sprint* é iniciado com uma reunião de planejamento do *Sprint*, ou *Sprint Planning Meeting*, e encerrado com as reuniões de revisão e retrospectiva, ou *Sprint Review Meeting* e *Sprint Retrospective Meeting*. Durante o *Sprint*, o time se encontra em reuniões diárias, chamadas de *Scrum Daily Meetings*.

#### **(b)    características do processo de distribuição**

A estratégia de comercialização da Bionexo está fundamentada em um modelo que abrange 3 dimensões: vendas novas, cruzadas (*cross-sell & up-sell*) e combinadas (*bundles* e *combos*).

O processo de geração de demanda está estruturado para gerar, qualificar e distribuir *leads* (oportunidades de negócio gerada através do interesse de potencial cliente em algum produto, serviço ou solução) observando estas 3 dimensões. Não obstante, a estratégia de ida ao mercado está segmentada em 2 grupos de clientes ou potenciais clientes: (i) grandes contas; e (ii) pequenas e médias contas (“PME”).

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A responsabilidade por estes processos é da área de Planejamento & Gestão de Vendas, incluindo as funções de Administração de Vendas, Inteligência de Negócios, Ofertas/Precificação, Sales Development Representative (“SDR”) e Engajamento. Estas funções dão suporte ao conceito de “monetização”, ou seja, geração de valor com crescimento orgânico, baseado em novos clientes e novos produtos para os clientes existentes. Esse processo é complementado pela expansão do portfólio, gerado pelo desenvolvimento de novos produtos e pela aquisição de produtos/empresas (crescimento inorgânico) que tragam sinergia técnica, comercial e operacional.

Para vendas novas, bases de dados internas e externas são usadas para identificar e enriquecer as oportunidades com notas de potencial de consumo e dados de contatos. Em casos de vendas para o segmento PME, cuja maior eficiência e eficácia é feita por ações com baixo nível de interação, estas oportunidades são inicialmente trabalhadas pela área de SDR, de forma a otimizar a conversão da oportunidade depois que esta é validada e encaminhada para os executivos de venda deste segmento. Para grandes contas, as oportunidades são encaminhadas diretamente aos Executivos de Vendas, profissionais com ampla experiência no segmento e no trato com compradores e vendedores de grande porte, com estruturas organizacionais e operações mais complexas. Trabalhando em conjunto, ainda que estruturada de forma independente, há o time de *Customer Success*, com executivos de relacionamento com igual nível de *expertise* dos executivos de vendas, mas cujo foco está em garantir a melhor experiência e resultado dos clientes, em todas as fases da sua jornada de negócios na Bionexo, abrangendo implantação, ativação, treinamento, engajamento, renovação e retenção.

Para vendas cruzadas e combinadas, todo o fluxo é também operado pela área de Planejamento & Gestão de Vendas, sendo na sequência encaminhado diretamente para os executivos de vendas, tanto para PME, quanto para grandes contas, com uma oferta (público, produto, preço, condições) já delineada para cada cliente. Retroalimentando os processos descritos acima, são realizados fóruns permanentes com os times de vendas, para validar e normalizar a eficiência das notas.

Concomitantemente, em diversos pontos e momentos, estes processos são comunicados, promovidos e sustentados por ações de comunicação. A área de Comunicação, que planeja e executa estas ações, está estruturada de forma a atender ambos os segmentos, com abordagens institucionais (*corporate branding*), de produtos (*product marketing*) e diretas (*customer success*). As abordagens institucionais e de produtos também são realizadas por ações corporativas externas, tais como assessoria de imprensa, eventos, patrocínios e estudos de mercado (e.g a Bionexo, em conjunto com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, criou o IPM-H, o primeiro índice nacional público de preços de medicamentos ao mercado hospitalar).

Toda esta estratégia e estrutura, ainda que de forma mais concisa dada a dimensão dos mercados, é replicada em nossas operações internacionais (Argentina, Colômbia e México). Esta área tem uma liderança dedicada, com reporte ao Vice Presidente de Crescimento, que opera em modelo matricial (negócios locais x operações globais), garantindo o máximo de eficiência no desenvolvimento de negócios e sucesso do cliente em cada um dos países.

#### (c) Características dos mercados de atuação

##### Mercado de Atuação

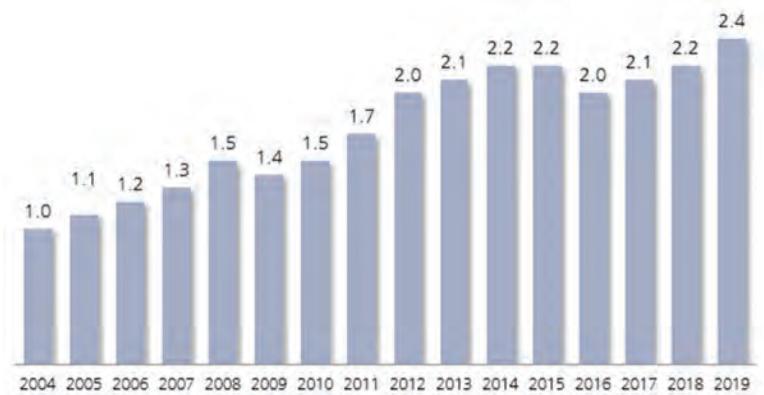
##### Mercado Global de Tecnologia

O segmento de Tecnologia pode ser considerado um ramo relativamente jovem, tendo um desenvolvimento mais acentuado a partir dos anos 1990 com a popularização da internet. Com o aumento de penetração e crescente competitividade, a última década foi um período de crescimento acelerado para o setor. Apesar das diferentes frentes de atuação, os sub-segmentos de Tecnologia, incluindo Software e Hardware, buscam em conjunto proporcionar a inserção de usuários em um mundo cada vez mais digital.

O mercado global de Tecnologia, excluindo volumes de exportação, estava avaliado, em 2019, em aproximadamente US\$ 2,4 trilhões, segundo a Associação Brasileira das Empresas de Software (“ABES”).

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

**Histórico de Crescimento do Mercado Global de Tecnologia (US\$)**



Fonte: ABES – Estudo do Mercado Brasileiro de Software 2020

Analisando a participação de cada país no mercado de Tecnologia global, em 2019, observa-se os Estados Unidos com uma posição consolidada, com um mercado de cerca de US\$ 871 bilhões, seguido por China (US\$ 263 bilhões) e Japão (US\$ 148 bilhões). O Brasil ocupa a 10ª posição no ranking, com um tamanho de mercado de aproximadamente US\$ 43 bilhões.

O estudo da ABES mostra também uma segmentação do mercado global de Tecnologia de aproximadamente 25% para *Software*, 31% para *Serviços* e 44% para *Hardware*. Acredita-se que a participação desses segmentos se relaciona com o nível de desenvolvimento e penetração de ferramental tecnológico, com predominância do segmento de *hardware* em países menos desenvolvidos.

Dentre o mercado de Tecnologia, o sub-setor de *Software* tem apresentado bons resultados. Com crescimento anual aproximado de 10% entre os anos de 2015 e 2019, o mercado global de *Software* alcançou neste último ano US\$ 456 bilhões.

**Gasto Global em Software Empresarial (US\$b)**

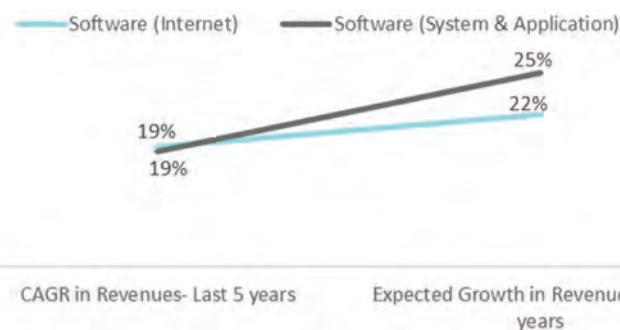


Fonte: Gartner

Além disso, de acordo com Aswath Damodaran, nos últimos 5 anos, o crescimento composto médio anual ("CAGR") do faturamento das empresas americanas de softwares de internet e de sistemas e aplicativos foi de aproximadamente 19%. Espera-se que o crescimento da receita atinja 22% para os softwares de internet e 25% no caso dos softwares de sistema e aplicativos nos próximos 2 anos.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

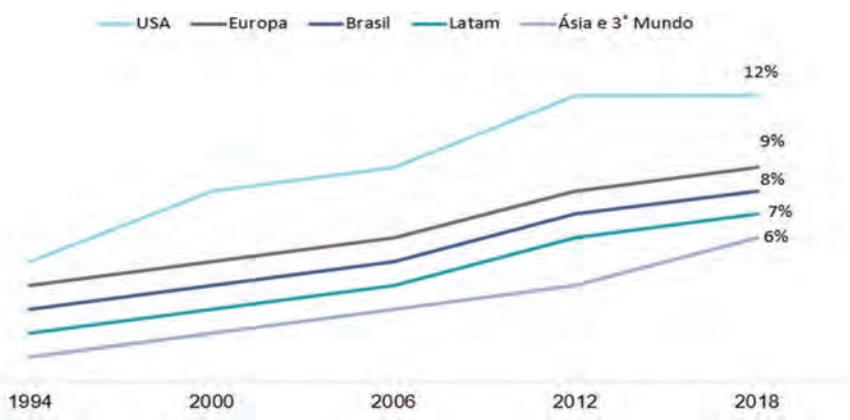
#### Crescimento de Receita das Empresas de Softwares nos Estados Unidos



Fonte: Damodaran Online

Outro importante indicador do crescimento e penetração da indústria de Tecnologia nos diversos setores foi o investimento em tecnologia pelas empresas. No Brasil, por exemplo, o percentual da receita investido por empresas do país para essa finalidade passou de apenas 3% em 1994 para 8% em 2018. Apesar de ainda registrar percentuais inferiores aos padrões das empresas europeias e norte americanas, o Brasil registra taxas superiores às da América Latina e outras regiões emergentes.

#### Porcentagem da Receita Investida em Tecnologia

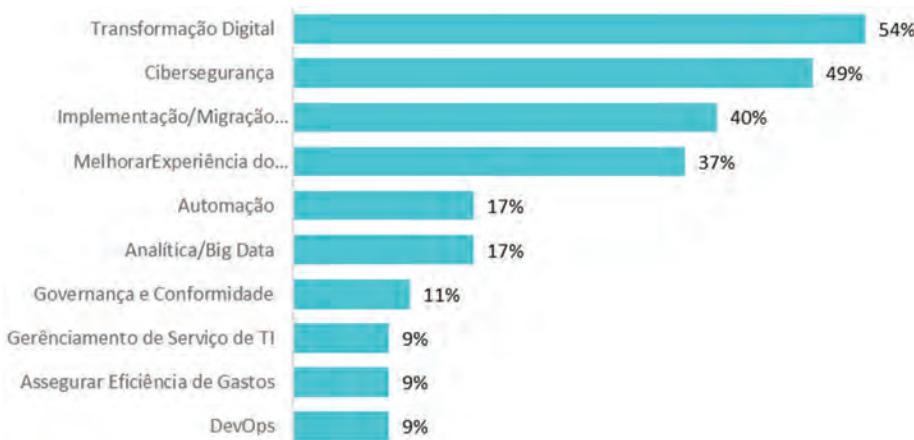


Fonte: FGV

Uma informação relevante sobre a indústria são as razões pelas quais as empresas investem em tecnologia. De acordo com a pesquisa da Flexera com empresas americanas, 54% incluíram dentre suas 3 principais prioridades para justificar os investimentos em tecnologia, a busca por transformação digital, seguido de 49% que citaram segurança cibernética e 40% que investem pensando em uma migração para o modelo *Cloud*.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

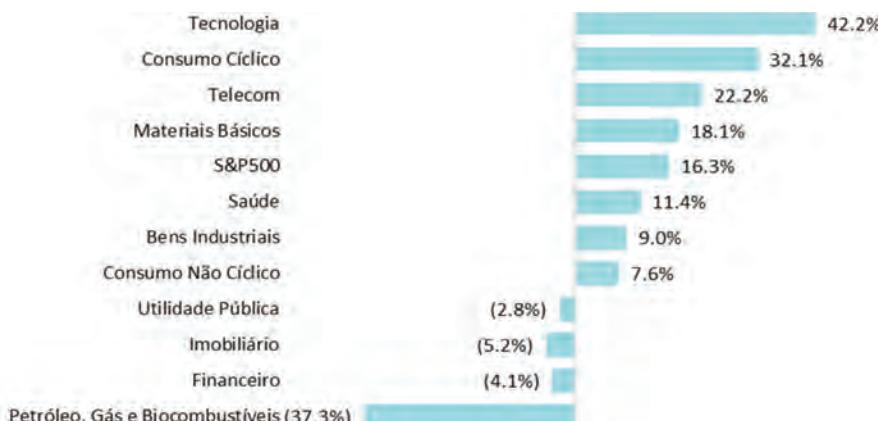
**Top 3 Prioridades para Investimento em Tecnologia**



Fonte: Flexera 2020 State of Tech Spend Report

Com a crescente relevância nos mais diversos segmentos da economia, o setor de Tecnologia foi um dos líderes de performance em bolsas de valores mundiais ao longo dos últimos anos e devido à sua escalabilidade e crescente engajamento com as mais variadas faixas etárias, apresentou performance superior a de setores de forte crescimento histórico em 2020, tendo sido um dos setores de destaque durante o período de pandemia do COVID-19.

**S&P500 Performance Setorial 2020 (02/01/20 a 30/12/20)**



Fonte: Factset

Mesmo com as dificuldades impostas à economia mundial em 2020, com a pandemia, a indústria de Tecnologia obteve um desempenho resiliente e teve alavancas de crescimento relacionadas principalmente à aceleração da tendência de migração para ambientes de trabalho e aprendizado virtuais.

#### Perspectiva e Adoção de Plataformas *Cloud-based*

Os clientes de empresas de Tecnologia buscam cada vez mais a flexibilidade de optar por um modelo de custo variável para seus principais recursos de computação, armazenamento e rede. Dessa forma, soluções voltadas para uma oferta *cloud-based* possibilitam a estes clientes alcançar tal transição. Adicionalmente, quando observadas as estratégias adotadas por empresas globais, nota-se que estas organizações estão mudando para soluções *cloud-based* devido não só à sua flexibilidade, mas também aos seus menores custos comparado a soluções *on-premise*.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Com a maior digitalização devido à pandemia do COVID-19, as vantagens de uma operação *cloud-based* tem se mostrado especialmente valiosas.

Conforme relatório divulgado pela Flexera, 73% das organizações entrevistadas com presença nos Estados Unidos, Europa e Ásia planejam otimizar as soluções atualmente utilizadas através do uso de novas ferramentas *cloud-based*.

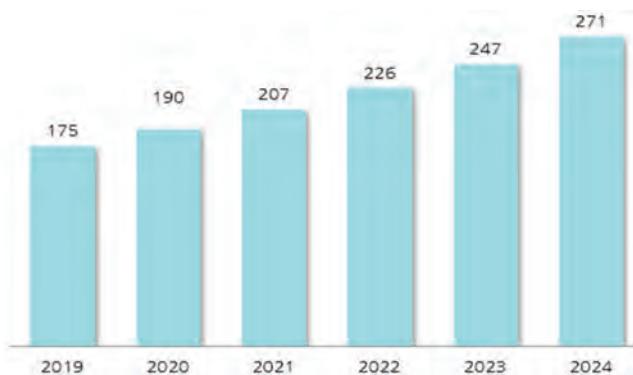
Segundo o relatório divulgado pela Gartner, em novembro de 2020 a receita global de serviço de *cloud* é estimada em aproximadamente US\$ 300 bilhões para 2021, superando US\$ 360 bilhões já em 2022. De acordo com dados de Statista e Gartner, o crescimento de oferta de soluções em nuvem apresentou um crescimento composto anual entre 2015 e 2019 de 29%, enquanto soluções *on-premise* apresentaram um crescimento de 10% no mesmo período.

#### Tecnologia no Mercado Global de Saúde

Em linha com tendências observadas em empresas de outros setores, a transformação digital e o advento de novas tecnologias têm refletido em diversas mudanças operacionais e estratégicas no setor de saúde privado.

O mercado global de Tecnologia no setor de saúde foi avaliado em US\$ 175 bilhões em 2019 e estima-se um crescimento de aproximadamente US\$ 96 bilhões até 2024, alcançando aproximadamente US\$ 271 bilhões de acordo com o estudo da Technavio.

**Tamanho do Mercado Global de Tecnologia em Saúde (US\$b)**

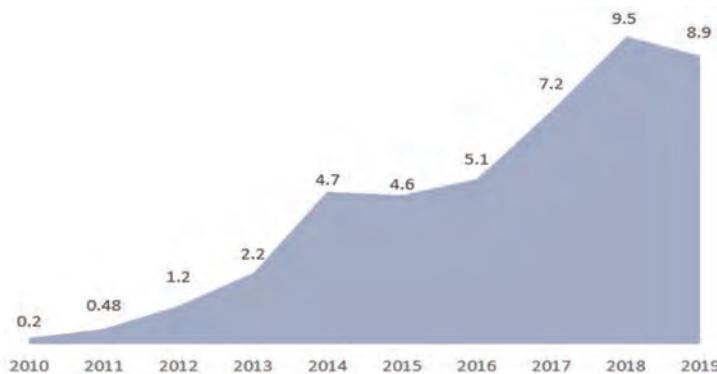


Fonte: Technavio

A tendência de modernização da indústria de saúde vem se consolidando ao longo da última década. O número de investimentos de *venture capital* ("VC") em companhias com foco em tecnologia no segmento de saúde ("Healthcare Tech") aumentou em média 30% ao ano entre 2009 e 2016, segundo dados da McKinsey. As novas ferramentas permitem agregar valor no serviço de saúde de uma maneira que os procedimentos tradicionais não conseguiam. Em 2019, os investimentos de *venture capital* em *Healthcare Tech* alcançaram quase US\$ 9 bilhões nos Estados Unidos.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

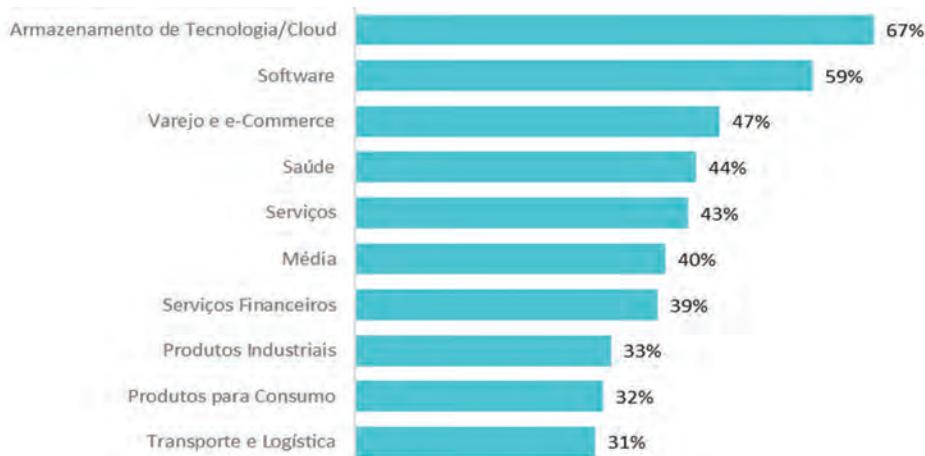
**Investimento de VC em Healthcare Tech (US\$b)**



Fonte: Mercom Capital Groups

Segundo a Deloitte, o aumento na demanda por soluções *cloud-driven* nos próximos anos tende a acelerar. De acordo com a pesquisa da Flexera, realizada em abril de 2020, 44% das empresas de saúde citaram a adoção de *Cloud* como uma das três maiores prioridades em seus investimentos de Tecnologia. Com esse percentual, a indústria de saúde foi a 4º que mais incluiu a migração e implementação para *cloud* entre suas prioridades.

**Cloud dentre as Top 3 Prioridades**



Fonte: Flexera 2020 State of Tech Spend Report

Nos provedores de saúde, o modelo *Software as a Service* ("SaaS") () reduz a necessidade de *hardwares* locais e consequentemente possibilita a redução de custos. De acordo com dados do Statista, há uma tendência de adoção do modelo SaaS, que deve ser reforçada pelos novos costumes introduzidos pela pandemia, com a aceleração da adoção de soluções digitais as quais possibilitam a acessibilidade e uma redução de custos.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais



Fonte: Statista

#### Mercado de Tecnologia na América Latina

Segundo a ABES, o mercado de Tecnologia na América Latina tem se destacado, em comparação com outros mercados, pelo crescimento relevante apresentado e pela forte tendência de crescimento. Em 2019, o mercado total registrou tamanho de US\$ 112 bilhões.

A expectativa de crescimento do mercado de Tecnologia latino americano deriva em grande parte da disseminação crescente da internet pela população. Estima-se que ao final de 2020, aproximadamente 72% da população tinha acesso a essa tecnologia comparado a 53% em 2015. De acordo com dados da Associação Latino-Americana de Private Equity & Venture Capital ("LAVCA"), a tendência pode ser também observada pelo investimento em *startups* na América Latina, que aumentou de US\$ 500 milhões em 2016 para US\$ 4,6 bilhões em 2019, atingindo um crescimento anual composto no período de 110%.

#### Tamanho do Mercado de Tecnologia por Região (excluindo exportações)



Fonte: Brasscom

O Brasil figura como líder do mercado de Tecnologia na América Latina e tem impulsionado o seu crescimento, de forma a representar aproximadamente 43%, ou US\$ 48 bilhões do mercado total.

Como resultado da posição do país neste mercado e o crescimento de suas empresas de tecnologia, há uma expectativa sobre o mercado brasileiro de tecnologia nos próximos anos. Em 2020, em meio às dificuldades impostas pela pandemia, pelo menos 5 empresas do setor fizeram Oferta Inicial de Ações ("IPO") do total de 29 ofertas realizadas no ano. Para 2021, já são esperadas pelo menos 10 outras companhias de tecnologia para lançarem suas ações na bolsa, de acordo com os registros disponíveis no site da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") em dezembro de 2020.

#### Mercado Brasileiro de Tecnologia

De acordo com relatório da LAVCA, os aportes de fundos de investimento em empresas de tecnologia no Brasil cresceram significativamente nos últimos anos. Em 2018, foram investidos US\$ 1,3 bilhão em

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

*startups* brasileiras, enquanto em 2019 os investimentos quase dobraram, chegando a US\$ 2,5 bilhões. O Brasil concentrou, em 2019, 50% das transações realizadas na América Latina.

Em busca de melhorias, e com o avanço das tecnologias e da globalização, o gasto com tecnologia das empresas no geral vem aumentando recorrentemente. De acordo com um estudo da Fundação Getúlio Vargas (“FGV”), os gastos com Tecnologia da Informação (TI), definida como o conjunto de tecnologias utilizadas para o processamento e armazenamento de dados, vem crescendo desde o início da pesquisa, em 1988, e diversos fatores colaboraram para a expectativa de tendência de aumento na taxa de crescimento para os próximos anos.

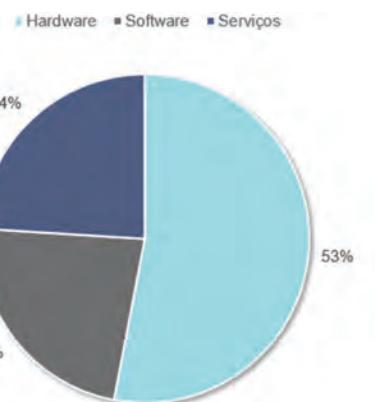
**Gastos e Investimentos em TI em Empresas Brasileiras (% da Receita)**



Fonte: FGV

No Brasil, o estudo da ABES de junho de 2020 mostra uma distribuição de 23% para *Software*, 24% para *Serviços* e 53% para *Hardware*, indicando um espaço de aumento na penetração de soluções em *Software* e *Serviços* no mercado brasileiro.

**Sub-Segmentos de TI no Brasil**



Fonte: ABES

#### Tecnologia na Saúde Brasileira

O mercado brasileiro de tecnologia na área de saúde se mostra promissor, como aponta a tendência crescente nos investimentos observada pela pesquisa da FGV. O gasto em TI por hospitais privados afiliados cresceu 4,9% anualmente entre 2015 e 2019, enquanto a média de empresas brasileiras e a média de empresas do setor de saúde cresceram respectivamente 1,3% e 2,8% no mesmo período.

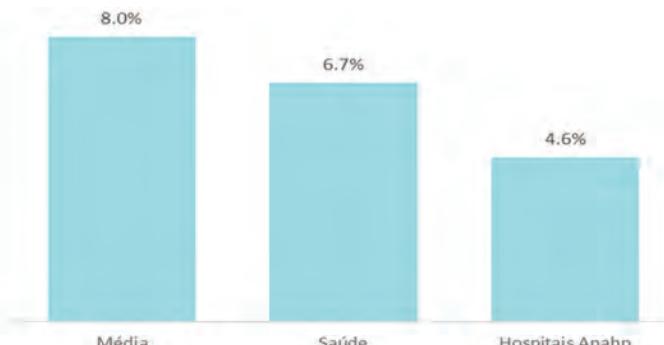
Outra métrica observada para o acompanhamento do nível de investimentos realizados nos diversos hospitais privados é o Custo Anual por Leito (“CAPL”). Como resultado da divisão do Total de Gasto e Investimentos em TI no ano pelo número de leitos disponíveis do hospital, o CAPL médio cresceu 8% no ano e resultou em R\$ 154.000 de dezembro de 2019, na rede privada.

Entretanto, o investimento em tecnologia por empresas de saúde ainda se mostra incipiente quando comparado a outros setores, segundo a FGV. Os gastos e investimentos em TI dos hospitais privados representam em média menos de 5,0% de sua receita, menor que a média geral das empresas da

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

pesquisa, de 8,0%, e menor que a média do setor de saúde, com 6,7%, incluindo outros sub-segmentos.

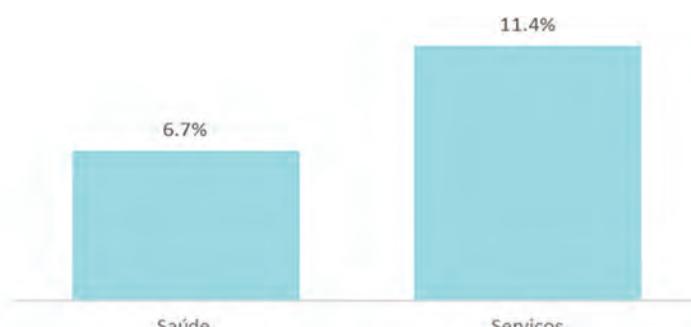
**Investimento em TI na Saúde e em Hospitais Privados**



Fonte: FGV

Além disso, os dados mostram que o investimento em TI no setor de saude (6,7%) é consideravelmente abaixo da média do segmento de Serviços (11,4%) e possui uma oportunidade de penetração relevante.

**Investimento em TI pelo Setor de Saúde vs Setor de Serviços (% da Receita)**



Fonte: FGV

O mercado endereçável, considerando os investimentos em Tecnologia pelas empresas de saúde, é de R\$ 25 bilhões no Brasil (e de US\$ 175 bilhões no mundo). Apesar do tamanho, o mercado apresenta uma expectativa de crescimento por meio do aumento de penetração no mercado por parte das empresas de tecnologia. Segundo relatório da Technavio, há uma tendência já consolidada de investimentos em Tecnologia na área de saúde nos países desenvolvidos e o movimento deve ser acompanhado pelos países emergentes.

#### Mercado Global de Saúde

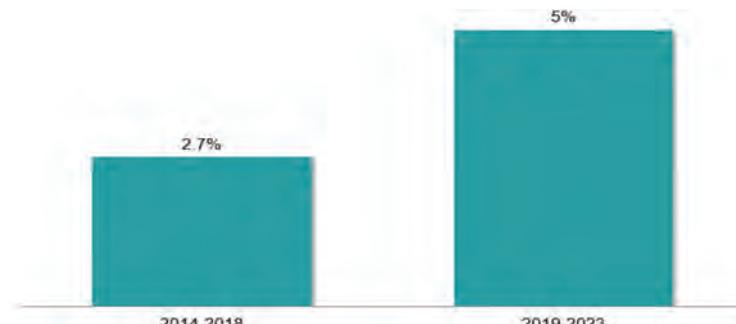
A indústria de saúde é composta por prestadores de serviços e bens de consumo ofertados para o tratamento de pacientes, seja por meio de tratamentos preventivos, paliativos, reabilitativos ou curativos. A indústria abrange profissionais de diferentes especializações e se situa entre as que apresentaram maior crescimento ao longo dos últimos anos. O mercado global de saúde foi avaliado em aproximadamente US\$ 8,5 trilhões em 2018, de acordo com o Banco Mundial.

A tendência de crescimento no mercado de saúde é sustentada por alguns fatores-chave ao seu desenvolvimento, incluindo uma população global em expansão, com expectativa de vida cada vez maior e com objetivos de maior qualidade de vida, bem como o aumento da prevalência de doenças crônicas e agravantes pandêmicos como observado durante o ano de 2020 com o COVID-19. De acordo com o relatório da Deloitte, os gastos com saúde entre os anos de 2019 e 2023 devem

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

apresentar um crescimento composto médio anual ("CAGR") de 5,0%, acima da expansão registrada entre os anos de 2014 e 2018, que foi de 2,7%.

**Crescimento Composto Anual do Setor de Saúde Global**



Fonte: Deloitte

Em 2020, o setor de saúde também foi um dos destaques no mercado acionário americano, com uma valorização média das ações do setor de aproximadamente 11,4%, de acordo com a performance setorial do S&P500.

#### Os Desafios da Cadeia de Suprimentos do Mercado de Saúde

Apesar do bom crescimento projetado para os próximos anos, o mercado de saúde enfrenta desafios nas diferentes esferas operacionais. A garantia de uma operação otimizada permite potencializar ainda mais os resultados e, consequentemente, o crescimento. Dentre os fatores mais importantes que devem ser controlados para atingir tal objetivo está a administração da cadeia de suprimentos, que abrange todo o processo entre o distribuidor de produtos médico-hospitalares até os hospitais ou serviço de saúde em geral.

Em 2020, com a pandemia mudando os padrões tradicionais e incluindo na cesta de consumo itens que antes eram praticamente de uso exclusivo dos profissionais de saúde, como as máscaras, as pressões da cadeia de suprimentos foram ainda maiores. Os custos com Equipamentos de Proteção Individual ("EPI") chegaram a acumular inflação de até 2.000%, em abril de 2020 no Brasil.

O relatório anual da Gartner sobre cadeia de suprimento destaca que a crise do coronavírus colocou as redes de abastecimento no limite e reforça a necessidade de boas práticas operacionais no processo para evitar situações extremas. De acordo com análise da Guidehouse, os hospitais nos Estados Unidos poderiam reduzir suas despesas de abastecimento em uma média de 17,7% ou US\$ 11 milhões em média por ano por hospital, apenas por adotar práticas mais eficientes.

Ao todo, em 2018, a Guidehouse estima que o gasto excedente com cadeias de suprimento obsoletas foi de US\$ 25 bilhões, 10% superior ao registrado em 2017 em hospitais norte-americanos. Segundo a Deloitte, digitalizar a cadeia de suprimentos oferece não só uma boa oportunidade econômica, como ganho de qualidade na operação já que se torna possível entregar o produto certo para o paciente certo na hora certa, por meio da tecnologia que ajuda a melhorar o fluxo de dados e otimização do processo.

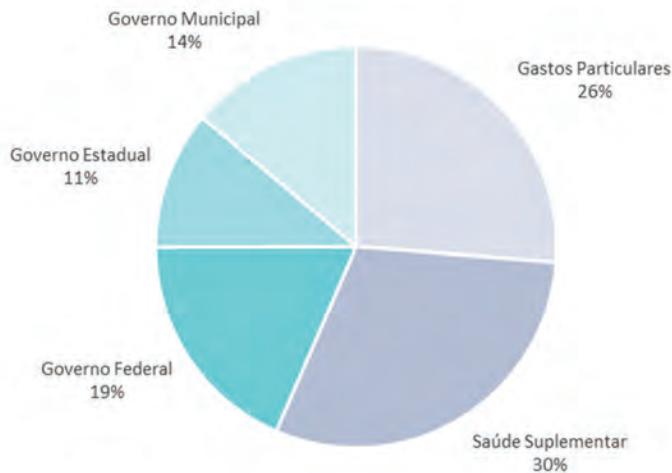
#### Mercado Brasileiro de Saúde

O mercado brasileiro de saúde se diferencia da grande maioria dos países devido à presença do Sistema Único de Saúde ("SUS"), um sistema público que, por meio de financiamento do Estado, atende à população sem custos adicionais. De acordo com o Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia ("IBGE"), aproximadamente 76% dos residentes brasileiros são usuários do SUS.

O sistema privado, por sua vez, compreende o sistema de saúde complementar, composto pelas operadoras de planos e seguros de saúde, e o sistema de desembolso direto, em que os próprios indivíduos pagam diretamente os prestadores pelo serviço. No Brasil, em 2019, aproximadamente 56% dos gastos com saúde foram observados no sistema privado, sendo 26% gastos particulares e 30% gastos referentes a saúde suplementar.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

**Composição das despesas com Saúde no Brasil (2019)**

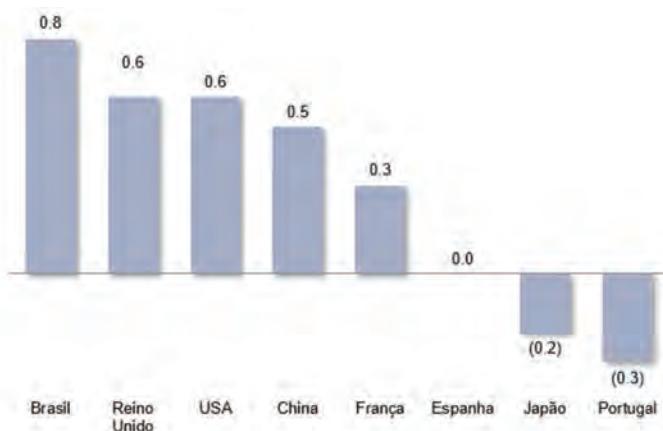


Fonte: Anahp

Considerando que, em 2013, o Banco Mundial computou 52% das despesas com saúde no Brasil provenientes do sistema privado, nota-se um importante ganho de relevância deste segmento ao longo dos anos em âmbito nacional.

É esperado que o sistema de saúde brasileiro continue a apresentar um crescimento relevante nos próximos anos, pautado principalmente pelo crescimento de sua população. De acordo com a Organização Mundial de Saúde ("ONU"), estima-se que o Brasil tenha um acréscimo populacional de aproximadamente 0,8% ao ano pelos próximos 20 anos, uma taxa superior a outros países desenvolvidos e em desenvolvimento.

**Taxa Anual de Crescimento Populacional no Brasil (%)**



Fonte: ONU

Além disso, o Brasil vive um processo de envelhecimento da população. De acordo com o IBGE, a expectativa de vida superou os 76 anos em 2018. Em 2019, mais de 10% da população tinha mais de 65 anos, ou aproximadamente 20 milhões de pessoas, e estima-se que em 2040 esse grupo se aproxime dos 50 milhões de pessoas. Segundo o National Health Service da Inglaterra ("NHS"), a maior frequência de atendimentos hospitalares é justamente do grupo de pessoas acima de 59 anos, totalizando quase 50% do total, o que colabora para a expectativa de gastos com a saúde conforme a população brasileira se concentra nas faixas próximas a esse patamar.

### **7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais**

Junto ao crescimento da população e envelhecimento das gerações, o Brasil ainda possui uma baixa densidade de leitos hospitalares quando comparado com os demais países. De acordo com a Organização Mundial de Saúde ("OMS"), o ideal são de 3 a 5 leitos por mil habitantes, enquanto o Brasil registra apenas 2. O déficit nos leitos privados é estimado em aproximadamente 14 mil unidades e a contínua necessidade por mais leitos indica uma oportunidade de crescimento para o mercado brasileiro de saúde privado nos próximos anos.

Em análise, a Deloitte destaca outros desafios que foram enfrentados por companhias do setor privado de saúde em 2020. O relatório aponta uma busca dos sistemas de saúde para alcançar não só a estabilidade financeira, por meio da redução de custos, como investimentos no tratamento efetivo e de alta qualidade.

Em busca da redução de custos e controle de qualidade, certas operadoras de saúde privada optam pela verticalização, passando a atuar nas suas próprias operações, eliminando terceiros, por meio de aquisições e investimento em pesquisa e desenvolvimento, enquanto outras optam pela terceirização.

As tendências de aumento do gasto em saúde, principalmente em saúde privada que já somam hoje R\$ 371 bilhões, aliado ao avanço na adoção de tecnologias de informação por parte dos hospitais, que cresce à taxas duas vezes superiores à média nacional, associado a tendência global de crescimento de adoção de soluções em nuvem evidenciado pelo aumento de 29% vs 10%, para nuvem versus *on-premisse*, indicam que o mercado hoje estimado em R\$ 25 bilhões para o investimento em Tecnologia pelo setor privado em saúde simbolize ser somente o começo de um processo de digitalização mais amplo do setor.

#### **Outros fatores que influenciam o comportamento dos mercados de atuação da Companhia**

##### ***Benefícios fiscais ou Subsídios***

Usufruímos do seguinte benefício fiscal:

- Fruição dos benefícios fiscais da Lei 11.196/2005 (Lei do Bem) para as atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, que permite a redução da carga tributária de IRPJ, CSLL e IPI: (i) possibilidade de dedução de 20,4% até 34% no IRPJ e CSLL dos dispêndios com pesquisa e desenvolvimento; (ii) redução de 50% no IPI na compra de máquinas e equipamentos destinados à pesquisa e desenvolvimento; e (iii) depreciação e amortização acelerada desses bens.

Salientamos que eventual descumprimento dos requisitos exigidos para a fruição desse incentivo fiscal ou reforma das legislações podem impactar na fruição dos benefícios fiscais e, consequentemente, na atividade da Companhia, conforme descrito no item 4.1.

Historicamente, tais incentivos fiscais tiveram um impacto positivo no resultado da Companhia, correspondente a R\$ 636 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020, pelo fato da Companhia ter apurado prejuízos fiscais, não houve aproveitamento destes benefícios fiscais. A revogação ou perda de tais benefícios fiscais poderão afetar adversamente os resultados da Companhia.

##### **(d) Eventual sazonalidade**

Não aplicável, em razão do modelo de negócios da Companhia.

##### **(e) Principais insumos e matérias primas**

###### **(i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável**

A atividade que a Companhia desenvolve está concentrada em equipe própria de profissionais e resulta da prestação de serviços intelectuais por meio do licenciamento de software. As relações com os fornecedores não estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental.

### **7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais**

#### **(ii) Eventual dependência de poucos fornecedores**

Apesar da Companhia operar com tecnologia própria, devido às especificações técnicas da plataforma utilizada em sua operação, a Companhia conta com tecnologia de terceiros para fins de infraestrutura do software, com uso de suas aplicações nos sistemas operacionais em nuvem de terceiros. Atualmente, a Amazon AWS é o maior fornecedor da Companhia para os sistemas operacionais em nuvem, portanto, a Companhia depende desse fornecedor para a operação de sua plataforma e seus serviços.

#### **(iii) Eventual volatilidade em seus preços**

Não há significativa sazonalidade no negócio.

## **7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total**

### **7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total**

#### **(a) Montante total de receitas provenientes do cliente**

Não se aplica à Companhia. Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita operacional líquida total da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

#### **(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente**

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita operacional líquida total da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

### 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

#### (a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

##### Proteção de Dados

As normas sobre privacidade e proteção de dados no mundo têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (toda e qualquer informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável) podem ser utilizados pelas organizações.

No Brasil, especificamente, até agosto de 2018, o tema era tratado pelo judiciário de forma casuística e pontual, por meio da interpretação de uma série de dispositivos legais setoriais, quais sejam:

- A Constituição Federal Brasileira, que estabeleceu o direito à intimidade, à vida privada e à imagem;
- o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), que trouxe contornos mais objetivos para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores, estabelecendo, inclusive, que o consumidor deve ter acesso aos dados pessoais que constam em tais bancos de dados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes;
- a Lei do Cadastro Positivo (Lei nº 12.414/2011), alterada em 2019, que estabeleceu, determinando que é direito do cadastrado, dentre outros, ser informado, previamente, sobre a identidade do gestor e sobre o armazenamento e o objetivo do tratamento dos seus dados pessoais e ter os seus dados pessoais utilizados somente de acordo com a finalidade para a qual eles foram coletados;
- o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), que tratou em diversos artigos sobre a proteção da privacidade e dos dados pessoais das pessoas no ambiente *online*, mas não definiu o conceito de dados pessoais; e
- o Decreto regulamentador do Marco Civil da Internet (Decreto nº 8.771/16), que, dentre outras providências, definiu dados pessoais como aqueles relacionados à pessoa natural identificada ou identificável, tais como números identificadores, dados locacionais ou identificadores eletrônicos, quando estes estiverem relacionados a uma pessoa.

No entanto, em agosto de 2018, com a promulgação da Lei nº 13.709/2018, conforme alterada, Lei Geral de Proteção de Dados ("LGPD"), as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil passaram a ser reguladas de forma geral, por meio de um sistema de regras sobre o tema que impacta todos os setores da economia.

A LGPD tem como objetivo proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade das pessoas naturais, criando um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais dados pessoais, trazendo novas obrigações a serem observadas. A título exemplificativo, a LGPD estabelece uma série de princípios que devem ser observados no tratamento de dados pessoais, quais sejam finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparéncia, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas.

É importante esclarecer que a LGPD entrou em vigor em 18 de setembro de 2020, com exceção das suas sanções administrativas (art. 52, 53 e 54) que somente poderão ser aplicáveis a partir de 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020, sancionada em meio à pandemia do COVID-19, numa tentativa de mitigar os efeitos negativos do distanciamento social causado por tal pandemia nas organizações.

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Todavia, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD, anteriormente a entrada em vigor de suas sanções administrativas, tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações de privacidade e proteção de dados, baseadas não somente na LGPD, mas na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor.

O âmbito de aplicação da LGPD abrange todas as atividades de tratamento de dados pessoais, inclusive em ambiente *online*, e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o processamento de dados ocorra no Brasil; (ii) a atividade de processamento de dados destine-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou processar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estejam localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados.

Além disso, a LGPD estabelece (i) diversas hipóteses autorizadoras do tratamento de dados pessoais (bases legais); (ii) dispõe sobre uma gama de direitos dos titulares de dados pessoais; (iii) prevê sanções administrativas para o descumprimento de suas disposições; e (iv) autoriza a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“[ANPD](#)”), responsável por garantir a observância das normas sobre proteção de dados pessoais no Brasil.

É relevante esclarecer que a ANPD somente iniciou as suas atividades de fato recentemente. Com isso, alguns órgãos de defesa do consumidor já têm atuado, especialmente em casos de incidente de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais, exercendo funções de fiscalização da LGPD, mas aplicando penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e no Marco Civil da Internet.

Ademais, quando da entrada em vigor das sanções administrativas da LGPD, em agosto de 2021, caso a Companhia não esteja adequada às suas disposições, a Companhia estará sujeita, dentre outras sanções, à (a) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; (b) publicitação da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência; (c) obrigação de divulgação de incidente; (d) bloqueio dos dados pessoais correspondentes à infração até a sua regularização; (e) eliminação de dados pessoais correspondentes à infração; (f) multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração; (g) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, em caso de reincidência; (h) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, em caso de reincidência; e (i) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados.

Logo, antes mesmo das sanções administrativas da LGPD entrarem em vigor, a Companhia deve observar os requisitos de segurança previstos na legislação vigente e aplicável quanto à proteção de dados, de modo a garantir conformidade com os requisitos legais e minimizar situações de risco, como indisponibilidade do serviço ou acesso ou uso não autorizado de dados pessoais, posto que eventual não conformidade com a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, segurança da informação e outras regulamentações governamentais no setor de tecnologia da informação, atualmente, podem resultar, também, em indenizações e na perda da confiança de clientes na segurança dos serviços, afetando adversamente a Companhia.

### Licenças a Autorizações

A operação normal das unidades da Companhia está sujeita, entre outros fatores, ao cumprimento das regras de zoneamento aplicáveis em cada município e região, bem como à obtenção de alvará de licença de uso e funcionamento, emitido pela municipalidade competente, e alvará do corpo de bombeiros competente, autorizando a operação regular do estabelecimento em questão.

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Em relação a todos os locais ocupados pela Companhia para o exercício de suas atividades, devem ser obtidas e renovadas periodicamente as respectivas licenças e autorizações. Estabelecimentos que violem esses regulamentos, que não obtenham ou renovem suas licenças, ou que não cumpram com suas respectivas condições, podem estar sujeitos a sanções administrativas ou criminais, tais como a imposição de autos de infração, multas pelas autoridades competentes (cujo valor somente é determinado no caso específico), cancelamento de licenças, suspensão de atividades, interdição do respectivo estabelecimento (hipótese em que a Companhia ficará impedida de operar no respectivo imóvel até a devida regularização, podendo, inclusive, culminar no fechamento administrativo do imóvel), não pagamento do prêmio do seguro em eventual sinistro no imóvel e proibição de contratar com entidades governamentais, entre outras sanções, além da responsabilidade de reparar quaisquer danos causados.

Com relação a licenças ambientais, as atividades desenvolvidas pela Companhia não estão sujeitas ao licenciamento ambiental, pois não são consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou causadoras de degradação ao meio ambiente, tratando-se de meros escritórios, com atividades administrativas.

**(b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental**

As atividades da Companhia não provocam impactos negativos significativos ao meio ambiente, motivo pelo qual a Companhia não possui política ambiental implementada e não incorre em custos para o cumprimento da regulação ambiental.

Até a data de fechamento deste Formulário de Referência, a Companhia não havia aderido a padrões internacionais de proteção ambiental.

**(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades**

*Marcas*

No Brasil, marcas são sinais distintivos visualmente perceptíveis que identificam e distinguem produtos e/ou serviços, não abarcando, portanto, sinais sonoros, gustativos e/ou olfativos. Em alguns casos, as marcas também possuem a função de certificar a conformidade de produtos e/ou serviços com determinadas normas e/ou especificações técnicas.

A Lei nº 9.279/1996 (“Lei da Propriedade Industrial”) dispõe que a titularidade de uma marca somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“INPI”), autarquia federal responsável pelo registro de marcas, patentes e outros direitos de propriedade intelectual no Brasil.

Após a aprovação do registro, o titular da marca passa a deter a propriedade desta em conjunto com o direito de uso exclusivo no Brasil, por um período de 10 (dez) anos, que poderá ser sucessivamente prorrogado por períodos iguais, mediante o pagamento de taxas adicionais ao INPI. Tal requisição precisa ser realizada no último ano de validade do registro, ou nos seis meses subsequentes ao término do período de vigência do registro.

É relevante mencionar que, durante o processo de registro, o depositante tem apenas uma expectativa de direito para utilização das marcas depositadas aplicadas para identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputação do sinal requerido. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; e/ou (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro.

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Na data deste Formulário de Referência, somos titulares, em nome próprio, de marcas registradas e pedidos de registro de marca junto ao INPI, em diferentes classes de serviços e produtos relativas às nossas atividades, tais como “Bionexo”, “PLANnexo” e “OPMEnexo”. Também somos titulares de registros de marcas no exterior.

### *Nomes de Domínio*

Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimentos do *Domain Name System (“DNS”)*, de modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio. No Brasil, o responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio “.br”, a distribuição de endereços de sites e serviços de manutenção é o Registro.br.

Nós possuímos 8 nomes de domínios de internet devidamente registrados junto ao Registro.br e os órgãos competentes internacionais, os quais são utilizados como canais de informação ao público, dentre os quais se destacam: bionexo.com, bionexo.com.ar, bionexo.com.br, bionexo.com.co, bionexo.com.es, bionexo.com.mx, bionexo.es, bionexoex.com.br, institutobionexo.com.br, opmenexo.com.br, publinexo.com.br.

### *Softwares Próprios*

Um programa de computador, ou *software*, é um conjunto de instruções escritas em linguagem de programação para que seja realizada determinada tarefa. Um *software* pode ser definido, ainda, como “expressão de um conjunto organizado de instruções em linguagem natural ou codificada, contida em suporte físico de qualquer natureza, de emprego necessário em máquinas automáticas de tratamento da informação, dispositivos, instrumentos ou equipamentos periféricos, baseados em técnica digital ou análoga, para fazê-los funcionar de modo e para fins determinados”, nos termos do artigo 1º da Lei nº 9.609/98 (“Lei de Software”).

No Brasil, os softwares são protegidos pelas normas de direitos autorais, essencialmente, a Convenção de Berna sobre Direitos do Autor, ratificado no Brasil por meio da publicação do Decreto nº 75.699/75 e a Lei nº 9.610/98 (“Lei de Direitos Autorais”) em conjunto com a Lei de Software, de modo que a proteção dos direitos sobre determinado software independe de registro.

No entanto, o registro de *software* concedido pelo INPI é a forma mais segura de garantir a propriedade de *software* e obter um nível alto de segurança jurídica quanto a sua autoria e, ainda, contra eventuais usos indevidos ou não autorizados, bem como atos de concorrência desleal praticados por terceiros.

Após a concessão do registro do *software* pelo INPI, o registro de *software* possui vigência pelo período de 50 (cinquenta) anos, contados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação ou, na ausência desta, da sua criação, em todos os 176 (cento e setenta e seis) países membros da Convenção de Berna.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui o registro de 7 softwares próprios junto o INPI.

Para mais informações sobre os ativos de propriedade intelectual da Companhia, vide o item 9.1.b deste Formulário de Referência.

## 7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

### 7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

**(a) Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita operacional líquida total da Companhia**

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, 84,9% da receita operacional líquida da Companhia foi proveniente de clientes sediados no Brasil.

**(b) Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita operacional líquida total da Companhia**

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, 15,1% da receita operacional líquida da Companhia foi proveniente de clientes sediados no exterior.

**(c) Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita operacional líquida total da Companhia**

Região/País	Receita operacional líquida em 31/12/2020 (em milhares de Reais)	Porcentagem na Receita operacional líquida
Brasil	76.585	84,9%
Exterior	13.584	15,1%
Argentina	5.228	5,8%
Colômbia	6.920	7,7%
México	1.250	1,4%
Espanha	186	0,2%
<b>Total</b>	<b>90.169</b>	<b>100%</b>

## **7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades**

### **7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades**

A Companhia não está sujeita a nenhuma regulação estrangeira em suas atividades.

## 7.8 - Políticas Socioambientais

### 7.8 - Políticas socioambientais

**(a) Se o emissor divulga informações socioambientais:**

A Companhia não divulga informações socioambientais por meio de relatório anual, de sustentabilidade ou integrado.

**(b) Metodologia seguida pela Companhia na elaboração das informações socioambientais**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

**(c) Indicar se as informações socioambientais são auditadas ou revisadas por entidade independente**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

**(d) Indicar a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas as informações socioambientais**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

**(e) Indicar se este relatório leva em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e quais são os ODS materiais para o negócio da Companhia**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

**(e) Indicar, caso aplicável, o motivo para não atendimento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU nas informações socioambientais divulgadas.**

A Companhia entende que a legislação ambiental não traz essa exigência para suas operações.

## **7.9 - Outras Informações Relevantes**

### **7.9 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações relevantes com relação a este item 7.

## **8.1 - Negócios Extraordinários**

### **8.1 - Negócios extraordinários**

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia e que não tenham sido mencionadas no item 15.7 deste Formulário.

## **8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor**

### **8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor**

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

### **8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais**

#### **8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais**

Desde a constituição da Companhia, não foi celebrado nenhum contrato relevante pela Companhia ou por suas controladas que não fosse diretamente relacionado com suas atividades operacionais.

## **8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.**

### **8.4 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações relevantes com relação a este item 8.

## **9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros**

### **9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros**

Além dos ativos discriminados nos itens a seguir, não existem outros bens do ativo não-circulante que a Companhia julgue relevantes.

## **9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não existem bens ativos imobilizados que a Companhia julgue relevantes.

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 908495595, Até 04/04/2027, renov. para a marca "PLANnexo", marca Nominativa, na Classe NCL(10) 35.	10 anos	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 908495609, Até 04/04/2027, renov. para a marca "PLANnexo", marca Nominativa, na Classe NCL(10) 38.	10 anos	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 908495625, Até 09/05/2027, renov. para a marca "PLANnexo", marca Nominativa, na Classe NCL(10) 42.	10 anos	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 908657420, Até 20/06/2027, renov. para a marca "OPMENEXO", marca Nominativa, na Classe NCL(10) 38.	10 anos	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 908657447, Até 20/06/2027, renov. para a marca "OPMENEXO", marca Nominativa, na Classe NCL(10) 42.	10 anos	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 9066307899 para a marca "BIONEXO" na Classe NCL (10) 35	Até 23/02/2026, renov. 10 anos	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 826880088 para a marca "BIONEXO" na Classe NCL (8) 35	Até 05/05/2025, renov. 10 anos	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 826880100 para a marca "BIONEXO" na Classe NCL (8) 38	Até 25/08/2025, renov. 10 anos	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 829634800 para a marca "BIONEXO" na Classe NCL (9) 42	Até 24/08/2030, renov. 10 anos	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 906307953 para a marca "BIONEXO EXACTA" na Classe NCL (10) 42	Até 23/02/2026, renov. 10 anos	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 906307929 para a marca "BIONEXO EXACTA" na Classe NCL (10) 38	Até 23/02/2026, renov. 10 anos	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 906307910 para a marca "BIONEXO EXACTA" na Classe NCL (10) 35	Até 23/02/2026, renov. 10 anos	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 906308011 para a marca "PUBLINEXO" na Classe NCL (10) 42	Até 08/03/2026, renov. 10 anos	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 906308003 para a marca "PUBLINEXO" na Classe NCL (10) 38	Até 08/03/2026, renov. 10 anos	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 906307988 para a marca "PUBLINEXO" na Classe NCL (10) 35	Até 08/03/2026, renov. 10 anos	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	BR 512019001875 3, data de depósito 27/08/2019, título Bionexo Internacional	50 anos a partir de 01/01/2007	Decurso do prazo legal de proteção encerra a proteção de direito autoral que é conferida ao software, mas não encerra os demais direitos inerentes à titularidade da Companhia sobre o software (uso, licença, cessão, por exemplo). No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre os softwares prejudicaria a execução dos negócios da Companhia, que poderia ter dificuldades e custos para desenvolver ou encontrar softwares substitutos. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, em caso de violação de direitos de terceiros.
Patentes	BR 512019001874 5, data de depósito 27/08/2019, título Publinexo	50 anos a partir de 01/01/2010	Decurso do prazo legal de proteção encerra a proteção de direito autoral que é conferida ao software, mas não encerra os demais direitos inerentes à titularidade da Companhia sobre o software (uso, licença, cessão, por exemplo). No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre os softwares prejudicaria a execução dos negócios da Companhia, que poderia ter dificuldades e custos para desenvolver ou encontrar softwares substitutos. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, em caso de violação de direitos de terceiros.
Patentes	BR 512019001873 7, data de depósito 27/08/2019, título OPMEnexo	50 anos a partir de 01/01/2007	Decurso do prazo legal de proteção encerra a proteção de direito autoral que é conferida ao software, mas não encerra os demais direitos inerentes à titularidade da Companhia sobre o software (uso, licença, cessão, por exemplo). No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre os softwares prejudicaria a execução dos negócios da Companhia, que poderia ter dificuldades e custos para desenvolver ou encontrar softwares substitutos. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, em caso de violação de direitos de terceiros.
Patentes	BR 512019001872 9, data de depósito 27/08/2019, título Plannexo Singh	50 anos a partir de 01/01/2020	Decurso do prazo legal de proteção encerra a proteção de direito autoral que é conferida ao software, mas não encerra os demais direitos inerentes à titularidade da Companhia sobre o software (uso, licença, cessão, por exemplo). No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre os softwares prejudicaria a execução dos negócios da Companhia, que poderia ter dificuldades e custos para desenvolver ou encontrar softwares substitutos. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, em caso de violação de direitos de terceiros.
Patentes	BR 512019001871 0, data de depósito 27/08/2019, título Plannexo Integração	50 anos a partir de 01/01/2020	Decurso do prazo legal de proteção encerra a proteção de direito autoral que é conferida ao software, mas não encerra os demais direitos inerentes à titularidade da Companhia sobre o software (uso, licença, cessão, por exemplo). No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre os softwares prejudicaria a execução dos negócios da Companhia, que poderia ter dificuldades e custos para desenvolver ou encontrar softwares substitutos. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, em caso de violação de direitos de terceiros.

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	BR 51 2019 001869 9, data de depósito 27/08/2019, título Regene Projects	50 anos a partir de 01/01/2015	Decurso do prazo legal de proteção encerra a proteção de direito autoral que é conferida ao software, mas não encerra os demais direitos inerentes à titularidade da Companhia sobre o software (uso, licença, cessão, por exemplo). No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre os softwares prejudicaria a execução dos negócios da Companhia, que poderia ter dificuldades e custos para desenvolver ou encontrar softwares substitutos. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, em caso de violação de direitos de terceiros.
Patentes	BR 51 2019 001591 6, data de depósito 24/07/2019, título Bionexo-Brasil	50 anos a partir de 01/01/2007	Decurso do prazo legal de proteção encerra a proteção de direito autoral que é conferida ao software, mas não encerra os demais direitos inerentes à titularidade da Companhia sobre o software (uso, licença, cessão, por exemplo). No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre os softwares prejudicaria a execução dos negócios da Companhia, que poderia ter dificuldades e custos para desenvolver ou encontrar softwares substitutos. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, em caso de violação de direitos de terceiros.
Nome de domínio na internet	bionexoex.com.br	Válido até 17/05/2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	bionexo.com.br	Válido até 10/05/2026	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	institutobionexo.com.br	Válido até 12/12/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	opmenexo.com.br	Válido até 09/06/2026	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	publinexo.com.br	Válido até 26/06/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	bionexo.com	05/05/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	bionexo.com.ar	27/06/2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	bionexo.com.co	01/03/2024	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	bionexo.com.es	24/08/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duracão	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	bionexo.com.mx	16/01/2023	<p>A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do domínio.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.</p>
Nome de domínio na internet	bionexo.es	21/06/2025	<p>A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.</p>

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	Pais sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
<b>Exercício social</b>	<b>Valor contábil - variação %</b>	<b>Valor mercado - variação %</b>	<b>Montante de dividendos recebidos (Reais)</b>	<b>Data</b>	<b>Valor (Reais)</b>			
AVATAR SOLUÇÕES EM SAÚDE S.A.	25.533.353/0001-88	-	Controlada	Brasil	SP	Itu	O desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis; a consultoria em tecnologia da informação e o suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação.	57,310000
							<b>Valor mercado</b>	
31/12/2020	0,000000	0,000000		0,00	Valor contábil	31/12/2020	3.287.000,00	
31/12/2019	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2018	0,000000	0,000000		0,00				
							<b>Valor mercado</b>	
BIONEXO COLOMBIA S.A.S	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Colômbia			Licenciamento de uso e cessão de direitos sobre programas de computador e soluções digitais relacionados à área de saúde humana.	100,000000
31/12/2020	0,000000	0,000000		0,00	Valor contábil	31/12/2020	3.422.000,00	
31/12/2019	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2018	0,000000	0,000000		0,00				
							<b>Valor mercado</b>	
BIONEXO DE MÉXICO, SOCIEDAD ANÓNIMA DE CAPITAL VARIABLE	00.000.000/0000-00	-	Controlada	México			Licenciamento de uso e cessão de direitos sobre programas de computador e soluções digitais relacionados à área de saúde humana.	93,970000
31/12/2020	0,000000	0,000000		0,00	Valor contábil	31/12/2020	302.000,00	
31/12/2019	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2018	0,000000	0,000000		0,00				
							<b>Valor mercado</b>	
							<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>	
							A subsidiária faz parte das atividades operacionais da Companhia.	
							<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>	
							A subsidiária faz parte das atividades operacionais da Companhia.	

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	Pais sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
<b>Exercício social</b>	<b>Valor contábil - variação %</b>	<b>Valor mercado - variação %</b>	<b>Montante de dividendos recebidos (Reais)</b>					
<i>Razões para aquisição e manutenção de tal participação: A subsidiária faz parte das atividades operacionais da Companhia.</i>								
BIONEXO COM S.A.U.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Argentina			Licenciamento de uso e cessão de direitos sobre programas de computador e soluções digitais relacionados à área de saúde humana.	100,000000
<i>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</i>								
<i>Razões para aquisição e manutenção de tal participação: A subsidiária faz parte das atividades operacionais da Companhia.</i>								
MANAGER SAÚDE LTDA.	30.190.158/0001-32	-	Controlada	Brasil	MG	Juiz de Fora	Desenvolvimento, criação e manutenção de software de saúde e softwares em geral.	60,000000
<i>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</i>								
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2020			
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
<i>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</i>								
<i>Razões para aquisição e manutenção de tal participação: A subsidiária faz parte das atividades operacionais da Companhia.</i>								
31/12/2020	-5,800000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2020			
31/12/2019	100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
<i>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</i>								
<i>A subsidiária faz parte das atividades operacionais da Companhia.</i>								

## **9.2 - Outras Informações Relevantes**

### **9.2 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações relevantes com relação a este item 9.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 devem ser lidas em conjunto com: (i) as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e suas respectivas notas explicativas. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR-GAAP”), e com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – “IFRS”*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

A Bionexo S.A. iniciou as atividades no ano 2000, operando até julho 2018 sob o controle direto de seus acionistas. Em julho de 2018, passou por uma reestruturação societária, com a incorporação reversa da controladora Blue Stone Participações S.A (“Blue Stone”) pela Bionexo S.A., que resultou na transferência dos ativos líquidos da incorporada para a incorporadora e extinção da incorporada, incorporando o acervo líquido de R\$ 42,2 milhões.

Em 31 de julho de 2018, a Bionexo Internacional passou a ser a controladora da Bionexo S.A., operação lastreada em uma troca de ações entre as empresas. Adicionalmente, os acionistas aprovaram a contribuição das ações da Bionexo S.A. em troca de ações emitidas pela Bionexo Internacional, tornando-a subsidiária integral da Bionexo Internacional, com o objetivo de simplificar a estrutura operacional do Grupo. O montante total de ativos líquidos atingiu R\$ 4,2 milhões absorvidos pela participação na Bionexo S.A.

Durante o exercício de 2019, o acionista (Bionexo Internacional) aprovou os aumentos de capital social no montante de R\$ 83,6 milhões, visando a perspectiva de expansão dos negócios da Bionexo S.A.

Em 31 de agosto de 2020, foi incorporada pela Bionexo S.A. a empresa GTMED, que já era consolidada no grupo desde 1º agosto de 2019, totalizando ativos líquidos de R\$ 1,6 milhão.

Em 31 de dezembro de 2020, a Bionexo S.A. incorporou sua controladora Bionexo Internacional, visando a otimização da estrutura societária do Grupo. Consequentemente ao processo de incorporação, houve a extinção da Bionexo Internacional, com a versão da totalidade do acervo líquido de R\$ 4,3 milhões à Bionexo S.A.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia estão disponíveis no site da Companhia (<http://www.bionexo.com/ri>) e no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

Os termos “AH” e “AV” nas colunas de determinadas tabelas no item 10 deste formulário de referência significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens das demonstrações financeiras de mesma rubrica entre um período e outro. A Análise Vertical representa (i) o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações; ou (ii) em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

#### a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

##### **Visão Geral**

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo, embasados nos seguintes aspectos:

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, nossa margem bruta, definida como nosso lucro bruto dividido por nossa receita operacional líquida, atingiu 64,9%. Obtivemos uma redução de 2,5pp (pontos percentuais) em relação ao mesmo período de 2019 e um ganho de 3,0 pp quando comparamos a margem bruta do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 que atingiu 67,4% contra a margem bruta de 31 de dezembro de 2018, que atingiu 64,4%. O decréscimo registrado em 2020 foi devido especialmente aos custos operacionais gerados no período, relativos à ampliação da estrutura necessária para sustentar o crescimento da Companhia, somado a um incremento dos custos relacionados a serviços de tecnologia, que foi puxado pela desvalorização cambial da moeda brasileira frente ao dólar americano.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Adicionalmente, nosso resultado pode sofrer oscilações considerando os seguintes fatores principais: (i) aumento ou redução das receitas de vendas pela celebração de novos contratos ou perdas de clientes relevantes; (ii) impacto da variação cambial na importação de serviços de infraestrutura tecnológica; (iii) investimentos em marketing e despesas com vendas; (iv) alíquota de impostos e benefícios fiscais; e (v) retenção de profissionais altamente qualificados nas áreas técnicas.

### **Caixa Líquido**

O Caixa Líquido da Companhia é calculado a partir do Caixa e Equivalentes de Caixa subtraído da Dívida Bruta (a soma de empréstimos circulante e não circulante). A tabela a seguir apresenta o Caixa Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

<b>Caixa Líquido (em milhares de Reais, exceto %)</b>	<b>Em 31 de dezembro de</b>		
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	65.049	58.787	94.890
(-) Dívida Bruta	(42.328)	(19.771)	(18.260)
<b>Caixa Líquido</b>	<b>22.721</b>	<b>39.017</b>	<b>76.630</b>

Em 31 de dezembro de 2020, os empréstimos circulante e não-circulante da Companhia eram de R\$ 42,3 milhões. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 65 milhões e o Caixa Líquido totalizava R\$ 22,7 milhões.

Em 31 de dezembro de 2019, os empréstimos circulante e não-circulante da Companhia eram de R\$ 19,8 milhões. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 58,8 milhões e o Caixa Líquido totalizava R\$ 39,0 milhões.

Em 31 de dezembro de 2018, os Empréstimos circulante e não-circulante da Companhia eram de R\$ 18,3 milhões. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 94,9 milhões e o Caixa Líquido totalizava R\$ 76,6 milhões.

A variação da posição financeira líquida bancária da Companhia entre os exercícios analisados decorre especialmente dos contratos firmados, pela geração de caixa operacional, pela captação de recursos de financiamentos para fazer frente aos investimentos e pelas disponibilidades representadas por Caixa e equivalentes de caixa que representaram o Caixa Líquido no triênio reportado.

### **Indicadores Financeiros**

Os indicadores financeiros de 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 tiveram as seguintes variações, conforme tabela abaixo:

<b>Índices de Liquidez (em %)</b>	<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro</b>		
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Índice de Liquidez Geral (Ativo Total/Passivo Total)</b>	2,20	3,39	4,35
<b>Endividamento Total (Passivo Circulante + Não Circulante/Patrimônio Líquido)</b>	0,84	0,42	0,30

O Índice de Liquidez Geral (Ativo Total/Passivo Total) ficou em 2,20x ante 3,39x e 4,35x em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respectivamente. O Índice demonstra a capacidade da Companhia em honrar os seus compromissos, uma vez que seus ativos superam seus passivos.

O Índice de endividamento total foi de 0,84x vezes em 31 de dezembro de 2020 (passivo circulante acrescido de passivo não circulante/patrimônio líquido) contra 0,42x em 31 de dezembro de 2019 e 0,30x em 31 de dezembro de 2018, demonstrando as obrigações de curto e longo prazo em relação ao patrimônio líquido.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### (b) Estrutura de capital

Os diretores da Companhia entendem que sua atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação do seu passivo total e seu patrimônio líquido, apresenta níveis adequados de alavancagem.

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 103,4 milhões, comparado a R\$ 109,5 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 116,5 milhões em 31 de dezembro de 2018. O patrimônio líquido sofreu um decréscimo de 5,6% em 31 de dezembro de 2020 quando comparado com 31 de dezembro de 2019 referente a absorção de prejuízos acumulados, principalmente devido à ampliação da estrutura da Companhia para fazer frente ao crescimento delineado.

Acreditamos que a atual estrutura de capital da Companhia apresentou nos períodos indicados uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros e condizente, em nossa visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em milhares de Reais, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	86.375	45.737	34.761
Capital próprio (patrimônio líquido)	103.421	109.538	116.458
<b>Capital total (terceiros + próprio)</b>	<b>189.796</b>	<b>155.275</b>	<b>151.218</b>
Parcela de capital de terceiros	45,5%	29,5%	23,0%
Parcela de capital próprio	54,5%	70,5%	77,0%

O padrão de financiamento da Companhia é basicamente composto por empréstimos destinados às necessidades de capital de giro.

Os diretores da Companhia acompanham constantemente a relação entre capital próprio e capital de terceiros visando a manutenção de uma relação que propicie maior retorno ao capital investido pelos acionistas da Companhia sem depreciação de sua liquidez, buscando assim a sustentabilidade de seu negócio no longo prazo.

### (c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. Nesta data, não dispúnhamos de nenhum contrato de empréstimo cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente. Além disso, a administração da Companhia acredita que o relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permita o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

A posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era superior ao seu endividamento em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, o que demonstra a capacidade da Companhia para honrar seus compromissos financeiros de curto e longo prazo. Essa variação foi resultado da estratégia adotada pela administração da Companhia para suportar o crescimento esperado para os negócios da Companhia.

O Índice de liquidez corrente calculado pelo somatório do Ativo Circulante dividido pelo somatório do Passivo Circulante resultou em 2,22x (vezes) em 31 de dezembro de 2020, 3,07x em 31 de dezembro de 2019 e 5,15x em 31 de dezembro de 2018. Esse indicador avalia a capacidade da Companhia de cumprir com as suas obrigações de curto prazo, representando a saúde do caixa.

### (d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos; e (iii) aportes de capital pelos sócios. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios; (ii) desembolso de capital; (iii) exigências de pagamento de seu endividamento; (iv) aquisições de empresas realizadas; e (v) desenvolvimento de novas soluções.

Ao longo dos exercícios sociais encerrado em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, foram realizados aumentos de capital da Companhia no valor total de R\$ 112,3 milhões integralizados em bens ou dinheiro. Para mais informações acerca tais aumentos de capital, vide item 17.2 deste Formulário de Referência.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o caixa líquido gerado e utilizado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 14,1 milhões gerados ante R\$ 4,8 milhões utilizados no mesmo período de 2019 e R\$ 8,1 milhões gerados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, enquanto suas atividades de financiamento foram responsáveis por uma geração nos mesmos períodos de R\$ 19,2 milhões, R\$ 2,8 milhões e R\$ 90,3 milhões, respectivamente, em função das captações realizadas no período.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

### (e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No item 10.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídos pela Companhia e as características de cada uma.

### (f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo dos empréstimos circulante e não-circulante da Companhia era de R\$ 42,3 milhões (R\$ 19,8 milhões e R\$ 18,3 milhões em 31 de dezembro de 2019 e 2018 respectivamente). O Caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$ 65,0 milhões em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 58,8 milhões e R\$ 94,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente). Desta forma, a Companhia manteve saldo de Caixa líquido nos montantes de R\$ 22,7 milhões em 31 de dezembro de 2020, R\$ 39 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 76,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, conforme demonstrado a seguir:

(em milhares de Reais, exceto %)	Características	Taxa de Juros (% ao ano)	Em 31 de dezembro de		
			2020	2019	2018
Itaú Unibanco S.A.	Capital de giro	1,21%+CDI	(17.004)	(19.771)	-
Itaú Unibanco S.A.	Capital de giro	6,54%	(3.068)	-	-
Itaú Unibanco S.A.	Capital de giro	6,54%	(2.031)	-	-
Itaú Unibanco S.A.	Capital de giro	8,64%	(10.030)	-	-
Banco Bradesco S.A.	Capital de giro	8,45%	(10.195)	-	-

Além do endividamento bancário mencionado acima, a Companhia possui obrigações de pagamento em razão de suas aquisições.

Em razão da aquisição da empresa GTMED, realizada em 2019, a Companhia possui o compromisso financeiro de pagar aos vendedores duas parcelas anuais de R\$ 416 mil cada, atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("INPC"), a serem liquidadas em 31 de julho de 2021 e 31 de julho de 2022.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em razão da aquisição da empresa Avatar, realizada em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui o compromisso financeiro de pagar as seguintes parcelas:

- o valor de R\$ 3,1 milhões dividido em 3 parcelas anuais de R\$ 1,0 milhão, não atualizadas, em 30 de dezembro de 2021, 30 de dezembro de 2022 e 30 de dezembro de 2023; e
- *earnout* estimado atualmente em R\$ 3 milhões, cujo valor definitivo depende de eventos subsequentes conforme cláusulas do contrato de compra e venda da Avatar.

A tabela a seguir evidencia o perfil de amortização dos empréstimos da Companhia no encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2020:

(em milhares de Reais)	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Vencimento	8.577	10.244	11.538	9.686	2.283	42.328

### (i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Todos os contratos de empréstimos da Companhia nos exercícios de 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 foram especificados na tabela descrita no item f acima desse Formulário de Referência.

#### Banco Bradesco S.A.

##### Cédula de Crédito Bancário Empréstimo – Capital de Giro Aval – FGI/PEAC

Em 09 de setembro de 2020, a Companhia formalizou com o Banco Bradesco S.A. a Cédula de Crédito Bancário Empréstimo – Capital de Giro Aval – FGI/PEAC, cujo valor nominal é de R\$ 10 milhões e com vencimento em 09 de setembro de 2025, a concessão de linha de crédito para capital de giro. A taxa de juros da operação é 8,45% ao ano.

O valor principal deverá ser amortizado em 48 parcelas de forma mensal com pagamentos de juros mensais, sendo a primeira parcela com vencimento no dia 08 de outubro de 2021 e a última no dia 09 de setembro de 2025.

Tal contrato possui como garantia o aval prestado pela Bionexo Internacional Empreendimentos e Participações S.A., assim como possui garantia complementar do BNDES no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC), com o provimento de recursos do Fundo Garantidor para Investimentos – FGI, administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”). O saldo devedor deste contrato em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 10,2 milhões.

#### Itaú Unibanco S.A.

##### Cédula de Crédito Bancário – Empréstimo para Capital de Giro Garantido por Duplicata (GiroCDI – Parcelas Flex – DP) - nº 12006264

Em 26 de março de 2019, a Companhia formalizou com o Itaú Unibanco S.A., a Cédula de Crédito Bancário – Empréstimo para Capital de Giro Garantido por Duplicata (GiroCDI – Parcelas Flex – DP) nº 12006264, cujo valor nominal é de R\$ 20 milhões e com vencimento em 26 de fevereiro de 2024, a concessão de linha de crédito para capital de giro. A taxa de juros da operação é a taxa do CDI acrescida de sobretaxa efetiva de 1,21% ao ano.

O valor principal deverá ser amortizado em 20 parcelas pagas a cada 3 meses, sendo a 1ª parcela no dia 24 de julho de 2019 e a última no dia 26 de fevereiro de 2024.

Tal contrato possui como garantia cessão fiduciária de direitos creditórios da Companhia em montante equivalente a 20% do valor total do empréstimo. O saldo devedor deste contrato em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 17 milhões.

##### Cédula de Crédito Bancário – Empréstimo para Capital de Giro – GiroPré

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 18 de dezembro de 2020, a Companhia formalizou com o Itaú Unibanco S.A., Cédula de Crédito Bancário para Capital de Giro (GiroPré), cujo valor nominal é de R\$ 10 milhões e com vencimento em 18 de dezembro de 2024. A taxa de juros da operação é 8,64% ao ano.

O valor principal deverá ser amortizado em 46 parcelas pagas a cada 1 mês, sendo a 1ª parcela no dia 18 de março de 2021 e a última no dia 18 de dezembro de 2024.

Tal contrato não possui garantia. O saldo devedor deste contrato em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 10 milhões.

### Cédula de Crédito Bancário – Empréstimo para Capital de Giro – FGI nº 1664139688

Em 26 de agosto de 2020, a Companhia formalizou com o Itaú Unibanco S.A., a Cédula de Crédito Bancário – Empréstimo para Capital de Giro – FGI nº 1664139688, cujo valor nominal é de R\$ 2,99 milhões e com vencimento em 28 de agosto de 2024, a concessão de linha de crédito para capital de giro. A taxa de juros da operação é de 6,549% ao ano.

O valor principal deverá ser amortizado em 42 parcelas pagas de forma mensal, sendo a 1ª parcela no dia 29 de março de 2021 e a última no dia 29 de agosto de 2024.

Tal contrato possui como devedora solidária a Bionexo Internacional Empreendimentos e Participações S.A., assim como possui garantia complementar do BNDES no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC), com o provimento de recursos do Fundo Garantidor para Investimentos – FGI, administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”). O saldo devedor deste contrato em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 3,1 milhões.

### Cédula de Crédito Bancário – Empréstimo para Capital de Giro – FGI nº 1669094441

Em 11 de setembro de 2020, a Companhia formalizou com o Itaú Unibanco S.A., a Cédula de Crédito Bancário – Empréstimo para Capital de Giro – FGI nº 1669094441, cujo valor nominal é de R\$ 1,99 milhão e com vencimento em 16 de setembro de 2024, a concessão de linha de crédito para capital de giro. A taxa de juros da operação é de 6,549% ao ano.

O valor principal deverá ser amortizado em 42 parcelas pagas de forma mensal, sendo a 1ª parcela no dia 14 de abril de 2021 e a última no dia 14 de setembro de 2024.

Tal contrato possui como devedora solidária a Bionexo Internacional Empreendimentos e Participações S.A., assim como possui garantia complementar do BNDES no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (“PEAC”), com o provimento de recursos do Fundo Garantidor para Investimentos – FGI, administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”). O saldo devedor deste contrato em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 2 milhões.

#### **(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Não se aplica à Companhia.

#### **(iii) Grau de subordinação entre as dívidas**

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2020 possui cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

#### **(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário**

Os contratos de financiamento contêm cláusulas que permitem ao credor declarar o vencimento antecipado do financiamento em determinadas hipóteses, as quais incluem *cross default*, *cross acceleration* e outras como: (i) processo de reorganização societária; (ii) a transferência de controle societário; (iii) a modificação do objeto social; (iv) requerimento ou decretação de falência, assim como

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

qualquer processo de recuperação judicial ou extrajudicial pela Companhia; (v) alienação de ativos relevantes, entre outras.

Adicionalmente, como forma de monitoramento da situação financeira pelos credores envolvidos em contratos financeiros, os contratos de empréstimo firmado com o Itaú Unibanco S.A., Contratos 16644139688 e 1669094441 contêm cláusulas condicionando os empréstimos à receita anual bruta da Companhia, considerando o grupo econômico, que deve ser superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 300.000.000,00, calculada com base no exercício de 2019 e os Contratos 12006264 e 209219609 contêm cláusulas de vencimento antecipado caso, em cada exercício fiscal avaliado, com base nas demonstrações financeiras consolidadas, a Dívida Líquida da Companhia em relação ao EBITDA não seja menor que 1,5 vezes em 2020, 1,5 vezes em 2021, 1 vez em 2022 e 1 vez em 2023.

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia cumpre com o covenant mencionado acima.

As definições de Dívida Líquida e EBITDA usadas para a finalidade de cumprimento das cláusulas acima foram estabelecidas de acordo com os respectivos contratos, de modo que podem não ser as mesmas definições adotadas no item 3.2 deste Formulário de Referência.

### (g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

### (h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), e com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

A seguir são descritos cada um dos itens analisados:

#### **Receita Operacional Líquida**

A receita operacional líquida é mensurada com base na contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades, excluindo impostos sobre vendas. As receitas da Companhia são provenientes da prestação de soluções digitais baseadas em nuvem para instituições de saúde, fabricantes e distribuidores de insumos médico-hospitalares, incluindo, principalmente, receitas recorrentes na forma de mensalidades pagas pelo acesso às soluções providas pela Bionexo, além de receitas não recorrentes referentes a prestações de serviços de implementação das soluções ofertadas pela Companhia ou consultorias pontuais.

#### **Custos dos Serviços Prestados**

Os custos dos serviços prestados são reconhecidos pelo regime de competência, sendo que os principais custos estão relacionados a serviços de implantação e suporte das soluções ofertadas pela Companhia, relacionamento com clientes e infraestrutura tecnológica. O serviço de hospedagem (*hosting*) está sujeito à variação cambial do dólar.

#### **Lucro Bruto**

O Lucro Bruto é apurado através do resultado obtido entre a receita operacional líquida deduzida dos custos dos serviços prestados.

#### **Outras (despesas) receitas operacionais**

As outras (despesas) receitas operacionais são compostas por Despesas com Vendas, Despesas Gerais e Administrativas, Despesas com Pesquisa e Desenvolvimento, Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber e Outras Despesas Operacionais.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### ***Despesas com Vendas***

As despesas com vendas são decorrentes da equipe comercial. As principais despesas são de: (i) pessoal, incluindo salários, comissões sobre vendas para clientes existentes; (ii) encargos sociais e benefícios; (iii) investimentos em marketing; (iv) despesas com viagens; e (v) licenças de softwares.

### ***Despesas Gerais e Administrativas***

As despesas gerais e administrativas decorrem do gerenciamento e suporte das atividades operacionais. Tais despesas estão relacionadas, especialmente com: (i) pessoal, incluindo salários, encargos sociais e benefícios; (ii) ocupação (e.g. condomínio, água e luz), manutenção e materiais de escritório; (iii) serviços de consultoria variados; e (iv) depreciação e amortização.

### ***Despesas com Pesquisas e Desenvolvimento***

As Despesas com Pesquisa e Desenvolvimento são reconhecidas no resultado conforme incorridas. As atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de serviços novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos com desenvolvimento compreendem folha de pagamento, encargos e benefícios, de pessoal dedicado integralmente ao desenvolvimento de novas plataformas, além de serviços de terceiros relativos à consultoria para desenvolvimento de softwares. As despesas capitalizadas são amortizadas de acordo com a realização dos benefícios econômicos esperados e alocados como despesas operacionais.

É importante salientar que, conforme política contábil vigente, a maior parte dos gastos com Pesquisa e Desenvolvimento são capitalizados no Ativo Intangível, portanto os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

### ***Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber***

A perda por redução ao valor recuperável de contas a receber compreende despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa.

### ***Outras despesas operacionais***

Outras despesas operacionais englobam especificamente provisões de contingências, quando necessário e demais receitas (despesas) não recorrentes.

### ***Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos***

O resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos é apurado através do resultado obtido entre o lucro bruto deduzido das Outras (despesas) receitas operacionais.

### ***Despesas (Receitas) Financeiras***

O resultado financeiro líquido é resultado da diferença entre receitas e despesas financeiras.

### ***Receitas Financeiras***

As receitas financeiras são compostas principalmente por rendimentos de aplicações financeiras e variações monetárias ativas.

### ***Despesas Financeiras***

As despesas financeiras são compostas principalmente por juros sobre empréstimos, despesas bancárias, variação cambial e descontos financeiros concedidos.

### ***Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência***

Refere-se ao saldo da equivalência patrimonial contida no resultado consolidado da Companhia, refletindo o resultado auferido pela coligada, calculado de acordo com seu percentual de participação no investimento.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### **Resultado Antes dos Impostos**

O resultado antes do imposto de renda e contribuição social é apurado através resultado antes das (despesas) receitas operacionais e impostos deduzido das despesas (receitas) financeiras.

#### **Imposto de renda e contribuição social**

Imposto sobre a renda e a contribuição social são calculados com base no lucro tributável dos exercícios, com apuração de lucro real, sendo aplicadas alíquotas de 25% para IRPJ e 9% para CSLL, nas operações realizadas no Brasil.

A Companhia se beneficia de incentivo fiscal sob a Lei do Bem, que tem o potencial de reduzir o lucro tributável da Companhia. Salientamos que eventual descumprimento dos requisitos exigidos para a fruição desse incentivo fiscal ou reforma das legislações podem impactar na fruição dos benefícios fiscais e, consequentemente, na atividade da Companhia, conforme descrito no item 4.1 deste Formulário de Referência.

### **Resultado do Exercício**

O resultado do exercício é apurado através do resultado antes do imposto de renda e contribuição social deduzido do imposto de renda e da contribuição social.

Os comentários a seguir estão embasados nas Demonstrações financeiras dos períodos especificados.

### **DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

#### **EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(em milhares de Reais, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020	AV	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019	AV	AH
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>90.169</b>	<b>100,0%</b>	<b>76.949</b>	<b>100,0%</b>	<b>17,2%</b>
Custos dos serviços prestados	(31.682)	-35,1%	(25.114)	-32,6%	26,2%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>58.487</b>	<b>64,9%</b>	<b>51.835</b>	<b>67,4%</b>	<b>12,8%</b>
<b>Despesas (Receitas) Operacionais</b>	<b>(66.732)</b>	<b>-74,0%</b>	<b>(59.037)</b>	<b>-76,7%</b>	<b>13,0%</b>
Despesas com Vendas	(25.782)	-28,6%	(24.771)	-32,2%	4,1%
Despesas Gerais e Administrativas	(25.581)	-28,4%	(25.125)	-32,7%	1,8%
Despesas com pesquisas e desenvolvimento	(10.471)	-11,6%	(5.928)	-7,7%	76,6%
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(1.112)	-1,2%	(2.339)	-3,0%	-52,5%
Outras despesas	(3.785)	-4,2%	(874)	-1,1%	333,1%
<b>Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos</b>	<b>(8.245)</b>	<b>-9,1%</b>	<b>(7.202)</b>	<b>-9,4%</b>	<b>14,5%</b>
<b>(Despesas) receitas financeiras líquidas</b>	<b>1.361</b>	<b>1,5%</b>	<b>333</b>	<b>0,4%</b>	<b>308,7%</b>
Receitas financeiras	3.672	4,1%	6.540	8,5%	-43,9%
Despesas financeiras	(2.311)	-2,6%	(6.207)	-8,1%	-62,8%
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência	(14)	0,0%	-108	-0,1%	-87,0%
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>(6.898)</b>	<b>-7,6%</b>	<b>(6.977)</b>	<b>-9,1%</b>	<b>-1,1%</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(1.386)	-1,5%	(1.225)	-1,6%	13,1%
Imposto de renda e contribuição social - diferido	5.483	6,1%	2.979	3,9%	84,1%
<b>Prejuízo Líquido do Exercício</b>	<b>(2.801)</b>	<b>-3,1%</b>	<b>(5.223)</b>	<b>-6,8%</b>	<b>-46,4%</b>

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### **Receita Operacional Líquida**

A receita operacional líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 90,2 milhões comparativamente a R\$ 76,9 milhões no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R\$ 13,2 milhões ou 17,2%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento de 19,7% em receita recorrente (mensalidades pagas pelo acesso às soluções providas pela Bionexo), de R\$ 74,6 milhões em 2019 para R\$ 89,4 milhões em 2020, devido ao crescimento de 36% da base de clientes pagantes, somado a monetização da base de clientes ativos, através da oferta de soluções complementares. Esse aumento foi parcialmente compensado pela redução de 64,9% em receita não recorrente (tarifas de implementação que são cobradas do cliente uma única vez com a implementação das soluções da Companhia) de R\$2,3 milhões em 2019 para R\$ 0,8 milhão em 2020, devido à estratégia da Companhia de eliminar as cobranças de implementação, em prol do aumento da base de recorrência, dado que em muitos casos, a necessidade de um investimento inicial para implementação das soluções oferecidas pela Bionexo resultava em uma maior dificuldade de venda e aquisição de clientes. Em 2020, a receita operacional líquida representou 99,1% da receita total, versus 97,0% em 2019.

Em 30 de abril de 2020, a Bionexo vendeu a totalidade de sua participação na Bionexo Iberica S.A., localizada na Espanha, como parte de uma revisão do seu portfólio de investimento. Em 2020, a receita operacional líquida gerada pela Bionexo Iberica foi de R\$ 186 mil e em 2019 R\$ 557 mil.

Como parte de sua estratégia de crescimento, em 31 de julho de 2019, a Bionexo S.A adquiriu 100% do capital social da GTMED Indústria, Comércio e Serviços de Tecnologia S.A., localizada no Brasil. Em 2020, a receita operacional líquida gerada por essa aquisição foi de R\$ 4,2 milhões e em 2019 de R\$ 1,4 milhão, representando 4,7% e 1,8%, da receita operacional líquida gerada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

A receita operacional líquida para os exercícios de 2020 e 2019 foi composta da seguinte forma:

(em milhares de Reais, exceto %)	Países	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
		2020	2019	Var.%
Bionexo S.A.	Brasil	76.585	66.135	15,8%
Bionexo Colombia S.A. S	Colômbia	6.920	5.667	22,1%
Bionexo Ibérica S.A.	Espanha	186	557	-66,6%
Bionexo de México S.A. de C.V.	México	1.250	999	25,1%
Bionexo Com S.A.	Argentina	5.228	3.591	45,6%
<b>Receita Operacional Líquida</b>		<b>90.169</b>	<b>76.949</b>	<b>17,2%</b>

Desta forma, a receita operacional líquida obteve o crescimento de 17,2% advinda dos seguintes mercados: (i) o mercado brasileiro cresceu 15,8%, representando 84,9% da receita do exercício findo em 31 de dezembro de 2020; (ii) o mercado argentino cresceu 45,6% e representou 5,8% das receitas no mesmo período devido a maiores esforços de vendas nesse mercado; (iii) o mercado colombiano obteve um aumento de 22,1%, representando 7,7% da receita líquida do exercício de 2020, devido a maiores esforços de vendas nesse mercado; (iv) o mercado mexicano também demonstrou um bom crescimento de 25,1% e representou 1,4% das receitas operacionais líquidas. Por outro lado, a queda de 66,6% no mercado da Espanha se justifica pela descontinuidade da atividade nessa região ocorrida no primeiro trimestre de 2020.

### **Custo dos serviços prestados**

O custo dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 31,7 milhões, comparativamente a R\$ 25,1 milhões registrado no exercício anterior, representando um aumento de R\$ 6,6 milhões ou 26,2%. Esse incremento é devido ao crescimento da linha de pessoas e serviços de tecnologia, que aumentaram 30,6% e 53%, respectivamente. O crescimento na linha de pessoas está alinhado com a estratégia de ampliação dos times necessários para suportar o crescimento da Companhia, enquanto o incremento da linha de serviços de tecnologia foi puxado pelo crescimento dos serviços de hospedagem, dado desvalorização cambial do BRL frente ao USD, cuja relação foi de 3,86 USD/BRL em 02 de janeiro de 2019 para 5,20 em 31 de dezembro de 2020. O custo

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

dos serviços prestados nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 representaram 35,1% e 32,6% da receita operacional líquida, respectivamente.

### ***Lucro bruto***

Devido aos fatores acima, o lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 58,5 milhões comparativamente a R\$ 51,8 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$ 6,7 milhões ou 12,8%. Este aumento é atribuído substancialmente pelo aumento das receitas em 17,2% amenizado pelo custo dos serviços prestados que foram superiores em 26,2%. O lucro bruto representou 64,9% e 67,4% da receita operacional líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

### ***Despesas operacionais***

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, as despesas operacionais foram de R\$ 66,7 milhões, registrando um aumento de 13%, equivalente a R\$ 7,7 milhões, em comparação ao mesmo período de 2019 que totalizou R\$ 59 milhões. As despesas operacionais tiveram participação relativa na receita operacional líquida inferior ao aumento das receitas, demonstrando um decréscimo de 2,7 p.p. (pontos percentuais), saindo de 76,7% das receitas operacionais líquidas em 2019 para 74%, devido aos seguintes fatores:

- ***Despesas gerais e administrativas***

As despesas gerais e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 25,6 milhões comparativamente a R\$ 25,1 milhões no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R\$ 456 mil ou 1,8%. As despesas gerais e administrativas representaram 28,4% e 32,7% da receita operacional líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esta redução de 4,3 p.p de participação relativa em relação a receita operacional líquida é atribuída substancialmente aos esforços de contenção e revisão de gastos, incluindo congelamento de novas contratações, redução dos custos de ocupação e deslocamento e aos esforços de renegociação de contratos com fornecedores.

- ***Despesas com vendas***

As despesas com vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 25,8 milhões comparativamente a R\$ 24,8 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$ 1,1 milhão ou 4,1% de aumento. Este aumento é atribuído substancialmente a ampliação do time comercial, enquanto o ganho de margem em relação a receita líquida está relacionado a mudanças na organização do time e redução dos gastos com viagens. As despesas com vendas representaram 28,6% e 32,2% da receita operacional líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

### ***Despesas com pesquisas e desenvolvimento***

As despesas com pesquisas e desenvolvimento cresceram R\$ 4,5 milhões ou 76,6%, totalizando R\$ 10,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 ante R\$ 5,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. O aumento é atribuído substancialmente aos investimentos feitos no desenvolvimento de melhorias e novas funcionalidades atribuídas ao portfólio de soluções da companhia, incluindo as soluções Bionexo, Opme, Plannexo, Analytics e Biotracker. Os gastos com desenvolvimento compreendem: folha de pagamento, encargos e benefícios dos empregados dedicados integralmente ao desenvolvimento de novas plataformas, além de serviços de terceiros relativos à consultoria para desenvolvimento de softwares. Os gastos capitalizados são amortizados de acordo com a realização dos benefícios econômicos esperados e alocados como despesas com pesquisas e desenvolvimento.

- ***Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber***

O saldo de perda por redução ao valor recuperável de contas a receber foi reduzido em R\$ 1,2 milhão, totalizando R\$ 1,1 milhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 ante R\$ 2,3 milhões

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. A redução é atribuída substancialmente a incrementos nos esforços de cobrança da Companhia em 2020.

- **Outras despesas**

As outras despesas totalizaram R\$ 3,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, ante R\$ 0,9 milhões no mesmo período do ano anterior e se referem, principalmente, a perdas decorrentes da alienação de investimentos durante o exercício de 2020 no montante de R\$ 1,8 milhão em relação à empresa Intuitive Care Inteligencia Hospitalar S.A. e R\$ 0,9 milhão em relação à empresa Bionexo Iberica S.A. As participações da Companhia nessas sociedades foram alienadas para os antigos parceiros em razão do encerramento das parcerias, gerando a baixa dos investimentos. Além disso, a Companhia entregou um de seus escritórios que estavam locados, resultando na baixa de R\$ 1,1 milhão referente a benfeitorias realizadas no escritório.

### **Resultado antes das despesas financeiras e impostos**

Em razão do acima exposto, o resultado antes das despesas financeiras e impostos totalizou um prejuízo de R\$ 8,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a um lucro de R\$ 7,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

#### **(Despesas) receitas financeiras líquidas**

As (Despesas) receitas financeiras líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 1,4 milhão de receitas financeiras comparativamente a R\$ 0,3 milhão de receitas financeiras no exercício de 2019, o que representou uma variação de R\$ 1,0 milhão de aumento nas despesas financeiras líquidas no período, em razão dos motivos expostos abaixo.

- **Receitas financeiras**

As receitas financeiras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 3,7 milhões comparativamente a R\$ 6,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$ 2,9 milhões ou 43,9%, principalmente em razão de redução de 70,4% no rendimento sobre aplicações financeiras, de R\$ 4,5 milhões em 2019 para R\$1,3 milhão em 2020, devido à queda na taxa de juros no período e redução das disponibilidades em caixa. Essa redução foi parcialmente compensada pelo aumento de R\$ 1,0 milhão nas variações monetárias ativas em razão da queda da alta do dólar no período.

- **Despesas financeiras**

As despesas financeiras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 2,3 milhões comparativamente a R\$ 6,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$ 3,9 milhões, ou 45,9%, principalmente em razão de redução de R\$ 2,6 milhões, ou 69,4% nas despesas de juros sobre empréstimos, devido a novas captações realizadas com taxas mais atrativas, devido à queda na taxa de juros no exercício e pagamento de dívidas anteriores contratadas a taxas mais onerosas.

#### **Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência**

A participação nos lucros das empresas investidas por equivalência foi de R\$ 14 mil negativo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 ante a R\$ 108 mil negativo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de 87%, principalmente devido à alienação da participação detida na Intuitive Care Inteligencia Hospitalar S.A.

#### **Resultado antes dos impostos**

Devido aos fatores acima, o prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 6,9 milhões comparativamente a R\$ 7,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma variação de R\$ 79 mil ou 1,1% de redução.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### ***Imposto de renda e contribuição social***

O imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de um crédito de R\$ 4,1 milhões comparativamente a um crédito de R\$ 1,8 milhão no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma variação de R\$ 2,3 milhões ou 133,6% de aumento. Este aumento é atribuído substancialmente ao crédito do imposto de renda e contribuição social diferidos que totalizou R\$ 5,5 milhões em 31 de dezembro de 2020 ante R\$ 3 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$ 2,5 milhões devido ao aumento da base de cálculo dos prejuízos fiscais. O imposto de renda e contribuição social representou 4,5% e 2,3% da receita operacional líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

### ***Prejuízo líquido do exercício***

O prejuízo líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 2,8 milhões comparativamente a um prejuízo de R\$ 5,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma variação de R\$ 2,4 milhões ou 46,4% de redução. Esta redução de prejuízo é atribuída substancialmente ao resultado da performance operacional devido: (i) aumento de receita operacional líquida de 17,2%; (ii) aumento de 13% nas despesas operacionais, com ganho de 2,7 p.p na representação dessas despesas em relação as receitas líquidas; (iii) ganho nas receitas financeiras; (iv) aumento nominal de R\$ 2,3 milhões positivo no imposto de renda e contribuição social. Entretanto, essa melhoria no resultado operacional foi amenizada pelo aumento dos custos dos serviços prestados que tiveram aumento superior ao aumento das receitas (26,2% superior). O prejuízo do exercício representou 3,1% e 6,8% da receita operacional líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(em milhares de Reais, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019	AV	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018	AV	AH
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>76.949</b>	<b>100,0%</b>	<b>67.302</b>	<b>100,0%</b>	<b>14,3%</b>
Custos dos Serviços Prestados	(25.114)	-32,6%	(23.984)	-35,6%	4,7%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>51.835</b>	<b>67,4%</b>	<b>43.318</b>	<b>64,4%</b>	<b>19,7%</b>
Despesas (Receitas) Operacionais	(59.037)	-76,7%	(43.461)	-64,6%	35,8%
Despesas de Vendas	(24.771)	-32,2%	(17.296)	-25,7%	43,2%
Despesas Gerais e Administrativas	(25.125)	-32,7%	(17.676)	-26,3%	42,1%
Despesas com pesquisas e desenvolvimento	(5.928)	-7,7%	(2.371)	-3,5%	150,0%
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(2.339)	-3,0%	(1.654)	-2,5%	41,4%
Outras Despesas	(874)	-1,1%	(4.464)	-6,6%	-80,4%
<b>Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos</b>	<b>(7.202)</b>	<b>-9,4%</b>	<b>(143)</b>	<b>-0,2%</b>	<b>-</b>
(Despesas) receitas financeiras líquidas	333	0,4%	644	1,0%	-48,3%
Receitas financeiras	6.540	8,5%	2.835	4,2%	130,7%
Despesas financeiras	(6.207)	-8,1%	(2.191)	-3,3%	183,3%
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência	-108	-0,1%	-19	0,0%	468,4%
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>(6.977)</b>	<b>-9,1%</b>	<b>482</b>	<b>0,7%</b>	<b>-</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(1.225)	-1,6%	(531)	-0,8%	130,7%
Imposto de renda e contribuição social - diferido	2.979	3,9%	-	0,0%	-
<b>Prejuízo Líquido do Exercício</b>	<b>(5.223)</b>	<b>-6,8%</b>	<b>(49)</b>	<b>-0,1%</b>	<b>-</b>

#### Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 76,9 milhões comparativamente a R\$ 67,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o que representou um aumento de R\$ 9,6 milhões ou 14,3%. Este aumento é atribuído substancialmente à receita não recorrente (tarifas de implementação que são cobradas do cliente uma única vez com a implementação das soluções da Companhia), de R\$ 2,3 milhões em 2019 para R\$ 3,9 milhão em 2020, devido a estratégia da Companhia em eliminar as cobranças de implementação (receita não recorrente), em prol do aumento da base de recorrência, dado que em muitos casos, a necessidade de um investimento inicial para implementação das soluções ofertadas pela Bionexo, resultava em uma maior dificuldade de venda e aquisição de clientes.

Como parte de sua estratégia de crescimento, em 04 de junho de 2018 a Bionexo adquiriu 60% da participação do capital da Manager Saúde Ltda, que passou a ser consolidada nas demonstrações financeiras do Grupo. Em 2019 a receita gerada por essa operação foi de R\$ 1,9 milhões e em 2018 de R\$ 582 mil. Em 31 de julho de 2019, a Bionexo adquiriu 100% do capital social da GTMED Indústria, Comércio e Serviços de Tecnologia S.A., que gerou uma receita de R\$ 1,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, agregados ao resultado da Bionexo S.A.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A receita operacional líquida para os exercícios de 2019 e 2018 foi composta da seguinte forma:

(em R\$ mil, exceto %)		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
		2019	2018	Var.%
Bionexo S.A.	Brasil	66.135	55.254	19,7%
Bionexo Colombia S.A.S	Colômbia	5.667	5.612	1,0%
Bionexo Ibérica S.A.	Espanha	557	743	-25,0%
Bionexo de México S.A. de C.V.	México	999	799	25,0%
Bionexo Com S.A.	Argentina	3.591	4.894	-26,6%
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>76.949</b>	<b>67.302</b>	<b>14,3%</b>

O crescimento de 14,3% da receita operacional líquida é devido aos seguintes mercados: (i) o mercado brasileiro cresceu 19,7%, representando 85,9% da receita do exercício fido em 31 de dezembro de 2019; (ii) o mercado colombiano obteve um aumento de 1%, representando 7,4% da receita líquida do exercício de 2019; (iii) o mercado mexicano também demonstrou um crescimento de 25% e representou 1,3% das receitas. Por outro lado, a queda de 25% no mercado da Espanha se justifica pela alienação da Bionexo Ibérica S.A., responsável pelas atividades nesse país, em abril de 2020. Já o mercado argentino teve queda de 26,6% devido à desaceleração de negócios nesse mercado em razão das dificuldades econômicas enfrentadas pelo país.

### Custos dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados no exercício social fido em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 25,1 milhões, comparativamente a R\$ 24,0 milhões no exercício social fido em 31 de dezembro de 2018, correspondentes a um aumento de R\$ 1,1 milhão ou 4,7%. Esse aumento deve-se principalmente a ampliação de infraestrutura tecnológica, necessária para sustentar o crescimento da Companhia. O custo dos serviços prestados nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 representaram 32,6% e 35,6% da receita operacional líquida, respectivamente, resultando em uma redução de 3,0pp (pontos percentuais) em relação a receita operacional líquida.

### Lucro bruto

O lucro bruto no exercício social fido em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 51,8 milhões comparativamente a R\$ 43,3 milhões no exercício social fido em 31 de dezembro de 2018, o que representou um aumento de R\$ 8,5 milhões ou 19,7%. Este aumento é atribuído substancialmente a redução dos custos em relação a receita operacional líquida. Enquanto os custos cresceram 4,7%, a receita operacional líquida teve um incremento de 14,3%. O lucro bruto representou 67,4% e 64,4% da receita operacional líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

### Despesas (receitas) operacionais

As despesas operacionais no exercício social fido em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$ 59,0 milhões comparativamente a R\$ 43,5 milhões no exercício social fido em 31 de dezembro de 2018, o que representou um aumento de R\$ 15,6 milhões ou 35,8%. Este aumento é atribuído substancialmente aos seguintes fatores descritos abaixo. Desta forma, as despesas operacionais representaram 76,7% e 64,6% da receita operacional líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

- **Despesas gerais e administrativas**

As despesas gerais e administrativas no exercício social fido em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$ 25,1 milhões comparativamente a R\$ 17,7 milhões exercício social fido em 31 de dezembro de 2018, o que representou um aumento de R\$ 7,4 milhões ou 42,1%. Este aumento é atribuído substancialmente a contratações de novos executivos e serviços de consultoria, além de gastos gerais com consumo e despesas de viagens. As despesas administrativas representaram 32,7% e 26,3% da receita operacional líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

- **Despesas de vendas**

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

As despesas de vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$ 24,8 milhões frente a R\$ 17,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, representando um crescimento de 43,2% ou R\$ 7,5 milhões. Este incremento é devido pela reestruturação e crescimento da força comercial, incluindo a contratação de um novo executivo, e está em linha com o crescimento das vendas apresentado no mesmo período. As despesas de vendas foram equivalentes a 32,2% e 25,7% da receita operacional líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

- ***Despesas com pesquisas e desenvolvimento***

As despesas com pesquisas e desenvolvimento cresceram R\$ 3,6 milhões, equivalente a 150% de aumento, totalizando R\$ 5,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 ante R\$ 2,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. O aumento é atribuído substancialmente a amortizações dos investimentos capitalizados, feitos no desenvolvimento de melhorias e novas funcionalidades atribuídas ao portfólio de soluções da companhia, incluindo as soluções Bionexo, Opme, Plannexo e Analytics. Os gastos com desenvolvimento compreendem: folha de pagamento, encargos e benefícios, dos empregados dedicados integralmente ao desenvolvimento de soluções, além de serviços de terceiros relativos à consultoria para desenvolvimento de softwares. Os gastos capitalizados são amortizados de acordo com a realização dos benefícios econômicos esperados e alocados como despesas com pesquisas e desenvolvimento.

- ***Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber***

As perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber esperadas de contas a receber cresceram R\$ 0,7 milhão ou 41,4%, totalizando R\$ 2,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 ante R\$ 1,7 milhão no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. O aumento é atribuído substancialmente ao aumento da inadimplência observada no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 concentrada em um número restrito de clientes.

- ***Outras Despesas***

As Outras Despesas totalizaram R\$ 0,9 milhão no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 frente a R\$ 4,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de 80,4% ou R\$ 3,6 milhões, devido principalmente a custos incorridos em 2018 relacionados ao processo de aporte de capital realizado em dezembro daquele ano, que resultou na entrada da Orjen como acionista da Companhia.

### ***Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos***

Devido aos fatores acima, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 o prejuízo antes das despesas financeiras líquidas e impostos totalizou R\$ 7,2 milhões, comparado a um lucro de R\$ 143 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

#### ***(Despesas) receitas financeiras líquidas***

As receitas financeiras líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$ 333 mil comparativamente a R\$ 644 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o que representou uma variação de R\$ 0,3 milhão, em razão dos motivos expostos abaixo.

- ***Receitas financeiras***

As receitas financeiras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$ 6,5 milhões comparativamente a R\$ 2,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$ 3,7 milhões ou 130,7%, principalmente em razão de rendimentos das aplicações financeiras no montante de R\$ 3,7 milhões devido ao aumento das disponibilidades em caixa decorrente do aporte de capital realizado pela Orjen em dezembro de 2018.

- ***Despesas financeiras***

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

As despesas financeiras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$ 6,2 milhões comparativamente a R\$ 2,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$ 4,0 milhões ou 183,3%, principalmente em razão da quitação antecipada de empréstimos com Itaú Unibanco S.A. e Santander no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, que foram substituídos por empréstimos contratados a taxas mais atrativas.

### ***Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência***

A participação nos lucros das empresas investidas por equivalência totalizou um resultado negativo de R\$ 108 mil em 31 de dezembro de 2019 ante um resultado negativo de R\$ 19 mil em 31 de dezembro de 2018, devido à aquisição de participação na Intuitive Care Inteligência Hospitalar S.A. em 31 de outubro de 2018.

### ***Resultado antes dos impostos***

Devido aos fatores acima, o prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 7,0 milhões de prejuízo comparativamente a R\$ 482 mil de lucro no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o que representou uma redução de R\$ 7,5 milhões. O prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social representou 9,1% negativo e 0,7% positivo da receita operacional líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

### ***Imposto de renda e contribuição social***

O imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de um crédito de R\$ 1,8 milhão comparativamente a uma despesa de R\$ 0,5 milhão no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o que representou uma variação de R\$ 2,3 milhões. Este movimento é atribuído substancialmente ao aumento do imposto de renda e contribuição social deferidos, em razão do aumento da base de prejuízo fiscal no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, ante um imposto de renda e contribuição social corrente que teve aumento de 130,7%. O imposto de renda e contribuição social representou 2,3% positivo e 0,8% negativo da receita operacional líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

### ***Resultado líquido do exercício***

Devido aos fatores acima, o resultado líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi um prejuízo de R\$ 5,2 milhões comparativamente a um prejuízo de R\$ 49 mil no exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o que representou uma variação de R\$ 5,2 milhões. O resultado líquido do exercício representou 6,8% negativo e 0,1% negativo da receita operacional líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

#### BALANÇOS PATRIMONIAIS

ATIVO (em R\$ mil, exceto %)	2020	AV	2019	AV	AH
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>78.890</b>	<b>41,6%</b>	<b>72.991</b>	<b>47,0%</b>	<b>8,1%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	65.049	34,3%	58.787	37,9%	10,7%
Contas a receber de clientes	6.204	3,3%	8.535	5,5%	-27,3%
Impostos a recuperar	1.586	0,8%	1.007	0,6%	57,5%
Imposto de renda e contribuição social	2.259	1,2%	1.245	0,8%	81,4%
Outras contas a receber	3.720	2,0%	3.116	2,0%	19,4%
Outros ativos	72	0,0%	301	0,2%	-76,1%
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>110.906</b>	<b>58,4%</b>	<b>82.284</b>	<b>53,0%</b>	<b>34,8%</b>
Ativo fiscal diferido	13.233	7,0%	9.347	6,0%	41,6%
Aplicações financeiras restrita	3.392	1,8%	4.000	2,6%	-15,2%
Ativo indenizatório	2.506	1,3%	-	0,0%	-
Depósitos judiciais	61	0,0%	-	0,0%	-
Opções de compra obtida de não controladores	46	0,0%	-	0,0%	-
Mútuos com partes relacionadas	4.541	2,4%	2.126	1,4%	113,6%
Investimentos	-	0,0%	1.827	1,2%	-100,0%
Imobilizado	10.874	5,7%	14.235	9,2%	-23,6%
Intangíveis	76.253	40,2%	50.749	32,7%	50,3%
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>189.796</b>	<b>100,0%</b>	<b>155.275</b>	<b>100,0%</b>	<b>22,2%</b>

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

PASSIVO (em R\$ mil, exceto %)	2020	AV	2019	AV	AH
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>35.601</b>	<b>18,8%</b>	<b>23.767</b>	<b>15,3%</b>	<b>49,7%</b>
Fornecedores	4.341	2,3%	3.532	2,3%	22,6%
Empréstimos	8.577	4,5%	4.311	2,8%	99,0%
Arrendamento a pagar	1.201	0,6%	1.751	1,1%	-31,4%
Obrigações trabalhistas	12.980	6,8%	12.512	8,1%	3,7%
Obrigações fiscais	2.513	1,3%	1.122	0,7%	124,0%
Outras Contas a pagar	5.989	3,2%	539	0,3%	1011,1%
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>50.774</b>	<b>26,8%</b>	<b>21.970</b>	<b>14,1%</b>	<b>131,1%</b>
Empréstimos	33.751	17,8%	15.460	10,0%	118,3%
Provisões para processos judiciais	3.048	1,6%	-	0,0%	-
Arrendamentos a pagar	3.052	1,6%	5.678	3,7%	-46,2%
Outras Contas a pagar	5.456	2,9%	832	0,5%	555,8%
Programa de pagamento baseado em ações Opção de venda concedida a não controladores	303	0,2%	-	0,0%	-
	5.164	2,7%	-	0,0%	-
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>103.421</b>	<b>54,5%</b>	<b>109.538</b>	<b>70,5%</b>	<b>-5,6%</b>
Capital social	132.396	69,8%	91.461	58,9%	44,8%
Reservas de capital	478	0,3%	40.179	25,9%	-98,8%
Ajuste de avaliação patrimonial	(25.340)	-13,40%	(18.541)	22,4%	36,7%
Prejuízos acumulados	(7.623)	-4,0%	(4.822)	-3,1%	57,8%
Participação de não controladores	3.510	1,8%	1.261	0,8%	178,4%
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>189.796</b>	<b>100,0%</b>	<b>155.275</b>	<b>100,0%</b>	<b>22,2%</b>

### **Ativo circulante**

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante era de R\$ 78,9 milhões, em comparação com R\$ 73 milhões em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R\$ 5,9 milhões ou 8,1%, decorreu em relação aos seguintes principais fatores descritos abaixo. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 41,6% em 31 de dezembro de 2020 e 47,0% em 31 de dezembro de 2019.

#### *Caixa e equivalentes de caixa*

O saldo de caixa e equivalentes de caixa apresentou um aumento de 10,7% passando para R\$ 65 milhões em 31 dezembro de 2020 de R\$ 58,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento de R\$ 6,3 milhões é devido principalmente à geração de caixa operacional e captações realizadas ao longo de 2020, que somaram R\$25,0 milhões.

#### *Contas a receber de clientes*

A redução de R\$ 2,3 milhões, ou 27,3% é resultado das ações de cobranças realizadas ao longo de 2020, além da troca de receita não recorrente, que normalmente era parcelada, por receita recorrente,

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

que na maioria dos casos trata-se de uma mensalidade paga dentro de 30 dias. Com isso, o saldo de contas a receber em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 6,2 milhões no contas a receber em 31 de dezembro de 2020 ante R\$ 8,5 milhões em 31 de dezembro de 2019.

### *Impostos a recuperar*

Os impostos a recuperar totalizaram R\$ 1,6 milhão em 31 de dezembro de 2020 ante R\$ 1,0 milhão no mesmo período de 2019. O crescimento de 57,5% ou R\$ 0,6 milhão refere-se a um crédito de INSS a ser compensado em período posterior.

### *Imposto de renda e contribuição social*

O imposto de renda e contribuição social totalizaram R\$ 2,3 milhões em 31 de dezembro de 2020 ante R\$ 1,2 milhão no mesmo período de 2019. O crescimento de 81,4% ou R\$ 1,0 milhão refere-se aos impostos diferidos dos prejuízos fiscais de exercícios anteriores.

### *Outras Contas a Receber*

Em 31 de dezembro de 2020 os outros créditos totalizaram R\$ 3,7 milhões ante R\$ 3,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, um aumento de 19,4%, ou R\$ 604 mil, devido especialmente a despesas antecipadas em razão de contratos com fornecedores que serão incorridas ao longo do exercício de 2021.

### *Outros Ativos*

Em 31 de dezembro de 2020 os outros ativos totalizaram R\$ 72 mil frente a R\$ 301 mil em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$ 229 mil, ou 76,1%, como resultado de uma mudança no modelo de negócio da GTMED Indústria, Comércio e Serviços de Tecnologia S.A., empresa adquirida em 31 de julho de 2019 e incorporada em 31 de agosto de 2020.

### *Ativo não circulante*

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo não circulante era de R\$ 110,9 milhões, em comparação com R\$ 82,3 milhões em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de 28,6 milhões ou 34,8% está relacionado aos seguintes pontos abaixo descritos. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 58,4% em 31 de dezembro de 2020 e 53% em 31 de dezembro de 2019.

### *Ativo fiscal diferido*

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo era de R\$ 13,2 milhões ante R\$ 9,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, um aumento de 41,6%, ou R\$ 3,9 milhões, em virtude de prejuízo fiscal a compensar.

### *Aplicação financeira restrita*

A redução de R\$ 608 mil, ou 15,2% é resultado das aplicações financeiras vinculada as linhas de financiamentos. Tais aplicações financeiras são garantidoras em financiamento junto ao Banco Itaú e, portanto, possuem restrições quanto ao resgate, sendo que esta restrição é liberada de forma gradual, conforme amortização do saldo devedor. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de aplicação financeira restrita totalizou R\$ 3,4 milhões nas aplicações financeiras restritas em 31 de dezembro de 2020 ante R\$ 4,0 milhões em 31 de dezembro de 2019.

### *Ativo indenizatório*

O ativo indenizatório totalizou R\$ 2,5 milhões em 31 de dezembro de 2020 sendo que em 31 de dezembro de 2019 não havia saldo na conta ativo indenizatório. Esse montante é referente ao direito junto aos antigos controladores da Avatar da possibilidade de resarcimento sobre perda devido à possível entendimento das autoridades fiscais em relação a contingência.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### *Mútuos com partes relacionadas*

Em 31 de dezembro de 2020 o montante de mútuos com partes relacionadas era de R\$ 4,5 milhões ante R\$ 2,1 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento de 113,6% ou R\$ 2,4 milhões é devido a operação de mútuo com o Sr. Mauricio De Lazzari Barbosa, realizada dentro dos parâmetros de mercado.

### *Investimentos*

Em 31 de dezembro de 2020 não havia saldo de investimentos. Entretanto, o montante de investimentos era de R\$ 1,8 milhão em 31 de dezembro de 2019 devido a participação em coligadas. Essa redução se deve a venda da totalidade da participação detida na Intuitive Care Inteligência Hospitalar S.A.

### *Imobilizado*

Em 31 de dezembro de 2020 o montante do imobilizado era de R\$ 10,9 milhões ante R\$ 14,2 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa queda de 23,6% ou R\$ 3,4 milhões é devido, substancialmente, a baixas realizadas por devolução de parte do escritório administrativo e as benfeitorias realizadas neste imóvel.

### *Intangíveis*

Em 31 de dezembro de 2020 o montante do ativo intangível era de R\$ 76,3 milhões ante R\$ 50,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento de 50,3% ou R\$ 25,5 milhões está substancialmente relacionado aos gastos com desenvolvimento de soluções e melhorias na plataforma da Companhia, que em 2020 teve uma adição (líquida de amortização) de R\$ 14,3 milhões. Adicionalmente, o incremento de R\$ 25,5 milhões é composto pela aquisição da Avatar, que adicionou R\$11,8 milhões no ativo intangível, além de uma baixa de licenças de software pelo montante de R\$ 1 milhão.

### *Passivo circulante*

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante era de R\$ 35,6 milhões, em comparação com R\$ 23,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R\$ 11,8 milhões ou 49,7%, foi devido principalmente aos seguintes fatores abaixo descritos. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 18,8% em 31 de dezembro de 2020 e 15,3% em 31 de dezembro de 2019.

### *Fornecedores*

Em 31 de dezembro de 2020, os fornecedores representavam R\$ 4,3 milhões, contra R\$ 3,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, um aumento de 22,6% ou R\$ 799 mil, devido ao aumento de demanda de serviços e negociação de pagamentos.

### *Empréstimos*

Em 31 dezembro de 2020, os empréstimos totalizaram R\$ 8,6 milhões comparado a R\$ 4,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, um aumento de 99%. Esse aumento decorreu da demanda adicional captação para fazer frente as estratégias de crescimento da companhia, relacionadas a aquisições de empresas e desenvolvimento de produto.

### *Arrendamentos a pagar*

Em 31 de dezembro de 2020, os arrendamentos a pagar somavam R\$ 1,2 milhão frente a R\$ 1,8 milhão, em 31 de dezembro de 2019, uma redução de 31,4% ou R\$ 0,6 milhão, referente devolução de um espaço de escritório administrativo que estava locado e foi devolvido.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### *Obrigações trabalhistas*

Em 31 de dezembro de 2020, as obrigações trabalhistas somavam R\$ 13 milhões contra R\$ 12,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, um aumento de 3,7%, referente a remunerações, impostos a pagar e provisões de férias e encargos devido ao crescimento da estrutura corporativa da Companhia.

### *Obrigações fiscais*

Em 31 de dezembro de 2020, as obrigações fiscais somavam R\$ 2,5 milhões contra R\$ 1,1 milhão em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 124%, referente a impostos a pagar principalmente em razão do aumento das vendas no exercício.

### *Outras contas a pagar*

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de outras contas a pagar totalizava R\$ 6,0 milhões ante R\$ 539 mil em 31 de dezembro de 2019, um aumento de 1.011%, ou R\$ 5,5 milhões principalmente referente à aquisição da Avatar.

### *Passivo não circulante*

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo não circulante era de R\$ 50,8 milhões, em comparação com R\$ 22 milhões em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R\$ 29 milhões ou 131,1%, se deve especialmente aos seguintes principais fatores abaixo descritos. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 26,9% em 31 de dezembro de 2020 e 14,1% em 31 de dezembro de 2019.

### *Empréstimos*

O saldo de empréstimos de longo prazo apresentou um aumento de 118,3% ou R\$ 18,3 milhões, totalizando R\$ 33,8 milhões em 31 de dezembro de 2020 ante R\$ 15,5 milhões em 31 de dezembro de 2019 devido, a captação adicional para fazer frente as estratégias de crescimento da Companhia, relacionadas a aquisições de empresas e desenvolvimento de produto.

### *Arrendamentos a pagar*

O saldo de arrendamentos a pagar totalizou R\$ 3,1 milhões em 31 de dezembro de 2020 ante R\$ 5,7 milhões em 31 de dezembro de 2020, uma redução de R\$ 2,6 milhões ou 46,2%, devido à baixa do direito de uso do espaço que foi devolvido e, portanto, tivemos a baixa de provisionamento no saldo de arrendamentos a pagar.

### *Outras contas a pagar*

O montante de outras contas a pagar totalizou R\$ 5,5 milhões em 31 de dezembro de 2020 ante um saldo de R\$ 0,8 milhão em 31 de dezembro de 2019. O aumento nominal de R\$ 4,6 milhões ou 555,8% é devido principalmente à aquisição da Avatar.

### *Programa de pagamento baseado em ações*

O montante do programa de pagamento baseado em ações totalizou R\$ 303 mil em 31 de dezembro de 2020, sendo que não havia saldo em 31 de dezembro de 2019. O aumento se refere ao Programa de Pagamento Baseado em Ações com Liquidação em Caixa - "Phantom Shares", que tem por objetivo outorgar aos beneficiários da Companhia direitos sobre a valorização das ações, com liquidação em caixa, como parte de remuneração.

### *Opção de venda concedida a não controladores*

O montante totalizou R\$ 5,2 milhões em 31 de dezembro de 2020, sendo que não havia saldo em 31 de dezembro de 2019, e é referente a opção de venda de participação remanescente detida pelos demais acionistas não controladores da Avatar.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### **Patrimônio líquido**

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido era de R\$ 103,4 milhões, em comparação com R\$ 109,5 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esta redução, de R\$ 6,7 milhões ou 5,6%, deu-se pelos seguintes fatores: (i) aumento de 44,8% no capital social, saindo de R\$ 91,5 milhões para R\$ 132,4 milhões; (ii) redução de R\$ 39,7 milhões de reservas de capital; (iii) aumento de 57,8% nos prejuízos acumulados e (iv) aumento de 178,4% na participação de não controladores.

As demais contas do ativo, passivo e patrimônio líquido não apresentaram saldos relevantes e/ou sofreram variações relevantes entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

### **COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

ATIVO (em R\$ mil, exceto %)	2019	AV	2018	AV	AH
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>72.991</b>	<b>47,0%</b>	<b>111.183</b>	<b>73,5%</b>	<b>-34,4%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	58.787	37,9%	94.890	62,8%	-38,0%
Contas a receber de clientes	8.535	5,5%	11.505	7,6%	-25,8%
Impostos a recuperar	1.007	0,6%	194	0,1%	419,1%
Imposto de renda e contribuição social	1.245	0,8%	1.039	0,7%	19,8%
Outras contas a receber	3.116	2,0%	3.207	2,1%	-2,8%
Outros ativos	301	0,2%	348	0,2%	-13,5%
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>82.284</b>	<b>53,0%</b>	<b>40.035</b>	<b>26,5%</b>	<b>105,5%</b>
Ativo fiscal diferido	9.347	6,0%	7.410	4,9%	26,1%
Aplicações financeiras restritas	4.000	2,6%	-	0,0%	-
Depósitos judiciais	-	0,0%	6	0,0%	-100,0%
Mútuos com partes relacionadas	2.126	1,4%	-	0,0%	-
Investimentos	1.827	1,2%	1.935	1,3%	-5,6%
Imobilizado	14.235	9,2%	3.563	2,4%	299,5%
Intangíveis	50.749	32,7%	27.121	17,9%	87,1%
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>155.275</b>	<b>100,0%</b>	<b>151.218</b>	<b>100,0%</b>	<b>2,7%</b>

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

PASSIVO (em R\$ mil, exceto %)	2019	AV	2018	AV	AH
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>23.767</b>	<b>15,3%</b>	<b>21.573</b>	<b>14,3%</b>	<b>10,2%</b>
Fornecedores	3.532	2,3%	7.974	5,3%	-55,7%
Empréstimos	4.311	2,8%	5.073	3,4%	-15,0%
Arrendamento a pagar	1.751	1,1%	-	0,0%	-
Obrigações trabalhistas	12.512	8,1%	5.485	3,6%	128,1%
Obrigações fiscais	1.122	0,7%	1.799	1,2%	-37,6%
Outras contas a pagar	539	0,3%	1.242	0,8%	-56,6%
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>21.970</b>	<b>14,1%</b>	<b>13.187</b>	<b>8,7%</b>	<b>66,6%</b>
Empréstimos	15.460	10,0%	13.187	8,7%	17,2%
Arrendamentos a pagar	5.678	3,7%	-	0,0%	-
Outras contas a pagar	832	0,5%	-	0,0%	-
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>109.538</b>	<b>70,5%</b>	<b>116.458</b>	<b>77,0%</b>	<b>-5,9%</b>
Capital social	91.461	58,9%	49.624	32,8%	84,3%
Reservas de capital	40.179	25,9%	82.073	54,3%	-51,0%
Ajuste de avaliação patrimonial	(18.541)	-11,9%	(17.179)	22,4%	7,9%
Prejuízos acumulados	(4.822)	-3,1%	(1.771)	-1,2%	172,3%
Reserva de lucros a realizar	-	0,0%	2.172	1,4%	-
Participação de não controladores	1.261	0,8%	1.539	1,0%	-18,1%
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>155.275</b>	<b>100,0%</b>	<b>151.218</b>	<b>100,0%</b>	<b>2,7%</b>

### *Ativo circulante*

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante era de R\$ 72,9 milhões, em comparação com R\$ 111,2 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esta redução de R\$ 38,2 milhões ou 34,4% se justifica em relação os seguintes principais fatores descritos abaixo. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 47,0% em 31 de dezembro de 2019 e 73,5% em 31 de dezembro de 2018.

#### *Caixa e equivalentes de caixa*

O saldo de caixa e equivalentes de caixa apresentou uma redução de 38% passando para R\$ 58,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 ante R\$ 94,9 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse decréscimo nominal de R\$ 36,1 milhões está concentrado nos investimentos alocados no desenvolvimento das soluções da companhia, somado aos valores relacionados a aquisição da GTmed e investimentos em imobilizado.

#### *Contas a receber de clientes*

O saldo de contas a receber de clientes que totalizou R\$ 8,5 milhões em 31 de dezembro de 2019 ante R\$ 11,5 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução 25,8% ou R\$ 3,0 milhões, principalmente em razão de redução do prazo de recebimentos dos clientes devido as ações internas de cobrança e mudança do modelo de cobrança, que passou a trocar receita não recorrente por receita recorrente, cujas mensalidades tendem a serem pagas dentro de 30 dias.

#### *Imposto a recuperar*

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo era de R\$ 1 milhão frente a R\$ 194 mil em 31 de dezembro de 2018, um crescimento de 419,1% ou R\$ 813 mil, referente ao reconhecimento do imposto diferido advindo dos prejuízos fiscais.

#### *Imposto de renda e contribuição social*

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo da conta de imposto de renda e contribuição social era de R\$ 1,2 e em 31 de dezembro de 2018 o saldo totalizou R\$ 1,0 milhão, referente ao pagamento dos impostos da controlada na Colômbia.

#### *Outras contas a receber*

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 31 de dezembro de 2019 as outras contas a receber totalizaram R\$ 3,1 milhões contra um saldo de R\$ 3,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, uma redução de 2,8% ou R\$ 91 mil referente ao aumento de adiantamentos a fornecedores.

### *Outros ativos*

Em 31 de dezembro de 2019 os outros ativos totalizaram R\$ 301 mil contra R\$ 348 mil registrados em 31 de dezembro de 2018, uma redução de 13,5% ou R\$ 47 mil devido à baixa de imobilizado referente a mudança de sede.

### *Ativo não circulante*

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo não circulante era de R\$ 82,3 milhões, em comparação com R\$ 40,0 milhões em 31 de dezembro de 2018. Este incremento de R\$ 42,2 milhões ou 105,5% está relacionado aos seguintes aumentos. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 53% em 31 de dezembro de 2019 e 26,5% em 31 de dezembro de 2018.

#### *Ativo fiscal diferido*

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo era de R\$ 9,3 milhões em virtude de prejuízo fiscal a compensar, sendo que em 31 de dezembro de 2018 o saldo era de R\$ 7,4 milhões na conta ativo fiscal diferido.

#### *Aplicações financeiras restritas*

As aplicações financeiras restritas totalizaram R\$ 4 milhões em 31 de dezembro de 2019 e referem-se a valores ofertados como garantia ao financiamento junto ao Banco Itaú. Neste sentido, possuem restrições quanto ao resgate. Em 31 de dezembro de 2018 não havia saldo para essa conta.

#### *Mútuos com partes relacionadas*

O saldo de mútuos com partes relacionadas decorre principalmente de transações com acionistas e empresas ligadas do mesmo grupo econômico. Desta forma, os mútuos com partes relacionadas totalizaram R\$ 2,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 contra um saldo zerado em 31 de dezembro de 2018. Esse montante é relativo a um contrato de mútuo com Maurício de Lazzari Barbosa.

#### *Investimentos*

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de Investimentos era de R\$ 1,8 milhão, com redução nominal de R\$ 0,1 milhão em relação a 31 de dezembro de 2018. Essa redução de 5,6% é devida aos investimentos do grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial e compreendem suas participações em coligadas e empreendimento controlado.

#### *Imobilizado*

Em 31 de dezembro de 2019 o montante do imobilizado era de R\$ 14,2 milhões ante R\$ 3,6 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento de 299,5% ou R\$ 10,7 milhões está substancialmente relacionado a adoção do CPC 06 (R2) /IFRS 16, que gerou um incremento de R\$ 6,4 milhões no imobilizado, somado a benfeitorias do imobilizado e aquisição de computadores.

#### *Intangíveis*

Em 31 de dezembro de 2019 o intangível totalizou R\$ 50,7 milhões frente a R\$ 27,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 87,1% ou R\$ 23,6 milhões. está concentrado nos investimentos feitos no desenvolvimento da plataforma da Companhia, que em 2019 somaram R\$ 17,1 milhões. Somado a isso, em 2019 houve uma adição de R\$ 11,5 milhões referente a aquisição da GTmed, cujo valor está distribuído entre plataforma, carteira de clientes e ágio.

#### *Passivo circulante*

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante era de R\$ 23,8 milhões, em comparação com R\$ 21,6 milhões em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R\$ 2,2 milhões ou 10,2%, decorreu

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

principalmente aos seguintes fatores abaixo descritos. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 15,3% em 31 de dezembro de 2019 e 14,3% em 31 de dezembro de 2018.

### *Fornecedores*

Em 31 de dezembro de 2019, os fornecedores representavam R\$ 3,5 milhões frente a R\$ 8,0 milhões em 31 de dezembro 2018, uma redução de 55,6% ou R\$ 4,4 milhões, motivada principalmente pelo pagamento dos compromissos assumidos em razão do processo de fundraising de 2018.

### *Empréstimos*

O saldo de empréstimos passou para R\$ 4,3 milhões em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 5,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de R\$ 0,8 milhão ou 15%, em vista do alongamento do endividamento de curto prazo para longo prazo.

### *Arrendamentos a pagar*

Em 31 de dezembro de 2019, os arrendamentos a pagar contabilizavam R\$ 1,8 milhões ante um saldo zerado em 31 de dezembro de 2018. Essa variação decorreu dos pagamentos futuros de aluguéis pela adoção da norma IFRS 16 no exercício de 2019.

### *Obrigações trabalhistas*

Em 31 de dezembro de 2019, as obrigações trabalhistas somavam R\$ 12,5 milhões, frente a R\$ 5,5 milhões em 31 de dezembro de 2018, um aumento de 128,1% ou R\$ 7 milhões, referente a remunerações, provisões de férias e encargos pelas contratações realizadas no exercício para expansão da Companhia.

### *Obrigações fiscais*

Em 31 de dezembro de 2019, as obrigações fiscais somavam R\$ 1,1 milhão frente a R\$ 1,8 milhão em 31 de dezembro de 2018, uma redução de 37,6% ou R\$ 0,7 milhão, impulsionada pela adequação de alíquotas de impostos dado a adequação da atividade econômica da Companhia.

### *Outras contas a pagar*

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de contas a pagar contabilizavam R\$ 0,5 milhão ante R\$ 1,2 milhão, uma redução de 56,6% ou R\$ 0,7 milhão no contas a pagar, devido a aquisição de investimento da GTMED.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### ***Passivo não circulante***

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo não circulante era de R\$ 22 milhões, em comparação com R\$ 13,2 milhões em 31 de dezembro de 2018. Este aumento de R\$ 8,8 milhões ou 66,6%, de incremento nominal se deve especialmente aos seguintes principais fatores abaixo descritos. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 14,1% em 31 de dezembro de 2019 e 8,7% em 31 de dezembro de 2018.

#### *Empréstimos*

O saldo de empréstimos de longo prazo apresentou um aumento de 17,2%, passando para R\$ 15,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, ante R\$ 13,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, devido, principalmente, ao alongamento de empréstimos no montante R\$ 2,3 milhões, com redução da taxa média de captação.

#### *Arrendamentos a pagar*

O saldo de arrendamentos a pagar totalizaram R\$ 5,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 contra o saldo zerado de 31 de dezembro de 2018, referente aos contratos de arrendamentos a pagar do período, de acordo com à adoção da norma IFRS 16 em 01 de janeiro de 2019.

#### *Outras contas a pagar*

O saldo de outras contas a pagar totalizou R\$ 0,8 milhão em 31 de dezembro de 2019 contra o saldo zerado de 31 de dezembro de 2018 referente a parcela da aquisição da empresa GTMED.

### ***Patrimônio líquido***

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido era de R\$ 109,5 milhões, em comparação com R\$ 116,5 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esta redução de R\$ 6,9 milhões ou 6,0% deu-se especialmente em relação aos seguintes fatores: (i) redução de 51% nas reservas de capital; (ii) aumento de 172,8% nos prejuízos acumulados; (iii) redução de 18,1% de participação de não controladores. Esses fatores foram amenizados pelo aumento do capital social em 84,3%, correspondente a R\$ 41,8 milhões, passando de R\$ 49,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 91,5 milhões em 31 de dezembro de 2019.

As demais contas do ativo, passivo e patrimônio líquido não apresentaram saldos relevantes e/ou sofreram variações relevantes entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

### **FLUXO DE CAIXA**

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

#### **EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

Demonstrações de fluxo de Caixa (em R\$ mil, exceto %)	31 de dezembro		
	2020	2019	Var.%
Caixa líquido gerado/ consumido nas atividades operacionais	14.100	(4.845)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(27.324)	(34.074)	-19,8%
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	19.221	2.824	580,6%
Efeito dos movimentos nas taxas de câmbio sobre o caixa	265	(8)	
Aumento (redução) de Caixa e equivalentes de caixa	6.262	(36.103)	-

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### ***Caixa líquido gerado/consumido nas atividades operacionais***

O fluxo de caixa líquido gerado atividades operacionais totalizou uma geração de R\$ 14,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a um fluxo consumido de caixa das atividades operacionais de R\$ 4,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento na geração das atividades operacionais no montante de R\$ 18,9 milhões é justificada pelos seguintes pontos: (i) excluindo os feitos não caixa, a companhia apresentou um resultado operacional de R\$ 12,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 ante R\$ 3,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; (ii) no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 a liberação de caixa na linha de fornecedores foi R\$ 4,3 milhões superior ao resultado apresentado nesta linha no mesmo período de 2019, sendo que em 2019 o consumo apresentado está concentrado no pagamento das obrigações assumidas no processo de *fundraising* de 2018; (iii) redução do saldo de contas a receber, puxado pela intensificação das ações de cobrança ao longo de 2020, gerou R\$ 1,9 milhões de caixa neste mesmo ano, comparado a R\$ 211 mil no exercício social findo em 31 de dezembro 2019.

### ***Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento***

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 27,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a R\$ 34,1 milhões de caixa líquido aplicado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Essa redução no consumo de caixa líquido de R\$ 6,7 milhões, ou 19,8%, é justificada pela aquisição da subsidiária GTMED em 2019, no montante de R\$ 7 milhões. Apesar da aquisição da Avatar ter sido realizada em 30 de dezembro de 2020, os desembolsos referentes a essa aquisição são realizados a prazo conforme contrato de aquisição.

### ***Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento***

O caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 19,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a R\$ 2,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento de R\$ 16,4 milhões, ou 580,6%, é justificado pelas captações de empréstimos realizadas ao longo de 2020 para fazer frente as estratégias de crescimento da companhia, relacionadas a aquisições de empresas e desenvolvimento de produto.

### **EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

<b>Demonstrações de fluxo de Caixa (em R\$ mil, exceto %)</b>	<b>31 de dezembro</b>		
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>Var.%</b>
Caixa líquido gerado/ consumido nas atividades operacionais	(4.845)	8.058	-
Caixa líquido aplicado/utilizado nas atividades de investimento	(34.074)	(14.049)	142,5%
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	2.824	90.341	-96,9%
Efeito dos movimentos nas taxas de câmbio sobre o caixa	(8)	185	-
Aumento (redução) de Caixa e equivalentes	(36.103)	84.535	-

### ***Caixa líquido consumido/gerado pelas atividades operacionais***

O caixa líquido consumido nas atividades operacionais totalizou R\$ 4,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a um fluxo de caixa gerado de R\$ 8,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Essa variação é justificada, principalmente, pelo consumo de caixa na linha de fornecedores, que no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 3,2 milhões ante uma geração de caixa de R\$ 3,7 milhões no mesmo período de 2018. Em 2019, o consumo de caixa na linha de fornecedores foi puxado pelo pagamento das obrigações assumidas no processo de *fundraising* de 2018. Adicionalmente, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 os juros

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

sobre empréstimos pagos totalizaram R\$ 3,8 milhões, enquanto no mesmo período de 2018 os juros sobre empréstimos pagos somaram R\$ 0,1 milhão.

### ***Caixa líquido aplicado/utilizado nas atividades de investimento***

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 34,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$ 14 milhões de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Essa variação é justificada pela aquisição da empresa GTmed, cuja transação representou um consumo de caixa de R\$ 7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, somado a uma utilização de caixa destinada a aquisição de ativos intangíveis, que no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 21,4 milhões ante R\$ 6,5 milhões no mesmo período de 2018. Essa aquisição de intangível está substancialmente concentrada no desenvolvimento das plataformas da Companhia. Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 houve um consumo de caixa de R\$ 2,1 milhões relacionado a empréstimos concedidos a partes relacionadas.

### ***Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento***

O caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 2,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$ 90,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Essa redução de R\$ 87,5 milhões, ou 96,9%, é justificada pelo pagamento de empréstimos, que no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 totalizou 15,7 milhões, enquanto no mesmo período de 2018 o pagamento de empréstimos somou R\$ 1,4 milhões. Adicionalmente, a maior parte dessa variação se deve pelo aporte de capital realizado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$82,1 milhões resultado do processo de *fundraising* realizado neste mesmo período.

## 10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

### 10.2 - Resultado operacional e financeiro

#### (a) Resultados das operações do emissor

Os diretores reportaram que a receita da Companhia e suas subsidiárias são voltadas basicamente para um único segmento, o de prestação de serviços, conforme especificado no item 7.2. deste Formulário de Referência. Desta forma, o reconhecimento de receita com prestação de serviços considera os contratos estabelecidos com os clientes.

##### i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Entendemos que a base de sustentação das receitas da Companhia, consequentemente de suas operações, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 foi de receitas da Companhia provenientes da prestação de soluções digitais baseadas em nuvem para instituições de saúde, fabricantes e distribuidores de insumos médico-hospitalares, incluindo, principalmente, receitas recorrentes na forma de mensalidades pagas pelo acesso às soluções providas pela Bionexo, além de receitas não recorrentes referentes a prestações de serviços de implementação das soluções ofertadas pela Companhia ou consultorias pontuais.

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia foram o crescimento dos contratos com clientes e a incorporação dos ativos adquiridos. A receita é mensurada com base na contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente.

A Companhia celebra contrato de prestação de serviços com a totalidade de sua base de clientes. Este contrato determina os termos e condições relativos à prestação dos serviços e passa a vigorar no momento de sua assinatura e consequente disponibilização da plataforma ao cliente (obrigação de desempenho).

##### ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Os resultados das operações da Companhia foram e continuarão a ser influenciadas pelos seguintes fatores (i) aquisição da GTMED; (ii) variação dos custos de serviços de terceiros em razão variação cambial; (iv) inflação; (v) rotatividade de colaboradores, gerando custos com rescisões e contratações]; (vi) variações de taxas de juros e níveis de endividamento; (vii) desenvolvimento de novas tecnologias e produtos.

#### (b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os contratos da Companhia com clientes/prestadores de serviço são reajustados anualmente pela inflação por meio do índice IPCA. Portanto, variações no IPCA afetaram a receita da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018. Nos exercícios sociais findos em 2020, 2019 e 2018, o índice IPCA foi de 4,520%, 4,306% e 3,746%, respectivamente.

## 10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

### (c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A variação cambial pode impactar os custos dos serviços prestados considerando que parte dos serviços de terceiros são contratados em dólar, principalmente serviços de infraestrutura tecnológica.

Conforme descrito no item 10(f) acima, parte de nossos empréstimos possui juros pré-fixados, porém outra parte possui juros pós-fixados, atrelados à variação da taxa CDI.

A tabela a seguir demonstra as principais variações em indicadores que podem impactar nos resultados operacionais da Companhia:

	31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Inflação - IGP-M - Índice Geral de Preços - Mercado-FGV	23,14%	7,32%	7,55%
Inflação - IPCA	4,520%	4,306%	3,746%
CDI - Andima	2,76%	5,92%	6,40%
TJLP - Banco Central	4,55%	5,57%	6,98%
Taxa de câmbio - R\$ por US\$ 1,00 - Banco central	5,2	3,9	3,7

### **10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras**

#### **10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras**

##### **(a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não aplicável.

##### **(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Conforme operação concretizada em 31 de julho de 2019, a Bionexo S.A adquiriu 100% do capital social da GTMED Indústria, Comércio e Serviços de Tecnologia S.A., sociedade sediada na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, representado por 4,2 milhões de ações ordinárias e sem valor nominal. A aquisição possibilitou à Bionexo S.A. maior participação no mercado, através do acesso à base de clientes e tecnologia da companhia adquirida.

A GTMED oferece uma plataforma de gestão de estoques de medicamentos para o setor de saúde que, mediante utilização de tecnologia *RFID* (método de identificação automática por sinais de rádio), integra software e hardware para gestão e rastreabilidade de medicamentos e materiais especiais. Como resultado, seus clientes ganham acesso em tempo real às informações relacionadas a movimentação de itens de alto valor. Com essa aquisição, a Bionexo S.A. busca ampliar sua oferta para gestão da cadeia de suprimentos do setor de saúde, dado que esta é uma solução que atua principalmente na gestão de estoques de instituições de saúde.

Nos cinco meses findos em 31 de dezembro de 2019, a GTMED contribuiu com uma receita de R\$ 1,6 milhão e prejuízo de R\$ 59 mil às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

A Bionexo S.A. incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R\$ 90 mil referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os referidos custos foram registrados como "Despesas administrativas" na demonstração de resultado.

A aquisição foi efetivada pelo montante de R\$ 8,3 milhões, compostos pelos valores demonstrados a seguir: (i) o valor de R\$ 2,5 milhões pago via transferência bancária na data da assinatura do termo de compra e venda, ou seja, 31 de julho de 2019 ; (ii) o valor de R\$ 2,5 milhões, pago via transferência bancária em 23 de dezembro de 2019; e (iii) o valor de R\$ 1,25 milhões dividido em 3 parcelas anuais de R\$ 416 mil, atualizadas pelo INPC, em 31 de julho de 2020 (já liquidada), 31 de julho de 2021 e 31 de julho de 2022. (iv) aporte de capital de R\$ 2,1 milhões por meio da subscrição de 2.049.961 ações ordinárias de emissão da Companhia realizada na data de aquisição, fazendo parte do preço de aquisição.

Em 30 de dezembro de 2020, a Bionexo S.A adquiriu 57,31% do capital social da Avatar Soluções em Saúde S.A., sociedade sediada na Cidade de Itu, Estado de São Paulo, representado por 3.021 ações ordinárias e sem valor nominal.

A Avatar é uma plataforma digital para o setor de saúde baseada em nuvem, que permite automatizar o processo de conferência e gestão das contas médicas, aumentando a eficiência, e transparência com que os hospitais se relacionam com as operadoras de saúde, garantindo a fidelidade e integridade das contas de modo que toda a receita devida seja efetivamente recebida pelos prestadores de serviços. Com isso a Bionexo S.A. amplia sua oferta de soluções digitais para gestão de processos na saúde.

Atualmente, a Bionexo S.A. possui, conforme contrato de aquisição, certas obrigações futuras frente aos antigos proprietários da Avatar em razão de cláusula de earnout. Essas obrigações estão condicionadas a uma diferença positiva entre o valor das ações adquiridas pela Bionexo e o resultado do cálculo do earnout. A Bionexo S.A. avaliou as projeções de caixa e resultados esperados com a aquisição da Avatar e entende que há uma alta probabilidade no atingimento dos resultados estipulados para o pagamento do valor adicional.

### **10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras**

A aquisição foi efetivada pelo montante total de R\$ 10,4 milhões, compostos pelos valores demonstrados a seguir: (i) o valor de R\$ 3,6 milhões pago via transferência bancária na data de 4 de janeiro de 2021; (ii) o valor de R\$ 3,1 milhões dividido em 3 parcelas anuais de R\$ 1,0 milhão, não atualizadas, em 30 de dezembro de 2021, 30 de dezembro de 2022 e 30 de dezembro de 2023; (iii) aporte de capital de R\$ 700 mil por meio da subscrição de 271 (ações ordinárias de emissão da Avatar realizada na própria data de aquisição, fazendo parte do preço de aquisição). (iv) parcela referente ao earnout, estimada em R\$ 3 milhões, conforme cálculo realizado por empresa especializada, com base em projeções de receita e variações patrimoniais para o exercício de 2021, com previsão de pagamento para 30 de dezembro de 2022; (v) opção de compra (call) emitida pelos vendedores em favor da Bionexo S.A. no valor presente de R\$ 46 mil para aquisição da totalidade das ações dos vendedores com possibilidade de efetivação única no 4º ano da assinatura do contrato.

#### **(c) Eventos ou operações não usuais**

Em 31 de julho de 2018, a Administração aprovou a reestruturação organizacional onde a empresa Bionexo Internacional passou a ser a controladora da Bionexo S.A., operação lastreada em uma troca de ações entre as empresas. Adicionalmente, os acionistas aprovaram a contribuição das ações da Bionexo S.A. em troca de ações emitidas pela Bionexo Internacional, tornando-a subsidiária integral da Bionexo Internacional.

As alterações foram parte de uma reorganização societária, que tinha como objetivo simplificar a estrutura operacional do Grupo, atendendo aos interesses dos seus acionistas.

Em sequência a reestruturação mencionada anteriormente, durante o exercício de 2019, o acionista (Bionexo Internacional) aprovou a realização das seguintes alterações do capital social da Bionexo S.A:

- Aumento de capital social pelo montante de R\$ 20 milhões, em 6 de maio de 2019, com perspectiva de expansão dos negócios da Bionexo S.A.;
- Aumento do capital social pelo montante de R\$ 8,6 milhões em 02 de outubro de 2019; e
- Aumento de capital social pelo montante de R\$ 55 milhões em 2 de dezembro de 2019, com perspectiva de expansão dos negócios da Bionexo S.A.;

Em 31 de agosto de 2020, a Administração, aprovou a incorporação da empresa GTMED pela Bionexo S.A. Tais alterações foram parte de uma reorganização societária, que tinham por objetivo simplificar a estrutura operacional do Grupo, atendendo aos interesses dos seus acionistas.

Em 31 de dezembro de 2020, a Administração aprovou nova reestruturação organizacional onde a empresa Bionexo S.A. incorporou sua controladora Bionexo Internacional.

A incorporação faz parte de um projeto de reorganização societária do Grupo, o qual atende aos interesses de seus acionistas visando a otimização da estrutura societária do Grupo. Consequentemente ao processo de incorporação houve a extinção da Bionexo Internacional, com a versão da totalidade de seu acervo líquido à Bionexo S.A.

A Bionexo S.A. sucederá a Bionexo Internacional em todos os direitos e obrigações atualmente existentes, de qualquer natureza.

Tendo em vista que a Bionexo Internacional detinha 100% das ações da Bionexo S.A, foi necessária a eliminação do referido investimento, totalizando o montante de acervo líquido incorporado de R\$ 4,6 milhões.

Ainda em 31 de dezembro de 2020, a Administração aprovou, juntamente com o processo de incorporação citado anteriormente, a transformação da natureza jurídica da Bionexo S.A. que antes era constituída sobre o formato EIRELI (Empresa Individual de Responsabilidade Limitada) e passou a ser constituída sob o formato S.A. (Sociedade Anônima). Em ato contínuo a razão social da empresa foi alterada de Bionexo do Brasil EIRELI Ltda para Bionexo S.A.

## **10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor**

### **10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - ressalvas e ênfase no parecer do auditor**

#### **(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

O Grupo aplicou o CPC 06(R2) /IFRS 16 – Arrendamento utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1) /IFRS 16 e IAS 17.

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2) /IFRS 16.

#### **(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma contábil emitidas pelo IASB (International Accounting Standards Board) e CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis). IFRS 16 / CPC 06 - Estabelece um novo modelo de contabilização para arrendamento mercantil, onde na data do início do arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo de arrendamento para efetuar os pagamentos (aumentando a dívida bruta) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento.

Consequentemente, serão reconhecidas no resultado as despesas de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do direito de uso do ativo ao invés das despesas de aluguel anteriormente reconhecidas no resultado operacional da Companhia.

Em 01 de janeiro de 2019, a adoção do IFRS 16 / CPC 06 (R2) resultou em um aumento no ativo imobilizado de R\$ 6 milhões em contrapartida a um passivo de arrendamento mercantil (circulante e não circulante) também de R\$ 6 milhões.

#### **(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia nos três últimos exercícios sociais foram emitidos sem ressalvas.

## 10.5 - Políticas Contábeis Críticas

### 10.5 - Políticas contábeis críticas

#### Combinação de negócios:

A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios quando o controle é transferido para a entidade. Para cada combinação de negócio, o adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. A Companhia considera a combinação de negócio como crítica, pois, pode envolver mudanças em suas estimativas e ágio (*goodwill*) na transação.

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

#### Ativo fiscal diferido:

O ativo fiscal diferido é reconhecido somente na proporção da expectativa de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O ativo fiscal diferido não é reconhecido para: (i) diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; (ii) diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível. A Companhia considera impostos diferidos como crítica, pois envolve mudanças de estimativas de provisões de resultados futuros.

## 10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

### 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

(ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

(iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

(iv) Contratos de construção não terminada

Não se aplica à Companhia.

(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica à Companhia.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

## 10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

### 10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

- (a) **Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

- (b) **Natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

- (c) **Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

## 10.8 - Plano de Negócios

### 10.8 - Plano de Negócios

#### (a) Investimentos

##### (i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

A Companhia apresentou como ativo intangível os montantes de R\$ 60,8 milhões em 31 de dezembro de 2020; R\$ 42,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 25,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 relativos a pesquisas e desenvolvimento de plataformas, montantes esses líquidos de amortização.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 foram realizados investimentos totais R\$ 24,8 milhões, R\$ 17,1 milhões e R\$ 8,6 milhões, respectivamente, relativos à atualização de plataformas, desenvolvimento de novas funcionalidades para as soluções existentes e desenvolvimento de novas soluções.

As licenças de software, também classificados como ativo intangível, totalizaram R\$ 1,7 milhão em 31 de dezembro de 2020; R\$ 2,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 2 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Os investimentos previstos para 2021 totalizam aproximadamente R\$ 36 milhões em desenvolvimento da plataforma e de novas soluções, montantes esses líquidos de amortização.

##### (i) Fontes de financiamento dos investimentos

Captação com instituições financeiras e aporte de capital.

##### (ii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

##### (b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável.

#### (c) Novos produtos e serviços

##### (i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

##### (ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

##### (iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

##### (iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

## 10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

### 10.9 - Outros fatores com influência relevante

A Administração considera suas demonstrações financeiras como informações essenciais para avaliação dos negócios e tomada de decisões. Adicionalmente, são utilizadas outras métricas de desempenho e indicadores, de forma conjunta, para avaliar os negócios tais como o crescimento da receita, EBITDA e a Margem EBITDA, bem como o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado, Dívida Bruta e Caixa Líquido que podem ser analisadas na Seção 3.2 deste Formulário de Referência.

Os comentários a seguir podem conter declarações sobre tendências que refletem nossas expectativas atuais, que envolvem riscos e incertezas. Os resultados futuros e os eventos podem não ocorrer de acordo com as expectativas da Companhia, devido a diversos fatores relacionados aos negócios da Companhia, ao setor de atuação e ao ambiente econômico, especialmente em relação ao informado no item 4, além de outros assuntos descritos neste Formulário de Referência.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), como uma pandemia. Tal declaração desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto da doença, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio.

Em resposta a este cenário, a empresa tomou medidas protetivas com o intuito de evitar a disseminação do vírus, garantir a preservação da saúde dos colaboradores e demais partes relacionadas, assegurar a manutenção de empregos, bem como medidas para amenizar os efeitos da pandemia nos resultados da Companhia. Entre as principais medidas estabelecidas, tivemos:

- Deslocamento de toda equipe para o trabalho remoto;
- Medidas relacionadas aos protocolos de biossegurança, visando a saúde e o bem-estar dos colaboradores;
- Contenção e revisão de gastos como forma de minimizar os possíveis impactos relacionados as incertezas do cenário futuro;

Como medida de apoio a comunidade como um todo, durante a pandemia de COVID-19, a Companhia trabalhou em algumas ações para ajudar profissionais da saúde, dentre as quais vale destacar a participação como parceiro do BNDES no projeto “Salvando Vidas”, o maior projeto de *matchfunding* do Brasil, onde atuou como ferramenta de compra de mais de R\$ 79 milhões em insumos para hospitais filantrópicos e Santas Casas de todo o país.

Do ponto de vista do negócio, a pandemia provocada pelo COVID-19 resultou em uma maior demanda no setor de saúde, advinda por atendimentos, diagnósticos ou materiais médicos e medicamentos. Neste contexto, a Bionexo exerce um papel fundamental ao atuar como provedora de soluções digitais para processos em saúde, com foco na cadeia de suprimentos. Através de seu *marketplace* para compra e venda de materiais médicos e medicamentos, conecta instituições de saúde a fabricantes e distribuidores de insumos médico-hospitalares, contribuindo para atender o pico de demanda gerado pela pandemia, além de também oferecer soluções para otimização de estoque e *analytics*, que ajudam na gestão de caixa, reposição de insumos e tomada de decisões.

Do ponto de vista comercial, em um primeiro momento, a operação foi impactada pela falta de disponibilidade dos decisores para avaliação de propostas comerciais, assim como a suspensão do atendimento de clínicas e cirurgias eletivas. No entanto, essa se mostrou uma situação transitória que foi normalizada ao longo do ano.

Com um modelo de receita operacional líquida bastante consolidado, a Companhia teve a segurança necessária para superar as dificuldades e incertezas impostas ao longo de 2020. Adicionalmente, o fato de atuar no setor de saúde a colocou ainda mais em evidência, à medida que conseguiu contribuir com o setor, de modo a minimizar os impactos causados por esse cenário.

## **11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas**

### **11.1 - Projeções divulgadas e premissas**

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

## **11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas**

### **11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas**

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

### 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

A estrutura administrativa da Companhia é constituída por (i) Conselho de Administração, (ii) Diretoria, (iii) Conselho Fiscal; (iii) Comitê de Auditoria, os quais possuem as atribuições indicadas abaixo. Nos termos do Regulamento do Novo Mercado, o Conselho de Administração poderá, ainda, criar outros comitês de assessoramento.

- a) **atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:**

#### Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão responsável, dentre outros, pelo estabelecimento das políticas gerais dos negócios da Companhia e pela eleição dos diretores executivos, bem como pela supervisão da gestão deles. De acordo com o estatuto social da Companhia, o Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela Assembleia Geral, observado o disposto no Acordo de Acionistas arquivado na sede social da Companhia.

Compete ao Conselho de Administração, além dos poderes previstos em lei:

- (a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (b) fiscalizar a gestão dos Diretores e examinar, a qualquer tempo, os livros e documentos da Companhia;
- (c) manifestar-se sobre o relatório da administração, sobre as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras, assim como sobre os resultados trimestrais das operações da Companhia, bem como deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral, conforme aplicável;
- (d) autorizar qualquer operação que envolva a aquisição, oneração e alienação de qualquer participação em qualquer outra sociedade na qual a Companhia detenha participação, direta ou indireta, que atue no Brasil ou em qualquer outro território, bem como a aquisição, alienação, locação, cessão, transferência ou constituição de quaisquer Ônus sobre qualquer bem, ativo ou direito da Companhia;
- (e) autorizar qualquer operação que envolva atividades fora do objeto social;
- (f) autorizar operações com Partes Relacionadas da Companhia ou dos acionistas da Companhia, e com acionistas da Companhia, com observância da Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia;
- (g) autorizar a emissão ou cancelamento de programas de opção de compra de ações devidamente aprovados pela assembleia geral, ou instrumentos similares;
- (h) aprovar o plano de negócios, plano de investimentos, orçamentos anuais e plurianuais da Companhia em qualquer valor, e suas revisões, alterações ou atualizações;
- (i) aprovar qualquer mudança sobre o orçamento anual que envolva um aumento ou redução de mais de 10% (dez por cento) em relação ao orçamento anual contido no plano de negócios da Companhia previamente aprovado;
- (j) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixação de sua remuneração individual, bem como suas atribuições específicas, com observância das disposições deste Estatuto Social;
- (k) estabelecer a distribuição interna de responsabilidades dos membros da Diretoria, desde que não conflitem nem alterem as atribuições dispostas neste Estatuto Social;

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- (l) definir a política de dividendos intercalares ou intermediários, declaração ou distribuição de dividendos (exceto o obrigatório) ou juros sobre o capital próprio à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, bem como declaração, *ad referendum* da Assembleia Geral, de dividendos intermediários e/ou intercalares à conta de lucros ou de reservas de lucros existentes em balanços levantados em períodos menores;
- (m) propor a retenção de lucros com base em orçamento de capital, na forma do Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações;
- (n) opinar sobre investimentos em novos negócios ou o estabelecimento de qualquer parceria, joint venture ou aliança similar com terceiros;
- (o) aprovar qualquer investimento de capital (*capex*) não previsto no plano de negócios e no orçamento anual lá contido, que individualmente ou no conjunto excedam em 2% (dois por cento) a receita líquida consolidada da Companhia conforme o balanço social auditado do exercício social imediatamente anterior;
- (p) aprovar quaisquer empréstimos e contratos financeiros que representem em uma única operação, ou em um conjunto de operações, valor de até 1,5 (um inteiro e cinco décimos) vezes EBITDA da Companhia conforme o balanço social auditado do exercício social imediatamente anterior, incluindo contratos de abertura de crédito, mútuos, empréstimos, extensão de crédito, financiamentos, arrendamentos mercantis ou leasing, e desconto de recebíveis ou créditos, emissão de notas promissórias comerciais ou outros títulos de dívida da Companhia, bem como a outorga ou criação das respectivas garantias;
- (q) celebrar transações para prevenir ou pôr fim a litígios cujo valor excede R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), exceto quando contemplado no orçamento anual contido no plano de negócios ou quando haja ameaça à continuidade das operações da Companhia;
- (r) aprovar e alterar a política de planos de participação ou distribuição de lucros a administradores ou empregados da Companhia, incluindo bônus, distribuição de lucros e programas de incentivo, e planos de oferta ou opção de compra de ações ou instrumentos similares, não contemplados no plano de negócios da Companhia;
- (s) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia dentre as seguintes empresas especializadas: Deloitte Touche Tohmatsu, PriceWaterhouseCoopers, KPMG ou Ernst & Young;
- (t) venda ou alienação de qualquer ativo fixo em valor individual acima de valor equivalente a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado no último balanço trimestral, semestral ou anual (sempre o mais recente) revisado pelos auditores externos;
- (u) decidir o voto da Companhia em qualquer assembleia geral ou reunião/assembleia de sócios das Subsidiárias (em que a Companhia participe diretamente), ou o voto de Subsidiárias em qualquer assembleia geral ou reunião/assembleia de sócios das sociedades Controladas indiretamente pela Companhia, incluindo qualquer das matérias constantes deste Artigo 17 ou Artigo 10 deste Estatuto Social, *mutatis mutandis*;
- (v) criar comitês específicos de apoio à administração da Companhia e eleger seus respectivos membros;
- (w) exceto se previsto no plano de negócios da Companhia previamente aprovado, autorizar a celebração ou rescisão de qualquer contrato ou assunção de qualquer obrigação cujo valor excede, em determinado exercício social, individualmente, o equivalente a 2% (dois por cento) da receita líquida da Companhia no exercício social imediatamente anterior e, no agregado, o equivalente a 4% (quatro por cento) da receita líquida da Companhia no mesmo período;

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- (x) autorizar a concessão, pela Companhia, de qualquer garantia, real ou fidejussória, de qualquer valor, para garantir obrigações de terceiros, incluindo fianças e avais, inclusive para clientes ou fornecedores da Companhia;
- (y) exonerar terceiros, em um mesmo exercício fiscal, do cumprimento de obrigações para com a Companhia que envolva, individualmente, valor superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), e, no agregado, valor superior a 1% (um por cento) do faturamento líquido da Companhia no exercício social imediatamente anterior;
- (z) propor qualquer medida judicial ou administrativa que envolva valores iguais ou superiores a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), ou que possam ter impacto negativo nas atividades da Companhia ou seu relacionamento com qualquer autarquia, órgão ou Autoridade Governamental;
- (aa) aprovar políticas, códigos, normas de procedimento e/ou regimentos internos da Companhia, inclusive aqueles obrigatórios nos termos das normas editadas pela CVM, do Regulamento do Novo Mercado e da legislação aplicável à Companhia;
- (bb) abrir ou encerrar filiais, agências, escritórios e sucursais em qualquer parte do país ou no exterior, e fixar ou alterar os endereços dessas e da sede da Companhia;
- (cc) avaliar o desempenho do Diretor Presidente e apreciar as avaliações de desempenho dos demais membros da Diretoria, bem como estruturar um plano de sucessão com relação ao Diretor Presidente e avaliar e supervisionar os planos de sucessão de membros da Diretoria;
- (dd) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, *commercial papers*, notas promissórias, *bonds*, *notes* e de quaisquer outros títulos de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada;
- (ee) convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente ou nas hipóteses exigidas pela Lei das Sociedades por Ações;
- (ff) manifestar-se, favorável ou contrariamente, a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias contados da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis;
- (gg) aprovação de oferta pública a ser lançada pela própria Companhia para saída do Novo Mercado ou de qualquer outro mercado no qual as ações da Companhia forem negociadas;
- (hh) aprovar o orçamento do comitê de auditoria da Companhia, da área de auditoria interna e de eventuais outros comitês que sejam constituídos, nos termos do Parágrafo Segundo abaixo; e
- (ii) aprovar as atribuições da área de auditoria interna.

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

### Comitê de Auditoria

Compete ao Comitê de Auditoria, entre outras matérias:

- a) Opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- b) Supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar: (i) a sua independência; (ii) a qualidade dos serviços prestados; e (iii) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia;
- c) Avaliar e monitorar a qualidade e a integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- d) Acompanhar e supervisionar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- e) Supervisionar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia;
- f) Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, promovendo seu gerenciamento, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos; e
- g) Avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas;
- h) Receber e tratar informações, inclusive sigilosas, acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, atentando para a proteção do denunciante e a confidencialidade da informação;
- i) Elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (i) as reuniões realizadas, suas atividades, os principais assuntos discutidos, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e (ii) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras da Companhia.

**i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados**

O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria possuem regimento interno próprio, conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de fevereiro de 2021. Os regimentos estão disponíveis para consulta no site de relações com investidores da Companhia [bionexo.com/ri](http://bionexo.com/ri) e no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

**ii. se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto**

Conforme descrito no item (i) acima, a Companhia possui um Comitê de Auditoria não estatutário em cumprimento às disposições do Regulamento do Novo Mercado e de acordo com as orientações ali previstas.

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

iii. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditória com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Embora a Companhia não possua uma política formalizada de contratação de serviços extra-auditória com o auditor independente, é responsabilidade do Conselho de Administração escolher e destituir auditores independentes, bem como convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários. O Conselho de Administração deve assegurar que as demonstrações financeiras sejam auditadas por auditor independente. Adicionalmente, cabe também ao Comitê de Auditoria a avaliação do trabalho da auditoria independente, nos termos do seu regimento e cujas atribuições encontram-se dispostas no item acima.

**(b) em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

### Diretoria

A Diretoria é composta por, no mínimo, 2 (dois) membros, e, no máximo 6 (seis) membros, todos residentes no Brasil, acionistas ou não, sendo um Diretor Presidente (CEO), um Diretor Financeiro, um Diretor de Relações com Investidores, e os demais designados Diretores sem designação específica, eleitos e destituídos a qualquer tempo pelo Conselho de Administração. Todos os Diretores serão residentes no país e terão mandato unificado de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos.

Compete ao **Diretor Presidente**, além das demais atribuições previstas no Estatuto Social:

- (i) indicar os diretores e demais membros da administração das sociedades Controladas da Companhia;
- (ii) coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia;
- (iii) zelar pelo cumprimento de todos os membros da Diretoria das diretrizes estabelecidas pela Assembleia Geral e Conselho de Administração;
- (iv) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- (v) coordenar as atividades dos demais Diretores, observadas as atribuições específicas previstas neste Estatuto Social; e
- (vi) definir a repartição das competências aos demais Diretores em relação às áreas não especificamente mencionadas neste Estatuto Social “ad referendum” do Conselho de Administração.

Compete ao **Diretor Presidente**, além das demais atribuições previstas no Estatuto Social:

- (i) planejar, coordenar, organizar, dirigir e supervisionar as atividades relativas às áreas financeira, contábil, fiscal e de planejamento e controle da Companhia;
- (ii) coordenar o controle e movimentação financeira da Companhia, zelando por sua saúde econômica e financeira; e
- (iii) gerenciar o orçamento, controlar despesas, implantar controles e reportar o desempenho financeiro da Companhia.

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Compete ao **Diretor de Relações com Investidores**, além das demais atribuições previstas no Estatuto Social:

- (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações com investidores, bem como representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a CVM, a B3, o Banco Central do Brasil e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionadas às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior;
  - (ii) prestar informações ao público investidor, à CVM e B3, às demais Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, a agências de rating quando aplicável e aos demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; e
  - (iii) manter atualizados os registros da Companhia perante a CVM e a B3.
- (c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:**

### Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia é de caráter não permanente e, até a data deste Formulário de Referência, ainda não havia sido instalado. Adicionalmente, a Companhia não possui regimento interno do Conselho Fiscal, podendo aprovar um regimento quando de sua instalação.

- (d) se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo**

- i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros

O Conselho de Administração realizará, no mínimo, uma vez a cada mandato, a avaliação formal do desempenho do próprio conselho, como órgão colegiado, de cada um de seus membros, individualmente, dos comitês, do Presidente do Conselho e dos Diretores da Companhia.

Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria que estiverem na função por, pelo menos, 2 (duas) reuniões ordinárias desde a última avaliação.

A condução do processo de avaliação é de responsabilidade do Presidente do Conselho. É facultativa a utilização de assessoria externa especializada.

Os resultados consolidados das avaliações do Conselho, dos Conselheiros e dos Diretores serão divulgados a todos os membros do Conselho, sendo certo que os resultados das avaliações: (i) individuais dos Conselheiros serão disponibilizados à pessoa em questão e ao Presidente do Conselho; (ii) do Presidente do Conselho e dos Diretores serão também disponibilizados a todos os Conselheiros; e (iii) de cada Conselheiro e do Presidente do Conselho serão discutidos em sessões de *feedback* individuais.

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

### ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

O processo de avaliação é estruturado levando em consideração as características e responsabilidades específicas do Conselho de Administração, de seus membros, seu Presidente, cada um dos comitês de assessoramento e da Diretoria, buscando alcançar um alto nível de especialização durante a avaliação.

Os principais critérios utilizados na avaliação dos membros do Conselho de Administração, dos membros dos comitês de assessoramento, incluindo os membros do Comitê de Auditoria, são:

- (i) assiduidade no exame e no debate das matérias discutidas;
- (ii) a contribuição ativa no procedimento decisório; e
- (iii) o comprometimento com o exercício das suas funções.

Na avaliação enquanto órgão colegiado, os critérios de avaliação do Conselho de Administração são agrupados em:

- (i) Separação de papéis e relacionamento entre Conselho de Administração e Diretoria Executiva;
- (ii) Atribuições e papéis do Conselho de Administração;
- (iii) Composição e dedicação;
- (iv) Atuação dos membros;
- (v) Funcionamento e processos;
- (vi) Comitês de assessoramento;
- (vii) Ética, governança e sustentabilidade;
- (viii) Presidência do Conselho de Administração;
- (ix) Contexto e atual momento; e
- (x) Avaliação geral.

Por sua vez, os mecanismos de avaliação de desempenho da Diretoria, como órgão colegiado e de seus membros individualmente, são os seguintes:

- (i) exposição dos atos de gestão praticados quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa;
- (ii) contribuição para o resultado do exercício; e
- (iii) consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e atendimento à estratégia de longo prazo.

Já o Diretor Presidente será avaliado de acordo com a sua performance individual e metas corporativas que são definidas anualmente de acordo com a estratégia da Companhia.

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

### iii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão; e

Os resultados consolidados das respectivas avaliações são levados ao Conselho de Administração e são utilizados para identificar pontos fortes e os que devem ser melhorados por cada órgão e seus respectivos membros.

Uma vez identificados tais pontos, a Companhia é capaz de estabelecer planos de ação para o contínuo aperfeiçoamento dos órgãos, comitês e membros da Administração da Companhia. Os planos de ação compreendem, por exemplo, a definição de metas para o ano subsequente.

Para propiciar o endereçamento dos pontos identificados acima, os resultados das avaliações de cada Conselheiro, do seu Presidente, da Diretoria enquanto órgão e do Diretor Presidente serão discutidos em sessões de feedback individuais, certo de que o feedback dos membros do Conselho poderão ser realizados pelo Presidente do Conselho e o feedback do Presidente do Conselho poderá ser feito por empresa especializada com ciência aos acionistas. No caso dos membros da Diretoria, os feedbacks serão conduzidos pelo Diretor Presidente.

Em relação ao Comitê de Auditoria, os resultados consolidados das avaliações serão disponibilizados a todos os membros do Comitê de Auditoria e do Conselho de Administração. Os resultados das avaliações individuais serão disponibilizados à pessoa em questão, Coordenador do Comitê de Auditoria e ao Presidente do Conselho de Administração.

### iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Até a data deste Formulário de Referência, tais serviços de assessoria externa não haviam sido contratados.

## 12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

### 12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às Assembleias Gerais

#### (a) Prazos de convocação

A Companhia não adota prática diferenciada quanto aos prazos de convocação em relação ao previsto na legislação societária. A primeira convocação deve ser feita com, no mínimo, 15 dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral, contado tal prazo da publicação do primeiro anúncio de convocação, do qual constará local, data e hora da assembleia e a respectiva ordem do dia. Caso a assembleia geral não se realize após a primeira convocação, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de oito dias, conforme o Artigo 124, §1º, inciso II, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

#### (b) Competências

Compete exclusivamente aos acionistas da Companhia, reunidos em Assembleia Geral, nos termos do Estatuto Social e da Lei das Sociedades por Ações, deliberar sobre as seguintes matérias:

- (i) alteração do Estatuto Social;
- (ii) a eleição e destituição, a qualquer tempo, dos membros do Conselho de Administração da Companhia e do Conselho Fiscal, se e quando instalado, bem como definir o número de cargos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia;
- (iii) fixação do limite da remuneração anual global dos administradores da Companhia, observado que caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição individual da remuneração do próprio Conselho de Administração e da Diretoria;
- (iv) aprovação anual das contas dos administradores e das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de encerramento de exercício por eles apresentadas;
- (v) aprovação do plano de negócios e/ou do orçamento anual e/ou da política de investimentos e reinvestimentos, da proposta da administração de destinação do lucro, da declaração e fixação das condições de pagamento de quaisquer proventos aos acionistas, da constituição de reservas de capital ou lucros;
- (vi) alteração da política de distribuição de dividendos que acarrete a redução do dividendo mínimo obrigatório em nível inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado no respectivo exercício;
- (vii) o aumento ou redução do capital social, emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, exceto se dentro do limite do capital autorizado, alteração nos direitos, preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização das ações;
- (viii) a fixação do preço de emissão de ações e demais valores mobiliários, exceto se a emissão for realizada dentro do limite do capital autorizado;
- (ix) aprovação da avaliação de bens com que qualquer acionista concorrer para formação do capital social da Companhia, observado o disposto na Lei das Sociedades por Ações;
- (x) transformação da Companhia em outro tipo societário;
- (xi) qualquer operação de fusão, cisão ou incorporação, inclusive de ações, ou outra operação com efeitos similares, incluindo, sem limitação, qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia ou Subsidiárias ou seus respectivos ativos ou a absorção do acervo resultante de qualquer sociedade pela Companhia e/ou Controlada;
- (xii) dissolução, liquidação e extinção da Companhia, eleição e destituição dos liquidantes e julgamento de suas contas, bem como sobre o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação, e o julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação;

## 12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

- (xiii) autorização aos administradores para confessar falência ou requerer recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia;
- (xiv) deliberação acerca de qualquer matéria que, em virtude de lei, dê ao sócio ou acionista ou o direito de se retirar;
- (xv) suspensão do exercício dos direitos de acionista, nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
- (xvi) a adoção, alteração ou modificação de qualquer plano, programa, contrato ou acordo de benefício para funcionários ou membros do Conselho de Administração ou da Diretoria da Companhia e/ou das Subsidiárias, que envolvam de qualquer forma direitos relacionados ao recebimento de lucros e/ou ações de emissão da Companhia por tais funcionários, membros do Conselho de Administração ou Diretores, incluindo, mas não se limitando a opções de compra de ações de emissão da Companhia;
- (xvii) deliberação sobre grupamento ou desdobramento de ações em que se divide o capital social da Companhia, subscrito e integralizado;
- (xviii) dispensar a realização de oferta pública de aquisição de ações ("OPA") para saída do Novo Mercado.

**(c) Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise**

Endereço Eletrônico: ri@bionexo.com.

Endereço Físico: Avenida Juscelino Kubitscheck, 1830, conjunto 71, CEP 04543-000, Itaim Bibi, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

**(d) Identificação e administração de conflitos de interesses**

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse nas assembleias gerais, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira.

Adicionalmente, a Companhia possui uma política de transações com partes relacionadas e conflito de interesses, conforme descrita na seção 16 deste Formulário de Referência.

**(e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto**

A Companhia não possui regra determinada a respeito de outorga de procuração para o exercício de voto, cabendo, na respectiva convocação da assembleia, a instrução específica sobre esse tema.

**(f) Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico**

A qualidade de acionista deve ser comprovada mediante exibição de documentos hábeis previstos na lei. Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de um ano e que, também, seja acionista da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos.

A Companhia admite procurações outorgadas por meio eletrônico desde que na data da Assembleia sejam apresentados os documentos originais. Não há prazo prévio para depósito do instrumento de mandato.

A Companhia não possui nenhuma outra regra, política ou prática para a aceitação de procurações de acionistas, além do disposto na legislação aplicável.

## 12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

**(g) Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização**

À luz da Instrução CVM nº 561, de 07 de abril de 2015, conforme alterada, a Companhia adotará a possibilidade do seu acionista exercer o direito de voto à distância a partir da concessão de seu registro, pela CVM, como companhia aberta na categoria "A".

Segundo o Art. 21-B da Instrução CVM 481, o boletim de voto à distância será recebido até 7 (sete) dias antes da assembleia. Os boletins recebidos após a data estabelecida serão desconsiderados pela Companhia.

Nos termos do Art. 21-U da Instrução CVM 481, a Companhia comunicará ao acionista, em até 3 (três) dias do recebimento do boletim de voto à distância, se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido. Não serão exigidos reconhecimento de firma, notarização ou consularização.

**(h) Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância**

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento de voto à distância ou de participação à distância próprio, porém utilizará as prerrogativas da Instrução CVM 561 para viabilizar o processo de voto à distância.

**(i) Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância**

Conforme previsto no art. 21-L da Instrução CVM 481, acionistas que representem os percentuais mínimos estabelecidos nos Anexos 21-L-I e 21-L-II da Instrução CVM 481 poderão solicitar, respectivamente, a inclusão no boletim de voto à distância de (i) candidatos ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal da Companhia, sempre que convocada Assembleia Geral para sua eleição sujeita ao procedimento de voto à distância, conforme §1º do art. 21-A; ou (ii) propostas de deliberação para as Assembleias Gerais Ordinárias da Companhia.

As solicitações de inclusão descritas acima deverão ser recebidas pelo Diretor de Relações com Investidores da Companhia (a) na hipótese (i) acima, de inclusão de candidatos ao Conselho de Administração ou Conselho Fiscal, (a.i) em sendo Assembleia Geral Ordinária, entre o 1º (primeiro) dia útil do exercício social em que se realizará a Assembleia Geral Ordinária e até 25 (vinte e cinco) dias antes da data prevista para sua realização, conforme divulgada no Calendário de Eventos Corporativos da Companhia; ou (a.ii) em sendo Assembleia Geral Extraordinária, entre o 1º (primeiro) dia útil após a ocorrência de evento que justifique a convocação da referida Assembleia Geral e até 25 (vinte e cinco) dias antes da data de realização da Assembleia Geral; e (b) na hipótese (ii) acima, de inclusão de propostas de deliberação em Assembleia Geral Ordinária, entre o 1º (primeiro) dia útil do exercício social em que se realizará a Assembleia Geral Ordinária e até 45 (quarenta e cinco) dias antes da data de sua realização.

Toda e qualquer solicitação de inclusão de propostas ou candidatos no boletim de voto à distância, conforme descritas acima, deverão observar os requisitos legais aplicáveis, bem como o disposto nos artigos 21-L e 21-M da ICVM 481 e deverão ser enviadas aos seguintes endereços, físicos e eletrônicos: Avenida Juscelino Kubitscheck, 1830, conjunto 71, CEP 04543-900, Itaim Bibi, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e [www.bionexo.com/ri/](http://www.bionexo.com/ri/).

**(j) Se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias**

A Companhia não mantém fóruns ou páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

## 12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

### (k) Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Não há outras informações, além das instruções disponibilizadas acima, necessárias à participação à distância e ao exercício do direito de voto à distância para as Assembleias Gerais da Companhia.

A Companhia mantém uma área de relações com investidores dedicada ao esclarecimento de dúvidas dos seus acionistas e mercado em geral, inclusive de questões relacionadas às assembleias. O contato pode ser feito pelo e-mail [ri@bionexo.com](mailto:ri@bionexo.com).

## 12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

### 12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

#### (a) Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

As reuniões do Conselho de Administração da Companhia serão realizadas a cada três meses, ao final de cada trimestre, e extraordinárias sempre que os interesses sociais o exigirem.

A convocação das reuniões será realizada, por qualquer membro do Conselho de Administração, mediante notificação escrita, por meio de notificação pessoal, enviada por correspondência registrada ou e-mail, todos com aviso de recebimento, ao endereço previamente indicado por cada membro do Conselho de Administração para esse propósito. A primeira notificação de convocação será enviada com antecedência mínima de 5 dias úteis da reunião e com apresentação da pauta e documentos relacionados, que se instalará com a presença da maioria de seus membros e, em segunda convocação, por qualquer número, e serão aprovadas, incluindo propostas a serem submetidas à Assembleia Geral, pelo voto da maioria dos membros do Conselho de Administração presentes na respectiva reunião.

Os membros do Conselho de Administração podem participar das reuniões à distância, por meio de telefone, videoconferência, e-mail ou qualquer outro meio eletrônico, desde que envie seu voto por escrito via correio eletrônico (e-mail), carta registrada ou carta entregue em mãos ao Presidente da reunião antes do encerramento, lavratura e assinatura da respectiva ata, e todos os participantes possam ser claramente identificados, caso em que a reunião será considerada realizada no local onde estiver o Presidente da reunião.

Considerando que até 30 de dezembro de 2020 a Companhia era uma Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, não houve reuniões do Conselho de Administração da Companhia no último exercício social.

#### (b) Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

O Acordo de Acionistas da Companhia, em vigor na data deste Formulário de Referência, não possui qualquer restrição ou vinculação de direito de voto dos membros do Conselho de Administração. Para informações sobre o Acordo de Acionistas da Companhia, vide item 15.5 deste Formulário de Referência.

#### (c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificação e administração de conflitos de interesses, aplicando à hipótese as regras constantes na legislação brasileira.

#### (d) se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

##### i. órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Em reunião realizada em 17 de fevereiro de 2021, os membros do nosso Conselho de Administração aprovaram a nossa política de indicação dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Comitês de Assessoramento ("Política de Indicação"). A íntegra da nossa Política de Indicação pode ser acessada no nosso site de relações com investidores ([bionexo.com/ri](http://bionexo.com/ri)) e no site da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), na categoria "Política de Indicação".

## 12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

### ii. principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

A Política de Indicação visa determinar os critérios para composição do Conselho de Administração, dos Comitês e da Diretoria da Companhia, prezando as melhores práticas de governança corporativa, com a devida transparéncia, e tem como fundamentos: (i) as diretrizes de governança corporativa do Estatuto Social da Companhia; (ii) o Código de Ética; (iii) a Lei das Sociedades por Ações; (iv) as normas aplicáveis emanadas pela CVM; (v) o Regulamento do Novo Mercado; e (vi) o Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas, elaborado pelo Grupo de Trabalho Interagentes, coordenado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC); e (vii) o Acordo de Acionistas da Companhia.

O Conselho de Administração será formado por, no mínimo 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros efetivos, sem suplentes, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandado unificado de 2 (dois) anos sendo permitida a reeleição, conforme Estatuto Social. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 2 (dois) ou 20% (vinte porcento), o que for maior, deverão ser “Conselheiros Independentes”, conforme definição do Regulamento Novo da B3.

A indicação de membros do Conselho de Administração da Companhia deverá obedecer aos seguintes critérios, além dos requisitos legais, regulamentares, e daqueles expressos no Estatuto Social da Companhia:

- (i) alinhamento e comprometimento com os valores e a cultura da Companhia, seu Código de Ética e suas políticas internas;
- (ii) reputação ilibada;
- (iii) visão estratégica;
- (iv) conhecimento e experiência profissional em temas diversificados, compatíveis com o cargo ao qual foi indicado;
- (v) habilidades para implementar as estratégias, enfrentar os desafios e atingir os objetivos da Companhia;
- (vi) estar isento de conflito de interesse com a Companhia / não (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia.

Cabe destacar que a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, instalar ou descontinuar Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, exceto o Comitê de Auditoria de funcionamento permanente. Tais Comitês obedececerão aos critérios de indicação estabelecidos na Política de Indicação, bem como as diretrizes e atribuições aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia quando de sua instalação, observado o disposto em seus regimentos internos.

## **12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem**

### **12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem**

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, a Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal ficam obrigados a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no estatuto social, nas disposições na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Contrato de Participação do Novo Mercado, do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Sanções e do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado.

## 12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>					
Josimar Gomes 098.629.406-38	13/09/1989 Administrador	Descrição de outro cargo / função Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretor Financeiro	30/12/2020 30/12/2020	2 anos Sim	0 0,00%
Lucas Carvalho Zacharias 388.710.448-00	02/01/1990 Administrador	Pertence apenas à Diretoria 12 - Diretor de Relações com Investidores	17/02/2021 17/02/2021	2 anos Sim	0 0,00%
Rafael Kellermann Barbosa 331.524.408-12	13/02/1985 Economista	Pertence apenas à Diretoria 10 - Diretor Presidente / Superintendente	30/12/2020 30/12/2020	2 anos Sim	0 0,00%
Marcelo Hallack 085.753.937-07	02/05/1981 Administrador	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/12/2020 30/12/2020	2 anos Sim	0 100.00%
Mauricio de Lazzari Barbosa 074.797.328-02	14/12/1960 Engenheiro	Pertence apenas ao Conselho de Administração 20 - Presidente do Conselho de Administração	30/12/2020 30/12/2020	2 anos Sim	0 100.00%
Rodrigo Cury Sampaio de Miranda Pavan 354.277.468-54	02/06/1986 Administrador	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/12/2020 30/12/2020	2 anos Sim	0 100.00%
Mariana Moura Wyatt 315.989.168-23	03/06/1982 Administradora	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/12/2020 30/12/2020	2 anos Não	0 100.00%

## 12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administrado	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>					
João Ayres Rabello Filho	15/11/1954	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/02/2021	2 anos	0
973.051.978-15	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	15/02/2021	Sim	100.00%
<b>Membro do Comitê de Auditoria.</b>					
Joaquim Pedro André Ribeiro	06/12/1975	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/02/2021	2 anos	0
002.272.786-82	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	15/02/2021	Não	100.00%
<b>Membro do Comitê de Auditoria.</b>					
Licio Tavares Angelo Cintra	03/04/1980	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/02/2021	2 anos	0
214.487.188-48	Empresário	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	15/02/2021	Não	100.00%
<b>Experiência profissional / Critérios de Independência</b>					
Lucas Carvalho Zacharias	- 388.710.448-00	Josimar Gomes - 098.629.406-38			
Gradou-se em Ciências da Computação pela Universidade Paulista (UNIP-SP) em 2012 e adquiriu o título de pós-graduação em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas – FGV/SP em 2015. Consolidou sua carreira na Bionexo, empresa da qual faz parte desde 2015, atuando na gestão e planejamento financeiro do negócio. Atualmente atua como Diretor Financeiro, liderando as áreas de Controladoria, Tesouraria, Planejamento Financeiro, Gestão Financeira de Contratos e Facilidades.					
O Sr. Josimar Gomes não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.					
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.					
Lucas Carvalho Zacharias - 388.710.448-00					
Formado em administração de empresas pelo Insper – Instituto de Ensino e Pesquisa em 2012, iniciou sua carreira na área de fusões e aquisições no Banco Bradesco BB (2011 a 2012), posteriormente atuando na área de operações de renda fixa do Banco BTG Pactual (2012 a 2016). Durante 2 anos, foi gerente geral da A Esquina dos Pneus (2016 a 2018), empresa familiar de distribuição de pneus, onde foi responsável pela sua reestruturação. Ingressou na Companhia em 2018, participando da criação da área de Novos Negócios e posteriormente se tornando gerente responsável. Atuou nas 3 aquisições de empresas realizadas pela Companhia desde 2018. Atualmente, é Diretor de Relações com Investidores.					
O Sr. Lucas não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.					
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.					
Rafael Kellermann Barbosa - 331.524.408-12					

Graduado em Economia na Universidade Federal de Santa Catarina, possui mestrado em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP e MBA pela Darden School of Business, na Universidade da Virgínia. Antes da Bionexo, trabalhou como consultor de projetos do Banco Mundial na Amazônia brasileira por quatro anos, sendo responsável pela implementação e monitoramento de políticas públicas de saúde e desenvolvimento social. No setor privado, atuou na Bessemer Venture Partners em investimentos com mais de US\$5 bilhões em ativos e como Consultor de Inovação para o IIC (Inter-American Investment Corporation). Ingressou na Bionexo em 2015 como Gerente de Novos Negócios e depois liderou o time de Produtos por dois anos, antes de ser nomeado CEO, em janeiro de 2019.

O Sr. Rafael Kellermann Barbosa é atualmente Presidente do Conselho Fiscal de entidade benéfica CEBUDV Núcleo Lupunamanta. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação administrativa da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Marcelo Hallack - 085.753.937-07

Fundador da Prisma Capital (em 2017), uma gestora de investimentos alternativos. Antes disso, foi sócio do Banco BTG Pactual entre 2008 e 2016 e Head da divisão de Private Equity (2015-2016), onde participou e liderou investimentos e foi conselheiro de diversas empresas, incluindo Estrapar, Rede D'Or São Luiz e Eneva. Antes, Marcelo trabalhou em private equity na Kohlberg Kravis Robert (NY) de 2006 a 2008, e também trabalhou na divisão de Investment Banking da Goldman Sachs (NY) entre 2003 e 2006. Marcelo é graduado em economia por Stanford University.

O Sr. Marcelo Hallack não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação administrativa da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Mauricio de Lazzari Barbosa - 074.797.828-02

É formado em engenharia de produção pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Atuou na indústria farmacêutica Merck Sharp & Dohme (MSD) por 13 anos, chegando a Diretor de Operações. É co-fundador da Bionexo e liderou ativamente o processo de crescimento da Companhia ao longo dos últimos 20 anos. Em 2019, Mauricio fundou a Apus Capital que tem como foco investir em soluções e projetos de saúde onde existe potencial de combinação estratégica entre Saúde e Health tech.

O Sr. Mauricio de Lazzari Barbosa não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação administrativa da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Rodrigo Cury Sampaio de Miranda Pavau - 354.277.468-54

Graduado em Administração de Empresas pela EAESP - Fundação Getúlio Vargas. Rodrigo iniciou sua carreira na área de Banco de Investimento do Merrill Lynch, em 2006, focado em operações de fusões e aquisições e mercado de capitais. Em 2008, foi contratado para a área de Private Equity do BTG (que, após a aquisição do Pactual, passou a se chamar Banco BTG Pactual), onde trabalhou por quase 10 anos. No BTG Pactual, Rodrigo participou de transações em diferentes setores, incluindo saúde, varejo, industrial e de serviços, até sair da instituição no início de 2017. Após a aquisição da Bionexo pela Prism Capital em março de 2017, foi trabalhar na companhia à frente da área Commercial e de Novos Negócios, até retornar à gestora em abril de 2019. Hoje, é sócio da Prism Capital, membro do Comitê de Investimentos e conselheiro da Petrobras.

O Sr. Rodrigo Cury Sampaio de Miranda Pavau não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação administrativa da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Mariana Moura Wyatt - 315.989.168-23

Graduada em Administração de Empresas pela EAESP - Fundação Getúlio Vargas com MBA pela Columbia Business School. A Mariana iniciou sua carreira na área de Fusões e Aquisições do Banco ABN AMRO. Em 2006, juntou-se ao time do Citi, onde participou de diversos projetos de fusões e aquisições e de mercado de capitais. De 2011 a 2013, trabalhou na mesma área pelo Goldman Sachs de onde saiu para juntar-se a Temasek Brasil Consultoria e Participações Ltda, uma subsidiária integral da Temasek Holding (Private) Limited ("Temasek"). A Mariana é Diretora de Investimentos da Temasek, Membro do Conselho de Administração da Bionexo, Membro Observador do Conselho de Administração da SimCo e Membro do Comitê Estratégico da Smartfit. Ela também foi Membro do Comitê de Finanças do Burger King do Brasil. A Sra. Mariana Moura Wyatt não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação administrativa da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

João Ayres Rabello Filho - 973.051.978-15

Graduado e com mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade de São Paulo - USP. É Conselheiro de Administração do Martins Atacadão, Instituto Alair Martins, Banco Triângulo, ABCB e Instituto Recíclar. Presidiu o Banco Triângulo, a BB DTVM e Concórdia Banco. Foi CEO do Banco Fibra e Diretor do Citibank, Excel Banco, Coimbra Dreyfus e Banco Francês Brasileiro.

O Sr. João Ayres não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação administrativa da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Joaquim Pedro André Ribeiro - 002.272.786-82

Formou-se em Economia na Universidade de Harvard, em Cambridge, Estados Unidos. É Diretor-Presidente e membro do conselho do Grupo Technos. Também é Fundador e Diretor da empresa de investimentos Neopar Capital. Anteriormente, trabalhou na empresa Shoptime, no ano de 2005, ocupando o cargo de Diretor-Presidente, e na empresa Time Warner em Nova Iorque, de 1999 a 2004.

O Sr. Joaquim não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da CVM 617/19. O Sr. Joaquim é conselheiro independente, eleito de acordo com os critérios de independências estabelecidos no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3, no Regimento Interno do Conselho de Administração e no Estatuto Social.

Licio Tavares Angelo Cintra - 214.487.188-48

Graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Mackenzie, pós-graduado em Administração pela FGV, com MBA em Contabilidade e Finanças pela FUNDAE e MBA Executivo Internacional pela FIA. Iniciou sua carreira no setor automobilístico em 2002 e em 2005 foi convocado para ingressar no Grupo São Francisco, estando à frente da área Comercial por 5 anos. Em 2009, se tornou o principal executivo das operadoras médica e dental, chegando a CEO do Grupo em 2016. Nesse período, o Grupo São Francisco se tornou a terceira maior empresa de medicina de grupo do país, atirando o fundo Gávea como socio. Em 2019 o Grupo foi vendido para Hapvida, marcando a maior operação entre empresas brasileiras no setor de saúde até então. Desde a transação Lício assumiu a Vice-Presidência de projetos estratégicos da Hapvida.

O Sr. Lício não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da CVM 617/19. O Sr. Lício é conselheiro independente, eleito de acordo com os critérios de independências estabelecidos no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3, no Regimento Interno do Conselho de Administração e no Estatuto Social.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Josimar Gomes - 098.629.406-38	N/A
Lucas Carvalho Zacharias - 388.710.448-00	N/A
Rafael Kellermann Barbosa - 331.524.408-12	N/A
Marcelo Hallack - 085.753.937-07	N/A
Mauricio de Lazzari Barbosa - 074.797.828-02	N/A
Rodrigo Cury Sampaio de Miranda Pavan - 354.277.468-54	N/A
Marinana Moura Wyatt - 315.989.168-23	N/A
João Ayres Rabello Filho - 973.051.978-15	N/A
Joaquim Pedro André Ribeiro - 002.272.786-82	N/A
Licio Tavares Angelo Cintra - 214.487.188-48	N/A

## 12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
<b>Outros cargos/funções exercidas no emissor</b>						
Lício Tavares Angelo Cintra	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário Empresário	Membro do Comitê (Efetivo)	03/04/1980	17/02/2021	2 anos
214.487.188-48	Membro Independente do Conselho de Administração			17/02/2021	0	100.00%
Doris Beatriz França Wilhelm	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário Economista	Membro do Comitê (Efetivo)	17/12/1954	17/02/2021	2 anos
184.886.250-49				17/02/2021	0	100.00%
Não aplicável	Sandra Carusi Guida de Souza	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário Advogada	16/12/1978	17/02/2021	2 anos
215.531.748-44				17/02/2021	0	100.00%
Não Aplicável	<b>Experiência profissional / Critérios de Independência</b>					
Lício Tavares Angelo Cintra - 214.487.188-48						
Graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Mackenzie, pós-graduado em Administração pela FGV, com MBA em Contabilidade e Finanças pela FUNDACE e MBA Executivo Internacional pela FIA. Iniciou sua carreira no setor automobilístico em 2002 e em 2005 foi convidado para ingressar no Grupo São Francisco, estando à frente da área Comercial por 5 anos. Em 2019, se tornou a terceira maior empresa de medicina de grupo do país, atraíndo o fundo Gávea como sócio. Em 2019 o Grupo foi vendido para Hapvida, marcando a maior operação entre empresas brasileiras no setor de saúde até então. Desde a transação Lício assumiu a Vice-Presidência de projetos estratégicos da Hapvida.						
O Sr. Lício não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.						
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.						
O Sr. Lício é conselheiro independente, eleito de acordo com os critérios de independência estabelecidos no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3, no Regimento Interno do Conselho de Administração e no Estatuto Social.						
Doris Beatriz França Wilhelm - 184.886.250-49						
Graduada em Economia pela London School of Economics and Political Science, na Universidade de Londres, mestre em Finanças Internacionais pela Universidade Westminster. Nos últimos cinco anos, Doris foi membro do Conselho Fiscal da BRF S.A., Viver S.A., Azevedo Travassos S.A., membro independente do Conselho de Administração da Light S.A., Light Serviços e Eletricidade S.A., e membro do Conselho de Administração do IBGC - Instituto Brasileiro de Governaança Corporativa, sendo membro certificado pelo IBGC. Além disso, Doris foi consultora e sócia na GCA – Governança Corporativa Aplicada de 2015 a 2019. Atualmente Doris é membro do Conselho Fiscal da Metalúrgica Gerdau S.A. e CVC Brasil Operadora de Agência de Viagens S.A. e diretora gerente na Wilhelm Consultoria Ltda.						
A Sra. Doris não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.						
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.						
Sandra Carusi Guida de Souza - 215.531.748-44						

Graduada em Direito pela Faculdade Getúlio Vargas (FGV), com pós MBA no Advanced Boardroom Program na Saint Paul Escola de Negócios e formação no Women in Business Executive Programme, Corporate Governance, Diversity, Leadership, Strategic Decision Making and Digital Transformation na London School of Economics and Political Science, na Universidade de Londres. Foi Compliance Officer no Citigroup de 2006 a 2008, Head de Compliance no Banco Fibra S.A. de 2010 a 2014 e superintendente e superintendente executiva de Compliance no Banco HSBC de 2017 a 2019. Atualmente, Sandra é Diretora de Compliance na UBS Banco de Investimento e membro do Conselho de Administração na Ánima Educação S.A.

A Sra. Sandra não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

<b>Tipo de Condenação</b>	<b>Descrição da Condenação</b>
Licio Tavares Angelo Cintra - 214.487.188-48	N/A
Doris Beatriz França Wilhelm - 184.886.250-49	N/A
Sandra Carusi Guida de Souza - 215.531.748-44	N/A

**12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores**

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controladora
Cargo				
<b>Administrador do emissor ou controlada</b>				
Mauricio de Lázziari Barbosa	074.797.828-02	Bionexo S.A.		04.069.709/0001-02 Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Membro efetivo do Conselho de Administração.				
<b>Pessoa relacionada</b>				
Rafael Kellermann Barbosa	331.524.408-12	Bionexo S.A.		04.069.709/0001-02
Diretor Presidente.				
<b>Observação</b>				
N/A				

## 12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
-------------------------------	----------	--	----------------------------

### Exercício Social 31/12/2020

#### Administrador do Emissor

Mauricio de Lázziari Barbosa  
Membro do Conselho de Administração.

#### Pessoa Relacionada

APUS PARTICIPACOES S.A.

#### Observação

#### Administrador do Emissor

Marcelo Hallack  
Membro do Conselho de Administração.

#### Pessoa Relacionada

Prisma Capital Ltda.

#### Observação

A Prisma Capital faz a gestão do PRISMA BAZAR FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA, um dos acionistas controladores da Companhia.

#### Administrador do Emissor

Rodrigo Cury Sampaio de Miranda Pavan  
Membro do Conselho de Administração.

#### Pessoa Relacionada

Prisma Capital Ltda.

#### Observação

A Prisma Capital faz a gestão do PRISMA BAZAR FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA, um dos acionistas controladores da Companhia.

## 12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
-------------------------------	----------	--	----------------------------

### Exercício Social 31/12/2019

#### Administrador do Emissor

Mauricio de Lázziari Barbosa  
Membro do Conselho de Administração.

#### Pessoa Relacionada

APUS PARTICIPACOES S.A.

#### Observação

#### Administrador do Emissor

Marcelo Hallack  
Membro do Conselho de Administração.

#### Pessoa Relacionada

Prisma Capital Ltda.

#### Observação

A Prisma Capital faz a gestão do PRISMA BAZAR FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA, um dos acionistas controladores da Companhia.

#### Administrador do Emissor

Rodrigo Cury Sampaio de Miranda Pavan  
Membro do Conselho de Administração.

#### Pessoa Relacionada

Prisma Capital Ltda.

#### Observação

A Prisma Capital faz a gestão do PRISMA BAZAR FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA, um dos acionistas controladores da Companhia.

## 12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
-------------------------------	----------	--	----------------------------

### Exercício Social 31/12/2018

#### Administrador do Emissor

Mauricio de Lázziari Barbosa  
Membro do Conselho de Administração.

#### Pessoa Relacionada

APUS PARTICIPACOES S.A.

#### Observação

#### Administrador do Emissor

Marcelo Hallack  
Membro do Conselho de Administração.

#### Pessoa Relacionada

Prisma Capital Ltda.

#### Observação

A Prisma Capital faz a gestão do PRISMA BAZAR FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA, um dos acionistas controladores da Companhia.

#### Administrador do Emissor

Rodrigo Cury Sampaio de Miranda Pavan  
Membro do Conselho de Administração.

#### Pessoa Relacionada

Prisma Capital Ltda.

#### Observação

A Prisma Capital faz a gestão do PRISMA BAZAR FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA, um dos acionistas controladores da Companhia.

## **12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores**

### **12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores**

A Companhia oferece seguro de responsabilidade civil de conselheiros e diretores, com cobertura para a Companhia, controladas e subsidiárias, cujo limite máximo de garantia é de R\$ 10 milhões. O valor do prêmio líquido desta apólice foi de R\$ 17.781,50 e o vencimento acontece em 29 de janeiro de 2021.

A Companhia está negociando a renovação do seguro com a seguradora. A apólice de seguro D&O vencida possui prazo complementar de 36 (trinta e seis) meses, que se encerra em 29 de janeiro de 2024. O prazo complementar é um prazo concedido pela seguradora em que a Companhia ou administradores podem apresentar reclamações de terceiros, resguardando o direito à cobertura securitária, se aplicável. Contudo, referido prazo abrange apenas fatos e danos ocorridos durante o período de vigência e retroatividade da apólice (ou seja, até 29 de janeiro de 2021).

A Companhia entende ser do seu melhor interesse a contratação de cobertura securitária para pagamento ou reembolso das quantias devidas ou pagas a terceiros a título de indenizações no âmbito de reclamações contra seus administradores, visto que – diante da maior previsibilidade quanto às consequências pessoais a que estejam sujeitos em virtude do exercício de suas atribuições – espera atrair melhores profissionais para os cargos e conferir-lhes maior independência para o exercício de suas funções, dando-lhes os instrumentos necessários à tomada de decisões baseadas no melhor interesse da companhia.

A Companhia não prestou compromisso de indenidade em benefício de seus diretores e administradores.

## 12.12 - Outras informações relevantes

### 12.12 - Outras informações relevantes

#### Assembleias Gerais da Companhia

Não aplicável, considerando que a Companhia era uma EIRELI até 30 de dezembro de 2020, conforme disposto nos itens 15.7 e 15.8 deste Formulário de Referência.

#### Informações relevantes sobre os membros da administração da Companhia

Em atendimento ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3, para informações relevantes acerca dos membros da administração da Companhia, incluindo eventuais cargos por eles ocupados no conselho de administração, conselho fiscal, comitês e órgãos executivos de outras sociedades e entidades, vide itens 12.5.6 e 12.7/8 deste Formulário de Referência.

#### Melhores práticas de governança corporativa segundo o IBGC

O “Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa”, editado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, objetiva tornar o ambiente organizacional e institucional brasileiro mais sólido, justo, responsável e transparente, estabelecendo recomendações para a criação de melhores sistemas de governança corporativa nas organizações, visando a otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para o seu bom desempenho e longevidade.

A Companhia está comprometida com as melhores práticas de governança corporativa, tendo aderido práticas recomendadas pelo IBGC, como por exemplo vedação ao uso de informações privilegiadas e existência de política de divulgação de informações relevantes; conselheiros com experiência em questões operacionais, financeiras e outros, além de experiência em participação em outros conselhos de administração; manutenção de um canal de denúncias para a apresentação de denúncias ou resolução de dilemas de ordem ética; e previsão estatutária para instalação de um conselho fiscal, entre outros.

#### Segmento de listagem do Novo Mercado

A Companhia sujeita-se também às regras do Regulamento do Novo Mercado. Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação.

Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos. As companhias que ingressam no Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a determinadas regras mais rígidas do que aquelas presentes na legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a emitir apenas ações ordinárias; manter, no mínimo, 25% de ações do capital da Companhia em circulação; constituir um Comitê de Auditoria; aprovar regimento interno do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento; instituir área de controles internos na Companhia, entre outros.

## 12.12 - Outras informações relevantes

A adesão ao Novo Mercado se dá por meio da assinatura de contrato entre a companhia, seus administradores e acionistas controladores e a B3, além da adaptação do estatuto da companhia de acordo com as regras contidas no Regulamento do Novo Mercado. Ao assinar os contratos, as companhias devem adotar as normas e práticas do Novo Mercado. As regras impostas pelo Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos.

Além das informações descritas acima, não há outras informações relevantes que não tenham sido divulgadas nos demais subitens deste item 12.

### **13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária**

#### **13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária**

**(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A política de remuneração da Companhia possui como princípios, objetivos e diretrizes principais: (i) atrair, recompensar, reter e incentivar o Pessoal-Chave da Administração na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciam o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iii) assegurar a manutenção de padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios concedidos ao Pessoal-Chave da Administração.

A prática de remuneração da Companhia para seus administradores, incluindo os membros do Conselho de Administração e dos diretores estatutários e não estatutários, tem como objetivo uma estrutura corporativa e operacional composta com profissionais que possuam qualificação, competência e perfil adequado às características e necessidades do negócio. Da mesma forma, visa criar um plano de recompensa e incentivos adequados à condução sustentável dos negócios, alinhando os interesses estratégicos de curto e longo prazos dos acionistas às melhores práticas de mercado e governança corporativa, evitando conflitos de interesse.

A remuneração global dos Administradores e do Conselho Fiscal (quando instalado) deverá ser fixada pela Assembleia Geral da Companhia, sendo que, em relação ao Conselho Fiscal, a remuneração será fixada na Assembleia Geral que os eleger, respeitando os valores mínimos estabelecidos por lei e os limites da remuneração global fixada em Assembleia Geral.

As diretrizes de remuneração vigentes foram formalmente aprovadas na Política de Remuneração, de acordo com a reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de fevereiro de 2021.

A Política de Remuneração da Companhia tem como principal função alinhar os interesses do Pessoal-Chave da Administração e os objetivos da Companhia, baseada nas melhores práticas adotadas pelo mercado, evitando conflitos de interesses.

Os documentos poderão ser consultados no site de RI da Companhia: <https://bionexo.com/ri/>

**(b) composição da remuneração**

**(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

**Conselho de Administração**

O Conselho de Administração foi instalado em 30 de dezembro de 2020. Desta forma, não ocorreu pagamento de remuneração a esse órgão da administração nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018. Entretanto, a partir do exercício iniciado em 01 de janeiro de 2021, está prevista remuneração para os membros do Conselho de Administração, a qual será dividida em: (i) remuneração fixa, que tem como objetivo a remuneração direta pelos serviços prestados, podendo ser revista e atualizada anualmente, a critério da Assembleia Geral, sendo adequada às práticas de mercado, quando aplicável; (ii) plano de assistência médica, sendo esse opcional, assistência odontológica e vale refeição. Adicionalmente, os membros do Conselho de Administração são obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de sua função.

**Diretoria Estatutária**

Os membros da Diretoria Estatutária têm sua remuneração dividida em: (i) remuneração fixa que tem como objetivo a remuneração direta pelos serviços prestados, podendo ser revista e atualizada anualmente, a critério do Conselho de Administração, sendo adequada às práticas de mercado, para

### **13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária**

posições de complexidade similar, quando aplicável; (ii) remuneração variável, composta por bônus, anual e baseada em indicadores de desempenho quantitativos e qualitativos definidos periodicamente, que têm como objetivo incentivar o cumprimento das metas de desempenho anual da empresa, alinhando os incentivos de curto prazo entre executivos e acionistas, bem como atrair e reter os melhores profissionais de mercado, ajustada de acordo com desempenho individual sendo paga no exercício subsequente à aferição do resultado; (iii) remuneração baseada em ação, composta pelos seguintes planos: Plano de Opções e Phantom Shares, conforme descritos no item 13.4; e (iv) pacote de benefícios composto de plano de assistência médica, odontológica aos diretores e dependentes cobertos, vale refeição, auxílio creche, celular, estacionamento e seguro de vida.

#### **Conselho Fiscal**

Na data deste Formulário de Referência, o Conselho Fiscal não está instalado. Caso o Conselho Fiscal venha a ser instalado, os membros receberão somente remuneração fixa, a qual é equivalente a, pelo menos, o mínimo legal, conforme deliberado em Assembleia Geral, não podendo ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da remuneração, em média, atribuída a cada diretor, não computados os benefícios, verbas de representação e remuneração variável. Adicionalmente, os membros do Conselho Fiscal serão obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de sua função.

#### **Comitês**

A Companhia possui o Comitê de Auditoria não estatutário instalado. Os membros de Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, a exemplo do Comitê de Auditoria, não recebem remuneração específica por tal função, exceto se for membro externo especialista que não integre o Conselho de Administração, caso em que poderão receber uma remuneração fixa mensal. Adicionalmente, os membros dos Comitês são obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de sua função.

#### **Diretoria Não-Estatutária**

Os membros da Diretoria não-estatutária têm sua remuneração dividida em: (i) remuneração fixa alinhada às práticas de mercado para posições de complexidade similar; (ii) remuneração variável, composta por bônus, anual e baseada em indicadores de desempenho quantitativos e qualitativos definidos periodicamente, que têm como objetivo incentivar o cumprimento das metas de desempenho anual da empresa, alinhando os incentivos de curto prazo entre executivos e acionistas, bem como atrair e reter os melhores profissionais de mercado, ajustada de acordo com desempenho individual sendo paga no exercício subsequente à aferição do resultado; (iii) remuneração baseada em ação, composta pelos seguintes planos: Plano de Opções e Phantom Shares, conforme descritos no item 13.4; e (iv) pacote de benefícios composto de plano de assistência médica, odontológica aos diretores e dependentes cobertos, vale refeição, auxílio creche, celular, estacionamento e seguro de vida.

#### **(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total**

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para o exercício corrente e para os três últimos exercícios sociais:

Exercício Social de 2020	Remuneração Fixa	Benefícios diretos e indiretos	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações (incluindo opções)	Total
Conselho de Administração	0%	0%	0%	0%	0%
Diretoria Estatutária	59.86%	6.12%	23.76%	10,26%	100,0%
Diretoria não estatutária	64.95%	6.18%	26.53%	2.33%	100,0%
Comitê de Auditoria	0%	0%	0%	0%	0%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%	0%

### 13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Exercício Social de 2019	Remuneração Fixa	Benefícios diretos e indiretos	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações (incluindo opções)	Total
Conselho de Administração	0%	0%	0%	0%	0%
Diretoria Estatutária	60,10%	6,9%	23,90%	9,25%	100,0%
Diretoria não estatutária	77,68%	7,18%	14,11%	1,59%	100,0%
Comitê de Auditoria	0%	0%	0%	0%	0%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%	0%

Exercício Social de 2019	Remuneração Fixa	Benefícios diretos e indiretos	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações (incluindo opções)	Total
Conselho de Administração	0%	0%	0%	0%	0%
Diretoria Estatutária	63,06%	6,15%	28,96%	2%	100,0%
Diretoria não estatutária	89,24%	10,76%	0%	1%	100,0%
Comitê de Auditoria	0%	0%	0%	0%	0%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%	0%

#### (iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral Ordinária, estando a remuneração global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, assim como a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

O Conselho de Administração tem a competência de determinar a remuneração individual dos Administradores, respeitados os limites dos valores globais anuais fixados pela Assembleia Geral, conforme definido no parágrafo anterior, além de avaliar a prática de mercado aplicável.

O Conselho de Administração vincula a remuneração variável da Diretoria Executiva a resultados, incluindo metas de médio e longo prazos, relacionadas de forma clara e objetiva à geração de valor para a Companhia no longo prazo, conforme descrito no "item c" abaixo.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração não é baseada em participação em reuniões.

A remuneração fixa dos administradores será baseada nas responsabilidades do cargo e experiências individuais.

A Diretoria Estatutária e a Diretoria Não Estatutária possuem também uma parcela variável que está vinculada ao desempenho da própria Companhia, dependendo dos resultados e do alcance de metas individuais.

A metodologia de cálculo e reajuste leva em consideração as práticas comumente adotadas pelo mercado, e se baseia em pesquisas específicas realizadas com foco em empresas do mesmo setor, bem como nos índices oficiais de inflação divulgados pelo governo, de forma que a remuneração dos administradores seja periodicamente reajustada garantindo a compatibilidade dos valores com as metas e com as diretrizes da Companhia, conforme a evolução dos indicadores de desempenho.

### **13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária**

#### **(iv) razões que justificam a composição da remuneração**

As razões que justificam a composição da remuneração paga aos administradores da Companhia são incentivos para a melhoria de sua gestão e a retenção de executivos, visando ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazo.

#### **(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato**

Exceto por membros de Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, conforme explicado acima, a Companhia não possui membros não remunerados, de acordo com a Política de Remuneração, aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de fevereiro de 2021.

#### **(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

A remuneração fixa mensal não está baseada em desempenho individual dos Administradores, mas em práticas e pesquisas de mercado.

Apenas a remuneração variável paga à Diretoria referente ao Bônus é baseada em indicadores de desempenho e estratégicos. Os indicadores de desempenho considerados para determinação do valor da remuneração variável são: desempenho individual e metas corporativas atreladas aos resultados da Companhia, que são estabelecidas previamente quando da elaboração do orçamento anual. Os indicadores estratégicos, por sua vez, são: (i) ARR (*Annual Recurring Revenue*), sendo que o ARR é o gatilho determinante para o pagamento da remuneração variável a todos os colaboradores da Companhia e à Diretoria; e (ii) indicadores de EBITDA, volume transacionado global, Churn, eNPS (*Employee Net Promoter Score*) e NPS global (*Net Promoter Score*), que significa se preocupar com um número capaz de gerar crescimento sustentável e lucrativo para o negócio.

#### **(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

Uma parcela do valor total pago aos Diretores é recebida na forma de remuneração variável, a qual é consideravelmente impactada pelos indicadores de desempenho acordados junto ao Conselho de Administração no exercício, levando-se em conta os resultados históricos e o planejamento estratégico da Companhia.

Os indicadores e metas são revisados anualmente, de modo a refletir mudanças na estratégia e planejamento orçamentário da Companhia.

A remuneração variável estará vinculada ao desempenho da própria Companhia, dependendo dos resultados e do alcance de metas individuais. São concedidas bonificações anuais proporcionais ao desempenho dos Diretores estatutários e dos Diretores não estatutários da Companhia. Para o cálculo dessas bonificações são verificados anualmente o alcance das metas corporativas e do desempenho individual de cada Diretor.

Os membros do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração não recebem remuneração variável.

#### **(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

O formato da remuneração acima descrita procura incentivar os colaboradores da Companhia a buscarem a melhor rentabilidade dos projetos por eles desenvolvidos, de forma a alinhar os interesses dos colaboradores com os da Companhia.

A estratégia de remuneração da Companhia tem como objetivo a atração, retenção e motivação de profissionais qualificados, bem como a perpetuidade da Companhia. As práticas de remuneração adotadas alinham-se aos interesses da Companhia, através das políticas e diretrizes que, em suas análises, têm como itens principais a criação de valor e a continuidade dos negócios.

### **13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária**

Assim, a Companhia busca o alinhamento de interesses por meio de salários compatíveis com os níveis de mercado e busca por meio da meritocracia premiar o alcance e a superação de metas.

A parcela fixa da remuneração dos administradores é uma forma de se buscar a compatibilidade da política de remuneração com os níveis de responsabilidade assumidos pelos administradores e a gestão de riscos da Companhia. Assim, a estrutura da política de remuneração visa evitar a assunção de riscos excessivos e proteger os acionistas. Os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal (quando instalado), e dos Comitês são elegíveis apenas à remuneração fixa. A remuneração variável anual dos diretores estatutários, por sua vez, leva em consideração a aplicação dos indicadores globais com base nos indicadores da Companhia. Os indicadores utilizados foram descritos no item "c" acima.

Para o curto prazo, os interesses são atendidos pela prática de remuneração base; para o médio prazo através da avaliação de desempenho anual dos executivos; e para o longo prazo por meio de Programas de Plano de Opção de Ações, conforme descritos no item 13.4 deste Formulário de Referência.

**(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

A Companhia é responsável pelo pagamento da totalidade da remuneração dos membros da Administração da Companhia. Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

**(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Conforme melhor explorado no Item 13.4 abaixo, a Companhia possui atualmente 2 programas de incentivo de longo prazo (*Plano de Opções* e *Phantom Shares*) em que alguns membros da Diretoria (estatutária e não estatutária, a depender do Programa) são beneficiários. Esses Programas possuem disposições específicas que condicionam a realização de eventos de liquidez da Companhia ou alteração de controle acionário da Companhia à antecipação do recebimento de bônus ou aquisição de ações, conforme o caso, pelos respectivos beneficiários.

No caso do *Plano de Opções*, por exemplo, na hipótese de alienação, por qualquer acionista individual ou por um bloco de acionistas vinculados por acordo que detenha a maioria do capital total e votante da Companhia, de ações que representem transferência do controle, o Beneficiário poderá antecipar o exercício de parcela das ações a que tenha direito e que ainda não estejam aptas para aquisição, para que o respectivo Beneficiário tenha o direito de alienar ao terceiro adquirente, em conjunto com o acionista controlador, parcela de suas ações subscritas ou adquiridas na proporção das ações alienadas pelo acionista controlador ao terceiro adquirente, pelo mesmo preço por ação e nas mesmas condições de pagamento oferecidas pelo terceiro adquirente ao acionista controlador.

No caso do Programa de *Phantom Shares*, por sua vez:

(i) se, após o transcurso do prazo de 2 anos contados do ingresso do beneficiário ao Programa e até 5 (cinco) anos depois do término do Período de Vesting, ocorrer um evento de liquidez que implique Transferência do Controle da Companhia, o Participante poderá exercer integralmente o Incentivo, independentemente de ter cumprido todo o Período de Vesting;

(ii) se, após o transcurso do prazo de 2 (dois) anos contados do ingresso do beneficiário ao Programa e até 5 (cinco) anos depois do término do Período de Vesting, ocorrer evento de liquidez que não implique Transferência do Controle, o Participante poderá exercer parcialmente o Incentivo, proporcionalmente ao percentual de Ações de titularidade dos Controladores que forem Alienadas naquele evento de liquidez; e

(iii) se até o fim do Período de Vesting não tiver ocorrido Evento de Liquidez, o Participante poderá exercer o Incentivo parcialmente.

### **13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária**

Atualmente, apenas 1 Diretor Estatutário da Companhia já se considera apto, de acordo com os termos do Programa de *Phantom Shares*, para exercer integralmente o Incentivo em decorrência de (e se houver) eventual evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

**(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**

**(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam**

Compete ao Conselho de Administração determinar a remuneração individual dos Administradores, respeitados os limites dos valores globais anuais fixados pela Assembleia Geral, bem como a calibração dos critérios para eventual pagamento de bônus anual ou premiação aos Diretores de acordo com os critérios pré-estabelecidos.

**(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos**

Os administradores poderão ter componentes de remuneração, condições e benefícios diferentes, que serão estabelecidos de acordo com especificidades relacionadas ao tempo dedicado, conhecimento técnico, experiência, participação em comitês de assessoramento, dentre outras características. O Conselho de Administração pode solicitar pesquisas de mercado de consultorias especializadas no tema, para auxiliar na análise das práticas de remuneração não só do segmento de atuação da Companhia, mas também de outros setores e ainda contar com informações comparadas de outras companhias abertas que atuem no mesmo segmento ou de mesmo porte para subsidiar sua decisão.

A Companhia mantém em seu quadro profissionais qualificados para a função, com relevante experiência. Desta forma, a remuneração fixa dos administradores se refere ao cumprimento das obrigações funcionais associadas ao cargo, atrelada ao grau de responsabilidades e da experiência para ocupar a posição. A remuneração fixa tem como objetivo atrair e reter profissionais qualificados que possam contribuir para o crescimento, sucesso e perpetuidade da Companhia e leva em conta a responsabilidade do cargo ocupado.

A Companhia acredita que a combinação dos elementos fixos que compõem a remuneração alinha os interesses dos executivos aos interesses da Companhia no curto, médio e longo prazos. A parcela fixa dos rendimentos proporciona segurança para o cumprimento de obrigações rotineiras dos executivos, associada a metas estabelecidas para cada exercício social, oferece o estímulo necessário para que o próprio executivo e os seus liderados entreguem seus melhores esforços no sentido de atingir e superar as metas da Companhia.

A Companhia acredita que o pagamento de remuneração variável baseada em indicadores financeiros alinha os interesses de médio e longo prazo de seus administradores com os da empresa, à medida que estão engajados com a cultura para os resultados positivos e crescimento da Companhia.

**(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor**

A Política de Remuneração foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 17 de fevereiro de 2021 entrando em vigor em tal data por prazo indeterminado. A Remuneração Fixa dos Administradores é revisada pelo Conselho de Administração, anualmente, de forma a mantê-la adequada às práticas de mercado ou atualizada monetariamente.

**13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal**

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,00	0,00	10,00
Nº de membros remunerados	7,00	3,00	0,00	10,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	3.600.000,00	1.387.344,00	0,00	4.987.344,00
Benefícios direto e indireto	0,00	188.040,00	0,00	188.040,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	767.070,45	0,00	767.070,45
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	252.098,17	0,00	252.098,17
<b>Observação</b>	O número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
<b>Total da remuneração</b>	3.600.000,00	2.567.552,62	0,00	6.167.552,62

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	2,08	0,00	2,08
Nº de membros remunerados	0,00	2,08	0,00	2,08
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	1.047.218,00	0,00	1.047.218,00
Benefícios direto e indireto	0,00	107.007,00	0,00	107.007,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00

<b>Outros</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	415.592,00	0,00	415.592,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	179.535,00	0,00	179.535,00
<b>Observação</b>	O número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais	O número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
<b>Total da remuneração</b>	0,00	1.749.352,00	0,00	1.749.352,00

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	2,17	0,00	2,17
Nº de membros remunerados	0,00	2,17	0,00	2,17
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	880.095,00	0,00	880.095,00
Benefícios direto e indireto	0,00	101.002,00	0,00	101.002,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	350.000,00	0,00	350.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00

<b>Outros</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	133.394,00	0,00	133.394,00
<b>Observação</b>	O número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais	O número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
<b>Total da remuneração</b>	0,00	1.464.491,00	0,00	1.464.491,00

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº total de membros</b>	0,00	2,33	0,00	2,33
<b>Nº de membros remunerados</b>	0,00	2,33	0,00	2,33
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	958.010,00	0,00	958.010,00
Benefícios direto e indireto	0,00	93.394,00	0,00	93.394,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	440.000,00	0,00	440.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	27.848,00	0,00	27.848,00

<b>Observação</b>	O número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	0,00	1.519.252,00	0,00	1.519.252,00

### 13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

#### 13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

##### Remuneração variável – prevista para o exercício social findo em 31/12/2021

R\$	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº total de membros</b>	7	3	0	10
<b>Nº de membros remunerados</b>	0	3	0	3
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	363.642,00	0	363.642,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	1.229.254,25	0	1.229.254,25
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	767.070,45	0	767.070,454
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	0	0	0

##### Remuneração variável – exercício social findo em 31/12/2020

R\$	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº total de membros</b>	0	2,08	0	2,08
<b>Nº de membros remunerados</b>	0	2,08	0	2,08
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	260.360,00	0	260.360,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	1.003.320,00	0	1.003.320,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	631.840,00	0	631.840,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	415.592,00	0	415.592,00
<b>Participação nos resultados</b>	0			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	0	0

### 13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

#### Remuneração variável – exercício social findo em 31/12/2019

R\$	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº total de membros</b>	0	2,17	0	2,17
<b>Nº de membros remunerados</b>	0	2,17	0	2,17
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	475.637,49	0	475.637,49
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	594.391,06	0	594.391,06
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	535.014,28	0	535.014,28
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	350.000,00	0	350.000,00
<b>Participação nos resultados</b>	0			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	0	0

#### Remuneração variável – exercício social findo em 31/12/2018

R\$	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº total de membros</b>	0	2,33	0	2,33
<b>Nº de membros remunerados</b>	0	2,33	0	2,33
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	479.00,00	0	479.00,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	1.437.015	0	1.437.015
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	958.00,00	0	958.00,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	440.000,00	0	440.000,00
<b>Participação nos resultados</b>	0			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	0	0

## 13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

### 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

A Companhia esclarece que incluiu a descrição do Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano de Opções”) neste e nos itens seguintes exclusivamente para atender às orientações da CVM. Vale ressaltar que, na opinião da Companhia, o Plano de Opções não se caracteriza como “remuneração” para quaisquer fins, uma vez que possui características de um contrato mercantil e oneroso entre as partes. Ademais, cumpre esclarecer que o valor justo das opções decorrentes do Plano de Opções é registrado conforme o Pronunciamento Técnico do CPC nº 39, uma vez os beneficiários do Plano de Opções investem recursos próprios na aquisição das opções, pagando o valor justo de referidas opções. Assim, eventuais recursos despendidos pelos beneficiários na aquisição das opções serão contabilizados como caixa para a Companhia, em contrapartida à contabilização do valor justo de referidas opções na conta de reserva de capital no patrimônio líquido da Companhia, em conformidade com as determinações do Pronunciamento Técnico do CPC nº 39.

A Companhia possui, atualmente, dois planos de incentivo de longo prazo vigentes: (a) um Plano de Opções e (b) um Plano de Incentivo na modalidade Performance Phantom Shares, conforme definidos abaixo.

#### (a) Termos e condições gerais

##### a.1 Plano de Opções

Em 30 de junho de 2018, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia o Plano de Opções, posteriormente aditado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 20 de fevereiro de 2019, sendo elegíveis para a aquisição de opções de compra de ações preferenciais da Companhia (“Opções” e “Ações”, respectivamente) os diretores e empregados da Companhia (“Pessoas Elegíveis”). Na hipótese de um IPO, cada ação preferencial resultante do exercício de uma Opção deverá ser convertida em ação ordinária.

Compete ao Diretor Presidente indicar as Pessoas Elegíveis que, eventualmente, farão jus à outorga onerosa de opções, sendo necessária a posterior aprovação pelo Conselho de Administração da Pessoa Elegível indicada, a qual, se aprovada, tornar-se-á beneficiária do Plano de Opções (“Beneficiário”).

O Conselho de Administração possui amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano de Opções, incluindo: (a) a solução de dúvidas de interpretação e aplicação do Plano de Opções; (b) aprovar ou rejeitar as Pessoas Elegíveis indicadas pelo Diretor Presidente; (c) eleger quaisquer outras Pessoas Elegíveis para se beneficiarem do Plano; (d) decidir quanto às datas de outorga onerosa das opções e o volume de opções a ser outorgado onerosamente a cada um dos Beneficiários; (e) a emissão de novas Ações dentro do limite do capital autorizado ou a autorização para alienação de Ações em tesouraria para satisfazer o exercício das opções, nos termos do Plano de Opções e da ICVM 567; (f) a aprovação dos programas (“Programas”), regulamentos e contratos de adesão (“Contratos de Adesão”) ao Plano de Opções a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Beneficiários, bem como seus respectivos aditivos, observadas as determinações do Plano de Opções; (g) modificar as datas em que as Opções poderão ser exercidas, o prazo final para o exercício das Opções e os demais termos e condições do Contrato, desde que respeitados os direitos dos Beneficiários conferidos no Plano de Opções, estando excluídas dessa limitação eventuais adaptações que vierem a ser realizadas pelo Conselho de Administração em decorrência de alterações implementadas na legislação pertinente; (h) analisar casos excepcionais relacionados ao Plano de Opções; e (i) alterar ou extinguir o Plano de Opções caso seja do interesse da Companhia.

No âmbito do Plano de Opções, há 1 (um) programa vigente, aprovado em sede de reunião do Conselho de Administração da Companhia em 30 de junho de 2018 (“1º Programa”). Importante ressaltar que em 20 de fevereiro de 2019 foi aprovado o Regulamento do 2º Programa do Plano de Opções, cuja única diferença em relação ao 1º Programa dizia respeito às condições de exercício das Opções, especialmente, o preço e o período de exercício, como demonstrado nos subitens “h” e “i”, respectivamente. No entanto, com a criação do Plano de Incentivo (item 1.2 abaixo), o 2º Programa foi extinto e seus beneficiários passaram a integrar o rol de beneficiários do Plano de Incentivo.

## **13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária**

### **a.2 Plano de Incentivo**

Em 1º de maio de 2020, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária e pelo Conselho de Administração da Companhia a criação do Plano de Outorga de Incentivo Atrelado à Valorização da Ação da Companhia (“Plano de Incentivo” e, em conjunto com o Plano de Opções, os “Planos”), baseado na modalidade de *Performance Phantom Shares*, sendo elegíveis para a outorga de ações fictícias (“Phantom Shares”) os administradores, executivos, empregados, membros de órgãos técnicos ou consultivos, prestadores de serviços relevantes ou consultores da Companhia (“Elegíveis ao Incentivo”).

A outorga do Plano de Incentivo é feita sempre visando a expansão da Companhia, a melhor consecução de seus objetivos sociais e a possibilitar à Companhia a contratação e manutenção de colaboradores, oferecendo-lhes, como vantagem adicional, a oportunidade de se beneficiarem com a eventual valorização da Companhia e, com isso, auferir vantagem financeira.

Compete ao Diretor Presidente indicar os Elegíveis ao Incentivo que, observados determinados requisitos e condições, farão jus ao recebimento de um bônus pecuniário atrelado à valorização da ação da Companhia no tempo (“Bônus”), sendo necessária a posterior aprovação pelo Conselho de Administração do Elegível ao Incentivo indicado, o qual, se aprovado, tornar-se-á participante do Plano de Incentivo (“Participante”).

Nos termos do Plano de Incentivo não são emitidas ou outorgadas ações existentes da Companhia, sendo que a liquidação do Incentivo outorgado se dará em caixa, mediante o pagamento do Bônus. Nesse sentido, as Phantom Shares consistem, apenas, na métrica utilizada para calcular o Bônus de cada Participante, não conferindo aos Participantes quaisquer direitos ou expectativas de direitos relacionados à titularidade de qualquer ação da Companhia. Do valor que seria devido ao Participante após a multiplicação da variação do preço da ação pela quantidade de Phantom Shares detidas, será deduzido o valor do imposto de renda antes do pagamento efetivo do Bônus ao executivo.

O exercício das Phantom Shares está condicionado às seguintes hipóteses: (a) se, após o transcurso do prazo de 2 anos contados da assinatura do Contrato de Adesão e até 5 anos depois do Período de Vesting, ocorrer um Evento de Liquidez (conforme definido abaixo) que implique na transferência do controle da Companhia, o Participante poderá exercer integralmente o Incentivo, independentemente de ter cumprido todo o Período de Vesting; (b) se, após o transcurso do prazo de 2 anos contados da assinatura do Contrato de Adesão e até 5 anos depois do Período de Vesting, ocorrer um Evento de Liquidez que não implique na transferência do controle da Companhia, o Participante poderá exercer parcialmente o Incentivo, proporcionalmente ao percentual de Ações de titularidade dos Controladores que forem alienadas naquele Evento de Liquidez, nesta hipótese, reserva-se o direito do Participante de exercer suas Opções remanescentes na ocorrência de um novo Evento de Liquidez; e (c) se até o fim do Período de Vesting não tiver ocorrido um Evento de Liquidez, o Participante poderá exercer parcialmente o Incentivo, hipótese em que o cálculo do Bônus do Participante considerará apenas 50% das Phantom Shares que tiverem sido atribuídas ao Participante, sendo aplicado ainda um desconto de 30% sobre o valor do Bônus eventualmente devido, nesta hipótese, reserva-se o direito do Participante de exercer os 50% remanescentes do Incentivo, caso ocorra um Evento de Liquidez no prazo de 5 anos contados do fim do Período de Vesting. Conforme definido no Plano de Incentivo, Evento de Liquidez significa a alienação de Ações de titularidade dos Controladores, mediante o pagamento de preço (“Evento de Liquidez”).

### **(b) Principais objetivos dos Planos**

Os principais objetivos dos Planos são:

- (i) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos empresariais da Companhia e dos interesses de seus acionistas, mediante a criação de incentivos de longo prazo que visem a uma maior integração entre os conselheiros, diretores, empregados, e acionistas da Companhia;
- (ii) possibilitar à Companhia a retenção de seus talentos, oferecendo-lhes, como vantagem e incentivo de longo prazo adicional, a oportunidade de se tornarem seus acionistas ou auferirem ganhos financeiros com a valorização da Companhia; e

### **13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária**

- (iii) promover o bom desempenho da Companhia, o desenvolvimento de seus objetivos sociais e o atendimento dos interesses de seus acionistas mediante o comprometimento de longo prazo por parte de seus diretores e empregados.

#### **(c) Forma como o plano contribui para esses objetivos**

Em relação ao Plano de Opções, ao investir recursos próprios na aquisição das opções, o Beneficiário aloca parte de seu patrimônio na expectativa de crescimento da Companhia, submetendo-se aos mesmos riscos empresariais suportados por ela e seus acionistas. De igual modo, ao adquirir as Opções, o Beneficiário atrela eventual ganho econômico à valorização da ação da Companhia no tempo, alinhando, assim, o interesse econômico do Beneficiário ao do acionista de longo prazo, qual seja a melhor consecução dos objetivos sociais, com ampliação do valor da Companhia.

Em relação ao Plano de Incentivo, o Participante recebe um Bônus de acordo com a valorização da ação da Companhia no intervalo de tempo contido entre a celebração do contrato e o efetivo pagamento do Bônus, ou seja, quanto maior a valorização da ação durante este período, maior será o valor do Bônus a ser recebido pelo Participante, alinhando-se os interesses econômicos do Participante ao do acionista de longo prazo.

#### **(d) Como o plano se insere na política de remuneração do emissor**

Como mencionado no item anterior, os Planos visam proporcionar um alinhamento entre os interesses econômicos dos Beneficiários/Participantes e os acionistas da Companhia. Dessa forma, em consonância a este alinhamento, espera-se que os Beneficiários/Participantes sejam estimulados a permanecer na Companhia, exercendo suas atividades na busca de padrões mais elevados de eficiência com a constante expansão de geração de valor para a Companhia.

#### **(e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo**

A diversidade dos prazos de exercício contida nos Planos proporciona incentivos aos Beneficiários/Participantes para que se comprometam com a constante valorização das ações no curto, médio e longo prazo. Ademais, a titularidade de Phantom Shares e/ou de ações provenientes de opções exercidas, inclusive, devido às restrições quanto à sua transferência contidas nos Planos, alinha os interesses de administradores e da Companhia no longo prazo.

#### **(f) Número máximo de ações abrangidas**

O Plano de Opções prevê o limite máximo de 6% (seis por cento) do total de ações representativas do capital social da Companhia em 1º de outubro de 2018.

Item não aplicável ao Plano de Incentivo, tendo em vista que não serão emitidas ações da Companhia e tampouco há qualquer limitação prevista.

#### **(g) Número máximo de opções a serem outorgadas**

O Plano de Opções prevê que as opções alienadas devem respeitar o limite máximo de 6% (seis por cento) do capital social da Companhia, considerando-se o efeito de diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e não exercidas.

Item não aplicável ao Plano de Incentivo, tendo em vista que não serão outorgadas opções de compra de ações da Companhia.

#### **(h) Condições de aquisição de ações**

##### **h.1 Plano de Opções**

O Conselho de Administração definirá, em cada programa, o prazo a partir do qual cada opção adquirida pelos Beneficiários tornar-se-á potencialmente apta a exercício ("Períodos de Exercício"). As opções cujo Período de Exercício já tenha decorrido serão denominadas ("Opções Maduras") e

### **13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária**

as Opções cujo Período de Exercício não tenha decorrido serão denominadas (“Opções Não Maduras”). O exercício das Opções Maduras está condicionado, para além do seu Período de Exercício, à permanência ininterrupta do Beneficiário como empregado, membro da administração da Companhia ou do vínculo do Beneficiário com a Companhia, conforme o caso.

#### **h.1.1 Período de Exercício do 1º Programa**

Em relação aos Beneficiários do 1º Programa, o exercício da totalidade das Opções está condicionado ao transcurso do período de 40 (quarenta meses) a contar da data da assinatura do Contrato de Adesão ao Programa. Dessa forma, Prazo de Carência foi dividido em 4 Períodos de Exercício, sendo que o Beneficiário poderá exercer 25% das Opções que lhe foram alienadas no intervalo temporal de cada Período de Exercício, os quais estão divididos da seguinte forma: (a) data de assinatura do Contrato de Adesão até o final do 40º mês contados da assinatura do respectivo Contrato de Adesão; (b) a partir do início do 13º mês da assinatura do Contrato de Adesão até o final do 40º mês contados da assinatura do respectivo Contrato de Adesão; (c) a partir do início do 25º mês da assinatura do Contrato de Adesão até o final do 40º mês contados da assinatura do respectivo Contrato de Adesão; e (d) a partir do início do 37º mês da assinatura do Contrato de Adesão até o final do 40º mês contados da assinatura do respectivo Contrato de Adesão.

#### **h.1.2 Período de Exercício do 2º Programa**

Considerando a extinção do 2º Programa, não há que se falar em Períodos de Exercício para o 2º Programa.

Em relação aos dois Programas, as Opções Maduras não exercidas dentro do respectivo Período de Exercício deixarão de ser passíveis de exercício ou de conferir qualquer direito a seus Beneficiários, caducando de pleno direito.

#### **h.2 Plano de Incentivo**

Muito embora o Plano de Incentivo não preveja a “aquisição de ações”, uma vez recebida a outorga do incentivo, o Participante somente poderá fazer jus ao recebimento do Bônus se tiver permanecido como administrador, empregado ou colaborador da Companhia durante todo o “Período de Vesting” do respectivo incentivo, ininterruptamente, até o exercício do incentivo e o recebimento do Bônus.

Conforme definido no Plano de Incentivo, o Período de Vesting, para o exercício das Phantom Shares, terá o prazo mínimo de 4 (quatro) anos a contar da assinatura do contrato de adesão ao Plano de Incentivo a fim de que o Participante se torne apto a exercer seu incentivo, observado os termos do contrato celebrado por cada Participante. O *vesting* é calculado na proporção de 25% (vinte e cinco por cento) a cada 1 (um) ano completo, de modo que, ao final do período de 4 (quatro) anos completos, o Participante estará *vested* em 100% (cem por cento) de suas eventuais Phantom Shares.

##### **(i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**

No que se refere ao Plano de Opções, o preço de aquisição das opções alienadas sob o 1º Programa é de no mínimo R\$ 0,763 por opção, de acordo com a metodologia indicada no Item 13.8 deste Formulário de Referência, e deverá ser fixado pelo Conselho de Administração quando da aprovação do respectivo programa com base em modelos e/ou metodologias de especificação de opções de ações.

O preço de exercício das opções no âmbito do 1º Programa é de no mínimo (A) R\$ 39,48 por ação, menos (B) os dividendos pagos por ação desde 1º de abril de 2018 corrigido por 100% do CDI até a data do pagamento.

Item não aplicável ao Plano de Incentivo, tendo em vista que não prevê qualquer desembolso por parte do Participante para o recebimento das Phantom Shares.

##### **(j) Critérios para fixação do prazo de exercício**

### **13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária**

Os prazos de exercício previstos nos Contratos de Adesão são estabelecidos pelo Conselho de Administração e levam em consideração práticas de mercado e alinhamento de longo prazo dos interesses dos Beneficiários aos dos acionistas.

#### **j.1.1 Período de Exercício do 1º Programa**

Em relação aos Beneficiários do 1º Programa, o exercício da totalidade das Opções está condicionado ao transcurso do período de 40 (quarenta) meses a contar da data da assinatura do Contrato de Adesão ao Programa. Dessa forma, o Prazo de Carência foi dividido em 4 parcelas temporais, sendo que o Beneficiário poderá exercer 25% das Opções que lhe foram outorgadas no intervalo temporal de cada Período de Exercício, os quais estão divididos da seguinte forma: (a) data de assinatura do Contrato de Adesão até o final do 40º mês contados da assinatura do respectivo Contrato de Adesão; (b) a partir do início do 13º mês da assinatura do Contrato de Adesão até o final do 40º mês contados da assinatura do respectivo Contrato de Adesão; (c) a partir do início do 25º mês da assinatura do Contrato de Adesão até o final do 40º mês contados da assinatura do respectivo Contrato de Adesão; e (d) a partir do início do 37º mês da assinatura do Contrato de Adesão até o final do 40º mês contados da assinatura do respectivo Contrato de Adesão.

Considerando a extinção do 2º Programa, não há que se falar em Períodos de Exercício para o 2º Programa.

#### **j.2 Plano de Incentivo**

Conforme definido no Plano de Incentivo, o Período de Vesting, para o exercício das Phantom Shares, terá o prazo mínimo de 4 (quatro) anos a contar da assinatura do contrato de adesão ao Plano de Incentivo a fim de que o Participante se torne apto a exercer seu incentivo, observado os termos do contrato celebrado por cada Participante. O vesting é calculado na proporção de 25% (vinte e cinco por cento) a cada 1 (um) ano completo, de modo que, ao final do período de 4 (quatro) anos completos, o Participante estará vested em 100% (cem por cento) de suas eventuais Phantom Shares.

#### **(k) Forma de liquidação**

No que se refere ao Plano de Opções, o Preço de Exercício deverá ser pago à vista e em dinheiro pelo Beneficiário, simultaneamente à formalização da subscrição ou aquisição, conforme o caso, da ação objeto da opção pelo beneficiário.

Item não aplicável ao Plano de Incentivo, tendo em vista que não serão emitidas ações da Companhia.

#### **(l) Restrições à transferência das ações**

Conforme estabelecido pelo Plano de Opções, o Beneficiário apenas poderá vender, onerar, transferir ou, de qualquer outra forma, alienar as ações da Companhia adquiridas no âmbito do Plano de Opções após um período de até 12 (doze) meses a contar da data de exercício das opções ("Prazo de Lock-up"), o que não será aplicável em sua integralidade na hipótese de uma alienação de ações de emissão da Companhia pelo acionista controlador, caso em que o Beneficiário terá o direito de exigir a venda conjunta de sua participação na mesma proporção das ações alienadas pelo acionista controlador ("Tag Along").

Na hipótese de a alienação de ações de emissão da Companhia pelo acionista controlador representar uma alienação, direta ou indireta, do controle da Companhia, o Beneficiário terá o direito de exigir a venda conjunta da totalidade de suas Ações. Por outro lado, caso a alienação represente 100% das ações de emissão da Companhia detidas pelo acionista controlador, este poderá obrigar o Beneficiário a vender a totalidade de suas ações ao adquirente ("Drag Along").

Observado o Prazo de Lock-Up, caso o Beneficiário receba uma proposta firme, por escrito, e desejar efetuar a alienação, transferência ou cessão das suas Ações que tenham sido subscritas ou adquiridas em decorrência do exercício da Opção pelo Beneficiário, terão primeiramente, os Acionistas Controladores, e subsidiariamente, todos os demais acionistas da Companhia, o direito de preferência para a aquisição da totalidade das Ações ofertadas pelo Beneficiário, pelo mesmo preço por ação e nas mesmas condições de pagamento oferecidas pelo terceiro adquirente ao Beneficiário ("Direito de Preferência").

### **13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária**

Item não aplicável ao Plano de Incentivo, tendo em vista que não serão emitidas ações da Companhia.

#### **(m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

O Plano de Opções e o Plano de Incentivo poderão ser extintos, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral da Companhia. Qualquer alteração da legislação e regulamentação aplicável às sociedades por ações e/ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de compra poderá ensejar a revisão integral dos Planos, observadas as disposições contidas nos respectivos programas.

#### **(n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

Nas hipóteses de Desligamento do Beneficiário/Participante (por “Desligamento” entende-se a rescisão, encerramento ou extinção do vínculo do Beneficiário/Participante com a Companhia), os direitos a ele conferidos de acordo com os Planos poderão ser extintos ou modificados, conforme estabelecido nos respectivos programas e contratos individuais.

#### **n.2 Plano de Opções**

Nos termos do Plano de Opções e sujeito às disposições do 1º Programa, em caso de Desligamento voluntário do Beneficiário, as Opções Não Maduras serão automaticamente consideradas extintas, sem direito a qualquer indenização ou pagamento ao Beneficiário, e suas Opções Maduras poderão ser exercidas no prazo de 30 dias contados do Desligamento.

Em caso de Desligamento Motivado do Beneficiário (por “Desligamento Motivado” entende-se qualquer ato ou fato que ponha fim à relação jurídica do Beneficiário com a Companhia por justa causa, nos termos da legislação trabalhista), todas as opções do Beneficiário serão consideradas automaticamente extintas, sem direito a qualquer indenização ou pagamento.

Em caso de Desligamento Imotivado (por “Desligamento Imotivado” entende-se qualquer ato ou fato que ponha fim à relação jurídica do Beneficiário com a Companhia que não seja um Desligamento Motivado) ou decorrente da aposentadoria do Beneficiário, as Opções Não Maduras serão automaticamente consideradas extintas, sem direito a qualquer indenização ou pagamento ao Beneficiário e as Opções Maduras poderão exercidas no prazo de 30 dias contados do Desligamento.

Por fim, em caso de Desligamento devido ao falecimento ou invalidez permanente do Beneficiário, todas as opções que não tenham sido exercidas até a data da morte/invalidez permanente serão automaticamente consideradas extintas.

#### **n.2 Plano de Incentivo**

Nos termos do Plano de Incentivo, em caso de Desligamento por justa causa, o Participante, seus herdeiros ou sucessores não farão jus ao recebimento de qualquer valor por conta do Incentivo outorgado, independentemente do Período de Vesting, de modo que os incentivos outorgados serão automaticamente extintos de pleno direito.

Em caso de Desligamento voluntário, Desligamento Imotivado, aposentadoria com consequente Desligamento da Companhia ou morte ou invalidez permanente, o Participante ou os respectivos herdeiros e sucessores, conforme o caso, terão, a critério do Conselho de Administração: (a) direito ao recebimento do Bônus a que o Participante faria jus caso exercesse o Incentivo no momento em que ocorresse um dos eventos descritos acima; ou (b) direito à manutenção, pelo prazo de 5 (cinco) anos, das Phantom Shares maduras, em conformidade com o Período de Vesting, para exercício automático do Incentivo caso ocorra um Evento de Liquidez, conforme definido no subitem “a.2”, hipótese em que se não ocorrer o Evento de Liquidez no prazo de 5 (cinco) anos, o direito do Participante expirará, o incentivo será extinto e o Participante nada receberá.

## 13.5 - Remuneração Baseada em Ações

### 13.5 - Remuneração baseada em ações

Apresentamos abaixo as informações referentes ao Plano de Opção de Ações.

Com relação ao programa de Phantom Shares (conforme descrito no item 13.4 deste Formulário de Referência) nos três últimos exercícios sociais, não havia opções outorgadas e/ou ações entregues em razão da natureza do deste plano.

#### Remuneração baseada em ações – exercício social findo em 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Nº total de membros</b>	7	3
<b>Nº de membros remunerados</b>	0	1
Preço médio ponderado de exercício:	0	-
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	0	45,02
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	0	0
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	0	45,02
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	0	0
<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas</b>	0	-

#### Remuneração baseada em ações – exercício social findo em 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Nº total de membros</b>	0	2,08
<b>Nº de membros remunerados</b>	0	1
Preço médio ponderado de exercício:	-	-
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	45,02
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	0
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	45,02
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	0
<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas</b>	-	-

#### Remuneração baseada em ações – exercício social findo em 31/12/2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Nº total de membros</b>	0	2,17
<b>Nº de membros remunerados</b>	0	1
Preço médio ponderado de exercício:	-	-
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	43,04
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	0
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	43,04
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	0
<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas</b>	-	-

### 13.5 - Remuneração Baseada em Ações

#### Remuneração baseada em ações – exercício social findo em 31/12/2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Nº total de membros</b>	0	2,33
<b>Nº de membros remunerados</b>	0	1
Preço médio ponderado de exercício:	-	-
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	40,72
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	0
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	40,72
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	0
<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas</b>	-	-

## 13.6 - Opções em Aberto

### 13.6 - Opções em aberto

Apresentamos abaixo as informações referentes ao Plano de Opção de Ações.

Com relação ao programa de Phantom Shares (conforme descrito no item 13.4 deste Formulário de Referência) nos três últimos exercícios sociais, não havia opções outorgadas e/ou ações entregues em razão da natureza do deste plano.

#### Opções em aberto ao final do exercício social findo em 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Nº total de membros</b>	0	2,08
<b>Nº de membros remunerados</b>	0	1
<b>Opções ainda não exercíveis</b>	-	-
Quantidade	-	0
Data em que se tornarão exercíveis	-	0
Prazo máximo para exercício das opções	-	0
Prazo de restrição à transferência das ações	-	0
Preço médio ponderado de exercício	-	0
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	0
<b>Opções exercíveis</b>	-	-
Quantidade	-	0
Prazo máximo para exercício das opções	-	0
Prazo de restrição à transferência das ações	-	0
Preço médio ponderado de exercício	-	0
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	0
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	0

## 13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

### 13.7 - Opções exercidas e ações entregues

Apresentamos abaixo as informações referentes ao Plano de Opção de Ações.

Com relação ao programa de Phantom Shares (conforme descrito no item 13.4 deste Formulário de Referência) nos três últimos exercícios sociais, não havia opções outorgadas e/ou ações entregues em razão da natureza do deste plano.

#### Exercício social findo em 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	0	2,08
Nº de membros remunerados	0	1
<b>Opções exercidas</b>		
Número de ações	0	18.996
Preço médio ponderado de exercício	0	45,02
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	0	0,56
<b>Ações entregues</b>		
Número de ações entregues	0	25.327
Preço médio ponderado de aquisição	0	39,48
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	0	5,54

#### Exercício social findo em 31/12/2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	0	2,17
Nº de membros remunerados	0	1
<b>Opções exercidas</b>		
Número de ações	0	12.664
Preço médio ponderado de exercício	0	43,04
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	0	0
<b>Ações entregues</b>		
Número de ações entregues	0	25.327
Preço médio ponderado de aquisição	0	39,48
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	0	3,56

### 13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

**Exercício social findo em 31/12/2018**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	0	2,33
Nº de membros remunerados	0	1
<b>Opções exercidas</b>		
Número de ações	0	6.332
Preço médio ponderado de exercício	0	40,72
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	0	0
<b>Ações entregues</b>		
Número de ações entregues	0	25.327
Preço médio ponderado de aquisição	0	39,48
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	0	1,24

## 13.8 - Precificação Das Ações/opções

### 13.8 - Precificação das ações/opções

#### (a) Modelo de precificação

No caso do Plano de Ações, o valor das opções é estimado na data de concessão, com base no modelo "Black & Scholes" de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos, de acordo com os parâmetros descritos no Item 13.8 (b) deste Formulário de Referência.

No que se refere ao Programa de Phantom Shares (conforme descrito no Item 13.4 deste Formulário de Referência), não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía nos três últimos exercícios sociais, não havendo opções outorgadas e/ou ações entregues.

#### (b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

No caso do Plano de Ações, para efeito do cálculo do valor justo das opções estamos considerando os seguintes parâmetros:

Preço das ações na outorga: R\$ 39,48 (\*)

Preço médio de exercício de cada tranche: R\$ 45,00

Volatilidade esperada do preço da ação: 38,82% a.a.

Taxa de retorno livre de risco: 8,00% a.a.

Vencimento médio remanescente: 10 meses

(\*) O preço das ações a serem subscritas ou adquiridas em decorrência do exercício da opção será de R\$ 39,48 por ação, menos os dividendos pagos por ação desde 12 de abril de 2018, corrigido por 100% da variação acumulada da taxa D1-Over (COI), calculado de forma *pro rata temporis*, desde 12 de abril de 2018 até a data de integralização ou pagamento integral.

Nesse sentido, o valor justo por opção em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 4,09.

No que se refere ao Programa de Phantom Shares (conforme descrito no Item 13.4 deste Formulário de Referência), não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía nos três últimos exercícios sociais, não havendo opções outorgadas e/ou ações entregues.

#### (c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável.

#### (d) Forma de determinação da volatilidade esperada

Desvio padrão médio indicado para empresas do segmento "Healthcare Information and Technology" informadas na base de dados "Standard deviations in equity and firm values" baixada do site <http://www.damodaran.com>, com data base de 05 de janeiro de 2021.

#### (e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

### 13.9 - Participações Detidas Por Órgão

#### 13.9 - Participações detidas por órgão

Sociedade	Exercício social findo em 31/12/2020			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Bionexo S.A.	239.575	718.729	0	479.152

### **13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários**

#### **13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários**

Não aplicável, visto que a Companhia não patrocina plano de previdência complementar em benefício de seus diretores e administradores.

### 13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

#### Valores anuais

	Diretoria Estatutária		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Nº de membros	2,08	2,17	2,33	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	2,08	2,17	2,33	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	2.034.793,73	1.158.623,55	1.328.350,76	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	778.423,80	311.681,69	113.544,83	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	841.034,62	674.880,95	652.039,48	0,00	0,00	0,00

#### Observação

	Diretoria Estatutária
31/12/2020	O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses. Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.
31/12/2019	O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses. Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.
31/12/2018	O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses. Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.

#### Conselho de Administração

	Conselho de Administração
31/12/2020	A Companhia era uma EIRELI e não possuía Conselho de Administração.
31/12/2019	A Companhia era uma EIRELI e não possuía Conselho de Administração.
31/12/2018	A Companhia não possuía Conselho de Administração.

#### Conselho Fiscal

	Conselho Fiscal
31/12/2020	A Companhia era uma EIRELI e não possuía Conselho Fiscal.
31/12/2019	A Companhia era uma EIRELI e não possuía Conselho Fiscal.
31/12/2018	Não instalado.

### **13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria**

#### **13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria**

Exceto pelos benefícios descritos no quadro 13.1, não há qualquer arranjo contratual nem qualquer instrumento que estruture mecanismos de remuneração ou indenização para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria em caso de desligamento de suas funções.

**13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores**

**13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Exercício encerrado em 31/12/2020	0%	69%	0%
Exercício encerrado em 31/12/2019	0%	76%	0%
Exercício encerrado em 31/12/2018	0%	4%	0%

**13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam**

**13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam**

Os administradores e membros do conselho fiscal da Companhia não recebem qualquer remuneração em virtude de qualquer razão que não a função que ocupam.

**13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor**

**13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que os administradores da Companhia não recebem remuneração de seus controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de suas controladas nos três últimos exercícios sociais.

## 13.16 - Outras Informações Relevantes

### 13.16 - Outras informações relevantes

A remuneração informada na nota explicativa 27 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, contempla a remuneração paga pela Companhia aos membros do conselho de Administração da Bionexo Internacional Empreendimentos e Participações S.A., sociedade que foi incorporada pela Companhia em 30 de dezembro de 2020, conforme informações do item 15.7 deste Formulário de Referência. Por essa razão, a remuneração informada no item 13.2 é menor que a remuneração informada na referida nota explicativa.

## 14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

### 14.1 - Descrições dos recursos humanos

**(a) Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

A tabela abaixo demonstra o número de empregados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 localizados no Brasil, da seguinte forma:

Atividade	31 de dezembro de 2020													Total
	SP	DF	MG	RS	SC	MS	PR	PA	BA	CE	RJ	GO	PE	
Diretoria/executivo	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
Especialista	26	0	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0	1	31
Gerente	51	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	54
Operacional	260	0	4	2	4	1	1	1	2	1	3	2	3	282
<b>Total</b>	<b>343</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>375</b>

Atividade	31 de dezembro de 2019													Total
	SP	DF	MG	RS	SC	MS	PR	PA	BA	CE	RJ	GO	PE	
Diretoria/executivo	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10
Especialista	24	0	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0	1	28
Gerente	50	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	54
Operacional	260	0	4	3	4	1	1	1	2	1	2	2	3	285
<b>Total</b>	<b>341</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>377</b>

Atividade	31 de dezembro de 2018													Total
	SP	DF	MG	RS	SC	PR	PA	BA	CE	RJ	GO	PE		
Diretoria/executivo	13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13
Especialista	28	0	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0	1	33
Gerente	58	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	61
Operacional	163	1	2	5	3	1	1	2	1	3	3	2	1	187
<b>Total</b>	<b>262</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>294</b>

**(b) Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

Atividades	31/12/20													31/12/19	31/12/19
	31/12/20	31/12/19	31/12/19	31/12/19	31/12/19	31/12/19	31/12/19	31/12/19	31/12/19	31/12/19	31/12/19	31/12/19	31/12/19		
Limpeza e Copa	1	7												2	
Advocacia	2	1												-	
Contabilidade	7	7												6	
Departamento Pessoal	6	5												5	
Tecnologia	6	3												1	
Consultoria Corporativa	2	2												-	
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>25</b>												<b>14</b>	

Todos os terceirizados estão localizados em São Paulo.

**(c) Índice de rotatividade**

31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
22,97%	25,76%	19,12%

## **14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos**

### **14.2 - Alterações relevantes - recursos humanos**

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 deste Formulário de Referência.

### **14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados**

#### **14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados**

##### **(a) política de salários e remuneração variável**

A Companhia considera sua política de Recursos Humanos como parte integrante de sua estratégia empresarial, visando assegurar: remuneração em linha com o mercado; condições de atrair e reter os profissionais para a Companhia; definição de uma estrutura de cargos e salários adequada aos processos organizacionais e o fornecimento de uma base de conduta para que o colaborador conheça suas atribuições e responsabilidades.

##### **(b) política de benefícios**

A Companhia não possui uma política unificada de benefícios, adotando políticas regionais ou locais, conforme o caso e sempre em observância à legislação aplicável. Os empregados da Companhia são elegíveis a benefícios diversos de acordo com o cargo, bem como de acordo com a legislação aplicável.

##### **(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano:**

A Companhia possui plano de opções aplicável à diretores não estatutários e plano de incentivo aplicável à diretores não estatutários e gerentes, cujos detalhes estão descritos no item 13.4 deste Formulário de Referência, mas não houve outorga até o momento.

#### **14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos**

##### **14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos**

A Companhia não tem histórico de paralisação ou greve e não possui relacionamento com sindicatos.

## 14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

### 14.5 - Outras informações relevantes

A Companhia continua monitorando possíveis impactos relacionados à pandemia da COVID-19, tendo adotado medidas preventivas, em consonância com as orientações das autoridades de saúde no que se refere à segurança de seus colaboradores, diretos e indiretos, e continuidade de suas operações.

Entre as medidas adotadas pela Companhia destacam-se: (i) adoção imediata a partir de 13 de março de 2020, da prática de trabalho remoto via home office para todas os seus colaboradores; e (iii) suspensão das viagens nacionais e internacionais, por período indeterminado.

Destacamos que a Companhia não adotou no período, medidas de redução salarial e de jornada dos seus colaboradores, nem promoveu reduções de equipes fora do curso normal de suas operações.

A Companhia avaliou durante a crise, a extensão e a duração das medidas adotadas pelas autoridades públicas no Brasil e nos países em que algumas de suas controladas operam, assim como, possíveis efeitos diretos e indiretos da COVID-19 sobre seus negócios, resultados operacionais e condição financeira.

Em resposta a este cenário, a empresa tomou medidas protetivas com o intuito de evitar a disseminação do vírus, garantir a preservação da saúde dos colaboradores e demais partes relacionadas, assegurar a manutenção de empregos, bem como medidas para amenizar os efeitos da pandemia nos resultados da Companhia. Entre as principais medidas estabelecidas, tivemos:

- Deslocamento de toda equipe para o trabalho remoto;
- Medidas relacionadas aos protocolos de biossegurança, visando a saúde e o bem-estar dos colaboradores;
- Contenção e revisão de gastos como forma de minimizar os possíveis impactos relacionados as incertezas do cenário futuro.

## 15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista	CPF/CNPJ	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração
Acionista Residente no Exterior		Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ
<b>Qtde. ações ordinárias (Unidades)</b>		<b>Ações ordinárias %</b>	<b>Qtde. ações preferenciais (Unidades)</b>	<b>Ações preferenciais %</b>	<b>Qtde. total de ações (Unidades)</b>
<b>Detalhamento por classes de ações (Unidades)</b>					<b>Total ações %</b>
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
<b>Maurício de Lázari Barbosa</b>					
074.797.828-02	Brasileira-SP	Sim	Sim		03/02/2021
Não					
		18,420%	0	0,000%	24.407.636
					18,420%
<b>ORJEN INVESTMENTS PTE. LTD.</b>					
	Singapura	Não	Não		30/12/2020
	Bruno de Luca Zanatta	Física	Física		007.542.839-33
Sim					
		41.007.292	30,960%	0,000%	41.007.292
					30,960%
<b>PRISMA BAZAR FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATEGIA</b>					
27.123.654/0001-69	Brasileira-RJ	Sim	Sim		30/12/2020
Não					
		55.065.984	41.580%	0,000%	55.065.984
					41,580%
<b>APUS PARTICIPACOES S.A.</b>					
03.381.364/0001-57	Brasileira-SP	Sim	Sim		03/02/2021
Não					
		10.460.416	7,900%	0,000%	10.460.416
					7,900%
<b>OUTROS</b>					
	1.505.865	1,140%	0	0,000%	1.505.865
					1,140%
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>					
	0	0,000%	0	0,000%	0,000%

## 15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista	CPF/CNPJ	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração
Acionista Residente no Exterior		Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ
Qtde. ações ordinárias (Unidades)		Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)
<b>Detalhamento por classes de ações (Unidades)</b>					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
<b>TOTAL</b>	132.447.193	100,000%	0	0,000%	132.447.193
					100,000%

## 15.1 / 15.2 - Posição Acionária

<b>CONTROLDORA / INVESTIDORA</b>					
<b>ACIONISTA</b>	<b>CPF/CNPJ acionista</b>	<b>Nacionalidade-UF</b>	<b>Participa de acordo de acionistas</b>	<b>Acionista controlador</b>	<b>Última alteração</b>
<b>Detalhamento de ações (Unidades)</b>	<b>Nome do Representante Legal ou Mandatário</b>		<b>Tipo pessoa</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	
<b>Qnde. ações ordinárias (Unidades)</b>	<b>Ações ordinárias %</b>	<b>Qnde. ações preferenciais (Unidades)</b>	<b>Ações preferenciais %</b>	<b>Qnde. total de ações (Unidades)</b>	<b>Total ações %</b>
<b>CONTROLDORA / INVESTIDORA</b>				<b>CPF/CNPJ acionista</b>	<b>Composição capital social</b>
<b>APUS PARTICIPACOES S.A.</b>				<b>03.381.364/0001-57</b>	
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
<b>Mauricio de Lázzeri Barbosa</b>					
074.797.828-02	Brasileira				
Não	Não				
11.377.754	99.999	0	0,000	11.377.754	99.999
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0,000</b>			
<b>OUTROS</b>					
1	0,001	0	0,000	1	0,001
<b>TOTAL</b>					
11.377.755	100.000	0	0,000	11.377.755	100.000

### 15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	15/02/2021
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	6
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	3
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

#### Ações em Circulação

*Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria*

Quantidade ordinárias (Unidades)	41.007.292	30,960%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	41.007.292	30,960%

## 15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

### 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico



## 15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

### 15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

#### (a) Partes

Além do Acordo de Acionistas abaixo descrito, a Bionexo Internacional Empreendimentos e Participações S.A. ("Bionexo Internacional"), incorporada pela Companhia, possui dois acordos de acionistas que serão extintos com a conclusão da Oferta Pública de Ações da Companhia e não serão substituídos por novos acordos. Os acordos foram firmados entre: (i) Orjen Investments Pte. Ltd., uma subsidiária integral indireta da Temasek Holdings (Private) Limited ("Orjen"), Apus e Prisma (abaixo definidos) e (ii) Orjen, Apus, Prisma e Guido Ademar Garcia Dellagnelo, ambos no âmbito da Bionexo Internacional.

#### Acordo de Acionistas entre Apus, Maurício, Prisma e Bionexo S.A. no âmbito da Bionexo S.A.:

Apus Participações EIRELI ("Apus"), Maurício de Lazzari Barbosa, ("Maurício", e em conjunto com Apus, "Grupo Apus") Prisma Bazar Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia ("Prisma" e, em conjunto com Apus, "Acionistas") e, na qualidade de interveniente anuente, Bionexo S.A. ("Companhia"). **(b) Data de celebração**

#### Acordo de Acionistas entre Apus, Maurício, Prisma e Bionexo S.A. no âmbito da Bionexo S.A.:

O acordo de acionistas foi celebrado em 18 de fevereiro de 2021.

#### (c) Prazo de vigência

#### Acordo de Acionistas entre Apus, Maurício, Prisma e Bionexo S.A. no âmbito da Bionexo S.A.:

O prazo de vigência do acordo é de 10 anos, ou até que um dos Acionistas deixe de deter as ações vinculadas ao acordo, a partir da data de disponibilização do anúncio de início do IPO.

#### **(d) Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle**

#### Acordo de Acionistas entre Apus, Maurício, Prisma e Bionexo S.A. no âmbito da Bionexo S.A.:

A cláusula 4.5 do acordo determina que o exercício do direito de voto dos Acionistas nas assembleias gerais de acionistas e dos representantes dos Acionistas ou da Companhia nas reuniões do conselho de administração da Companhia ou das pessoas nas quais a Companhia ou as subsidiárias participem deverão ser definidos previamente pelos Acionistas em reunião de alinhamento, a fim de apresentar o voto a ser proferido à matéria objeto de deliberação (i) pelos Acionistas, em assembleia geral da Companhia; (ii) pelas pessoas indicadas por Apus para ocupar os cargos de membro do conselho de administração da Companhia, nas reuniões de conselho de administração da Companhia; (iii) pelas pessoas indicadas pelo Prisma para ocupar os cargos de membro do conselho de administração da Companhia, nas reuniões de conselho de administração da Companhia; e (iv) pelos representantes da Companhia ou das subsidiárias, em assembleias ou reuniões do conselho de administração das Pessoas nas quais a Companhia ou as Subsidiárias participem ("Reunião de Alinhamento"). A Reunião de Alinhamento torna-se dispensável quando os Acionistas decidirem, por escrito, a respeito das matérias que seriam objeto de deliberação da Reunião de Alinhamento. Os procedimentos da Reunião de Alinhamento deverão seguir os termos da cláusula 4.5 do acordo.

## 15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

### (e) Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais

Acordo de Acionistas entre Apus, Maurício, Prisma e Bionexo S.A. no âmbito da Bionexo S.A.:

Conselho de Administração: A cláusula 3.2 do acordo determina que enquanto o Grupo Apus detiver 5% (cinco por cento) ou mais do capital social da Companhia terá o direito de indicar a metade dos membros para o conselho de administração que os Acionistas, em conjunto, tiverem direito de indicar. Enquanto a Prisma detiver 5% (cinco por cento) ou mais do capital social da Companhia, terá direito de indicar metade dos membros para o conselho de administração que os Acionistas, em conjunto, tiverem direito de indicar. A partir do momento que o Grupo Apus ou Prisma, detiver menos de 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia não terão direito de indicar membros para o conselho de administração, ocasião em que o outro poderá eleger todos os membros para o conselho de administração que os Acionistas, em conjunto, tiverem direito de indicar. O Grupo Apus e Prisma alternarão entre si a escolha do presidente do conselho de administração, resguardado à Prisma o direito de escolha do presidente do conselho de administração após o término do mandato ou a renúncia de Maurício ao cargo de presidente do conselho de administração da Companhia, ainda, o Acionista que não tiver escolhido o presidente do conselho de administração terá o direito de escolher o vice-presidente do conselho de administração. Não será permitida a cumulação de cargos de membro do conselho de administração e de diretor estatutário, inclusive a cumulação de posições sob a relação de emprego e de membro do conselho de administração. Cada Acionista poderá determinar a destituição do membro do conselho de administração de sua indicação e indicar o seu substituto, observado o disposto na cláusula 3.2. do acordo. É vedado a qualquer Acionista exercer seu direito de voto para destituir ou substituir qualquer dos membros do conselho de administração indicados por outro Acionista.

Diretoria: A cláusula 3.3 do acordo determina que o processo de recrutamento de um novo Diretor Presidente da Companhia deverá ser realizado por um Headhunter, escolhido de comum acordo pelos Acionistas, e contratado pela Companhia. O Headhunter apresentará uma lista de candidatos ao cargo de Diretor Presidente, cabendo ao Grupo Apus e Prisma formalizar, cada um, uma lista final de até 2 (dois) nomes no prazo de 5 (cinco) dias para escolha e aprovação do conselho de administração. O conselho de administração deverá deliberar sobre os nomes constantes das listas finais preparadas pelos Acionistas no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados de sua apresentação. Caso o conselho de administração não aprove nenhum nome das listas finais para o cargo de Diretor Presidente, um novo processo de seleção de uma segunda lista (excluídos os candidatos rejeitados constantes das listas finais anteriores dos Acionistas) deverá ser iniciado pelo Headhunter e, após indicação de nova lista de até 2 (dois) nomes por Grupo Apus e por Prisma no prazo de 5 (cinco) dias, submetidas à aprovação do conselho de administração, que deverá deliberar no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da data de apresentação da nova lista. A cláusula 3.3 do acordo estabelece os termos para efetivação do procedimento de escolha do Diretor Presidente. O Diretor Presidente terá autonomia para indicar os demais diretores e membros da administração. Os Acionistas comprometem-se a fazer com que os membros do conselho de administração indicados por eles votem nas reuniões do conselho de administração de forma a respeitar os direitos e regras estabelecidos na cláusula 3.

## 15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

### (f) Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Acordo de Acionistas entre Apus, Maurício, Prisma e Bionexo S.A. no âmbito da Bionexo S.A.:

A cláusula 6.1 do acordo determina que os acionistas se obrigam a não transferir quaisquer ações vinculadas ou direitos decorrentes das ações vinculadas, exceto conforme permitido pelas regras relativas à restrição de transferência constantes do acordo. Ainda, a cláusula 6.2 do acordo elenca as transferências permitidas, ou seja, que não estão sujeitas às restrições estabelecidas na cláusula 6.1.

A cláusula 7.1 determina o direito de primeira oferta, caso ou Prisma ou um Acionista que compõe o Grupo Apus deseje, por qualquer motivo, transferir a totalidade ou parte das ações vinculadas ou direitos decorrentes de suas ações vinculadas, em observação as exceções previstas no acordo. O procedimento para realização da primeira oferta deve respeitar os termos da cláusula 7.1 do acordo.

A cláusula 8.1 determina o direito de tag along, caso o acionista ofertante deseje, por qualquer motivo, transferir ações ofertadas a um ou mais terceiros em condições mais favoráveis do que às dos termos da oferta, o acionista ofertado terá o direito de obrigar tais terceiros a adquirirem, em conjunto com as ações ofertada do acionista ofertante, as ações vinculada ou direitos decorrentes de ações vinculadas de sua titularidade de forma que o acionista ofertado transfira ações vinculadas ou direito decorrentes de ações vinculadas sempre na mesma proporção que o acionista ofertante. O procedimento para realização da venda conjunto deve respeitar os termos da cláusula 8.1.

### (g) Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle

Acordo de Acionistas entre Apus, Maurício, Prisma e Bionexo S.A. no âmbito da Bionexo S.A.:

A cláusula 4.5 do acordo determina que o exercício do direito de voto dos Acionistas nas assembleias gerais de acionistas e dos representantes dos Acionistas ou da Companhia nas reuniões do conselho de administração da Companhia ou das pessoas nas quais a Companhia ou as subsidiárias participem deverão ser definidos previamente pelos Acionistas em reunião de alinhamento, a fim de apresentar o voto a ser proferido à matéria objeto de deliberação (i) pelos Acionistas, em assembleia geral da Companhia; (ii) pelas pessoas indicadas por Apus para ocupar os cargos de membro do conselho de administração da Companhia, nas reuniões de conselho de administração da Companhia; (iii) pelas pessoas indicadas pelo Prisma para ocupar os cargos de membro do conselho de administração da Companhia, nas reuniões de conselho de administração da Companhia; e (iv) pelos representantes da Companhia ou das subsidiárias, em assembleias ou reuniões do conselho de administração das Pessoas nas quais a Companhia ou as Subsidiárias participem (“Reunião de Alinhamento”). A Reunião de Alinhamento torna-se dispensável quando os Acionistas decidirem, por escrito, a respeito das matérias que seriam objeto de deliberação da Reunião de Alinhamento. Os procedimentos da Reunião de Alinhamento deverão seguir os termos da cláusula 4.5 do acordo.

## **15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor**

### **15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor**

Conforme descrito no item 15.7, foi aprovada em assembleia geral datada de 30 de dezembro 2020, a incorporação reversa pela Companhia da Bionexo Internacional Empreendimentos e Participações S.A., sua antiga controladora, resultando em sua extinção.

Em 03 de fevereiro de 2021, foi aprovada redução do capital social da Apus Paticipações S.A., controladora da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária, com cancelamento de 22.016.574 ações ordinárias. Em decorrência da redução de capital, o montante de R\$22.016.574,00 foi restituído aos acionistas da Companhia, da seguinte forma: (a) ao acionista Maurício de Lazzari Barbosa foi entregue 24.407.636 ações ordinárias da Companhia; (b) ao acionistar Rafael Lekkermann Barbosa foi devolvido o montante de R\$1,00. Diante dessa alteração, o Sr. Maurício de Lazzari Barbosa passou a integrar o quadro social da Companhia, com a participação de 18,42% do total do capital social da Companhia, conforme composição acionária descrita no item 15.1/15.2.

## 15.7 - Principais Operações Societárias

### 15.7 - Principais operações societárias

(a) evento	Incorporação da Bionexo Internacional Empreendimentos e Participações S.A. pela Companhia
(b) principais condições do negócio	Em 30 de dezembro de 2020, a Bionexo Internacional Empreendimentos e Participações S.A., na qualidade de titular da totalidade do capital social da Companhia, aprovou (i) a transformação do tipo societário da Companhia de EIRELI para sociedade anônima, passando a adotar a denominação de Bionexo S.A. (atual denominação da Companhia), e (ii) a incorporação, pela Companhia da sua ora titular, a Bionexo Internacional Empreendimentos e Participações S.A.
(c) sociedades envolvidas	Bionexo S.A. e Bionexo Internacional Empreendimentos e Participações S.A.
(d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Alterações conforme item (e) abaixo.
(e) quadro societário antes e depois da operação	<p>Quadro societário antes da operação:</p> <pre> graph TD     PB[Príma Bazar Fundo de Inv. em Part. Multiestratégia] --- AP[Apus Participações]     AP --- BI[Bionexo Internacional]     BI --- B[Manager Saúde]     BI --- AS[Avatar Soluções]     BI --- BA[Bionexo Argentina]     BI --- BC[Bionexo Colômbia]     BI --- BM[Bionexo México]     </pre> <p>Quadro societário depois da operação:</p> <pre> graph TD     PB[Príma Bazar Fundo de Inv. em Part. Multiestratégia] --- AP[Apus Participações]     AP --- BI[Bionexo S.A.]     BI --- ORJ[Orjani Investments PTE LTD.]     BI --- RA[RAFAEL BARBOSA]     BI --- BA[Bionexo Argentina]     BI --- BC[Bionexo Colômbia]     BI --- BM[Bionexo México]     </pre>
(f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não se aplica, tendo em vista que os acionistas da Companhia não foram diluídos em decorrência da operação.

## 15.7 - Principais Operações Societárias

<b>(a) evento</b>	Aquisição de quotas da Manager Saúde Ltda.
<b>(b) principais condições do negócio</b>	A operação aprovada em Assembleia Extraordinária da Bionexo Internacional Empreendimentos e Participações S.A. realizada em 20 de maio de 2018 consiste na aquisição pela Bionexo Internacional Empreendimentos e Participações S.A. de 1.500.200 (um milhão, quinhentas mil e duzentas) quotas da Manager Saúde Ltda, sociedade empresária limitada e subscrição de 1.000.000 (um milhão) de novas cotas da Manager Saúde, de modo que, somadas às quotas adquiridas a participação da Bionexo Internacional Empreendimentos e Participações S.A. passou a ser 60% do capital social total da Manager Saúde Ltda.
<b>(c) sociedades envolvidas</b>	Bionexo Internacional Empreendimentos e Participações S.A. e Manager Saúde Ltda.
<b>(d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário</b>	Alterações conforme item (e) abaixo.
<b>(e) quadro societário antes e depois da operação</b>	<p>Quadro societário antes da operação:</p> <pre> graph TD     PB["Prisma Bazar Fundo de Inv. em Part. Multiestrategia 57,46%"] --- Bionexo     MLB["Mauricio de Lazzari Barbosa 42,54%"] --- Bionexo     Bionexo --- BA["Bionexo Argentina"]     Bionexo --- BC["Bionexo Colômbia"]     Bionexo --- BM["Bionexo México"]     Bionexo --- BI["Bionexo Ibérica"]     Bionexo --- P["Pinacell"]   </pre> <p>Quadro societário depois da operação:</p> <pre> graph TD     PB["Prisma Bazar Fundo de Inv. em Part. Multiestrategia 57,46%"] --- Bionexo     MLB["Mauricio de Lazzari Barbosa 42,54%"] --- Bionexo     Bionexo --- MS["Manager Saúde"]     Bionexo --- BA["Bionexo Argentina"]     Bionexo --- BC["Bionexo Colômbia"]     Bionexo --- BM["Bionexo México"]     Bionexo --- BI["Bionexo Ibérica"]     Bionexo --- P["Pinacell"]   </pre>
<b>(f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas</b>	Não se aplica, tendo em vista que os acionistas da Companhia não foram diluídos em decorrência da operação.

## 15.7 - Principais Operações Societárias

<b>(a) evento</b>	Incorporação de ações da Bionexo do Brasil S.A. pela Bionexo Internacional Empreendimentos e Participações S.A.
<b>(b) principais condições do negócio</b>	A operação aprovada em Assembleia Extraordinária da Bionexo Internacional Empreendimentos e Participações S.A. realizada em 31 de agosto 2018 consiste na incorporação pela Bionexo Internacional Empreendimentos e Participações S.A. de ações de emissão da Bionexo do Brasil S.A., no montante de R\$48.429.133,24 (quarenta e oito milhões, quatrocentos e vinte e nove mil, cento e trinta e três reais e vinte e quatro centavos), de forma a torná-la subsidiária integral da Bionexo Internacional Empreendimentos e Participações S.A. Ainda, em decorrência da incorporação das ações de emissão da Bionexo do Brasil pela Bionexo Internacional Empreendimentos e Participações S.A., foi realizado o cancelamento de 806.594 (oitocentas e seis mil, quinhentas e noventa e quatro) ações ordinária de emissão da Bionexo Internacional Empreendimentos e Participações S.A. detidas pela Bionexo do Brasil, sem redução do capital social da Bionexo do Brasil, a fim de eliminar a participação recíproca existente.
<b>(c) sociedades envolvidas</b>	Bionexo Internacional Empreendimentos e Participações S.A. e Bionexo do Brasil S.A.
<b>(d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário</b>	Alterações conforme item (e) abaixo.
<b>(e) quadro societário antes e depois da operação</b>	<p>Quadro societário antes da operação:</p> <pre> graph TD     PB["Prisma Bazar Fundo de Inv. em Part. Multiestratégia"] -- "57,46%" --&gt; BI[Bionexo Internacional]     BI --&gt; BDB["Bionexo do Brasil"]     BI --&gt; MS[Manager Saúde]     BI --&gt; BA[Bionexo Argentina]     BI --&gt; BC[Bionexo Colômbia]     BI --&gt; BM[Bionexo México]     BI --&gt; BIb[Bionexo Ibérica]     BI --&gt; PC[Pinacell]     MA["Mauricio de Lazzari Barbosa"] -- "42,54%" --&gt; BI   </pre> <p>Quadro societário depois da operação:</p> <pre> graph TD     PB["Prisma Bazar Fundo de Inv. em Part. Multiestratégia"] -- "57,46%" --&gt; BI[Bionexo Internacional]     BI --&gt; BDB["Bionexo do Brasil"]     BI --&gt; MS[Manager Saúde]     BI --&gt; BA[Bionexo Argentina]     BI --&gt; BC[Bionexo Colômbia]     BI --&gt; BM[Bionexo México]     BI --&gt; BIb[Bionexo Ibérica]     BI --&gt; PC[Pinacell]     MA["Mauricio de Lazzari Barbosa"] -- "42,54%" --&gt; BI   </pre>
<b>(f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas</b>	A operação foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Bionexo Internacional Empreendimentos e Participações S.A. em 31 de agosto de 2018 com base no Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações da Bionexo do Brasil S.A. pela Bionexo Internacional Empreendimentos e Participações S.A. celebrado entre a Bionexo Internacional Empreendimentos e Participações S.A. e a Bionexo do Brasil S.A. em 31 de agosto de 2018.

## 15.7 - Principais Operações Societárias

<b>(a) evento</b>	Aquisição de participação societária pela Companhia na GTMED Indústria, Comércio e Serviços de Tecnologia S.A.
<b>(b) principais condições do negócio</b>	<p>A operação consistiu na subscrição pela Companhia de 2.049.961 (dois milhões, quarenta e nove mil, novecentas e sessenta e uma) novas ações da GTMED Indústria, Comércio e Serviços de Tecnologia S.A. ("GTMED") e aquisição de 4.200.000 (quatro milhões e duzentas mil) ações da GTMED, passando a Companhia a ser titular de 100% do capital social da GTMED.</p> <p>Ainda, a operação também foi aprovada em Assembleia Extraordinária da Bionexo Internacional Empreendimentos e Participações S.A. (única sócia da Companhia na data da aquisição) realizada em 31 de julho 2019.</p>
<b>(c) sociedades envolvidas</b>	Bionexo do Brasil Soluções Digitais Eireli (antiga denominação da Companhia) e GTMED Indústria, Comércio e Serviços de Tecnologia S.A.
<b>(d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário</b>	Alterações conforme item (e) abaixo.
<b>(e) quadro societário antes e depois da operação</b>	<p>Quadro societário antes da operação:</p> <pre> graph TD     PB[Prisma Bazar Fundo de Inv. em Part. Multiestatégia] --- BI[Bionexo Internacional]     OI[Orjen Investments PTE LTD.] --- BI     AP[Apus Participações] --- BI     ML[Mauro Lazzari Barbosa] --- BI     BI --- B[Corporativa]     BI --- M[Manager Saúde]     BI --- BA[Bionexo Argentina]     BI --- BC[Bionexo Colômbia]     BI --- BM[Bionexo México]     BI --- BI[Bionexo Iberica]     BI --- PC[Pinacell]   </pre> <p>Quadro societário depois da operação:</p> <pre> graph TD     PB --- BI     OI --- BI     AP --- BI     ML --- BI     BI --- B     BI --- M     BI --- BA     BI --- BC     BI --- BM     BI --- BI     BI --- PC     GTMED --- BI   </pre>
<b>(f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas</b>	Não se aplica, tendo em vista que os acionistas da Companhia não foram diluídos em decorrência da operação.

## 15.7 - Principais Operações Societárias

<b>(a) evento</b>	Transferência para Companhia de participação detida em outras sociedades investidas pela Bionexo Internacional Empreendimentos e Participações S.A.
<b>(b) principais condições do negócio</b>	A operação formalizada por meio da 4ª alteração ao ato constitutivo da Bionexo do Brasil Soluções Digitais Eireli (antiga denominação da Companhia) data da 29 de agosto de 2019 consiste na transferência de participação detida no capital social da Intuitive Care Inteligência Hospitalar S.A. e da Manager Saúde Ltda. pela Bionexo Internacional Empreendimentos e Participações S.A. para a Companhia. Ainda, a operação também foi aprovada em Assembleia Extraordinária da Bionexo Internacional Empreendimentos e Participações S.A. (única sócia da Companhia na data da operação) realizada em 31 de julho 2019.
<b>(c) sociedades envolvidas</b>	Bionexo Internacional Empreendimentos e Participações S.A., Bionexo do Brasil Soluções Digitais Eireli (antiga denominação da Companhia), Intuitive Care Inteligência Hospitalar S.A. e Manager Saúde Ltda.
<b>(d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário</b>	Alterações conforme item (e) abaixo.
<b>(e) quadro societário antes e depois da operação</b>	<p>Quadro societário antes da operação:</p> <pre> graph TD     PB[Prisma Bazar Fundo de Inv. em Part. Multiestratégia] --- BI[Bionexo Internacional]     BI --- Bionexo     BI --- GTMED     BI --- ManagerSaude[Manager Saúde]     BI --- IntuitiveCare[Intuitive Care]     BI --- BionexoArgentina[Bionexo Argentina]     BI --- BionexoColombia[Bionexo Colômbia]     BI --- BionexoMexico[Bionexo México]     BI --- BionexoIberica[Bionexo Ibérica]     BI --- Pinacell[Pinacell]     BI --- AP[Apus Participações]     AP --- BI     OI[Orjen Investments PTE LTD.] --- BI     ML[Mauro de Lazzari Barbosa] --- AP     AP --- BI   </pre> <p>Quadro societário depois da operação:</p> <pre> graph TD     PB[Prisma Bazar Fundo de Inv. em Part. Multiestratégia] --- BI[Bionexo Internacional]     BI --- Bionexo     BI --- BA[Bionexo Argentina]     BI --- BC[Bionexo Colômbia]     BI --- BM[Bionexo México]     BI --- BIb[Bionexo Ibérica]     BI --- Pinacell[Pinacell]     BI --- AP[Apus Participações]     AP --- BI     OI[Orjen Investments PTE LTD.] --- BI     ML[Mauro de Lazzari Barbosa] --- AP     AP --- BI   </pre>
<b>(f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas</b>	Não se aplica, tendo em vista que os acionistas da Companhia não foram diluídos em decorrência da operação.

## 15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

### 15.8 - Outras informações relevantes

#### Considerações Sobre o Prisma Bazar Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia (“Prisma”)

Em complementação às informações prestadas nas seções 15.1/2 deste Formulário de Referência, a Companhia informa que o Prisma não possui um cotista que o controle, considerando para estes fins o mesmo critério que, se fosse companhia aberta, seria suficiente para considerar a participação como de acionista controlador, ou seja, não há cotista (i) que seja titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia; e (ii) que use efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

O Prisma é gerido discricionariamente pela Prisma Capital Ltda.

#### Acordo de Sócios da Manager Saúde Ltda. (“Acordo”)

Foi celebrado, em 4 de junho de 2018, Acordo de Sócios entre a Bionexo Internacional, incorporada pela Companhia, Alessandro Ferreira Campo Dall’Orto, Alexandre Martins Guimarães e Flávio Gonçalves Valentim (estes três últimos, “Sócios”).

Referido Acordo prevê que a Bionexo terá o direito de adquirir a totalidade da participação remanescente dos Sócios detidas na Manager nas seguintes condições: (i) no 3º aniversário do Acordo, por um período de 60 dias com possibilidade de postergação por um período de 12 meses, ou (ii) no 5º aniversário do Acordo, por um período de 60 dias com possibilidade de postergação por um período de 12 meses (em conjunto, “Opções”). Os termos e condições das Opções estão descritos nos respectivos Contratos e Opção de Compra de Quota.

Caso as opções não sejam exercidas e durante a vigência do Acordo ocorra um Evento de Liquidez (conforme abaixo definido), os Sócios terão o direito de exigir que a Manager seja incorporada pela Companhia em até 30 dias contados da realização de tal evento. O Acordo já estabelece a relação de troca que deverá ser utilizada para fins de avaliação, sendo ela:

- Preço por Ação da Companhia: preço da emissão das ações da Companhia no âmbito da oferta pública inicial de ações
- Preço por Quota da Manager: Múltiplo da receita líquida recorrente dos últimos 12 meses implícito no preço do IPO da Bionexo, vezes 75% vezes a receita líquida recorrente da Manager nos 12 meses anteriores ao Evento de Liquidez, somado a 75% vezes a receita não recorrente líquida da Manager dos últimos 12 meses, deduzido o Endividamento Líquido da Manager no último dia do mês anterior ao Evento de Liquidez e as contingências, dividido pelo número de Quotas da Manager na data do Evento de Liquidez.

Ou seja, caso após 4 de agosto de 2024 nenhuma das Opções tenha sido exercida, os Sócios terão até 4 de setembro de 2024 para requerer a incorporação da Manager pela Companhia. Nessa hipótese, a incorporação estará sujeita à aprovação em Assembleia Geral Extraordinária e ao previsto na Lei das S.A.

Para fins do Acordo “Evento de Liquidez” significa a venda do controle acionário ou uma oferta pública inicial de ações da Companhia, sendo que tal evento não será aplicável em caso de operações societárias (como fusão, cisão, incorporação e incorporação de ações) ou de aumento de capital da Companhia, ainda que subscrito por terceiros.

## 16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

### 16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A “Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse” (“[Política](#)”), aprovada na reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 17 de fevereiro de 2021, visa assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses envolvendo a Companhia, sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de condições de mercado, prezando as melhores práticas de governança corporativa, com a devida transparência.

A Política define de forma objetiva conceitos sobre partes relacionadas e transações com partes relacionadas, além de estabelecer exigências mínimas de divulgação de informações sobre essas transações.

Os acionistas da Companhia, os administradores e suplentes da Companhia e de suas controladas, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros(as), filhos(as), filhos(as) de seus cônjuges ou de companheiros(as), e seus dependentes ou os de respectivos cônjuges deverão informar a Diretoria e o Conselho de Administração, conforme o caso, sobre quaisquer transações entre elas e a Companhia de que tenham ciência.

Caso a transação informada, conforme acima, constitua de fato uma transação com parte relacionada (“Transação com Parte Relacionada”), de acordo com julgamento a ser realizado pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, conforme o caso, a referida transação será submetida aos procedimentos da Política. Quando assim solicitado pelo Diretoria e Conselho de Administração da Companhia, as transações informadas deverão vir instruídas com as informações necessárias à análise de seu enquadramento enquanto transações com partes relacionadas.

A Diretoria e o Conselho de Administração, conforme o caso, deverá classificar as Transações com Partes Relacionadas em razão: (i) do montante envolvido; e (ii) de ser ou não operação no curso normal dos negócios, para determinar as instâncias competentes para sua análise e aprovação, na forma da Política.

A Diretoria e o Conselho de Administração da Companhia, conforme o caso, somente poderão aprovar a Transação com Parte Relacionada caso concluam ser equitativa, comutativa e realizada no melhor interesse da Companhia sendo facultado, a seu critério em observância a esta Política, condicionar a aprovação da Transação com Parte Relacionada às alterações que julgar necessárias.

Todas as Transações com Partes Relacionadas até R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) deverão ser previamente aprovadas pela Diretoria.

Todas as Transações com Partes Relacionadas de valores superiores a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) deverão ser previamente aprovadas pelo Conselho de Administração.

A aprovação referida acima deverá se dar por meio de voto favorável da maioria dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração, conforme o caso, excluídas eventuais Partes Relacionadas envolvidas, observado o Estatuto Social.

A Diretoria e o Conselho de Administração, conforme o caso, deverão ter acesso a todos os documentos relacionados às respectivas Transações com Partes Relacionadas, bem como quaisquer pareceres ou opiniões técnicas sobre o tema.

A Diretoria e o Conselho de Administração, conforme o caso, poderão definir o conteúdo e o formato das informações consideradas necessárias para sua deliberação a respeito de uma Transação com Parte Relacionada, incluindo as razões que justificam sua celebração pela Companhia, a duração do negócio e os potenciais benefícios econômicos (ou de outra natureza) da transação para a Companhia, acompanhados de *benchmarks* e premissas utilizados no cálculo de tais benefícios, conforme aplicável.

## 16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

Sempre que possível, também serão apresentadas alternativas de mercado à Transação com Parte Relacionada em questão, levando-se em consideração os fatores de risco envolvidos.

Adicionalmente às informações mencionadas acima, poderá ser solicitado laudos de avaliação independentes, elaborados sem a participação de qualquer parte envolvida na Transação com Parte Relacionada (seja ela banco, advogado, empresa de consultoria especializada etc.), conforme entenda ser necessário para embasar a transação em questão.

As informações e documentos mencionados neste item serão distribuídos, se aplicável, juntamente com a convocação da reunião em que a transação será submetida a análise, bem como arquivadas na sede da Companhia.

Na análise de Transações com Partes Relacionadas, a Diretoria e o Conselho de Administração, conforme o caso, deverão verificar se tais transações serão realizadas em condições comutativas e em observação às Condições de Mercado. Em sua análise, poderão ainda considerar: (ii) se a transação é realizada em termos ao menos igualmente favoráveis à Companhia do que aqueles geralmente disponíveis no mercado ou aqueles oferecidos a ou por um terceiro não-relacionado com a Companhia, em circunstâncias equivalentes; (iv) se foi realizado ou não um processo competitivo para a referida contratação e o seu resultado; a metodologia de precificação utilizada e outras possíveis formas alternativas de precificação da transação.

Por fim, são vedadas as seguintes transações com partes relacionadas: (i) realizadas em condições que não sejam as Condições de Mercado; e (ii) a concessão direta de empréstimos ou operações de mútuo ou prestação de garantia (aval/fiança): (a) aos administradores e membros do conselho fiscal ou do Conselho de Administração ou comitês estatutários ou não e seus respectivos suplentes, bem como aos respectivos cônjuges, companheiros, descendentes ou descendentes dos respectivos cônjuges ou companheiros; (b) aos parentes, até o 2º (segundo) grau, das pessoas mencionadas acima; e/ou (c) aos acionistas, pessoas naturais ou jurídica, ou pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 5% (cinco por cento), quaisquer administradores da Companhia e seus respectivos suplentes, bem como seus cônjuges, companheiros(as), descendentes ou descendentes dos respectivos cônjuges ou companheiros(as) e respectivos parentes até o 2º (segundo) grau.

É vedada, também, a participação de administradores e funcionários em negócios de natureza particular ou pessoal que interfiram ou conflitem com os interesses da Companhia ou que resultem da utilização de informações confidenciais em razão do exercício do cargo ou função que ocupem na Companhia.

A Política de Partes Relacionadas está disponibilizada para consulta eletronicamente pelo site da Companhia ([bionexo.com/ri](http://bionexo.com/ri)).

Adicionalmente, a Companhia segue as regras estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, que estabelecem que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas Assembleias Gerais ou nas reuniões da administração, deve abster-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

A Lei das Sociedades por Ações proíbe, também, conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da Companhia, em detrimento da Companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

A Companhia entende que as práticas acima descritas para realização de transações com partes relacionadas garantem a comutatividade de tais operações e preços e condições de mercado.

As transações contratadas são resumidas no item 16.2 deste Formulário de Referência.

## 16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

<b>Parte relacionada</b>	<b>Data transação</b>	<b>Montante envolvido (Reais)</b>	<b>Saldo existente</b>	<b>Montante (Reais)</b>	<b>Duração</b>	<b>Emprestimo ou outro tipo juros de divida cobrados</b>
MAURICIO DE LAZZARI BARBOSA	15/04/2018	4.541.000,00	R\$4.541.000,00	R\$4.541.000,00	60 meses	Sim
<b>Relação com o emissor</b>			A parte relacionada é acionista direto da Companhia e membro do Conselho de Administração.			
<b>Objeto contrato</b>			Operação de mútuo entre Bionexo S.A. e Mauricio De Lazzari Barbosa, ajustado anualmente, pelo prazo de 60 meses contados a partir de 15 de abril de 2018. Essa obrigação originou-se a partir de Acordo de Acionistas celebrado entre Mauricio de Lazzari Barbosa e Prisma Bazar Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. O mutuo é feito mensalmente com remuneração atrelada à taxa média ponderada de captação com terceiros da Companhia.			
<b>Garantia e seguros</b>			N/A			
<b>Rescisão ou extinção</b>			O Contrato não estabelece hipóteses de rescisão. O contrato será extinto na hipótese de quitação do saldo devedor do mútuo, mediante a retenção dos valores a que a Apus terá direito de receber em decorrência (i) de dividendos, JCP, redução de capital, resgate ou recompra de ações ou qualquer forma de distribuição aos acionistas aprovados e declarados para distribuição aos acionistas ou (ii) de um evento de liquidez relacionado às ações de titularidade da Apus. Exceito nas hipóteses de liquidez, em nenhuma outra hipótese a Companhia poderá exigir do Mutuário ou da Apus o pagamento do saldo devedor do mútuo. No contexto da oferta, o evento de liquidez se verificará, resultando na liquidação do mútuo por parte de Mauricio de Lazzari Barbosa pelo saldo existente em aberto.			
<b>Natureza e razão para a operação</b>				Contrato de mútuo com o objetivo de conceder empréstimo pela Companhia a Mauricio de Lazzari Barbosa.		
<b>Posição contratual do emissor</b>				Credor		
<b>Especificar</b>						

**16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado**

**16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado**

**(a) Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

Quando da celebração dos contratos com Partes Relacionadas que se encontram descritos no item 16.2 deste Formulário de Referência, inexistiam procedimentos ou políticas formais por parte da Companhia que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados no tocante às tais transações.

Não obstante a ausência de procedimentos ou políticas formais da Companhia para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas, as transações com partes relacionadas foram formalizadas por meio de instrumentos adequados, com a devida indicação do objeto da transação, valores envolvidos no negócio, prazos e taxas cobradas, se aplicáveis, bem como dos demais direitos e responsabilidades das partes envolvidas, com o propósito de oferecer maior transparéncia para cada transação contratada, e priorizando agregar valores às operações da Companhia.

**(b) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado**

Conforme descrito no item acima, quando da celebração dos contratos com Partes Relacionadas que se encontram descritos no item 16.2 deste Formulário de Referência, inexistiam procedimentos ou políticas formais por parte da Companhia que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados no tocante às tais transações. Os seguintes procedimentos foram realizados para as referidas transações:

**Contrato de Mútuo com Mauricio De Lazzari Barbosa:** Os termos do contrato de mútuo com Mauricio De Lazzari Barbosa estão de acordo com as práticas de mercado, conforme condições estabelecidas em acordo de acionistas da Companhia. Sobre o valor incidirá uma remuneração equivalente ao custo de financiamento da Companhia frente a instituições financeiras de primeira linha. Os juros remuneratórios/encargos equivalem à taxa média ponderada de captação obtida pela Companhia. Esta taxa, por sua vez, é calculada com base na taxa DI (taxa de mercado) mais um spread bancário, e é referência para todas as captações da Companhia. A Companhia pretende descontinuar práticas de mútuo com partes relacionadas, nesse sentido, com a conclusão do IPO da Companhia, o contrato de mútuo com Maurício de Lazzari Barbosa será liquidado pelo saldo existente em aberto.

## **16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas**

### **16.4 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações relevantes com relação a este item 16.

## 17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
<b>Tipo de capital</b>					
Capital Emitido					
15/02/2021	132.456.853,96	N/A	132.447.193	0	132.447.193
<b>Tipo de capital</b>					
Capital Subscrito					
15/02/2021	132.456.853,96	N/A	132.447.193	0	132.447.193
<b>Tipo de capital</b>					
Capital Integralizado					
15/02/2021	132.456.853,96	N/A	132.447.193	0	132.447.193
<b>Tipo de capital</b>					
Capital Autorizado					
15/02/2021	0,00	N/A	250.000,000	0	250.000,000

## 17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Órgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
31/03/2018	Assembleia Geral	31/03/2018	24.137.078,38	Subscrição particular	0	7.286	3.337.387	1.201.00000	3.312,80	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>										
O preço de emissão foi calculado de acordo com o artigo 170, §1º, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, de acordo com Laudo de Avaliação elaborado pela INCOMPANY Escritório Contábil datado de 28 de fevereiro de 2018, sendo que o preço total de emissão de R\$24.137.078,38, foi destinado para aumento de capital social.										
<b>Forma de integralização</b>										
Versão do patrimônio líquido da Blue Stone Participações S.A. ("Bluestone") no montante de R\$24.137.078,38 em razão de sua incorporação pela Companhia.										
28/02/2019	Décisão do Titular	28/02/2019	20.000.000,00	Subscrição particular	20.000.000	0	20.000.000	0,45213500	0,00	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>										
Considerando que na data do aumento a Companhia era organizada sob a forma de EIRELI, ainda, não houve divisão por número de ações, não foi necessária definição do preço de emissão uma vez que o capital social não era dividido em quotas ou ações, sendo capital social da Companhia.										
<b>Forma de integralização</b>										
Em moeda corrente nacional pela titular da Companhia (à época organizada sob a forma de EIRELI), a Bionexo Internacional Empreendimentos e Participações S.A.										
29/08/2019	Décisão do Titular	29/08/2019	8.601.692,13	Subscrição particular	8.601.692	0	8.601.692	0,13391000	0,00	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>										
Considerando que na data do aumento a Companhia era organizada sob a forma de EIRELI, não houve divisão por número de ações, ainda, não foi necessária definição do preço de emissão uma vez que o capital social não era dividido em quotas ou ações, sendo capital social da Companhia.										
<b>Forma de integralização</b>										
Mediante (i) a conferência de 33.333 (trinta e três mil, trezentas e trinta e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Intuitive Care Inteligência Hospitalar S.A., pelo valor patrimonial contábil de R\$1.931.413,91, conforme apurado em balanço especial levantado em 31 de julho de 2019; (ii) a conferência de 2.500.200 (duas mil, quinhentas mil e duzentas) quotas de emissão da Manager Saúde Ltda, pelo valor patrimonial contábil de R\$2.120.301,22, conforme apurado em balanço especial levantado em 31 de julho de 2019; e (iii) capitalização de Adiantamento de Capital – AFAC, realizado em 31 de julho de 2019, pela titular da Companhia (à época organizada sob a forma de EIRELI), a Bionexo Internacional Empreendimentos e Participações S.A.										
19/11/2019	Décisão do Titular	19/11/2019	55.000.000,00	Subscrição particular	55.000.000	0	55.000.000	0,75511800	1,00	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>										
Considerando que na data do aumento a Companhia era organizada sob a forma de EIRELI, não houve divisão por número de ações, preenchido acima apenas em razão do item sistemático, ainda, não foi necessária definição do preço de emissão uma vez que o capital social não era dividido em quotas ou ações, sendo que o valor total de emissão foi destinado para conta do capital social da Companhia.										
<b>Forma de integralização</b>										
Em moeda corrente nacional pela titular da Companhia (à época organizada sob a forma de EIRELI), a Bionexo Internacional Empreendimentos e Participações S.A.										
30/12/2020	Reunião de Sócios	30/12/2020	4.560.555,58	Subscrição particular	4.560.555	0	4.560.555	0,03567498	1,00	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>										
O preço de emissão foi calculado de acordo com o artigo 170, §1º, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, de acordo com Laudo de Avaliação elaborado pela Moore Stephens Momentum Accounting Corporate Finance & Perícias Contábil, Econômica, de Engenharia e Financiar Ltda, datado de 30 de novembro de 2020, sendo que o preço total de emissão de R\$4.560.555,58 foi destinado para aumento de capital social.										
<b>Forma de integralização</b>										
Versão do patrimônio líquido da Bionexo Internacional Empreendimentos e Participações S.A. em razão de sua incorporação pela Companhia.										

### 17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

#### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Nos três últimos exercícios sociais, não houve bonificação, desdobramento ou grupamento de ações da Companhia.

#### **17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social**

##### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Nos três últimos exercícios sociais, não houve redução do capital social da Companhia.

## **17.5 - Outras Informações Relevantes**

### **17.5 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações relevantes com relação a este item 17.

## 18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
<b>Tag along</b>	100,000000
<b>Direito a dividendos</b>	Nosso Estatuto Social estabelece que uma quantia equivalente a 25% do lucro líquido anual deverá ser paga aos nossos acionistas a título de dividendo anual mínimo obrigatório. Esta quantia representa o dividendo obrigatório, sendo certo que nosso lucro líquido, para fins de distribuição do dividendo obrigatório, será ajustado com o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências e com o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas. O cálculo do lucro líquido e das alocações para reservas, bem como dos valores disponíveis para fins de distribuição, são efetuados de acordo com o disposto em nosso Estatuto Social e com base nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com a Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("LSA").
<b>Direito a voto</b>	Pleno
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Direito a reembolso de capital</b>	Sim
<b>Descrição das características do reembolso de capital</b>	Obedecido ao disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial de nossas ações, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Resgatável</b>	Não
<b>Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate</b>	
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Competência privativa da Assembleia Geral da Companhia para deliberação que altera os dispositivos do Estatuto Social.
<b>Outras características relevantes</b>	A LSA, permite que suspendamos a distribuição obrigatória de dividendos de qualquer exercício social, caso nossa Diretoria informe à Assembleia Geral Ordinária que tal distribuição seria inviável dada a nossa situação financeira na época. Tal suspensão está sujeita à revisão do Conselho Fiscal, quando instalado, e aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. No caso de uma companhia aberta, o Conselho de Administração deve registrar uma justificativa para tal suspensão na CVM, dentro de 5 dias da realização da Assembleia Geral. Os dividendos não distribuídos por causa da suspensão devem ser destinados a uma reserva especial. Se não absorvido pelos prejuízos subsequentes, esse montante deverá ser pago na forma de dividendos assim que a condição financeira da empresa permitir. Ademais, as deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em leis, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

## 18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

### 18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

A Companhia não possui regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos.

Com relação à regra estatutária que os obriguem a realizar oferta pública, o Estatuto Social da Companhia determina que a alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Caso a aquisição do Controle também sujeite o adquirente à obrigação de realizar a OPA exigida nos termos do Artigo 25 do Estatuto, o preço de aquisição será o maior entre os preços determinados no Regulamento do Novo Mercado e o previsto nos Parágrafos 2º e 6º do Artigo 25 do Estatuto.

Qualquer acionista, que adquira ou torne-se titular de ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 30% (trinta por cento) do total de ações de emissão da Companhia, excluídas para os fins deste cômputo as ações em tesouraria, deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações nessa quantidade, realizar ou solicitar o registro de uma OPA para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, os regulamentos da B3 e os termos do Artigo 25.

A OPA deverá ser: (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; (ii) efetivada em leilão a ser realizado na B3; (iii) lançado pelo preço determinado de acordo com o previsto no parágrafo 2º abaixo; e (iv) paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na OPA de ações de emissão da Companhia.

O preço de aquisição na OPA de cada ação de emissão da Companhia deverá ser o maior valor entre: (i) o maior preço da cotação das ações de emissão da Companhia nos últimos 18 meses; e (ii) 120% da cotação média ponderada das ações de emissão da Companhia transacionadas nos 30 (trinta) dias corridos anteriores ao anúncio acerca da realização da OPA. A realização da OPA mencionada no caput do artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

A realização da OPA poderá ser dispensada mediante voto favorável de acionistas reunidos em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim, observadas as seguintes regras:

- i. a referida Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando mais da metade do capital, e em segunda convocação, com qualquer número de acionistas;
- ii. a dispensa da realização da OPA será considerada aprovada com o voto da maioria dos acionistas presentes, seja em primeira ou segunda convocação; e
- iii. não serão computadas as ações detidas pelo acionista para fins do quórum de deliberação, conforme item (ii) acima.

## 18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

Qualquer acionista que adquira ou se torne titular de outros direitos, inclusive (i) outros direitos de natureza societária sobre quantidade igual ou superior a 30% (trinta por cento) do total de ações de emissão da Companhia, ou que possam resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 30% (trinta por cento) do total de ações de emissão da Companhia, ou (ii) derivativos que deem direito a ações da Companhia representando 30% (trinta por cento) ou mais das ações da Companhia, estará obrigado igualmente a, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de tal aquisição ou do evento, realizar uma OPA nos termos descrito no Artigo 25 do Estatuto. Essa hipótese não se aplica na hipótese de uma pessoa tornar-se titular de ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 30% (trinta por cento) do total de ações de sua emissão em decorrência (i) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia; (ii) da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia; (iii) do cancelamento de ações em tesouraria; (iv) do resgate de ações; (v) da transferência de ações de emissão da Companhia detidas por empresa controladora da Companhia para as pessoas físicas que são seus respectivos acionistas/quotistas/sócios; (vi) das operações societárias entre os integrantes do bloco de controle da Companhia; ou (vii) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em valor econômico obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-financeiro da Companhia realizado por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas.

Para fins do cálculo do percentual de 30% (trinta por cento) do total de ações de emissão da Companhia descrito neste artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

O disposta acima não se aplica aos atuais acionistas ou grupo de acionistas vinculados por acordo de acionistas arquivado na Companhia que já sejam titulares, em conjunto ou individualmente, de quantidade igual ou superior a 30%, do total de ações de emissão da Companhia e seus sucessores na data de disponibilização do anúncio de início da oferta pública inicial de ações da Companhia.

### **18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto**

#### **18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto**

O Estatuto Social não estabelece exceções ao exercício de direitos patrimoniais ou políticos dos acionistas.

Todavia, os acionistas terão seus direitos suspensos, na forma do artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da Companhia, caso não cumpram obrigação imposta pela lei ou pelo estatuto, cessando a suspensão logo que cumprida a obrigação.

Adicionalmente, nos termos do artigo 171, parágrafo 4º da Lei das Sociedades por Ações, o direito de preferência pode estar sujeito a prazo decadencial, estabelecido pelo Estatuto Social e não inferior a trinta dias.

#### **18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados**

##### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação. A oferta pública inicial de ações da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3.

## 18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

<b>Valor mobiliário</b>	<b>Bônus de Subscrição</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	Bônus de Subscrição A – Nº1
<b>Data de emissão</b>	19/12/2018
<b>Quantidade (Unidades)</b>	1
<b>Valor total (Reais)</b>	0,00
<b>Saldo Devedor em Aberto</b>	0,00
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Conversibilidade</b>	Sim
<b>Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social</b>	Mediante o exercício do Bônus de Subscrição A, a Companhia deverá emitir uma quantidade de novas ações que representem até 8,563% do capital social da Companhia (em bases totalmente diluídas). Essa subscrição é exercível somente se a taxa de retorno presumida da Orjen fique abaixo do intervalo de referência definida no contrato. As novas ações a serem emitidas serão do mesmo tipo de ações e terão os mesmos privilégios, preferências e condições que as ações detidas pelo Investidor imediatamente antes da emissão das novas ações. O cálculo da quantidade de ações a serem emitidas consta no Anexo B do certificado de subscrição.
<b>Possibilidade resgate</b>	Não
<b>Características dos valores mobiliários de dívida</b>	Bônus de subscrição de ações preferenciais, classe "A", nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, ou ações outra espécie e classe conforme respectiva espécie e classe detida pelo titular. O Bônus de subscrição A confere ao titular o direito de subscrever uma quantidade de ações de emissão da Companhia pelo preço de exercício (R\$1,00), limitada a 503.543 ações.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	N/A
<b>Outras características relevantes</b>	Vide item 18.12 para informações sobre o prazo de vencimento.
<b>Valor mobiliário</b>	<b>Bônus de Subscrição</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	Bônus de Subscrição B -Nº 2
<b>Data de emissão</b>	19/12/2018
<b>Quantidade (Unidades)</b>	2
<b>Valor total (Reais)</b>	0,00
<b>Saldo Devedor em Aberto</b>	0,00
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Conversibilidade</b>	Sim

## 18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

<b>Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social</b>	Esse bônus de subscrição pode ser exercível somente se a taxa de retorno presumida da Orjen fique acima do intervalo de referência definida no contrato. Se exercida a Companhia deverá emitir uma quantidade de novas ações necessárias (limitada ao uma quantidade máxima) para reduzir o montante do valor econômico do Orjen presumido por ação que faça com que a taxa de retorno presumida do Orjen por ação exceda a taxa de retorno de referência conforme definido no contrato. O Bônus de Subscrição B confere ao titular o direito de subscrever até 1.051.665 ações e o Bônus de Subscrição B 1, até 754.706 ações. Os Bônus de Subscrição devem ser alocados de forma que as novas ações a serem exercidas sejam distribuídas entre Prisma e Apus nas seguintes proporções: 47,569% para Apus e 52,431% para Prisma. As referidas novas ações a serem emitidas serão da mesma espécie e terão os mesmos privilégios, preferências e condições que as ações detidas pelo beneficiário imediatamente antes da emissão das novas ações.
<b>Possibilidade resgate</b>	Não
<b>Características dos valores mobiliários de dívida</b>	Bônus de subscrição de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia. O Bônus de subscrição B confere ao titular o direito de subscrever uma quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia conforme consta no certificado do Bônus de Subscrição B, ressalvadas as exceções constantes do certificado do Bônus de Subscrição.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	N/A
<b>Outras características relevantes</b>	Vide item 18.12 para informações sobre o prazo de vencimento.
<b>Valor mobiliário</b>	<b>Bônus de Subscrição</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	Bônus de Subscrição B -Nº 3
<b>Data de emissão</b>	19/12/2018
<b>Quantidade (Unidades)</b>	2
<b>Valor total (Reais)</b>	0,00
<b>Saldo Devedor em Aberto</b>	0,00
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Conversibilidade</b>	Sim
<b>Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social</b>	Esse bônus de subscrição pode ser exercível somente se a taxa de retorno presumida da Orjen fique acima do intervalo de referência definida no contrato. Se exercida a Companhia deverá emitir uma quantidade de novas ações necessárias (limitada ao uma quantidade máxima) para reduzir o montante do valor econômico do Orjen presumido por ação que faça com que a taxa de retorno presumida do Orjen por ação exceda a taxa de retorno de referência conforme definido no contrato. O Bônus de Subscrição B confere ao titular o direito de subscrever até 1.051.665 ações e o Bônus de Subscrição B 1, até 754.706 ações. Os Bônus de Subscrição devem ser alocados de forma que as novas ações a serem exercidas sejam distribuídas entre Prisma e Apus nas seguintes proporções: 47,569% para Apus e 52,431% para Prisma. As referidas novas ações a serem emitidas serão da mesma espécie e terão os mesmos privilégios, preferências e condições que as ações detidas pelo beneficiário imediatamente antes da emissão das novas ações.
<b>Possibilidade resgate</b>	Não

## 18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

<b>Características dos valores mobiliários de dívida</b>	Bônus de subscrição de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia. O Bônus de subscrição B confere ao titular o direito de subscrever uma quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia conforme consta no certificado do Bônus de Subscrição B, ressalvadas as exceções constantes do certificado do Bônus de Subscrição.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	N/A
<b>Outras características relevantes</b>	Vide item 18.12 para informações sobre o prazo de vencimento.

### 18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Bônus de Subscrição	0	1	2

## **18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação**

### **18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação**

A oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3. Uma vez concedido o registro, as ações ordinárias de emissão da Companhia serão admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3.

**18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

## 18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

## **18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição**

### **18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor**

Até a data deste Formulário de Referência, não foram realizadas quaisquer ofertas públicas de distribuição pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor.

## **18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas**

### **18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios**

#### **(a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

Não aplicável, pois até a data deste Formulário de Referência a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

#### **(b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

Não aplicável, pois até a data deste Formulário de Referência a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

#### **(c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Não aplicável, pois até a data deste Formulário de Referência a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

## **18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição**

### **18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros**

Não aplicável, dado que a Companhia não realizou ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros desde a data de sua constituição.

## 18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

### 18.12 - Outras informações relevantes

Prazo para o exercício dos Bônus de Subscrição A e B descritos no item 18.5:

O Bônus de Subscrição deverá ser exercido uma vez, e somente uma vez, se, e somente se, houver um evento de Liquidez que resulte em uma taxa de retorno presumida do investidor por Ação que esteja fora da faixa de referência. O prazo para o exercício será o que ocorrer antes dentre os seguintes:

- (i) no caso de uma venda de todos ou substancialmente todos os ativos da Companhia de forma consolidada, o prazo para o exercício será de 20 (vinte) Dias úteis após o que ocorrer antes dentre as seguintes situações: (a) recebimento pelo Beneficiário de uma notificação escrita da Companhia a este respeito; ou (b) aprovação da referida venda em reunião do conselho de administração da Companhia;
- (ii) no caso de Alteração de Controle, o prazo para o exercício será de 20 (vinte) Dias úteis após o recebimento pelo Beneficiário da Notificação de Transferência de Ações (Notice of Transfer of Shares - conforme definido em Acordo de Acionistas);
- (iii) no caso de um IPO, o prazo para o exercício será de 20 (vinte) Dias úteis após o recebimento, pelo Beneficiário, de notificação escrita da Companhia informando a respeito do Anúncio de Encerramento do IPO; e
- (iv) no caso de extinção, dissolução ou liquidação da Companhia que não se enquadre na hipótese da Cláusula 2.7(iii), o prazo para o exercício será de 20 (vinte) Dias úteis após o que ocorrer antes dentre as seguintes situações: (a) recebimento pelo Beneficiário de uma notificação escrita da Companhia a esse respeito; ou (b) publicação dos respectivos atos societários, de acordo com a Lei aplicável.

Hipóteses de extinção dos Bônus de subscrição A descrito no item 18.5:

- (i) o exercício válido pelo Beneficiário; ou
- (ii) após o vencimento do respectivo prazo previsto nas hipóteses acima sem que o Bônus de Subscrição tenha sido exercido pelo Beneficiário; ou
- (iii) em caso de extinção, dissolução ou liquidação da Companhia que não resulte no pagamento/devolução de qualquer montante aos acionistas da Companhia (por exemplo, a título de reembolso total ou parcial do capital); sendo certo, entretanto, que esta hipótese não se aplica a qualquer extinção, dissolução ou liquidação da Companhia decorrente de incorporação, incorporação reversa ou incorporação de ações; ou
- (iv) a ocorrência de um Evento de Liquidez que habilite o Investidor a exercer o Bônus de Subscrição B, nos termos da Cláusula 5.2.2 do Acordo de Investimento, independentemente do efetivo exercício do Bônus de Subscrição pelo Investidor; ou
- (v) a ocorrência de um Evento de Liquidez que resulte em uma Taxa de Retorno Presumida do Investidor por Ação (independentemente de o Investidor auferir qualquer receita em decorrência do Evento de Liquidez) igual ou inferior à Taxa de Referência; ou
- (vi) o exercício do direito do Investidor previsto na Cláusula 5.2.6 do Acordo de Investimento de transferir ao Beneficiário o montante em dinheiro, de acordo com o disposto na Cláusula 5.2.6 do Acordo de Investimento, e a efetiva transferência do referido valor pelo Investidor ao Beneficiário (por meio de transferência eletrônica de recursos imediatamente disponíveis) para uma conta bancária de titularidade do Beneficiário no Brasil; ou
- (vii) se o titular do Bônus de Subscrição deixar de deter pelo menos 1 (uma) ação da Companhia.

**18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários**

Hipóteses de extinção dos Bônus de subscrição B descrito no item 15.5:

- (i) o exercício válido pelo Beneficiário; ou
- (ii) após o vencimento do respectivo prazo previsto nas hipóteses acima sem que o Bônus de Subscrição tenha sido exercido pelo Beneficiário; ou
- (iii) em caso de extinção, dissolução ou liquidação da Companhia que não resulte no pagamento/devolução de qualquer montante aos acionistas da Companhia (por exemplo, a título de reembolso total ou parcial do capital); sendo certo, entretanto, que esta hipótese não se aplica a qualquer extinção, dissolução ou liquidação da Companhia decorrente de incorporação, incorporação reversa ou incorporação de ações; ou
- (iv) a ocorrência de um Evento de Liquidez que habilite o Investidor a exercer o Bônus de Subscrição A, nos termos da Cláusula 5.1.2 do Acordo de Investimento, independentemente do efetivo exercício do Bônus de Subscrição pelo Investidor; ou
- (v) a ocorrência de um Evento de Liquidez que resulte em uma Taxa de Retorno Presumida do Investidor por Ação (independentemente de o Investidor auferir qualquer receita em decorrência do Evento de Liquidez) igual ou inferior à Taxa de Retorno de Referência; ou
- (vi) o exercício do direito do Investidor previsto na Cláusula 5.2.6 do Acordo de Investimento de transferir ao Beneficiário o montante em dinheiro, de acordo com o disposto na Cláusula 5.2.6 do Acordo de Investimento, e a efetiva transferência do referido valor pelo Investidor ao Beneficiário (por meio de transferência eletrônica de recursos imediatamente disponíveis) para uma conta bancária de titularidade do Beneficiário no Brasil; ou
- (vii) se o titular do Bônus de Subscrição deixar de deter pelo menos 1 (uma) ação da Companhia.

## 19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Nos três últimos exercícios sociais, a Companhia não aprovou planos de recompra de ações de sua emissão.

## 19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Até a data deste Formulário de Referência, não havia valores mobiliários em tesouraria.

### **19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria**

#### **19.3 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações relevantes com relação a este item 19.

## 20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

<b>Data aprovação</b>	<b>17/02/2021</b>
<b>Órgão responsável pela aprovação</b>	Conselho de Administração
<b>Cargo e/ou função</b>	O(s) Acionista(s) Controlador(es), direto(s) e indireto(s), os Administradores, os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, os membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia, criados por disposição estatutária, ou, ainda, os Associados com Acesso a Informação Privilegiada. ("Pessoas Vinculadas").
<b>Principais características e locais de consulta</b>	
<p>O propósito da "Política de Negociação de Valores Mobiliários" ("Política de Negociação") é estabelecer regras que deverão ser observadas pelas Pessoas Vinculadas e pela Companhia para assegurar a observância de práticas de boa conduta na negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia, bem como evitar o uso inadequado de informações privilegiadas, nos termos da Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358").</p> <p>A Política de Negociação está disponibilizada para consulta eletronicamente pelos sites: (i) da Comissão de Valores Mobiliários (<a href="http://www.cvm.gov.br">www.cvm.gov.br</a>). Neste website, acessar, na página inicial, em acesso rápido, "Companhias – Informações Periódicas e Eventuais de Companhias" e digitar "Bionexo S.A." no campo disponível, posteriormente selecionar a Política no campo categoria; (ii) da Companhia (<a href="http://bionexo.com/ri">bionexo.com/ri</a>); bem como fisicamente na sede social da Companhia, localizada na Avenida Juscelino Kubitschek, 1830, 7º andar, Bairro Vila Nova Conceição, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.543-000.</p>	
<b>Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização</b>	<p>Pendência de Divulgação de Fato Relevante: É vedada a negociação de valores mobiliários por Pessoa Vinculada que possa ter conhecimento de informação privilegiada sobre a Companhia até que ela a divulgue ao mercado na forma de ato/fato relevante, conforme a Política. Também se aplica quando estiver em curso aquisição ou alienação de valores mobiliários pela Companhia, sociedades controladas, sociedades coligadas ou sociedade sob controle comum; ou houver sido outorgada opção ou mandato para isso; e quando existir a intenção de promover incorporação, cisão total/parcial, fusão, transformação ou reorganização societária da Companhia.</p> <p>Após Divulgação de Ato/Fato Relevante: Nesses casos, mesmo após a divulgação de ato/fato relevante, prevalecerá a proibição de negociação se ela puder interferir nas condições dos negócios com valores mobiliários, acarretando dano à Companhia/acionistas. Tal restrição deve ser informada pelo DRI.</p> <p>Período Anterior à Divulgação de ITR, DFP e Distribuição de Resultados: Pessoas Vinculadas não poderão negociar valores mobiliários no período de 15 dias anterior à divulgação/publicação das informações trimestrais e demonstrações financeiras padronizadas. Tais restrições não se aplicam na hipótese de plano de investimento que atenda aos requisitos aplicáveis. Pessoas Vinculadas também não podem negociar valores mobiliários em período determinado pelo DRI, desde a decisão de aumentar o capital social, distribuir resultados, bonificações em ações ou seus derivativos ou aprovar desdobramento, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios.</p> <p>Deliberação Relativa à Aquisição ou à Alienação de Ações de Emissão da Companhia: O Conselho não poderá aprovar programa de recompra enquanto não forem divulgadas ao público informações sobre a celebração de acordo ou contrato para a transferência do controle acionário; outorga de opção ou mandato para o fim de transferência de controle; ou existência de intenção de promover incorporação, cisão total/parcial, fusão, transformação ou reorganização societária que envolva a Companhia. Caso após a aprovação de programa de recompra ocorra fato que se enquadre em qualquer das 3 hipóteses acima, a Companhia suspenderá imediatamente as operações com seus valores mobiliários até a divulgação do respectivo ato/fato relevante.</p> <p>Ex-Administradores: Os ex-administradores que se afastarem da administração antes da divulgação pública de ato/fato relevante relativo a negócio/fato iniciado durante seu período de gestão não poderão negociar valores mobiliários pelo prazo de 6 meses ou até que tal ato/fato relevante tenha sido divulgado, o que ocorrer por último, observado o disposto abaixo. Se a negociação com os valores mobiliários, mesmo após a divulgação do ato/fato relevante, puder interferir nas condições dos referidos negócios em prejuízo da Companhia/de seus acionistas, os ex-administradores não poderão negociar valores mobiliários pelo prazo mínimo de 6 meses após seu afastamento, devendo tal restrição adicional ser informada pelo DRI.</p> <p>Vedações Adicionais: As vedações também se aplicam às negociações realizadas direta ou indiretamente por Pessoas Vinculadas caso estas negociações se deem por intermédio de pessoas ligadas; terceiros com quem tiverem celebrado contrato de administração de carteira ou de negócio fiduciário; ou qualquer pessoa que tenha tido conhecimento de informação privilegiada, por meio de Pessoa Vinculada, sabendo que ainda não foi divulgada ao mercado. Não são consideradas negociações indiretas e não estão sujeitas à vedação, as negociações realizadas por fundos e/ou clubes de investimento de que sejam cotistas as pessoas acima, desde que não sejam exclusivos; e as decisões de negociação do administrador do fundo e/ou clube de investimento não possam de qualquer forma ser influenciadas por seus cotistas.</p>

## **20.2 - Outras Informações Relevantes**

### **20.2 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações relevantes com relação a este item 20.

## 21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

### 21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Exceto pela política de divulgação de ato ou fato relevante (“[Política de Divulgação](#)”), a Companhia não adota qualquer outra norma, regimento ou procedimento interno relativo à divulgação de informações.

De acordo com a legislação e as normas da CVM em vigor, em especial a Lei das Sociedades por Ações e as Instruções CVM 358 e 480, toda e qualquer companhia de capital aberto deve, como regra geral, apresentar à CVM determinadas informações periódicas, tais como informações financeiras trimestrais e demonstrações financeiras anuais acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes, bem com o arquivar junto à CVM quaisquer acordos de acionistas existentes, avisos concernentes às assembleias gerais de acionistas e cópias de atas e comunicados relativos à divulgação de atos ou eventuais fatos relevantes. Nesse sentido, a Companhia deve cumprir com as normas e legislação relacionadas acima.

A Instrução CVM 358 disciplina, ainda, algumas regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes, inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e a aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto.

Tais regras:

- estabelecem o conceito de ato ou fato relevante, os quais originam a obrigatoriedade de divulgação de informações ao mercado. Enquadram-se no conceito de ato ou fato relevante as decisões tomadas pelos acionistas controladores, resoluções de assembleia geral de acionistas ou da administração da Companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, financeiros ou econômicos relacionados com os negócios da Companhia que possam influenciar o preço de suas ações e/ou a decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais ações ou de exercer quaisquer direitos subjacentes às ações;
- especificam atos ou fatos que são considerados relevantes, tais como a celebração de contratos prevendo a transferência de controle da Companhia, a entrada ou retirada de acionistas que mantenham com a Companhia qualquer contrato ou colaboração operacional, administrativa, financeira ou tecnológica, bem como a ocorrência de qualquer reestruturação societária realizada entre as sociedades relacionadas à Companhia em questão;
- obrigam a companhia de capital aberto a divulgar atos ou fatos relevantes à CVM, bem como ao mercado em geral, por meio da publicação dos referidos atos ou fatos relevantes nos jornais geralmente utilizados pela referida companhia;
- exigem que o adquirente do controle de uma companhia de capital aberto divulgue um fato relevante, inclusive sua intenção, ou não, de promover o cancelamento do registro da Companhia como companhia aberta, no prazo de um ano;
- exigem que os administradores e os membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo) de uma companhia de capital aberto divulguem à CVM o número, tipo e forma de negociação das ações emitidas pela referida companhia, suas subsidiárias e suas sociedades controladoras, detidas por referidas pessoas, bem como detidas por seus cônjuges, companheiros e dependentes, informando, ainda, quaisquer mudanças em referidas posições acionárias;

## **21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações**

- exigem que, se qualquer acionista controlador, direto ou indireto, ou qualquer acionista elegendo membros do conselho de administração de uma companhia de capital aberto alterem sua participação direta ou indireta, para cima ou para baixo, os patamares de 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento), 15% (quinze por cento), e assim sucessivamente, de espécie ou classe de ações representativas do capital social de companhia aberta, referido acionista ou entidade divulgue as informações relacionadas com a referida aquisição ou alienação; e
- proíbem a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

O texto completo da Política de Divulgação poderá ser encontrado na página de relação com investidores da Companhia ([bionexo.com/ri](http://bionexo.com/ri)), bem como fisicamente no escritório administrativo da Companhia, localizada na Avenida Juscelino Kubitschek, 1830, 7º andar, Bairro Vila Nova Conceição, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.543-000.

## **21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas**

### **21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas**

A Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante (“[Política de Divulgação](#)”), aprovada em reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 17 de fevereiro de 2021, tem como propósito disciplinar os procedimentos internos a serem adotados com a finalidade de atender integralmente as disposições legais e regulamentares concernentes à divulgação de ato ou fato relevante, nos termos da Instrução CVM 358.

A divulgação e comunicação à CVM e às entidades do mercado de ato ou fato relevante, pelos canais institucionais de comunicação da Companhia, assim como a adoção dos demais procedimentos previstos na Política de Divulgação, é obrigação do diretor de relações com investidores, conforme definido na Política de Divulgação.

O ato ou fato relevante deverá ser divulgado em portal de notícias com página na rede mundial de computadores, bem como disponibilizado: (i) na página do sistema de envio de informações periódicas e eventuais da CVM (Sistema Empresas.Net); e (ii) no website de Relações com Investidores da Companhia ([bionexo.com/ri](http://bionexo.com/ri)) em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM.

A informação constante de ato ou fato relevante deverá ser apresentada de forma clara e precisa, em linguagem objetiva e acessível ao público investidor. Sempre que for utilizado algum conceito técnico que, a critério do diretor de relações com investidores, seja considerado como de maior complexidade, uma explicação sobre o seu significado deverá constar da informação divulgada.

Na hipótese de veiculação de ato ou fato relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior, deverá o diretor de relações com investidores divulgar simultaneamente a respectiva informação ao mercado, na forma estabelecida na Política de Divulgação.

O(s) Acionista(s) Controlador(es), direto(s) e indireto(s), administradores, membros do Conselho Fiscal, quando instalado, e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia, criados por disposição estatutária, empregados e diretores da Companhia que, em virtude de seu cargo ou posição, tenham acesso a qualquer Informação Privilegiada, bem como suas sociedades controladas, sob controle comum ou coligadas, seus respectivos acionistas controladores, cônjuges, companheiros, dependentes incluídos na declaração anual do imposto de renda, que tenham aderido expressamente a Política e à Política de Negociação, assim como quaisquer empregados e terceiros contratados pela Companhia, os quais estão obrigados a observar o descrito nesta Política e na Política de Negociação, bem como quaisquer outras pessoas que, a critério da Companhia, tenham conhecimento de Atos ou Fatos Relevantes em virtude do cargo, posição ou função na Companhia, em sociedades controladas ou coligadas que venha a ter acesso a informações sobre ato ou fato relevante, conforme o item 4.3 da Política de Divulgação, serão responsáveis por comunicar ao diretor de relações com investidores todo e qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento e que saibam não ter ainda chegado ao conhecimento do diretor de relações com investidores, que promoverá sua divulgação.

A comunicação ao diretor de relações com investidores deverá ser feita por meio de correio eletrônico, para o endereço [ri@bionexo.com](mailto:ri@bionexo.com).

Caso as pessoas mencionadas acima constatem a omissão do diretor de relações com investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, e desde que não tenha sido deliberada a manutenção do sigilo sobre o ato ou fato relevante – nos termos da Política de Divulgação – tais pessoas deverão comunicar imediatamente o ato ou fato relevante à CVM, para se eximirem de responsabilidade imposta pela regulamentação aplicável em caso de sua não divulgação.

**21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas**

Sempre que a CVM ou as entidades do mercado exigirem do diretor de relações com investidores esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de ato ou fato relevante, ou caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários, deverá o diretor de relações com investidores inquirir as pessoas com acesso a atos ou fatos relevantes, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado.

As pessoas inquiridas na forma do parágrafo acima deverão responder à solicitação do diretor de relações com investidores imediatamente. Caso não tenham condições de se encontrarem pessoalmente ou falarem por telefone com o diretor de relações com investidores ainda no mesmo dia em que este tiver tido conhecimento da respectiva exigência da CVM ou das entidades do mercado, as pessoas em questão deverão enviar correio eletrônico com as informações pertinentes para o endereço [ri@bionexo.com](mailto:ri@bionexo.com).

A divulgação de ato ou fato relevante deverá ser feita, simultaneamente à CVM e às entidades de mercado, sempre que possível 1 hora antes do início ou após o encerramento dos negócios nas entidades do mercado.

Quando os valores mobiliários estiverem sendo negociados simultaneamente em entidades do mercado brasileiras e estrangeiras, a divulgação de ato ou fato relevante deverá ser feita, sempre que possível 1 hora antes do início ou após o encerramento dos negócios em todos os países, prevalecendo, no caso de incompatibilidade, o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

### **21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações**

**21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações**

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações da Companhia é o Diretor de Relações com Investidores.

## **21.4 - Outras Informações Relevantes**

### **21.4 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações relevantes com relação a este item 21.